

**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

CAROLINE GOERCK

**PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
DESENVOLVIMENTO: SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A VIABILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS
COLETIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO
E RENDA NO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre
2009**

CAROLINE GOERCK

**PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
DESENVOLVIMENTO: SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A VIABILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS
COLETIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO
E RENDA NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada como requisito final para obtenção do título de Doutor em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Pós-Dra. Leonia Capaverde Bulla

Porto Alegre

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G597p Goerck, Caroline

Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. – Porto Alegre, 2009.

405 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – da Faculdade de Serviço Social, PUCRS.

Orientação: Profa. Pós-Dra. Leonia C. Bulla.

1. Serviço Social. 2. Geração de Trabalho e Renda.
3. Instituições de Apoio. 4. Programa de Economia Solidária.
I. Bulla, Leonia C. II. Título.

CDD 362.85

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

CAROLINE GOERCK

**PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM
DESENVOLVIMENTO: SUA CONTRIBUIÇÃO
PARA A VIABILIDADE DAS EXPERIÊNCIAS
COLETIVAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO
E RENDA NO RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Serviço Social do
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de
Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul.

Tese apresentada à Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Leonia Capaverde Bulla
PUCRS

Profa. Dra. Berenice Rojas Couto

Profa. Dra. Elizabeth Maria K. Pedroso

Profa. Dra. Sheila Kocourek

*À minha Filha TÃO AMADA Anna Lúvia,
aos meus PAIS Ilo e Elydia,
a minha IRMÃ Susana,
ao meu SOBRINHO lindo Pedro, e,
minha irmã de coração Carina,
pois, parece-me, que essaS nossaS históriaS,
já haviam Sido escritaS em algum lugar...*

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a minha família, principalmente a MINHA MÃE Elydia e ao MEU PAI Ilo, sem os quais este Sonho não poderia ter se Concretizado. Agradeço a minha filha linda Anna Lúvia por ter me ensinado a ser mais tolerante e paciente com a vida, principalmente com os meus sonhos e objetivos, pois existem situações que se sobrepõem a todas as outras circunstâncias, e, mesmo assim, o novo, o inesperado, e quem sabe, o “acaso” também pode ser maravilhoso.

Agradeço também a minha a minha irmã Susana, o meu sobrinho lindo Pedro e aos meus amigos sinceros, Carina Santos de Almeida (minha irmã de coração), Alexandre Rauber, Deise Santos de Almeida, Elisângela Maria Wenzel, Daiana da Silva, pelos momentos de renúncia. Sem vocês, essa tese, não faria sentido.

Agradeço a professora Leonia Capaverde Bulla – minha sempre orientadora, pela ótima orientação, pelo apoio, pela compreensão, pelo carinho, pela tolerância, humildade, simplicidade, sabedoria, e, principalmente, por ter confiado em mim e ter me dado liberdade de escolha em todas as circunstâncias e nas mais variadas situações nestes últimos seis anos;

Agradeço também em especial à banca, representada pela professora Elizabeth K. Pedroso, Sheila Kocourek e Berenice Rojas Couto – que me possibilitou a troca de bolsa integral para parcial no mestrado – bem como pela professora Leonia Capaverde Bulla, por terem aceitado o convite e colaborado ao aprimoramento desta tese, com sugestões propositivas.

Agradeço também a Cristina Fraga e Sheila Kocourek por sempre estar presente nos momentos difíceis, bem como pela colaboração, pelo incentivo, apoio e pelas críticas sempre construtivas ao meu processo de aprendizagem e amadurecimento profissional.

Agradeço a minha amiga e bolsista Monique Bronzoni Damascena, por ter me auxiliado nesta pesquisa de doutoramento. Jamais esquecerei... Agradeço também a Caroline da Rosa e a Maria Eliane, que também me auxiliaram nesta pesquisa.

Agradeço ao apoio da Cristina Kologeski Fraga por estar ao meu lado no momento mais difícil da minha vida, por ser sempre uma grande amiga e companheira. Agradeço principalmente ainda ao apoio que a Sheila e a Cristina me deram em relação a minha gestação e ao nascimento da minha filha, minha Gatinha Mimosa “Anna Lúvia”.

Agradeço a Carolina Ritter e Fábio Gaviraghi, e, ainda, Jaqueline Vicensi, meus amigos de coração e seres fantásticos, por terem sempre me auxiliado em todas as demandas que necessitei ao longo destes últimos 5 anos e terem abrilhantado e colorido tanto a minha vida, mesmo nos momentos de dificuldades...

Gostaria de agradecer, também, a outras pessoas e instituições fundamentais na minha “breve trajetória profissional”, que contribuíram com a minha formação e transformação profissional e pessoal:

Agradeço a CAPES e ao CNPq (agências de fomento) pela oportunidade de obter as respectivas bolsas de estudo, sem as quais não teria condições de cursar o Doutorado, bem como o Mestrado. Agradeço a UNISC por ter me disponibilizado a bolsa de Iniciação Científica PUIC entre os anos de 2002 e 2003.

Agradeço as instituições e experiências pesquisadas, bem como ao apoio da Senaes e do Fórum Nacional e Estadual de Economia Solidária.

Agradeço à UNIPAMPA, a UNIJUI e a URI por terem me possibilitado ingressar na academia como docente em Serviço Social, bem como por terem colaborado com minhas viagens a Porto Alegre para cursar o doutorado. Agradeço em especial a Unipampa por ter colaborado com o processo de elaboração da tese.

Agradeço à Professora Jane Prates, que, desde o dia 18 de maio de 2001 (ao realizar sua primeira palestra na UNISC), me ensinou a “tirar do ordinário o extraordinário” e, desde aquele ano, vem sendo um marco e um exemplo de garra e ética da categoria profissional para mim. Você faz parte desta tese.

Agradeço aos meus colegas de trabalho e amigos pelo apoio, principalmente a Cristina K. Fraga, Sheila Kocourek e Eliana Cogoy, Gerri A. Mendes, Laura Fonseca, Cárlica Emerim, ao Eduardo e a Rafaela Rios da Unipampa, ao Marcos e ao Ivo da Unijuí. Agradeço em especial à colega Laura Fonseca por ter assegurado o meu direito de licença maternidade durante o período de seis meses, extremamente importante para a elaboração desta tese. Agradeço aos professores e demais colegas das instituições e trabalhadores das experiências coletivas pesquisadas no Rio Grande do Sul que colaboram com o processo de coleta das informações para esta pesquisa.

Agradeço aos professores (Jussara Mendes, Beatriz Aquinsky, Jane Prates, Berenice Couto, Carlos Nelson dos Reis, Gleny Guimarães, Patrícia Grossi, Márcia Faustini) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, por terem me lapidado e feito com que me aprimorasse tanto teórica quanto empiricamente, nesses últimos anos. Agradeço, também, à professora Alzira

Lewgoy, durante o mestrado, por ter me disponibilizado uma de suas disciplinas (que lecionava), para realização do estágio docência. Agradeço ao Antonio, a Patrícia e a Juliana, da secretaria da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, por terem sempre me auxiliado nas demandas apresentadas por mim à secretaria.

Agradeço o professor Marco André Cadoná – meu professor querido, que foi a pessoa que mais me incentivou a realizar esse sonho – cursar o Mestrado e Doutorado –, assim como foi o professor que introduziu e aproximou a pesquisa no meu trabalho profissional. Agradeço a Márcia Forster Watzlawick, por ter me acrescentado, tanto profissional quanto pessoalmente, demonstrando que os nossos sonhos e objetivos se transformam em realidade na medida em que contribuímos com eles, superando as dificuldades e as intempéries da vida. Agradeço a Noëlle Lechat por ter me convidado para participar e assessorar experiências de Economia Popular Solidária, pela incubadora da UNIJUI, enquanto assistente social. Este convite surgiu a partir da pesquisa que foi realizada durante o Mestrado, no PPGSS da PUCRS. Esta experiência foi fundamental para o meu atual exercício profissional e intelectual.

Agradeço aos meus professores do Ensino Fundamental, Médio e de Graduação que me incentivaram a estudar – juntamente com os meus pais – e colaboram com meu processo de aprendizagem – pois o conhecimento é cumulativo. Agradeço aos meus amigos, colegas e pessoas com as quais me relacionei por meio da Liga Feminina de Combate ao Câncer – em anexo ao Hospital Santa Cruz –, por se constituir num dos períodos mais significativos de minha vida.

E agradeço, por último, as minhas amigas Nádia Scheid do Brasil, Mônica Tankersley e Rosi por sempre estarem comigo, mesmo que em forma de lembranças, aprendizagens e saudades.

Enfim, a todos os referidos, os meus mais sinceros agradecimentos.

Obrigado por terem colaborado de tantas formas diferentes

para que este sonho se tornasse realidade!

*“Longe se vai, sonhando demais, mas onde se chega assim,
vou descobrir, o que me faz sentir, eu, caçador de mim”.*

(MAGRÃO; SÁ, 1981).

RESUMO

Esta tese teve como embasamento o método dialético-crítico. Pretendeu-se pesquisar a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. O referido programa social foi criado em 2003, pelo governo federal, com vistas a fortalecer os empreendimentos de geração de trabalho e renda. A temática que deu origem a esta pesquisa está relacionada com as experiências constituídas no Brasil nas últimas décadas do século XX. Estes empreendimentos coletivos podem ser considerados uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos sujeitos – especialmente os menos qualificados –, a partir do processo de reestruturação produtiva. A operacionalização do Programa vem ocorrendo por meio de parcerias estabelecidas entre o Estado (Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes), instituições da sociedade civil, outros setores governamentais e incubadoras universitárias. Além de análises documentais, foram coletadas informações de 11 instituições existentes no Rio Grande do Sul, que tem ou tiveram algum vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes. Foram realizadas também 46 entrevistas com lideranças e demais trabalhadores de 17 empreendimentos coletivos existentes nos meios urbanos, em municípios escolhidos de forma intencional. As informações quantitativas foram tratadas por procedimentos estatísticos e as qualitativas foram submetidas à análise de conteúdo. Neste estudo partiu-se do pressuposto que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento constitui-se como elemento potencializador de geração de renda para os sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho, mas que, contraditoriamente, constituem-se, também, em mecanismos de regulação do capital, para atenuar os conflitos de classe e reproduzir o sistema. Constatou-se por meio desta pesquisa, que, tanto o Estado, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – Senaes –, em parceria com instituições da sociedade civil, outros setores governamentais e incubadoras universitárias podem, mesmo que de forma incipiente, potencialmente viabilizar as experiências de Economia Popular Solidária.

Palavras-chave: Geração de Trabalho e Renda. Instituições de Apoio. Viabilidade. Programa de Economia Solidária.

ABSTRACT

This thesis had as basement the dialectical-critical method. Was intended to research the Solidarity Economy on Development Program contribution to the viability of the collective experiences of work and income generations on Rio Grande do Sul. That social program was created on 2003, by the Federal Govern, looking for the strengthen of the work and income generation developments. The subject that gave start to this research is related with the experiences constituted in Brazil on the last 20th century decades. These collective developments can be considered one of the alternatives of word and income generations to the citizens – especially the less qualified – starting from the productive restructuring process. The operacionalization of the Program been occurring by partners established between the State (Economy Solidarity National Secretary – Senaes), civil society institutions, other governmental sectors and university incubators. In addition of documental analysis, were collected information from 11 institutions of Rio Grande do Sul, which has or had any link to the Economy Solidarity on Development Program by the Senaes. It were realized 46 interviews with leaders and workers of 17 collective existing developments on urban, on municipalities chosen in a intentional way. The quantitative information were treated by statistical procedures and the qualitative were submitted to content analysis. On this study, it started from the assumption that the Economy Solidarity on Development Program it's constituted as a potentate element of income generation to the people that are on the board of the formal labor market, but those, contradictorily, are constituted, paradoxically, on mechanisms of capital regulation, to mitigate the class conflict and to reproduce the system. It was found with this research, that, the State, by the Economy Solidarity on Development Program – Senaes –, in partnership with civil society institutions, other governmental sectors and university incubators can, even in a incipient way, make possible potentializate the Popular Solidarity Economy experiences.

Key-words: Work and income generation. Support Institutions. Viability. Solidarity Economy Program.

RESUMEN

Esta tesis tuvo como embasamiento el método dialéctico-crítico. Se pretendió investigar la contribución del Programa de Economía Solidaria en Desarrollo para la viabilidad de las experiencias colectivas de generación de trabajo y renta en el Río Grande del Sur. El programa social referido fue creado en 2003 por el gobierno federal, con el objetivo de fortalecer los emprendimientos de generación de trabajo y renta. La temática que originó esta investigación está relacionada a las experiencias constituidas en el Brasil en las últimas décadas del siglo XX. Estos emprendimientos colectivos pueden ser considerados una de las alternativas de generación de trabajo y renta a los sujetos – especialmente a los menos cualificados –, a partir del proceso de reestructuración productiva. La realización del Programa está ocurriendo por medio de aparcerías establecidas entre el Estado (Secretaria Nacional de Economía Solidaria – Senaes), entidades de la sociedad civil, otros sectores gubernamentales e “incubadoras universitarias”. Además de análisis de documentos, se colectó informaciones de 11 instituciones existentes en el Río Grande del Sur, que tienen o tuvieron algún vínculo con el Programa de Economía Solidaria en Desarrollo por medio de las Senaes. Fueron realizadas también 46 entrevistas con líderes y demás trabajadores de 17 emprendimientos colectivos existentes en las áreas urbanas, en municipios escogidos de forma intencional. Las informaciones cuantitativas fueron tratadas por procedimientos estadísticos y las cualitativas fueron sometidas a análisis del contenido. Para la realización de este estudio se partió del presupuesto de que el Programa de Economía Solidaria en Desarrollo se constituyó como elemento potencializador de generación de renta para los sujetos que están a la margen del mercado formal de trabajo, pero que, contradictoriamente, se constituyen, también, en mecanismos de regulación del capital, para atenuar los conflictos de clases y reproducir el sistema. Se constató por medio de esta investigación que el Estado, con el Programa de Economía Solidaria en Desarrollo – Senaes –, en conjunto con entidades de la sociedad civil, otros sectores gubernamentales e “incubadoras universitarias” puede, mismo que de manera incipiente, potencialmente viabilizar las experiencias de Economía Popular Solidaria.

Palabras-clave: Generación de trabajo y renta. Entidades de apoyo. Viabilidad. Programa de economía solidaria.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização de Leis/Decretos sobre o cooperativismo e associativismo no Brasil	65
Quadro 2 - Analogias e diferenças entre Economia Popular, Economia Popular Solidária e Economia Solidária	93
Quadro 3 - Diferenças entre Cooperativas e Associações	98
Quadro 4 - Instituições Pesquisadas	162
Quadro 5 - Instituições relacionadas com as experiências pesquisadas	165
Quadro 6 - Ações/atividades desenvolvidas pela Senaes e pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento	187-189
Quadro 7 - Programas Sociais articulados com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes	196-200
Quadro 8 - Características do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento	207
Quadro 9 - Síntese das características das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Brasil e no Rio Grande do Sul	233
Quadro 10 - Atividades desenvolvidas pelas Instituições de Apoio Pesquisadas	239
Quadro 11 - Vinculação das Instituições pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes	254-255
Quadro 12 - Caracterização das Instituições Pesquisadas	264
Quadro 13 - Motivos de criação das experiências coletivas.....	276
Quadro 14 - Princípios Cooperativistas nas 17 experiências pesquisadas	328
Quadro 15 - Síntese de Metodologia de Incubação	392

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação salarial entre homens e mulheres por grau de instrução	81
Gráfico 2 - Formas de organização das experiências coletivas no Brasil	214
Gráfico 3 - Inserção exclusiva de mulheres e homens nas experiências coletivas	217
Gráfico 4 - Participação dos trabalhadores nas reuniões e assembleias	221
Gráfico 5 - Formas de organização das experiências coletivas no Rio Grande do Sul	223
Gráfico 6 - Inserção exclusiva de homens e mulheres nas experiências coletivas no Rio Grande do Sul	226
Gráfico 7 - Produtos e serviços das atividades desenvolvidas.....	228
Gráfico 8 - Forma de organização das Instituições de Apoio	238
Gráfico 9 - Participações das Instituições nas instâncias dos Fóruns de Economia Solidária.....	259
Gráfico 10 - Constituição das experiências de geração de trabalho e renda	273
Gráfico 11 - Locais dos empreendimentos coletivos	280
Gráfico 12 - Objetos de trabalho das experiências coletivas.....	284
Gráfico 13 - Taxa de desemprego das cônjuges e das chefias femininas segundo o tipo de família na Região Metropolitana de Porto Alegre (2007-2008)	313

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Precursores do Cooperativismo	52
Figura 2 - Economia Popular Solidária	90
Figura 3 - Processo Dialético	149
Figura 4 - Metodologia de Pesquisa.....	154
Figura 5 - Mapa 1: Estado do Rio Grande do Sul.....	168
Figura 6 - Tese	331
Figura 7 - Compreensão do trabalho desenvolvido pelo Assistente Social.....	388

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Instituições de apoio vinculadas no Rio Grande do Sul com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes (2003-2009)	237
Tabela 2 - Sexo dos trabalhadores das experiências pesquisadas.....	279
Tabela 3 - Analogias e diferenças entre as características das 17 experiências coletivas pesquisadas e do Mapeamento realizado pela Senaes no Rio Grande do Sul	298
Tabela 4 - Faixa etária dos sujeitos da pesquisa	310
Tabela 5 - Escolaridade dos sujeitos da pesquisa	311

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço
ABICRED	- Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito
ACI	- Aliança Cooperativa Internacional
ADS	- Agencia de Desenvolvimento Solidário
ANCOSOL	- Associação do Cooperativismo de Economia Familiar e Solidária
ANTEAG	- Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
ASCOOB	- Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar
ATER	- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CAMP	- Centro de Educação Popular
CAPES	- Sistema Público de Atendimento a Saúde Mental
CBAS	- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CCA	- Cooperativas Centrais dos Assentados
CCQ	- Círculos de Controle de Qualidade
CEAPE	- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CFES	- Centros de Formação em Economia Solidária
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CLT	- Constituição das Leis Trabalhistas
CNES	- Conselho Nacional de Economia Solidária
CNM	- Confederação Nacional dos Metalúrgicos
CNRT	- Conselho Nacional das Relações do Trabalho
CODEFAT	- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
COEP	- Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional
COFINS	- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAES	- Conferencia Nacional de Economia Solidária
CONAFIS	- Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias
CONCRAB	- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERSOL	-	Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária
COREDE	-	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPA	-	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPMF	-	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão
CPS	-	Cooperativa de Prestação de Serviços
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	-	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	-	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CREDITAG	-	Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar
CRESOL	-	Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Rural
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	-	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DTR	-	Delegacia Regional do Trabalho
EAF	-	Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento
ECOSOL	-	Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário
EES	-	Empreendimentos Econômicos Solidários
EGEs	-	Equipe de Gestores Estaduais
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENPESS	-	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EUA	-	Estados Unidos da América
FASE	-	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FAT	-	Fundo de Amparo do Trabalhador
FATES	-	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FBB	-	Fundação Banco do Brasil
FBES	-	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEE	-	Fundação de Economia e Estatística
FETAGS	-	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FGEPS	-	Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária
FGTS	-	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FINEP	-	Financiadora de Estudos e Projetos
FIOCRUZ	-	Fundação Oswaldo Cruz
FORPROEXT	-	Fórum de Pró-Reitores de Extensão
FURB	-	Universidade Regional de Blumenau
FURG	-	Universidade Federal do Rio Grande
GEA	-	Formação e Assessoria Sindical
GT	-	Grupo de Trabalho
IBASE	-	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconomicas
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	-	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGK	-	Instituto Genaro Krebs
INCRA	-	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
INSS	-	Instituto Social de Segurança Social
INTEGRAR	-	Associação de Integração de Empresa Escola
IOF	-	Imposto Sobre Operações Financeiras
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	-	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPTU	-	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	-	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISS	-	Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza
ITCPs	-	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITR	-	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
MCT	-	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrária
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
MME	-	Ministério de Minas e Energia
MS	-	Ministério da Saúde
MST	-	Movimento dos Sem Terra
MTE	-	Ministério do Trabalho e Emprego
NEATES	-	Núcleo Estadual de Assistência Técnica
NUDESE	-	Núcleo de desenvolvimento Social e Econômico

OBJ. ESP	-	Objetivo Específico
OCA	-	Organização das Cooperativas Americanas
OCB	-	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE	-	Organização das Cooperativas do Estado
OCERGS	-	Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OIT	-	Organização Internacional do Trabalho
ONG	-	Organização Não Governamental
OSCIP	-	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	-	Projetos Alternativos Comunitários
PACS	-	Instituto Políticas Públicas para o Conesul
PADRSS	-	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PAIF	-	Programa de Integração à Família
PDT	-	Partido Democrático Trabalhista
PEA	-	População Economicamente Ativa
PED	-	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PETI	-	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFL	-	Partido da Frente Liberal
PIA	-	População em Idade Ativa
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIS	-	Programa de Integração Social
PITCE	-	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PLANFOR	-	Programa Nacional de Formação Profissional
PLC	-	Projeto de Lei Completar
PLS	-	Projeto de Lei do Senado
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNQ	-	Plano Nacional de Qualificação
POF	-	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA	-	Plano Plurianual
PPGSS	-	Programa de Pós Graduação em Serviço Social
PROEMPREGO	-	Programa de Emprego
PROGER	-	Programa de Geração de Emprego e Renda

PROMESO	-	Programa da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais
PRONACOOOP	-	Programa Nacional de Fomento as Cooperativas de Trabalho
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	-	Programa de Educação do Campo
PRONINC	-	Programa Nacional de Incubadoras
PSB	-	Partido Socialista Brasileiro
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PUCRS	-	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
QN	-	Questão Norteadora
RBSES	-	Rede de Socioeconomia Solidária
RITCP	-	Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
RS	-	Rio Grande do Sul
SCA	-	Sistema Cooperativista dos Assentados
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	-	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	-	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	-	Serviço Social do Comércio
SESI	-	Serviço Social da Indústria
SFS	-	Sistema de Finanças Solidárias
SIES	-	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SINE	-	Sistema Nacional de Emprego
SNCR	-	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNES	-	Sistema Nacional de Economia Solidária
STTRS	-	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUAS	-	Sistema Único de Assistência Social
SUS	-	Sistema Único de Saúde
SUSEPE	-	Superintendência dos Serviços Penitenciários
UCPEL	-	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	-	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	-	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	-	Universidade Federal do Rio grande do Norte

UFRPe	-	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFScar	-	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	-	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	-	Universidade Federal de Santa Maria
UFV	-	Universidade Federal de Viçosa
UNICAFES	-	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICAMP	-	Universidade Federal de Campinas
UNIJUÍ	-	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	-	Universidade Federal do Pampa
UNISC	-	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	-	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISOL	-	Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários do Brasil
UNITRABALHO	-	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
URI	-	Universidade Regional Integrada
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	-	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
2 PRECURSORES DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL.....	36
2.1 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO-ASSOCIATIVISMO NA EUROPA	37
2.2 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COOPERATIVISTAS E ASSOCIATIVISTAS NO BRASIL	53
2.3 FINAL DO SÉCULO XX E LIMAR DO SÉCULO XXI: NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO	67
3 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E INSTITUIÇÕES DE APOIO: COMO UMA DAS ALTERNATIVAS AOS TRABALHADORES NO BRASIL DE GERAR TRABALHO E RENDA	83
3.1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	85
3.1.1 Economia Popular Solidária e o processo de comercialização	95
3.1.2 Diferenciações entre as Cooperativas e Associações.....	97
3.1.3 Falsas Cooperativas e o novo Marco Legal	100
3.2 APOIO DA SOCIEDADE CIVIL E DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	110
3.2.1 Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária	114
3.2.2 Instituições da Sociedade Civil e Governamentais apoiadoras da Economia Popular Solidária no Brasil	122
3.2.2.1 Instituições da Sociedade Civil e Governamentais Apoiadoras da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul.....	127
3.2.3 Incubadoras universitárias e o trabalho de incubação	131
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	143

4.1 MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO	144
4.1.1 Leis da Dialética	145
4.1.2 Categorias Teórico-Metodológicas	146
4.2 TIPO DE PESQUISA	151
4.3 PROCESSO DE PESQUISA	152
4.3.1 Pressupostos éticos da pesquisa e coleta das informações	156
4.3.2 Delimitação geográfica da pesquisa.....	167
4.3.3 Análise das Informações	172
 5 PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	175
5.1 INTRODUZINDO OS PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS PROGRAMAS SOCIAIS...	176
5.1.1 Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Secretaria Nacional de Economia Solidária.....	179
5.1.2 Ações do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e sua articulação com outros Programas Sociais	185
5.1.3 Conselho Nacional de Economia Solidária	203
5.2 MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL REALIZADO PELA SENAES COM A PARCERIA DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO	210
5.2.1 Caracterização do mapeamento de Economia Popular Solidária no Brasil	212
5.2.2 Caracterização do mapeamento de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul.....	222
 6 INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO POR MEIO DA SENAES NO RIO GRANDE DO SUL	235
6.1 INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE CIVIL E AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS: SUAS VINCULAÇÕES COM O PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO POR MEIO DA SENAES NO RIO GRANDE DO SUL	236
6.1.1 Caracterização das Instituições de Apoio mapeadas e pesquisadas.....	236

6.1.2	Vinculações das Instituições de Apoio pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes.....	247
6.1.3	Processo de Assessoria e/ou Incubação desenvolvido pelas Instituições de Apoio pesquisadas	260
6.1.4	Relação estabelecida entre o trabalho desenvolvido pelas Instituições de Apoio no Rio Grande do Sul juntamente com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento às Experiências de Economia Popular Solidária.....	267
6.2	EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL: O PROCESSO DE ASSESSORIA QUE VEM SENDO DESENVOLVIDO PELAS INSTITUIÇÕES DE APOIO VINCULADAS AO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	272
6.2.1	Caracterização das experiências de Economia Popular Solidária pesquisadas e do processo de trabalho que vem sendo desenvolvido	273
6.2.2	Processo de gestão nas experiências coletivas pesquisadas	300
6.2.3	Características dos trabalhadores pesquisados	309
6.2.4	Apoio das Instituições para a viabilidade econômica das experiências coletivas no Rio Grande do Sul por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes	317
6.2.5	Apoio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento à Viabilidade das Experiências Assessoradas pelas Instituições de Apoio no Rio Grande Do Sul	331
7	CONCLUSÃO	335
	REFERÊNCIAS.....	350
	APÊNDICES	376
	APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	377
	APÊNDICE B - Roteiro para Análise Documental do Programa de Economia Solidária e Documentos Complementares	379
	APÊNDICE C - Roteiro para Análise Documental do Mapeamento de	

Economia Solidária.....	380
APÊNDICE D - Questionário de Pesquisa destinado às Instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por meio da Senaes	381
APÊNDICE E - Roteiro para Análise Documental dos Materiais das Instituições Pesquisadas	382
APÊNDICE F - Formulário de Pesquisa I	383
APÊNDICE G - Formulário de Pesquisa II	385
APÊNDICE H - Roteiro para Análise Documental dos Materiais das Experiências Pesquisadas	387
APÊNDICE I - Contribuição do Trabalho do Assistente Social às Experiências de Economia Popular Solidária.....	388
ANEXOS	394
ANEXO A - Ministério do Trabalho/Secretaria Nacional de Economia Solidária Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.....	395
ANEXO B - SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária Relatórios SIES 2005/2007: Relatórios regionais, estaduais e municipais Situação dos empreendimentos no Estado RS	398

1 INTRODUÇÃO

O processo de trabalho¹ é elemento central e peculiar na forma de organização e socialização dos indivíduos, pois é por meio dele que o sujeito se transforma e modifica a natureza. Como o capitalismo tem o objetivo de acumular e centralizar capital e com o fato da força de trabalho ser considerada uma mercadoria pelo sistema, o trabalho que vem sendo realizado pelos sujeitos, comumente não está sendo constituído pela autorrealização e identificação dos trabalhadores diante dos processos de produção e gestão².

Diante da III Revolução Industrial - reestruturação do capital -, desenvolvida por meio da robótica, automação e microeletrônica, cria-se uma massa de trabalhadores - considerados “sobrantes” pelo capital -, que acirra o processo de alienação³ e precariedade das condições e relações de trabalho. Paralelamente à III Revolução Industrial, ocorre por meio da implantação do referencial teórico-neoliberal nas políticas sociais públicas, o processo de minimização do Estado, implicando na não legitimação dos direitos sociais - adquiridos pela classe trabalhadora⁴.

No final do século XX e limiar do XXI emergem experiências/grupos associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma das possíveis formas de resistência da classe trabalhadora às manifestações de desigualdade

¹ O processo de trabalho parte de uma intencionalidade para chegar numa finalidade. “O processo de trabalho tem por finalidade a criação de valores-de-uso para o atendimento das necessidades humanas” (PRATES, 2003, p. 104). Existem alguns elementos que constituem o processo de trabalho: são compostos pelo próprio trabalho de execução e de concepção – que possui uma finalidade –; pelo objeto de trabalho (matéria-prima); pelos meios de trabalho (maquinário, local, entre outros); e pelo instrumental utilizado (instrumentos e técnicas) (PRATES, 2003).

² Entende-se “gestão como um processo que articula forma e conteúdo, pensamento e ação para conduzir investigações, ações ou organizações, visando a consecução de determinados fins, de acordo com o interesse de indivíduos, grupos, organizações ou classes” (PRATES, 1995, p. 100). Ou seja, a gestão é compreendida, neste estudo, como a forma em que os empreendimentos populares e coletivos se organizam e direcionam o processo de decisão e execução do trabalho nos empreendimentos.

³ Não se reconhece ou não se identifica durante o processo de produção (MARX, 1988).

⁴ Classe trabalhadora compreendida por meio dos sujeitos que vendem a sua força de trabalho em troca de renda ou salário. Salienta-se que o trabalho não está desaparecendo, mas é o seu processo de execução e gestão que vem sendo reformulado, bem como as suas formas de regulação, devido à reestruturação do capital.

da questão social⁵ - entre elas, a falta de trabalhos formais. A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas dos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela III Revolução Industrial. É manifestada por cooperativas, associações e grupos de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores.⁶

As experiências alternativas de geração de trabalho e de renda se acentuaram no término do século XX e início do XXI, por meio do incentivo da sociedade civil, organizações governamentais e incubadoras universitárias, devido às transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e no mercado. Esses empreendimentos coletivos, designados de Economia Popular Solidária são constituídos comumente pelos sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho.

Tendo-se como embasamento o Método Dialético-Crítico, porém, não se compreende as experiências coletivas que constituem a Economia Popular Solidária, como forma de substituir o sistema capitalista, pois estes empreendimentos também estão inclusos neste modo de produção e tentam se inserir no ciclo da reprodução capitalista. Percebem-se, então, estas experiências, num primeiro momento, como uma das alternativas dos sujeitos para gerar trabalho e renda. Enfatiza-se que, ao mesmo tempo em que estas experiências coletivas podem se constituir em formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão

⁵ A questão social pode ser apreendida como o conflito suscitado entre o capital (proprietários dos meios de produção) e o trabalho (trabalhadores que vendem suas forças de trabalho em troca de um salário – meio de pagamento), bem como pelas desigualdades e resistências geradas por meio dessa relação social de compra e venda da força de trabalho (BULLA, 1992). As manifestações de desigualdade da questão social, atualmente, se referem, basicamente, a partir da produção e distribuição de riquezas, ou seja, pela má distribuição da renda entre os sujeitos (CASTEL, 2008). Essas manifestações de desigualdade podem ser constatadas pelas suas múltiplas expressões, como o não acesso a direitos, a exploração nas relações de trabalho, o desemprego e o subemprego, a baixa qualidade de vida, as diversas formas de violência, a desnutrição, a prostituição infantil, bem como pode ser representada também pela pobreza, exclusão e subalternidade (YAZBEK, 2001), entre outras. As manifestações da questão social de rebeldia e resistência podem ser apreendidas pelos movimentos sociais, sindicatos, grupos, cooperativas e associações de trabalho, de produção e de serviços, enfim, todas as formas dos sujeitos se rebelarem às consequências do sistema capitalista.

⁶ Outras possibilidades apresentadas aos trabalhadores, que complementam estas experiências coletivas, são as Políticas e Programas Sociais de emprego ou redistribuição de renda, que também objetivam a inclusão socioeconômica dos sujeitos, como, por exemplo, os Programas de Renda Mínima, como o Bolsa-Família ou de qualificação profissional, entre outros. A Política Social como um todo e os demais Programas Sociais, com exceção do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, não serão aprofundados nesta pesquisa devido ao fato de não obterem a centralidade deste estudo.

social - entre elas, o desemprego -, estes empreendimentos e seu respectivo programa social⁷ são compreendidos também, como estratégias do próprio sistema e do Estado, para atenuar os conflitos de classe, mantendo e reproduzindo o *status quo*. Outras formas de precarização do trabalho e regulação da questão social podem ser tidas pelo trabalho temporário, informal, terceirizado, entre outros.

Ao estarem excluídos do mercado formal de trabalho, pode-se mencionar que estes trabalhadores também estão inseridos na lógica do sistema capitalista, pois o desemprego é inerente a este modo de produção. A exclusão na produção de bens e serviços ocorre também por meio da inclusão no sistema, sendo que a exclusão, além de necessária ao capitalismo, também se configura como uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo não acesso à riqueza socialmente produzida (YAZBEK, 2001). Desta forma, ao mesmo tempo em que comumente os trabalhadores das experiências de Economia Popular Solidária estão excluídos do mercado formal de trabalho, os mesmos, porém, estão incluídos no sistema - em condição de vulnerabilidade social.

Tem-se como compreensão também, que estes empreendimentos podem caracterizar a precarização do trabalho coletivo, uma vez que estes sujeitos geralmente não possuem acesso aos direitos trabalhistas. Entretanto, estes empreendimentos se constituem numa das alternativas emergenciais de geração de trabalho e renda, e, a regulamentação do Novo Marco Legal do Cooperativismo - que consiste em um dos objetivos da Senaes -, tem como perspectiva possibilitar que estes trabalhadores possam usufruir de melhores condições de trabalho.

A Economia Popular Solidária⁸ expressa formas associativistas e cooperativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo. Pode-se salientar, também, que o trabalho realizado nestes empreendimentos populares e coletivos, além de gerar renda, em algumas

⁷ O programa brasileiro de Economia Solidária em Desenvolvimento – assim como outros programas sociais de geração e transferência de renda –, ao mesmo tempo em que se constitui numa possibilidade de inclusão socioeconômica dos sujeitos, também pode ser compreendido como uma forma de mediar os conflitos sociais, atenuando assim as desigualdades geradas pela questão social.

⁸ Neste estudo, durante a apresentação das características dos empreendimentos coletivos que serão introduzidos por meio do Mapeamento de Economia Solidária realizado pela Senaes – Capítulo 5 –, bem como na análise das experiências pesquisadas no Rio Grande do Sul – Capítulo 6 –, é utilizada a terminologia Economia Popular Solidária. Utiliza-se esta terminologia devido ao fato da pesquisadora compreender estas experiências coletivas como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos sujeitos que comumente estão à margem do mercado formal de trabalho, bem como, também, pelo fato de que trabalhadores de alguns destes empreendimentos buscam desenvolver o processo de trabalho de uma forma diferenciada, apesar de também estarem inseridos no mesmo e reproduzirem a lógica do capital.

experiências possivelmente agrega princípios que potencializam o processo de trabalho e, normalmente, não são proporcionados pelos demais empreendimentos inseridos no sistema.

Estes princípios originados pelos Precursores do Cooperativismo estão respaldados na solidariedade, na democracia, na aproximação da autogestão, na participação, na posse coletiva dos meios de produção, no processo de rotatividade de funções e na divisão de renda entre os associados que, de forma democrática, deveriam definir estratégias de repartição, de cooperação na produção e no trabalho, de compromisso com o desenvolvimento humano e de preservação do meio ambiente. Mediante a operacionalização desses princípios nos processos de produção e gestão, os sujeitos possuem a possibilidade de elaborar as suas próprias regras no cotidiano de trabalho, bem como alcançar um novo patamar de politização e participação social. Quando se percebe que trabalhadores inseridos em empreendimentos coletivos, entretanto, não desenvolvem suas atividades de modo que tenham clareza sobre os princípios do cooperativismo, ou, ainda, mesmo que estes trabalhadores desenvolvam suas atividades conforme estes princípios, estas experiências também se configuram como estratégias do próprio capital para atenuar os conflitos de classe, mantendo assim o capitalismo.⁹

Desta forma a pesquisadora não compreende a Economia Popular Solidária, nem com excesso de otimismo, e, nem com excesso de pessimismo, pois opta pelo realismo analítico, respaldado no método dialético-crítico. Nesta pesquisa pretende-se aprofundar a categoria de contradição de modo que se possa ter clareza sobre o significado da Economia Popular Solidária no Brasil, bem como do Programa Social de Economia Solidária em Desenvolvimento e sua possível contribuição para a viabilidade econômica destes empreendimentos coletivos. Pois, na medida em que a Economia Popular Solidária absorve uma massa de trabalhadores desempregados e especialmente os menos qualificados - mesmo com seu aspecto contraditório -, a mesma possui significativa importância social, posto que é por meio do trabalho realizado pelo coletivo que alguns destes sujeitos estão conseguindo sobreviver e gerar renda.

⁹ O processo de trabalho nos empreendimentos designados de Economia Popular Solidária “deveria” ser desenvolvido de forma solidária e democrática entre os sujeitos. Em certos momentos, porém, esta realidade diverge com o que vem ocorrendo em uma parcela das associações, cooperativas e grupos existentes.

Salienta-se ainda que, a viabilidade analisada - que corresponde aquilo que é viável, possível, realizável, exequível -, é compreendida nesta pesquisa como a forma dos empreendimentos de Economia Popular Solidária se manterem no sistema, de modo que por intermédio das atividades desenvolvidas pelos sujeitos nas experiências, estes possam pagar suas despesas e também obter sobra, que por sua vez, gerará a renda dos trabalhadores. Esta compreensão vinculada ao aspecto econômico do processo de viabilidade, corresponde também a orientação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes - em relação a estes empreendimentos coletivos no presente. Esta percepção está relacionada com o fato de que num primeiro momento, estas experiências se constituem como uma das formas alternativas de geração de renda aos sujeitos que estão comumente em situação de vulnerabilidade social.

Desta forma, apesar da pesquisadora compreender e perceber outros elementos que estão para além do aspecto econômico, como, por exemplo, o processo de politização e conscientização dos trabalhadores inseridos nas experiências, capacidade de se organizarem, pela existência de cooperação entre os sujeitos no processo de trabalho, pela forma igualitária de repartição das sobras, pelo rodízio das atividades desenvolvidas, pela possibilidade de incorporação de novos trabalhadores, pela apropriação dos princípios cooperativistas, entre outros; entretanto, delimita-se a viabilidade pesquisada, primeiramente no aspecto econômico, devido a situação de pauperização que estes sujeitos geralmente vivenciam. Estas informações podem ser confirmadas tanto por meio da análise documental dos dados obtidos pelo mapeamento realizado pela Senaes no Brasil e no Rio Grande do Sul, em relação a renda dos sujeitos, como, também pelas informações obtidas ao serem analisados 17 empreendimentos coletivos pesquisados de forma intencional em municípios no referido Estado.¹⁰

Ressalta-se, ainda, que esses empreendimentos coletivos necessitam de instituições de apoio, políticas e programas sociais que os assessor e os financie, visando as suas permanências e viabilidades econômicas no mercado. Com base nesta perspectiva, desde 2003, o governo federal, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Popular Solidária integrante da agenda pública

¹⁰ Salienta-se, ainda, que indicadores de viabilidade relacionados com os outros aspectos – entre eles, os sociais, políticos, culturais, educacionais –, poderão ser analisados por outras pesquisas que tenham como enfoque central esta intencionalidade, posto que esta tese poderá servir como um dos referenciais literários utilizados, entre outros.

brasileira. O governo federal, com o objetivo de fortalecer, promover e viabilizar economicamente empreendimentos de geração de trabalho e renda, visando também a absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho criou no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, a Senaes. A Senaes¹¹ foi obtida por meio do movimento de Economia Solidária no Brasil - com o apoio da sociedade civil.¹²

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento está sendo materializado e operacionalizado por meio de uma parceria estabelecida entre o governo federal - e outros setores governamentais¹³ -, e, também pelas instituições da sociedade civil¹⁴ e incubadoras universitárias. Algumas destas instituições, quando vinculadas ao Estado, recebem apoio financeiro e de formação por meio de verbas advindas do governo federal, mediante projetos e programas sociais, para desenvolver o trabalho de assessoria nas experiências coletivas.

Menciona-se que esta pesquisa tem como objetivo central analisar como o ainda incipiente Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio de instituições vinculadas à Senaes, vem contribuindo para a viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda, tendo como delimitação geográfica o Estado do Rio Grande do Sul, e delimitação temporal o período de 2003 a 2009.¹⁵ Na medida em que foi analisado como vem sendo desenvolvido e aplicado o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, pretendeu-se avaliar a contribuição do mesmo para a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária, bem como suas possíveis limitações. Neste sentido, reporta-se à relevância social, científica e profissional deste trabalho, pois o mesmo poderá servir como um instrumento de contribuição à Senaes e ao Programa de Economia Solidária no Brasil e no Estado, aos Fóruns de Economia Popular Solidária, além de colaborar diretamente com os trabalhadores e seus familiares que estão sobrevivendo desta alternativa de geração de trabalho e renda.

¹¹ O economista Paul Singer é o secretário da Senaes, desde 2003.

¹² Constituída pelos sujeitos sociais que compõem o Movimento da Economia Solidária no Brasil, bem como pelas demais instituições sociais.

¹³ Constituído pelas Secretarias das prefeituras, Conselhos Municipais, entre outros.

¹⁴ As instituições sociais em geral podem ser advindas de organizações de trabalhadores, minorias sociais, instituições religiosas, defensores de direitos (humanos, mulheres, criança e adolescente, meio ambiente, entre outros), sindicatos, mas também por instituições que representam o capitalismo (Fundação Bradesco, Bancos, empresas privadas – por meio da responsabilidade social, entre outros) (MAIA, 2005).

¹⁵ As instituições que possuíam convênio em 2008 com o Programa de Economia Solidária pela Senaes, continuam com este vínculo em 2009.

Outros aspectos relevantes estão relacionados com a experiência vivenciada por esta profissional, tanto na Graduação, como por intermédio da pesquisa que foi realizada no Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa de Mestrado, procurou-se analisar a organização do processo de trabalho em experiências de Economia Popular Solidária, que se localizavam no meio urbano do Vale do Rio Pardo/RS, tendo como perspectiva também salientar a elevação da politização e participação dos sujeitos inclusos nestes empreendimentos. Cita-se, ainda, a experiência da doutoranda no processo de assessoria e incubação destes empreendimentos coletivos e populares, por meio da Incubadora de Economia Solidária da Unijuí, enquanto assistente social em 2006, bem como na atualidade, como coordenadora da Incubadora de Economia Solidária da Unipampa.

Faz-se importante que a produção de conhecimento científico, bem como de novas pesquisas, possuam a intencionalidade de contribuir para aprimoramento de demandas sociais prioritárias, adquirindo uma relevância social de modo que impulse e possibilite a práxis. Para o assistente social, a investigação da realidade é uma necessidade ao desenvolvimento de seu trabalho profissional. O compromisso e posicionamento ético-político da categoria profissional - do Serviço Social -, conforme consta no Código de Ética dos Assistentes Sociais (CFESS, 2002), tem como princípios fundamentais a ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor da igualdade, da equidade e da classe trabalhadora, a opção por um projeto social vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero.¹⁶

No Rio Grande do Sul investigações sobre a contribuição do Programa de Economia Solidária à viabilidade econômica das experiências coletivas são importantes - dado o seu ineditismo e originalidade¹⁷. A análise deste programa à

¹⁶ Tendo esta intencionalidade foi elaborado no "Apêndice I", com base nesse direcionamento ético-político, uma aproximação entre esses empreendimentos coletivos e o trabalho profissional dos assistentes sociais.

¹⁷ No que se relaciona a identificação das instituições de apoio vinculadas à Senaes no Estado, bem como sobre seus respectivos processos de incubação e assessoria desenvolvidos com os empreendimentos por meio de alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Tendo esta intencionalidade, a doutoranda contatou com a Senaes para a realização da pesquisa, e as informações que estão sendo obtidas por meio deste estudo já estão contribuindo com esta secretaria nacional e com o Fórum Nacional de Economia Solidária, mantendo-os atualizados sobre as informações atinentes ao Programa de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul. Salienta-se ainda que é do interesse da Senaes e do Fórum Nacional o processo de monitoramento do Programa de Economia Solidária no RS, assim como nos demais estados.

viabilidade das experiências coletivas é de extrema importância para o aprimoramento do mesmo, na medida em que ainda está em fase de implantação e de implementação para que futuramente possa ser transformado em política social em âmbito nacional. Para a concretização deste trabalho foi analisado o seguinte problema: como o Programa de Economia Solidária - por meio das instituições vinculadas ao referido Programa por intermédio da Senaes -, vem contribuindo para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul?

Este estudo foi realizado tendo como embasamento as categorias teórico-temáticas: Geração de Trabalho e Renda, Instituições de Apoio, Viabilidade e Programa de Economia Solidária. As categorias teórico-metodológicas e temáticas nortearam a pesquisa literária, as análises documentais, a coleta das informações e dados obtidos com os trabalhadores, com as experiências e instituições pesquisadas, a análise destas informações e, finalmente, a elaboração da tese. O enfoque qualitativo foi predominante neste estudo, embora tenha-se levado em consideração, também, os dados quantitativos (pois se compreende que os dados qualitativos e quantitativos se complementam).

O problema de pesquisa é complementado pelos seguintes questionamentos e interrogações, constituintes das questões norteadoras: Quais são as instituições que vêm assessorando as experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, que estão sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as características socioeconômicas dos sujeitos que integram as experiências de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as características socioeconômicas das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Como as instituições que vêm assessorando as experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul - por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes -, estão desenvolvendo os seus

processos de incubação/assessoria? Como vem sendo implantado o Programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul?

Com base no problema e nas questões norteadoras foram estabelecidos, além do objetivo geral, alguns objetivos específicos à pesquisa: verificar quais são as instituições que vem assessorando as experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, com vistas a mapeá-las no referido Estado; averiguar quais são as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, que estão sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, com vistas a mapeá-las no referido Estado; identificar quais são as características socioeconômicas dos sujeitos que integram as experiências de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, para desvelar as condições de vida destes trabalhadores; investigar quais são as características sócio-econômicas das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e, que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, para verificar a viabilidade destes empreendimentos coletivos; desvelar como as instituições que vem assessorando as experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul - por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes -, estão desenvolvendo os seus processos de incubação/assessoria, com vistas a dar visibilidade a estas metodologias de incubação; investigar como vem sendo implantado o Programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul, com vistas a contribuir com o aprimoramento da implantação deste Programa no Estado.

Partindo dos conhecimentos que fundamentam esta pesquisa - seu problema, objetivos e questões norteadoras -, chegou-se a esta tese que se pretende demonstrar ao longo deste trabalho: o Estado, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado a Senaes, juntamente com as incubadoras universitárias e instituições governamentais e da sociedade civil, desde que em parceria com o Governo Federal, podem potencializar e viabilizar as experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma incipiente, principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho. Salienta-se esta

realidade sem desconsiderar a categoria de contradição que permeia estes empreendimentos coletivos e seu respectivo programa social

Foi realizada a coleta das informações entre o período de janeiro de 2008 a março de 2009, mediante revisão literária sobre o tema e contato estabelecido com a Senaes, assim como pela análise documental dos seguintes documentos: Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, Mapeamento de Economia Solidária, materiais pertencentes a sete (7) instituições pesquisadas que estão vinculadas a Senaes ou ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento em 2008-2009, e em materiais pertencentes as 17 experiências coletivas. Destes empreendimentos, 14 estão sendo assessorados por instituições de apoio que possuem entre 2008 e 2009 vínculo com a Senaes, e 3 empreendimentos assessorados por instituições que já tiveram vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, entretanto, entre 2008 e 2009 estavam desvinculadas.

Também foram coletadas informações por meio da aplicação de um questionário respondido por 7 instituições e por dois formulários aplicados mediante a técnica de entrevista às lideranças (18) e demais trabalhadores (28) dos 17 empreendimentos pesquisados¹⁸, existentes nos meios urbanos em municípios do Rio Grande do Sul, totalizando 46.¹⁹ Tanto as entrevistas e a escolha das experiências pesquisadas, como também a coleta nas instituições analisadas - 11 no total -, ocorreram por meio da amostra intencional. Anteriormente à realização das entrevistas, bem como ao envio dos questionários às instituições foi apresentado aos participantes da pesquisa um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados quantitativos foram sistematizados e apresentados em Tabelas e Gráficos pela tabulação simples; já as informações qualitativas - predominantes neste estudo -, foram submetidas à análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Destaca-se, ainda, que foram pesquisados instituições e empreendimentos localizados em 11 municípios do Rio Grande do Sul, sendo eles: Ijuí, Cruz Alta, Santa Maria, Porto Alegre, Santana do Livramento, São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa

¹⁸ As instituições e experiências pesquisadas serão introduzidas no Capítulo 4, no subitem relativo à coleta das informações. Porém nos capítulos de análise, a nomenclatura das instituições de apoio e experiências coletivas pesquisadas foram substituídas por codificações, tendo como intencionalidade preservar a identificação no processo de análise das mesmas.

¹⁹ O número de experiências analisadas e de trabalhadores entrevistados foi limitado – se equiparado ao total dos empreendimentos existente e também assessorados no Rio Grande do Sul – pela dificuldade de acesso às experiências e aos trabalhadores, limite de tempo e de recursos financeiros, devido ao distanciamento e à abrangência geográfica da pesquisa.

Vitória do Palmar, Passo Fundo e São Leopoldo.

Esta Tese é composta por 5 Capítulos, além da introdução e considerações finais. Pode-se mencionar ainda, que a amplitude da temática pode ter implicado no fato de deixar algum aspecto não aprofundando, entretanto, tem-se clareza de que foi realizado um amplo esforço para dar conta da tese proposta, bem como dos outros assuntos que a complementam.

No Capítulo 2, tendo como base as categorias teórico-metodológicas - Historicidade, Totalidade e Contradição -, buscou-se fazer uma retrospectiva histórica sobre os Precursores do Cooperativismo e do Associativismo na Europa e no Brasil, ressaltando as suas principais experiências e os cenários socioeconômicos em que foram suscitados. Pois, para poder avaliar a contribuição do mencionado Programa à viabilidade econômica das experiências de geração de trabalho e renda no RS, primeiramente faz-se necessário identificar que tipos de experiências podem ser assim designadas, bem como introduzir as primeiras experiências similares a estes empreendimentos. Serão mencionados, num terceiro momento, elementos que integralizaram o processo de trabalho no século XX e no limiar do XXI, contexto desencadeante da II e III Revolução Industrial.

No Capítulo 3 serão introduzidas as peculiaridades da Economia Popular Solidária no Brasil, as Instituições Governamentais e da Sociedade Civil, incluindo os Fóruns de Economia Solidária e as Incubadoras Universitárias, que apoiam e/ou assessoram estes empreendimentos coletivos em parceria com o Estado. Primeiramente, entretanto, precisa-se desvelar e apreender a teoria sobre Economia Popular Solidária e os demais tipos de empreendimentos coletivos existentes no sistema, que se assemelham a estas experiências coletivas, de forma que se possa ter clareza sobre o tema em estudo.

No Capítulo 4, tendo como intencionalidade demonstrar o caminho percorrido pela pesquisadora para realizar a pesquisa, serão explanados detalhadamente os procedimentos metodológicos utilizados. Primeiramente será abordado o Método Dialético-Crítico - com suas categorias metodológicas - e as categorias teórico-temáticas escolhidas para este estudo. Em seguida será apresentado o tipo de pesquisa efetivada, as 20 instituições mapeadas pela doutoranda no RS vinculadas ao Programa de Economia Solidária pela Senaes, as 11 instituições analisadas - que possuem como objetivo assessorar e/ou apoiar os empreendimentos coletivos -, além das 17 experiências pesquisadas e os instrumentos e técnicas utilizados para a

coleta e análise das informações.

Na sequência, no Capítulo 5, será abordado o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e as contribuições previstas pelo programa, por meio da Senaes, para a viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda no Brasil. Faz-se necessário analisar este Programa social, com vistas a averiguar se o mesmo objetiva contribuir ou não para a viabilidade econômica das experiências, bem como investigar de que forma o mesmo pretende desenvolver as atividades que lhe estão previstas. Num segundo momento, com vistas a dimensionar a quantidade de empreendimentos coletivos existentes e apreender as suas principais características no Brasil e no RS, será analisado também o Mapeamento de Economia Popular Solidária, realizado pela Senaes, entre 2005 e 2007. Esta análise tem como proposição caracterizar a demanda que justifica a criação e implantação do mencionado programa social.

No Capítulo 6, a partir das informações obtidas e que constam nos capítulos anteriores da tese, serão analisadas com base nas categorias de Totalidade, Historicidade e Contradição as informações concernentes à contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento à viabilidade - econômica -, das experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio das instituições vinculadas a este Programa Social e a Senaes. Serão apresentadas, também, as características das 11 instituições, dos trabalhadores e de 17 empreendimentos pesquisados de forma intencional. Por último serão tecidas as considerações finais.

2 PRECURSORES DO COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO E O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL

O trabalho²⁰ desenvolvido pelos sujeitos objetiva a transformação da natureza pelo uso da técnica, em serviços e produtos que beneficiem a humanidade por meio de seus valores de uso²¹. As questões relacionadas ao trabalho e seus processos de produção, gestão e comercialização, exercem influência fundamental na forma de organização e sistematização da sociedade, com suas respectivas relações socioeconômicas, políticas e culturais.

Para apresentar as experiências coletivas, emergidas no final do século XX, que constituem a Economia Popular Solidária, porém, faz-se necessário, primeiramente - com o embasamento no Método Dialético-Crítico e suas categorias de Totalidade, Historicidade e Contradição -, uma breve retrospectiva histórica sobre os sujeitos que conceberam o Cooperativismo e o Associativismo, bem como sobre o contexto socioeconômico em que estas incipientes experiências coletivas foram concebidas na Europa e no Brasil. Num terceiro momento serão apresentados elementos integralizadores do século XX, cenário desencadeador de acentuadas transformações no processo de trabalho, que, por sua vez, condicionam uma nova configuração das manifestações da questão social.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO-ASSOCIATIVISMO NA EUROPA

Diante da precariedade das condições e relações de trabalho, bem como da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção²², existentes entre os séculos XVIII e XIX na Europa, emergiu um novo modo de organizar e

²⁰ A palavra trabalho possui diversos significados, entre eles de ocupação, fabricação, produção, etc. O trabalho é fator essencial da socialização e da dinâmica das relações sociais, uma vez que é considerado também uma mercadoria ou um serviço que possui um valor de uso. A força de trabalho é comercializada por seus valores de troca, pela compra e venda da força de trabalho, processo analisado por Karl Marx no livro *O Capital* (1988). Essa relação de comercialização da mão de obra repercute sobre a totalidade da vida em sociedade (CATTANI, 2000a).

²¹ Quando alguma “coisa”, por suas propriedades físicas, possui utilidade para os sujeitos, pode-se dizer que esta “coisa” possui um valor de uso (MARX, 1988).

²² É o conjunto de coisas e instrumentais que o sujeito insere entre si e o objeto de trabalho (MARX, 1988).

sistematizar o trabalho, designado de Cooperativismo e de Associativismo. Nessa época vigorava o liberalismo clássico, que tinha como característica o *laissez-faire* (POLANYI, 2000), expressão francesa que significa “deixar fazer”, “deixar agir”. O liberalismo clássico que se caracterizou pela propalação dos valores burgueses, de valorização da liberdade²³ individual, em detrimento do coletivo, tem Adam Smith como seu principal representante.

Para Smith, ocorreria a harmonia entre o interesse individual e o social, por meio da “mão invisível” e não pela intervenção estatal.

Pouco se requer para levar um Estado da barbárie mais baixa para o mais alto grau de opulência além da paz [...]; todo o resto é feito pelo curso natural das coisas. Todos os governos que interferem neste curso natural [...], não são naturais e para subsistirem tem de ser opressivos e tirânicos (SMITH, 1983, p. 20).

No aspecto econômico²⁴, o liberalismo pregava a destinação de liberdade ao mercado, devendo o Estado limitar-se à defesa e garantia dos direitos individuais, à segurança, à justiça e obras públicas (DALLARI, 2008); Estado compreendido com seus costumes, língua, tradições e delimitado territorialmente, correspondendo à soberania política dos diversos países. Salienta-se ainda, que o Estado

[...] é uma parte da sociedade. É uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe à sociedade ao mesmo tempo em que dela faz parte. Quando determinado sistema social passa a produzir um excedente, a sociedade divide-se em classes. A classe dominante que então surge necessita de condições políticas para apropriar-se do excedente econômico. A institucionalização de um estado-nação soberano e, como parte deste, de um Estado, são o resultado dessa necessidade. A partir desse momento, aquela sociedade assume o caráter de país soberano constituído por uma sociedade civil e pelo Estado (PEREIRA, 1995, p. 86).

²³ “O conceito de liberdade abrange uma polaridade entre liberdade negativa e positiva. A liberdade negativa traduziu-se pela não-interferência nas escolhas individuais e pode ser entendida como significando independência. Já a positiva está vinculada à idéia de decisão com autonomia. Enquanto a negativa representa a *liberdade de*, a positiva, a *liberdade para*, conformando as duas um mesmo campo, onde liberdade como independência e autonomia resulta no sentido da autodeterminação” (COUTO, 2006, p. 40). A primeira refere-se ao indivíduo isoladamente, enquanto que a segunda ao indivíduo inserido numa sociedade, como, por exemplo, nas cooperativas e associações.

²⁴ No século XIX até a Primeira Guerra Mundial vigorava nas relações econômicas o padrão-ouro, que basicamente consistia na adoção, por parte das instituições financeiras de cada país, que aderisse a um preço fixo de sua moeda, tendo como protótipo o ouro (POLANYI, 2000).

O Estado, neste período, era caracterizado como Estado Liberal, em que “os direitos são proclamados a partir da liberdade e da autonomia²⁵, sem nenhuma forma de coação ou intervenção do Estado” (COUTO, 2006, p. 45). Para a compreensão acerca do significado do Cooperativismo e do Associativismo com seus princípios norteadores, é preciso compreender os motivos que suscitaram a sua criação.

“O Cooperativismo²⁶ e o Associativismo²⁷ surgiram em oposição às consequências do liberalismo econômico, sobretudo na Inglaterra e na França” (PINHO, 2004, p. 137). Os precursores do Cooperativismo e do Associativismo vivenciaram as manifestações da questão social de desigualdade e de rebeldia, geradas entre a I e a II Revolução Industrial. A expressão “associativismo” em geral, bem como em seu aspecto legal abrange uma diversidade de grupos e instituições, como, por exemplo, os movimentos estudantis, de associação de moradores, entre outros - além do sindicalismo que possui suas peculiaridades em âmbito nacional e internacional. Este estudo, entretanto, se reporta exclusivamente às experiências associativistas relacionadas com o processo de geração de trabalho e renda que constituem a Economia Popular Solidária no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Durante o cenário do século XVIII, porém, na Inglaterra, ocorreu uma intensa transformação nas formas de se produzir, intitulada de I Revolução Industrial. “A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos” (HOBBSAWM, 2003, p. 13). Anteriormente a I Revolução Industrial, existiam outras formas de desenvolvimento e organização do trabalho; entre elas o trabalho manufaturado artesanalmente. O processo de trabalho manufaturado artesanalmente foi caracterizado pela fragmentação das atividades produtivas, pelo acirramento da divisão do trabalho, pela redução dos

²⁵ “De acordo com a etimologia grega, o termo autonomia significa a condição de um indivíduo ou de um grupo suscetível de se determinar por si mesmo, segundo suas próprias leis. Não se trata da negação absoluta do meio físico e sócio-cultural, mas sim, da capacidade de tomar decisões enquanto ser, ou grupo racional e consciente. Autonomia opõe-se à dependência” (CATTANI, 2000b, p. 146-147).

²⁶ O Cooperativismo consiste, portanto, num processo de práticas associativistas, pelos quais os sujeitos aglutinam suas forças de produção e sua capacidade de consumo – além do capital social –, a fim de se desenvolverem econômica e socialmente, almejando a melhoria de suas rendas, assim como da sociedade. O Cooperativismo culmina num contexto de predomínio extremo de interesses privatistas sobre os sociais e os coletivos e se propõe a corrigir as injustiças sociais (PINHO, 1966b).

²⁷ “Um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que propõe autonomia [...] qualificando a cooperação entre as pessoas, porque baseia essas práticas sociais na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 15).

custos de produção e pela culminação do trabalho assalariado (MARX, 1988). No trabalho manufatureiro os sujeitos eram auxiliados pelas ferramentas. Essa dissociação entre o produtor e os meios de produção é nomeada de acumulação primitiva (MARX, 1988).

Por intermédio da I Revolução Industrial, porém, o processo de trabalho realizado por meio da manufatura artesanal foi substituído pela máquina a vapor, tear mecânico, estradas de ferro e pelo surgimento das fábricas. O período da I Revolução Industrial corresponde ao momento de consolidação do capitalismo²⁸ industrial no processo de produção, principalmente na Inglaterra.

Com a introdução das maquinarias no processo de trabalho, conjuntamente com a expansão do calvinismo, obteve-se, pelos capitalistas, a redução dos custos de produção, a intensificação da produtividade e a substituição da força de trabalho.²⁹ Pode-se mencionar, também, que a I Revolução Industrial foi mais do que uma simples causa dessas invenções - do tear mecânico, da estrada de ferro, máquina a vapor. Contrapondo-se a esse pensamento, essas inovações que resultaram no trabalho industrializado e que caracterizam a designada Idade Contemporânea, são originadas pelas mutações que estavam ocorrendo no processo de produção, visando à realização do capital (SPOSITO, 2000).

A substituição dos sujeitos pelas maquinarias ocasionou um crescente desemprego e uma exacerbada exploração dos trabalhadores, principalmente do trabalho feminino e infantil.

As massas desempregadas se concentravam em torno das [...] regiões industriais, oferecendo mão-de-obra abundante, aceitando qualquer trabalho, não importando as condições [...] fazendo longas jornadas de trabalho (15 a 16 horas por dia), sem descanso semanal e férias, com salários irrisórios [...] (BULLA, 1992, p. 66).

Nessa época, a classe operária era destituída de direitos trabalhistas e as condições de trabalho eram precárias. Entre os séculos XVIII e XIX, o processo de

²⁸ O conceito do modo de produção capitalista está relacionado com a apropriação dos meios de produção pelos capitalistas, bem como as relações sociais existentes entre os sujeitos que vendem (trabalhadores) e compram (capitalistas) a força de trabalho, visando à acumulação e centralização de capital (MARX; ENGELS, 2006).

²⁹ A força de trabalho pode ser caracterizada como o conjunto das faculdades físicas e intelectuais do trabalhador que as vende aos detentores dos meios de produção (SALAMA; VALIER, 1975).

trabalho no modo de produção capitalista continuou modificando-se, desencadeando a II Revolução Industrial. A II Revolução Industrial teve seu período de ascensão entre meados do século XIX e XX. A II Revolução tinha como finalidade a intensificação da acumulação de capital e foi promovida pelo desenvolvimento dos setores de transportes, comunicação, produção em série e, principalmente, pela utilização do aço e de novas formas de energia - petróleo e eletricidade. A introdução destes novos agentes nos processos de produção gerou o aumento da concentração de capital, favorecendo a transição do capitalismo concorrencial ao monopolista.

Estes novos protótipos de produção industrial, realizados pelo maquinário a vapor - na I Revolução Industrial -, e pelo petróleo e eletricidade - durante a II Revolução Industrial -, foram submetendo os trabalhadores à máquina e desencadearam o acirramento da divisão social do trabalho pela intensificação da acumulação de capital (MARX, 1988). É neste cenário de predomínio extremo de interesses privatistas, em detrimento dos sociais e coletivos, que culminam as primeiras experiências Cooperativistas e/ou Associativistas³⁰ (PINHO, 1966a).

O Cooperativismo Moderno³¹ surgiu juntamente com a Revolução Industrial, possivelmente, também, como uma forma de “amenizar” os conflitos econômicos e sociais que eram vivenciados pela classe trabalhadora - manifestações da questão social. O processo de industrialização contribuiu para que os artesãos e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades - êxodo rural -, atraídos pelas fábricas, em busca de melhores condições de vida.

Mesmo com a possibilidade do Cooperativismo Moderno, quando fora criado, ter se configurado como uma das formas de amenizar os conflitos de classe e desigualdades sociais daquele momento histórico, porém, os sujeitos que conceberam o Cooperativismo e o Associativismo prospectavam por meio destes

³⁰ O Cooperativismo e o Associativismo partem dos mesmos princípios norteadores; o que os diferencia são as formas estruturais e jurídicas em que os mesmos estão constituídos. As primeiras experiências associativistas e cooperativistas criadas, entretanto, não detinham estas diferenciações, principalmente em âmbito legal (PINHO, 1977). Possivelmente as associações e algumas cooperativas neste período, se equiparadas ao século XXI, poderiam se configurar enquanto grupos informais.

³¹ Formas associativistas de organização e sistematização do trabalho existem desde a Antiguidade, quando os homens já conviviam em grupo e possuíam interesses comuns, entretanto o Cooperativismo Moderno possui sua origem vinculada ao processo de industrialização. As formas de desigualdade e injustiças sociais também existem desde a Antiguidade, porém só podem ser referidas como manifestações da questão social (conflito entre o capital e o trabalho), a partir da introdução do modo de produção capitalista nas relações sociais.

uma sociedade mais justa e igualitária, em que a organização e sistematização do processo de trabalho estariam inspiradas em princípios norteadores, divergentes do modo de produção capitalista - individualismo, acumulação e centralização de capital. Esses princípios norteadores podem ser representados pela autoajuda, responsabilidade, solidariedade³², conscientização³³, democracia³⁴, autogestão³⁵, igualdade³⁶, participação³⁷, entre os trabalhadores (RECH, 1991).

Menciona-se, então, que ao mesmo tempo em que o Cooperativismo e o Associativismo possivelmente configuraram-se como formas de atenuar os conflitos sociais, também serviram como meios de contestação e resistência dos sujeitos ao modo de produção capitalista e seu processo de produção. O Cooperativismo Moderno parte do princípio do “devir”, ou seja, “como deveria ser desenvolvido o processo de trabalho nestas experiências coletivas”, salientando que o mesmo, para ser “viável” - no que concerne aos princípios do Cooperativismo -, deveria ocorrer de uma maneira diferenciada dos demais empreendimentos existentes no sistema.

O trabalho cooperativado - em que o processo de execução (operacionalização, realização) e concepção (elaboração, criação) é considerado dever e direito dos próprios cooperados -, possui como marco simbólico a Cooperativa Matriz de *Rochdale*, fundada em 21 de dezembro de 1844, na Inglaterra (HUGON, 1980). Antes, porém, de mencionar a Cooperativa de *Rochdale*, se faz necessário introduzir, de forma sucinta, os precursores do Cooperativismo e do Associativismo na Europa e suas principais contribuições.

³² Solidariedade reporta-se à cooperação, ajuda mútua, reciprocidade de interesses e responsabilidades nas relações de trabalho.

³³ Conscientização pode ser compreendida como a descoberta e problematização dos interesses de determinados sujeitos ou grupos sociais, sobre a realidade e sobre o mundo material e concreto (SOUZA, 2004).

³⁴ Democracia, na particularidade deste caso, pode ser compreendida como uma forma de organização popular em que as relações entre os sujeitos são estabelecidas pela igualdade e pela participação de todos nas decisões autogestionárias (CARVALHO, 2004).

³⁵ Considera-se os empreendimentos econômicos cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores e que se realiza no mercado. É “o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre as pessoas e/ou grupos [...] por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20).

³⁶ Igualdade está relacionada com o fato de todos os sujeitos serem tratados igualmente, ou seja, da mesma forma, do mesmo modo, uma vez que todos usufruem os mesmos direitos e deveres (CARVALHO, 2004).

³⁷ Participação pode ser compreendida pela mobilização e organização social, capacitação e conscientização dos trabalhadores, sujeitos que integram a associação ou cooperativa (SOUZA, 2004).

Um dos primeiros atores sociais que concebeu o “pensamento” social e econômico associativista e cooperativista está vinculado a P. C. Plockboy. Plockboy, que era holandês, radicado na Inglaterra - berço da Revolução Industrial e do Cooperativismo -, prospectava associações unidas em torno de pequenos grupos e/ou associações de familiares (SCHNEIDER, 1991). Estas associações seriam constituídas pela contribuição disponível de seus integrantes, como a força de trabalho, animais, terra, entre outros. A sistematização destas associações pensadas por Plockboy foi publicada, em 1659, num ensaio intitulado “Os Procedimentos que Tornem Felizes os Pobres Desta Nação e Outros Povos” (PINHO, 1977). Este ensaio continha procedimentos, segundo o “pensamento” de *Plockboy*, que objetivavam a melhoria da qualidade de vida e felicidade dos sujeitos.

Outro precursor que contribui para o “pensamento” primordial do Cooperativismo e do Associativismo foi o inglês John Bellers (SCHNEIDER, 1991). Bellers, que viveu entre 1654 e 1725, imaginou um tipo de colônia - ao contrário de Plockboy -, que deveria ser composta por 300 a 3 mil associados (OLIVEIRA, 1984). Nestas colônias deveria haver a cooperação entre seus integrantes, durante o processo de trabalho. Seus “pensamentos”, acerca do Cooperativismo e do Associativismo, foram publicados na obra “Proposições para a Criação de Trabalho de Todas as Indústrias Úteis e da Agricultura” (PINHO, 1977).

Tanto Bellers como Plockboy possuem a sua relevância e contribuição enquanto pensadores de modelos cooperativistas e associativistas, pois prospectaram uma sociedade mais justa e igualitária por meio do desenvolvimento do processo de produção de forma coletiva. Ambos os pensadores deixaram como legado as suas respectivas publicações.

As primeiras experiências cooperativistas e associativistas existentes se devem, entretanto, aos integrantes e conceptores do Socialismo Utópico. Os Socialistas Utópicos almejavam uma sociedade mais justa, solidária e sem desigualdade social.

O cooperativismo surgiu dentro do socialismo utópico ou cristão da primeira metade do século XIV, através de reformadores humanistas que o colocaram como instituição típica da economia social. Situa-se entre o liberalismo capitalista e o socialismo marxista [...] (GRAÇA, 1988, p. 46).

Os atores sociais que compuseram esse movimento³⁸ foram considerados Utópicos por terem tido uma visão transformadora da sociedade burguesa - objetivando eliminar o individualismo e a concorrência capitalista -, mediante a organização dos sujeitos em torno do consumo e da produção coletiva (OLIVEIRA, 1984), por meio da criação de empreendimentos com princípios que divergiam - e divergem -, do modo de produção capitalista. Neste sentido, os Socialistas Utópicos almejavam fazer essa transição do capitalismo a uma sociedade mais justa e igualitária, sem a necessidade da luta de classes, discordando, assim, dos Socialistas Científicos.³⁹

Um dos principais conceptores do Cooperativismo que integrou o Socialismo Utópico, na Europa, foi Robert Owen (SCHNEIDER, 1991). Influenciado pelos pensamentos de John Bellers, Robert Owen, que viveu entre os anos de 1771 e 1888, é tido como pioneiro do Socialismo Inglês. Este socialista, designado de utópico, revoltou-se contra a precariedade das condições e relações de trabalho existentes na Europa, entre os séculos XVIII e XIX.

Owen era industrialista, proprietário de fábricas de algodão em New Lanark, na Escócia. Mediante sua experiência - enquanto proprietário de meios de produção -, defendeu que a ordem social e econômica vigente deveria ser substituída por um novo modelo. Este modelo estaria embasado na convivência harmoniosa entre os trabalhadores, tendo-se a competição e a acumulação capitalista - que considerava responsáveis pelas desigualdades sociais -, extintas (OLIVEIRA, 1984).

Owen pensava, também, que os sujeitos eram produtos do meio social em que viviam e, para modificá-los, seria necessária primeiramente a transformação desse ambiente social. Owen, porém, não pregava essa mudança com lutas de classes - divergindo assim de Marx e Engels -, mas afirmava que essa transformação do meio social deveria ocorrer de forma pacífica, moderada e

³⁸ "Movimentos sociais são formas de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social" (SOUZA, 2004, p. 99).

³⁹ A concentração de capital e do trabalho socialmente produzido resultou em tensões e lutas sociais, especialmente a luta de classes, processo analisado no livro *O Capital* (MARX, 1988). Conforme Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), conceptores do Socialismo Científico, somente existiriam sociedades mais justas e igualitárias quando o sistema capitalista se esgotasse e fosse substituído por outro modo de produção, que superasse a contradição capitalista. Esse outro sistema produtivo, segundo esses autores, seria o socialismo. Neste último, a propriedade privada e as classes sociais deveriam ser eliminadas, gerando a propriedade social dos meios de produção. Desta forma, passaria a ocorrer a passagem do socialismo ao comunismo, eliminando, assim, as classes sociais e o Estado Burguês.

gradativa (HUGON, 1980).

Esse “conceptor” do Cooperativismo projetava um meio social em que as relações de trocas, entre os sujeitos, seriam estabelecidas pelo consumo urbano. Para a viabilidade disso, Owen propunha a criação de colônias. “Owen transformou a grande fábrica de fios de algodão de *New Lanark* (Escócia) em colônia-modelo” (AGUIAR, 2002, p. 21). Esta colônia, tida como modelo, foi palco de diversas mudanças ousadas e inovadoras para a época. Entre estas mudanças, destaca-se: a regulamentação da jornada de trabalho de 14 horas para 10 horas e 30 minutos, a proibição de trabalho para crianças menores de 10 anos, o amparo à velhice, a implantação de medidas previdenciárias para os trabalhadores e a assistência à saúde (PINHO, 1977).

Após 12 anos transcorridos desta experiência, Owen conclui que a criação de colônias e/ou outros meios, não seria a forma mais adequada para a viabilidade do modelo cooperativista, pois esse deveria imergir e estar respaldado na solidariedade e espontaneidade entre os sujeitos (HUGON, 1980). Apesar, entretanto, de suas experiências não terem sido “fortalecidas” - devido ao desconhecimento de Owen acerca dos interesses individualistas e privatistas dos próprios sujeitos -, as mesmas contribuíram para a criação de outros empreendimentos respaldados no consumo, entre eles, a Cooperativa de *Rochdale*, o Banco de Trocas de *Proudhon*⁴⁰ e a constituição da cooperativa de consumo em *Brighton*, em 1826, por William King⁴¹ (SCHNEIDER, 1991).

⁴⁰ *Pierre Joseph Proudhon*, que viveu entre 1809 e 1865, foi um dos “principais teóricos socialistas do século XIX” (BULLA, 1992, p. 69), e nos seus escritos encontravam-se argumentos anarquistas. *Proudhon* criticava veementemente a organização das relações socioeconômicas estabelecidas pelo capitalismo. Segundo sua concepção, a reforma da sociedade deveria ter como princípios norteadores a ação da justiça, sendo esta última o sinônimo de igualdade e liberdade entre os sujeitos. A principal contribuição de *Proudhon* consiste na descrença, em relação às mudanças no sistema capitalista, realizadas pela produção ou repartição dos produtos. Para *Proudhon*, a transformação deveria ocorrer tendo-se como elemento fundante as trocas de mercadorias (HUGON, 1980).

⁴¹ *William King* (1786-1865), inglês que, com seus pensamentos, juntamente com *Owen*, influenciou a Cooperativa de *Rochdale*. *King* posicionou-se contra a exploração da classe trabalhadora, e sua visão de homem e de mundo era influenciada pela doutrina Cristã. *King* prospectava nas cooperativas a existência de um trabalho de educação com os seus integrantes, baseado nos princípios morais do cristianismo. *King* defendia, também, a idéia de que os excedentes gerados deveriam ser reaplicados e cooptados na cooperativa, por intermédio do capital social, visando a sua ampliação e a introdução de novos integrantes (HUGON, 1980).

Outro ator social conceptor que exerceu grande importância ao Cooperativismo foi François Marie Charles Fourier⁴², de nacionalidade francesa e que viveu entre 1772 e 1837. Fourier divergia de Owen em certos aspectos, pois propunha uma sociedade estabelecida por associação de produção rural, sem a necessidade de abolir a propriedade privada (HUGON, 1980).

Fourier publicou, em 1829, sua teoria no *Le Monde Industriel et Sociétaire*. Mediante sua teoria, que consistia na prática associativista - que poderia ser composta por todos os sujeitos -, Fourier objetivava solucionar os malefícios sociais, atribuídos pelas péssimas condições de vida em que os trabalhadores se encontravam (PINHO, 1977). Fourier⁴³ também propunha uma sociedade mais justa e igualitária. Esta nova forma de sociedade seria estabelecida por unidades autossuficientes de produção rural, que foram nomeadas de *Falansterio*⁴⁴ - significando Hotel Cooperativo (OLIVEIRA, 1984).

Com os protótipos cooperativistas respaldados no consumo e na produção agrícola, foram concebidos outros modelos coletivos de Cooperativismo, entre eles as cooperativas de produção e cooperativas de créditos. Um dos precursores que se destacam, em relação às cooperativas de produção, é nomeado de Saint-Simon.

Saint-Simon também era francês e viveu entre 1760 e 1825. Simon teve como formação a Economia e a Filosofia e é identificado como o conceptor do *Sansimonismo* ou Socialismo Industrialista. Simon pensava ser a produção de coisas úteis à vida - noção construtiva -, a finalidade da existência do mundo.

Simon acreditava também que “a organização do trabalho e da produção levaria ao desaparecimento da pobreza” (BULLA, 1992, p. 68). Simon pensava que a reforma do setor de produção seria viável por meio da própria produção, ou seja, a produtividade deveria alcançar o auge máximo de expansão para poder, então, assegurar, com prosperidade - segundo esse precursor -, a melhor organização

⁴² Fourier sofreu grande influência de L' Ange, que, em 1792, publicou um folheto – diante do ambiente revolucionário encontrado naquele momento na França –, intitulado “Meios Simples e Fáceis para Alcançar a Abundância e o Justo Preço do Pão” (AGUIAR, 2002).

⁴³ Assim como Owen, Fourier também obteve sujeitos favoráveis e contrários as suas concepções cooperativistas, tendo-se destacado Victor Considérant e Poisson. Victor Considérant foi um dos principais seguidores das idéias de Fourier. Criou a *Doutrina Sociale*, que foi expandida nos Estados Unidos da América (PINHO, 1977). Enquanto Considérant divulgava os ideais de Fourier, no entanto, Poisson contestava essas contribuições. Poisson não considerava nem Fourier nem Owen como os pioneiros do cooperativismo (PINHO, 1977).

⁴⁴ O *Falansterio* inspirou várias realizações cooperativistas nos séculos XIX e XX. Poderia reunir livremente cerca de 1.500 sujeitos, entre eles, operários e capitalistas no Hotel Cooperativo (PINHO, 1966a).

social e econômica (HUGON, 1980).

Referentes às cooperativas de produção, além da contribuição de Simon, outros dois atores sociais são de fundamental importância, Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). Estes dois precursores prospectaram as cooperativas operárias de produção industrial.

Philippe Buchez pensou uma cooperativa que agrupasse operários de uma mesma profissão, que seriam regidos por um contrato de trabalho. Este contrato consistia na regulamentação de que 20% da arrecadação seriam destinados ao capital social da cooperativa (PINHO, 1977). Para a fundação de uma cooperativa seria necessária a arrecadação de contribuições fornecidas pelos próprios cooperados, que daria subsídios para a junção do capital social necessário para a sua formação.

Louis Blanc - outro precursor de cooperativas de produção -, condenava a livre-concorrência e era a favor da intervenção estatal nas cooperativas, seria necessária para a viabilidade destas e que consistiria na criação e fornecimento de auxílios, incentivos e serviços públicos, com o intuito de apoiar esses empreendimentos coletivos (PINHO, 1977). Ainda, segundo Blanc, a renda dos cooperados deveria ser distribuída com igualdade entre os mesmos, por meio da oficina social. Esta oficina seria constituída pela produção especializada e pela posterior comercialização das mercadorias (PINHO, 1977).

Um outro protótipo, respaldado também em princípios cooperativistas, foi criado por Hermann Schulze da cidade de *Delitzsch*, na Alemanha. Schulze (1808-1883) foi um dos primeiros conceptores das cooperativas de crédito.⁴⁵ As cooperativas de crédito de *Schulze-Delitzsch*, durante o período de sua implantação, foram destinadas, sobretudo, à classe média urbana (artesãos/comerciantes) e adotaram o princípio do *self-help* (PINHO, 1966a). Este princípio - *self-help* - consistia na recusa da intervenção estatal ou auxílio filantrópico. O capital das cooperativas de crédito, neste modelo, era dividido em quotas-partes, tornando os associados responsáveis pela sociedade (PINHO, 1966a).

⁴⁵ As cooperativas de crédito foram organizadas de preferência entre pequenos artesãos, empresários, comerciantes, agricultores; seguem modelos clássicos como *Schulze-Delitzsch* e *Raiffeisen* (PINHO, 1966a).

Outro modelo de Cooperativismo de crédito foi criado por Friedrich W. Raiffeisen⁴⁶, também na Alemanha. Raiffeisen introduziu esse modelo de cooperativa para suprir as necessidades dos agricultores, sendo influenciado pelo cristianismo (PINHO, 1966a). Ao contrário das cooperativas de *Schulze-Delitzsch*, as de Raiffeisen admitiam auxílio filantrópico para as suas viabilidades, assim como preconizavam a criação de um banco para atender às cooperativas existentes. As Cooperativas de Créditos Raiffeisen foram, também, de fundamental importância para que a classe produtora rural tivesse ligação com a sociedade industrial na Alemanha do século XIX (ROLOFF; MUSSKOPF, 2002).

Por último, antes de adentrar na Cooperativa de Rochdale, deve-se referir outro ator social, precursor cooperativista, que merece ressalva: Charles Gide. Gide exaltou a importância de Fourier - ao contrário de Poisson -, quanto aos Princípios do Cooperativismo e liderou o grupo de discussão sobre os pensamentos cooperativistas, que, posteriormente, gerou a Escola de *Nines*, em 1886, no sul da França (HUGON, 1980).

Charles Gide elaborou virtudes que, segundo seu pensamento, deveriam estar compreendidas dentro das relações cooperativistas e associativistas, sendo elas: a) viver melhor por meio do auxílio mútuo; b) evitar as dívidas, pagando em dinheiro; c) poupar sem privação de necessidades; d) eliminar o distanciamento entre a produção e o consumo; e) combater o alcoolismo; f) introduzir as mulheres na questão social; g) educar o povo à autogestão econômica e política; h) proporcionar a todos o acesso à propriedade; i) estabelecer preço justo; j) eliminar o lucro capitalista; l) abolir os conflitos entre os cooperados (PINHO, 1977). Estas virtudes foram de fundamental importância à sistematização dos Princípios do Cooperativismo.

Seus princípios foram considerados revolucionários para a época, pois propunham uma sociedade mais justa, sem a existência da exploração e acumulação capitalista. Outro princípio de Gide que merece ressalva é a introdução das mulheres no processo de trabalho, numa época em que as mesmas não eram reconhecidas enquanto cidadãs e não possuíam direitos.

Gide propunha também a substituição do sistema capitalista pela República Cooperativista. Essa transformação, segundo seus pensamentos, seria realizada

⁴⁶ Este modelo de Cooperativismo foi trazido pelos imigrantes germânicos ao Brasil com o processo de colonização.

mediante a introdução das cooperativas de consumo, das cooperativas de produção industrial e das cooperativas de produção agrícola, sucessivamente, na sociedade, com suas respectivas relações. Gide objetivava a transformação social e a eliminação da mais-valia pelos capitalistas no processo de trabalho, fazendo com que ocorresse um rompimento com o capitalismo (HUGON, 1980).

Com o surgimento das primeiras experiências, compreendidas como cooperativistas e associativistas, bem como por meio de seus conceptores, os princípios que norteiam estas experiências foram sendo instituídos em empreendimentos coletivos, tendo-se como marco simbólico a Cooperativa Matriz de Rochdale⁴⁷.

A cidade de Rochdale - distrito de Lancashire, na Inglaterra -, “tinha cerca de 20 mil habitantes. A maioria era composta de tecelões e as condições de trabalho eram as piores imagináveis. Trabalhavam 16 horas por dia. As crianças, igualmente, trabalhavam [...] desde a madrugada até o anoitecer” (ROLOFF; MUSSKOPF, 2002, p. 17). A Cooperativa Pioneira de Rochdale tem a sua origem vinculada a um momento histórico, em que os trabalhadores iniciaram suas manifestações trabalhistas em busca de melhorias salariais e condições de trabalho - que posteriormente constituíram os direitos sociais.

Em novembro de 1843, 28 tecelões da cidade de Rochdale se reuniram e buscaram, para aquele momento, uma alternativa econômica e viável que possibilitasse as suas sobrevivências - ao se sentirem prejudicados pela industrialização que substituiu o trabalho desenvolvido artesanalmente. Foi sob essa conjuntura que esses atores sociais decidiram formar uma cooperativa de consumo e a iniciaram por meio de reuniões (PINHO, 1966a).

Os pensamentos dos socialistas utópicos e de outros precursores permeavam as reuniões dos tecelões, posto que seus participantes estavam dispostos a criar um novo modelo de Cooperativismo que fosse viável, tendo como finalidade não repetir os erros anteriores de seus antecessores.

Estes sujeitos organizaram-se e arrecadaram subsídios financeiros, entre os próprios trabalhadores, para a constituição de um fundo (SCHNEIDER, 1991). Em reuniões posteriores, contando com 28 tecelões, os trabalhadores elaboraram o

⁴⁷ Em 1819, na cidade de *Manchester*, na Inglaterra, ocorreu uma importante manifestação organizada pelos trabalhadores, que contribuiu para a fundação da Cooperativa de *Rochdale*. Essa mobilização teve como intuito fazer com que o Parlamento Inglês abolisse as leis de proibição de associações e as greves por parte dos trabalhadores. A liberdade de associação foi decretada em 1824.

projeto do armazém cooperativo almejado e o nomearam de “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale” (PINHO, 1966a). Até a data de 1844 economizaram para arrecadar o capital social necessário - uma libra esterlina por integrante -, e em 21 de dezembro de 1844, inauguraram o armazém cooperativo (PINHO, 1966a).

Este fundo de 28 libras esterlinas serviu para a fundação do armazém da cooperativa de consumo, que era defendido por seus precursores James Daty, Charles Howart, James Smithies, Hohn Hill e John Bent. Após quase dois séculos, a Cooperativa de Rochdale é considerada um marco simbólico ao Cooperativismo, bem como ao Associativismo.

Outra contribuição preponderante dos cooperados de Rochdale - para a viabilidade das cooperativas e associações -, foi a elaboração de sete princípios em suas reuniões, designadas de Sala de Temperança, que posteriormente foram concebidos como os princípios do Cooperativismo. Em setembro de 1966 foi realizado um Congresso no qual foram instituídos os Princípios Básicos do Cooperativismo, consagrados pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI⁴⁸ -, originados pela cooperativa de Rochdale e pelo Congresso de setembro de 1937 (PINHO, 1977).

Os Princípios Básicos do Cooperativismo são constituídos pela: a) adesão livre (livre-entrada ou saída de cooperados); b) gestão democrática (cada cooperado tem direito a um voto, não dependendo da quantidade de capital investido); c) taxa limitada de juros ao capital (as cooperativas não podem cobrar juros elevados sobre o capital investido para os novos cooperados); d) distribuição de sobras equivalentes (as sobras pertencem aos cooperados e podem ser distribuídas de forma igualitária aos associados, que devem aplicar pelo menos 10% na cooperativa); e) neutralidade social e política (os integrantes da cooperativa não podem discriminar sobre nenhum aspecto os cooperados e impedir a adesão de novos cooperados); f) ativa cooperação entre as cooperativas (integração entre cooperativas locais, nacionais e

⁴⁸ A Aliança Cooperativa Internacional, fundada em 1895 na cidade de Londres, tem como objetivo dar continuidade à obra da Cooperativa de *Rochdale*, reunindo e representando cooperativas de todo o mundo (OLIVEIRA, 1984); atualmente possui sede em Genebra, na Suíça. “A ACI na sua operacionalização objetiva influir cooperativamente sobre as políticas governamentais e legislações nacionais; ajudar o desenvolvimento institucional das cooperativas; centralizar-se no desenvolvimento dos recursos humanos; incentivar, arrecadar e estimular recursos financeiros para dar suporte às cooperativas” (PINHO, 2004, p. 69). Além da ACI, a Organização das Cooperativas Americanas – OCA –, com sede em Bogotá na Colômbia, foi criada em 1963 também para representar o cooperativismo na América Latina.

internacionais); g) educação, capacitação e informação⁴⁹ (RECH, 2000).

No se refere aos direitos e deveres dos sujeitos, pode-se referir que são considerados deveres: participar ativamente das assembléias e de outras atividades, votar nas eleições, cumprir seus compromissos, denunciar - caso ocorra uma irregularidade -, manter-se informado, cobrir a parte que lhe couber em caso de perdas em final de exercício, respeitar decisões votadas em Assembleia Geral, entre outros (ROLOFF; MUSSKOPF, 2002).

Já no que diz respeito aos direitos dos associados/cooperados, salienta-se: opinar e defender suas ideias, votar e ser votado, ter livre-acesso a livros e documentos, solicitar assembleias, devolver as quotas-partes ao se desligar da cooperativa (ROLOFF; MUSSKOPF, 2002). Estes deveres e direitos devem constar no Estatuto Social e/ou Regimento Interno das cooperativas/associações, e se constituem em formas de vivências de participação popular e democrática dos sujeitos, enquanto cidadãos⁵⁰ nestas experiências coletivas.

Por meio desta retrospectiva histórica, contata-se que o Cooperativismo⁵¹ e o Associativismo na Europa emergiram num contexto socioeconômico de precarização das condições de trabalho. Neste sentido, as experiências dos Precursores do Cooperativismo e do Associativismo representaram um papel muito significativo. Constituíram-se numa das formas de resistência dos sujeitos perante as manifestações de desigualdade da questão social advindas do sistema capitalista durante a I Revolução Industrial - no que se relaciona à forma que se desenvolve o processo de trabalho -, pois introduziram princípios nas cooperativas e associações que se diferenciam da lógica e da finalidade do sistema - acumulação e centralização de capital.

⁴⁹ No Brasil, a Lei Federal 5.764/71 prevê a constituição de um fundo de no mínimo, 5% de suas sobras para ser destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates –, objetivando a educação e capacitação dos cooperados.

⁵⁰ No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 são considerados cidadãos os sujeitos que usufruem os Direitos Cívicos, Políticos e Sociais, no regime da Social-Democracia (CARVALHO, 2004). Podem-se destacar como Direitos Cívicos o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade; como Direitos Políticos, o direito a demonstrações políticas, liberdade de opinião, organização de partidos, votar e ser votado; e os Direitos Sociais, compreendidos pelo direito à educação, à saúde, à aposentadoria, a salário justo, entre outros (CARVALHO, 2004).

⁵¹ Em relação à definição de cooperativa proposta pela ACI, pode-se dizer que cooperativa é uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida (ACI, 1998). Já o ato de cooperar corresponde “unir-se a outras pessoas para enfrentar conjuntamente situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidades e situações de bem-estar econômico e social” (OCERGS, 2001, p. 13).



Figura 1 - Precursores do Cooperativismo

Fonte: Figura sistematizada pela pesquisadora

Por meio da Figura apresentada percebe-se a relação estabelecida entre as manifestações da questão social - advindas da I Revolução Social - e os Precursores do Cooperativismo. Pelos princípios do Cooperativismo pode-se contestar a concepção de homem e de mundo que norteia o sistema capitalista - liberdade individual em detrimento do bem-estar do coletivo. Essa resistência e contestação à concepção de homem e de mundo que norteia o capitalismo, bem como as manifestações de desigualdades advindas da questão social, podem ser materializadas a partir do momento em que o processo de trabalho desenvolvido nestes empreendimentos coletivos é efetivado, respaldado em elementos que divergem da finalidade e da lógica do capitalismo - Princípios do Cooperativismo.

Desde as primeiras experiências coletivas - conforme visto anteriormente -, em alguns casos, porém, as cooperativas e associações tiveram, e na atualidade continuam tendo, dificuldades para sistematizar o processo de trabalho respaldado nos Princípios norteadores do Cooperativismo. Os Socialistas Utópicos prospectavam transformar o modo de produção existente mediante o consumo e a produção coletiva, ignorando a base material em que se constitui a sociedade capitalista (MARX, 1988). Assim, aponta-se que os Socialistas Utópicos - apesar de oferecerem uma contribuição muito importante ao Cooperativismo e ao Associativismo -, se respaldavam em pensamentos e ideais que não davam conta da transformação desse modo de produção. Acreditavam que, por meio de experiências cooperativistas e/ou associativistas, o capitalismo seria substituído por outro modo de produção. No próximo subitem serão introduzidas, sucintamente, as

primeiras experiências associativistas e cooperativistas formadas no Brasil - que são anteriores aos empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária no final do século XX e limiar do XXI.

2.2 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COOPERATIVISTAS E ASSOCIATIVISTAS NO BRASIL

O Cooperativismo e o Associativismo no Brasil também se fizeram presentes, obtendo grande importância, tanto no período da colonização brasileira - principalmente no sul do país, com os imigrantes ítalo-germânicos -, como também a partir de meados da década de 80 do século XX, por meio de experiências coletivas de geração de trabalho e renda.

Existem registros de experiências fundamentadas no trabalho coletivo no Brasil desde 1610, com a fundação das primeiras Reduções Jesuíticas no Estado do Rio Grande do Sul (ONOFRIO, 1961). O trabalho desenvolvido nas Reduções Jesuíticas, apesar de ser coletivo, não corresponde aos Princípios Cooperativistas e Associativistas, criados posteriormente. A presença inicial do Cooperativismo e do Associativismo no país deve-se, entretanto, à forte influência cultural e política europeia, como uma forma de introduzir o trabalho coletivo, tendo como intuito atender os interesses dos países colonizadores - Espanha e Portugal.

O Cooperativismo e o Associativismo tornaram-se importantes no Brasil, principalmente a partir do final do século XIX, devido à abolição da escravidão - pois o trabalho escravo não poderia ser mais utilizado. Pode-se citar, ainda, outros fatores que contribuíram para o surgimento do Cooperativismo e Associativismo no Brasil neste período histórico, tais como: a) a proclamação da República em 1889; b) a Constituição Republicana de 1891 que assegurou a liberdade de associação (art. 72, § 8º), no momento em que o Estado começou a legislar sobre o associativismo rural de uma forma ainda incipiente (VERAS NETO, 2000). O Cooperativismo e o Associativismo no Brasil, desde a sua origem, estão vinculados a interesses que se

sobrepõem ao trabalho coletivo autogestionário⁵², ou seja, foram introduzidos pelo Estado como forma de regulação social.

A fundação da primeira cooperativa brasileira ocorreu em 27 de outubro de 1889, na cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, e foi nomeada de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (PINHO, 2004). Esta experiência foi seguida pela criação de outras experiências cooperativistas, entre elas, em 1891, em Limeira, no Estado de São Paulo, e, posteriormente, em outros Estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais (CATTANI, 2003).

No início do século XX houve ênfase nas Cooperativas e Associações de consumo⁵³, e estas tinham como finalidade principal a aquisição de mantimentos e insumos - com custos reduzidos. Tinham como funcionalidade também reduzir o dispêndio de custos com a força de trabalho e matérias-primas (VERAS NETO, 2000). A criação das cooperativas e associações de consumo estava relacionada ao surgimento da classe média urbana brasileira.

As Cooperativas e Associações de consumo, preponderantes na constituição deste tipo de experiências coletivas no Brasil, no limiar do século XX, foram sendo substituídas gradativamente, em termos de importância econômica e política, pelas cooperativas agropecuárias (BRDE, 2003). O incentivo ao Cooperativismo e ao Associativismo pelo Estado no país emergiu mais visivelmente no primeiro congresso realizado pela Sociedade Nacional de Agricultura, em 1903, no Rio de Janeiro.

Apesar do Cooperativismo e Associativismo no Brasil ter emergido no meio urbano, entretanto, o mesmo esteve atrelado principalmente ao setor primário. Esta realidade vai ao encontro do contexto socioeconômico e político brasileiro e mundial existente, em que os países tidos como subdesenvolvidos, faziam crescer o setor primário para exportar matérias-primas para os países desenvolvidos. Ou seja, o Cooperativismo e o Associativismo agropecuário brasileiro foram profundamente influenciados pelas diretrizes políticas e econômicas adotadas pelos governos

⁵² O processo de autogestão é o estado mais democrático e participativo de gestão (PRATES, 1995). Ocorre quando existe participação dos sujeitos nas atividades envolvidas do processo de trabalho, seja no âmbito de operacionalização das tarefas produtivas ou no de decisões, assim como quando existe, também, a acolhida e o respeito dos demais trabalhadores a essa participação. Constituem características dos empreendimentos autogestionários: a autonomia dos trabalhadores, a capacidade de organizar e comercializar a matéria-prima, a participação dos sujeitos, entre outros.

⁵³ As Cooperativas de Crédito também foram criadas neste período no Brasil.

brasileiros ao longo do século XX.⁵⁴

A primeira fase de ascensão do Cooperativismo e do Associativismo no meio rural brasileiro, teve como elemento central as famílias de imigrantes que vinham desembarcando no país desde as últimas décadas do século XIX. Grande parte dos imigrantes fixou-se nas regiões produtoras de café - São Paulo -, porém muitos imigrantes foram encaminhados para os Estados do sul do Brasil, onde os mesmos estabeleceram-se em pequenas propriedades agrícolas, cuja produção visava principalmente à subsistência familiar (PINHO, 2004). Nessa época foram fundadas as primeiras cooperativas e associações nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, e, posteriormente, Paraná.⁵⁵ Possivelmente, algumas associações no início do século XX no Brasil, principalmente no meio rural, também se configuraram como grupos de trabalho coletivo, devido ao fato de não ter sido elaborado uma regulamentação clara e precisa sobre estes tipos de empreendimentos coletivos.

O Associativismo e o Cooperativismo no Rio Grande do Sul emergiram no início do século XX, uma vez que a introdução dos mesmos se deve ao processo de colonização ítalo-germânica. No limiar do século XX:

[...] começaram aparecer algumas cooperativas inspiradas em modelos trazidos por imigrantes estrangeiros, alguns deles anarquistas e sindicalistas, ou por uns poucos idealistas brasileiros, que tinham conhecimentos do sucesso de associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália (PINHO, 2004, p. 13).

Os imigrantes italianos e germânicos trouxeram como herança da Europa sua experiência relacionada ao Cooperativismo e Associativismo, e instauraram seus princípios em regiões rio-grandenses - Vale dos Sinos, Serra, Depressão Central, entre outros. Nas regiões rio-grandenses de colonização germânica, o Cooperativismo e o Associativismo se desenvolveram por meio de cooperativas e

⁵⁴ As cooperativas agroexportadoras, que foram estimuladas pelo governo, contribuíram para a diminuição do *déficit* econômico do Brasil por meio das exportações, e seus integrantes – agricultores –, recebiam subsídios do Estado (SCHNEIDER, 1991).

⁵⁵ Durante este período, as políticas governamentais negligenciaram os inúmeros imigrantes, que, na ausência do Estado, tiveram de buscar alternativas de sobrevivência, criando-se, então, as cooperativas (BRDE, 2003).

associações de crédito - as populares Caixas Rurais do tipo Raiffeisen⁵⁶. As Caixas Rurais foram de grande importância ao desenvolvimento dessas colônias e ao respectivo estabelecimento dos imigrantes alemães nessas regiões (ONOFRIO, 1961).

Os fatores que desencadearam o Associativismo e Cooperativismo pelos colonizadores alemães foram, primeiramente, a necessidade de sobrevivência dos imigrantes quando chegaram ao Brasil, que não obtiveram a intervenção e o auxílio estatal - com intuito de auxiliá-los e ampará-los durante o período colonial -, e, num segundo momento, as heranças culturais dos próprios colonizadores, que trouxeram a valorização e o conhecimento quanto ao desenvolvimento de experiências coletivas da Europa (SCHMIDT; GOES, 2002).

O padre suíço Theodor Amstad, a partir de 1902, fundou a primeira cooperativa de modelo Raiffeisen, localizada em Linha Imperial - hoje Nova Petrópolis.

Denomina-se inicialmente "Caixa Econômica e de Empréstimos de Nova Petrópolis" foi ela o ponto de partida da maior rede de organizações tipo Raiffeisen na América do Sul. Seus primeiros estatutos foram redigidos inteiramente em idioma alemão, e obedeciam ao modelo das instituições similares européias (ONOFRIO, 1961, p. 23).

Após a implantação da Caixa Rural de Nova Petrópolis, expandiu-se esse modelo de Cooperativismo e Associativismo à colonização germânica no Estado do Rio Grande do Sul.⁵⁷ Este protótipo de Cooperativismo e de Associativismo, posteriormente foi implantado nos municípios de Bom Princípio (1903), Lajeado (1905) e São José do Herval (1907). Estes cooperados e associados comercializavam alguns produtos como, fumo, ovos, soja, toucinho, banha, milho, arroz, porco, entre outros (SCHMIDT; GOES, 2002).

⁵⁶ As Caixas Rurais *Raiffeisen* são constituídas por "cooperativas de crédito com características especiais, tais como: adoção do princípio cristão de amor ao próximo e de auxílio de caráter filantrópico, [...] valorização da formação moral dos associados, os quais assumem responsabilidade solidária e ilimitada quanto às obrigações contraídas pela cooperativa. Os créditos são concedidos em longo prazo" (PINHO, 2004, p. 99).

⁵⁷ Cooperativas de crédito na atualidade correspondem as "[...] instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos a vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio de instituições financeiras públicas e privadas [...], além de outras operações específicas, e atribuições estabelecidas na legislação [...]" (PINHEIRO, 2007, p. 8).

Com o Cooperativismo e Associativismo na primeira metade do século XX, os agricultores de uma determinada localidade dificilmente precisavam ir à cidade para fazer compras, pois normalmente costumavam adquirir as mercadorias necessárias nas cooperativas mais próximas das suas propriedades (SCHMIDT; GOES, 2002). Outra característica que deve ser ressaltada é a não inserção das mulheres, nesse período histórico, ao Cooperativismo e Associativismo. Somente os homens podiam se associar. Essa contradição - em relação às virtudes elaboradas por *Charles Gide* sobre o Cooperativismo, referidas no primeiro subitem -, pode ser remetida à cultura machista historicamente existente na sociedade, principalmente até a segunda metade do século XX - época em que não havia ocorrido ainda a revolução feminina e cultural no mundo e no Brasil (HOBSBAWM, 1995).

O Associativismo e o Cooperativismo representaram um importante papel no desenvolvimento econômico do sul do país, pois foram de fundamental importância aos imigrantes alemães. Outro modelo cooperativista disseminado no Estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região de colonização italiana, foi respaldado principalmente na produção agrícola.

“O italiano De Stefano Paterno, no contexto de ampla campanha oficial realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura, por delegação do Governo Federal” (PINHO, 2004, p. 13), foi quem difundiu o Cooperativismo e o Associativismo na colonização italiana. Essa campanha nacional de Cooperativismo e de Associativismo agrícola, teve como proposição, promover o Cooperativismo e o Associativismo de modelo misto de seção de crédito, nas colônias italianas, objetivando a colonização. Diversas associações e cooperativas, advindas dessa campanha governamental, foram organizadas nos municípios de Caxias do Sul, Garibaldi, Bento Gonçalves, Antônio Prado, Vila Nova, Veranópolis, Guaporé e, também, em Porto Alegre.

Em relação à segunda fase do Cooperativismo no meio rural brasileiro, pode-se mencionar que teve início a partir do primeiro governo Vargas (1930-1945). O Cooperativismo e o Associativismo agropecuário e, também, urbano, foram estimulados, nessa conjuntura, devido à grande recessão advinda da depressão gerada pela queda da bolsa de Nova York, em 1929. O modelo agroexportador da economia brasileira passou, nesta época, a ser contestado principalmente por membros da elite - pelos industriais paulistas, que visavam o protótipo urbano-industrial (PINHO, 2004).

O processo de industrialização brasileiro inicia, de forma intermitente, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. A partir de 1930, porém, inicia a primeira etapa da industrialização brasileira - como projeto econômico e político nacional. Também no primeiro governo de Getúlio Vargas, foram criadas leis relacionadas aos trabalhadores urbanos no Brasil⁵⁸ - posto que estas, além de serem extremamente importantes à classe trabalhadora, se constituíram ainda numa das formas de regular a questão social (BRUM, 2008).

O governo Vargas incentivou o trabalho operariado industrial neste período, e para isto foram criadas, a partir da década de 40 as instituições vinculadas ao Sistemas (Serviço Social da Indústria - Sesi -, Serviço Social do Comércio - Sesc -, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai -, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac), bem como a Legião Brasileira de Assistência - LBA (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Assim, o Estado passa a ser o mediador da questão social brasileira, e para isto foram criadas também as caixas de aposentadoria e pensões, em que os detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora deveriam contribuir com este fundo. Em 1943 foi instituída a Constituição das Leis Trabalhistas - CLT, “que reúne toda a legislação da área desde 1930” (COUTO, 2006, p. 103), como salário mínimo, proibição do trabalho aos adolescentes com menos de 14 anos, repouso remunerado, férias anuais remuneradas, jornada diária de 8 horas de trabalho, entre outros.

Por meio do decreto nº 22.239, datado em 9 de dezembro de 1932, durante o referido governo, foi elaborada a primeira Legislação Cooperativista. Por intermédio deste decreto, tornou-se possível, no aspecto legal, a constituição de cooperativas de natureza civil - que operavam por meio de sócios, distribuindo as sobras.

[...] o Estado desde o final da década de 1930, passou a influir de forma marcante no cooperativismo, visando não apenas enquadrar as cooperativas nas metas nacionais de desenvolvimento, mas principalmente como alternativa de desenvolvimento (SCHNEIDER, 1991, p. 332).

⁵⁸ Neste período, era considerado cidadão, portador de direitos, o sujeito que possuía a carteira assinada – realidade semelhante vivenciada durante o período da ditadura militar brasileira (1964-1984). Historicamente no Brasil os direitos sociais estavam atrelados aos direitos trabalhistas, e somente a partir da Constituição Federal de 1988, por meio do Estado Democrático de Direito, passou a vigorar a concepção de cidadania – em âmbito legal –, no sentido mais amplo, em que os sujeitos começam a usufruir os direitos e deveres civis, políticos e sociais na sua totalidade (COUTO, 2006).

O governo Vargas passou a interferir na estrutura política e econômica fundiária brasileira - regida pelo poderio que constituía a antiga República Velha⁵⁹ (política designada de café com leite, formada pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais) - e passou a incentivar as cooperativas de trabalho, referendando-as da seguinte forma: cooperativas de trabalho⁶⁰ são aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício, advindos de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições de trabalho de seus associados, isto dispensando a intervenção de uma chefia (SCHNEIDER, 1991).

Prospectava-se, também, a criação de pequenas propriedades rurais, uma vez que o aparato legal do governo Vargas continuava favorecendo esta demanda, principalmente no sul do país. “O cooperativismo, a partir deste contexto de racionalização, passa a ser uma alternativa liberal ao processo de recrudescimento das tensões no campo” (VERAS NETO, 2000, p. 85). Percebe-se, no que concerne às relações estabelecidas entre o campesinato e o Estado, que o Cooperativismo e o Associativismo passaram a ser utilizados também, assim como no meio urbano, como um mecanismo atenuador dos conflitos sociais entre as classes, pois o Estado funcionava como um regulador e controlador da questão social.

Pode-se expor ainda que, desde o aparecimento das primeiras cooperativas até meados da década de 50, o Cooperativismo e o Associativismo no Brasil estiveram em sua fase mais incipiente. Grande parte das cooperativas existentes até então tinham como finalidade a comercialização da produção agrícola dos cooperados - incentivadas pelo Estado, principalmente no meio rural (VERAS NETO, 2000). Uma parcela significativa dessas cooperativas era mista, ou seja, atuavam na comercialização da produção agrícola, como, também, na aquisição e repasse de insumos e bens de consumo. Menciona-se, aqui, que as cooperativas mistas eram pouco especializadas, colocando-se receptivas para receber e comercializar os produtos agrícolas dos associados (BRDE, 2003).

⁵⁹ Outro elemento já citado que contribui para a transição da economia brasileira no início do século XX, agroexportadora para urbano-industrial, foi a crise advinda da quebra da bolsa de Nova York em 1929. Em consequência da crise os preços dos alimentos e matérias-primas despencaram, repercutindo diretamente em países como o Brasil, cuja economia na época estava relacionada com a exportação do café (POLANYI, 2000).

⁶⁰ Relativo ao artigo 24 do Decreto nº 22.239.

Verifica-se, entretanto, o declínio das experiências cooperativistas e associativistas em meados do século XX⁶¹, pois ocorreu a falta de acompanhamento destes empreendimentos, bem como não foi desenvolvido um aprimoramento e uma constante qualificação dos sujeitos que integravam estas experiências coletivas. Percebe-se, assim, que para a existência e permanência no mercado destes tipos de empreendimentos associativistas e cooperativistas, fazem-se necessário o apoio e a promoção do Estado - com suas respectivas políticas sociais -, que visem tanto o financiamento, como também o investimento em contratação de recursos humanos, para acompanhar e capacitar⁶² os integrantes deste tipo de experiência.

A partir do segundo governo Vargas (1950-1954), o Estado brasileiro passou a aprofundar o processo de industrialização, sendo que posteriormente no governo Kubitschek (1955-1960), a industrialização passou a ter novos direcionamentos. Neste período, entretanto, o incipiente Cooperativismo e Associativismo brasileiros passaram a ceder espaço a um novo Cooperativismo, designado de Cooperativismo Agrícola Empresarial.

No governo Kubitschek ocorreu o designado *Boom* Econômico que pretendia estimular a Campanha Desenvolvimentista da Nação. Neste cenário, o governo brasileiro estimulou a entrada do capital internacional, visando o progresso do Brasil por meio da industrialização (OLIVEIRA, 1987). O capital estrangeiro foi investido na indústria de bens duráveis, como a siderurgia, metalurgia e a indústria automobilística, sendo os Estados Unidos um dos maiores investidores. O objetivo Desenvolvimentista era o Plano de Metas, que se caracterizou pelo extraordinário aumento da diversificação industrial brasileira.⁶³

⁶¹ Iste declínio pode estar relacionado com os seguintes aspectos: a) má administração e falta de preparo das lideranças dos empreendimentos – com o gerenciamento inadequado das finanças; b) com a falta de assessoramento e qualificação dos trabalhadores associados; c) com a corrupção dos sujeitos que integravam a diretoria ou liderança dos grupos, entre outros (SCHMIDT; GOES, 2002).

⁶² “A capacitação como processo pedagógico supõe estimulação e assessoramento à população, para que esta tenha meios de apreensão contínua da realidade social e saiba analisá-la, situando os seus interesses” (SOUZA, 2004, p. 95).

⁶³ Enquanto o êxodo rural na Europa ocorreu principalmente entre a I e II Revoluções Industriais – citado anteriormente –, no Brasil este processo de urbanização e industrialização ocorreu a partir da década de 30 do século XX, com a transição da economia agroexportadora para urbano-industrial. O referido processo obteve continuação na década de 50 com o Plano de Metas, sendo que se expande posteriormente, por intermédio do Milagre Econômico Brasileiro, no início da década de 70, durante o período da ditadura militar. Pode-se aludir que com o êxodo rural ocorrido na década de 30 do século XX, iniciou-se no Brasil o processo de “inchaço” das grandes cidades, posto que as condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores, agora urbanos, eram muito precárias. Passam a ser criados, devido a esta realidade, os bolsões de pobreza em torno das regiões em que estavam localizadas as fábricas, dando início aos locais que posteriormente foram designados de periferias e favelas (SILVA, 2007).

Entre os vários entraves à superação do estágio de subdesenvolvimento em que se encontrava a economia brasileira (OLIVEIRA, 1987), o diagnóstico que deu origem ao Plano de Metas (1956-1961) identificava ainda o baixo nível de produtividade da agricultura nacional. Com o objetivo de modernizar a agricultura, o Estado reservou às cooperativas agropecuárias o papel de principal executor das políticas públicas voltadas ao setor rural (BRDE, 2003).

O Estado objetivava agilizar o processo de modernização da agricultura por intermédio da organização cooperativa e associativa entre os produtores. Os agricultores, porém, ainda detinham certa resistência em relação a este tipo de experiências coletivas - devido ao declínio das mesmas, supracitadas. Para burlar essas resistências, o Estado teve que formular estratégias para incentivar as cooperativas e associações de agricultores e produtores; entre elas: a) criar instituições públicas voltadas ao fomento do cooperativismo e do associativismo, e b) direcionar o crédito agrícola oficial para as cooperativas⁶⁴ (COELHO, 2001).

O crescimento das cooperativas empresárias vinculadas à agropecuária, foi influenciado pelas medidas governamentais voltadas ao setor agropecuário, pois o governo atribuíu à agricultura um papel destacado, não apenas na busca do equilíbrio externo, mas, também, no combate à inflação (COELHO, 2001).

Esta política do governo de estímulo à modernização da agricultura, porém, desencadeou a dependência das cooperativas em relação ao Governo Federal⁶⁵, principalmente as que tinham como matérias-primas o café e o trigo. A partir da década de 60, a soja surgiu como um promissor produto de exportação brasileiro, concedendo um novo impulso ao Cooperativismo Agropecuário do país e, especialmente, da Região Sul (BRDE, 2003).

No que concerne à regulamentação do Cooperativismo - e do Associativismo -, esta passou por um período de parcial consolidação na legislação brasileira. Isto ocorreu pelo Decreto-lei nº 59, de 21 de novembro de 1966, e, depois, pela Lei nº

⁶⁴ Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, ocorrido nas décadas de 60 e 70, sob influência direta da política agrícola implantada pelo Governo Federal, ocorreu um grande surto de criação de cooperativas tritícolas, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul e no oeste catarinense (SCHNEIDER, 1991).

⁶⁵ A expansão do cooperativismo agropecuário foi influenciada principalmente pelas reformas estruturais realizadas pelo governo Castelo Branco a partir de 1965 – já no período da ditadura militar. Em 1965 foi criada, por meio da Lei 4.829, o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR –, tendo como intencionalidades: a) financiar parcela do capital de giro à produção e comercialização de produtos agrícolas; b) estimular a formação de capital; c) incentivar e acentuar da utilização tecnologia moderna e; d) beneficiar especialmente pequenos e médios produtores (COELHO, 2001).

5.764, de 16 de dezembro de 1971, com forte controle do Estado sobre estes empreendimentos coletivos. Foi criado pelo Decreto nº 59, regulamentado em 1967, com a edição do Decreto-Lei nº 60.597, o Conselho Nacional do Cooperativismo (PINHO, 2004), que também conceituava o ato cooperativo ao estabelecer que as relações econômicas entre cooperativas e seus cooperados não seriam operações de compra e venda.

A Lei nº 5.764 define a Política Nacional do Cooperativismo⁶⁶ e, além de outras providências, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas.⁶⁷ A Lei 5.764/71 passa a regulamentar o contrato de sociedade cooperativa entre os sujeitos que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro. Pela Lei 5.764/71, as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados (PINHO, 2004).

Com base na Lei nº 5.764⁶⁸, o Conselho Nacional do Cooperativismo constitui-se na orientação geral da Política Cooperativista Nacional, tendo sua sede no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra -, com plena autonomia administrativa e financeira, com base na forma do artigo 172 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Os recursos do Fundo deveriam ser aplicados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, obrigatoriamente em financiamento de atividades que favoreçam de maneira relevante o abastecimento das populações - a critério do Conselho Nacional de Cooperativismo.

⁶⁶ No Brasil tem-se como órgão representativo do Cooperativismo a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB –, com sede em Brasília, criada em 1969. Esta organização é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. Já no Rio Grande do Sul, tem-se desde 24 de março de 1971, a Organização e Sindicato das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – Ocergs –, como órgão representativo do cooperativismo, com sua sede localizada em Porto Alegre. A OCB é caracterizada por representar tradicionalmente o cooperativismo brasileiro, ou seja, como advém do período da Ditadura Militar, a mesma representa os interesses do Estado vinculado aos da elite brasileira, que, neste período, significa principalmente os grandes latifundiários e agropecuaristas – pois o cooperativismo existia principalmente no meio rural.

⁶⁷ Segundo o artigo 79 da Lei 5.764/71, “denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”.

⁶⁸ Segundo a Lei nº 5.764, a cooperativa se caracteriza pela sociedade civil/comercial sem fins lucrativos, com no mínimo 20 associados – Constituição Federal (Art. 5º, inc. XVII a XXI e art. 174) e Código Civil (Lei nº 5764/71) –, sendo o capital social formado por quotas-partes dos cooperados (ROLOFF; MUSSKOPF, 2002). Já as associações caracterizam-se pela sociedade civil sem fins lucrativos, sendo constituídas por no máximo 20 associados – segundo a Constituição Federal (Art. 5º, inc. XVII a XXI e art. 174) –; deverá ser formada por taxas pagas pelos trabalhadores, doações, reservas e fundos (ROLOFF; MUSSKOPF, 2002).

No período da ditadura militar⁶⁹ o perímetro destinado às negociações entre as cooperativas passou a ser municipal - contrapondo-se então aos princípios básicos cooperativistas -, apesar de ser um momento histórico de internacionalização da economia brasileira. É regulamentado somente a partir da Constituição Federal de 1988 que o Estado não poderá interferir no funcionamento das cooperativas e associações.

A partir da década de 80 do século XX, que o Cooperativismo e o Associativismo no Brasil recebem uma nova configuração; porém, “a lei que rege o cooperativismo brasileiro é de 1971 [...] no entanto, a Constituição Federal de 1988 tirou a tutela do Estado e deixou as cooperativas sob sua inteira responsabilidade” (ROLOFF; MUSSKOPF, 2002, p. 48). Diferentemente das Constituições Brasileiras anteriores, que não faziam menção diretamente às cooperativas e associações, a Constituição Federal de 1988, também designada de Constituição Cidadã, remete-se a estas, porém, de uma forma ainda não muito clara e precisa em relação às regras e princípios de funcionamento do Cooperativismo. Podem-se destacar alguns artigos referentes ao tema:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Art. 146 - Cabe à lei complementar: [...] III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: [...] c) adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.

Art. 174 - Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. [...] § 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Art. 187 - A política agrícola será planejada e executada, na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente: [...] VI - o cooperativismo.

⁶⁹ Momento de grande repressão – materializada pela cassação dos direitos políticos e civis, e com ênfase nos direitos trabalhistas –, em que o governo passa a não estimular o cooperativismo, por meio do cancelamento dos estímulos tributários e extinguindo as seções de crédito das chamadas cooperativas mistas (VERAS NETO, 2000).

Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre: [...] VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras (BRASIL, 1988).

Ressalta-se ainda que, comumente, entretanto, não são todas as cooperativas e associações - e ainda, grupos informais⁷⁰ -, que possuem suas lógicas de funcionamento respaldadas nos princípios do cooperativismo; há cooperativas que se fundamentam na lógica capitalista, inspiradas no acúmulo de capital. Verifica-se que a criação dessas cooperativas e associações foi facilitada pela Constituição Federal de 1988, em que foi permitida a livre-associação. Com a Constituição Federal de 1988, as cooperativas e/ou associações, ao serem fundadas, não precisam mais passar por aprovação de Órgão Federal responsável para serem constituídas (NASCIMENTO, 2000).

A partir de janeiro de 2003 passou a vigorar o novo Código Civil Brasileiro que tentou definir mais claramente a função e jurisdição das associações. Definiu as associações como união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, estabelecendo que os sujeitos que trabalham nestes empreendimentos coletivos podem obter uma renda que não seja lucrativa, pois, se houvesse um rendimento muito elevado deixaria de se enquadrar nestes tipos de empreendimentos coletivos.⁷¹

Existe este direcionamento para as associações, porque o Novo Código Civil Brasileiro aproxima as associações das fundações (lembrando que as associações neste estudo estão relacionadas com as que buscam gerar trabalho e renda). As

⁷⁰ Os grupos informais constituem-se como empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, que mesmo podendo estar respaldados nos princípios cooperativistas/associativistas, ainda não se formalizaram/legalizaram como cooperativas e/ou associações, portanto, trabalham na total informalidade – resultando na precarização do trabalho coletivo.

⁷¹ Constituem regras previstas as associações pelo Código Civil: não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos; o estatuto das associações deverá conter a denominação, os fins e a sede da associação, os direitos e deveres dos associados, as fontes de recursos para sua manutenção, o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos, as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução, a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas; os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais; compete privativamente à assembleia geral: destituir os administradores e alterar o estatuto. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

fundações⁷² são caracterizadas por se constituírem em instituições destinadas somente para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, ou seja, para utilidade pública, neste caso, portanto, para não ter fins lucrativos, mas sim para satisfazer às necessidades sociais (MARTINS, acesso em: 21 jul. 2008). Este é um dos motivos pelo qual a Lei referente ao Cooperativismo no Brasil, de 1971 - que também influencia o Associativismo -, incorporada pela Constituição Federal, está em processo de redefinição.

Os precursores do Cooperativismo e do Associativismo na Europa foram atingidos pelas manifestações da questão social, geradas entre a I e II Revolução Industrial, destacando-se no meio urbano. Já o Cooperativismo e o Associativismo brasileiro, até a segunda metade do século XX, estiveram atrelados principalmente ao setor agropecuário e ao meio rural - apesar de terem emergido no meio urbano, com exceção do período de colonização missioneira no Rio Grande do Sul. Ou seja, estas experiências coletivas foram criadas no Brasil devido às manifestações da questão social, que envolve principalmente o setor primário, o meio rural. O Quadro a seguir sintetiza as principais leis e decretos referentes ao cooperativismo e associativismo no Brasil.

LEIS/DECRETOS	ANO	DEFINIÇÃO
Decreto nº 22.239	1932	Primeira Legislação Cooperativista - Constituição de Cooperativas de Natureza Civil.
Decreto-Lei nº 60.597	1967	Concebe o Conselho Nacional o Cooperativismo.
A Lei nº 5.764/71	1971	Definição da Política Nacional do Cooperativismo - Passa a regulamentar o contrato de sociedade cooperativa entre os sujeitos.
Constituição Federal	1988	Passa a ser regulamentado que o Estado não poderá interferir no funcionamento das cooperativas e associações (ainda de modo não muito específico), de forma que estes empreendimentos não precisem mais de autorização do Estado para serem constituídos.
Código Civil	2003	O novo Código Civil define as associações como união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
Projeto de Lei PLS171/199	2009	Reforma de Lei do Cooperativismo - está no Congresso.

Quadro 1 - Sistematização de Leis/Decretos sobre o cooperativismo e associativismo no Brasil

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora

⁷² O Novo Código civil também definiu, além da jurisdição das associações, das sociedades e fundações. Este assunto não será aprofundado por não compor a centralidade deste estudo.

Por meio deste subitem, pode-se constatar que o Estado foi um grande incentivador do Cooperativismo Agropecuário, por meio da facilitação de acesso a créditos e financiamentos, principalmente a partir de meados do século XX, com o Cooperativismo Agrícola Empresarial. Este último foi estimulado pelo Estado visando a expandir a exportação brasileira de matérias-primas aos países desenvolvidos, apesar de o governo brasileiro estar investindo internamente no processo de industrialização de bens duráveis.

No final do século XX e início do XXI, experiências coletivas que objetivam a geração de trabalho e renda, tanto no meio urbano como no rural, estão sendo suscitadas novamente pelas manifestações de desigualdade da questão social e estão outra vez sendo potencializadas pelo Estado brasileiro, só que agora em parceria com a sociedade civil - por meio de instituições sociais -, outros setores governamentais e incubadoras universitárias.

Outro aspecto diferenciado é que o processo de produção está num estágio tão acentuado de acumulação de capital, devido ao desenvolvimento tecnológico, que a força de trabalho encontra-se cada vez mais à margem do mesmo. É dessa contradição entre a “evolução” do estágio em que se encontra o sistema capitalista, advinda das transformações que estão ocorrendo por meio da III Revolução Industrial - que resultam na precariedade das condições e relações de trabalho e no crescente “desemprego” -, que normalmente culminam as experiências designadas de Economia Popular Solidária⁷³. Estas novas modificações que vem sendo desenvolvidas nos elementos que constituem o processo de trabalho serão introduzidas no próximo subitem.

⁷³ Nesse novo cenário, estas experiências que constituem a Economia Popular Solidária ocorrem tanto no meio urbano como no rural. Neste último, porém, diferenciando-se do Cooperativismo e Associativismo agrário existente no Brasil até a década de 70 do século XX – mesmo com o fato de que na atualidade também existem empreendimentos cooperativistas e associativistas direcionados ao mercado, tanto no meio rural como urbano.

2.3 FINAL DO SÉCULO XX E LIMIAR DO SÉCULO XXI: NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO DE TRABALHO

Os séculos XX e XXI são cenários de acentuadas transformações que envolvem o processo de trabalho, com suas respectivas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. Experiências coletivas culminaram no final do século XX - por meio de cooperativas, associações e grupos de trabalho -, podem ser compreendidas como uma das alternativas existentes aos sujeitos - que comumente estão à margem do mercado formal de trabalho (SINGER; SOUZA, 2000) -, para gerar renda diante das manifestações de desigualdade da questão social. Estas experiências coletivas são originadas comumente pelos próprios trabalhadores, bem como por agentes dos setores governamentais, instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias.

Para abordar as novas transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho - que tem como finalidade a centralização e intensificação da acumulação capitalista -, faz-se necessário que se introduza, primeiramente, o contexto socioeconômico existente no século XX, cenário que desencadeou estas intensas transformações relacionadas aos processos de produção e de gestão, que estão modificando a História da humanidade nas últimas décadas.

No período pós-guerra vigorou o modelo de Estado designado de *Welfare State*, em países de economia capitalista avançada. O *Welfare State* tinha como finalidade a intervenção no planejamento econômico, montando esquemas de transferências sociais, disponibilizando bens e serviços aos cidadãos (COUTO, 2006). Este modelo de Estado Social⁷⁴ contribuiu para o *Boom Econômico* nesses países (Alemanha, Inglaterra, França, entre outros), até o final da década de 60 do século XX. Pode-se elencar como benefícios sociais repassados pelo Estado aos cidadãos: o seguro-desemprego, a habitação, a alimentação, a educação, a saúde, a aposentadoria, o transporte coletivo, entre outros direitos sociais - direitos do cidadão e dever do Estado.

⁷⁴ Caracterizado pela intervenção do Estado na economia e pela instituição de políticas e programas sociais – direitos sociais –, por intermédio de benefícios sociais destinados aos cidadãos (COUTO, 2006). A socialdemocracia consiste numa forma de governo que se caracterizava pela união entre o partido político no poder e os sindicatos dos trabalhadores.

Este modelo de Estado - *Welfare State* -, foi utilizado para regular as crises cíclicas do capital, mediante as políticas *Keynesianas*⁷⁵, sendo fundamental para a superação da estagnação econômica em que o capitalismo se encontrava (OLIVEIRA, 1999) nos países definidos posteriormente como os de primeiro mundo. A lei dos mercados, embasada na teoria econômica em que a oferta cria sua própria demanda (POLANYI, 2000), não era mais suficiente para equilibrar a economia. Para Keynes era “necessário a intervenção do Estado através de um planejamento, para que as condições de acumulação capitalista sejam restabelecidas” (COUTO, 2006, p. 65).

O fundo público, por intermédio do *Welfare State*, passou a financiar a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho, por meio dos gastos sociais e pelo pleno emprego (OLIVEIRA, 1999). Neste período de vigência do *Welfare State*, vigoravam os protótipos de produção Tayloristas e Fordistas.

“O ‘Taylorismo’ ou ‘administração científica do trabalho’ surge como uma nova cultura do trabalho na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos, nação que começava a despontar como potência mundial” (DRUCK, 1999, p. 41). Taylor, objetivando eliminar a dependência do capital em relação à habilidade manual da força de trabalho, estabeleceu os seguintes princípios: a) dissociação dos processos de produção, pela especificação das atividades dos trabalhadores; b) separação do trabalho de concepção e de execução; c) utilização do conhecimento de concepção, para controlar cada fase da produção e o seu modo de execução (HARVEY, 2003).

Com a cisão entre o trabalho intelectual e o operacional, o Taylorismo, por meio da gerência científica, racionalizou a produção. A gerência científica passou a controlar os modos e tempos da produção, bem como os rendimentos da força de trabalho, estabelecendo uma estrutura hierárquica entre a gerência (trabalho de concepção e de controle) e os trabalhadores (execução do processo de trabalho) (ANTUNES, 2003a).

⁷⁵ Teoria econômica elaborada por John Maynard Keynes (1883-1946). Essa teoria foi implantada pelo presidente *Roosevelt* nos Estados Unidos da América, por meio do *New Deal*, durante o período de Depressão após a crise de 1929 (queda da bolsa de Nova York, referido anteriormente, que atingiu em esfera global todos os países capitalistas, entre eles o Brasil).

Utilizando as inovações criadas por Taylor nos processos produtivos, em 1913 Henry Ford⁷⁶ implantou a linha de montagem⁷⁷ na indústria automobilística, acoplada à esteira rolante, obtendo a produção de mercadorias padronizadas e em massa (FLEURY; VARGAS, 1983). Com esse protótipo, que desenvolveu a mecanização associada e parcialmente automatizada, o controle nos processos de trabalho não precisava mais ser realizado diretamente pelo gerente, mas pelos próprios maquinários⁷⁸ (PIRES, 1998).

Outra caracterização do Fordismo está relacionada com o processo contínuo da produção, que agregou a produtividade ao consumo, ou seja, sempre dispondo de estoque mínimo de mercadorias - *Just-In-Case*. Também pode ser considerado o protótipo de processo de trabalho, que separou rigidamente o trabalho de concepção e o de execução (ANTUNES, 2003b). Esta ruptura entre o trabalho de execução e concepção, foi elemento preponderante para a alienação dos operários, diante da organização, execução e gestão do processo de trabalho.

O Processo de alienação [...] pode ser definido [...] como uma ação ou estado pelo qual um indivíduo, grupo, instituição ou sociedade se tornam alheios, estranhos, enfim, alienados em relação àquilo que constroem ou produzem e em relação a si próprios e às relações que estabelecem nesta construção. Em síntese alienar-se é não reconhecer-se naquilo que se produz ou constrói, é não mais identificar-se com os produtos de seu trabalho [...] (PRATES, 2003, p.106).

Estes dois modelos predominaram no processo de industrialização até meados do século XX, tendo, então, as suas principais caracterizações direcionadas: a) à racionalização e hierarquização nas relações e no processo de trabalho; b) à homogeneização das mercadorias - realizada pela produção em massa e em série -; c) à eliminação do desperdício na produção; d) ao aumento na produtividade do trabalho e da intensificação das formas de obtenção da mais-valia pelos capitalistas (ANTUNES, 2003b).

⁷⁶ O *Fordismo* teve seu desenvolvimento hegemônico no período pós-guerra e pôde ser desenvolvido em âmbito global, ao fundir-se com o *Taylorismo*.

⁷⁷ Estas linhas de montagem foram caracterizadas pelo parcelamento e desenvolvimento de atividades laborais repetitivas, tidas também como prejudiciais à saúde dos trabalhadores.

⁷⁸ No *Fordismo* eram as máquinas (esteiras) que levavam o trabalho até os operários, eliminando, assim, os tempos mortos de produção (desnecessários).

Não se deve confundir, porém, o Taylorismo com o Fordismo. O Taylorismo se caracterizou pela racionalização científica do trabalho e pôde ser viabilizado em pequenas e médias empresas, enquanto que o Fordismo envolveu uma nova organização do processo de trabalho, por meio de máquinas-ferramentas especializadas, da mecanização e da intensa divisão de atividades laborativas, mostrando o seu desenvolvimento em grandes empresas, com a obtenção de produtos padronizados (LARANGEIRA, 2000). Estes modelos representaram,

[...] a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas do século XX, sendo somente entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que esse padrão produtivo, estruturalmente comprometido, começou a dar sinais de esgotamento (ANTUNES, 2003b, p. 38).

Esses protótipos de produção foram responsáveis pela “expansão das unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril” (ANTUNES, 2003a, p. 17). Com estes modelos produtivos ocorreu a massificação da classe operária, conjuntamente com a precarização das condições e relações de trabalho, fazendo com que eclodissem, no século XX movimentos reivindicatórios e questionadores⁷⁹ destas metodologias de produção.

Outros elementos imprescindíveis, além das manifestações operárias, que contribuíram para a transição dos processos de produção do Taylorismo/Fordismo ao Toyotismo foram: a queda dos ganhos de produtividade pelo capital, a abertura à concorrência internacional - pela globalização -, a flexibilização do capital, a desterritorialização, a crise do *Welfare State* e a introdução do referencial teórico neoliberal no Estado e nas relações de mercado (COCCO, 2001).

A crise do *Welfare State* - modelo de Estado que regulava o capital e reproduzia a força de trabalho -, ocorre pela retirada das coberturas sociais públicas e pelo corte nos gastos e direitos sociais. Este processo de ajuste do Estado visa à diminuição dos ônus do capital e do *déficit* público, na esquematização da reprodução da força de trabalho e das condições para a perpetuação da acumulação

⁷⁹ Estas manifestações foram concebidas por meio de greves, boicotes, fortalecimento do movimento sindical e operário (MATTOSO, 1995).

capitalista (NETTO, 1996).

Nestes contextos sociais e econômicos, os governos dos Estados de capitalismo avançado, liderados por Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979 e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, instituíram uma política econômica e social, respaldados no aporte teórico neoliberal.⁸⁰ “É o renascimento, ou a tentativa de renascimento do liberalismo clássico que se caracterizou, sobretudo como uma crítica sistemática à intervenção do Estado no mercado” (SCHONS, 1999). Essa política econômica e social teve como medidas: a) o enxugamento e a redução das responsabilidades dos Estados diante das sociedades; b) o fortalecimento da liberdade de mercado; c) as privatizações de instituições e organismos estatais; d) a redução e a extinção do capital produtivo estatal; e) o desenvolvimento de uma legislação “desregulamentadora” das relações de trabalho e “flexibilizadora” dos direitos sociais; f) o enfraquecimento dos movimentos sindicais, entre outras (MATTOSO, 1995).

HAYEK (1990), conceptor do neoliberalismo, questionava, em meados do século XX o uso abusivo dos princípios básicos do liberalismo clássico ao capitalismo. “[...] os princípios básicos do liberalismo não contêm nenhum elemento que o faça um credo estacionário, nenhuma regra fixa e imutável. [...] Talvez nada tenha sido mais prejudicial à causa liberal do que a obstinada insistência de alguns liberais em certas regras gerais primitivas, sobretudo o princípio do *laissez-faire*” (HAYEK, 1990, p. 43).

Os Estados, com a implantação do referencial teórico neoliberal, tornaram-se dependentes das relações de mercado estabelecidas mundialmente, inclusive no que diz respeito às políticas estatais (FIORI, 2001). Em novembro de 1989, foi realizado nos Estados Unidos da América um encontro designado de Consenso de Washington. Este encontro tornou-se mundialmente conhecido por ter como perspectiva o ajustamento das “economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais, ao processo de reestruturação produtiva e de reordenamento dos mercados no plano internacional” (DRUCK, 1999, p. 23).

⁸⁰ Após a Segunda Guerra Mundial, em 1947, paralelamente à socialdemocracia, *Friedrich Von Hayek* fundou a *Mont Pelerin Society* (Sociedade Monte Pelerin), com o objetivo de restabelecer o liberalismo, juntamente com a sociedade livre e o livre-comércio (PETERS, 1999). Esta teoria foi utilizada posteriormente por *Margaret Thatcher* e *Ronald Reagan* para legitimar a instituição do neoliberalismo diante do Estado de Bem-Estar Social. A primeira experiência do neoliberalismo enquanto referencial teórico norteador das ações de Estado foi no Chile na década de 70 do século XX, aliada à abolição da democracia e à instalação de uma das mais severas ditaduras militares (ANDERSON, 1995), dirigidas pelo General *Pinochet*.

O Consenso de Washington resultou em decisões que foram aplicadas em países latino-americanos, asiáticos e africanos, tais como: a) estabilizar as economias - cortando o *déficit* público e enfrentando a inflação -; b) reduzir o Estado por intermédio das privatizações⁸¹; c) promover a dolarização das economias e a sobrevalorização das moedas nacionais; d) “desregulamentar” os mercados e liberalizar as finanças e o comércio - abrindo as economias para atrair investimentos internacionais (ARRUDA, 1999). O Estado proposto pelo neoliberalismo, deveria ser “Mínimo” em relação às políticas econômicas e ao mercado.

As consequências das decisões advindas do Consenso de *Washington*, em suma, significou: a) a “desregulamentação” dos mercados financeiros e do trabalho - flexibilização nas legislações trabalhistas -; b) a privatização das empresas e serviços públicos - terceirização -; c) a abertura comercial - globalização -; d) a garantia do direito de propriedade dos estrangeiros - principalmente em relação aos processos tecnológicos e setor de serviços (FIORI, 2001). O Neoliberalismo visa, portanto, a liberdade ao mercado, enquanto que o Estado de Bem-Estar Social objetivava a intervenção do Estado no mercado.

O governo considera que o Estado deve deixar de ser o “responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social” para se tornar *promotor* e *regulador* desse desenvolvimento, transferindo para o setor privado, as atividades que possam ser controladas pelo mercado (IAMAMOTO, 2000a, p. 120).

O Estado Neoliberal consiste, também, na retirada do Estado dos bens e serviços sociais públicos - políticas sociais -, e não somente em relação ao financiamento do capital, fato este que vem acirrando as manifestações de desigualdade da questão social.

Outro elemento preponderante que contribuiu para o acirramento da competitividade nas relações e processo de trabalho foi a globalização do capitalismo⁸². A globalização, intensificada durante a década de 90 do século XX, é

⁸¹ Caracterizada pela redução no subsídio estatal, na provisão estatal e na regulação estatal. Assim, a privatização não se constitui apenas enquanto comercialização dos recursos e empresas estatais (PETERS, 1999), mas sim como “desregulamentação”, terceirização e redução de serviços prestados, entre outros.

⁸² A globalização não é um fenômeno recente. A primeira tentativa de globalizar a economia foi na primeira metade do século XX. Fracassou, entretanto, devido ao período entre-guerras (SINGER, 2000).

constituída pela: a) mundialização dos mercados; b) dinamização do mercado mundial; c) acumulação flexível⁸³; d) liderança econômica dos grandes bancos e empresas transnacionais⁸⁴; e) revolução tecnológica; f) introdução do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais; g) subordinação dos países periféricos aos de capitalismo avançado.

A intensificação do capital, em âmbito mundial, acarreta a formação da sociedade e da fábrica global, com o rompimento dos mercados nacionais e regionais (IANNI, 1999). Este processo “ao mesmo tempo em que acelera os ganhos de grandes capitais, concentra e centraliza capital, diversifica e agiliza os investimentos, sobretudo no mercado financeiro global” (DRUCK, 1999, p. 20). Neste sentido, com o processo de mundialização de capital, os países periféricos são subordinados às instituições financeiras dos países de economia avançada, não possuindo, então, condições de competir com igualdade nos mercados internacionais.

Pode-se mencionar também como marco do capitalismo globalizado, a sua inserção nos países que eram designados de socialistas, ou seja, fazendo a transição do planejamento centralizado pelo Estado nestes países, à economia de mercado (IANNI, 1999).

Juntamente com a globalização, outro fenômeno emergiu no término do século XX, o processo de desterritorialização. Este último é caracterizado pela mobilidade do capital e, conseqüentemente, dos trabalhadores, em escala mundial (IANNI, 1999). O trabalhador migra conforme os movimentos do capital, e o capital, por meio das transnacionais e/ou multinacionais, direcionam-se conforme os seus interesses de aumento na reprodução e acumulação de capital.

A desterritorialização aliada à globalização suscita “uma enorme centralização do capital, que se expressa: na internacionalização da realização e produção da mais-valia; na internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho; e na internacionalização do controle do capital” (BEHRING, 2002, p. 130). Considera-se na atualidade reservatórios de força de trabalho no mundo a América Latina, Ásia, África e ex-países socialistas (IANNI, 1999).

⁸³ A acumulação flexível é constituída pela: a) “desregulamentação” dos direitos trabalhistas – gerando o desemprego; b) pelo capital volátil; c) pelo fechamento de unidades de trabalho; d) pela reorganização financeira e tecnológica; e) pela flexibilidade dos padrões de consumo (IANNI, 1999).

⁸⁴ As transnacionais possuem como mecanismo de funcionamento a descentralização, ou seja, o deslocamento de postos de trabalho para outros países, objetivando a diminuição de trabalhadores contratados e maior produtividade (MARQUES, 2002).

A crise dos modelos de produção Tayloristas/Fordistas que vigoraram no século XX e do *Welfare State*, o advento do neoliberalismo, a infiltração do capital nos países tidos como socialistas, a expansão da globalização, juntamente com o processo de desterritorialização, são elementos que integraram o cenário do século XX. Diante destas circunstâncias, iniciou-se um processo de reorganização do próprio capital, com seu sistema ideológico e político de dominação, resultando num acentuado processo de reestruturação no trabalho e suas formas de produção e gestão (MATTOSO, 2000).

O término do século XX e o limiar do século XXI são marcados por uma profunda transformação no processo de trabalho. “Foram tão intensas as modificações nos processos de produção [...] que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século” (ANTUNES, 2003a, p. 15).

A III Revolução Industrial é alicerçada pela transição dos modelos de produção Taylorista e Fordista ao Toyotismo. Este último é caracterizado: a) por novas formas de produção; b) pela revolução microeletrônica; c) pelo surgimento de novos tipos de automação, robótica e mecanização; d) pelos novos protótipos de fornecimento de produtos e serviços; e) pela flexibilização do processo de trabalho; f) pela criação de novos setores produtivos; g) pelo desenvolvimento do setor terciário - setor de serviços -; h) pelo trabalho à domicílio - realizado em casa -; i) pelo trabalho sendo encomendado e/ou negociado com o consumidor; j) pelos novos mercados e padrões de consumo; e, sobretudo, l) pelas taxas intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (DEDDECA, 2000).

A reestruturação do capital traz consigo mudanças qualitativas e quantitativas na vida dos trabalhadores, pois os mesmos se tornam inseguros em relação ao mercado de trabalho, ao emprego, à geração de renda, às formas de contratação e à representação dos trabalhadores⁸⁵ (MATTOSO, 1995). Essa transição ao *Toyotismo* também é expressa pela passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas autoreguladas, em que “a máquina se vigia e se regula a si mesma” (IANNI, 1999, p. 18). O trabalho passa a ser mais ampliado, pois adquire uma nova configuração, de modo que abranja o trabalho precarizado, informal, temporário, proletário, do setor de serviços, rural (ANTUNES, 2003b), entre outros.

⁸⁵ No final do século XX ocorreu o enfraquecimento dos trabalhadores – representados pelos sindicatos. Este processo está diretamente relacionado com os elementos que foram introduzidos neste subitem, bem como com a transferência das responsabilidades estatais ao terceiro setor – representado por instituições e organizações da sociedade civil.

Com o desenvolvimento tecnológico, robótico e de automação, intensificam-se as mais-valias relativas⁸⁶, que são responsáveis por um grande aumento da produtividade no processo de trabalho. Pode-se, portanto, estabelecer uma relação, mesmo que sob circunstâncias e momentos históricos diferentes, em relação à acumulação capitalista advinda da mais-valia relativa. Esta última, primeiramente, foi estabelecida pelo progresso técnico - desenvolvido entre a I e a II Revolução Industrial -, como também, posteriormente, pelo desenvolvimento da automação, robótica e microeletrônica (tecnologia) advindo da III Revolução Industrial - pois ambos reduziram (reduzem) a contratação de trabalhadores.

Faz-se necessário, entretanto, o esclarecimento de que o desemprego é permanente no capitalismo, posto que o investimento na mais-valia relativa só acentua o mesmo (SALAMA, VALIER, 1975). O objetivo dos proprietários dos meios de produção é a acumulação e centralização de capital, pois isso lhes permite competir com os demais capitalistas, mantendo-se no sistema e evitando a sua eliminação e/ou incorporação a outro de maior porte. O desemprego consiste na realidade como algo inerente ao sistema capitalista e as suas próprias contradições.

Nessa nova lógica de acumulação capitalista, advinda da III Revolução Industrial, “o homem deve exercer na automação funções mais abstratas e intelectuais” (IANNI, 1999, p. 19), fazendo com que o mercado requisite constantemente um profissional mais qualificado e polivalente.⁸⁷ Como uma das consequências dessa nova racionalização no processo de trabalho, porém, a tendência é que se reduza a diferença entre profissionais que eram tidos como mais qualificados (como por exemplo, os engenheiros), com os profissionais vistos como menos qualificados (técnicos e operários) (IANNI, 1999). Isto ocorre devido ao avançado grau de aperfeiçoamento tecnológico e robótico, no qual a mão de obra desqualificada pode ser dispensada e substituída pela máquina.

Outras características da organização dos processos produtivos podem ser representadas no *Toyotismo* pelos seguintes aspectos: a) *Just-In-Time* - produção

⁸⁶ A mais-valia relativa é realizada a partir do uso intensivo de capital constante (maior investimento em compra de maquinarias, do que em contratação da força de trabalho), ocasionando uma redução nos custos de produção e no tempo socialmente necessário à fabricação de uma mercadoria, sem alterar a duração da jornada de trabalho, gerando a intensificação da acumulação de capital (MARX, 1988). Neste sentido, as maquinarias e tecnologias aumentam a produção, reduzindo a quantidade de trabalhadores contratados, suscitando o desemprego.

⁸⁷ “Polivalente, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas” (IAMAMOTO, 2000a, p. 32).

das mercadorias em tempos e quantidade certa e exata -; b) *Kanban* - sistema visual de informações sobre os vários estágios produtivos e de estoques (à medida que a mercadoria vai sendo adquirida pelos consumidores, a mesma será reposta na prateleira para ser consumida novamente, ou seja, não há mais estoque mínimo de mercadorias) -; c) Qualidade Total - envolvimento dos trabalhadores em equipe no processo de trabalho, entre outros (DRUCK, 2000).

Pode-se ressaltar que no Toyotismo há maior envolvimento e comprometimento dos trabalhadores na produção e relações de trabalho, fazendo com que os sujeitos realizem várias atividades produtivas ao mesmo tempo (DEDDECA, 1996). À medida que o trabalhador tem maior participação e conhecimento nas tarefas que realiza, torna-se polivalente, porém não adquire autonomia suficiente para fazer modificações ou alterações de grande porte nos processos de produção (contradição desta realidade). O Toyotismo é o modelo criado pelos capitalistas para aumentar a acumulação de riquezas, expropriando ainda mais os trabalhadores por meio da mais-valia relativa e acentuando a acumulação e centralização do capital.

Nessa lógica de produção, as grandes empresas descentralizam-se tornando-se enxutas, reunindo em torno de si pequenas e médias empresas que fornecem produtos e serviços terceirizados. A terceirização consiste na compra de serviços ou transferência de atividades a outras empresas. “[...] a terceirização afeta os trabalhadores [...] pois a implantação de políticas de cunho neoliberal por parte do Estado acirra [...] a redução da renda e a perda de direitos sociais já adquiridos pelos trabalhadores, além da escassez de postos de trabalho” (ALMEIDA NETO, 2002, p. 56). A terceirização⁸⁸ é uma das características de precarização das condições de trabalho.

Pode-se enfatizar também que, por meio das atuais transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho, há uma retrocedência dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora, pois é constituída por elementos que agravam ainda mais as condições de trabalho, entre eles: a) a disseminação dos contratos de trabalho temporários ou em domicílios; b) a terceirização; c) a superexploração dos trabalhadores; d) o enfraquecimento do movimento sindical; e) a geração de

⁸⁸ As falsas cooperativas comumente se caracterizam como terceirização do trabalho coletivo, principalmente pelas cooperativas de trabalho. Esta realidade se constitui num dos desafios existentes ao MTE e a Senaes, pois ambos se contrapõem a esta situação, por meio de fiscalização de cooperativas de trabalho e pela elaboração do Novo Marco Legal do cooperativismo e associativismo.

desempregos e subempregos (MATTOSO, 2000). O desemprego do final do século XX e início do XXI não é somente constatado pela ausência de atividades laborais e precariedade das relações assalariadas, mas também se transformou num fator explicativo de demandas e tendências da transformação econômica e social (CATTANI, 2000b).

A década de 90 do século XX e limiar do XXI, portanto, vêm evidenciando a face dramática da reestruturação do capital. Com os novos processos tecnológicos - mecanização, automação e robótica -, o capital não gera mais uma significativa quantidade de emprego, a ponto de absorver a força de trabalho disponível, pois as inovações tecnológicas intensificam a produção e racionalizam os processos produtivos.

O processo de reestruturação do capital, juntamente com o neoliberalismo, vêm apresentando no aspecto econômico, porém, limitações, que estão sendo materializadas pelas crises que ocorreram nos Tigres Asiáticos (1997-1999), no México (1994-1995), na Argentina (2001-2002), e, mais recentemente, nos Estados Unidos da América, desencadeando a crise mundial em 2008 e 2009. A recessão norte-americana que está ocasionado à crise mundial possui sua origem vinculada a crise das hipotecas dos EUA⁸⁹, desde agosto de 2007, que se alastrou rapidamente por todo o setor financeiro da economia norte-americana e do mundo - mundialização do capital. Esse mecanismo permitiu a expansão do consumo nos EUA e no desenvolvimento da economia chinesa, entre outros aspectos.

Ainda não se tem conhecimento de quais serão as consequências futuras desta crise, porém sabe-se que ela não é equivalente à de 1929, que desencadeou a depressão econômica generalizada (FACHIN, 2008). O que está ocorrendo constitui-se numa recessão materializada pela redução na taxa de crescimento econômico, que gera desempregos, entre outros elementos. O que se sabe, entretanto, com a atual recessão mundial - advinda da crise norte-americana -, é que o protótipo neoliberal respaldado na autoregulação do mercado, na liberalização e expansão da economia em escala mundial e na não intervenção estatal nas relações comerciais, vem demonstrando sinais sérios de esgotamento, principalmente nos EUA, no Japão e na

⁸⁹ Mercado imobiliário com contratos do tipo *subprime*, advindos de dívidas de trabalhadores comumente sem trabalho formal, que não possuem bens para dar em contrapartida aos empréstimos (A CRISE financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da Economia Mundial? Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec78.xml>>. Acesso em: 5 fev. 2009).

Europa Ocidental - que possui como moeda o Euro.⁹⁰

A pobreza⁹¹ - uma das manifestações de desigualdade da questão social - é um fenômeno mundial. De acordo com o Relatório da Organização Internacional do Trabalho - OIT -, apresentado “em sua conferência anual de junho/2003, em Genebra, no mundo há cerca de três bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 2 por dia. Nos países em desenvolvimento, quase um quarto de toda a população sobrevive com menos US\$ 1 por dia” (PINHO, 2004, p. 9). Na América Latina, diante deste cenário mundial, o trabalho informal constitui-se num dos elementos que contribui para a sobrevivência dos sujeitos que estão excluídos do mercado formal de trabalho (CATTANI, 2003). Já no Brasil 32,6% dos municípios possuem mais da metade de sua população vivendo na pobreza, e a Região Nordeste possui a realidade mais alarmante, totalizando 77,1% dos municípios nestas condições.⁹²

Salienta-se ainda que, além das velhas formas estocadas de exclusão social nos países periféricos - entre eles os países latino-americanos -, designada de “velha pobreza”, representada pelos pobres, miseráveis, mendigos, pedintes, indigentes subnutridos e minorias sociais (idosos, deficientes, mulheres, negros, índios), com a Reestruturação do Capital ou III Revolução Industrial, surge tanto nos países centrais, como também nos periféricos - emergentes -, outra forma de exclusão social⁹³, nomeada de “nova pobreza” (REIS, 2002). Estas novas exclusões sociais, que atingem tanto os países periféricos como os centrais, são originárias do desemprego estrutural e de suas manifestações, compreendidas como exclusão de bens e serviços, do mercado formal de trabalho, da terra, da segurança, dos direitos humanos (REIS, 2002).

⁹⁰ A CRISE financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da Economia Mundial? Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec78.xml>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

⁹¹ Pobreza compreendida como carência de renda, bem como de acesso a direitos, possibilidades e alternativas (YAZBEK, 2001). No aspecto financeiro, é caracterizada pelos sujeitos que não conseguem suprir por meio de seus rendimentos familiares a cesta básica de alimentos, mas também os demais produtos e serviços necessários a sua sobrevivência, que envolvem saúde, educação, habitação, entre outros.

⁹² A região Sul possui o percentual menor das regiões no Brasil de municípios com pobreza acima de 50%, 0,9% (IBGE; PNAD. Estados @, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=sis_2008>. Acesso em: 05 fev. 2009).

⁹³ Exclusão social compreendida como o não acesso dos sujeitos à riqueza socialmente produzida e direitos e políticas sociais existentes, bem como uma característica inerente ao sistema capitalista. Pois os indivíduos, ao mesmo tempo em que estão excluídos ou à margem do sistema, estão incluídos no mesmo (YAZBEK, 2001), lembrando que no aspecto que faz menção ao trabalho formal, o desemprego é inerente ao capitalismo.

Os jovens e os sujeitos maiores de 40 anos são os mais atingidos pela falta de postos de trabalho. A população em idade ativa⁹⁴ estava distribuída, em dezembro de 2008, segundo a faixa etária, da seguinte forma: 9,4% de 10 a 14 anos, 5,5% de 15 a 17 anos, 13,5% de 18 a 24 anos, 44,1% de 25 a 49 anos e a população de 50 anos ou mais representava 27,5%. O grupo de jovens em idade ativa de 16 a 24 anos representava, em dezembro de 2008, 17,1% da População em Idade Ativa - PIA - (ATLAS..., 2009). Os dados relacionados com os jovens de 16 a 24 anos e sujeitos acima de 50, tornam-se preocupantes na medida em que ambas as faixas etárias possuem dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho.

Segundo os dados coletados pela PED-IBGE⁹⁵ (Pesquisa de emprego e desemprego) em dezembro de 2002, um mês anterior à posse do governo Lula, a região metropolitana de São Paulo possuía 19,0% de sua população economicamente ativa⁹⁶ desempregada; na região metropolitana de Porto Alegre, os índices de desemprego correspondiam a 14,2%; na região metropolitana de Belo Horizonte, a 20,0%; na região metropolitana de Recife, a 20,3%; no Distrito Federal, a 20,7% e na região metropolitana de Salvador havia o maior índice de desemprego, em torno de 27,3%.⁹⁷

Entre os anos de 2002 e 2008, houve uma redução na taxa de desemprego total em todas as capitais pesquisadas, e em Belo Horizonte chegou a diminuir 11%. Em Porto Alegre teve uma redução de 4,7%, pois a região metropolitana de Porto Alegre, em outubro de 2008, possuía 10,6% de sua população economicamente ativa desempregada (dados para outubro de 2008). Na região metropolitana de São Paulo, os índices de desemprego correspondiam a 12,5% (outubro de 2008); na região metropolitana de Belo Horizonte a 9,0% (outubro de 2008); na região metropolitana de Recife, a 18,9% (outubro de 2008); no Distrito Federal, a 16,0% (outubro de 2008) e na região metropolitana de Salvador ainda há o maior índice de desemprego, em torno de 20,4% (outubro de 2008) (ATLAS..., 2009).

⁹⁴ A População em Idade Ativa – PIA –, é constituída pelos sujeitos com 10 anos ou mais que estão aptos à atividade econômica produtiva (JANNUZZI, 2003).

⁹⁵ A PED é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente desde 1984, na região metropolitana de São Paulo. Por meio de parcerias com órgãos públicos locais, a pesquisa atualmente é realizada em outras regiões metropolitanas: além de São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Distrito Federal.

⁹⁶ A População Economicamente Ativa – PEA –, é constituída pelos sujeitos que estão efetivamente disponíveis para o exercício da atividade econômica, seja trabalhando ou procurando emprego (donas de casa, aposentados, estudantes, não constituem a PEA, pois são considerados inválidos (JANNUZZI, 2003).

⁹⁷ Estes dados são referentes à média entre mulheres e homens desempregados.

Já em relação à taxa de crescimento econômico, porém, no Brasil, ocorreu uma redução maior do que 3% entre os anos de 2007 e 2008. Em 2007 houve um crescimento de 7,0%, e, em 2008, com a crise mundial, o crescimento no Brasil reduziu para 3,8%. Paralelamente, porém, no Rio Grande do Sul, a taxa de crescimento econômico em 2007 foi de 5,7% e em 2008 de 4,7%. Isto significa que, apesar de ter havido uma queda na taxa de crescimento econômico, também no Estado gaúcho (1%), o mesmo ainda obteve um crescimento maior que o Brasil, que teve uma queda entre os referidos anos de quase 50% (CENTRO..., 2009). Para que a taxa de desemprego não se acentue em 2009, em relação a 2008, faz-se necessário que o Brasil cresça pelo menos 4%. “Ainda assim, o crescimento de 4% seria insuficiente para absorver todos os novos desocupados, diante da População Economicamente Ativa (PEA) estimada em 1,45 milhão de pessoas”.⁹⁸

Outro aspecto relevante, ainda vinculado ao mercado de trabalho, está relacionado com a inserção das mulheres nos postos de trabalho, principalmente desde a segunda metade do século XX. “A presença das mulheres na força de trabalho na América Latina vem aumentando de forma consistente e significativa nas últimas décadas. Entre 1960 e 1990, o número de mulheres economicamente ativas mais que triplicou, aumentando de 18 milhões para 57 milhões [...]” (ABRAMO, 2002, p. 111).

As mulheres representavam em dezembro de 2008, no Brasil, a maioria da população em idade ativa, 53,4%, enquanto que os homens representavam 46,6% (DEPARTAMENTO..., 06 fev. 2009). O trabalho feminino, porém, é histórica e comumente mais precário do que o masculino, pois as desigualdades de gênero permanecem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, mesmo com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho.⁹⁹

O trabalho feminino no Brasil geralmente envolve a agricultura, o setor de serviços (doméstico, escritório, comércio, serviços auxiliares), e nas indústrias as áreas de vestuário, calçados (NOGUEIRA, 2006) - indústrias com o processo de produção respaldado no fordismo/taylorismo. Ocorre também comumente de modo precarizado e desregulamentado, posto que o desemprego feminino é geralmente

⁹⁸ MONTEIRO; Viviane. Gazeta Mercantil (SP): IPEA defende corte “drástico”. Secretaria de assuntos estratégicos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttcd_chave=7884>. Acesso em: 12 fev. 2009.

⁹⁹ Isso se deve a uma herança histórica de preconceito de gênero (patriarcado), mas que não obtém a centralidade desse estudo.

superior ao masculino. Esta realidade pode ser materializada por meio dos índices de desemprego. Em Porto Alegre, em outubro de 2008 o desemprego feminino estava estimado em 13,4%, enquanto que o masculino estava com 8,1%. Isto significa uma diferença de 5,3% (DEPARTAMENTO..., 06 fev. 2009).

Outra característica fundamental que se atribui ao trabalho feminino é que as mulheres se deparam com a falta de postos de trabalho - assim como os homens -, com a manutenção do modelo familiar patriarcal e com a maternidade, que são elementos que muitas vezes dificultam a sustentação do trabalho feminino no mercado (BREUSCHINI, 2000). Salienta-se ainda que tanto o desemprego, como também as demais responsabilidades que estão “atribuídas” socialmente às mulheres, como a maternidade e cuidado com o desenvolvimento dos filhos, constituam-se em motivos que possivelmente desencadeiam a inserção das mulheres em experiências de Economia Popular Solidária (TIRIBA, 2000) - mesmo que não de forma predominante. O trabalho informal, sem horários fixos e em alguns casos realizados próximos a residência destas trabalhadoras, constitui-se em elementos atrativos às mulheres com pouca qualificação profissional e que também podem estar desempenhando o papel de chefes de família (TIRIBA, 2000).

Pode-se salientar, também, que, para a inserção da mulher no mercado formal de trabalho, faz-se necessário um nível de qualificação, que comumente é superior ao masculino, devido à desigualdade de gênero nas relações de (re) produção social e econômica.

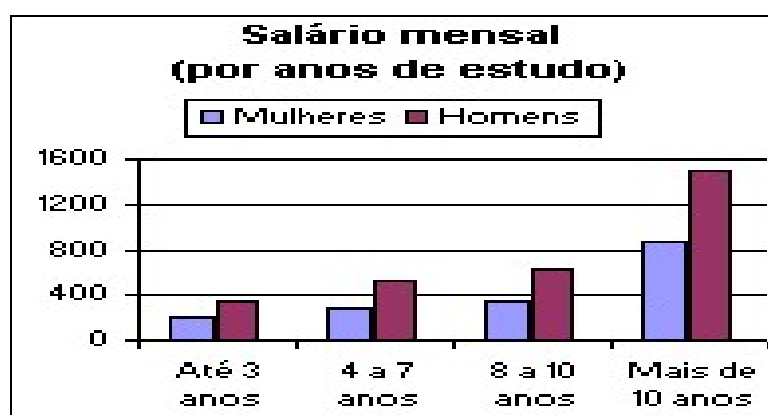


Gráfico 1 - Comparação salarial entre homens e mulheres por grau de instrução

Fonte: Campos (2008).

Conforme a Síntese de Indicadores Sociais de 2004, realizada a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mesmo com o fato das mulheres brasileiras terem em média um ano a mais de escolaridade que os homens, as mesmas recebem salários inferiores aos mesmos (CAMPUS, 2008). Uma trabalhadora que possui escolaridade entre 8 e 10 anos, recebe valor semelhante ao de um trabalhador que estudou no máximo 3. Além do aspecto cultural, outro motivo que possivelmente desencadeie esta diferença salarial pode ser explicado pelo fato de os homens possuírem uma maior taxa de abandono e defasagem escolar maior do que as mulheres, e por entrarem em média com menos idade do que as mulheres no mercado de trabalho (CAMPUS, 2008).

“[...] a intensa afluência das mulheres ao mercado de trabalho não foi acompanhada por uma diminuição significativa das desigualdades profissionais entre os homens e as mulheres [...] incluindo as salariais” (ABRAMO, 2002, p. 113). Diante desta realidade, de desemprego e de exclusão dos trabalhadores do mercado formal de trabalho - entre eles, o feminino -, é que está se buscando alternativas de geração de trabalho e renda, bem como de modelos alternativos de desenvolvimento social - incentivados pelo Estado e pela sociedade civil - que reduzam as desigualdades sociais. Os novos protótipos de desenvolvimento podem ser observados sob o aspecto de que o desenvolvimento social significa desenvolvimento não-desigual e que visa à inclusão social¹⁰⁰ de todos os sujeitos (DE PAULA, 2001).

Nesse cenário - caracterizado pela precarização das condições e relações de trabalho e pelo crescente desemprego -, devido ao processo de reestruturação do capital, as experiências constituídas por associações, cooperativas e por grupos informais, foram se expandindo no final do século XX, como uma das alternativas de geração de trabalho e renda aos homens e mulheres que se encontravam (encontram) excluídos do mercado formal de trabalho. Não se compreende neste estudo que a informalidade do trabalho coletivo consiste numa realidade satisfatória. Mas sim, que esta informalidade constitui-se como uma das alternativas emergentes a estes trabalhadores no limiar do século XXI.

¹⁰⁰ Plena concessão dos direitos sociais e superação da situação de miserabilidade, pela redistribuição de riquezas e/ou políticas públicas e sociais. Sua negação, ou seja, sua contradição, remete-se à exclusão social.

No próximo Capítulo serão apresentadas as características da Economia Popular Solidária no Brasil, das instituições governamentais, da sociedade civil - bem como do Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária - e das incubadoras universitárias que apoiam e/ou assessoram estes empreendimentos coletivos - em parceria com o Estado -, juntamente com os seus respectivos processos de incubação, objetivando a viabilidade econômica, manutenção e permanência destas experiências coletivas no mercado.

3 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E INSTITUIÇÕES DE APOIO: COMO UMA DAS ALTERNATIVAS AOS TRABALHADORES NO BRASIL DE GERAR TRABALHO E RENDA

Nas últimas décadas do século XX e no limiar do XXI, estão ocorrendo transformações relacionadas ao processo de trabalho. Estas transformações vêm gerando uma substituição dos trabalhadores - especialmente os menos qualificados. Assim, a atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência aos sujeitos que comumente estão à margem do mercado formal de trabalho. Diante desta realidade, a Economia Popular Solidária vem configurando-se no Brasil - diante do processo de reestruturação do capital -, como uma das alternativas existentes para os sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho, visando à geração de trabalho e renda.¹⁰¹

Salienta-se ainda que estas experiências coletivas estão sendo viabilizadas no Brasil, por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado, por intermédio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - vinculado a Senaes -, e outros setores governamentais, juntamente com instituições da sociedade civil - incluindo o Fórum de Economia Popular Solidária¹⁰² -, e pelas incubadoras universitárias - direcionadas para a geração de renda. Desta forma, ao mesmo tempo em que estas experiências constituem-se em possibilidades de gerar trabalho e renda aos sujeitos, também são funcionais ao sistema, na medida em que, apoiadas pelo Estado - que objetiva viabilizar economicamente estes empreendimentos -, acabam por atenuar os conflitos de classe mantendo o *status quo*.

Neste Capítulo serão introduzidas as características das experiências de Economia Popular Solidária no Brasil, das instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e das incubadoras universitárias -, que assessoram e/ou apoiam estes empreendimentos coletivos, em parceria com o Estado Brasileiro.

¹⁰¹ Como o desemprego é inerente ao sistema, salienta-se que, ao mesmo tempo em que os trabalhadores destas experiências coletivas estão excluídos do mercado formal de trabalho, pode-se fazer menção que, contraditoriamente, os mesmos estão inseridos na lógica do sistema.

¹⁰² Representados pelos Fóruns de Economia Popular Solidária Nacional, Estaduais e Regionais.

3.1 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL

Nesse início de milênio, as classes que vivem do trabalho sofrem a sua mais aguda crise que atingiu sua subjetividade, sua materialidade e sua forma de ser (ANTUNES, 2003a). A globalização da economia, a reestruturação dos processos de produção e a revolução tecnológica, criaram uma superpopulação de trabalhadores, sobrantes¹⁰³, desnecessários à acumulação capitalista.

A informalidade não é mais transitória, como era considerada ao tomá-la como excedente de mão-de-obra que, em épocas de crescimento, incorporava os contingentes remanescentes na formalização das relações de trabalho e, em períodos recessivos, constituía uma espécie de *colchão amortecedor*, que acolhia a mão-de-obra excedente, com a função de reduzir o custo do trabalho e da reprodução social para o capital (BARBOSA, 2007, p. 45).

Almejando a superação das desigualdades sociais e econômicas - mesmo que de forma limitada e incipiente diante do contexto socioeconômico -, outras formas alternativas de gerar trabalho e renda, inspiradas nos princípios cooperativistas¹⁰⁴ e associativistas, foram criadas pelos trabalhadores e por instituições de apoio. Para introduzir a Economia Popular Solidária diante do processo de reestruturação do capital, deve-se, num primeiro momento, abordar outras estratégias de organização e sobrevivência dos trabalhadores, suscitadas, principalmente, a partir da década de 80 do século XX. Entre elas, destacam-se a Economia Popular e a Economia Solidária.

A Economia Popular é criada pelos próprios trabalhadores - não detentores dos meios de produção -, principalmente nos países periféricos, diante das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho (LEBOUTTE, 2003). Os empreendimentos que constituem a Economia Popular são: mercados populares,

¹⁰³ Trabalhadores “desqualificados” ou que mesmo estando “qualificados” ao sistema, são desnecessários – sobrantes –, devido ao avanço da automação, da tecnologia e da robótica. Mediante a intensificação da mais-valia relativa, a máquina vem substituindo cada vez mais a força de trabalho.

¹⁰⁴ Originários das primeiras experiências coletivas de geração de trabalho e renda e dos precursores do Cooperativismo.

grupos de produção comunitária, associações, cooperativas, entre outros (CATTANI, 2003).

Nestes empreendimentos populares existem cinco características principais que os definem: a) são organizados por grupos pequenos e/ou familiares; b) surgem para o enfrentamento das dificuldades geradas pela questão social; c) constituem-se em soluções assistenciais e pela inserção em benefícios públicos ou privados; d) são iniciativas informais e individuais; e, por último, e) normalmente são atividades não legalizadas, à margem das leis e normas sociais (RAZETO, 1999). Ou seja, comumente as experiências populares estão relacionadas com os grupos informais de geração de trabalho e renda.

A Economia Popular consiste, portanto, no segmento de base da economia, pois está relacionada com as demandas imediatas da população. Como a Economia Popular advinda da necessidade de gerar renda pelos trabalhadores, dificilmente pode possibilitar alguma acumulação de capital (GAIGER, 2000) aos sujeitos, pois preconiza organizações econômicas de aspecto emergencial e, em sua maioria, de economia informal. Os grupos que constituem a Economia Popular são originários de diferentes atividades e iniciativas que os setores populares (exclusos do mercado) tiveram que enfrentar para assegurar a sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas (RAZETO, 1999). Desta forma, compreende-se, neste estudo que as experiências de Economia Popular estão atreladas à questão emergencial e imediata de sobrevivência dos sujeitos.

Compreende-se que os empreendimentos inseridos por meio da Economia Popular consistem em experiências extremamente frágeis em termos de coletividade, e que tendem a reproduzir a lógica do sistema em diversos aspectos. Como por exemplo, a forma com que o processo de trabalho é desenvolvido - sem estar respaldado em princípios cooperativistas/asssociativistas -, e sua forma de comercialização. Nas experiências de Economia Popular predominam aspectos atrelados ao capitalismo - devido a situação emergencial de sobrevivência que estes sujeitos se encontram -, entre eles, a individualidade, a competição interna, a falta de rotatividade das atividades desenvolvidas nos empreendimentos, elementos estes que não possibilitam apreensão dos sujeitos frente o processo de produção, de forma que os mesmos continuem alienados ao sistema.

Outro empreendimento social e econômico, porém, suscitado pelos trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e vida é designado de

Economia Solidária¹⁰⁵. Esta é mencionada como um marco das relações socioeconômicas comunitárias, locais e em redes, que se expandem em diferentes regionalidades (SINGER; SOUZA, 2000). A Economia Solidária é um tipo de empreendimento que está em processo de criação contínua pelos trabalhadores (SINGER; SOUZA, 2000), pois vem sendo constituída como uma das alternativas dos sujeitos contestarem a forma que o processo de trabalho é desenvolvido por meio do sistema, nos outros empreendimentos privados.

A Economia Solidária [...] lança os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista, [...] permitirá [...] dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletiva (SINGER, 1999, p. 138).

O conceito de Economia Solidária abrange uma realidade muito diversificada, formada por associações, cooperativas - e, também, grupos informais -, porém originada por motivações e iniciativas com origens e naturezas distintas, peculiares a cada região e circunstância (GAIGER, 2000). É constituída por empreendimentos em que a solidariedade, a cooperação, a partilha dos rendimentos, de conhecimentos e de informações entre seus integrantes e a autoajuda constituem-se em elementos norteadores dessas experiências (RAZETO, 1997).

“A noção de solidariedade surgiu na história econômica como reação à cultura do egoísmo, do individualismo [...] e tem inspirado movimentos sociais e laborais ao longo da história do capitalismo” (ARRUDA, 2003, p. 225). Essa valorização da solidariedade nas relações de trabalho entre os sujeitos, e, a contestação do individualismo - que permeia o capitalismo -, pôde ser conferido anteriormente, quando se abordou as origens do Cooperativismo. A solidariedade corresponde, portanto, à “[...] noção elevada do que é melhor para o outro [...] por esse grau avançado de compreensão de que a solução dos problemas individuais passa pela solução dos

¹⁰⁵ “Procurei identificar na literatura a época do surgimento dos conceitos ligados à economia solidária. Assim, encontrei a expressão economia solidária no título de um projeto de Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Ltda., do Rio Grande do Sul, Área de Educação/ Comunicação, datado de 1993. O título era ‘*Análise da questão da cooperação agrícola e da economia solidária e alternativas de cooperação para associação da Cotrimaio*’ [...]. Nesse mesmo ano, o conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez num livro intitulado: *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, em que o autor chileno Luiz Razeto [...] (LECHAT, 2006, p. 154-155), aborda o tema.

problemas coletivos” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 61).

Pode-se aludir ainda, em relação à Economia Solidária no Brasil, que a mesma está relacionada com três aspectos que se complementam entre si: a) Um projeto socioeconômico, político e cultural que visa ao desenvolvimento humano dentro dos princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente a partir de relações sociais de produção autogestionárias antagônicas às do sistema capitalista; b) Um conjunto de empreendimentos econômicos solidários - associações cooperativas de produção, de serviços, de consumo e de crédito - que tenta se organizar em redes e fóruns com o apoio de movimentos sociais, ONG's, Igrejas, sindicatos - instituições da sociedade civil -; c) Um segmento social que reivindica políticas sociais de apoio ao cooperativismo e associativismo, bem como solicita também, um Novo Marco Legal para o trabalhador associado e para os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda (LECHAT, 2006). Salienta-se que esta compreensão está relacionada com os empreendimentos de Economia Solidária, em que a solidariedade consiste no elemento central que norteia - ou deveria nortear - o processo de trabalho entre os sujeitos.

A Economia Solidária, portanto, constitui-se numa das formas dos sujeitos contestarem o sistema, seja por meio dos princípios que os trabalhadores inseridos nestes empreendimentos estão respaldados, seja pela compreensão dos mesmos em relação ao modo que ocorre a produção e comercialização existente em que predominam a individualidade, a competitividade e a consequente exclusão social. Apesar destes empreendimentos também estarem inclusos no sistema, entretanto, os integrantes destas experiências se contrapõem a lógica do capitalismo, tentando inclusive, encontrar outras formas de comercialização de seus produtos e serviços - para além do processo de produção. Entre estas formas citam-se, a criação da moeda social (alternativa ao sistema), a criação de redes de trocas, a criação de bancos comunitários, e também, pelos inúmeros eventos, encontros e feiras providas por estas experiências, juntamente com as instituições de apoio e a sociedade civil organizada - Fóruns de Economia Solidária - que almejam um novo modelo de sociedade.¹⁰⁶ Por

¹⁰⁶ A sustentabilidade ou o desenvolvimento sustentável seria resultado de uma boa reforma da locomotiva do desenvolvimento econômico: uma vigorosa lixada para limpar a produção e o consumo, seguida de uma boa demão de tinta verde no crescimento econômico, seriam suficientes para reduzir a crise ambiental a níveis aceitáveis e preservar as bases do sistema. Na raiz de toda essa concepção de sustentabilidade está a manutenção do processo industrial capitalista a partir de modificações nos padrões tecnológicos, sem nenhuma apreciação de valores sociais, culturais e éticos, sem levar em conta a desigualdade no modo de apropriação da natureza e sem contemplar a diversidade e as contradições da sociedade (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 49).

meio da Economia Solidária seus integrantes possivelmente adquirem uma nova compreensão sobre o capitalista, pois o processo de conscientização dos sujeitos frente ao sistema, faz parte das características destes empreendimentos.

A consciência é a visão de mundo do homem sobre as coisas. Já a conscientização é o processo de elaboração desta visão na qual se fazem presentes os homens, as coisas e o próprio mundo [...] A conscientização, em sua dinâmica pedagógica, se traduz como processo contínuo de compreensão crítica da realidade (SOUZA, 2004, p. 87-89).

O processo de conscientização nesses empreendimentos populares é decorrente da criticidade e da capacidade de reflexão dos trabalhadores em relação à realidade social, econômica e política. A conscientização dos sujeitos nas experiências é possibilitada por meio da discussão acerca das atividades realizadas e sobre a importância do Cooperativismo e os princípios que os constituem.

Segundo a Senaes, além das experiências de geração de trabalho e renda, por meio de cooperativas, associações e grupos informais, a Economia Solidária no Brasil é constituída também por: a autogestão de empresas pelos trabalhadores, agricultura ecológica, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, Rede Global de Trocas¹⁰⁷, Redes de Cooperação, Feiras de Economia Popular Solidária, organizações comunitárias, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos Comunitários e/ou do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais¹⁰⁸, movimentos sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e/ou sem-terra, autogestão de empresas falidas, prestação de serviços, cooperativas e associações de crédito, consumo, produção, entre outros (MANCE, 2002).

¹⁰⁷ Os Clubes de Troca “inspirados nos princípios da Economia Solidária surgiram na metade dos anos de 1980, quase simultaneamente no Canadá e na Argentina, como resposta ao desemprego e à recessão econômica. Baseiam-se na oferta e na troca de serviços e de bens de pessoas desempregadas e/ou sem ocupação, que não têm recursos, mas podem oferecer algo aos potenciais consumidores” (PINHO, 2004, p. 106).

¹⁰⁸ Moeda Social é uma forma de bônus utilizado no lugar de moedas oficiais – expressão monetária de cada país representada pelo dinheiro –, para as trocas solidárias realizadas durante as feiras de Economia Popular Solidária, ou, ainda, por grupos ou clubes de trocas. A moeda social foi criada tendo como intencionalidade alterar as regras de mecanismos de funcionamento do mercado formal, para tentar colocar em prática uma outra forma de organização e comercialização das relações de troca, em que o social se torna a parte mais importante do processo. Assim, a moeda social se constitui numa das formas de resistência dos trabalhadores aos processos de acumulação capitalista – lembrando que mesmo tendo esta intencionalidade, as práticas de troca em que são utilizadas as moedas sociais são realizadas dentro do sistema capitalista.

Dando continuidade à diversidade de concepções que envolvem as experiências coletivas, apresenta-se também, neste estudo, a Economia Popular Solidária. As experiências coletivas de Economia Popular Solidária agregam características dos empreendimentos populares e dos empreendimentos solidários, pois, a Economia Popular Solidária é oriunda “do conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na intersecção entre Economia Popular e Economia Solidária” (RAZETO, 1999, p. 46). Ou seja, na Economia Popular Solidária encontramos aspectos de solidariedade em empreendimentos organizados pela Economia Popular, para a obtenção de geração de renda por meio do trabalho coletivo entre os sujeitos.

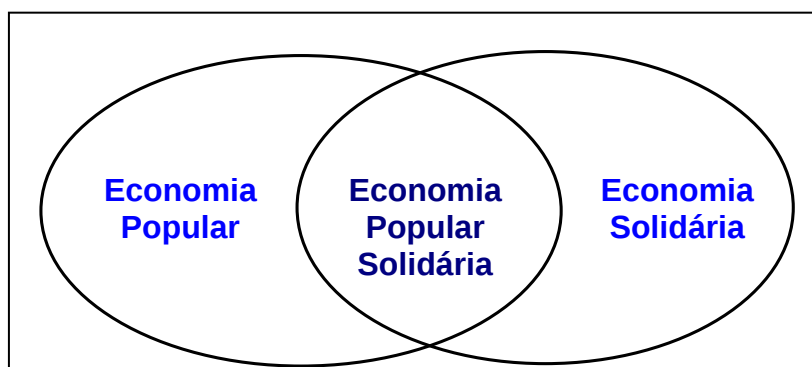


Figura 2 - Economia Popular Solidária

Fonte: Figura sistematizada pela pesquisadora

É preciso que se esclareça, entretanto, que nem toda Economia Popular é de Solidariedade - e vice-versa -, e para que seja caracterizada como Economia Popular e Solidária é necessária a existência de princípios norteadores entre os seus integrantes durante a realização do processo de trabalho, que sejam análogos aos Princípios dos Conceptores do Cooperativismo. Segundo a Senaes, constituem-se em valores que deveriam nortear as experiências de Economia Popular Solidária - assim como as experiências de Economia Solidária -: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização de diversidades, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção, cuidado com a preservação do meio ambiente, autoajuda, igualdade, solidariedade, entre outros (CONFERÊNCIA..., 2006).

Com base nestes princípios, a Economia Popular Solidária concretiza-se quando um determinado grupo de trabalhadores, em condições precárias ou excluídos do mercado formal de trabalho, predispõem-se a organizar empreendimentos coletivos, em que os princípios norteadores do Cooperativismo e do Associativismo permeiem o processo de trabalho desenvolvido neles.

No momento em que as experiências coletivas de geração de trabalho e renda viabilizam-se como uma alternativa econômica às populações mais vulnerabilizadas - que agregam as cooperativas, associações e grupos informais -, portanto, são compreendidas neste estudo como Economia Popular Solidária - apesar da divergência teórico-conceitual existente sobre as nomenclaturas que envolvem o tema. As práticas sociais que as experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Brasil apresentam são diversificadas. Faz-se importante ressaltar, porém, que esta pesquisa possui como delimitação os empreendimentos de Economia Popular Solidária vinculados ao processo de geração de trabalho e renda por meio do coletivo.

Alguns agentes sociais vinculados ao Fórum de Economia Popular Solidária no Brasil, bem como intelectuais e pesquisadores¹⁰⁹, além do governo federal, utilizam o termo “Economia Solidária” de modo que os empreendimentos coletivos compreendidos, neste estudo, como de “Economia Popular Solidária”, estejam inseridos na designação Economia Solidária. O próprio Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, como também o Fórum Nacional de Economia Solidária, são nomeados desta forma. Ou seja, não existe no momento uma concordância em relação às designações que envolvem estes empreendimentos coletivos, devido à diversidade destas experiências existentes no Brasil.

Outro aspecto que se salienta, entretanto, é que existem programas locais - como o Programa de Economia Popular Solidária, existente entre os anos de 1998 e 2002, no Rio Grande do Sul, que inspirou o programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento -, e instituições da sociedade civil, bem como os próprios

¹⁰⁹ Existe uma parcela renomada de intelectuais e pesquisadores que trabalham com a Economia Solidária (José Luis Coraggio da Argentina, Paul Singer, Walter Frantz, Nöelle Lechat, entre outros), bem como agentes do Movimento de Economia Solidária – participantes dos Fóruns, Feiras e Redes de Troca da Economia Solidária –, que compreendem a Economia Solidária, também, como uma possibilidade de contraponto ao sistema capitalista. Esta realidade pode ser representada pelos inúmeros eventos em âmbito municipal, estadual e nacional que discutem “A Outra Economia”, seja por meio dos Fóruns e Feiras de Economia Solidária – vinculados ao Movimento Social de Economia Solidária –, ou por eventos promovidos pela própria comunidade acadêmica.

empreendimentos coletivos, além de outros pesquisadores, entre eles Luis Razeto - um dos primeiros e principais pesquisadores na América Latina sobre o tema -, que utilizam a terminologia Economia Popular Solidária devido a compreensão que se possui sobre o seu significado. Esta compreensão sobre a nomenclatura de “Economia Popular Solidária” também é assimilada nesta tese, sendo que as informações relacionadas a este tipo de empreendimento são abordadas desta forma.

Com base nesta compreensão, as experiências definidas como Economia Popular Solidária neste estudo, apresentam características semelhantes. Entre elas pode-se citar: a) assim como na Economia Popular, a união desses dois tipos de economia, num mesmo empreendimento, é desenvolvida normalmente pelos sujeitos mais vulnerabilizados e marginalizados da sociedade; b) são experiências constituídas por pequenos grupos associativistas; c) são grupos que deveriam possuir autonomia em relação às suas decisões, tarefas, atividades dentro dos empreendimentos; d) são concebidas por empreendimentos de produção, serviço e/ou consumo; e) agregam atividades econômicas; f) tentam se constituir enquanto experiências autogestionárias e democráticas; g) são iniciativas que tendem a ter relações solidárias; h) são experiências que não necessariamente se estruturam a partir de um único tipo de atividade, mas que se integram; i) são iniciativas que tendem a se relacionar com outros empreendimentos, formando redes de trocas e cooperação (RAZETO, 1997). Na Economia Popular Solidária pretende-se evidenciar o processo de trabalho respaldado em princípios que divergem do sistema.

Compreende-se, também, que estes empreendimentos para conseguir comercializar os produtos e serviços desenvolvidos acabam reproduzindo a lógica capitalista - pois os mesmos estão inclusos neste modo de produção. As experiências de Economia Popular Solidária, nesta linha de pensamento, quando materializadas por cooperativas, associações e grupos informais são consideradas uma das alternativas dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social, diante do processo de reestruturação do capital.

Com vistas a elucidar as características dos três tipos de empreendimentos de geração de trabalho e renda abordados, elaborou-se o seguinte quadro:

Economia Popular	Economia Popular Solidária	Economia Solidária
– O trabalho é realizado pelo coletivo; – Consituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social; – Normalmente é formado por pequenos grupos de trabalho; – Tende a reproduzir a lógica capitalista nas relações de trabalho (produção e comercialização); – Não se caracterizam como um contraponto ao capitalismo, somente alternativa ao desemprego.	– O trabalho é realizado pelo coletivo; – Consituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social; – Normalmente é formado por pequenos grupos de trabalho, porém, também pode ser constituídas por grupos maiores; – Procura desenvolver as atividades no processo de trabalho, de forma que não reproduza a lógica do sistema; apesar de estarem inseridos no mesmo e reproduzirem nas relações comerciais; – Se caracterizam como formas de resistência às manifestações de desigualdade da questão social e tentam desenvolver o processo de trabalho de forma diferenciada dos outros empreendimentos privados.	– O trabalho é realizado pelo coletivo; – Não necessariamente consituída por sujeitos em situação de vulnerabilidade social, apesar de também agragá-los; – É constituída por grupos pequenos, médios e por grandes redes. Constitui-se também num movimento apoiado pelo Fórum de Economia Solidária no Brasil; – Procura desenvolver as atividades no processo de trabalho, de forma que não reproduza a lógica do sistema; apesar de estarem inseridos no sistema e reproduzirem nas relações comerciais; – São prospectadas como um contraponto ao capitalismo.

Quadro 2 - Analogias e diferenças entre Economia Popular, Economia Popular Solidária e Economia Solidária

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora

Por meio desta compreensão, não se percebe as experiências de Economia Popular Solidária como um contraponto ao capitalismo. Porém, o processo de trabalho desenvolvido nestas experiências de Economia Popular Solidária tende a não compartilhar das mesmas intencionalidades contidas nos outros empreendimentos privados - individualismo, concorrência, acumulação e centralização de capital. Percebem-se, também, que para que estes trabalhadores, comumente em situação de vulnerabilidade social, possam comercializar seus produtos e serviços, de certo modo, acabam reproduzindo a lógica do sistema. Suas

compreensões, possibilitada pelo processo de conscientização, entretanto, sobre o capitalismo e a forma que o processo de trabalho deve ser realizado, os diferencia dos outros empreendimentos inseridos neste modo de produção.

Ao se utilizar desta compreensão teórica, portanto, relacionada com a Economia Popular Solidária, a pesquisadora não se deixa influenciar nem por um excesso de otimismo (messianismo), e nem por um excesso de pessimismo (fatalismo) sobre a compreensão destes empreendimentos coletivos, e seu respectivo programa social. Parte-se, portanto, de um realismo analítico, que permeia a tese desde os esclarecimentos sobre os conceitos centrais abordados, até a análise das informações coletadas no Rio Grande do Sul.

Tendo como norte esta percepção, pode-se, ainda, classificar a natureza das experiências de Economia Popular Solidária, de acordo com as atividades que realizam, em formas diferentes: de distribuição - disponibilizam bens e serviços -, de produção - comercializam a produção dos seus associados -, e de trabalho - agrupam associados/cooperados de uma mesma profissão e/ou características de trabalhadores, que fornecem suas forças de trabalho (RECH, 1991).

Em meio a esses três tipos de empreendimentos coletivos, existem diferentes modalidades que as compõem. São elas: a) de créditos¹¹⁰ - por meio da capitalização inicial, visa a realizar empréstimos aos seus sócios, permitindo maior produtividade ou criação de uma nova atividade produtiva -; b) agrárias - organizam as atividades econômicas e sociais de seus associados ou cooperados, produtores rurais, e, também, se constituem nas associações e/ou cooperativas mais comuns no Brasil -; c) de consumo - distribuem produtos e/ou serviços dos seus associados -; d) de trabalho - agrupamento e organização de trabalhadores de uma determinada profissão e/ou de profissões diferentes, objetivando vender suas forças de trabalho -; e) de produção - os associados são proprietários por meio da apropriação do capital social e trabalham no âmbito da cooperativa, desenvolvendo atividades produtivas conjuntamente -; f) habitacionais - existem três tipos de cooperativas/associações habitacionais: as de mutirão para construção de casas, de trabalhadores da construção civil, de financiamento para construção de casas -; g) de pesca - agregação de pescadores que coletivamente, comercializam o seu produto -; h) de

¹¹⁰ “A cooperativa de crédito solidário tem sido definida como um instrumento de concessão de pequenos empréstimos, sem burocracia e sem formalidades, a empreendimentos populares de pequeno porte, com base no exame da potencialidade do negócio e do caráter do empreendedor” (PINHO, 2004, p. 8).

eletrificação rural - agrupamento de sujeitos que produzem energia elétrica as suas propriedades (RECH, 1991).

A Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, apoiados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, possuem como intencionalidade regulamentar um Novo Marco Legal, que além de possibilitar a legalização de grupos informais em associações e, principalmente, em cooperativas, objetiva criar uma legislação que possa incluir no sistema previdenciário brasileiro estes trabalhadores que estão na total informalidade. Mas, porém, que estão entre o trabalho assalariado e o trabalho autônomo. Isto seria o “ideal” para que estas experiências¹¹¹ coletivas pudessem se constituir também como uma das formas de rebeldia e resistência ao sistema, apesar de estarem inseridas no mesmo.

3.1.1 Economia Popular Solidária e o processo de comercialização

Para que os empreendimentos - que constituem a Economia Popular Solidária -, possam comercializar seus produtos e serviços, percebe-se, também, que se faz necessária a constituição de redes e cadeias de produção, comercialização e consumo. A cadeia produtiva consiste num conjunto de etapas que envolvem todas as atividades desenvolvidas pelas experiências coletivas, desde a produção, até o consumo de um produto ou serviço.

Isso inclui um processo que parte da matéria-prima, passa pelo uso de máquinas e equipamentos, pela incorporação de produtos intermediários, até o produto final, que é distribuído por uma vasta rede de comercialização. São estes os elos que formam, de maneira geral, uma cadeia produtiva. [...] As cadeias produtivas envolvem ao longo do processo (da produção ao consumo) a formação de redes de cooperação, essenciais para a economia solidária. Pode-se reconhecer cadeias produtivas locais ou regionais a partir de aspectos como: existência na região de atividades produtivas com características comuns e existência de infra-estrutura tecnológica significativa, ou seja, centros de capacitação profissional, de pesquisa, etc. (por exemplo, as incubadoras) (SIES, 2007, p. 33).

¹¹¹ Por meio da expressão experiências coletivas, pode-se compreender que as mesmas ainda estão em fase de experimentação, sendo que não existe, portanto, uma abordagem definitiva sobre esta realidade e assunto, posto que estes empreendimentos coletivos também estão em constante transformação.

O objetivo destas redes e cadeias de produção é facilitar o processo de distribuição e comercialização dos produtos e serviços gerados pelas experiências de Economia Popular Solidária, contribuindo para a competitividade dos mesmos (SIES, 2007). A Senaes, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, estimula a formação de redes e cadeias de experiências coletivas, constituindo-se em uma das suas atividades e/ou ações e objetivos.

Ressalta-se que as instituições que fornecem apoio, treinamento especializado, educação, pesquisa e suporte técnico e de qualificação às experiências coletivas, como as universidades, ONGs, incubadoras, instituto de pesquisas, escolas técnicas, setores governamentais, entre outros, contribuem para o aprimoramento dos empreendimentos (SIES, 2007, p. 35), de modo que os mesmos venham a possuir uma maior viabilidade, mesmo que ainda restrita no mercado. Ressalta-se esta realidade porque o apoio a estes empreendimentos é de extrema importância para a permanência dos mesmos no mercado, de forma que possam gerar renda aos trabalhos e seus familiares.

Para que as redes e cadeias de produção, serviço e consumo se concretizem, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES -, apoiado por instituições da sociedade civil e governamentais, incubadoras universitárias e pela Senaes, propôs, por meio da Carta de Princípios a importância da construção de um Sistema de Finanças Solidárias - SFS. Este SFS deverá promover o desenvolvimento de redes e cadeias produtivas solidárias, para que futuramente possa contribuir com a implementação de uma política de Economia Popular Solidária (CONFERÊNCIA..., 2006).

Para orientar as principais ações do Fórum de Economia Popular Solidária foi elaborada uma Carta de Princípios que envolve a Economia Popular Solidária, bem como a Plataforma da Economia Popular Solidária - posto que ambos possuem elementos de fundamentação das solicitações e os principais objetivos que devem ser conquistados por meio do FBES à Economia Popular Solidária no Brasil. Entre os pontos de fundamentação destacam-se: organização social de Economia Popular Solidária, redes de produção, comercialização e consumo, Finanças Solidárias, Marco legal, educação cooperativa, comunicação e tecnologia social (FÓRUM..., 2009). Estes elementos estão relacionados com o apoio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento voltados às experiências coletivas de geração de

trabalho e renda. O SFS está respaldado no Estado Democrático de Direito¹¹² - Constituição Federal de 1988 -, e, por meio deste, objetiva-se que o mesmo seja constituído pelas redes já formadas ou que estão em fase de organização, tendo como intencionalidade o desenvolvimento sustentável no mercado. Por meio de bancos comunitários - formados por intermédio de fundos solidários, cooperativas de créditos, entre outros -, é que a população de baixa renda terá a oportunidade de adquirir financiamento de crédito para a constituição de empreendimentos de Economia Popular Solidária (CONFERÊNCIA..., 2006).

O desafio do financiamento do microcrédito no Brasil consiste na construção de um Sistema de Finanças Solidárias, que articule diversos produtos financeiros direcionados às experiências coletivas, como, por exemplo, crédito popular - destinado à população de baixa renda, entre eles, os trabalhadores dos empreendimentos coletivos. “Disponibilizar o acesso ao crédito para os consumidores de baixa renda foi, sem dúvida uma iniciativa importante para a democratização do crédito no Brasil, mas o governo sabe que é preciso qualificar a oferta de crédito, chegando aos pequenos empreendedores, formais ou não, que são os que geram renda e trabalho” (ARROYO, SCHUCH, 2006, p. 102). Para que o SFS se concretize, porém, faz-se necessário o incentivo e o apoio de instituições sociais e governamentais, universidades, bem como da própria Senaes.

3.1.2 Diferenciações entre as Cooperativas e Associações

A Lei nº 5.764/71 no artigo 4º define cooperativas como “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (NASCIMENTO, 2000, p. 133). Segundo esta mesma Lei, “compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema

¹¹² Existe um Projeto de Lei no Brasil que cria as Finanças Solidárias. A autoria do projeto é da deputada Luiza Erundina (PSB/SP) que apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar – PLC 93/07 –, que estabelece a criação de um Sistema Nacional de Economia Solidária – SNES. O PLC93/07 prevê a criação de um Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias – Conafis –, além de fixar regras para o funcionamento de Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário. Os bancos comunitários possivelmente representam uma alternativa ao sistema bancário convencional – que acaba excluindo brasileiros de baixa renda.

cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público” (NASCIMENTO, 2000, p. 132-133); e definem-se como atos cooperativos “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e pelas cooperativas entre si quando associados, para a consecução dos objetivos sociais” (NASCIMENTO, 2000, p. 153).

Para instituir uma nova cooperativa/associação é necessário que os trabalhadores definam algumas questões, como: quais serão os objetivos da cooperativa/associação? Quais serão suas regras de funcionamento? Faz-se necessário também o desenvolvimento de algumas atividades, entre elas: que verifiquem também os direitos e deveres dos cooperados/associados; que contatem com a instância representativa do cooperativismo na sua localidade ou Estado; elaborem a Ata de Constituição da Cooperativa para a transcrição do Estatuto Social - assinada por todos os trabalhadores associados/cooperados fundadores, para posteriormente serem encaminhadas ao Cartório, Receita Federal e Organização das Cooperativas do respectivo Estado (ROLOFF; MUSSKOPF, 2002). Deve-se enfatizar, ainda, que entre as cooperativas e associações existem algumas diferenciações.

COOPERATIVAS¹¹³	ASSOCIAÇÕES
– São compostas por, no mínimo, 20 integrantes; – Os sócios são proprietários de quotas-partes, que devem ser corrigidas; – A diretoria recebe remuneração, mediante pró-labore adicional, por assumir cargos com maior responsabilidades; – As sobras da cooperativa devem retornar aos seus integrantes (RECH, 2000).	– São compostas por até 20 associados; – O patrimônio é integralmente pertencente à associação e não aos associados; – A diretoria comumente não obtém um rendimento diferenciado; – Caso haja sobras, na associação, devem ser aplicadas conforme os objetivos decididos por todos os integrantes que as integram (RECH, 2000).

Quadro 3 - Diferenças entre Cooperativas e Associações

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora

¹¹³ Esta constituição das cooperativas e associações está sendo revista pelo Novo Marco Legal da Economia Popular Solidária. Em relação aos grupos de trabalhos, apesar dos mesmos se respaldarem comumente nas questões que norteiam as associações, os mesmos, porém, não são legalizados e não possuem uma regulamentação específica.

Também se pode apresentar outras diferenças existentes entre cooperativas e associações. Entre elas: referente à Associação de forma geral - e não somente as relacionadas com a geração de trabalho e renda: a) constitui-se em sociedade de pessoas sem fins lucrativos; b) visa a representar e defender os interesses dos associados; c) objetiva estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados, realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social; d) a aprovação do estatuto é realizada em assembleia geral pelos associados, e o registro do estatuto e da ata de constituição é realizado no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca; e) sua legalização consta na (Constituição Federal art. 5º, XVII a XXI, e art 174, par. 2º e no Código Civil); f) seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas; g) as decisões são tomadas em assembleia geral, na qual cada pessoa tem direito a um voto, e deve sempre haver a participação e o envolvimento dos associados; entre outros (SEBRAE, 2008).

Já no que concerne às cooperativas, salienta-se as seguintes características: a) constitui-se em sociedade de pessoas sem fins lucrativos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial; b) visa a viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados; c) objetiva formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade; d) há aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados; e) ocorrem eleições em relação ao conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal; f) o registro do estatuto e da ata de constituição é realizado na junta comercial, e precisa do alvará da prefeitura; g) possui capital social, facilitando, portanto, financiamentos junto as instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes podendo receber doações, empréstimos e processos de capitalização; h) sua legalização se dá pela Lei 5.764/71. Constituição art. 5º XVII a XXI e art. 174, par 2º e pelo Código Civil); i) suas decisões são tomadas em assembleia geral, na qual cada pessoa tem direito a um voto, e deve sempre haver a participação e o envolvimento dos associados; j) as cooperativas de produtores rurais são beneficiadas pelo crédito rural de repasse, entre outros (SEBRAE, 2008).

Com base nestas informações pode-se perceber que há diferenciações entre a funcionalidade de uma associação e de uma cooperativa, seja em relação aos integrantes ou às sobras e finalidades destas experiências. Apesar de que em âmbito legal tanto as cooperativas como as associações estão respaldadas pelas

mesmas leis, as finalidades entre elas são diferentes. As associações, quando relacionadas com a geração de renda, por exemplo, são empreendimentos menores, em que o capital pertence à própria associação; já o capital nas cooperativas é constituído por quotas-partes pertencentes aos próprios cooperados.

Outra questão importante é que as associações possuem facilidades em relação a pagamento de tributos, um dos motivos pelo qual os sujeitos optam por trabalhar em associações. Já as cooperativas possuem pagamentos de taxas com encargos mais elevados para a sua funcionalidade.¹¹⁴ Como as cooperativas são empreendimentos maiores que as associações, podem, porém, conseguir financiamentos e empréstimos legais com maior facilidade do que as associações.

Quando se menciona que as associações/cooperativas não possuem finalidade lucrativa, não está se apontando que as associações coletivas que objetivam a geração de trabalho e renda não busquem adquirir rendimentos destinados aos integrantes da mesma, mas sim que estas se constituem em grupos comumente pequenos de trabalhadores. Talvez esta realidade se constitua num dos fatores que contribui para a criação de falsas cooperativas no Brasil, de modo que as mesmas passem a usufruir direitos previstos às cooperativas, sem se configurarem como empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, que caracterizam a Economia Popular Solidária ou a Economia Solidária.

3.1.3 Falsas Cooperativas e o novo Marco Legal

Como a lei que rege o cooperativismo ainda é do período da ditadura militar brasileira, e com o fato de que a Constituição Federal de 1988 liberou a criação de novas cooperativas sem autorização prévia do Estado. Desde este período que possibilitou esta realidade, nem todas as cooperativas designadas de Economia Popular Solidária ou Economia Solidária, realmente se constituem de modo que se

¹¹⁴ As cooperativas devem contribuir, como qualquer outra empresa, para o pagamento de impostos e contribuições incidentes sobre o patrimônio (IPTU, ITR e IPVA), sobre operações e movimentação financeira (IOF), sobre a intervenção no domínio econômico (Cide-Combustíveis) e sobre a folha de pagamentos dos trabalhadores como autônomos (INSS e Salário-Educação) (NASCIMENTO, 2000). Também devem recolher o ISS quando prestam serviços a terceiros, o ICMS e o IPI, nos casos em que a cooperativa exercer atividade industrial. Os atos não cooperativos estão sujeitos à tributação pelo PIS e pela Cofins, sendo que, no caso dos atos cooperativos, a lei exclui a maioria deles da base de cálculo destes tributos (NASCIMENTO, 2000).

respaldem na solidariedade entre os sujeitos durante o processo de geração de renda. Com a reestruturação do capital, as cooperativas e associações de trabalho, produção ou serviços, vem sendo utilizadas, também, como uma das formas de terceirização das empresas privadas e precarização do trabalho assalariado.

Pode-se salientar esta realidade com base na Lei nº 8.949/94, em que uma nova redação do art. 442 da CLT em seu parágrafo único, aponta que para qualquer ramo de atividade da cooperativa, não existe vínculo empregatício estabelecido entre os cooperados, nem entre estes últimos e os seus tomadores de serviços (PICCININI, 2004). Com base na categoria de contradição, constata-se que o objetivo desta nova redação da lei possibilitou a viabilização da terceirização - atual tendência para a flexibilização das leis trabalhistas. Perante a lei, os pagamentos são combinados pelos integrantes da cooperativa e repartidos entre os associados, de forma proporcional ao trabalho realizado e a renda obtida. O trabalhador que se associa a uma cooperativa é considerado autônomo perante a lei (PICCININI, 2004), fato este que também possibilita a precarização do trabalho coletivo.

Desta forma, as cooperativas, ao invés de se constituírem como um meio de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdades da questão social, estão sendo utilizadas, também, em alguns casos, como modo de baratear os custos de produção. O desenvolvimento do trabalho de forma autônoma, e a não existência de leis trabalhistas destinadas a estes segmentos - de maneira que proteja a classe trabalhadora -, possibilitam que as cooperativas sejam utilizadas como prestadoras de serviços especializados a terceiros, sem maiores vínculos estabelecidos entre os trabalhadores e as empresas que terceirizam os serviços¹¹⁵ (PICCININI, 2004).

Outro aspecto destacado é que as falsas cooperativas, também designadas de “coopergatos” podem e comumente estão relacionadas com as cooperativas de trabalho no Brasil. O aumento das cooperativas de trabalho - que se constitui numa das atividades desenvolvidas por meio das experiências coletivas -, se deve ao processo de reestruturação do capital. As cooperativas de trabalho foram criadas, também, neste caso, para substituir o trabalho assalariado pelo trabalho autônomo (NASCIMENTO, 2000). Ou seja, quando envolve uma maior quantidade de

¹¹⁵ Esta realidade pôde ser constatada em uma das experiências de Economia Popular Solidária pesquisada na Região do Vale do Rio Pardo, pela doutoranda, durante a realização do Mestrado, em que resultou na dissertação defendida em 24 de janeiro de 2006 pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS (GOERCK, 2006a).

trabalhadores autônomos, cria-se então as cooperativas de trabalho.

Salienta-se, porém, que nem todas as cooperativas de trabalho se constituem enquanto formas de terceirização. Esta realidade, porém, que envolve as falsas cooperativas - caracterizadas principalmente pelas cooperativas de trabalho -, estão sendo amplamente enfrentadas pela Senaes e pelos Fóruns de Economia Popular Solidária.

Tendo como perspectiva as falsas cooperativas, faz-se menção de que as empresas privadas estimulam as cooperativas de trabalho, as legalizam por meio de estatutos e regimentos, e incentivam os trabalhadores a se filiarem a estas cooperativas, alegando constituírem-se na única forma dos mesmos não ficarem desempregados (PICCININI, 2004). Comumente os trabalhadores são demitidos por empresas e continuam a trabalhar da mesma forma que antes, porém sem vínculo empregatício - sem acesso aos direitos trabalhistas - e geralmente, recebendo um salário inferior ao anterior.

O Ministério do Trabalho e Emprego - criado há mais de 70 anos -, juntamente com a Justiça do Trabalho e com o Ministério Público do Trabalho, procuram legitimar e fiscalizar a legislação trabalhista. Uma parte do MTE busca enfrentar a degradação das leis trabalhistas, principalmente em relação às cooperativas de trabalho, tendo como postura e empenho fiscalizar o trabalho desenvolvido pelas mesmas, de forma que possam distinguir as falsas das verdadeiras cooperativas. Salienta-se ainda que as falsas cooperativas são relacionadas, com frequência, às cooperativas de mão de obra, ou seja, em que as empresas privadas terceirizam o processo de trabalho para a produção de um bem ou prestação de serviço (GAZETA..., 2009).

O Governo Federal¹¹⁶ está procurando enfrentar as falsas cooperativas, e este assunto se constitui também num dos motivos pelo qual está se buscando uma nova redefinição em âmbito legal para as leis que caracterizam as experiências de

¹¹⁶ “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou [...] um pacote de medidas na área trabalhista e sindical, entre elas a criação do Conselho Nacional das Relações do Trabalho (CNRT) e o reconhecimento das centrais sindicais como órgãos de representação legal dos trabalhadores. Para acabar com a farra das cooperativas de trabalho que atuam nos setores de produção e serviços que são criadas para burlar direitos trabalhistas, o governo decidiu criar regras claras para o segmento, subordinado à Lei do Cooperativismo de 1971. Por outro lado, quem estiver em situação regular será beneficiado com menos burocracia e maior acesso ao crédito. [...] Caso seja comprovada a relação de emprego, a cooperativa será dissolvida, além de sofrer sanções penais e pagamento de multa. A proposta consolida também decisão da Justiça trabalhista, que proibiu a criação de cooperativa com o fim exclusivo de intermediar mão de obra. Apesar da urgência do tema, o governo optou por fazer as mudanças via projeto de lei [...]” (GAZETA, 2009).

Economia Populares e Solidárias, bem como, também, uma legislação que de conta dos direitos sociais dos trabalhadores inseridos nestas experiências.¹¹⁷ A contratação de cooperativas para a prestação de serviços que eram desenvolvidos pelas próprias empresas, constitui-se numa das maiores dificuldades da Justiça do Trabalho na atualidade e ainda sem uma solução definitiva (DINIZ, 2007, p. 42). Esta realidade se contradiz aos objetivos da Economia Popular Solidária, que buscam se contrapor às formas tradicionais de dominação e historicamente presentes na sociedade brasileira.

A terceirização impede essa autonomia e mascara as relações de trabalho. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o setor calçadista ampliou as cooperativas exatamente nos anos 1990, com o intuito de responder às necessidades de externalização da produção apresentadas por grandes empresas. Muito embora a iniciativa seja dos trabalhadores e de seus sindicatos e não diretamente de empresas como em outras regiões do país - Nordeste, por exemplo, a motivação se insere nesses processos de flexibilização. E a maioria das cooperativas criadas nesse período visava recuperar empresas falidas (BARBOSA, 2007, p. 132).

Nestes casos, a dependência e a subcontratação se caracterizam como meios de precarização do trabalho coletivo. Já o trabalho desenvolvido por meio de cooperativas e associações - que constituem as experiências de Economia Popular Solidária -, busca não se constituir como uma simples forma de terceirização do trabalho coletivo. Mesmo que estas experiências coletivas se estabeleçam ainda de maneira precarizada, as mesmas, porém, divergem da finalidade do sistema, pois possuem como intencionalidade se diferenciar do capitalismo quanto à forma na qual o processo de trabalho é desenvolvido, apesar de também estarem inseridas no sistema.

Assim, apresentam-se dois tipos divergentes de atividades informais, apesar de terem aspectos em comum, que estão relacionadas às cooperativas, associações e grupos informais: a) atividades sem vínculo com a acumulação capitalista, ainda que participem do capital e da renda gerada - neste caso encontram-se também as experiências coletivas de geração de trabalho e renda que constituem a Economia Popular Solidária -; e b) atividades dependentes contratualmente e subordinadas a empresas privadas - neste caso encontram-se também as cooperativas e

¹¹⁷ Que está ainda em uma fase incipiente, porém, existente.

associações que são utilizadas como formas de terceirização e flexibilização do trabalho coletivo, entre outros (BARBOSA, 2007).

Este é um dos grandes desafios - entre outros relacionados com o processo de viabilidade das experiências coletivas -, que envolve a constituição de um Novo Projeto de Lei que visa a uma redefinição legal e mais específica em relação à Economia Popular Solidária no Brasil. Tanto o Código Civil, quanto a Lei 5.764/71, conceituam a sociedade cooperativa como sendo uma associação de pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Faz-se necessário no Brasil, ainda, a produção de mecanismos que objetivem diferenciar as pequenas das grandes cooperativas, ou seja, das experiências coletivas de geração de trabalho e renda que constituem a Economia Popular Solidária, e as cooperativas maiores, relacionadas com agronegócios e demais transações comerciais. O debate sobre o Novo Marco Legal do Cooperativismo e do Associativismo, relacionados com as experiências de Economia Popular Solidária, já está ocorrendo desde a década de 90 do século XX, de modo que até então não foi aprovado nenhum novo projeto de lei. A autoria do projeto PLS 171, que está atualmente parado no Congresso Nacional¹¹⁸ é do senador Osmar Dias (PDT/Paraná) e a relatoria está a cargo do senador Demóstenes Torres (PFL/GO). O projeto PLS 171, da maneira que está formulado, representa exclusivamente os interesses do cooperativismo nacional, representado pela Organização das Cooperativas do Brasil - OCB -, e suas representações estaduais.¹¹⁹

Tais entidades representam as grandes cooperativas e as cooperativas de agronegócios - quando ainda havia no Brasil um forte controle do Incra e do Ministério de Agricultura -, não sendo adequadas na atualidade, portanto, nem às cooperativas e associações de pequeno porte, que configuram as experiências de Economia Popular Solidária, e nem aos empreendimentos de agricultura familiar. A

¹¹⁸ Existem, porém, outros dois projetos em tramitação, o PLS 605/99 do Senador Suplicy (PT/SP) e o PLS 428 do prefeito de Porto Alegre José Fogaça (PMDB/RS) (MARTINS; MAUAD; RODRIGUES, 2009). Estes dois projetos poderiam contribuir para aprimorar a proposta que consta no PLS 171.

¹¹⁹ (MARTINS; MAUAD; RODRIGUES, 2009).

Senaes e o FBES são contrários a este projeto de lei - PLS 171.¹²⁰ Existe uma disputa política representada de

[...] um lado da contenda está o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, referência em cooperativismo e aliado do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas. De outro, um grupo alinhado à esquerda do governo e liderado pelo secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Paul Singer, pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e por José Graziano, assessor especial do presidente. Todos em defesa da recém-criada União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) (AGRONEGÓCIO, 2009).

O secretário da Senaes - apoiado pela Unicafes¹²¹ -, prevê a livre-filiação das cooperativas, pois a OCB - criada durante o regime de Ditadura Militar -, não vem contemplando as necessidades dos empreendimentos coletivos que constituem a Economia Popular Solidária. Na realidade o que possivelmente vem ocorrendo é que o projeto de lei PLS 171 representa os interesses da elite brasileira, as grandes cooperativas, as cooperativas agropecuárias retratadas pela OCB, e não as pequenas, vinculadas à agricultura familiar e relacionadas com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, e, principalmente as experiências de geração de trabalho e renda, representadas pela Senaes. Ou seja, há uma divergência de interesses que envolvem concepções e projetos de homem e de mundo diferentes. A primeira perspectiva é a tradicional brasileira - latifúndio, monopólio, geradores da questão social brasileira -, adotada à décadas, e a segunda está direcionada ao interesse da classe trabalhadora, atrelada à Economia Popular Solidária.

¹²⁰ “O Projeto prevê, em seu artigo 8º, exigências formais prévias ao registro na Junta Comercial. Será necessário submeter os atos constitutivos ao ‘órgão estadual de representação do sistema cooperativista’, as OCE’s – organizações por Estados – vinculadas nacionalmente à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (artigo 102). Isto significa que, além dos atuais atos formais necessários ao registro e funcionamento das sociedades com fins econômicos, outras providências deverão ser realizadas o que poderá redundar em (mais) meses de espera (com mais e mais idas e vindas de papéis para a formalização do empreendimento)” (MARTINS; MAUAD; RODRIGUES, 2009).

¹²¹ Contrapondo à OCB, a Unicafes foi criada por meio do Fórum de Economia Solidária, composto por 160 mil filiados dos representantes da Cresol - Região Sul -, Integrar - Nordeste -, Ascoob - Bahia -, Creditag - ligada à Contag -, e a Ecosol - controlada pela corrente Democracia Socialista da CUT. As representações da classe trabalhadora, constituídas por estas instituições que integram a Unicafes, entre outras, serão vistas na sequência do Capítulo.

Economia Solidária é um conceito que judicialmente e legalmente ainda não existe. [...] É fundamental haver critérios mais definidos de que tipo de empreendimento pode ser de economia solidária. Estas discussões são complicadas, pois há muita dificuldade na mudança da lei das cooperativas e constituição de um marco jurídico para a economia solidária (CONFERÊNCIA..., 2006, p. 46).

Objetiva-se, segundo a Senaes, que o Novo Marco Legal corresponda às seguintes proposições: a) que seja criada uma nova lei do cooperativismo e do associativismo que afirme este campo como direito de trabalhadores ao exercício de atividades econômicas de forma associada e cooperada, baseadas nos princípios e valores da Economia Popular Solidária; b) que a Constituição Federal seja respeitada, particularmente em seu artigo 5º - direito à livre-associação -, e que as cooperativas e associações tenham a liberdade de se filiarem às entidades representativas existentes, ou terem a possibilidade não se filiarem à nenhuma, se assim optarem; c) que as cooperativas possam ser registradas diretamente pelos trabalhadores, sem obrigação de autorização de entidades representativas a priori, pois o monitoramento deve ser feito durante a existência da cooperativa, e não anteriormente ao registro; d) que seja instituído em âmbito nacional, estadual, e regionais o Conselho de Economia Popular Solidária, com o objetivo de monitorar - seja diretamente, ou seja, pelo credenciamento de entidades representativas que realizarão o monitoramento -, gerir um cadastro único do cooperativismo e propor políticas públicas de fomento ao cooperativismo e associativismo ao governo; e) que este Conselho tenha composição majoritária da sociedade civil, composta pelas várias instituições nacionais de representação do cooperativismo existentes, como a Anteag, Concrab, Unicafe, Unisol e OCB; f) que a lei seja instrumento para a consolidação de um Sistema Nacional do Cooperativismo e, portanto, contemple não só a regulamentação do monitoramento e regulação, como também um capítulo adicional de fomento ao cooperativismo, destinado a apoiar as pequenas iniciativas em gestação com benefícios tributários, acesso diferenciado a crédito e à capacitação.¹²²

Dentro desta perspectiva, estas experiências coletivas devem receber o apoio de políticas e programas governamentais, de instituições da sociedade civil e

¹²² DISPONÍVEL em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=4405>>. Acesso em: 25 maio 2008.

governamentais, bem como de representantes de instituições do cooperativismo e do associativismo - que representam os interesses sociais das experiências coletivas de geração de trabalho e renda -, que possuem como preocupação central a viabilização econômica e social das experiências coletivas e a melhoria das condições de vida destes trabalhadores, e, conseqüentemente de seus familiares.

Outra questão que aparece no Novo Marco Legal e vem sendo debatida está relacionada com a criação de uma forma de regulamentação social diferenciada para as cooperativas e associações, de forma que os trabalhadores inseridos nestes empreendimentos possam usufruir os direitos sociais, e posteriormente trabalhistas, respeitando a sua diferenciação em relação aos outros trabalhadores que desenvolvem as suas atividades de forma autônoma ou assalariada.

Por meio de pesquisa documental e por informações obtidas pela Senaes¹²³, pode-se averiguar que está sendo pensado um Novo Marco Jurídico destinado a Economia Popular Solidária, tendo como base as seguintes normativas:

A construção de um marco jurídico apropriado para a economia solidária, que reconheça e dê segurança jurídica a estas formas coletivas de organização econômica, tem sido uma das principais demandas do setor, reforçada pelas resoluções da Conferência Nacional de Economia Solidária e pela instituição do Comitê Temático do Marco Jurídico da Economia Solidária, dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária CNES. Objetivo: Dentro do programa Economia Solidária em Desenvolvimento, o objetivo principal desta ação, de natureza não orçamentária, é a elaboração de proposições normativas tanto em termos de adequações à legislação existente, como de criação de novas legislações que confirmem reconhecimento jurídico à economia solidária e atendam às suas necessidades. Principais Atividades: [...] Construção normativa e elaboração de Projetos de lei que regulem a ação do Estado no campo da economia solidária e consolidem e institucionalizem futuramente a política pública de economia solidária; Elaboração de propostas normativas que promovam a formalização jurídica e econômica dos empreendimentos econômicos solidários e que possibilitem o reconhecimento jurídico das diversas formas societárias assumida pela economia solidária; Propostas que visem a garantia dos direitos dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores associados (MTE, acesso em: 28 maio 2009).

Estas questões ainda estão em tramitação e dependem de aprovação do Congresso e do presidente da República. Paralelamente a estas proposições do Novo Marco Jurídico, estão sendo pensadas ações e outros Projetos de Leis que complementem esta realidade. Existe um Projeto de Lei, nº 7.009, que está

¹²³ Por meio de contatos telefônicos e via e-mails.

relacionado com as cooperativas de trabalho - prestação de serviços a terceiros e de produção -, que prospecta a criação de fundos para as cooperativas e cria condições necessárias para o usufruto da cidadania pelos trabalhadores, como a garantia de um salário mínimo, férias anuais, entre outros. Estas proposições, porém, não consistem numa adesão a CLT, mas sim reivindicações de melhores condições de trabalho aos cooperados. Este Projeto de Lei objetiva reduzir a quantidade mínima de integrantes necessária para a formação de uma cooperativa, reduzindo de 20 para 5 trabalhadores, visando a facilitar o acesso destes sujeitos à formação de cooperativas (CÂMARA, 2009).

Este Projeto de Lei dispõe, também, sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho, institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - Pronacoop - e proíbe a criação de cooperativa para intermediação de mão de obra terceirizada, buscando enfrentar as falsas cooperativas - fiscalizadas pelo MTE - e o processo de terceirização do trabalho. Cita-se, ainda, como questões a serem aprimoradas por este Projeto de Lei relacionadas com a organização: funcionamento das cooperativas de trabalho, produção, serviço, prestação de serviço, terceirização, autonomia, autogestão, qualificação profissional, associado, direitos, retirada, parcela mensal, remuneração, normas, saúde, segurança do trabalho, obrigação trabalhista, assembléia geral, prestação de contas, proibição, distribuição, fraude, subordinação, pagamento, multa, revogação, dispositivos, legislação trabalhista (CLT), entre outros (CÂMARA, 2009).

Além da existência deste Projeto de Lei das Cooperativas de Trabalho - constituído principalmente por pequenos empreendimentos coletivos - e da tramitação da atualização da Lei Geral do Cooperativismo, de 1971 - já referida anteriormente -, foi aprovada, em 2006, também a Lei Super Simples, que visa a facilitar as condições dos trabalhadores que recebem até 36 mil reais ao ano - R\$ 3.000,00 ao mês. No que diz respeito à Lei do Simples Nacional (Super Simples) - Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 -, a mesma está direcionada às microempresas, porém as cooperativas de consumo podem fazer uso dela. Dentre outros benefícios prospectado por esta Lei pode-se elencar: a simplificação da burocracia para o registro e o fechamento de empresas, regime favorecido de crédito e o acesso à compras do poder público.

O CNES, porém, vem debatendo sobre a possibilidade de acesso dos trabalhadores das experiências coletivas à Lei Super Simples. O deputado federal

Tarcísio Zimmermann participou desta discussão e informou que está tentando criar uma Emenda à Medida Provisória 351, de 22 de janeiro de 2007, que objetiva incluir as cooperativas no tratamento diferenciado e favorecido previsto por esta Lei Complementar. Segundo este deputado, com base nos dados obtidos pelo mapeamento¹²⁴ realizado pela Senaes estavam registrados empreendimentos coletivos, e, de acordo com o valor da receita anual definida pelo Super Simples, 98,6% destes empreendimentos poderiam ser contemplados.¹²⁵

Ou seja, esta Lei está direcionada aos microprodutores, entretanto está sendo pensada a possibilidade de inclusão das cooperativas para usufruírem desta mesma Lei, visando a introduzir os direitos trabalhistas aos trabalhadores destes empreendimentos de geração de trabalho e renda, que prevê a contribuição de 11% do salário mínimo - reduzindo da categoria de autônomo que prevê e regulamenta uma contribuição de 20% do salário mínimo - quase que inviável à maioria dos trabalhadores coletivos. Isto, por si só, mesmo que ainda com muitos avanços a serem conquistados e aprimoramentos que deverão ser realizados - pelo fato de o governo federal incentivar as microempresas, aspecto este que se constitui numa contradição -; entretanto, já se constitui numa “conquista” e também num certo avanço, em relação a possibilidade de retirar estes trabalhadores da total informalidade.

Desta forma, pretende-se futuramente criar uma legislação que retire os trabalhadores destes empreendimentos coletivos da precariedade do trabalho coletivo - sem acesso aos direitos sociais -, de forma que o trabalho desenvolvido que está situado entre o autônomo e o assalariado, seja contemplado - que corresponde à atividade informal realizada de forma coletiva. Salienta-se, porém, que está num processo bem incipiente e que requer aperfeiçoamento, mas já se constitui num avanço.

Em suma, a Senaes, em parceria com os demais segmentos apresentados - instituições da sociedade civil e governamentais, programas sociais e representações de organizações da classe trabalhadora -, procura conquistar a legitimação de uma Lei Geral para a Economia Popular Solidária. Ou seja, busca alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e

¹²⁴ Novamente se constata a importância da realização do Mapeamento de Economia Popular Solidária para a reivindicação de direitos sociais, bem como para justificar a implantação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

¹²⁵ MTE. Emenda à Medida Provisória. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ata_2007030607_01.pdf>. Acesso em: 29 maio 2009.

específicas) de acordo com os princípios e valores da Economia Solidária, aprovar e implantar leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à Economia Popular Solidária (CONFERÊNCIA..., 2006). Com a resolução desta demanda, poderá ser facilitado entre outras questões, o acesso a crédito pelas cooperativas e assessoria aos empreendimentos coletivos. No próximo subitem será introduzida a participação da sociedade civil - por meio dos Fóruns de Economia Popular Solidária e pelas demais instituições sociais -, bem como das incubadoras universitárias, como formas de apoio e/ou assessoramento aos empreendimentos de Economia Popular Solidária no Brasil, e também no Rio Grande do Sul.

3.2 APOIO DA SOCIEDADE CIVIL E DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Para introduzir o apoio das incubadoras universitárias e das instituições da sociedade civil às experiências de geração de trabalho e renda no Brasil, faz-se necessário, primeiramente, esclarecer a concepção que se possui sobre a participação da sociedade civil em relação a estas experiências coletivas. Com esta intencionalidade, num primeiro momento, será realizada uma breve e sucinta abordagem sobre a concepção que norteia a sociedade civil neste estudo, para, num segundo momento, apresentar as instituições sociais que vêm apoiando as experiências de Economia Popular Solidária, e, posteriormente, introduzir as incubadoras universitárias.

Em relação à sociedade civil, pode-se mencionar que ocorreram diversas transformações deste segmento social no Brasil, no que se refere a sua liberdade de atuação e representatividade social. Após o término da ditadura militar existente no Brasil - 1984 -, e com a legitimação da Constituição Federal - 1988 -, passa a existir uma nova configuração estabelecida entre a sociedade e o Estado, por meio do processo de democratização brasileira. Esta nova configuração está respaldada na representatividade da sociedade civil nas ações, programas e políticas sociais, seja por meio dos conselhos de direitos, fóruns sociais, entre outros espaços de representação dos interesses sociais.

Na particularidade da formação social brasileira, os setores dominados da sociedade civil jamais tiveram força de veto sobre as decisões do poder estatal. São praticamente inexistentes os momentos em que seria possível afirmar que as massas populares, ou algum dos seus setores, tenham conseguido participar do processo político com efetiva autonomia (RAICHELIS, 2000, p. 71).

Enquanto nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX, a sociedade civil organizada era tida como uma instância que buscava lutar pelos direitos civis, políticos e sociais, almejando a cidadania - sendo que estas instâncias eram representadas pelos movimentos sociais, pelos sindicatos, pela efetivação de greves e manifestações populares, entre outros -, com a reestruturação do capital e com a introdução do referencial teórico neoliberal nas políticas e programas sociais, houve uma transformação nas formas de representatividade da sociedade. Este modo de representação, nem sempre condiz com o que está previsto pela Constituição Federal - também conhecida como Constituição Cidadã.

Ou seja, ao mesmo tempo em que a Constituição Federal regulamentou a participação da sociedade civil no controle e na gestão das ações públicas, como forma da sociedade civil participar das relações de força que envolve a gestão social - de maneira que representasse os interesses sociais - por meio da reestruturação do capital e do neoliberalismo, houve de certa forma, uma estagnação dessa realidade. Esta estagnação está relacionada com o fato de que, em algumas situações, são transferidas as responsabilidades estatais para a sociedade civil (ANTUNES, 2003b), perdendo a denotação de espaço democrático e representativo da coletividade. As políticas, programas e instituições sociais, entre outros, também podem ser considerados formas de regulação social, legitimados pelo Estado, para atenuar os conflitos de classe. Desta forma, as instituições da sociedade civil deixariam de ser instâncias representativas dos interesses da sociedade brasileira, na disputa que envolve os conflitos sociais. A publicização dos serviços sociais, assim como a privatização, são orientações do referencial teórico neoliberal em relação à política econômica e social que vem sendo instituída nas políticas e programas sociais. “A ‘publicização’, na linguagem governamental, consiste na descentralização, para o setor público não estatal, da execução de serviços que não envolvam o poder de Estado, mas devam ser por ele subsidiados, como a educação [...]” (IAMAMOTO, 2000a, p. 121).

Neste estudo não se pretende aprofundar a discussão teórica sobre o designado “terceiro setor” ou da nova configuração que envolve a sociedade civil¹²⁶. O que se pretende é relacionar as instituições da sociedade com as experiências de Economia Popular Solidária. Estas experiências coletivas recebem apoio da sociedade civil desde a década de 80 do século XX, posto que foi por meio da pressão social realizada pela sociedade que foi criada a Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Apesar das experiências coletivas de geração de trabalho e renda também serem constituídas pelos sujeitos sociais, e, portanto, também serem consideradas instituições da sociedade civil, neste estudo, de forma intencional, as instituições da sociedade civil que apoiam as experiências coletivas e as experiências de Economia Popular Solidária são abordadas de modos diferentes, objetivando facilitar a compreensão sobre o tema. Quando se discorre sobre instituições da sociedade civil está se remetendo às entidades apoiadoras das experiências coletivas, de modo que estas passem a constituir a esfera pública¹²⁷ prevista pela Constituição Federal. Já as experiências coletivas são compreendidas, neste estudo, como uma das alternativas dos sujeitos de gerarem trabalho e renda.

Faz-se necessário também aludir que não se tem como compreensão que o “terceiro setor” pode substituir as funções estatais - por meio da transferência das responsabilidades do Estado à sociedade civil. Esta compreensão não constitui na fundamentação deste trabalho, pois parte-se do entendimento de que o Estado, em “parceria” com a sociedade civil¹²⁸ - relações que envolvem conflitos antagônicos de

¹²⁶ Para isto podem ser lidos autores que trabalham com este tema, de modo que relacionem o papel da sociedade civil com as políticas sociais, como Raichelis, Gonh, Mota, Couto, Bulla, Fernandes, entre outros.

¹²⁷ Esfera pública compreendida como um espaço democrático e político, estabelecido entre o Estado e a Sociedade Civil – de modo que transcendam os protótipos estatais e privados, anteriores a Constituição Federal de 1988 –, em que são estabelecidos os enfrentamentos de interesses, conflitos e diferentes projetos sociais que permeiam as relações sociais (RAICHELIS, 2000).

¹²⁸ A definição de ONG é tão abrangente que qualquer organização de natureza não-estatal pode ser caracterizada desta forma (SEBRAE, Acesso em: 17 ago. 2009). Por não governamentais considera-se o fato de que essas instituições normalmente exercem alguma função pública, sem pertencer ao Estado, porém, disponibilizam serviços sociais que visam atender as demandas sociais. Do ponto de vista formal, uma ONG é constituída pela intencionalidade de sujeitos que se reúnem com objetivos em comuns, que não tenham como finalidade o lucro. O novo Código Civil prevê quatro formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos – associação, fundação, organização religiosa e partido político (ASSOCIAÇÃO..., Acesso em: 17 ago. 2009). Por não possuírem objetivos confessionais ou eleitorais, juridicamente toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada. As ONGs, com a Lei 9.790 possivelmente poderão ser designadas de OSCIP's. Como qualificação, a OSCIP é opcional, pois as ONGs já constituídas podem optar por esta qualificação, sendo que as novas ONGs poderão desde o princípio se qualificar enquanto OSCIP (LEITE, Acesso em: 17 ago. 2009). Este assunto não será aprofundado por não constituir a centralidade da pesquisa.

interesses relacionados com a questão social -, pode contribuir para a consolidação da democracia brasileira, prevista pela Constituição Federal, de modo que a coletividade participe deste processo social.

Percebe-se, ainda, neste estudo os seguintes elementos: a) as políticas sociais estão vinculadas à gestão de ações sociais como resposta às demandas sociais advindas da questão social, uma vez que as mesmas são incorporadas e processadas pelo Estado em seus diferentes âmbitos - Federal, Estadual e Municipal -; b) a elaboração e a gestão das políticas sociais devem ser consideradas primazia e dever do Estado, a quem cabe a responsabilidade pela condução das políticas e programas sociais; e, c) esta primazia, porém, não pode ser assimilada como responsabilidade exclusiva do Estado, pois deve implicar a participação ativa da sociedade, por meio dos processos de formulação e controle social da execução, de modo que as instituições da sociedade civil, em parceria com o Estado, constituam a esfera pública brasileira (RAICHELIS, 2000).

Desta forma, as instituições da sociedade civil que assessoram ou apoiam as experiências de Economia Popular Solidária, serão abordadas tendo como intencionalidade apresentar as suas contribuições para as experiências de geração de trabalho e renda e ao seu respectivo programa social, apesar da suas limitações e contradições. Entende-se também que nem sempre a realidade corresponde à perspectiva que está prevista pela Constituição Federal, pelas terceirizações, pelas limitações do Estado ou das instituições sociais, pela transferência da responsabilidade governamental à sociedade civil, pela falta de participação efetiva da sociedade civil nos espaços públicos de controle e formulação das ações sociais, ou seja, pela incipiência do processo democrático no Brasil¹²⁹, entre outros.

Salienta-se que o processo de democracia brasileira ainda é muito recente, e, com o atual cenário mundial socioeconômico, político, cultural e educacional, bem como com a existência da historicidade que envolve a dominação e subordinação da população brasileira, tornam-se compreensíveis estas contradições - apesar de que não se concorda e nem se legitimam as mesmas.

Neste ensaio, além das instituições da sociedade civil, também serão abordadas as governamentais e as incubadoras universitárias, que apoiam as experiências coletivas de geração de trabalho e renda e o Programa de Economia

¹²⁹ Se equiparmos os 20 anos de democracia brasileira com os 120 anos de República, ou com praticamente 500 anos de "colonização" brasileira.

Solidária em Desenvolvimento. No próximo subitem será apresentado o Fórum de Economia Popular Solidária no Brasil como uma das formas de participação da sociedade civil em prol da representatividade de seus interesses, de modo que se insiram as experiências de Economia Popular Solidária na agenda pública brasileira.

3.2.1 Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária

“No quadro de redefinições das relações entre Estado e sociedade civil, por outro lado, surgiram novos espaços em que as forças sociais foram protagonistas na formulação de projetos societários, para fazer frente à crise social que se aprofundou na década de 80 [...]” (RAICHELIS, 2000, p. 35). Entre estes espaços destacam-se os Fóruns Sociais, que possuem a intencionalidade de debater demandas sociais, objetivando a participação da coletividade nas decisões do Estado.

O movimento de [...] sujeitos sociais [...] em torno de demandas no campo das políticas sociais, possibilitou rediscutir e rever concepções e práticas responsáveis pela fragilidade das respostas do aparato governamental diante do agravamento da questão social. Simultaneamente, deu impulso à emergência de propostas voltadas para a criação de novos fóruns de representação e deliberação, capazes de incorporar a participação popular nos processos decisórios (RAICHELIS, 2000, p. 19-20).

Diferentemente dos conselhos de direitos, os fóruns constituem-se em espaços não institucionalizados, e, também, de menor formalização, facilitando a participação popular. Quando os Fóruns estão fortalecidos e em funcionamento com a participação da sociedade civil, constituem-se em importantes espaços de representatividade social, de modo que passam a contribuir com os conselhos. Ou seja, os fóruns, de uma maneira geral, podem exercer uma importante função que flexibiliza e introduz a participação da sociedade civil nos conselhos, bem como, também, possibilita que a sociedade civil organizada passe a controlar os próprios conselhos - que se constituem em instâncias de controle social.

Dentro desta perspectiva, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES -, constitui-se um espaço criado para debates sobre a Economia Popular Solidária e seus

princípios de cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade - destacando a Economia Popular Solidária como estratégia de desenvolvimento econômico sustentável, político e social. O FBES conta com a participação de movimentos sociais, instituições da sociedade civil e governamental¹³⁰ (FÓRUM..., 2009), e representantes de empreendimentos coletivos de Economia Popular Solidária.

As principais finalidades do FBES são: a) a exibição, organização e reflexão no planejamento de políticas sociais locais e estaduais sobre a Economia Solidária; b) realizar debates com a participação da sociedade civil e de movimentos sociais; c) potencializar e fortalecer a Economia Popular Solidária no Brasil; d) apoiar à constituição de Fóruns Estaduais, Regionais, Municipais de Economia Solidária; e) promover a Economia Popular Solidária como uma forma de desenvolvimento sustentável e solidário (CONFERÊNCIA..., 2006).

Em relação aos objetivos e princípios que constituem o FBES destacam-se: a) a valorização social do trabalho socialmente realizado; b) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; c) o reconhecimento do trabalho feminino numa economia fundada na solidariedade; d) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e) os valores da cooperação e da solidariedade em relação ao processo de trabalho; f) a Economia Popular Solidária busca a diminuição das mazelas da questão social; g) a Economia Popular Solidária objetiva não apenas limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento coletivo, mas também em relação à qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema; h) a Economia Popular Solidária constitui-se numa das alternativas de geração de trabalho e renda aos trabalhadores que estão excluídos do mercado formal de trabalho; entre outros (FÓRUM..., 2009, acesso em: 4 maio 2009).

¹³⁰ As instituições da sociedade civil fornecem assessoria por meio de serviços técnicos, capacitação, incubação, pesquisa, acompanhamento e fomento a crédito. Já as instituições e/ou setores governamentais desenvolvem a atividade burocrática, pois implementam e implantam políticas ou programas referentes à Economia Popular Solidária nas prefeituras, governos estaduais e no governo federal. Refere-se ainda que a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária foi criada paralelamente ao Fórum e se constitui numa articulação de gestores de políticas de Economia Popular Solidária de prefeituras, governos estaduais e do governo federal. Tem como objetivo central ampliar o debate e a proposição de ferramentas adequadas dentro do Estado brasileiro para o fomento ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária, bem como estimular e fortalecer a organização e participação social deste segmento nas decisões sobre as políticas e programas sociais (FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. Organização e forma de funcionamento. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=65&Itemid=61>. Acesso em: 04 mar. 2009).

Relata-se, ainda, que o FBES compreende e incentiva a Economia Popular Solidária se transformar num “movimento” que se contraponha ao sistema. Por isto vários agentes sociais denominam as experiências coletivas de “Economia Solidária”. O FBES, bem como seus representantes, portanto, não concebem a contradição essencial destas experiências coletivas e de seu Programa Nacional, de que, ao mesmo tempo em que estes empreendimentos coletivos se constituem numa das possibilidades de resistência dos sujeitos às manifestações de desigualdades da questão social, também adquirem a condição funcional ao sistema, pois atenuam as desigualdades reduzindo os conflitos sociais. Faz-se necessário, porém, apreender o histórico do FBES visando a entender a criação e concepção do mesmo.

Primeiramente salienta-se que o I Fórum Social Mundial, ocorrido em 2001, influenciou a criação do FBES, pois foi por meio de um Grupo de Trabalho - GT -, que possuía como tema a “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que estimulou a fundação de um espaço de debates e estímulo a estas experiências coletivas (CONFERÊNCIA..., 2006). Quem participou deste GT foram: gestores sociais, integrantes de empreendimentos coletivos, integrantes de instituições da sociedade civil e incubadoras - que assessoram estes empreendimentos -, entre outros. Uma das principais discussões realizadas neste GT durante o I Fórum Mundial, além da visibilidade do tema, foi a necessidade de criação de uma política ou programa social que fomentasse estas experiências coletivas.

Em 2002, o mesmo GT preparou uma carta encaminhada ao governo federal denominada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, na qual constava um documento que apontava as “diretrizes gerais da Economia Solidária e exigia a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes (FÓRUM..., 2009, acesso em: 04 mar. 2009). Foi somente em 2003, porém, que foi constituída a designação Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES -, bem como foi atendido o pedido de solicitação da criação da Senaes pelo Governo Federal.¹³¹

Nota-se, ainda, um avanço desta realidade que envolve os Fóruns de Economia Popular Solidária, pois em 2002 eram apenas cinco Estados que expressavam

¹³¹ Além desses fatos salienta-se ainda a criação de Fóruns Estaduais e Regionais que tiveram a oportunidade de executar o I Encontro Nacional de Empreendimento Econômico Solidário, realizado em 2004. Em 2006, ocorreu a I Conferência Nacional de Economia Solidária em Brasília, em que foi debatida a resolução referente à participação no Conselho Nacional de Economia Solidária e sugestões para a criação de uma futura política social.

interesse no tema, porém, desde 2006, os Fóruns Estaduais se fazem presentes nos 27 Estados brasileiros. Os Fóruns Estaduais são espaços privilegiados de debates, conflitos políticos e fontes de consultas sobre o assunto; servem também como uma forma de mobilização social, em que são discutidas as demandas da sociedade em relação à Economia Popular Solidária e, posteriormente, apresentadas à Senaes (FÓRUM..., 2009, acesso em: 04 maio 2009).

No Rio Grande do Sul há o Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária - FGEPS¹³² que é integrante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, sendo formado por empreendimentos coletivos, instituições da sociedade civil e governamental, movimentos sociais, redes, gestores públicos e por instituições de representação dos trabalhadores em autogestão (PLENÁRIA..., 2009). Ainda no Rio Grande do Sul, por meio da pesquisa realizada, pôde-se mapear 10 Fóruns Regionais: Central, Planalto, Litoral Norte, Noroeste Colonial e do Alto Jacuí, Serra, Sul, Missões, Fronteira Oeste, Metropolitano e Vale dos Sinos.

Já em relação às instâncias que integram o FBES, apresentam-se as seguintes características de funcionamento: a) Fóruns Estaduais - instâncias estaduais responsáveis pela organização das experiências coletivas no respectivo Estado e região, de modo que se articulem com o Fórum Nacional; os Fóruns estaduais são compostos pelas experiências, pelas instituições da sociedade civil e por gestores públicos -; b) Coordenação Nacional - Principal instância de deliberação do Fórum Nacional de Economia Solidária; é integrado pelas instituições e redes de fomento à Economia Popular Solidária, por três representantes dos Fóruns Estaduais -; c) Conselho Interlocutor - a função deste órgão é realizar a interlocução com a Senaes; é integrado por instituições e redes de fomento e, também, por um representante de empreendimentos de cada um dos 27 Estados -; d) Grupos de Trabalho - são constituídos conforme demandas do Fórum ou do Programa de Economia Solidária e da Senaes para articular propostas de melhorias e ações; no momento estão sendo debatidas as seguintes ações: Mapeamento,

¹³² Uma das ações previstas pelo FGEPS foi realizada em março de 2009, quando da realização do Seminário Estadual do Fórum Gaúcho de Economia Popular e Solidária: Planejamento, incidência e participação na construção da Economia Solidária do Rio Grande do Sul e Brasil. O seminário foi articulado pelo FGEPS, em conjunto com os Fóruns Regionais, entidades de apoio, gestores e movimentos sociais (MOVIMENTO de Economia Solidária Gaúcho prepara Seminário Estadual no fim de março de 2009 (Economia/rspost159). Brasil Local. Disponível em: <<http://outraeconomiacontece.wordpress.com/2009/01/19/movimento-de-economia-solidaria-gaucha-prepara-seminario-estadual-no-fim-de-marco2009-economia-solidaria-rs-post-159/>>. Acesso em: 05 mar. 2009).

Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo -; e Secretaria Executiva - constitui-se no segmento que encaminha e articula os trabalhos do Fórum, entre as instâncias que o compõem (BARBOSA, 2007).

Citam-se, ainda, instituições nacionais que estão assessorando e/ou fomentando as experiências de Economia Popular Solidária, juntamente com os Fóruns: Rede de Socioeconomia Solidária - RBSES -, Instituto Políticas Públicas para o Cone Sul - Pacs -, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - Fase -, Associação Nacional de Trabalhadores e empresas de Autogestão - Anteag -, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconômicas - Ibase -, Cáritas Brasileira, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - Concrab -, Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - RITCP -, Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores - ADS/CUT -, Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho -, Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária, Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito - Abicred (BARBOSA, 2007). Destas instituições são eleitos 12 representantes que integrarão a coordenação nacional, juntamente com 3 representantes dos 27 Estados brasileiros. São estas instituições, entre outras, que vêm apoiando a Economia Popular Solidária de modo que as experiências coletivas de geração de trabalho e renda vão conquistando direitos até que se tornem viáveis no mercado.

Por meio do FBES, juntamente com o apoio da Senaes, pode-se concretizar o documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária - Conaes. A Economia Solidária destaca-se em razão de ser um programa que oportuniza a expansão de trabalho e renda, constituindo-se numa das alternativas ao enfrentamento da pobreza e ao desenvolvimento sustentável. Com a I Conaes foram oportunizados debates com a participação de diversos setores da sociedade civil e instituições que debateram idéias e sugestões para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária.

Os principais objetivos que norteiam a I Conaes foram: a) transformar a Economia Popular Solidária como estratégia e política de desenvolvimento; b) propor princípios e diretrizes; c) buscar reconhecimento do Estado e mostrar seu potencial tanto na forma de organização social como em política pública; d) oferecer prioridade e estratégia de atuação para as políticas locais e programas de Economia

Popular Solidária, bem como propor meios de participação e controle da sociedade civil (CONFERÊNCIA..., 2006). Por meio do Documento Base da I CONAES, estipulou-se que a futura política de Economia Popular Solidária, em âmbito nacional, bem como o atual Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento devem:

- I - Contribuir para a concretização dos preceitos constitucionais que garantem aos cidadãos e cidadãs o direito a uma vida digna;
- II - Fortalecer e estimular a organização e participação social e política da economia solidária ampliando sua visibilidade e legitimidade;
- III - Reconhecer e fomentar as diferentes formas organizativas da economia solidária;
- IV - Promover o desenvolvimento sustentável, democrático, incluyente e socialmente justo;
- V - Contribuir para a erradicação da pobreza, para a inclusão social e para a equidade de gênero e etnia;
- VI - Ampliar os mecanismos políticos para garantir o acesso da economia popular solidária aos instrumentos de fomento;
- VII - Promover a integração e a inter-setorialidade das várias políticas públicas que possam fomentar a economia popular solidária nos e entre os entes federados do Estado (CONFERÊNCIA..., 2006, p. 20).

Estes preceitos nortearam a formulação dos objetivos do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Desde o princípio de sua implementação e criação, o referido Programa Social buscou expressar as principais demandas necessárias a Economia Popular Solidária no estabelecimento de suas ações, diretrizes e finalidades, tentando sempre estabelecer contato e diálogo com o FBES.¹³³

A Economia Solidária avançou, recentemente, na sua articulação política [...] avançando em sua organização com a constituição de Fóruns (municipais, regionais, estaduais), em especial o fórum Brasileiro de Economia Solidária, Redes de Produção e Comercialização, Redes de Trocas Solidárias, Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e Frentes Parlamentares de Economia Solidária. Vem avançando também através da criação [...] do Conselho Nacional de Economia Solidária (ECONOMIA..., 2007a, p. 31).

A Senaes tem como intencionalidade constituir um programa social participativo, e, para isto, objetiva difundir e fomentar a Economia Popular Solidária

¹³³ Este debate está registrado nas resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária e do Conselho Nacional de Economia Solidária.

no Brasil, dando apoio político e material às iniciativas do FBES (PROGRAMA..., 2009, acesso em: 04 mar. 2009). O FBES, conforme referido anteriormente, descentralizou suas atividades, organizando Fóruns Estaduais de Economia Popular Solidária na maioria das unidades da federação. A Senaes, em parceria com o FBES, realizou encontros de formação em todos os Estados brasileiros, que envolveram as Delegacias Regionais do Trabalho - DRT -, como também os Fóruns de Economia Solidária estaduais, visando possibilitar a formação em Economia Popular Solidária. Diante desta perspectiva e realidade, os fóruns e DRTs¹³⁴ começaram a combinar esforços no fomento e divulgação da Economia Popular Solidária nos seus respectivos Estados (SINGER, 2009).

Desta forma, salienta-se que o FBES vem desenvolvendo suas atividades em parceria com a Senaes, posto que foi o mesmo que pressionou o governo federal para a criação de uma secretaria e programa social que dessem conta desta demanda que envolve a Economia Popular Solidária no Brasil. Salienta-se também que o FBES vem se constituindo no espaço democrático em que a sociedade civil vem participando com maior efetividade - se equiparado ao Conselho Nacional de Economia Solidária. Por meio deste estudo, entretanto, propõe-se que o FBES - juntamente com os Fóruns Estaduais, Regionais e Municipais, e, ainda, com as Instituições de Apoio que estão inseridas nos mesmos -, deve pressionar o Governo Federal e apoiar a Senaes na elaboração e à aprovação do Novo Marco Legal, que contemple as experiências de Economia Popular Solidárias e os integrantes destas experiências coletivas, visando a melhoria de suas condições de vida.

Salienta-se ainda, que para o reconhecimento legal de um Fórum Regional ou Local de Economia Popular Solidária faz-se necessário: a) democracia interna nas tomadas de decisão com base nos regimentos internos e carta de princípios do FBES (reuniões, atas, plenárias periódicas, entre outros); b) orientar suas ações e mobilizações em torno das fundamentações do FBES; c) ter secretaria executiva; d) garantir a ampla socialização dos debates e informações na sua região de abrangência; e) existir apenas um Fórum Local em sua região de abrangência, ou seja, apenas 1 Fórum por Estado, por microrregião, por município, entre outros; f) ter e manter um fundo de manutenção do Fórum Local, com contribuições de seus

¹³⁴ “[...] cada DRT designou uma funcionária ou funcionário para responder pelas atividades em prol da economia solidária. Esses servidores estão recebendo formação em economia solidária, de forma sistemática, pela Senaes” (SINGER, Paul. A Economia Solidária no Governo Federal. <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2009).

integrantes; g) garantir a participação de no mínimo 50% das mulheres como representantes dos empreendimentos e das entidades nas instâncias do Fórum Local¹³⁵; h) ter uma Carta de Adesão para novos integrantes ao Fórum Local; i) ter e manter um cadastro dos empreendimentos, instituições e redes do Fórum Local; j) garantir a qualidade das suas representações, tanto para levar deliberações do Estado quanto para repassar decisões nacionais ao FBES; l) dialogar e se articular com outros Fóruns Locais de Economia Popular Solidária - de outros Estados ou regiões -; m) composição diversa, com a presença e compromisso dos diversos atores da Economia Popular Solidária na sua região de abrangência (CONFERÊNCIA..., 2006, p. 59).

Os Fóruns Estaduais e Regionais ou Locais possuem liberdade para constituição de suas coordenações, desde que respeitem os critérios para sua concretização. A Plenária Nacional destaca-se como sendo instância de deliberação máxima do FBES, e ocorre a cada 3 anos. Já a coordenação nacional possui as seguintes atribuições: a) deliberar em última instância sobre decisões políticas, operacionais e administrativas do FBES; b) implementar políticas e estratégias de fortalecimento de acordo com as deliberações da plenária; c) contribuir para a formulação de políticas e estratégias de fortalecimento do movimento de economia solidária; d) fazer a mediação política, diálogo e incidência no Conselho Nacional de Economia Popular Solidária e em órgãos do governo federal; e) deliberar sobre o ingresso e permanência dos membros da Coordenação Nacional (tanto representantes de Fóruns Estaduais quanto de entidades e redes nacionais de assessoria), segundo critério estabelecido pela IV Plenária Nacional; entre outros (CONFERÊNCIA..., 2006, p. 61).

Juntamente com os Fóruns de Economia Popular Solidária, destacam-se instituições da sociedade civil e governamentais que, além de também integrarem os Fóruns - enquanto representantes da sociedade civil -, vêm se destacando no que diz respeito apoio às experiências de Economia Popular Solidária desde a década de 80 do século XX. No próximo subitem serão introduzidas as instituições apoiadoras da Economia Popular Solidária no Brasil.

¹³⁵ Percebe-se, por meio desta condição, que os Fóruns de Economia Popular Solidária incentivam a participação, bem como o “reconhecimento” das mulheres nas experiências coletivas de geração de trabalho e renda.

3.2.2 Instituições da Sociedade Civil e Governamentais apoiadoras da Economia Popular Solidária no Brasil

Anteriormente foi referido que as instituições que integram a Unicafes - que apoiam a Senaes -, se contrapõem as ideias da OCB em relação ao novo Marco Legal da Economia Popular Solidária. Neste subitem serão apresentadas, de forma breve, as instituições que integram a Unicafes, entre outras que apoiam a Economia Popular Solidária no Brasil. Entre as instituições que integram a Unifaces destacam-se: a Cresol, o Programa Integrar, a Ascoob, a Creditag que é vinculada à Contag, e a Ecosol.

Primeiramente iremos introduzir o Programa Integrar, que se diferencia das demais instituições por ser um programa social. O Programa Integrar, que é constituído também pela Confederação Nacional dos Metalúrgicos - CNM/CUT -, foi criado em meados da década de 90 do século XX pelos metalúrgicos, com a intenção de fortalecê-los enquanto segmento social e enfrentar o desemprego. O Programa Integrar busca a criação de alternativas de políticas sociais que visem a formação e a qualificação para o trabalho, geração de emprego e renda e enfrentamento ao desemprego e à exclusão social.¹³⁶ Atualmente são 350 mil trabalhadores que estão usufruindo do Programa Integrar na Bahia e no Rio Grande do Sul.¹³⁷ O Programa Integrar envolve três modalidades: trabalhadores desempregados, trabalhadores empregados e formação de dirigentes sindicais. Estes sujeitos objetivam relacionar os conhecimentos gerais com a formação profissional - certificando, por meio do Ensino Fundamental e Médio -, bem como fomentando experiências coletivas de geração de renda.¹³⁸

O Programa Integrar, apesar de apoiar a Senaes por meio do Unicafes, não se constitui num dos programas federais que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, abrange devido ao fato de o mesmo se constituir em âmbito Estadual, ou seja, por enquanto é desenvolvido somente na Bahia e no Rio Grande do Sul. Apesar desta realidade, isto não significa um empecilho para as instituições dos referidos Estados que trabalham com a Economia Popular Solidária, em formarem uma parceria com o Programa Integrar. No que concerne, às instituições

¹³⁶ DISPONÍVEL em: <<http://www.cnmcut.org.br/verCont.asp?id=429>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

¹³⁷ *Ibid.*.

¹³⁸ *Ibid.*.

analisadas por esta pesquisa no Rio Grande do Sul, entretanto, nenhuma delas trabalha em parceria com esse programa.

Outro segmento, que não se constitui num Programa, mas que está apoiando a Senaes no novo Marco Legal, é a Ascoob¹³⁹. Esta cooperativa tem como objetivo central fortalecer o cooperativismo de crédito, tendo por base o fortalecimento da economia familiar rural, como, por exemplo, a sistematização de acesso ao crédito e as negociações de acesso a recursos oficiais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (ASCCOB, 2009). Para realizar estas atividades a Ascoob possui o apoio e parceria dos Bancos do Brasil e do Nordeste, e, em âmbito nacional, desenvolve suas ações juntamente com a Associação do Cooperativismo de Economia Familiar e Solidária - Ancosol. A associação foi a entidade propulsora da Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia - Ascoob Central (ASCOOB, 2009).

Já o Sistema Creditag¹⁴⁰ (CONTAG, 2009) faz menção a um novo sistema de cooperativas de crédito rural, porém em âmbito nacional. Possui sua origem vinculada à proposta de organização da produção, que foi concebida pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - Padrss -, que visa o fomento à organização de cooperativas de produção, comercialização, prestação de serviços em assistência técnica, de cooperativas de crédito da agricultura familiar, entre outros (CONTAG, 2009). Este sistema possui uma grande rede de apoio no Brasil, destacando-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag -, as Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetags - e os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs. “Além destas instituições [...] órgão públicos e muitas organizações apoiam esta iniciativa, como o MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário, Prefeituras e Câmaras de Vereadores nos diversos Municípios de atuação das cooperativas, Associações e Cooperativas de Produção da agricultura familiar e outras entidades vinculadas ao setor” (CONTAG, 2009).

¹³⁹ A Ascoob foi criada oficialmente em 1999 por cinco Cooperativas de Crédito Rural com atuação nas microrregiões semiárida e litorânea da Bahia (ASCOOB Central. Disponível em: <<http://www.ascoob.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em: 23 mar. 2009).

¹⁴⁰ “O sistema Creditag, dentro da proposta de organização da produção, é um dos pilares do fortalecimento da agricultura familiar no que diz respeito a financiamento da produção e comercialização. Pois o sistema objetiva desburocratizar e facilitar o acesso ao crédito e estimular a poupança por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais” (<<http://www2.contag.org.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2009).

A Contag - fundada em 1963 no Rio de Janeiro -, constitui-se na maior instituição sindical de trabalhadores rurais¹⁴¹ do limiar do século XXI. A Contag vem solicitando a elaboração e implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário - Padrss -, que propõe uma nova relação estabelecida entre o meio rural e o urbano, que objetive a equidade, a justiça social, a preservação ambiental, a segurança alimentar e o crescimento econômico (CONTAG, 2009).

Ainda em relação às instituições sociais e governamentais que integram o Unicafe menciona-se também o Sistema Ecosol. Este sistema está estruturado em três níveis: cooperativas singulares - cooperativas de créditos criadas para o desenvolvimento local, após sensibilização realizada com a comunidade -, bases de apoio - capacitação dos trabalhadores para a autogestão e esclarecimento sobre conselhos administrativos e fiscais -; e cooperativa central - capacitação com os representantes da diretoria da cooperativa (PINHO, 2004).

No que diz respeito ao apoio das demais instituições da sociedade civil que representam os interesses dos cooperados e associados das experiências coletivas de Economia Popular Solidária e também integram o FBES, cita-se, ainda, a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - Unisol -, Agência do Desenvolvimento Solidário - ADS -, Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - Anteag -, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - Concrab - e a Cáritas.

A Unisol consiste numa forma de associação civil sem fins lucrativos em âmbito nacional, que visa representar os interesses da classe trabalhadora. Objetiva também a melhoria das condições de vida e de trabalho dos sujeitos e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa (UNISOL, 2009). A Unisol reúne as empresas coletivas constituídas por trabalhadores a fim de promover efetivamente a melhoria socioeconômica de seus integrantes, garantindo-lhes trabalho e renda com dignidade.

¹⁴¹ No Brasil existem 4 mil sindicatos rurais e 20 milhões de trabalhadores rurais (<<http://www2.contag.org.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2009).

A Unisol Cooperativas, fundada em março de 2000, surge da vontade das cooperativas nascidas com o apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC¹⁴² e de Sorocaba, e do Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros, que passou a agregar outras cooperativas, bem como o apoio de outros sindicatos [...] Por sua vez, a Central Única dos Trabalhadores (CUT¹⁴³) lançou, no mesmo ano, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), visando organizar e fomentar o desenvolvimento local nas várias regiões do país. Tendo como diretriz a consagração dos princípios históricos e ideológicos do cooperativismo autêntico, a CUT e a ADS, a Unisol Cooperativas e os sindicatos que a apoiam, deliberaram pela constituição de uma central de empreendimentos solidários e cooperativas, âmbito nacional [...] (UNISOL, 2009).

Destaca-se também como apoiadora a ADS. Ela foi criada pela CUT na década de 90 do século XX, em parceria com a Unitrabalho e com o Dieese. A ADS objetiva o planejamento participativo de Cooperativas de Crédito da Economia Solidária. A ADS está articulada com várias outras entidades nacionais e regionais e conta com o apoio de organismos de cooperação internacional.

O objetivo principal da ADS é a geração de desenvolvimento solidário, ou seja, novas oportunidades de trabalho e renda em organizações, contribuindo para construção de alternativas ao desenvolvimento social sustentado e à educação permanente dos trabalhadores, mas respeitando suas diversidades étnicas, culturais, regionais, ambientais e de gênero. Em termos estruturais, a ADS conta com um escritório nacional e diversos escritórios regionais e estaduais (PINHO, 2004, p. 72).

¹⁴² O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC foi criado em 1933, reunindo metalúrgicos de toda a região do ABC. “Com a instalação da indústria automobilística, a entidade se desmembrou e, em 1959, foram fundados o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o de Diadema, que atuaram juntamente com o originário Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, até a reunificação de 1993, quando foi criado, então, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. [...] Particularmente a partir de 1978, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil, o Sindicato desempenhou um importante papel na luta pela recuperação da democracia no Brasil. Essas mobilizações são apontadas como elemento fundamental no processo de construção do Partido dos Trabalhadores, a partir de 1979, e da (CUT) Central Única dos Trabalhadores, fundada em agosto de 1983. [...]” (Disponível em: <http://www.smabc.org.br/portal/mostra_materia.asp?id=2>. Acesso em: 23 mar. 2009).

¹⁴³ A Central Única dos Trabalhadores – CUT –, “é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática. Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.299 entidades filiadas, 7.116.278 trabalhadoras e trabalhadores associados e 21.092.160 trabalhadoras e trabalhadores [...]” (Disponível em: <<http://www.cut.org.br/content/view/2883/289/>>. Acesso em: 23 mar. 2009).

Outra instituição apoiadora da Senaes em relação ao novo Marco Legal do cooperativismo e associativismo e que também representa a classe trabalhadora de forma organizada, é a Anteag. Esta associação surgiu como uma forma de resistência dos trabalhadores ao processo de exclusão do mercado formal de trabalho desencadeado pela reestruturação do capital (SINGER, 1999). A Anteag foi oficialmente constituída por empresas autogestionárias e teve o seu primeiro encontro em maio de 1994. A Anteag tem como finalidade: a) a difusão de conhecimento sobre os processos gerenciais, a serviço dos interesses dos trabalhadores; b) manutenção e geração de trabalho e renda, por meio de projetos viáveis economicamente; c) propiciar a qualificação profissional dos trabalhadores; d) desenvolver a autonomia e ações solidárias entre os trabalhadores; e) legalizar as empresas autogestionárias ou de gestão estratégica-participativa; f) viabilizar técnicas de gestão; e, g) representar as empresas autogestionárias. A Anteag tem por base assessorar e articular grupos de trabalhadores que, por falência ou processo falimentar das empresas, assumem a direção, ou parte do controle da empresa (INCUBADORA..., 2006).

Já no que diz respeito ainda ao apoio ao novo Marco Legal, porém no meio rural, refere-se à Concrab, que está relacionada aos assentamentos e ao Movimento dos Sem-Terra - MST. Foi criada com o objetivo de garantir a melhoria da produção agropecuária, e para isto foi iniciada uma avaliação da política de estímulo à Cooperação Agrícola. Para isto optou-se pela criação do Sistema Cooperativista dos Assentados¹⁴⁴ - SCA -, que corresponde ao Setor de Produção e Comercialização do MST (ARTICULAÇÃO..., acesso em: 20 mar. 2009).

Em âmbito nacional, ainda, foi criada a Concrab - em 1992 - para articular as demandas e as potencialidades regionais otimizando esforços e recursos visando do desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas. Já em âmbito estadual foram criadas as Cooperativas Centrais dos Assentados - CCA.

Reporta-se ainda, neste estudo, ao apoio da Cáritas, que desde a década de 80 do século XX, vem apoiando e assessorando no Sul do Brasil¹⁴⁵, aos empreendimentos coletivos. A Cáritas baseia o seu trabalho social em valores

¹⁴⁴ O SCA articula diversos tipos de organizações dos assentamentos, desde Grupos Coletivos, Associações, Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA – e Cooperativas de Prestação de Serviços – CPS.

¹⁴⁵ A Cáritas será abordada novamente na sequência do Capítulo, quando forem apresentadas as instituições da sociedade civil e governamentais que estão apoiando as experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul, desde a década de 80 do século XX.

respaldados na justiça social e na solidariedade, uma vez que os seus projetos comunitários objetivam uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores que estão à margem do mercado formal de trabalho (GAIGER, 2000). A Cáritas vem promovendo, nas últimas décadas, Projetos Alternativos Comunitários - PAC -, com intuito de enfrentar as desigualdades geradas pelo capitalismo. Os PACs envolvem vários setores de atividade, de modo que visem a atenuar a falta de oportunidades de empregos. O PAC é constituído por três tipos de projetos: a) projetos assistenciais (agem para atenuar o grau de miséria e propiciar condições básicas de sobrevivência dos sujeitos, tendo um caráter mais pontual e imediatista); b) projetos de promoção humana (almejam melhorar as condições de vida dos sujeitos, e geralmente se direcionam a atividades econômicas subsidiárias, não essenciais para a sobrevivência material dos trabalhadores, possuindo um aspecto político-social); e, por último, c) projetos alternativos (constituem iniciativas de geração de trabalho e renda, com dimensões de viabilidade econômica e continuidade, evidenciando a qualificação técnica e o planejamento de experiências populares) (GAIGER, 2000). Além dos PACs, a Cáritas possui o Fundo de Miniprojetos, dirigido a iniciativas com inserção social e comunitária, principalmente aos projetos vinculados à Igreja Católica.

Estas instituições da sociedade civil e governamentais - programas sociais e representações de organizações da classe trabalhadora -, além de Organizações Não Governamentais - ONGs -, vêm apoiando as experiências de Economia Popular Solidária no Brasil, com vistas a fortalecê-las, de maneira que as mesmas adentrem na agenda pública brasileira. No próximo subitem serão introduzidas as instituições da sociedade civil e governamentais que estão apoiando as experiências de Economia Popular Solidária, principalmente a partir da década de 80 do século XX no Rio Grande do Sul.

3.2.2.1 Instituições da Sociedade Civil e Governamentais Apoiadoras da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul as experiências de Economia Popular Solidária vêm recebendo apoio de instituições da sociedade civil e governamentais que objetivam estimular e fortalecer estes empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda.

A Cáritas-RS, o Fundo de Miniprojetos, o Ceape Ana Terra e o Portosol, constituem-se em espaços de grande incentivo a estas experiências coletivas, de modo que busquem as suas viabilidades no Estado¹⁴⁶ (GAIGER, 2000).

Novamente em relação à Cáritas-RS, ressalta-se que a mesma iniciou suas atividades de estímulo a estes empreendimentos coletivos na década de 80 do século XX, e atua em todas as regiões do Estado, exercendo seu apoio por meio de acesso a crédito, suporte técnico que objetiva assessorar estas experiências. Este trabalho é desenvolvido por meio dos Projetos Alternativos Comunitários - PACs -, que estão servindo de experiência para metodologias de incubação, bem como visam à transformação da realidade dos sujeitos que estão inseridos nas experiências de Economia Popular Solidária. O acesso a créditos é possibilitado por recursos advindos do Fundo de Miniprojetos, direcionados a iniciativas de inserção social e comunitária (GAIGER, 2000).

O Fundo de Miniprojetos é um programa gerenciado por ONGs desde 1992, que tem como intencionalidade fornecer subsídios financeiros a trabalhos comunitários, principalmente de cunhos religiosos. A criação do Fundo advém de diversas ONGs e agências internacionais de financiamento, além de movimentos sociais e religiosos nos três Estados sulistas brasileiros. Em 1992, iniciou sua atuação no Rio Grande do Sul, e em 1994, expandiu-a para toda a Região Sul, com a participação de ONGs de Santa Catarina e do Paraná. No Rio Grande do Sul, participa o Centro de Educação Popular - Camp -, localizado em Porto Alegre (GAIGER, 2000). O Camp constitui-se numa organização não governamental, criada em 1983, visando a assessorar movimentos sociais que se opunham ao governo federal - movimentos sindicais tidos como de esquerda no país.

O Fundo de Miniprojetos estimula grupos coletivos vinculados: a) à produção econômica - dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável e ecológico que é amplamente divulgada pela Economia Popular Solidária -; b) à educação popular; e, c) a ações em defesa dos direitos civis ou de minorias sociais (GAIGER, 2000). O Fundo de Miniprojetos é desenvolvido por meio de pequenos financiamentos - a fundo perdido -, para adquirir equipamentos, materiais de infraestrutura ou de consumo para o desenvolvimento das atividades.

¹⁴⁶ Estas instituições surgiram anteriormente à criação do Programa Federal de Economia Solidária.

O elemento central deste fundo consiste na solidariedade, que tinha de ser demonstrada pela troca estabelecida entre todos os sujeitos participantes dos grupos coletivos, ou seja, os trabalhadores deveriam oferecer à comunidade algum tipo de serviço - como costura, corte de cabelo, construção, jardinagem, entre outros -, ou em forma de renda - dinheiro (GAIGER, 2000). Esta realidade, porém, não foi concretizada, pois um dos fortes motivos condiz com o não acompanhamento dos grupos coletivos - fato que acentua a relevância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento que, em parceria com instituições sociais ou governamentais, buscam assessorar os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, de modo que os mesmos se tornem regulamentados e viáveis no mercado.

Já em relação ao Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos - Ceape Ana Terra -, fundado em 1987 no Rio Grande do Sul, afirma-se que consiste numa organização prestadora de serviços, privada e sem fins lucrativos. Para conceder o crédito, o Ceape Ana Terra utiliza um Fundo Rotativo e o Crédito Orientado - que articulam o financiamento com a capacitação dos produtores em nível de gestão e produção. O Ceape Ana Terra foi uma das instituições pioneiras em relação à concessão de microcrédito a pequenos empreendimentos coletivos no meio rural, tendo como intencionalidade combater a pobreza e apoiar a agricultura familiar.

Os critérios para que os empreendimentos coletivos possam participar do Ceape Ana Terra, vai ao encontro da: a) diminuição da evasão escolar; b) valorização da mulher na sociedade - objetivando a sua inserção socioeconômica -; e c) promoção de acesso aos direitos aos trabalhadores, de modo que os mesmos possam usufruir a cidadania (GAIGER, 2000). O Ceape Ana Terra torna-se relevante, apesar de sua pouca abrangência, pois ele introduz a questão do microcrédito na agenda pública, de modo que os trabalhadores possam acessá-lo desde que estejam dentro dos critérios selecionados, oferecendo um tipo de contrapartida que objetiva a inclusão socioeconômica destes sujeitos, relacionados com o desenvolvimento destes grupos.

Outra iniciativa de acesso a microcréditos no Rio Grande do Sul refere-se à Instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre Solidariedade - Portosol -, criada em 1996 (GAIGER, 2000). Seu público-alvo, porém, é um pouco diferenciado dos microcréditos anteriores, pois é formada por pequenos empresários dos municípios da região metropolitana do Rio Grande do Sul - feirantes, costureiras, taxistas, proprietários de restaurantes, sapateiros, entre outros - que de modo individual

desenvolvem o seu trabalho.

Salienta-se ainda que no Rio Grande do Sul, no meio rural, a Emater¹⁴⁷ junto com a Secretaria Estadual da Agricultura, vem desenvolvendo atividades de estímulo ao cooperativismo, associativismo e agricultura familiar, de forma que o seu trabalho é de grande importância para os empreendimentos coletivos no meio rural. Já no meio urbano existem algumas iniciativas vinculadas a prefeituras, que assessoram ou apoiam as experiências de Economia Popular Solidária.

Como exemplo desta realidade pode-se destacar a cidade de Porto Alegre, que, por meio da Secretaria de Produção, Indústria e Comércio - SMIC -, desenvolve ações de fomento a grupos de geração de trabalho e renda em que os sujeitos estão em situação de vulnerabilidade social, tendo como intencionalidade possibilitar com que os mesmos se organizem de forma coletiva e solidária (GAIGER, 2000). Além da cidade de Porto Alegre - capital do Estado -, destaca-se o município de Santa Maria¹⁴⁸ - considerado um pólo de Economia Popular Solidária -, pois, desde a década de 80 do século XX, tem proporcionado estudos, debates e feiras de Economia Popular Solidária, com abrangência em âmbito nacional.

O Rio Grande do Sul, portanto, constitui-se num dos principais *lôcus* no Brasil de fomento a pequenos empreendimentos coletivos, objetivando possibilitar a viabilidade destas experiências. Deve-se também salientar, ainda em relação ao Estado do Rio Grande do Sul, que durante o governo de Olívio Dutra, ocorreu a implementação de um Programa designado de Economia Popular e Solidária.¹⁴⁹ Este Programa era direcionado para o fomento e a criação de empresas interligadas em redes e direcionadas para a autogestão de empreendimentos populares (LEBOUTTE, 2003). O Programa foi integrado à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais - Sedai -, e contou com a parceria de outras organizações, entre elas a Anteag, com técnicos conveniados.

O governo Olívio Dutra instituiu o Programa de Economia Popular e Solidária, pois prospectava que havia “[...] um potencial implícito no processo da Economia

¹⁴⁷ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, órgão do poder público estadual.

¹⁴⁸ Em 2007 ocorreu em Santa Maria a III Feira de Economia Solidária do Mercosul que objetivava consolidar o aspecto pedagógico, autogestionário, democrático e participativo no processo de construção, debate e fortalecimento do movimento regional, nacional e mundial de Economia Solidária, com mais de 100 mil participantes. Em 2008, também foi realizada a IV Feira de Economia Solidária do Mercosul, 15ª Feicoop (Feira Estadual do Cooperativismo) e 15 anos da Feira de Economia Solidária em Santa Maria.

¹⁴⁹ A política relacionada à Economia Popular e Solidária já estava sendo implementada pela prefeitura de Porto Alegre, servindo de exemplo ao governo de Olívio Dutra (LEBOUTTE, 2003).

Popular Solidária em promover uma relação qualificada, econômica, financeira, mercantil e social com outros empreendimentos autogestionários” (LEBOUTTE, 2003, p. 55). Por autogestão compreende-se o empreendimento cuja gestão é exercida democraticamente pelos sujeitos e que se realiza no mercado. “A autogestão é a expressão máxima de uma gestão participativa, seja em nível socioetário, mais amplo, ou em nível restrito de uma gestão de uma organização” (PRATES, 2003, p. 119).

Com base neste Programa Estadual, foram estimuladas as feiras de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando integrar essas experiências populares e autogestionárias. Assim, na medida em que o governo municipal de Porto Alegre contribuiu ao governo estadual do Rio Grande do Sul, este último colaborou com o governo federal para a formulação de um programa social sobre a Economia Popular Solidária (LEBOUTTE, 2003).

Por último, salienta-se que a Economia Popular Solidária continua sendo reivindicada no Estado do Rio Grande do Sul, perante o governo. Em 2006 foi encaminhado pelo FGEPS, um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para instituir e promulgar uma política na esfera estadual de Fomento à Economia Popular Solidária.¹⁵⁰ No próximo subitem serão introduzidas as incubadoras universitárias e o processo de incubação, referenciando as suas principais contribuições às experiências de Economia Popular Solidária.

3.2.3 Incubadoras universitárias e o trabalho de incubação

No que se relaciona ao trabalho que é desenvolvido por intermédio das incubadoras universitárias vinculadas à Economia Popular Solidária, pode-se salientar que a mesma objetiva a conciliação entre o saber popular e o saber técnico-científico. Ou seja, a Incubadora visa a assessorar técnica, administrativa e politicamente, de forma integrada e contínua (EID, 2004), as experiências coletivas de geração de trabalho e renda denominadas de Economia Popular Solidária, bem

¹⁵⁰ Essa iniciativa foi encaminhada por meio da I Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em Porto Alegre entre os dias 2 e 3 de junho de 2007, devido ao fato de que em 2005 o deputado Elvino Bohn Gass (PT) apresentou à Assembleia Legislativa um projeto de Lei que fomentava a Economia Popular Solidária, que foi amplamente apoiado pela sociedade e instâncias e/ou instituições (movimentos). Naquele momento, entretanto, o governador daquele período vetou o referido projeto.

como os seus integrantes.

As universidades, por meio das incubadoras de Economia Popular Solidária, diferentemente das incubadoras tecnológicas - anteriormente existentes e direcionadas para a produção de tecnologias demandadas por uma parcela específica da população -, passam a desenvolver o trabalho de incubação tendo como perspectiva atender as demandas originadas pela questão social, e também os sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade social. Esta realidade está relacionada com uma nova proposição do Estado e das universidades, que por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinculado a Senaes, entre outras formas, buscam a atender esta demanda social.

Destaca-se ainda que as incubadoras podem estar vinculadas às universidades federais, comunitárias e privadas. Por meio das incubadoras de Economia Popular Solidária, objetiva-se incubar e/ou assessorar as experiências de geração de trabalho e renda, com vistas a fortalecê-las e potencializá-las de forma que adquiram viabilidades no mercado.¹⁵¹ Busca-se também, por meio do trabalho de incubação, a inserção socioeconômica de sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho, e contribuir, também, consequentemente, com o desenvolvimento sustentável local e regional. Salienta-se ainda que o processo de incubação e assessoria objetiva por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, formalizar e legalizar as experiências coletivas que estão constituídas por meio de grupos de trabalho, transformando-as em associações e/ou cooperativas.

Outro aspecto preponderante no que concerne às incubadoras universitárias de Economia Popular Solidária está relacionado com a conciliação entre a pesquisa, o ensino e a extensão por meio das incubadoras. Para a elaboração de sistematizações sobre a metodologia de incubação, no entanto, faz-se necessária a conciliação destes três elementos, considerando que um complementa o outro, principalmente para a produção de conhecimento científico.

¹⁵¹ As incubadoras integram uma das atividades e/ou ações previstas pela Senaes, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, sendo que para isto foi criado também o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – Proninc.

O envolvimento das universidades com a construção da Economia Solidária é particularmente importante pela capacidade de pesquisa e de elaboração teórica que possuem. Estudantes, professores e técnicos se engajam na formação e incubação de cooperativas populares, recém-formados criam suas próprias cooperativas, experiências autogestionárias (como cooperativas de crédito) no próprio campus; são espaços de aprendizado, mas também de observação e reflexão sobre esse modo de produção revivido e seu papel na sociedade contemporânea (CATTANI, 2003, p. 37).

As incubadoras universitárias constituem-se em espaços de produção de conhecimento, ou seja, de pesquisa, ensino e extensão, em que os pesquisadores e demais profissionais técnico-administrativos desenvolvem estudos sobre as comunidades e sujeitos incubados, sobre procedimentos e metodologias de incubação, bem como sobre a Economia Popular Solidária como um todo.

Além da produção de conhecimento, a incubadora tem como intencionalidade também apoiar e participar da realização dos Fóruns de Economia Popular Solidária em âmbito local e regional e dos Fóruns Estaduais e Nacional. Destaca-se que é muito importante a divulgação da Incubadora, dos Fóruns e da Economia Popular Solidária, seja por meio de apresentações de trabalhos, seja pela sistematização da metodologia utilizada para o processo de incubação, pelos boletins informativos e demais divulgações na mídia. Desta forma, os trabalhos de incubação adquirem visibilidade, de modo que podem pressionar os governos para que os apoiem no processo de incubação. Neste sentido, salienta-se a importância do apoio de agências de fomentos e/ou de órgãos públicos para este tipo de atividade, pois as incubadoras atuam comumente com os sujeitos que vivenciam as manifestações de desigualdade da questão social, e que geralmente estão em situação de vulnerabilidade social.

Menciona-se, ainda, que as primeiras atividades desenvolvidas que possuem como intencionalidade assessorar cooperativas e associações, foram desenvolvidas no início da década de 90 do século XX pelas seguintes experiências-piloto: montagem da cooperativa de Manguinhos, junto a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz -, seguida pelo trabalho desenvolvido na Baixada Fluminense, observando que, posteriormente, o mesmo foi estendido às favelas existentes no Rio de Janeiro.

Deve-se destacar, porém, que a primeira incubadora criada foi a da UFRJ¹⁵² em 1995, seguida pela da USP - esta última realizou diversos eventos dirigidos pelo secretário nacional Paul Singer. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ teve como finalidade constituir maneiras de inserir os setores econômicos marginalizados do sistema tradicional capitalista para o sistema formal da economia solidária (CONFERÊNCIA..., 2006). O seu público-alvo era os desempregados e os sujeitos que trabalhavam de modo individual e informal.

Tendo em vista que tanto as incubadoras universitárias, como também, as demais instituições de apoio, que em parceria com o Estado objetivam contribuir também, por meio de assessorias e processos de incubação, com a viabilidade dos empreendimentos de geração de trabalho e renda, buscou-se, então, introduzir esta demanda nesta estudo, com vistas a clarear os seus procedimentos.

Em relação ao trabalho desenvolvido no processo de incubação junto às experiências de Economia Popular Solidária pode-se referir que o mesmo consiste ainda num trabalho incipiente, bem como menciona-se que não existem formas pré-determinadas de realizá-lo. Ou seja, o trabalho que envolve as metodologias utilizáveis para a incubação, está ainda em fase de elaboração e construção, por se tratar de uma atividade inicial. É por meio da práxis social e do contínuo processo de reflexão crítica sobre o trabalho de assessoria que vem sendo desenvolvido pelas instituições sociais e governamentais e, principalmente, pelas incubadoras universitárias - que assessoram os empreendimentos coletivos -, que vão sendo criadas metodologias que abarcam esta demanda de incubação, que objetiva a viabilidade das cooperativas, associações, grupos informais, empresas autogestionárias, entre outros.

A incubação consiste numa assessoria desenvolvida às experiências de Economia Popular Solidária. A assessoria pode ser entendida como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse trabalho ou serviço.

Para a execução de uma assessoria, faz-se necessária clareza acerca de quais são os objetivos pretendidos pelos demandatários do empreendimento que a solicita.

¹⁵² Por meio de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida – Coep –, foi criada em 1995, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep e da Fundação Banco do Brasil – FBB –, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP. A missão deste projeto era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares e de difusão desta tecnologia social para outras universidades do país (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009).

Também é preciso conhecer a experiência coletiva, por meio de um diagnóstico - conhecimento da realidade -, a fim de tornar possível um processo de trabalho interventivo, que venha ao encontro da qualificação profissional de todos os envolvidos. Geralmente a assessoria é solicitada pelos trabalhadores das experiências coletivas, quando se percebe a necessidade de profissionais para amparar e/ou solidificar o empreendimento.

O público-alvo que envolve o processo de incubação advém de duas modalidades: a) trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal de trabalho; b) trabalhadores que perderam o seu emprego, devido ao processo de globalização da economia e reestruturação do capital (INCUBADORA..., 2006). O desenvolvimento do processo de incubação se dá com base nos conflitos presentes no processo produtivo e de gestão, que envolvem os trabalhadores dos empreendimentos coletivos.

O processo de incubação e/ou assessoria, está respaldado em três etapas: a pré-incubação, a incubação e a pós-incubação¹⁵³ (EID, 2004). A assessoria ou processo de incubação, porém, pode ser considerado também, como algo contínuo e processual. O processo de incubação/assessoria atende experiências coletivas em fase de formação e também empreendimentos já em período de desenvolvimento de suas atividades (INCUBADORA..., 2006, p. 5).

Pela etapa de pré-incubação pode-se relacionar com o momento em que grupos, associações, cooperativas, ou seja, experiências de Economia Popular Solidária, por meio de seus representantes, solicitam o processo de incubação - seja à incubadora ou por meio do Fórum e, posteriormente, encaminham à incubadora uma carta simples, porém formal. Num primeiro momento será realizada uma visita ao empreendimento coletivo, esclarecendo os integrantes acerca do significado da incubadora, bem como sobre a possível assessoria. Após o comprometimento e interesse da experiência coletiva, é desenvolvido um diagnóstico sobre o empreendimento - sua viabilidade econômica, sua forma de organização, caracterização dos processos de gestão, entre outros - e de seus integrantes (EID, 2004). Após a elaboração deste diagnóstico são encaminhadas propostas de assessoria/incubação ao empreendimento objetivando a sua sustentabilidade. O

¹⁵³ Visando esmiuçar o processo de incubação e também devido à escassez de produções acadêmicas que abordem com clareza o processo de incubação, utilizou-se a obra de Farid Eid (2004).

trabalho deve ser sempre desenvolvido de forma participativa, de modo que desde o princípio da incubação vise à viabilidade da experiência assessorada e de seus integrantes. Por meio de utilização de técnicas e instrumentos para a realização do diagnóstico, os assessores terão condições de fazer uma delimitação das necessidades e possibilidades da experiência que solicita a incubação, bem como deverão também trabalhar as expectativas dos trabalhadores destes empreendimentos em relação ao processo de incubação - por exemplo: o que esperam do processo, do assessor, o que almejam com o processo de incubação, entre outros (EID, 2004).

A incubação terá continuidade - após o aceite das experiências e da incubadora - por intermédio de um planejamento participativo, que determinará as ações a serem desenvolvidas, tanto pela incubadora como pelas experiências incubadas. Serão realizadas reuniões e demais formas de acompanhamento das experiências de Economia Popular Solidária. Mediante esse acompanhamento contínuo do empreendimento por assessores técnicos - assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, sociólogos, economistas, contadores, advogados, entre outros -, devem ser desenvolvidas oficinas e, por vezes, utilizadas dinâmicas de grupo, reuniões e encontros para a qualificação dos trabalhadores assessorados (EID, 2004). Nestas oficinas poderão ser trabalhados temas relacionados com as demandas - prioridades - existentes nas experiências.¹⁵⁴ Em seguida é desenvolvida a etapa da assessoria, que envolve a qualificação administrativa, contábil, ambiental e demais demandas advindas das experiências coletivas, objetivando a sua viabilidade (EID, 2004).

Cita-se como atividades que podem envolver esta etapa do processo de incubação, os seguintes elementos: a) formação de equipe da incubadora composta por docentes, técnico-administrativos e discentes, vinculados às diversas áreas de

¹⁵⁴ Entre as demandas podem ser destacados: fortalecimento dos empreendimentos e dos trabalhadores, enquanto coletivo, visando o exercício da cidadania destes sujeitos; a promoção da participação dos trabalhadores, objetivando a autogestão dos empreendimentos coletivos; oportunizar o processo de conscientização por meio de reflexões acerca da realidade social e econômica (por exemplo: jovens e maiores de 40 anos excluídos do mercado formal de trabalho – III Revolução Industrial, desemprego –, tudo com uma linguagem simples e de fácil compreensão); proporcionar reflexões e esclarecimentos acerca dos Princípios do Cooperativismo; dar visibilidade ao papel representativo da mulher nos empreendimentos coletivos; incentivar a qualificação profissional – estudo, cursos, palestras – e a participação dos associados em Fóruns e Feiras de representação da Economia Popular Solidária; promover a consciência popular e ecológica – significado do trabalho realizado pelos trabalhadores na sociedade e ao meio ambiente –, entre outros.

conhecimento; b) qualificação e aperfeiçoamento contínuo da equipe da incubadora - na medida em que se contata com a realidade a ser trabalhada, os profissionais adquirem uma compreensão mais elaborada sobre a mesma, de modo que possivelmente fiquem constantemente redefinindo o processo de assessoria por meio da incubação -; c) identificação das comunidades das experiências coletivas que desejam o processo de incubação; d) diagnóstico da realidade e análise da viabilidade econômica e social do grupo coletivo na comunidade local ou regional; e) transmissão dos princípios dos precursores do cooperativismo a partir de curso realizado sobre formação em cooperativismo e associativismo; f) desenvolvimento de proposta de atividade fim da cooperativa ou associação, visando suas viabilidades no mercado - estabelecimento de atividades econômicas identificadas como passíveis de serem desenvolvidas pelas cooperativas incubadas; g) regulamentação do empreendimento, por meio da formulação dos estatutos, fundo, e regimento interno da cooperativa e associação¹⁵⁵; h) qualificação e aprimoramento dos trabalhadores incubados de modo que os mesmos se tornem aptos para a atividade-fim da cooperativa ou associação, seja de produção, trabalho, serviços, entre outras; i) sistematização e organização do trabalho administrativo, contábil e jurídico das cooperativas e associações incubadas; j) acompanhamento e assistência técnico-administrativa aos trabalhos das cooperativas incubadas; e, por fim, l) término do processo de incubação (INCUBADORA..., 2006).

Por fim ocorre o período de pós-incubação, que consiste na realização de ações mais pontuais a partir das demandas e das necessidades das experiências coletivas. Nesta etapa a incubadora terá um papel de aconselhamento e de proposições de decisões estratégicas, ou seja, conforme a necessidade dos empreendimentos, com vistas a continuar dando um aporte à viabilidade destas experiências coletivas (EID, 2004). Também se deve realizar um novo diagnóstico das experiências incubadas, que poderá prospectar as ações futuras dos empreendimentos efetuados.

¹⁵⁵ “O estatuto da cooperativa é o documento fundamental que estabelece os direitos e deveres dos associados, as atribuições dos órgãos de Administração, bem como os mecanismos de funcionamento da cooperativa. Os fundos são forma de garantia da seguridade social para os associados e permitem o crescimento social e financeiro do grupo. Já o regimento interno da cooperativa é o documento que rege as relações entre os cooperadores e entre a cooperativa e o mercado, disposto ainda sobre as normas de conduta no trabalho e as sanções para o descumprimento das bases do acordo que originou a cooperativa” (INCUBADORA..., 2006, p. 72).

Salienta-se, também, que nas três etapas (EID, 2004) deverão ser efetivadas reuniões de monitoramento e avaliação, ou seja, de uma avaliação crítica do trabalho que será desenvolvido.¹⁵⁶ Este processo de monitoramento e avaliação deverá acontecer objetivando contribuir para a qualidade do processo de incubação, refletindo sobre quais são os limites do trabalho realizado e, também, sobre quais são as possibilidades e alternativas do mesmo.

Ocorre que o momento que envolve o término do processo de incubação, é caracterizado pelas incubadoras, de um modo geral, como um dos mais difíceis, devido à dependência que algumas cooperativas e associações estabelecem em relação às incubadoras - bem como às demais instituições governamentais ou da sociedade civil que realizam a assessoria - durante o processo de incubação. Esta realidade consiste num dos grandes desafios às incubadoras universitárias, ou seja, possibilitar que as experiências de Economia Popular Solidária tornem-se viáveis no mercado após o término do processo de incubação. Por isto, o processo de monitoramento e avaliação do trabalho de incubação deve ser constante e permanente durante e após a incubagem, pois é neste momento que se pode rever o trabalho que está sendo realizado ou foi desenvolvido.

Para a realização do processo de incubação foram criadas redes, em âmbito nacional, que potencializam este trabalho. A articulação das incubadoras está sendo realizada por redes de incubação; entre elas destacam-se a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCPs¹⁵⁷ - e a Unitrabalho - criada em 1997, e que hoje é designada de Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Deve-se ressaltar a forte influência dos universitários no desenvolvimento de ambas as redes, posto que as duas também possuem relação direta com as equipes que integram as incubadoras universitárias (CONFERÊNCIA..., 2006). As incubadoras, por sua vez, associam-se a uma destas redes para que seus integrantes possam se qualificar - por meio da participação de grupos de estudos e realização de eventos e encontros -, bem como visando a fortalecer esta demanda de modo que a Economia Popular Solidária possa cada vez mais adquirir visibilidade, e, conseqüentemente,

¹⁵⁶ Por monitoramento compreende-se o acompanhamento das atividades que estão sendo desenvolvidas – observando como estão sendo desempenhadas, se os recursos, ações e temporalidade previstos dão conta das metas propostas, entre outros –; já por avaliação pode-se compreender o momento em que se avalia o que está sendo e foi desenvolvido (MARINO, 2003).

¹⁵⁷ Em 1999 originou-se a rede universitária de ITCPs, contando com 16 incubadoras: UFRJ, USP, UFC, UFRN, UFRPe, UEB, UFJF, UFSJ, UFV, UFSCar, PUC-SP, Unicamp, UFPR, Furb (Blumenau), UCP (Pelotas) e Unisinos.

apoio governamental.

As redes possuem aspecto interdisciplinar e seu principal objetivo consiste na ação e produção de metodologias para dirigir os empreendimentos de geração de trabalho e renda, e incitar o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Brasil (CONFERÊNCIA..., 2006). A gestão democrática deve ser a base das redes, e ser efetuada por meio da comunhão de todos os seus membros nas tomadas de decisão, pelo direito à informação e incentivo à participação.

As redes buscam integrar nas universidades, por meio das incubadoras, o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que ambas as redes possuem como princípios: a) reafirmar os princípios da Aliança Cooperativista Internacional; b) conceber a universidade como uma instituição a ser respeitada como locus de produção e socialização de conhecimento, com autonomia crítica e produtiva; c) desenvolver e disseminar conhecimentos sobre Cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária; d) estimular a intercooperação promovendo a produção e socialização dos conhecimentos entre as incubadoras e destas com o meio universitário, outras redes afins e a sociedade; e) estimular a criação de Incubadoras Tecnológicas, promovendo, disseminando e orientando a aplicação de seus princípios e sua inserção nas redes; f) organizar-se autonomamente e se relacionar com outras redes que conjuguem princípios e objetivos convergentes; g) trabalhar na constituição, consolidação e integração das Cooperativas Populares, fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos fóruns e redes que estão integradas (CONFERÊNCIA..., 2006).

Para que existam experiências de Economia Popular Solidária deve haver, também, políticas e programas governamentais direcionados para esses empreendimentos coletivos. Seria interessante que os empreendimentos de Economia Popular Solidária tivessem, desde o princípio, o apoio e o patrocínio do poder público (SINGER, 1999).

A Lei nº 5.764/71 [...] ao se referir à Política Nacional de Cooperativismo, é impositiva no seu art. 2º [...] a ação do poder Público se exercerá, [...] mediante a prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas (NASCIMENTO, 2000, p. 52).

A longevidade e durabilidade desses empreendimentos coletivos dependem de apoio de vínculos externos - políticas e programas sociais, instituições de fomento, assessorias técnicas, informações mercadológicas, entre outros. À Economia Popular Solidária faz-se necessário assegurar a cada empreendimento, “um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc.” (SINGER, 1999, p. 132).

Com a intenção de promover as incubadoras universitárias - para além do apoio das redes de incubadoras -, as mesmas vêm contando, desde seu princípio, com o apoio e incentivo do Coep, da Finep, do Proninc, da FBB, de prefeituras, entre outros. Destaca-se que a Coep possui como objetivo agir no enfrentamento da fome e das desigualdades sociais existentes no país - tendo como seu precursor o sociólogo Herbert de Souza.

Destacam-se, porém, como apoiadores e financiadores das incubadoras universitárias, principalmente a Finep e o Proninc. A Finep é um meio pelo qual as incubadoras universitárias buscam apoio técnico e especializado, mas, principalmente, suporte financeiro.¹⁵⁸ A Finep consiste no maior órgão financeiro de amparo às incubadoras universitárias, considerando que, se não fosse por meio desse apoio, possivelmente as incubadoras universitárias, em sua maioria, teriam que cancelar as suas atividades de incubação.

Em relação ao Proninc, salienta-se que o mesmo foi criado em 1997, tendo como signatários, também, a Finep, o Banco do Brasil - BB -, a FBB e o Coep. Em 2003, com a criação da Senaes/MTE, o Proninc passou a ser coordenado por esta Secretaria.¹⁵⁹ Diante desta realidade, o Proninc passou a ser um programa vinculado ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por intermédio de uma das suas atividades e objetivos, a de fomentar a criação e manutenção de incubadoras de empreendimentos de geração de trabalho e renda no Brasil, que constituem a Economia Popular Solidária. Ou seja, o Proninc, apesar de ser um programa em âmbito nacional, foi criado para desenvolver uma das atividades e objetivos previstos pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, com o intuito de complementá-lo.

¹⁵⁸ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

¹⁵⁹ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

O Proninc é gerido por um Comitê Gestor composto pelas entidades apoiadoras e que fomentam as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (SISTEMA...,2009)¹⁶⁰, por meio de editais que são lançados de acordo com o planejamento desse trabalho.¹⁶¹ Entre as entidades apoiadoras destacam-se - além da Senaes/MTE: Ministério da Educação e Cultura - MEC -, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS -, Ministério da Saúde - MS -, BB, Finep, FBB e Coep.¹⁶² Refere-se, também, que participam do Proninc representantes das Redes de Incubadoras - já citadas -, e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária. Já o Comitê Gestor do Proninc é composto pelas seguintes entidades: Finep, Coep, FBB, BB, MTE, MDS, MS, Rede Unitrabalho, Rede de ITCPs e Forproext (SISTEMA..., 2009).

O objetivo do Proninc¹⁶³ (PROGRAMA..., 2009) consiste em apoiar a consolidação e ampliação das incubadoras universitárias, de modo a favorecer a criação e o acompanhamento de novas experiências coletivas, principalmente por meio do fortalecimento destes empreendimentos, em parceria com outros órgãos federais.¹⁶⁴ Para isto, são abertos editais e chamadas públicas por intermédio do Proninc, coordenados pela Senaes, em que as Incubadoras Universitárias elaboram e enviam projetos - geralmente relacionados com a extensão universitária -, para introduzir e manter as atividades de incubação. Os projetos aprovados, conforme critérios estabelecidos e divulgados nos referidos editais ou chamadas públicas, serão contemplados com recursos advindos principalmente da FINEP.

Tem-se como perspectiva neste estudo, que o governo federal - e os demais setores governamentais - em parceria com as instituições sociais e incubadoras universitárias, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento -

¹⁶⁰ Hoje são mais de 40 incubadoras apoiadas pelo governo federal em todo o território nacional (Disponível em: <<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/apresentacao.php>>. Acesso em: 4 mar. 2009).

¹⁶¹ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

¹⁶² *Ibid.*

¹⁶³ Na proposta do Plano Plurianual 2008-2011, "buscou-se ampliar o escopo do programa, delimitando suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado, com destaque para: a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado" (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 4 mar. 2009).

¹⁶⁴ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009).

vinculado à Senaes -, podem potencializar a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma contraditória e incipiente. Salienta-se esta possibilidade principalmente diante da realidade que envolve o mercado de trabalho, falta de postos de trabalho que absorvam estes trabalhadores desempregados.

A Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com o Proninc e suas instituições de apoio, foram criados para enfrentar as dificuldades que estão sobrepostas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, levando em conta que estes últimos estão relacionados com a inclusão de um segmento social historicamente excluído do mercado formal de trabalho. Esta exclusão é manifestada pela falta de atividades laborativas e postos de trabalho aos sujeitos, que lhes proporcionem a inserção no mercado formal. A Economia Popular Solidária, portanto, pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, a partir da década de 80 do século XX. Atualmente existem, no mundo¹⁶⁵, cerca de 800 milhões de trabalhadores inseridos em experiências cooperativistas e associativistas.

No próximo Capítulo será apresentada a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa de Doutorado, o Método Dialético-Crítico - com as categorias metodológicas e temáticas -, assim como as experiências coletivas e as instituições de apoio mapeadas pela pesquisadora e as analisadas, e o tipo de pesquisa efetivada, com os instrumentos e técnicas empregados para a coleta e sistematização das informações.

¹⁶⁵ Segundo a Associação das Cooperativas Internacional – ACI (dados de 2001).

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A teoria é o conjunto de conhecimentos científicos produzidos que o pesquisador utiliza para a realização da investigação do tema em estudo. A metodologia pode ser apreendida como o processo de coleta e análise dos dados e informações utilizados para a compreensão da realidade, complementando respectivamente o referencial teórico (MINAYO, 2007).

Este estudo tem como referência teórico-metodológica, o método dialético-crítico - método de interpretação da realidade -, e a Teoria Social Crítica, que é alicerçada no materialismo histórico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels. Assim, a leitura da realidade e a concepção sobre o homem e o mundo, por meio do método dialético-crítico, é realizada de uma forma que se compreenda o real, analisando e percebendo também a base material que o constitui e suas peculiaridades contraditórias.

O método científico é o meio pelo qual se pode exercitar o desvendamento e a compreensão dos fatos e da realidade social (KOSICK, 2002), ou seja, é a concepção de homem e de mundo que norteará a elaboração e análise das informações e dados da pesquisa. A dialética tem como características centrais a Historicidade, a Totalidade e a Contradição. A dialética fundamenta-se no movimento, no constante devir (vir a ser), na relação estabelecida entre a afirmação e a negação dos fenômenos e processos sociais, gerando a transformação da realidade (GADOTTI, 1992). Esta transformação advém da contradição (antítese) que desencadeia o movimento da realidade.

Neste Capítulo será exposto, além do Método Dialético-Crítico e as leis que o constituem, as categorias teórico-metodológicas eleitas - Historicidade, Totalidade e Contradição - utilizadas para a análise das informações e dados obtidos por meio dos procedimentos de coleta previstos ao estudo. Será apresentada também a instrumentalidade - instrumentos e técnicas (MARTINELLI; KOUMROUYAN, 1994) -, empregadas para a efetuação desta pesquisa.

4.1 MÉTODO DIALÉTICO-CRÍTICO

A Dialética investiga a realidade pela própria contradição do real (CURY, 2000). Ou seja, o método dialético objetiva desvelar a vinculação entre a unidade e a totalidade, observando, por meio da historicidade, o movimento que engendra as contradições existentes nos fenômenos e processos sociais. Essas contradições surgem de forças opostas, que negam e transformam a realidade. As pesquisas embasadas no método dialético-crítico analisam o caráter conflituoso, dinâmico e contraditório da realidade.

Neste sentido, a dialética pode ser vista de uma forma que se pense e se apreenda a realidade, como essencialmente contraditória e em permanente transformação, considerando que o movimento no real ocorre por meio da oposição dos contrários (KONDER, 1999). Entre a passagem de uma fase à outra, na concretização do devir (o vir a ser, que emerge do que está sendo transformado), ocorre a negação da etapa anterior. O constante devir na dialética é ocasionado pelas sucessivas transformações. É pelo conflito suscitado da própria contradição, que ocorre a transformação da realidade e/ou conjuntura social, política, econômica, ideológica e cultural.

Para a efetivação desta pesquisa - que tem como objeto central de análise a contribuição do Programa de Economia Solidária para a viabilização das experiências de geração de trabalho e renda -, o Método Dialético-Crítico foi utilizado juntamente com as categorias teórico-metodológicas que o integram, pela identificação e relação estabelecida entre o tema de estudo pesquisado e a leitura da realidade proporcionada pela apropriação deste método.

“Não há produção sem contradição, sem conflito, a começar pela relação do ser social (o ‘homem’) com a natureza através do trabalho” (LEFEBVRE, 1995, p. 19). Neste sentido, à medida que as relações de produção capitalistas geram excluídos sociais - desempregados -, devido ao fato de que não há emprego formal para toda força de trabalho disponível (III Revolução Industrial), e posto que os trabalhadores necessitam de uma fonte de geração de renda para a sua sobrevivência, emerge, no final do século XX, experiências denominadas de Economia Popular Solidária.

4.1.1 Leis da Dialética

O Método Dialético-Crítico fundamenta-se em três grandes leis que visam a compreender e analisar a realidade, e são “comuns tanto à história humana como à natureza” (KONDER, 1999, p. 58). As três leis da dialética são caracterizadas pelos seguintes princípios: lei da passagem da quantidade à qualidade, da interpenetração dos contrários e da negação da negação.

A primeira lei é intitulada de passagem da quantidade à qualidade, e faz menção à explicação do modo como as coisas, os fenômenos e os processos sociais transformam-se, ou seja, explana a maneira como ocorrem essas mudanças (TRIVIÑOS, 1987). Estas transformações não acontecem sempre de uma mesma forma ou numa mesma maneira, pois passam por períodos mais lentos (com menos transformações) e períodos mais acelerados (com rápidas e intensas transformações). As mudanças quantitativas e as qualitativas são imanentes às transformações e, estando relacionadas, pode-se mencionar que as mudanças quantitativas geram as qualitativas e vice-versa (GADOTTI, 1992). Tanto as mudanças qualitativas como as quantitativas estão ligadas entre si e inseridas na realidade.

A segunda lei, nomeada de interpenetração dos contrários, “garante a unidade e a continuidade da mudança incessante da natureza e nos fenômenos” (GADOTTI, 1983, p. 24). Imerso aos fenômenos, objetos e processos sociais, se estabelecem contradições internas, que são originárias de forças opostas que impulsionam a transformação da realidade. A luta entre os opostos, caracterizada pela contradição, constitui o permanente desenvolvimento do real. De acordo com este princípio, conforme o aspecto da realidade que é observado, prevalece um lado ou outro, ou seja, é observada uma ou outra unidade da totalidade, pois a realidade é contraditória. As contradições, porém, estão interligadas, significando a luta entre os contrários e/ou forças opostas.

A terceira lei é a que defende que a negação da negação é a geradora das transformações, que são originadas pela luta interna dos fenômenos - contradições - , que resultam numa superação do real (GADOTTI, 1992). Pela luta dos contrários, ocorre a passagem de um fenômeno a outro. Neste processo de transição, desenvolve-se a negação da negação, ou seja, a negação do que existia

anteriormente, objetivando sua transformação (TRIVIÑOS, 1987). Assim, pode-se dizer que existe uma tese, surge a negação dessa tese - designada de anti-tese -, que, por fim, resulta na síntese, significando a transformação e/ou superação da realidade. Este processo de negação e transformação é permanente, pois “cada síntese é por sua vez a tese de uma nova antítese reproduzindo indefinidamente o processo” (GADOTTI, 1983, p. 24). A negação é o processo que nega o que já havia sido negado anteriormente, posto que a segunda negação modifica novamente a transformação anterior. Salienta-se, ainda, que as transformações da realidade não necessariamente correspondem a melhorias propositivas.

Além das leis da Dialética explicativas da realidade, para a efetivação desta pesquisa foram utilizadas três categorias teórico-metodológicas de análise. No próximo subitem serão abordadas as categorias de Historicidade, Totalidade e Contradição, constituintes do Método Dialético-Crítico, empregadas para a análise e compreensão das informações e dados obtidos.

4.1.2 Categorias Teórico-Metodológicas

Compreende-se as categorias como “formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, da sociedade e do pensamento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 55). No Método Dialético-Crítico, é pelas categorias teórico-metodológicas que se pode entender a realidade, com o olhar do pesquisador mais direcionado ao seu tema de estudo, ou seja, observando cada dado e informação coletada, sob a luz da Historicidade, da Totalidade e da Contradição - as categorias eleitas à análise desta pesquisa.

A primeira categoria teórico-metodológica integrante do método dialético-crítico, aplicada neste estudo é a de Historicidade. Por ela, pode-se apreender o movimento e a transição dos sujeitos, dos fenômenos, dos objetos e dos processos sociais que constituem a realidade, sempre em forma de espiral. A Historicidade demonstra que o movimento e as transformações, na realidade, são processuais e contínuos. Este movimento advém da categoria de Contradição.

O historicismo pode ser resumido nas seguintes proposições: a) todos os fenômenos culturais, sociais ou políticos são históricos e podem ser compreendidos por meio de sua historicidade; b) existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam; c) não é somente o objeto da pesquisa que está imerso no fluxo da História, mas, também, o sujeito, o próprio pesquisador, com sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista, seu posicionamento, sua concepção de homem e de mundo (LÖWY, 1998).

Pode-se detectar como um fenômeno social o fato histórico que, na medida em que é examinado, por meio da observação de uma parte do todo, desempenha uma função dupla: de um lado define a si mesmo e, de outro, define a Totalidade. Na História, as partes sempre se interconectam, mas dialeticamente, ou seja, mediante o conflito, visando a transformação do real (KOSICK, 2002). A visão dialética da História é realista porque é fundada no conflito. Toda formação histórica é suficientemente conflituosa, por isso deve ser superada (DEMO, 1999).

Para o Método Dialético-Crítico, a realidade social pode ser compreendida na sua concreticidade quando se verifica a natureza e a realidade como uma unidade dialética e o homem como sujeito incluso num coletivo histórico-social. O sujeito é caracterizado como ser social e histórico, que é determinado por contextos econômicos, políticos, sociais, ideológicos e culturais anteriores a ele (KOSICK, 2002). Também é entendido, entretanto, como conceptor das transformações desses contextos, gerados anteriormente. Nesta perspectiva, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de homem, de mundo e de vida no seu conjunto, em sua Totalidade, em que o movimento de transformação se faz presente (GADOTTI, 1992).

Outra categoria teórico-metodológica preponderante que integra o Método Dialético-Crítico é a de Totalidade, que está inclusa na natureza e nos processos sociais. “A totalidade é uma categoria concreta. É própria da constituição do real. É a essência constitutiva do real; por isso, ontológica” (PONTES, 2002, p. 70). A Totalidade é composta, então, por todas as partes/unidades da realidade, dos fenômenos, objetos e processos sociais. Não existe um fenômeno social que não tenha um caráter de Totalidade, ou seja, que não implique relações com outros fenômenos (VASCONCELOS, 1995).

O princípio metodológico que constitui a investigação Dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que, a priori, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento ou uma etapa do todo. A compreensão Dialética da Totalidade exige o estabelecimento de relações entre as partes, unidades da realidade (CURY, 2000). Tendo-se o estabelecimento da relação entre o todo e as partes, apreende-se a totalidade. A Totalidade é considerada, então, não como a soma das partes, mas como um todo estruturado, dialético, no qual um fato ou parte do real pode ser compreendido.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSICK, 2002, p. 42).

A Totalidade justifica-se no momento em que o sujeito não busca apenas uma compreensão particular do real, mas almeja ser capaz de conectar dialeticamente processos particulares, singulares, com outros processos, para, enfim, transformá-lo numa síntese explicativa e cada vez mais totalizadora do real.

Percebe-se a Totalidade não como um todo já determinado e nem determinante das partes, pois isso não é algo simples. Não é simples porque não existe uma Totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações, fenômenos, objetos e de suas próprias Contradições (CURY, 2000). Cada parte possui o seu próprio movimento interno de transformação, advindo da contradição. As transformações das partes constituíram o todo, que também desenvolve o movimento processual de mudança.

Por último, explicita-se uma das categorias fundamentais à Dialética, caracterizada pela categoria teórico-metodológica da Contradição que possui como finalidade captar a interconexão entre as unidades, o movimento que engendra os contraditórios. Além desta categoria, interpretar a realidade, também está inserida no movimento do real, uma vez que se refere ao desenvolvimento dos processos sociais. “A categoria da Contradição é a base de uma metodologia dialética [...] reflete o movimento mais originário do real [...] A racionalidade do real se acha no movimento contraditório dos fenômenos pelos quais esses são provisórios e

superáveis” (CURY, 2000, p. 27). A Contradição sempre expressa uma relação de conflito no devir do real. É destruidora, mas também criadora, pois determina a transposição do conflito.

“Termos contrários são especificamente dialéticos, porque constituem os componentes essenciais das totalidades históricas. Desenvolvimento é o contrário de subdesenvolvimento” (DEMO, 1995, p. 98) e um depende do outro para sua existência e superação. A Contradição pode ser percebida, assim, sob uma forma mais abrangente do que a negação ou a manifestação do real; ela está contida na conexão entre a Totalidade e a particularidade do real, pelo movimento que gera a superação dialética (LEFEBVRE, 1995). Como exemplo disso, pode-se mencionar o modo de produção capitalista em relação ao modo de produção socialista; a superação existiria no momento em que a divisão social do trabalho e as classes sociais fossem eliminadas.

A Contradição está contida na realidade e o Método Dialético-Crítico demonstra como as contradições podem ser observadas concretamente. Imerso às Contradições, existe seu caráter conflituoso, porém esse conflito diz respeito à existência da unidade de contrários (LEFEBVRE, 1995). Nesse sentido, pode-se pensar que o conflito é originário da própria realidade social. Com a intencionalidade de ilustrar o movimento dialético e suas sucessivas transformações por meio das categorias de Totalidade, Historicidade e Contradição, elaborou-se a seguinte Figura.

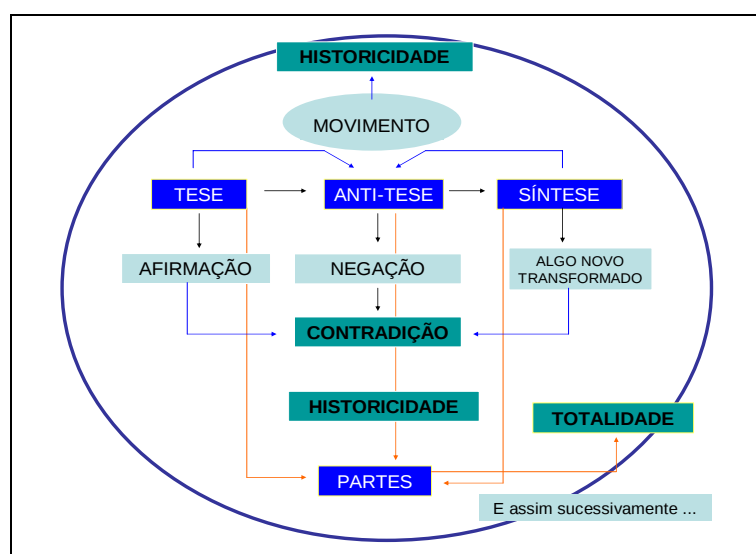


Figura 3 - Processo Dialético

Fonte: Figura sistematizada pela pesquisadora

Em suma, a antítese caracteriza a categoria de contradição, pois impulsiona o movimento da realidade suscitando a transformação. Este movimento de transformação que envolve cada uma das partes - tese, antítese e síntese -, caracteriza a categoria de Historicidade. Já o processo dialético que envolve as partes, a contradição, a historicidade, resultando na transformação e na formulação de uma nova tese, constitui a Totalidade dos fenômenos, sujeitos e processos sociais. Menciona-se, ainda, que na medida em que os sujeitos - entre eles os pesquisadores e/ou os assistentes sociais -, forem contatando com a realidade, a apreensão da mesma vai sendo modificada, possibilitando uma nova compreensão do real e assim sucessivamente.

Tendo como embasamento esta compreensão metodológica, percebe-se a Economia Popular Solidária e seu respectivo Programa Social - parceria estabelecida entre o governo federal e a sociedade civil (instituições sociais), bem como os outros setores governamentais e as incubadoras universitárias -, como uma das formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social, bem como compreendida também como uma das estratégias do capital, apoiada pelo Estado, para a reprodução e manutenção do sistema, atenuando assim os conflitos de classe.

Partindo deste pressuposto, elaborou-se a seguinte tese: O Estado, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado à Senaes, juntamente com as incubadoras universitárias e instituições governamentais e da sociedade civil, desde que em parceria com o governo federal, pode potencializar e viabilizar as experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma incipiente, principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho. Salienta-se esta realidade sem desconsiderar a categoria de Contradição que permeia estes empreendimentos coletivos e seu respectivo Programa Social.

Apesar desta realidade conflituosa, tem-se como perspectiva que o Governo Federal juntamente com as instituições de apoio, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento podem e devem potencializar a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul - por intermédio dos objetivos e ações que estão previstos pelo programa -, mesmo que ainda de forma contraditória e incipiente. Pois este Programa contribui para a geração de renda dos trabalhadores e suas respectivas famílias no Estado, tirando-os da condição de extrema exclusão e vulnerabilidade social. Assim por meio desta pesquisa não se compreende a Economia Popular Solidária, nem com excesso de

otimismo, e, nem com excesso de pessimismo, pois a pesquisadora opta pelo realismo analítico, respaldado no método dialético-crítico.

4.2 TIPO DE PESQUISA

O processo de pesquisa exige aproximações sucessivas entre a revisão teórica realizada e os sujeitos e instituições vinculadas à Senaes que foram observados (KOSICK, 2002). Essas aproximações sucessivas materializaram-se por meio da relação estabelecida entre as pesquisas bibliográficas e literárias e a pesquisa de campo - contato entre a pesquisadora e os sujeitos que constituem as instituições e empreendimentos coletivos -, com o objetivo de coletar o material e aportar contribuições ao Programa de Economia Solidária e às experiências coletivas.

A coleta e análise da pesquisa foram realizadas sob enfoque qualitativo, embasado no método dialético-crítico, referido anteriormente. “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em adequações, medidas e estatísticas” (MINAYO, 2007, p. 22). Nesse sentido, pode-se destacar que a abordagem qualitativa busca desvelar os significados dos fenômenos e processos sociais vivenciados pelos sujeitos. Assim, este estudo visa a compreender o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Senaes, por meio das instituições vinculadas ou apoiadas pelo Programa de Economia Solidária - e a realidade dos sujeitos e de seus respectivos empreendimentos coletivos.

O método dialético-crítico visa a “relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, no processo do conhecimento” (CHIZZOTTI, 2005, p. 80). Esta pesquisa tem como finalidade desvendar a Historicidade, a Totalidade e as Contradições existentes entre os sujeitos e seus empreendimentos, e os processos de trabalho realizados por esses trabalhadores, entre o trabalho de assessoria desenvolvido pelas instituições e a contribuição do Programa de Economia Solidária. As análises documentais do questionário destinado às instituições que desenvolvem ou desenvolveram atividades por meio do Programa de Economia Solidária e demais documentos, assim como das entrevistas com os trabalhadores, foram realizadas mediante a pesquisa qualitativa.

A abordagem quantitativa que complementa a qualitativa é caracterizada pela objetividade e pelos dados estatísticos, servindo de sistematização e fundamentação ao

conhecimento produzido pela abordagem qualitativa. Os dados quantitativos e qualitativos se complementam (MINAYO, 2007).

4.3 PROCESSO DE PESQUISA

Este estudo tem como tema central a análise da “contribuição do Programa de Economia Solidária - por meio de instituições vinculadas à Senaes -, às experiências coletivas de Geração de Trabalho e Renda, entre o período de 2003 e 2009, no que se refere ao processo de viabilidade destes empreendimentos coletivos”, tendo como delimitação geográfica o Rio Grande do Sul.

Foi delimitada para esta pesquisa o Estado do Rio Grande do Sul, devido ao fato de que a delimitação geográfica proposta pela doutoranda, num primeiro momento, seria a Região da Fronteira Oeste e das Missões do referido Estado. Após o início do processo de coleta das informações naquelas regiões durante o primeiro semestre de 2008, constatou-se que estas áreas geográficas não seriam suficientes para a compreensão do problema e objeto de estudo, devido à incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Estado e no Brasil.¹⁶⁶ Com base nesta averiguação, ampliou-se a delimitação espacial da pesquisa para o Rio Grande do Sul - fato que acentua a relevância deste trabalho.

Foram abordadas nos dois primeiros Capítulos, assim como no Capítulo final de análise, quatro categorias teórico-temáticas elencadas à pesquisa: Geração de Trabalho e Renda, Instituições de Apoio, Viabilidade e Programa de Economia Solidária. Conforme observado nos primeiros Capítulos, os empreendimentos de Economia Popular Solidária emergem como uma das possibilidades de geração de trabalho e renda oferecidas aos sujeitos, diante das manifestações de desigualdade da questão social. Essas expressões da questão social são oriundas dos conflitos sociais e econômicos gerados pelos próprios mecanismos de manutenção da mais-valia pelo

¹⁶⁶ A pesquisadora fez em 2008 um levantamento de informações referentes a implantação do Programa de Economia Solidária nos municípios da região da Fronteira Oeste e das Missões do Rio Grande do Sul, para, num segundo momento, definir que o lócus da pesquisa deveria ser o Estado do Rio Grande do Sul. Municípios da Região da Fronteira Oeste pesquisados: São Borja, Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Santa Margarida do Sul, São Gabriel e Uruguai. Municípios da Região das Missões pesquisados: São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, São Miguel das Missões, Cerro Largo, Caibaté, Entre-Ijuís, Garruchos, Giruá, Porto Xavier e São Paulo das Missões.

capital - contraditórios e excludentes vistos sob a perspectiva social.

Apesar desta realidade contraditória e conflituosa, porém, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento torna-se relevante, pois ele tem como intencionalidade contribuir para a viabilidade destes empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda no mercado. Este trabalho que objetiva a potencialização da viabilidade das experiências coletivas, é desenvolvido por meio de uma parceria existente entre o governo federal - e demais setores governamentais -, instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias.

Esta parceria entre o governo federal, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por intermédio da Senaes, e as instituições parceiras, ocorre através de recursos financeiros, divulgação, apoio técnico e cursos de formação disponibilizados pelo governo federal, liberados mediante aprovação de projetos sociais. Já em relação às instituições sociais parceiras do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, desenvolvem as suas atividades por meio de suas participações e controle social, bem como pela operacionalização do Programa - juntamente com outros setores governamentais e incubadoras universitárias - no decurso de processos de assessoria e incubação.

Este Programa Social, portanto, possui relevância na medida em que estas experiências geram renda aos trabalhadores e suas respectivas famílias, tirando-os da condição de extrema exclusão e vulnerabilidade social. Salienta-se, ainda, que o trabalho desenvolvido pelos sujeitos nestes empreendimentos, em algumas experiências, possivelmente também contribui para a transformação destes trabalhadores, quando o processo de trabalho nestes empreendimentos é desenvolvido respaldado nos Princípios do Cooperativismo.

Com base na concepção de homem e de mundo respaldada no método dialético-crítico, e buscando esmiuçar a sistematização dos procedimentos metodológicos utilizados no estudo, foi elaborada a seguinte Figura ilustrativa:

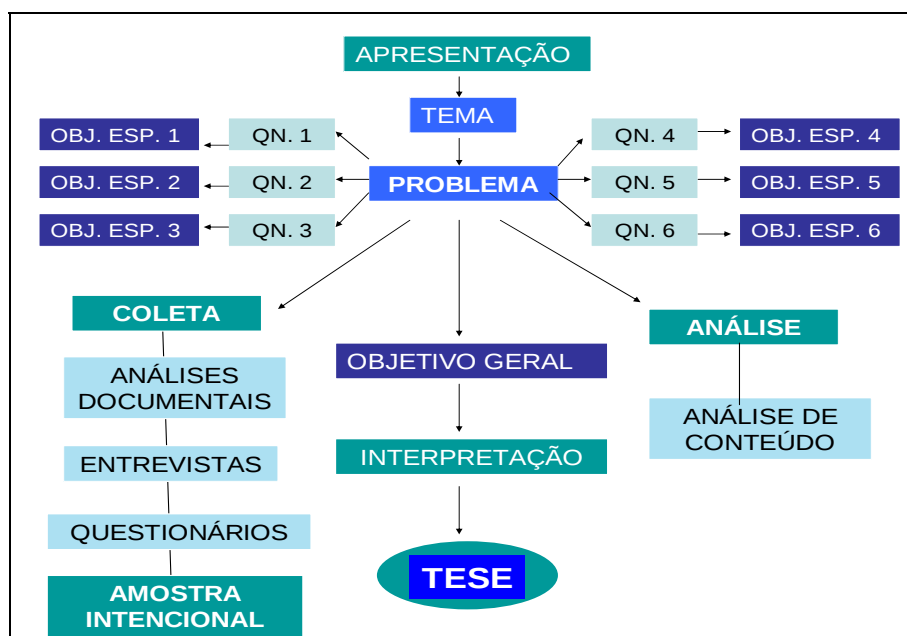


Figura 4 - Metodologia de Pesquisa

Fonte: Figura sistematizada pela pesquisadora

Respaldo na sistematização apresentada na Figura, foram elaborados questionamentos que nortearam o estudo, estabelecendo-se para esta pesquisa o seguinte problema: **como o Programa de Economia Solidária - por meio das instituições vinculadas ao referido programa por intermédio da Senaes -, vem contribuindo para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul?**

Este problema de pesquisa é complementado pelos seguintes questionamentos e indagações, que constituem as questões norteadoras: Quais são as instituições que vêm assessorando as experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, que estão sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as características socioeconômicas dos sujeitos que integram às experiências de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Quais são as características socioeconômicas das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por

meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes? Como as instituições que vêm assessorando as experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul - por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes -, estão desenvolvendo os seus processos de incubação/assessoria? Como vem sendo implantado o Programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul?

Com a referida problematização, seguida pelas questões norteadoras, foram estabelecidos alguns objetivos da pesquisa, sendo eles: Objetivo Geral: Analisar como o Programa de Economia Solidária - por meio das instituições vinculadas ao Programa por intermédio da Senaes -, vem contribuindo para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, com vistas a colaborar com o aprimoramento e com a efetividade deste Programa no Estado e no Brasil. Objetivos Específicos: verificar quais são as instituições que vêm assessorando as experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul, por meio do Programa de Economia Solidária - por intermédio da SENAES -, com vistas a mapeá-las no referido Estado; averiguar quais são as experiências coletivas de geração de trabalho e renda existentes no Rio Grande do Sul, que estão sendo assessoradas por meio de instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, com vistas a mapeá-las no referido Estado; identificar quais são as características socioeconômicas dos sujeitos que integram as experiências de geração de trabalho e renda existentes no Rio Grande do Sul e, que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, para desvelar as condições de vida destes trabalhadores; investigar quais são as características socioeconômicas das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, existentes no Rio Grande do Sul, e que estão sendo assessoradas por meio das instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária - por intermédio da Senaes -, para verificar a viabilidade destes empreendimentos coletivos; desvelar como as instituições que vem assessorando as experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul - por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes -, estão desenvolvendo os seus processos de incubação/assessoria, com vistas a dar visibilidade a estas metodologias de incubação; investigar como vem sendo implantado o Programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul, com vistas a contribuir com o aprimoramento da implantação deste Programa no Estado.

4.3.1 Pressupostos éticos da pesquisa e coleta das informações

Esta pesquisa foi desenvolvida com base nos pressupostos éticos necessários para a qualidade da coleta e posterior análise das informações e dados. Faz-se necessário a postura ética na produção de conhecimento científico, de modo que os sujeitos que foram entrevistados tenham reservados os seus direitos, como o sigilo, a preservação da identidade, o direito de não querer participar do estudo, a obtenção do retorno da produção após a sua finalização, entre outros. Para isto, anteriormente às realizações das entrevistas com os trabalhadores das experiências de Economia Popular Solidária, e também à aplicação dos questionários aos profissionais vinculados às Instituições que estão assessorando estes empreendimentos coletivos, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), juntamente com as informações que foram transmitidas.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi utilizado para esclarecer os sujeitos sobre a finalidade do estudo, bem como sobre o sigilo profissional. O mesmo também reforça a importância da participação e colaboração dos trabalhadores nas entrevistas, e da devolução dos questionários respondidos pelas instituições, objetivando suas autorizações para a realização da pesquisa. Para que este estudo fosse concretizado, foi encaminhado, num primeiro momento, à Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, o projeto de pesquisa, e, posteriormente, após a aprovação no Programa, o mesmo foi encaminhado ao Comitê de Ética da PUCRS.

Como a coleta de campo envolveu sujeitos entrevistados e instituições que responderam um questionário, fez-se necessário, para que a pesquisa fosse desenvolvida com base nos pressupostos e orientações éticas, os encaminhamentos para a sua viabilização, sempre preservando os sujeitos participantes do estudo.

A coleta das informações e dados ocorreu entre janeiro de 2008 e março de 2009. Primeiramente, porém, anteriormente ao processo de entrevistas e encaminhamento dos questionários às instituições, foi desenvolvido um resgate de materiais já produzidos e/ou pesquisados sobre o tema, como livros, artigos, Dissertações, Teses, documentos, programas e políticas sociais, informações *on line*

via Internet, entre outros. Salienta-se que durante a efetivação da revisão literária foi feita a releitura de materiais já pesquisados anteriormente pela doutoranda durante o Mestrado - só que acrescidos pelas novas experiências profissionais vivenciadas ao longo do processo de doutoramento -, bem como leitura de novas produções e materiais existentes sobre a Economia Popular Solidária e seu respectivo Programa Social no Brasil publicado recentemente. Assim, com enfoque qualitativo, foi realizado um aprimoramento da revisão bibliográfica ou literária do tema, visando compreendê-lo na sua historicidade, totalidade e contradições existentes.

Num segundo momento da pesquisa foi estabelecido um contato telefônico e *via e-mails* com a Senaes para adquirir materiais relativos ao Programa de Economia Solidária¹⁶⁷; bem como para fornecimento de informações referentes as instituições que possuem ou já tiveram algum vínculo estabelecido com a Senaes por meio do Programa de Economia Solidária, entre o período de 2003 e 2009 no Estado do Rio Grande do Sul. Conforme referido anteriormente, este vínculo vem ocorrendo por meio de recursos financeiros, divulgação, apoio técnico e cursos de formação disponibilizados pelo governo federal.

O terceiro momento da pesquisa envolveu a análise documental de documentos que envolvem o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, objetivando averiguar qual é o procedimento previsto por este Programa para contribuir para a viabilidade das experiências coletivas, mediante um roteiro pré-elaborado (Apêndice B). Já num quarto momento, foi desenvolvido a análise documental do Mapeamento de Economia Popular Solidária, realizado entre 2005 e 2007 pela Senaes, que caracterizou as experiências coletivas e seus integrantes no Brasil e no Rio Grande do Sul. Este levantamento teve como guia norteador, para a coleta das informações, um segundo roteiro pré-elaborado para a realização da análise documental (Apêndice C). Esta análise teve como intencionalidade caracterizar a demanda que justifica a criação e implantação do mencionado programa social.

Na sequência do trabalho de campo, após as etapas preliminares da pesquisa, foi encaminhado por *e-mail* aos profissionais vinculados as 20 instituições existentes no Rio Grande do Sul - que possuem na atualidade ou já tiveram algum

¹⁶⁷ Durante o trabalho de campo, também se estabeleceu um contato *via-email* com o Secretário Nacional da Economia Solidária, que apoiou a pesquisa e forneceu algumas informações sobre o Programa de Economia Solidária.

vínculo estabelecido com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes¹⁶⁸ -, um questionário estruturado com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha (Apêndice D). Por meio deste questionário objetivou-se desvelar o trabalho de assessoria e/ou incubação que vem sendo realizado por estas instituições aos empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda no RS, por intermédio do apoio da Senaes, pretendendo-se contribuir para a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária no Estado e no mercado. Menciona-se ainda que foi encaminhado, juntamente com o questionário, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), que posteriormente foi reenviado à doutoranda. Salienta-se que a quantidade reduzida de instituições que tiveram ou possuem convênio com a Senaes no Rio Grande do Sul, bem como no Brasil - segundo informações obtidas pela Senaes -, deve-se à incipiência deste Programa Social, fato este que acentua a relevância deste estudo, pois o mesmo objetiva dar visibilidade a esta realidade, com vistas a aprimorá-lo.

A amostra utilizada para a coleta das informações realizada com as instituições é Intencional. “O tipo mais comum de amostra não probabilística é denominada de intencional. Nesta o pesquisador está interessado na opinião [...] de determinados elementos da população” (GIL, 1999, p. 52). Utilizou-se este tipo de amostragem, pois se buscou tentar contemplar a totalidade das instituições existentes que possuem ou já tiveram algum vínculo com a Senaes no Rio Grande do Sul, porém foram pesquisadas as instituições que se colocaram à disposição para participar da pesquisa. Assim, este estudo abrangeu enquanto delimitação espacial, 11 municípios do Rio Grande do Sul, sendo eles: Ijuí, Cruz Alta, Santa Maria, Porto Alegre, Santana do Livramento, São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Passo Fundo e São Leopoldo - nos dois últimos municípios citados foi realizada somente a análise de instituições pesquisadas.

Constituem as instituições que já tiveram algum vínculo com o Programa de Economia Solidária desde 2003 pela Senaes, mas no momento não possuem convênio: Centro de Educação Popular - Camp - Porto Alegre; Associação Casa da Economia Popular Solidária do Rio Grande do Sul - Aceps - Porto Alegre; Centro de Apoio à Economia Popular Solidária - Caeps - Passo Fundo; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico-

¹⁶⁸ Levantamento obtido por intermédio da Senaes.

Eletrônico da Grande Porto Alegre - STIMMEPA - Porto Alegre; Escola de Trabalhadores 8 de Março - Novo Hamburgo; Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo; Centro Público de Economia Solidária de Caxias do Sul¹⁶⁹ - Caxias do Sul; Centro Público de Economia Solidária de Gravataí¹⁷⁰ - Gravataí; Superintendência Regional do Emprego e Trabalho - SRTE/RS (vinculada ao MTE) - Porto Alegre; e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas - Intcoop/UCPel - Pelotas.

Para além destas 10 instituições referidas sem convênio na atualidade, existem 10 instituições que possuem convênio com o Programa de Economia Solidária pela Senaes entre 2008 e 2009, sendo elas: Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável - Unijuí - Ijuí; Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta (Feira de Economia Solidária) - Cruz Alta; Projeto Brasil Local - Porto Alegre e Santana do Livramento¹⁷¹; Centro Público de Economia Solidária de São Lourenço do Sul - São Lourenço do Sul; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - Intcoop/FURG - Rio Grande; Guayí: democracia, participação e solidariedade (OSCIP) - Porto Alegre; Projeto Esperança/Cooesperança (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos) - Santa Maria; Centro Público Economia Solidária de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar; Associação do Trabalho e Economia Solidária - Ates (ONG) - Pelotas; e Incubadora da Unisinos.

Destas 20 instituições apresentadas que possuem na atualidade algum tipo de vínculo com o Programa de Economia Solidária pela Senaes, ou que já possuíram desde 2003, destaca-se que das 10 instituições que possuem convênio na atualidade apenas 3 responderam e retornaram os questionários enviados¹⁷², sendo elas: Centro

¹⁶⁹ O projeto do centro público foi aprovado em 2008 pela Senaes, mas estão esperando a liberação dos recursos.

¹⁷⁰ O centro público foi uma iniciativa da prefeitura, com o apoio da Senaes, entretanto, atualmente, não possui convênio com a Senaes por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

¹⁷¹ O Projeto Brasil Local corresponde à atividade de Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário que está prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. O Projeto Brasil Local já apoiou 687 empreendimentos, situados em 199 municípios, com a participação de 42 mil trabalhadores. Dentre as cidades do RS que possuem agentes de desenvolvimento local do Projeto, estão: Alegrete, Santo Antônio da Patrulha, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, Santa Maria, Pelotas, Ijuí (Disponível em: <<http://www.brasillocal.org.br/search/label/Rio%20Grande%20do%20Sul>>. Acesso em: 5 mar. 2009). Foi realizada, porém, a pesquisa em Porto Alegre e Santana do Livramento devido à delimitação geográfica e à possibilidade de acesso para a realização da pesquisa.

¹⁷² Enviado juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Público de Economia Solidária de Cruz Alta (Feira de Economia Solidária) - Cruz Alta; Guayí: democracia, participação e solidariedade (OSCIP) - Porto Alegre; e Projeto Esperança/Cooesperança¹⁷³ (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos) - Santa Maria. As demais instituições disponibilizaram material para a realização da análise documental, ou alegaram que não possuíam disponibilidade de tempo para participar da pesquisa no momento.

Já em relação às 10 instituições apresentadas que não possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária pela Senaes desde 2008, apenas 4 instituições responderam e retornaram os questionários enviados. São elas: Superintendência Regional do Emprego e Trabalho - SRTE/RS (vinculada ao MTE) - Porto Alegre; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas - Intecoop/UCPel - Pelotas; Centro de Apoio à Economia Solidária - Caeps; e, Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo. Neste caso também as demais instituições sem convênio alegaram que não possuíam disponibilidade de tempo para participar da pesquisa.

Paralelamente à etapa de envio de questionários às instituições, buscou-se também realizar a análise documental com as instituições que em 2008 e 2009 possuíam vínculo com a Senaes (Apêndice E). Optou-se por analisar os documentos das instituições que possuem convênio na atualidade pelo fato delas constituírem a metade da quantidade de instituições conveniadas, e também por possuírem materiais e documentos atualizados sobre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Buscou-se desvelar a vinculação destas instituições com o referido Programa ou com a Senaes e sobre as metodologias de incubação utilizadas durante os processos de assessoria. Constituem estes documentos: projetos, relatórios, atas, ofícios, *sites*, material *on line*, entre outros. Salienta-se que se tentou abranger pela pesquisa para esta análise documental, todas as instituições existentes que atualmente possuem convênio com a Senaes.

Das 10 instituições referidas anteriormente que possuem convênio na atualidade com o Programa de Economia Solidária pela Senaes, somente 3 não disponibilizaram materiais para a realização da análise documental. As mesmas, porém, disponibilizaram

¹⁷³ O Projeto Esperança/Cooesperança está vinculada a Cáritas de Santa Maria/RS – portanto, à Igreja Católica. O trabalho das instituições religiosas em relação às demandas da questão social, não será aprofundada nesta pesquisa por não se constituir na centralidade da mesma. Somente se referencia que a Cáritas possui no Rio Grande do Sul um importante papel de estímulo e potencialização das experiências coletivas de geração de trabalho e renda.

as informações necessárias para que fossem entrevistados sujeitos inseridos em experiências coletivas que são assessoradas por estas instituições e que foram pesquisadas neste estudo.

Constituem as instituições que não disponibilizaram materiais para a análise documental: Centro Público de Economia Solidária de São Lourenço do Sul - São Lourenço do Sul; Centro Público de Economia Solidária de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar; e Incubadora da Unisinos. As três instituições também não reenviaram o questionário respondido, de forma que não participaram de ambas as formas de coleta para a pesquisa. Estas instituições alegaram que não teriam disponibilidade de tempo para fornecer os materiais necessários para a análise. As demais 7 instituições com convênio, disponibilizaram o material para a realização da análise documental.

Com base nestas informações, destaca-se que das 20 instituições que possuem ou possuíram algum vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio da Senaes¹⁷⁴, 11 instituições participaram da pesquisa, constituindo uma amostra de 55% das instituições. Foram realizadas análises documentais, com 7 instituições que possuem convênio na atualidade (totalizando 70% das instituições com convênio, das 10 instituições do total que possuem convênio entre 2008 e 2009).

Já em relação aos questionários enviados para as 20 instituições com ou sem convênio na atualidade com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, 7 retornaram os questionários, totalizando 35% das instituições. Quanto às instituições que possuem convênio na atualidade (10), apenas 3 retornaram os questionários respondidos, totalizando 30%; informa-se que 4 instituições que não possuem convênio na atualidade também retornaram os questionários respondidos - de um total de 10 instituições, constituindo 40% destas sem convênio. Visando a demonstrar estas informações relacionadas às instituições que integraram a pesquisa, foi elaborada o seguinte Quadro.

¹⁷⁴ Para além destas 20 instituições apresentadas, existem 4 incubadoras que tiveram seus projetos de implantação de incubadoras aprovados pela Senaes-Finep-Proninc, e estão aguardando o convênio e a liberação dos recursos para 2009 e 2010, sendo elas: a Incubadora da Unipampa – Campus São Borja; a Incubadora da URI – Santo Ângelo; a Incubadora da Unilassalle – Canoas; e a Incubadora da UFRGS – Porto Alegre.

INSTITUIÇÕES COM CONVÊNIO	ANALISE DOCUMENTAL E RETORNO DOS QUESTIONÁRIOS
Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável - Unijuí - Ijuí	Não retornou o questionário Realizada a análise documental
Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta - Cruz Alta	Retornou o questionário Realizada a análise documental
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Intecoop/FURG - Rio Grande	Não retornou o questionário Realizada a análise documental
Associação do Trabalho e Economia Solidária - Ates - Pelotas	Não retornou o questionário Realizada a análise documental
Projeto Esperança/Cooesperança - Santa Maria	Retornou o questionário Realizada a análise documental
Guayí: democracia, participação e solidariedade - Porto Alegre	Retornou o questionário Realizada a análise documental
Projeto Brasil Local - nacional (Porto Alegre e Santana do Livramento)	Não retornou o questionário Realizada a análise documental
INSTITUIÇÕES SEM CONVÊNIO	RETORNO DE QUESTIONÁRIOS
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas - Intecoop/UCPel	Retornou o questionário
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/RS	Retornou o questionário
Centro de Apoio a Economia Popular Solidária - Caeps - Passo Fundo	Retornou o questionário
Centro Público de Economia Solidária de São Leopoldo - São Leopoldo	Retornou o questionário

Quadro 4 - Instituições Pesquisadas

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora

A próxima etapa da pesquisa envolveu a coleta das informações com as experiências coletivas que estão sendo ou que foram assessoradas pelas instituições que estão vinculadas na atualidade ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por intermédio da Senaes, no Rio Grande do Sul. Ou seja, as experiências foram pesquisadas devido ao fato da doutoranda ter como intencionalidade analisar os empreendimentos que já estão sendo assessorados por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pelas instituições de apoio, com vistas a analisar de forma propositiva, como o referido Programa vem contribuindo para a viabilidade econômica destes empreendimentos coletivos, bem como suas possíveis limitações.

As entrevistas realizadas com os trabalhadores e lideranças dos empreendimentos coletivos também foram efetivadas pela amostragem não probabilística - designada de amostra Intencional. Optou-se por esse tipo de amostragem devido ao fato de que as aproximações sucessivas entre a pesquisadora e os trabalhadores, lideranças e os empreendimentos coletivos, foram

estabelecidas conforme a possibilidade de acesso aos sujeitos e às experiências pesquisadas. Ou seja, buscou-se entrevistar os trabalhadores e pesquisar as experiências de acordo com a possibilidade de acesso aos mesmos - tendo como fatores, a localização dos empreendimentos e a disponibilidade de tempo para a realização das entrevistas e demais procedimentos.

Para coletar as informações em experiências de Economia Popular Solidária, procurou-se entrevistar dois empreendimentos coletivos localizados no meio urbano¹⁷⁵ - objetivando facilitar o acesso às experiências assessoradas/incubadas -, vinculados a cada uma das instituições que estão recebendo auxílio na atualidade do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, totalizando 14 empreendimentos. Procurou-se também entrevistar 3 empreendimentos coletivos vinculados a 2 instituições que não possuem entre 2008 e 2009 vínculo com a Senaes - mas que já tiveram vínculo anteriormente, desde o período em que assessoravam os 3 empreendimentos pesquisados. Estas 2 instituições pretendem se vincular novamente ao programa entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro de 2010. Foram pesquisados estes outros 3 empreendimentos coletivos devido à facilidade de acesso para a realização das entrevistas, totalizando 17 experiências pesquisadas no total.

Constituem as experiências pesquisadas: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí - Acata - Ijuí; Grupo Pães e Massas (Doces e Bolachas) - Cruz Alta; Grupo de Hortifrutigranjeiros - Cruz Alta; Agroindústria de Temperos - Temperme - São Lourenço do Sul; Associação Arte e Sabores da Ilha - São Lourenço do Sul; Associação de Pescadores da Vila São Miguel - Rio Grande; Grupo de Artesãs da Barra - GAB - Rio Grande; Ciranda Solidária - Cirsol Confeções - Pelotas; Padaria Ecosol - Pelotas; Cooperativa de Economia Solidária do Sul - Coopressul - Pelotas; Grupo de Agentes Ambientais do Fraget - Pelotas; Associação de Pescadores Santa Vitória - Santa Vitória do Palmar; Associação dos Micros Produtores de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar; Associação de Seleccionadores de Material Reciclável - Asmar - Santa Maria; Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Fiação e Tecelagem de Santana do Livramento Ltda. - Coofitec - Santana do Livramento; Em Nome da Arte - Porto Alegre; Grupo

¹⁷⁵ Não se conseguiu entrevistar 2 empreendimentos vinculados a cada uma das instituições pesquisadas devido à dificuldade de acesso ou falta de tempo, relacionado com os horários de ônibus nos municípios pesquisados, bem como de recursos.

Liberdade - Guayí - Porto Alegre.

Para a realização de entrevistas foi aplicado um formulário de pesquisa, estruturado com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha, às lideranças das experiências elencadas para a realização do estudo (Apêndice F) - totalizando 18 entrevistas realizadas com as lideranças. Foi utilizado também, um segundo formulário estruturado com questões abertas, fechadas e de múltipla escolha (Apêndice G). Este segundo formulário procurou-se aplicar com dois cooperados e/ou associados de cada um dos empreendimentos populares pesquisados - totalizando 28 entrevistas realizadas com os trabalhadores. Durante a coleta das informações com os sujeitos, no início das 46 entrevistas, foi apresentado aos trabalhadores das experiências coletivas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

Elaborou-se o seguinte Quadro-síntese tendo em vista relacionar as instituições que estão recebendo na atualidade apoio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com as suas respectivas experiências assessoradas/apoiadas.

INSTITUIÇÃO	EXPERIÊNCIAS COLETIVAS	Nº DE LIDERANÇAS ENTREVISTADAS	Nº DE ASSOCIADOS/ COOPERADOS ENTREVISTADOS
Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável - Unijuí - Ijuí	Associação de Catadores de Ijuí - Acata	1	2
Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta - Cruz Alta	Grupo Pães e Massas (Doces e Bolachas)	1	2
	Grupo de Hortifrutigranjeiros	1	1
Projeto Brasil Local - Santana do Livramento e São Lourenço do Sul	Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Fiação e Tecelagem de Santana do Livramento Ltda. - Coofitec (Santana do Livramento)	1	2
	Associação Arte e Sabores da Ilha (São Lourenço do Sul)	1	2
Centro Público de São Lourenço do Sul - São Lourenço do Sul	Agroindústria de Temperos - Temperme	1	1
	Associação Arte e Sabores da Ilha	1	2
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Intcoop/FURG - Rio Grande	Associação de Pescadores da Vila São Miguel	1	2
	Grupo de Artesão da Barra - GAB	1	1
Associação do Trabalho e Economia Solidária - Ates - Pelotas	Cirsol Confecções	1	2
	Padaria Ecosol	1	1
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas - Intcoop/UCPel - Pelotas	Cooperativa de Economia Solidária do Sul - Coopressul	1	2
	Grupo de Agentes Ambientais do Fraget (catadores)	1	2
Guayí: democracia, participação e solidariedade - Porto Alegre	Grupo Liberdade	1	2
Projeto Esperança/ Cooesperança - Santa Maria	Associação de Seleccionadores de Materiais Recicláveis - Asmar	1	2
Centro Público de Economia Solidária de Santa Vitória do Palmar - Santa Vitória do Palmar	Associação de Pescadores Santa Vitória	1	1
	Associação de Microprodutores de Santa Vitória do Palmar	1	1
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/RS - Porto Alegre	Em Nome da Arte	1	-
TOTAL (46 ENTEVISTAS)		18	28

Quadro 5 - Instituições relacionadas com as experiências pesquisadas

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora

Com base nas informações que constam no Quadro apresentado, pôde-se relacionar os empreendimentos pesquisados - e a quantidade de sujeitos entrevistados -, com as respectivas instituições que os estão assessorando: Incubadora de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Unijuí assessora a Associação de Catadores de Ijuí - Acata; o Centro Público de Economia Solidária de Cruz Alta apóia/assessora o Grupo Pães e Massas (Doces e Bolachas) e o Grupo de Hortifrutigranjeiros; o Projeto Brasil Local assessora a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Fiação e Tecelagem de Santana do Livramento Ltda. - Coofitec e a Associação Arte e Sabores da Ilha; o Centro Público de São Lourenço do Sul apóia/assessora a Agroindústria de Temperos Temperme e também a Associação Arte e Sabores da Ilha; a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares Intecoop/FURG de Rio Grande assessora a Associação de Pescadores da Vila São Miguel e o Grupo de Artesãs da Barra - GAB; a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas - Intecoop/UCPel de Pelotas, assessora a Cooperativa de Economia Solidária do Sul - Coopressul e o Grupo de Agentes Ambientais do Fraget; a Associação do Trabalho e Economia Solidária - Ates assessora o Cirsol Confeções e a Padaria Ecosol; o Projeto Esperança/Cooesperança assessora a Associação de Seleccionadores de Materiais Recicláveis - Asmar; a Guayí: democracia, participação e solidariedade assessora o Grupo Liberdade; o Centro Público de Economia Solidária de Santa Vitória do Palmar apóia/assessora a Associação de Pescadores Santa Vitória e a Associação de Microprodutores de Santa Vitória do Palmar; e, por fim, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE/RS apoia a experiência coletiva Em Nome da Arte.

Salienta-se que, num primeiro momento da pesquisa de campo, no segundo semestre de 2008, os formulários, bem como o questionário e roteiros de análise documental, foram testados, por meio do pré-teste, para a realização de adequações e alterações que se fizeram necessárias. As aplicações dos formulários foram desenvolvidas pela técnica de entrevista. Por entrevista pode-se compreender

a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo (GIL, 1999, p. 113).

Por último, foram analisados documentos e reportagens referentes às experiências coletivas pesquisadas, tais como: reportagem de jornal, regimento, estatuto, atas, entre outros. Esta análise foi desenvolvida por intermédio de um terceiro roteiro pré-elaborado (Apêndice H).

4.3.2 Delimitação geográfica da pesquisa

A coleta das informações nas experiências pesquisadas e respectivas instituições de apoio que as assessoram envolveu, portanto, os seguintes municípios no Rio Grande do Sul¹⁷⁶, tendo suas subdivisões respaldadas nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento¹⁷⁷ - Coredes: Ijuí, Cruz Alta, Santa Maria, Porto Alegre, São Lourenço do Sul, Rio Grande, Pelotas, Santa Vitória do Palmar e Santana do Livramento. Apresenta-se o mapa do Rio Grande do Sul no qual estão localizadas as experiências coletivas pesquisadas nos referidos municípios, bem como as instituições às quais estes empreendimentos estão vinculados - devido ao apoio e às assessorias recebidas pelas instituições que possuem ou tiveram alguma forma de vínculo com a Senaes no Rio Grande do Sul.

¹⁷⁶ O Estado do Rio Grande do Sul é constituído por 496 municípios, tendo Porto Alegre como capital. A população estimada em 2007 corresponde a 10.582.840 habitantes, e a incidência de pobreza equivale a 25,94% no Estado (Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 6 fev. 2009).

¹⁷⁷ Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes – são utilizados também, além de delimitar espacialmente os municípios no Rio Grande do Sul, como um espaço que objetiva estimular a proposição de políticas, programas e ações que objetivem a inclusão socioeconômica dos sujeitos, bem como o desenvolvimento dos municípios e regiões no Estado.

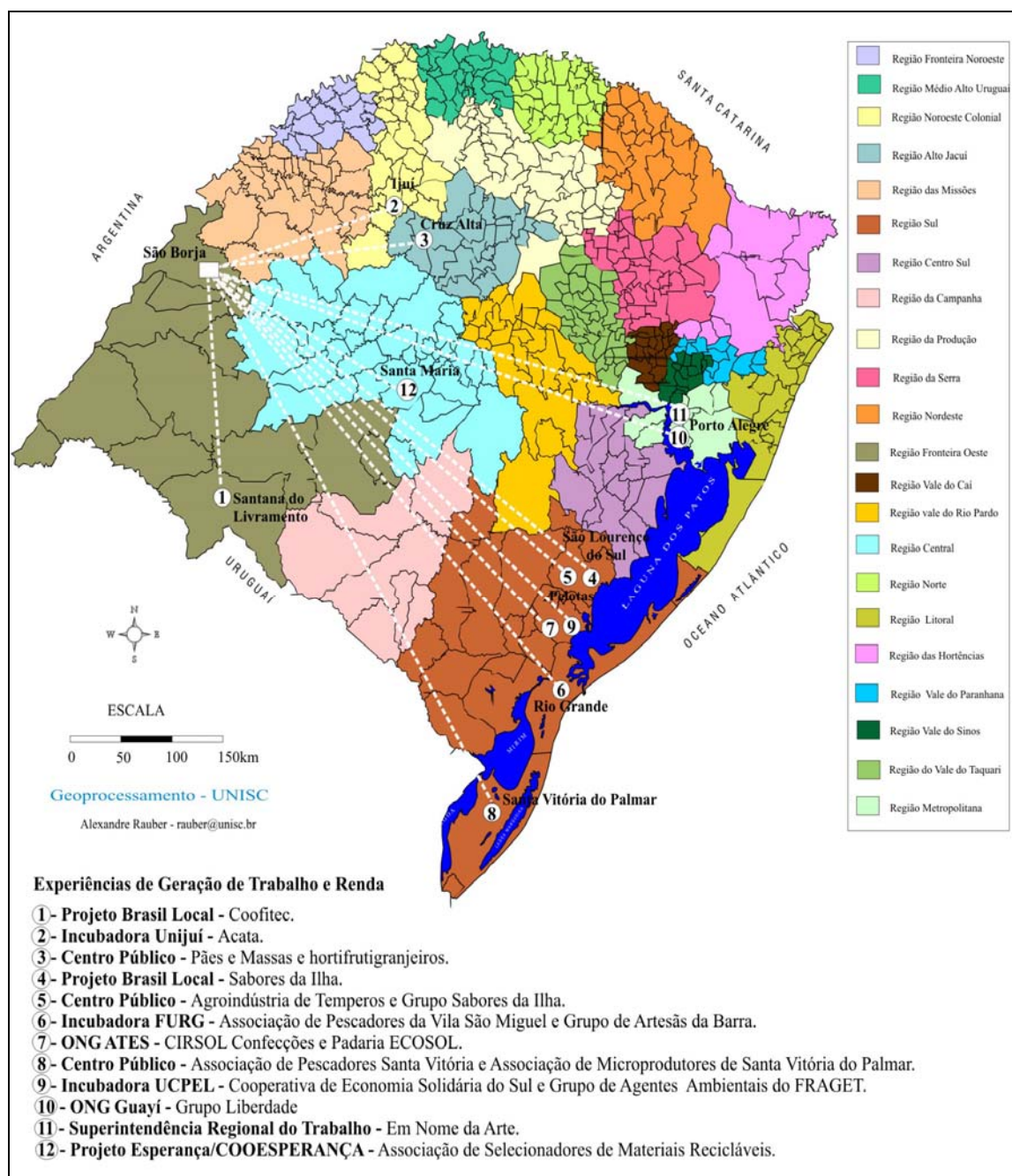


Figura 5 - Mapa 1: Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: Mapa do Rio Grande do Sul elaborado pelo Geoprocessamento da Unisc com a orientação da pesquisadora

Buscou-se, por meio do mapa, demonstrar como foi feita a coleta das informações e dados no campo, isto é, por meio de entrevistas e recolhimento de materiais e documentos para serem analisados. O município de referência é São Borja/RS, ou seja, para a realização da coleta das informações, partiu-se, após as

etapas preliminares da pesquisa, de São Borja para os demais municípios do Estado - que possuem alguma forma de convênio ou vínculo com a Senaes no momento, ou que já tiveram -, tendo como delimitação para a realização das entrevistas e análise documental, as instituições que possuem entre 2008 e 2009 convênio com a Senaes.

Em relação a dados socioeconômicos que caracterizem os municípios pesquisados¹⁷⁸ obtiveram-se as seguintes informações: o município de Ijuí pertence à região Corede Noroeste Colonial (a população total da região estimada em 2007 era de 305.207 habitantes) e possui sua origem vinculada ao município de Cruz Alta. Sua população total em 2007 era de 76.739 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 5,68%; a expectativa de vida ao nascer (2000) era de 69,14 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 17,39 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006 correspondia a R\$ 1.044.282.¹⁷⁹

O município de Cruz Alta pertence à região Corede Alto Jacuí (a população total da região estimada em 2007 era de 155.242 habitantes) e tem sua origem vinculada ao município de Rio Pardo. Cruz Alta possuía uma população total em 2007 de 63.450 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 6,47%; a expectativa de vida ao nascer (2000) era 73,40 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 11,53 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006 correspondia a R\$ 894.339.¹⁸⁰

Os municípios de São Lourenço do Sul, Rio Grande, Pelotas e Santa Vitória do Palmar pertencem à região Corede Sul (a população total da região estimada em 2007 era de 851.498 habitantes). O município de São Lourenço do Sul tem sua origem vinculada ao município de Pelotas, e em 2007 possuía uma população total de 42.339 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 7,13%; a expectativa de vida ao nascer (2000) era 71,60 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 19,84 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006

¹⁷⁸ Buscou-se caracterizar estes municípios com o intuito de introduzi-los ao processo de análise da Tese, entretanto esta caracterização do *lôcus* não será mais aprofundada por não se constituir na centralidade da pesquisa.

¹⁷⁹ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística (FEE). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Ijuí%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

¹⁸⁰ *Id.* Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=CruzAlta%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

correspondia a R\$ mil 361.016.¹⁸¹

O município de Rio Grande é um dos 4 municípios iniciais do Estado, tendo em 2007 uma população total de 194.351 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 6,99%; a expectativa de vida ao nascer (2000) era 68,64 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 9,29 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006 correspondia a R\$ 3.475.216.¹⁸²

O município de Pelotas tem sua origem vinculada ao município de Rio Grande e em 2007 possuía uma população total de 339.934 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 6,25%, a expectativa de vida ao nascer (2000) era 69,91 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 12,44 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006 correspondia a R\$ mil 2.857.463.¹⁸³

O município de Santa Vitória do Palmar tem sua origem vinculada ao município de Rio Grande e em 2007 possuía uma população total de 31.183 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 8,89 %, a expectativa de vida ao nascer (2000) era 68,51 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 17,16 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006 correspondia a R\$ 286.586.¹⁸⁴

O município de Santa Maria pertence à região Corede Central (a população total da região estimada em 2007 era de 513.345 habitantes) e possui sua origem vinculada aos municípios de Cachoeira do Sul e Cruz Alta. Em Santa Maria a população total em 2007 era de 263.403 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 4,96%; a expectativa de vida ao nascer (2000) era de 74,01 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 11,07 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006 correspondia a R\$ mil 2.649.725.¹⁸⁵

A cidade metropolitana de Porto Alegre pertence à região Corede Metropolitano Delta do Jacuí (a população total da região estimada em 2007 era de 2.448.514 habitantes), sendo um dos quatro municípios iniciais do Estado,

¹⁸¹ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística (FEE). DISPONÍVEL em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SaoLourençodoSul%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

¹⁸² *Id.* Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=RioGrande%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

¹⁸³ *Id.* Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Pelotas%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

¹⁸⁴ *Id.* Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SantaVitóriadoPalmar%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

¹⁸⁵ *Id.* Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SantaMaria%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

juntamente com Rio Grande. Porto Alegre apresenta-se os seguintes dados: a população total em 2007 era de 1.420.667 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 3,45%; a expectativa de vida ao nascer (2000) era de 71,59 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 11,90 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006 correspondia a R\$ 30.116.002.¹⁸⁶

O município de Santana do Livramento pertence à região Corede Fronteira Oeste (a população total da região estimada em 2007 era de 525.350 habitantes), tendo como município de origem Alegrete. Em Santana do Livramento a população total em 2007 era de 83.478 habitantes; a taxa de analfabetismo em 2000 estava em 5,99%; a expectativa de vida ao nascer (2000) era de 72,17 anos; o coeficiente de mortalidade infantil em 2007 correspondia a 12,93 por mil nascidos vivos; o PIB em 2006 correspondia a R\$ mil 717.901.¹⁸⁷

Com relação aos dados apresentados, concernentes a 2006, destaca-se que Porto Alegre constitui-se na cidade pesquisada que possui a renda per capita (que reflete nos demais dados) mais elevada (R\$ 20.900), seguida por Rio Grande (R\$ 17.642). Já o município de Santana do Livramento e São Lourenço do Sul, constituem-se nos municípios pesquisados com as rendas per capita menores, R\$ 7.275,00 e R\$ 7.937,00, respectivamente. Estas informações estão relacionadas com o desenvolvimento econômico destes municípios e suas respectivas regiões, em consonância com o processo de expansão da industrialização e do setor de serviço ou a incipiência dos mesmos ou, ainda, a possível má distribuição e concentração das riquezas socialmente produzidas.¹⁸⁸

Com base também nas informações obtidas por meio do Mapa de pobreza e desigualdade - municípios brasileiros em 2003¹⁸⁹, menciona-se que a incidência de pobreza em 2003 nos municípios pesquisados vai ao encontro dos dados que representam a realidade existente no Rio Grande do Sul, considerando que no município de Ijuí era de 26,16%; já a incidência de pobreza em Cruz Alta era de 29,09%; em São Lourenço do Sul era de 23,92%; em Rio Grande era de 29,12%;

¹⁸⁶ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística (FEE). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=PortoAlegre%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

¹⁸⁷ *Id.* Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SantanadoLivramento%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

¹⁸⁸ Este assunto não será aprofundado por não obter a centralidade do estudo.

¹⁸⁹ A estimativa do consumo para a geração destes indicadores foi obtida utilizando o método da estimativa de pequenas áreas dos autores Elbers e Lanjouw (2002). In: IBGE. Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003. Acesso em: 9 fev. 2009.

em Pelotas era de 28,64%; em Santa Vitória do Palmar era de 27, 81%; em Santa Maria era de 25,26%; em Porto Alegre era de 23,74; e em Santana do Livramento era de 30,13%.¹⁹⁰

Por meio destes dados pode-se perceber que dos municípios pesquisados, a maior incidência de pobreza foi encontrada em Santana do Livramento, com 30,13%, e o menor índice de pobreza em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, com 23,74%. Segundo a PED-IBGE que pesquisa seis capitais estaduais brasileiras, a cidade metropolitana de Porto Alegre - juntamente com a de Belo Horizonte, seguida por São Paulo -, constitui-se numa das capitais com menor índice de desemprego em relação à população economicamente ativa. Assim, pode-se constatar que estes dados são proporcionais à renda per capita existente nestes municípios e capital.

4.3.3 Análise das Informações

Para a sistematização e interpretação das informações e dados que foram coletados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, que permite interpretar as respostas emitidas pelos sujeitos. Mediante a Análise de Conteúdo, pode-se encontrar respostas às questões que se pretende investigar na pesquisa. A “análise de conteúdo em si se refere a conteúdos de prática, deixando-se em plano secundário a roupagem formal da elaboração discursiva” (DEMO, 1999, p. 42).

A Análise de Conteúdo é entendida como técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação, tendo como objetivos centrais: ultrapassar as evidências imediatas; aprofundar a percepção da realidade - por intermédio de leituras sistematizadas; verificar a pertinência e desvelar a estrutura das mensagens. Para a realização da Análise de Conteúdo, o pesquisador deve ter uma percepção que observe e compreenda o real pelo enunciado da mensagem emitida pelo sujeito - atores da pesquisa.

Esse tipo de análise define “qualitativamente a presença de determinados temas, denota os valores de referência e os modelos de comportamento presentes

¹⁹⁰ IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

[...]” (MINAYO, 2004, p. 209). Esses enunciados extrapolam o conteúdo das mensagens, pois agregam significações referentes às experiências sociais e políticas dos sujeitos pesquisados (SETÚBAL, 1995). Isto significa que demonstra os valores e modelos de comportamentos dos sujeitos pesquisados, desvelando as relações com seus significados, assim como características da realidade e da vida cotidiana desses sujeitos.

Nesse sentido, nesse estudo foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo baseada em Bardin (1977). Essa técnica foi operacionalizada por meio das seguintes etapas:

- a) Pré-Análise: constituída pela Leitura Flutuante, Constituição do Corpus e Formulação de Hipóteses e Objetivos. Nessa etapa são formuladas as unidades de registro, constituídas por palavras-chave, expressões e/ou frases. Também são estruturadas unidades de contexto, designadas pela delimitação do contexto social ou teórico, que agrega a unidade de registro, por meio da organização e preparação do material;
- b) Exploração do Material: que consiste basicamente na codificação dos dados coletados. Nessa etapa podem emergir categorias empíricas, ou seja, aquelas que são oriundas da análise de campo, que podem ser acrescentadas às categorias teóricas;
- c) Tratamento dos Resultados Obtidos e Interpretação dos Dados: nessa fase se dará significação e interpretação aos dados coletados, fazendo uma mediação com a teoria que fundamenta a pesquisa.

Empregou-se também, para complementar a análise qualitativa, a codificação¹⁹¹ dos dados quantitativos, por meio da tabulação¹⁹² simples. A tabulação simples “consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto” (GIL, 1999, p. 169). Nessa direção, tabelas e gráficos foram utilizados para dar representatividade à sistematização dos dados quantitativos. “Dados [...] estatísticos auxiliam o pesquisador na investigação, mostrando que [...] é melhor buscar a ajuda dos números para deter o conhecimento mais detalhado da realidade” (MARTINELLI, 1999, p. 47).

¹⁹¹ “A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos que possam ser tabulados” (GIL, 1999, p. 168).

¹⁹² A “tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise” (GIL, 1999, p. 169).

A coleta e análise dos dados foram efetivadas tendo como norte as categorias teórico-metodológicas e temáticas. Destaca-se também que as informações obtidas por meio desta pesquisa serão amplamente divulgadas e difundidas, bem como transmitidas aos participantes da pesquisa - Senaes, Fóruns Nacional, Estadual e Regional de Economia Popular Solidária, sujeitos vinculados a instituições e experiências pesquisadas -, tendo como intencionalidade contribuir para a transformação da realidade. A produção desta tese, objetiva colaborar para o aprimoramento do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e sua implantação no Rio grande do Sul e no Brasil, no que se relaciona a contibuição do mesmo para a viabilidade das experiências coletivas.

Dando sequência ao tema em estudo, com a crise econômica e social decorrente da reestruturação do capital e com a falta de postos de trabalho, os governos, pressionados pelos trabalhadores, adotam políticas de desenvolvimento de economias regionais (GIDDENS, 1991) com a finalidade de criar novas oportunidades de geração de trabalho e renda em empreendimentos populares e solidários. É “dever do Estado a promoção de um processo público de inclusão social, sustentando e treinando os desempregados, financiando e assistindo [...] pequenas empresas ou comunidades de trabalho” (SINGER, 1999, p. 63).

Diante dessa demanda, a Economia Popular Solidária adentrou na agenda pública brasileira, constituindo-se, no limiar do século XXI em um programa social. No próximo Capítulo serão apresentadas as informações obtidas por meio de análise documental do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como sobre a análise documental realizada sobre o mapeamento desenvolvido pela Senaes sobre estas experiências no Brasil e no Rio Grande do Sul, entre 2005 e 2007. Faz-se importante a apreensão das informações que foram mapeadas pela Senaes, como forma de apreender a demanda atendida por este programa social, de modo que a caracterize bem como justifique a existência e aprimoramento deste programa social, pois consiste na única ação do programa realizada em todos os estados brasileiros.

5 PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

No Brasil, as políticas e programas sociais começaram a serem implementados como estratégia de Estado, bem como mecanismo de enfrentamento das manifestações da questão social, desde o capitalismo monopolista. Assim, as políticas sociais e o sistema de proteção social Brasileiro foram postos em prática de modo que atendessem de forma fragmentada as diversas demandas originadas da questão social. O papel central do Estado deveria ser de prevenir e de regular os conflitos sociais (RAICHELIS, 2000).

Neste Capítulo pretende-se introduzir o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com a forma em que o mesmo está sendo concebido e implantado no Brasil. Com o acirramento do desemprego e consequente exclusão e desigualdade social, desde 2003, o governo federal, por meio da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764, tornou a Economia Popular Solidária integrante da agenda pública brasileira.¹⁹³ (E19, 2003).

Serão apresentados neste Capítulo os objetivos, as diretrizes e as principais ações e/ou atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes. Também será abordada a articulação entre o referido Programa com os outros Programas e Políticas sociais existentes, de modo que este programa social, por meio das ações e programas transversais possa ser desenvolvido e efetivado. Por último, serão introduzidas as principais características apreendidas pelo Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado entre 2005 e 2007 pela Senaes, tendo em vista uma aproximação e apreensão desta realidade que justifica a implantação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, e consequentemente, pesquisas sobre o mesmo. Para discorrer sobre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, porém, faz-se necessário, num primeiro momento, abordar sucintamente outros programas de geração de emprego e renda existentes no Brasil, bem como mencionar, também, a participação da sociedade civil nas políticas e programas sociais.

¹⁹³ “A Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes – foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009).

5.1 INTRODUZINDO OS PROGRAMAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS PROGRAMAS SOCIAIS

No que se vincula às políticas destinadas à ampliação de empregos no Brasil¹⁹⁴, as mesmas estão relacionadas com os impactos desencadeados a partir da crise de 1929 no país, e, com a Revolução de Trinta, como forma de enfrentamento ao desemprego.

A partir da Revolução de Trinta, o Estado brasileiro se reorganizou, dando impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Registrou-se um expressivo desenvolvimento econômico e notável crescimento da população, que passou a se concentrar nas áreas urbanas. Avolumaram-se os problemas assistenciais, habitacionais, sanitários, educacionais e tantos outros, aumentando as tensões nas relações de trabalho [...] Ao contrário do que acontecera em governos anteriores, entretanto, o governo populista de Vargas reconheceu a existência da questão social, preocupando-se com seu possível agravamento no futuro. [...] A questão social deixou de ser uma questão de polícia e passou a ser um problema político, uma questão de Estado, que requeria soluções mais abrangentes [...] (BULLA, 2000, p. 164 - 166).

O Estado, a partir desse momento, passou a utilizar uma política de proteção ao trabalhador, tendo como norte a ordem e justiça social. “Manifestava-se a ideologia da ‘paz social’, que sustentou a expansão do capitalismo no Brasil e que fundamentou a política social da era de Vargas” (BULLA, 2000, p. 166). Na década de 40 do século XX foram criadas as instituições do Sistema “S”; e nas décadas de 60 e 70 foram originados o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS -, em 1967, e o atendimento aos desempregados na forma do Sistema Nacional de Emprego - Sine -, em 1975. Já na década de 80 foram regulamentados o seguro-desemprego, em 1986, e a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, em 1988 (POCHMANN, 2006).

Na década de 90 do século XX, continuaram sendo prospectadas novas ações e programas sociais governamentais direcionados ao enfrentamento do desemprego no Brasil - advindo do processo de reestruturação do capital -, visando

¹⁹⁴ Não se pretende neste trabalho aprofundar as políticas sociais, mas apenas introduzi-las de modo que se possa analisar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

a qualificar a formação dos sujeitos para se inserirem no mercado de trabalho. Foram criados, por exemplo, o Programa Nacional de Formação Profissional - Planfor -, o Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger -, o Programa de emprego - Proemprego -, e as iniciativas de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, todos com ênfase nas políticas ativas de geração de empregos e fundados nos recursos advindos do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT (POCHMANN, 2006). Como políticas passivas de emprego destacam-se o seguro-desemprego e a intermediação de mão de obra, por meio de programas sociais, como os de renda mínima, de distribuição de alimentos, entre outros - utilizados também para regular a questão social pelo Estado.

Após a promulgação da Constituição, os programas de geração de renda foram mais estimulados pelo governo federal, principalmente a partir de 1993, devido à criação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat -, que dirigiu recursos advindos do FAT para financiar ações promotoras de renda e ocupação. Salienta-se ainda que, por meio da Constituição Federal, a sociedade civil passou em âmbito legal a integrar e a participar das formas de proposição - Fóruns Sociais - e controle das políticas e programas sociais - Conselhos de Direitos. Outro aspecto que deve ser ressaltado, previsto na Constituição Federal, consiste na descentralização político-administrativa, que envolve as quatro esferas do governo (União, Distrito Federal, Estados e Municípios). Apesar, porém, de se possuir um direcionamento, ainda não se possui um funcionamento evidenciado e esclarecido de modo que demonstre e defina na realidade os limites das relações estabelecidas entre o Estado e a Sociedade Civil, que constituem a chamada esfera pública (RAICHELIS, 2000).

Comumente se confunde o processo de publicização - descentralização político-administrativa -, com o processo de transferência das responsabilidades estatais para as instituições da sociedade civil - uma vez que estas últimas também são geralmente remetidas e limitadas às ONGs. Este repasse das transferências das responsabilidades estatais para a sociedade civil, vai ao encontro da concepção norteadora que consta no referencial teórico neoliberal. Neste estudo, entretanto, parte-se do princípio da visão ampliada de democracia, que envolve tanto o Estado quanto a sociedade civil organizada - mesmo que ainda de forma incipiente, contraditória e com suas limitações, como na formação e participação da sociedade nas deliberações públicas, nos conselhos, entre outros. Ou seja, compreende-se

que o Estado, juntamente com a participação da sociedade civil, possa constituir a instituição de novos espaços e mecanismos de atuação, que dinamizem a participação social, para que estes representem cada vez mais os interesses da coletividade (RAICHELIS, 2000).

Desta forma compreende-se, nesta pesquisa, que a participação da sociedade civil na gestão e efetivação das quatro esferas de governo, incluindo as políticas e programas sociais, constitui-se num avanço em relação ao período da Ditadura Militar, pois é por meio deste processo que os segmentos da sociedade civil - mesmo que de forma fragmentada -, podem ser representados e participar das relações de força que envolvem as políticas e programas sociais.

A concepção de esfera pública - ou da participação da sociedade civil juntamente com o Estado nas decisões públicas -, que se compreende neste estudo, vai ao encontro da democracia brasileira e da forma com que as políticas e programas sociais devem ser gerenciados. Esta forma de gestão envolve alguns elementos que devem estar articulados entre si, tais como: a) visibilidade social - as ações e discursos dos sujeitos devem ocorrer de forma transparente, pois pressupõem publicidade e fidedignidade das informações que orientam as deliberações nos espaços de representação pública -; b) controle social - acesso às informações e decisões em âmbito político, ou seja, permite a participação da sociedade civil organizada na formulação, revisão e acompanhamento de decisões tomadas -; c) representação de interesses coletivos - sujeitos sociais que participam do âmbito político que envolve o controle social representando os interesses e demandas da população -; d) democratização - está relacionado com os Fóruns de decisão política e que permeiam as relações e conflitos de interesses que envolvem os sujeitos sociais; tem-se, porém, como intencionalidade, a busca e constituição de acordos e entendimentos que orientem as decisões coletivas -; e) cultura pública - implica no enfrentamento do autoritarismo e da cultura privatista de apropriação do público pelo privado, ou seja, transferência da vida pública à privada, objetivando possibilitar o processo de cidadania, em que os sujeitos são portadores de direitos e deveres (RAICHELIS, 2000).

Diante desta perspectiva foi analisado o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, criado como um dos programas que objetiva a geração de trabalho e renda no Brasil. No próximo subitem será introduzido o referido Programa Social.

5.1.1 Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Secretaria Nacional de Economia Solidária

O governo federal, com o objetivo de fortalecer e promover empreendimentos solidários e econômicos, visando a absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho, criou, no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, a Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes -, inaugurada em junho de 2003.¹⁹⁵ A criação desta secretaria constitui-se num dos avanços da Economia Popular Solidária, pois objetiva a viabilidade - permanência e manutenção dos empreendimentos, e consequentemente a geração de renda destes sujeitos.

Para além da criação da Senaes e implantação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, o MTE possui como atribuições as seguintes proposições: a) geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador; b) modernização das relações de trabalho; c) fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, bem como aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas; d) política salarial; e) formação e desenvolvimento profissional; f) segurança e saúde no trabalho; g) política de imigração; h) cooperativismo e associativismo urbanos (SIORG, 08 abr. 2009).

O Decreto 5.063, de 8 de maio de 2004, estabeleceu as competências da Senaes. Pode-se citar como diretrizes propostas para esta Secretaria os seguintes elementos: a) subsidiar a definição e coordenar a Economia Popular Solidária no âmbito do MTE; b) articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades para a futura política de Economia Popular Solidária; c) planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; d) colaborar com outros órgãos de governo em

¹⁹⁵ “O espaço de discussão e articulação nacional começou a ser formado durante as atividades da economia solidária no I Fórum Social Mundial. Algumas entidades nacionais, juntamente com o Governo do Rio Grande do Sul, decidiram constituir um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária para organizar as atividades da economia solidária no II e III Fórum Social Mundial. Esse Grupo de Trabalho programou a realização de uma reunião nacional ampliada para discutir o papel da economia solidária no futuro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o III Fórum. Essa reunião foi realizada em novembro de 2002 e nela decidiu-se elaborar uma Carta para o Presidente eleito, sugerindo a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009). Novamente se destaca o incentivo do Rio Grande do Sul, neste momento representado pelo governo estadual, para uma política e programa de Economia Solidária.

programas de desenvolvimento e enfrentamento ao desemprego e à pobreza; e) estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos de geração de trabalho e renda, organizados de forma coletiva e participativa, caracterizando-se como Economia Popular Solidária; f) estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; g) contribuir para a criação de políticas e programas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito e outras formas de organização deste setor; h) propor medidas que incentivem o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Brasil e nos Estados; i) sugerir adequações ao novo Marco Legal do cooperativismo, que envolve também o associativismo, objetivando o fortalecimento dos empreendimentos coletivos; j) promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da Economia Popular Solidária; k) supervisionar e avaliar as parcerias da Senaes com outros órgãos do governo federal, bem como de governos estaduais e municipais; l) supervisionar e avaliar as parcerias da Senaes com movimentos sociais, agências de fomento da Economia Popular Solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo e do associativismo; m) supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária; e n) apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do MTE, em sua área de competência.¹⁹⁶

Em suma, a Senaes tem como finalidade, portanto: dimensionar e dar visibilidade aos empreendimentos de Economia Popular Solidária no Brasil¹⁹⁷, qualificar os sujeitos envolvidos com a aplicação das políticas sociais direcionadas à Economia Popular Solidária e autogestão, promover as experiências de Economia Popular Solidária nos empreendimentos de autogestão, facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões acerca de Economia Popular Solidária, contribuir para a organização e autogestão na geração de trabalho e renda aos trabalhadores (E19, 2003). Destaca-se também, que a Senaes vem tentando implementar um Novo Marco Legal, que contemple e regule

¹⁹⁶ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_atribuicoes.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009).

¹⁹⁷ Por meio do Mapeamento de Economia Popular Solidária, realizado entre 2005 e 2007 no Brasil e também no Rio Grande do Sul, por intermédio da Senaes, buscou-se caracterizar os empreendimentos de geração de trabalho e renda. Pois, para poder assessorar estas experiências coletivas – que se constitui numa das intencionalidades da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento –, faz-se necessário primeiramente um mapeamento desta realidade.

as experiências caracterizadas como Economia Popular Solidária e seus trabalhadores no Brasil.

Destaca-se também que, assim como o Estado Brasileiro teve um papel fundamental no século XX em relação ao incentivo ao cooperativismo e associativismo - que foi utilizado também como uma forma de atenuar as manifestações de desigualdade da questão social - no início do século XXI, novamente se destaca esta função estatal em relação ao cooperativismo e associativismo, só que agora num contexto socioeconômico diferenciado. No início do século XX o Brasil estava vivenciando as manifestações da questão social relacionadas com a transição da economia brasileira de agroexportadora para urbano-industrial. Já no atual momento, o governo vem estimulando as cooperativas e associações como uma das formas de geração de trabalho e renda, devido às manifestações de desigualdade da questão social advindas do processo de reestruturação do capital. Destaca-se esta realidade, pois em ambos os momentos o Estado possuiu e possui a função de regulador da questão social.

Não se pode deixar de mencionar que ocorre este incentivo do Estado ao cooperativismo e associativismo porque existe uma pressão da sociedade civil organizada. Assim, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como a Senaes, estão inseridos nesta relação contraditória existente que igualmente envolve as demais políticas e programas sociais, não podendo ser caracterizado, portanto, somente como um programa pontual, compensatório, residual - apesar de possuir também estas características, devido a sua incipiência. Ou seja, ao mesmo tempo em que os programas e políticas sociais são formas de regulação da questão social utilizadas pelo Estado - apoiadas pelo sistema -, eles também, foram demandados pela sociedade civil organizada.¹⁹⁸ Assim, existe uma relação conflituosa de divergência de interesses que acaba por suscitar um novo Programa Social, pois o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi criado também devido às pressões originadas por meio das forças sociais existentes, que envolvem a sociedade civil organizada - relacionada com a Economia Popular Solidária - e o governo federal.

Com o apoio da sociedade civil e com o incentivo do atual governo federal, pretende-se que futuramente possa ser formulada uma política social de Economia Popular Solidária em âmbito nacional, bem como possam ser fomentados políticas e programas locais e regionais que estimulem estas experiências coletivas. Para isto,

¹⁹⁸ Esta situação pode ser constatada por meio da pressão que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária exerceu sobre o atual governo federal para a criação da Senaes.

primeiramente estão sendo criadas outras ações e/ou atividades que vão ao encontro desta intencionalidade. Uma delas constitui-se na formulação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, que começou a ser instituído em 2004, 6 meses após a criação da Senaes, dentro do MTE.¹⁹⁹

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento tem como objetivo central promover e viabilizar a geração de trabalho e renda aos sujeitos que estão geralmente à margem do mercado formal de trabalho.²⁰⁰ Fato que possui relevância na medida em que a inserção destes sujeitos nestes empreendimentos coletivos contribui para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e suas respectivas famílias - mesmo que ainda não da forma que a sociedade civil organizada almeja.

Destaca-se, então, nesta pesquisa, que não existe ainda em âmbito nacional uma política social de Economia Popular Solidária, apesar de que a Senaes, juntamente com o Fórum de Economia Solidária, antevê e prospecta esta possibilidade. O que existe em nível nacional é o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, que possui respaldo no Plano Nacional de Qualificação, e que está sendo estabelecido de modo articulado com outros programas inseridos em políticas sociais - vinculados aos demais Ministérios -, bem como programas locais e regionais de estímulo à Economia Popular Solidária.

Salienta-se, ainda, que uma das intencionalidades da Senaes consiste em tentar promover o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento enquanto um programa federal permanente e, portanto, não apenas momentâneo ou de governo. Ou seja, o Programa Social supracitado consiste numa iniciativa do governo federal com a parceria da sociedade civil organizada. Como o programa citado não está regulamentado ainda como um programa governamental permanente, pode ocorrer que quando o atual governo federal for substituído, não só o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pode não ter a mínima possibilidade de se transformar numa política pública²⁰¹, como também pode haver a dissolução da Senaes e do referido Programa Social. Esta realidade torna-se possível, pois se tem como situação análoga o que ocorreu no Rio Grande do Sul quando o

¹⁹⁹ DISPONÍVEL em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009.

²⁰⁰ Viabilidade compreendida como a manutenção dos empreendimentos coletivos, de forma que os mesmos paguem suas despesas e obtenham sobra por intermédio das atividades que foram desenvolvidas e comercializadas, de forma que possam obter renda.

²⁰¹ Compreende-se por políticas públicas direitos sociais que foram declarados e garantidos em lei, uma vez que é por meio destas ações que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da questão social (RAICHELIS, 2000).

então governador Olívio Dutra - PT - foi sucedido pelo governador Germano Rigoto - PMDB -, que não deu continuidade em âmbito estadual ao Programa de Economia Popular Solidária que havia sido criado. Um dos principais desafios que a Economia Popular Solidária enfrenta no Brasil é tornar os programas e políticas locais e estaduais²⁰², e o programa nacional em algo perene (ECONOMIA..., 2007a).

Faz-se menção ainda que apesar do aspecto contraditório do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, salienta-se que não se deve deixar de produzir novos conhecimentos científicos sobre esta realidade e de enfatizar a contribuição do Programa para a geração de trabalho e renda no Brasil. Reporta-se a esta realidade, pois o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento também se caracteriza como uma das formas de resistência dos sujeitos em relação às manifestações de desigualdade da questão social, entre elas a falta de trabalhos formais.

O Programa de Economia Solidária, que ainda está em fase de implementação e implantação pelo MTE/Senaes nos Estados e municípios brasileiros - inclusive no Rio Grande do Sul -, tem como finalidade o enfrentamento efetivo das causas estruturais da pobreza e promover a inclusão e o desenvolvimento social. Esse Programa Social foi criado pelo governo mediante a reivindicação dos próprios trabalhadores que atuam nessas experiências coletivas e por meio dos Fóruns de Economia Popular Solidária, tendo como intencionalidade combater a pobreza e criar alternativas de geração de renda aos sujeitos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho.

O objetivo principal deste Programa, portanto, é promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Popular Solidária, mediante programas e políticas sociais integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Esse programa social também possui como objetivos: a) contribuir à dignidade dos cidadãos; b) colaborar para a erradicação da pobreza; c) cooperar para a promoção, a ampliação das oportunidades e para a melhoria das condições de trabalho e renda; d) reconhecer e fomentar diversas formas de Economia

²⁰² Em âmbito estadual, são 14 Estados com alguma ação ou programa de Economia Popular Solidária em andamento (AC, PA, MA, PI, CE, RN, PE, SE, BA, ES, RJ, MG, PR e MT); nos municípios brasileiros são centenas de iniciativas. Comumente as políticas/programas/ações estaduais e municipais de Economia Popular Solidária são articuladas a três tipos de secretarias: trabalho, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. As articulações intersetoriais são várias. Quanto às organizações da sociedade civil, são milhares em todo o Brasil, todas articuladas ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária e aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária. Temos também uma grande participação de Universidades públicas e comunitárias participando do Programa Nacional de Incubadoras – Proninc.

Popular Solidária; e) contribuir ao desenvolvimento e sustentabilidade socioeconômicos e ambientais dessas experiências; f) dar apoio para dar visibilidade e legitimar as experiências de Economia Popular Solidária; g) viabilizar o acesso das experiências de Economia Popular Solidária aos instrumentos de fomentos; h) promover a intersectorialidade das políticas sociais que possam fomentar a Economia Popular Solidária; i) fortalecer e incentivar a organização dos diversos sujeitos sociais, priorizando os que atuam em experiências de Economia Popular Solidária (ECONOMIA..., 2007a).

Para que os empreendimentos coletivos possam ser considerados de Economia Popular Solidária, a Senaes estabeleceu alguns critérios: a) que sejam experiências coletivas criadas nas formas de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de trabalho, grupos informais, clubes de trocas, entre outros; b) que pratiquem a autogestão e a democracia interna no processo de trabalho desenvolvido, respeitando os processos democráticos nas decisões coletivas; c) que sejam também experiências suprafamiliares - ou seja, que envolvam pessoas de mais de uma mesma família -; d) que seus associados ou cooperados sejam trabalhadores urbanos e/ou rurais; e) que os sujeitos que trabalham nos empreendimentos sejam considerados proprietários ou coproprietários das experiências, exercendo a gestão coletiva das atividades e da distribuição de seus resultados; f) que sejam experiências de aspecto permanente, e não simplesmente práticas pontuais e/ou emergenciais; g) que realizem atividades econômicas de produção de bens e de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização (compra, venda e troca de produtos e serviços), de consumo solidário, entre outros; h) que disponham de registro legal ou não, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização coletiva - considerando que um dos objetivos do processo de incubação realizado por instituições sociais, setores governamentais e incubadoras é legalização dos grupos informais -; i) que exerçam as atividades que envolvem o processo de trabalho de forma solidária entre os trabalhadores (INCUBADORA..., 2006).

Salienta-se que para a existência e permanência no mercado destes empreendimentos coletivos, de forma que se tornem viáveis economicamente, faz-se necessário o apoio e o incentivo do Estado com suas respectivas políticas e programas sociais, que visem tanto o financiamento quanto o investimento em contratação de recursos humanos para acompanhar e qualificar/capacitar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos integrantes das experiências coletivas. Verifica-se que estas ações

reproduzem a lógica capitalista, pois estes empreendimentos, apesar de respaldarem o processo de trabalho em princípios originários dos precursores do cooperativismo, entretanto, estão inseridos no sistema.

Constata-se, porém, a importância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, tanto em relação ao incentivo como à manutenção e viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, seja pela aquisição de meios de produção, de cursos de capacitação aos trabalhadores ou de financiamento destinado às instituições assessoras/parceiras ou aos próprios empreendimentos coletivos. No próximo subitem serão introduzidas as principais ações e/ou atividades que estão previstas pelo Programa, bem como os outros programas sociais que se articulam com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes.

5.1.2 Ações do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e sua articulação com outros Programas Sociais

Desde 2004 as ações e/ou atividades que envolvem o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, sob responsabilidade da Senaes/MTE, conta com orçamento próprio. Este Programa Social passou a ser incluído no Plano Plurianual - PPA - do governo federal de 2004-2007²⁰³. Em suma, o PPA 2004-2007 objetivava a inclusão social e a desconcentração da renda no Brasil, juntamente com o crescimento do emprego e da renda por meio das políticas sociais (ARROYO; SCHUCH, 2006). Já em relação à proposta que abrange o PPA 2008-2011,

[...] buscou-se ampliar o escopo do programa, delimitando suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado, com destaque para: a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária,

²⁰³ O Plano Plurianual contém basicamente as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada; já no que se refere às Diretrizes Orçamentárias têm vigência anual, definindo as metas e prioridades governamentais, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, a partir do que foi estabelecido pelo PPA (VIAN; MARQUES, 1999).

garantindo o direito ao trabalho associado. Também continuam as ações para a estruturação de uma política pública voltada à economia solidária com o estímulo à institucionalização de políticas nas três esferas; a formação de formadores/as e gestores públicos; a construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária como eixo, a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário espalhados pelo Brasil; e o novo mapeamento da economia solidária, que vai ampliar e atualizar a base do SIES (PROGRAMA..., acesso em: 04 mar. 2009).

Por intermédio destas proposições que constavam no PPA 2004-2007 e que constam no PPA 2008-2011, a Senaes procura, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, desenvolver, mesmo que ainda de forma incipiente, as seguintes atividades e/ou ações: a) fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário; c) fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários; d) formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária; e) organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários; f) estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária; g) cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária; h) recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão; i) desenvolvimento e disseminação de conhecimento e tecnologias sociais apropriadas à Economia Solidária; j) fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; k) elaboração do Marco Jurídico da Economia Solidária (PROGRAMA..., acesso em: 2 mar. 2009). Tendo como finalidade elucidar as ações e/ou atividades propostas pela Senaes - por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento -, elaborou-se o seguinte Quadro-síntese.

AÇÕES E/OU ATIVIDADES	FINALIDADES
a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária	Promoção de assistência técnica gerencial por meio de projetos de cooperação elaborados de forma participativa, que incorporam a dimensão cultural e territorial nos processos de produção, condizente com práticas autogestionárias, justas e solidárias nos processos de trabalho, de modo que objetivem a melhoria da qualidade dos produtos e serviços, bem como o assessorando na elaboração de planos de negócio, planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. A atividade e/ou ação visa também a identificar e apoiar a constituição e fortalecimento de redes de cooperação, favorecendo a consolidação de formas de articulação econômica das experiências de geração de trabalho e renda no Brasil (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009).
b) Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário	Promoção do desenvolvimento local por meio de fomento à constituição dos empreendimentos de Economia Popular Solidária, assim como objetiva também o fortalecimento daqueles já existentes - por intermédio do acompanhamento de agentes de desenvolvimento solidário. Por meio da capacitação e contratação de agentes de desenvolvimento solidário - que realizam suas atividades nas comunidades com o objetivo de conhecer as potencialidades econômicas locais -, busca-se fomentar novos empreendimentos solidários, assessorando aqueles já existentes. Este trabalho ocorre mediante uma parceria estabelecida com os gestores públicos em relação à Economia Popular Solidária, além de estimular a construção e o fortalecimento de espaços coletivos da sociedade civil, como fóruns, redes e movimentos - que possuam como intencionalidade debater e definir as necessidades das comunidades, tendo como norte a busca de soluções pela Economia Popular Solidária (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009).
c) Fomento a Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários	O objetivo principal da ação de Fomento às Finanças Solidárias é apoiar a criação e o fortalecimento institucional de bancos comunitários de desenvolvimento e de fundos rotativos solidários. Estes são criados visando a financiar iniciativas existentes de Economia Popular Solidária, por meio de apreensão da realidade - diagnóstico -, acompanhamento e assistência técnica às experiências coletivas e projetos existentes que estão sendo financiados (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009). Consiste também num dos grandes desafios da Economia Popular Solidária no Brasil.
d) Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária	O objetivo desta atividade consiste em garantir um processo de qualificação para formadores, educadores e gestores públicos que atuam em atividades que envolvem a Economia Popular Solidária, objetivando a produção, multiplicação e disseminação de conhecimentos científicos e populares, inovações metodológicas e tecnológicas que sejam apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009). Dentre as ações destacam-se: os Centros de Formação em Economia Solidária - CFES -, a Economia Popular Solidária inclusa no Plano Nacional de Qualificação - PNQ - e a Economia Popular Solidária na Educação de Jovens e Adultos - EJA. Este último relaciona-se com o Programa Juventude: Educação, Trabalho e Ação Comunitária, que será apresentado na sequência do Capítulo.
e) Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários	O conjunto das ações e/ou atividades direcionadas à comercialização dos produtos advindos das experiências de Economia Popular Solidária, tem como objetivo principal o fomento a projetos que contribuam com a viabilização destes empreendimentos coletivos por meio da construção de redes de comercialização e da constituição e fortalecimento de espaços que facilitem a comercialização dos produtos advindos destas iniciativas. Constituem práticas sociais que envolvem esta atividade: a) construção do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário; b) promoção de Feiras de Economia Popular Solidária; c) promoção de Bases de Serviços Territoriais em apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários, articulados aos Sistemas Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Secafes -, vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA -; d) apoio a projetos que objetivam a introdução de Centrais de Armazenamento e de Distribuição dos produtos; e) fomento ao Cooperativismo de consumo na organização de Redes de Lojas para comercialização de produtos advindos da Economia Popular Solidária (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009).

AÇÕES E/OU ATIVIDADES	FINALIDADES
f) Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária	Estas ações visam o estabelecimento, o fortalecimento e a sistematização de políticas locais e regionais de Economia Popular Solidária, bem como estimulam a criação de uma política em âmbito nacional. Esta atividade potencializa também espaços de participação que articule as três esferas governamentais, fortalecendo o pacto federativo, bem como a constituição de uma rede de Centros Públicos de Economia Solidária, que atendam às diversas regiões do país, prioritariamente onde sejam desenvolvidas atividades de Economia Popular Solidária. Constituem práticas sociais desta atividade: a) apoio à instituição e ao desenvolvimento de políticas públicas locais e regionais de Economia Popular Solidária, com execução descentralizada, mediante convênios com entes públicos ou privados, ou pela promoção da articulação de órgãos e entidades para a cooperação na consolidação de políticas; b) sistematização e avaliação das iniciativas em curso, por meio da criação de um Observatório de Políticas Públicas de Economia Popular Solidária; c) manutenção das atividades do Conselho Nacional de Economia Solidária e suas instâncias; d) realização de Conferências Nacionais de Economia Solidária (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009).
g) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária	Constituir um Sistema Nacional de Informações em Economia Popular Solidária, para identificar e caracterizar os empreendimentos coletivos, instituições de apoio e fomento a políticas sociais de Economia Popular Solidária, de forma que possibilite a visibilidade e o fortalecimento destas experiências para geração de trabalho e renda e a inclusão social (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009). O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária ²⁰⁴ - Sies -, é composto por dados de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES - e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento - EAF.
h) Recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão	O objetivo principal desta ação é contribuir para o fortalecimento de empreendimentos autogestionários constituídos por trabalhadores de empresas recuperadas ou que estão em situação de crise. Constituem práticas sociais desta atividade: a) realização de cursos, oficinas e seminários, visando à capacitação dos trabalhadores e sua integração; b) assessoria na elaboração de diagnósticos, estudos de viabilidade econômica e planos de negócios das experiências coletivas; c) assessoria na elaboração de projetos de financiamento destinados aos empreendimentos coletivos; d) apoio à articulação e constituição de redes e cadeias produtivas entre as empresas recuperadas por trabalhadores; e) promoção de visitas técnicas a estes empreendimentos; f) promoção de intercâmbio entre os trabalhadores de experiências em fase de recuperação e destes com os de empreendimentos já consolidados - estágios cooperativos -; g) desenvolvimento de instrumentos legais que facilitem a recuperação de empresas falidas e/ou em situação de crise por trabalhadores em forma de autogestão; h) desenvolvimento de mecanismos de instituição de um fundo público para apoio ao processo de recuperação de empresas pelos trabalhadores; i) divulgação e orientação aos trabalhadores, aos sindicatos e à sociedade civil em geral, sobre a possibilidade de recuperação de empresas por meio da auto-organização de trabalhadores (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009).

²⁰⁴ Esta atividade e/ou ação foi materializada pelo Mapeamento de Economia Popular Solidária, realizado entre 2005 e 2007, que consiste na única ação materializada em todo território nacional.

AÇÕES E/OU ATIVIDADES	FINALIDADES
i) Desenvolvimento e disseminação de conhecimento e tecnologias sociais apropriadas à Economia Solidária	Apoiar a realização e publicação de estudos e pesquisas científicas de interesse da Economia Popular Solidária, visando a subsidiar a formulação e introdução de políticas sociais e um Novo Marco Jurídico/Legal para estas experiências; incentivar desenvolvimento e disseminação de inovações tecnológicas sociais e apropriadas às demandas dos empreendimentos econômicos solidários; dar visibilidade e realizar Campanha Nacional de Divulgação - com a produção e distribuição de material impresso e audiovisual - para a difusão de conhecimentos sobre a Economia Popular Solidária no Brasil (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009).
j) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários	Apoiar a consolidação e ampliação das Incubadoras de Cooperativas Populares nas Universidades; fomentar a criação e o acompanhamento de cooperativas populares; produzir conhecimentos e formação para as cooperativas populares (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009). Sua principal ação é desenvolvida pelo Proninc.
k) Elaboração do Marco Jurídico da Economia Solidária	O objetivo principal desta ação de natureza não orçamentária, é a elaboração de proposições normativas tanto em termos de adequações à legislação já existente, como à criação de novas legislações que confirmem reconhecimento jurídico às experiências de Economia Popular Solidária, de modo que atendam as suas necessidades. Constituem práticas sociais desta atividade: a) construção normativa e elaboração de Projetos de lei que regulem a ação do Estado no campo da Economia Popular Solidária e consolidem e institucionalizem a sua futura política pública; b) elaboração de propostas normativas que promovam a formalização jurídica e econômica dos empreendimentos econômicos solidários e que possibilitem o reconhecimento jurídico das diversas formas societárias assumidas pela economia solidária; c) propostas que visem à garantia dos direitos dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores associados (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009).

Quadro 6 - Ações/atividades desenvolvidas pela Senaes e pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora

Por meio destas atividades e/ou ações previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - Senaes -, o governo federal pretende contribuir com a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, de modo que as mesmas possam se manter no mercado e gerar renda aos trabalhadores que estão inseridos nestes empreendimentos coletivos e, conseqüentemente, aos seus familiares. Estas atividades e/ou ações possuem, como intencionalidade, potencializar e contribuir para que as demandas e necessidades dos empreendimentos coletivos sejam sanadas, de modo que se tornem viáveis economicamente no Brasil. Salienta-se que estas atividades foram solicitadas pelo Fórum Nacional de Economia Solidária, quando da criação das Senaes.

Para materializar estas ações e/ou atividades que estão relacionadas com os objetivos e intencionalidades do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, a Senaes - juntamente com o MTE - elaborou o Plano Nacional de Qualificação²⁰⁵ - PNQ, 2003/2007. O PNQ está diretamente vinculado ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e se configura como um elemento fundamental para a constituição de uma futura política social, em âmbito nacional²⁰⁶, concernente à Economia Popular Solidária.

O PNQ, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, pretende realizar atividades de fortalecimento e constituição de políticas sociais locais e regionais voltadas ao desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Brasil. O PNQ foi criado para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promotoras e qualificadoras, direcionadas ao fortalecimento da Economia Popular Solidária no país. Pelo PNQ - plano governamental -, a Economia Popular Solidária é compreendida também como uma das alternativas aos trabalhadores desempregados e como uma forma de autoemprego coletivo (MEDEIROS, acesso em: 3 mar. 2009).

Neste caso novamente se ressalta a categoria de contradição, pois, ao mesmo tempo em que a Economia Popular Solidária vem sendo prospectada como uma

²⁰⁵ O PNQ integrou o Plano Plurianual de 2004-2007 e está na contramão do Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor –, que objetiva a qualificação dos sujeitos ao mercado de trabalho. Refere-se, portanto, que há uma divergência dentro do MTE sobre quais programas sociais devem obter financiamento para promover a geração de trabalho e renda e enfrentar o desemprego, considerando que ambos recebem recursos financeiros do FAT (MEDEIROS, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2009).

²⁰⁶ Nos Anais da Iª Conferência Nacional de Economia Popular Solidária, foram elaborados e propostos às bases para a criação de política social de Economia Popular Solidária no Brasil.

alternativa de enfrentamento ao desemprego, também acaba por legitimar, de certa forma, esta demanda - trabalho informal -, na medida em que o PNQ a compreende como uma forma de autoemprego coletivo. Os integrantes dos Fóruns de Economia Popular Solidária no Brasil, entretanto, compreendem esta possibilidade de geração de trabalho e renda como uma das formas de enfrentamento ao sistema - realidades bem distintas.

Ocorre que o PNQ foi criado por um determinado grupo de integrantes do MTE, que não participou da proposta de criação do Novo Marco Legal elaborada pela Senaes e demais instâncias da sociedade civil organizada. Ou seja, o PNQ prevê a informalidade do trabalho coletivo. A Senaes, entretanto, juntamente com o apoio de deputados, está sugerindo uma proposta que tente contemplar os trabalhadores inseridos nesta informalidade - por meio do trabalho coletivo -, de forma que estes sujeitos possam usufruir novos projetos de leis, entre eles da reformulação da Lei do Cooperativismo, das Cooperativas de Trabalho e da Lei Super Simples, em que seriam incluídos os trabalhadores cooperativados - posto que isto consiste numa das intencionalidades previstas pelo Novo Marco Legal. Assim, constata-se novamente uma disputa de interesses e ideologias diante desta realidade, que envolve, inclusive, instâncias governamentais.

Apesar desta realidade, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possui relevância, pois o mesmo objetiva contribuir com as experiências coletivas de modo que os trabalhadores gerem renda para si e para seus familiares, frente o desemprego. Não se pode deixar de destacar, entretanto, que enquanto alguns segmentos estatais prospectam a Economia Popular Solidária, também como uma forma de autoemprego coletivo, a sociedade civil organizada, por sua vez, compreende estas experiências coletivas como uma maneira de realização do processo de trabalho que diverge da intencionalidade do sistema capitalista - individualismo, acumulação e centralização de capital. Destaca-se então, o conflito de compreensões e relações de forças sociais que envolvem o referido Programa e segmentos sociais.

Ressalta-se ainda que, por meio do PNQ, a Senaes pretende trabalhar com as demais esferas governamentais - Estados e municípios - as ações de Economia Popular Solidária - assim como ocorre com as outras políticas e programas setoriais. Ou seja, é por intermédio do PNQ que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, inserido na Senaes é programado e planejado. São objetivos e,

posteriormente, ações do PNQ: a) promover a qualificação social, ocupacional e profissional do trabalhador articuladas com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade; b) ações que complementam o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: qualificação dos trabalhadores beneficiários de ações vinculadas ao sistema público de emprego e à Economia Popular Solidária; c) qualificação de trabalhadores beneficiários de políticas de inclusão social; d) identificação e disseminação de metodologias e tecnologias sociais de qualificação²⁰⁷ (MEDEIROS, acesso em: 03 mar. 2009).

Salienta-se ainda que, para viabilizar economicamente as experiências de Economia Popular Solidária, faz-se necessário articular este Programa Social com outros programas sociais setoriais. A Economia Popular Solidária constitui-se, portanto, num programa que demanda ações transversais. Para isso, o seu programa social deve se expandir e interagir com diferentes órgãos do governo federal, estadual e municipal, articulando-se com os diversos programas e ações existentes (ECONOMIA..., 2007). Os programas que empregam ações transversais foram elaborados visando a evitar a duplicidade de iniciativas e desenvolvimento de ações, de modo que as mesmas fossem executadas de forma mais estruturada. Isto possibilita também que os recursos sejam utilizados de maneira mais eficiente (FINEP, acesso em: 13 abr. 2009).

Um aspecto que deve ser ressaltado é que, ao mesmo tempo em que as chamadas públicas qualificam o desenvolvimento das atividades e a aplicação dos recursos públicos - quando realizadas de forma que contemplem os direcionamentos da democracia brasileira que constam na Constituição Federal -, também limitam os setores e instituições que poderão usufruir dos recursos, pois, são elegidas as propostas elaboradas que vão ao encontro das solicitações que constam nos editais e nestas chamadas públicas.

Para desenvolver, entretanto, estas atividades e/ou ações previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado à Senaes e

²⁰⁷ Faz-se necessário para a instituição dessas ações, entre elas as de cunho político-pedagógicas, que seja divulgada e desenvolvida, por meio da Senaes, uma metodologia que possui as seguintes características: priorizar e valorizar os saberes populares, as culturas populares; que respeite as diversidades sociais e peculiaridades das realidades regionais; um projeto pedagógico que tenha como temáticas centrais o trabalho e a cidadania dos trabalhadores; que disponibilize um assessoramento que envolva as dimensões: técnico-científica, sociopolítica, metodológica e ético-cultural. Para isto se incentiva a participação popular, a promoção e a articulação dos gestores de políticas que estimulem a Economia Popular Solidária e o fortalecimento de programas governamentais – municipais e estaduais (MEDEIROS, acesso em: 03 mar. 2009).

inserido no MTE, de modo que estas ações viabilizem economicamente - pelo menos, num primeiro momento -, as experiências de geração de trabalho e renda, torna-se necessário que o mesmo se articule com outros Ministérios e programas sociais (MEDEIROS, acesso em: 03 mar. 2009). Um dos principais ministérios que vem colaborando com o programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, além do MTE, é o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - que possui como intencionalidade o enfrentamento da fome, da miséria e da exclusão social no Brasil -, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social.²⁰⁸

Estas parcerias ocorrem mediante acesso aos programas existentes nestes dois ministérios - MTE e MDS -, bem como pelo orçamento previsto pelos mesmos, que inclui o Programa de Economia Popular Solidária. O orçamento atual do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento é de R\$ 57.398.007,00, considerando que R\$ 13.220.400,00 advém do MTE e R\$ 44.177.607,00 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MEDEIROS, acesso em: 03 mar. 2009). Isto significa que, apesar do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes estarem inseridos no MTE, ambos vão ao encontro e participam da proposta do MDS.

Os meios e formas de acesso aos recursos previstos nos orçamentos destinados ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por intermédio dos referidos ministérios, ocorre pela aprovação de projetos sociais enviados pelas instituições sociais, governamentais e incubadoras universitárias. Este processo está relacionado com a abertura de editais e chamadas públicas - referidas anteriormente. Os projetos devem ser enviados diretamente à Senaes - quando aberto edital para chamada pública -, os quais serão submetidos à análise e, após a

²⁰⁸ A Secretaria de Assistência Social desenvolve diversos programas e serviços sociais que objetivam a inclusão social. Entre eles o Programa Bolsa-Família, o Programa de Integração à Família - Paif, o Benefício de Prestação Continuada - BPC -, Projovem Adolescente, entre outros. A assistência social é organizada por meio de um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social - Suas -, conforme estabelece a nova Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 (MINISTÉRIO... Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/o-ministerio/missao-1>>. Acesso em: 8 abr. 2009). Já pelo Suas, instituído em 2005, "as ações da assistência social são organizadas tendo por referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades. As ações da assistência social no Suas são organizadas em dois tipos de proteção, básica e especial, e desenvolvidas e/ou coordenadas pelas unidades públicas: Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas)" (DESENVOLVIMENTO..., 2008, p. 36). A assistência social não será aprofundada neste estudo por não se constituir na centralidade do mesmo, posto que outros autores trabalham com o tema, como as pesquisadoras na área de Serviço Social doutora Maria Ozanira da Silva e Silva, doutora Maria Carmelita Yasbek, doutora Berenice Rojas Couto, entre outros.

sua aprovação, serão realizados os convênios e o contrato de acordo ou de licitação com as instituições de apoio.

Ao ser tomado como programa, a demanda relacionada com as experiências de Economia Popular Solidária, faz-se importante perceber a abrangência e a importância da articulação das ações do Estado com as ações da sociedade civil. Estas ações devem estar respaldadas em alguns elementos importantes como: a autonomia das instituições envolvidas, descentralização das decisões, as definições de competências e de atribuições, bem como dos recursos disponibilizados, democratizando informações (KOCOUREK, 2009).

Além do MTE e do MDS, a Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento também desenvolvem ações integradas com outros programas sociais, vinculados aos demais ministérios existentes. Estas parcerias e articulações ocorrem por meio de “apoio”, segundo as informações obtidas pela análise documental e entrevistas realizadas - com exceção do Proninc. Desta forma, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, portanto, constitui-se num programa social transversal, que está vinculado a outros programas sociais²⁰⁹ pertencentes a diferentes ministérios e secretarias.

Esta vinculação, portanto, consiste na forma de apoio - com exceção do Proninc que se constitui num programa social que desenvolve uma das principais atividades e/ou ações previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, que é o processo de incubação universitária. Ou seja, todos os demais programas sociais desenvolvem ações que complementam o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, uma vez que possuem em comum o objetivo central de incluir socialmente os sujeitos que necessitam de respaldo governamental. Desta forma os programas desenvolvem ações transversais visando a redução da duplicidade de ações, bem como da destinação de recursos.

²⁰⁹ Para além destes 18 Programas Sociais em âmbito nacional, bem como do PNQ, menciona-se ainda que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento recebe apoio de dois projetos sociais e três programas existentes em âmbitos regionais, que são: Projeto Alfa Inclusão – Ministério da Educação – MEC –; Projeto Terra Sol – Ministério do Desenvolvimento Agrário –; Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido – Conviver –, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e ao Ministério das Cidades; Programa Cultura Viva (Cultura, Educação e Cidadania) – vinculado ao Ministério da Cultura –; e o Programa Nacional de Cooperativismo na Mineração Brasileira – vinculado ao Ministério de Minas e Energia – MME (este programa é desenvolvido também na cidade metropolitana de Porto Alegre/RS).

Destaca-se em âmbito nacional os seguintes programas sociais que constam no *site* da Senaes e que complementam o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento²¹⁰: 1) Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas - Proninc -; 2) Programa de Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda - PROGER -; 3) Programa de Rede Solidária de Restaurantes Populares -; 4) Programa Fome Zero/Acesso à Alimentação; 5) Programa de Abastecimento Agroalimentar; 6) Educação do Campo - Pronera -; 7) Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural; 8) Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Coopersol -; 9) Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater -; 10) Programa de Agricultura Familiar - Pronaf -; 11) Programa de Resíduos Sólidos Urbanos; 12) Programa Crédito Solidário; 13) Programa Juventude: Educação, Trabalho e Ação Comunitária; 14) Programa Etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de Quilombo; 15) Programa Saúde Mental; 16) Programa Organização Produtiva de Comunidades - Produzir -; 17) Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - Promeso -; 18) Programa Ciência e Tecnologia para a inclusão social (MEDEIROS, acesso em: 03 mar. 2009). Foi elaborado um Quadro que sintetiza as principais informações referentes aos 18 programas sociais com os quais o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, possui alguma forma de parceria ou apoio.

²¹⁰ Salienta-se ainda que estes programas complementam de forma mais direta o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, posto que também podem ser acessados pelos empreendimentos coletivos. Existem, entretanto, outros programas sociais, também de extrema importância, que visam à inclusão socioeconômica dos sujeitos, que podem ser acessados pelos trabalhadores destes empreendimentos, como o Bolsa-Família, Peti, Paif, entre outros.

PROGRAMAS SOCIAIS	MINISTÉRIOS	OBJETIVOS/FINALIDADES
1) Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas - Proninc	MTE; MDS; Ministério da Educação - MEC	Desde a criação da Senaes/MTE, o Proninc passou a ser coordenado por esta Secretaria. O Proninc está vinculado ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio de uma das suas atividades e/ou ações, a de Fomento à Incubadoras de experiências de Economia Popular Solidária. O objetivo principal do Proninc é utilizar o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos cooperativos e associativos que gerem trabalho e renda aos trabalhadores e seus familiares. As universidades se envolvem com o Proninc de duas formas: promovendo atividades de apoio à formação e desenvolvimento de cooperativas ou associações produtivas - principalmente por meio de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares -; e realizando pesquisas que visem a produzir conhecimentos relevantes para a consolidação de metodologia de processo de incubação (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
2) Programa de Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda - Proger	MTE	O objetivo principal do Proger é gerar e manter emprego e renda para a população por meio de linhas de crédito que são disponibilizadas pelos programas específicos de financiamento disponíveis no sistema financeiro. O Proger, portanto, constitui-se num conjunto de linhas de créditos que são utilizadas para financiar ou investir no crescimento de pequenos empreendimentos de geração de trabalho e renda, tanto no meio urbano como no rural. Os recursos aplicados são originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT -, e sua utilização obedece às prioridades definidas pelas Comissões Estaduais e Municipais de Emprego (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009). O Proger prevê não só o crédito, mas também a capacitação gerencial do beneficiado, acompanhamento e assistência técnica. O teto para financiamento é de R\$ 5 mil por associado ou cooperado. O financiamento pode chegar a 90% do valor do projeto. O prazo do financiamento é de 60 meses, incluindo carência de até 12 meses. (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/proger/aquem.asp >. Acesso em: 2 mar. 2009).
3) Programa de Rede Solidária de Restaurantes Populares	MDS	O objetivo principal do programa é ampliar a oferta de refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros, comercializadas a preços acessíveis. A Senaes, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento apoia a instalação de Restaurantes Populares Públicos e de pequenas unidades de produção e comercialização de alimentos (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009). Para obter os recursos advindos deste programa, os municípios e governos estaduais encaminham projetos sociais ao Ministério solicitando o recurso. Estes projetos, por sua vez, em cada âmbito de governo são elaborados com a participação de entidades e organizações da rede de Economia Popular Solidária e da assistência social (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).

PROGRAMAS SOCIAIS	MINISTÉRIOS	OBJETIVOS/FINALIDADES
4) Programa Fome Zero - Acesso à Alimentação	MDS	O objetivo principal do Programa Fome Zero é garantir à população em situação de insegurança alimentar, o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009). Por meio deste programa em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, pretende-se apoiar a melhoria das condições socioeconômicas das famílias beneficiadas; apoiar a instalação de bancos de alimentos; apoiar a produção de alimentos para autoconsumo; estimular a construção de cisternas para armazenamento de água nas comunidades em geral; possibilitar a educação alimentar, nutricional e para consumo. Em suma, o programa Fome Zero está relacionado com o programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no aspecto da produção e distribuição de alimentos, e a forma que estas atividades são desenvolvidas, posto que, neste caso, as mesmas estão vinculadas com a produção agroecológica e de desenvolvimento sustentável.
5) Programa de Abastecimento Agroalimentar	MDS; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	O objetivo principal do programa é contribuir para a expansão sustentável da produção por meio da geração de excedentes para a exportação, assim como pela atenuação das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais. Desta forma, pretende-se manter estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Este programa em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, visa também a adquirir alimentos advindos da Agricultura Familiar, principalmente em relação aos agricultores familiares e empresários do agronegócio, associações e cooperativas da produção agrícola e da pecuária (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
6) Programa de Educação do Campo - Pronera.	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	O objetivo principal do programa é fortalecer a educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, procurando contribuir com o Desenvolvimento Rural Sustentável. Este programa, em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes visa também: a educação de jovens e adultos no campo; a concessão de bolsa de capacitação profissional em assistência técnica; a formação de profissionais em nível superior, adaptados à reforma agrária e agricultura familiar (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
7) Programa de Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	O objetivo principal do programa é fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços que promovam o desenvolvimento humano e a geração de trabalho e renda de modo sustentável. Este programa está relacionado com as pequenas experiências de geração de trabalho e renda - cooperativas e associações (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).

PROGRAMAS SOCIAIS	MINISTÉRIOS	OBJETIVOS/FINALIDADES
8) Programa de Fomento ao Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária - Coopersol	MDA	O objetivo principal do programa é apoiar a organização e o fortalecimento de cooperativas e associações rurais, e a elevação da renda, bem como o aumento de empregos formais no meio rural. O público-alvo a que se destina são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária e as experiências de Economia Popular Solidária - associações e cooperativas (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
9) Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater	MDA	O objetivo principal do programa é estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, extrativistas e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientado das ações. Este programa em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes visa também a apoiar programas de capacitação de agricultores e jovens rurais, e promover a formação e fortalecimento de redes de serviços do Ater nos estados e municípios. O programa tem uma atuação transversal com outras ações de apoio à reforma agrária e à agricultura familiar, constituindo-se em redes para a assistência técnica e extensão rural visando à prestação de serviços para a produção, a distribuição e comercialização da produção da agricultura familiar (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
10) Programa de Agricultura Familiar - Pronaf	MDA; Ministério do Meio Ambiente	O objetivo principal do programa consiste em fortalecer a agricultura familiar promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Este programa, em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, visa também a contribuir com o Fundo de Garantia-Safra (Lei 10.700, de 2003); fomentar a assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares; disponibilizar insumos para a agricultura familiar; fomentar projetos de diversificação econômica e agregação; remunerar as instituições financeiras pela operação do Pronaf - operações oficiais de crédito (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
11) Programa de Resíduos Sólidos Urbanos	MTE; Ministério das Cidades; Ministério do Meio Ambiente	O objetivo principal do programa é incentivar a redução, reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos, assim como ampliar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços de limpeza pública, de coleta, de tratamento, visando a promover a inserção social de catadores, tendo como objetivo eliminar os lixões e o trabalho infantil (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009). Consiste, portanto, num apoio destinado à organização e desenvolvimento de Cooperativas atuantes com resíduos sólidos. Possui relação com as pequenas experiências de geração de trabalho e renda no meio urbano, e possui como público-alvo: catadores de resíduos, coletores de lixo, trabalhadores cooperativados em coleta e reciclagem de resíduos e famílias trabalhando em lixões (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).

PROGRAMAS SOCIAIS	MINISTÉRIOS	OBJETIVOS/FINALIDADES
12) Programa Crédito Solidário	Ministério das Cidades	O objetivo principal do programa é financiar habitação para população com renda familiar de 3 a 5 salários mínimos, residentes em meio urbano e meio rural. Esta solicitação é realizada por meio de projetos encaminhados pelas cooperativas ou associações de trabalhadores, que objetivam conseguir o financiamento - e este poderá ser pago em 20 anos, com custo financeiro limitado exclusivamente à correção monetária. Este programa está vinculado com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, pois tem como público-alvo, também, os trabalhadores das pequenas experiências de geração de trabalho e renda - cooperativas e associações (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
13) Programa Juventude: Educação, Trabalho e Ação Comunitária	Ministério da Educação	O objetivo principal do programa consiste em apoiar a educação básica e qualificação profissional de jovens e adultos - que estão em nível Fundamental. Este programa em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, visa também a desenvolver ações formativas integradas relacionadas com a elevação da escolaridade, qualificação profissional, cidadania e solidariedade (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009). Este programa interage também com o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.
14) Programa Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo	Ministério da Cultura	O objetivo principal do programa é desenvolver a economia para afirmar os laços de pertencimento em comunidades afrodescendentes historicamente excluídas nas relações sociais que envolvem o sistema. Este programa em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, visa também a afirmar os laços de solidariedade histórica e afirmar que as comunidades afrodescendentes têm condições de sobrevivência (Disponível em PROGRAMA: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf . Acesso em: 2 mar. 2009).
15) Programa Saúde Mental	Ministério da Saúde - MS	O objetivo principal do programa é incluir os sujeitos com transtornos mentais em atividades de trabalho, visando a geração de renda. Este programa, em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, visa também a incluir socialmente estes sujeitos por meio do trabalho coletivo, com intenção de incluí-los socialmente (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
16) Programa Organização Produtiva de Comunidades - Produzir	Ministério da Integração Nacional	O objetivo do programa é enfrentar a situação de desemprego e subemprego em comunidades pobres rurais ou urbanas, situadas nas áreas prioritárias da política nacional de desenvolvimento regional sustentável, incluindo seus integrantes em arranjos e atividades produtivas que promovam a dinamização econômica local e contribuam com os desenvolvimentos regionais. Visa também a capacitar profissionalmente e organizar as experiências coletivas de produção, direcionadas aos arranjos produtivos locais identificados e promover a cooperação técnica e financeira para a legalização de empreendimentos produtivos (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).

PROGRAMAS SOCIAIS	MINISTÉRIOS	OBJETIVOS/FINALIDADES
17) Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - Promeso	Ministério Integração Nacional	O objetivo principal do programa é em aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais por meio da organização social, do desenvolvimento de seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais (< http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 10 abr. 2009). Este programa em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, visa também a fortalecer o associativismo e o cooperativismo; mobilizar as comunidades mediante o associativismo e o cooperativismo; reestruturar a base econômica e geração de trabalho e renda. O público a que este programa está destinado relaciona-se com os territórios das regiões do país definidas como prioritárias pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional. (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).
18) Programa Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social	Ministério da Ciência e Tecnologia	O Objetivo principal do programa é apoiar e financiar pesquisas, difusão e inovações tecnológicas que representem avanços na forma de inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais, identificando demandas locais e articulando e promovendo a investigação e implementação de alternativas tecnológicas viáveis (< http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 10 abr. 2009). Este programa em parceria com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, visa também a apoiar a inovação tecnológica apropriada ao Desenvolvimento Local Sustentável; apoiar a pesquisa e desenvolvimento aplicados à segurança alimentar e nutricional; apoiar a pesquisa e a inovação para o desenvolvimento social; fomentar a capacitação tecnológica em temas de impacto social; fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas da dinâmica de inovação em desenvolvimento regional. Este programa possui relação com as pequenas experiências de geração de trabalho e renda - cooperativas e associações, tendo como público-alvo as instituições públicas, municipais, estaduais e ONGs (Disponível em PROGRAMA: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf >. Acesso em: 2 mar. 2009).

Quadro 7 - Programas Sociais articulados com o Programa de Economia Solidária em desenvolvimento e com a Senaes

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinculado à Senaes, apesar de incipiente, objetiva viabilizar, num primeiro momento, economicamente as experiências de Economia Popular Solidária, seja por meio de suas ações e/ou atividades - que foram elaboradas visando a materializar os objetivos, diretrizes e finalidades do referido Programa e da Senaes -, seja por sua articulação/parceria que vem sendo estabelecida pelo apoio a outros programas e projetos sociais - devido ao fato de se constituir também num programa transversal - vinculados a 11 Ministérios.

Pode-se citar como exemplo desta realidade, dentre outras atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, a Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários. Esta atividade, entre outras, possui como objetivo principal fomentar projetos que contribuam com a viabilização das experiências de geração de trabalho e renda por meio da construção de redes de comercialização de empreendimentos e da constituição e fortalecimento de espaços e instrumentos que dinamizem a comercialização dos produtos advindos destas iniciativas. Esta ação tem como preocupação central a comercialização dos produtos e serviços produzidos pela Economia Popular Solidária (ORGANIZAÇÃO..., acesso em: 04 mar. 2009). Isto significa que esta atividade e/ou ação expressa, portanto, demandas voltadas à criação e ao desenvolvimento de canais de comercialização para produtos e serviços que fomentem a construção de relações comerciais diferenciadas, pautadas por princípios de justiça, cooperação, transparência e solidariedade. Para isto conta com o apoio e parceria de outros programas sociais, de modo que as atividades e recursos previstos sejam otimizados sem duplicidade de ação.

Salienta-se ainda a relação estabelecida entre a política e secretaria de assistência social e da Senaes, por intermédio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Esta relação é estabelecida na medida em que o público-alvo destas duas secretarias são semelhantes, ou seja, sujeitos e famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Enquanto a assistência social possui programas de redistribuição de renda - como o Bolsa-Família, que é de extrema importância para a sobrevivência destes sujeitos historicamente excluídos da produção de bens e serviços da sociedade capitalista -, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento objetiva a geração de renda a estes sujeitos e, conseqüentemente, aos seus familiares.

Ele não resolve as demandas inerentes ao sistema capitalista, mas é de extrema relevância, pois, por meio dele - assim como dos demais programas vinculados à assistência social -, os trabalhadores podem sair de um estágio de extrema exclusão social.

Outra característica dos programas sociais que realizam parceria por meio de apoio ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento é que mais da metade deles estão relacionados com a produção no meio rural e/ou agroecológica, ou com o acesso a créditos. Desta forma pode-se afirmar que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - assim como o governo federal -, visa a atingir como público-alvo, também - além dos trabalhadores urbanos e geralmente em situação de vulnerabilidade social -, os trabalhadores das experiências de geração de trabalho e renda inseridos no meio rural. As experiências localizadas no meio rural estão relacionadas com os pequenos proprietários rurais, que desenvolvem as suas atividades econômicas com o plantio, tendo como característica a agricultura familiar. Tanto os empreendimentos no meio rural como no urbano, necessitam de maiores facilidades de acesso a créditos e financiamentos a juros baixos, posto que este se constitui num dos objetivos da Senaes, bem como a revisão do novo Marco Legal do Cooperativismo e Associativismo no Brasil.

Ainda em relação aos programas sociais que constam no Quadro-síntese, destaca-se que por meio desta pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, no que se relaciona às 17 experiências coletivas de geração de trabalho e renda elegidas ao estudo, com exceção do Proninc - experiências assessoradas pelas incubadoras universitárias -, apenas 2 empreendimentos coletivos pesquisados possuem vinculação com o Programa Fome Zero - por intermédio da Petrobrás -, que são as Experiência “7” e Experiência “16”, assessoradas pelas Instituições “C” e Instituição “N”.

Desta forma, constata-se a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul - mesmo que as experiências coletivas pesquisadas não constituem a totalidade dos empreendimentos existentes no Estado, que estão sendo ou não assessorados pelas instituições. Destaca-se esta realidade, relacionada com a forma de repasse de recursos públicos, também pelas poucas ações previstas pelo programa desenvolvidas neste Estado, e ainda, pela quase inexistência do princípio da transversalidade dos programas, pois, apesar do

referido programa prever ações transversais com outros programas sociais, isto ainda está em fase bem inicial.

Este fato não retira a relevância do programa, mas sim acentua a necessidade de expandir o mesmo no Rio Grande do Sul, e no Brasil, de modo que possa contribuir para a viabilidade econômica dos empreendimentos de Economia Popular Solidária. No próximo subitem será introduzido o Conselho Nacional de Economia Solidária, como uma das formas de controle social realizado pela sociedade.

5.1.3 Conselho Nacional de Economia Solidária

Tendo como intencionalidade transformar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento em um programa social permanente - e não apenas de governo -, assim como se objetiva também criar uma política social de Economia Popular Solidária em âmbito nacional, foi criado, em 2006, o Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES. Este último foi promulgado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes, no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Pode-se salientar ainda que o CNES foi formado também para introduzir a participação da sociedade civil no controle social das ações que envolvem o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Estimulou-se a definição de mecanismos de transferência de parcelas de poder do Estado para a sociedade civil e foram induzidas mudanças substantivas na dinâmica dessas relações. [...] A constituição de tais espaços tornou-se possível, também, em virtude das mudanças que se processaram no caráter dos movimentos populares, que, *de costas para o Estado* no contexto do autoritarismo militar, redefiniram suas estratégias e práticas e passaram a considerar a participação institucional como espaço a ser ocupado (RAICHELIS, 2000, p. 36-37).

Em relação ao CNES, pode-se asseverar que o mesmo se constitui em um órgão consultivo e propositivo, que objetiva a interlocução permanente entre, os setores governamentais e da sociedade civil que atuam a favor do desenvolvimento da Economia Popular Solidária.

[...] os sujeitos sociais e políticos devem estar presentes na formulação, desenvolvimento, acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas, visando seu aperfeiçoamento constante e sua legitimação social [...] onde os diferentes atores sociais possam negociar, de forma transparente e em igualdade de condições, os seus interesses, pensados na relação com a coletividade, constituindo-se em um processo pedagógico do exercício democrático (ECONOMIA..., 2007, p. 33).

O CNES é integrado por 56 entidades, divididas entre três segmentos: governo, experiências de Economia Popular Solidária e instituições sociais, que possuem como intencionalidade fomentar e assessorar os empreendimentos coletivos.²¹¹ Essa estrutura visa a garantir a representação efetiva tanto da sociedade civil como do Estado, buscando aprimorar permanentemente as políticas sociais relacionadas com a Economia Popular Solidária (PROGRAMA..., acesso em: 17 fev. 2009).

O CNES possui como atribuições centrais propor diretrizes para as ações direcionadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, aos outros órgãos do governo federal e aos Ministérios a que este programa está vinculado, bem como visa também a acompanhar a execução das ações e/ou atividades previstas ao programa (PROGRAMA..., acesso em: 17 fev. 2009). Em relação a esta realidade, faz-se menção o Art. 2º do Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, que atribui as seguintes competências ao CNES: a) estimular a participação da sociedade civil e do governo no âmbito da política de Economia Popular Solidária; b) propor diretrizes e prioridades para uma futura política de Economia Popular Solidária; c) propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação referente ao cooperativismo e associativismo brasileiro, com vistas a fortalecer a Economia Popular Solidária; d) avaliar o cumprimento dos programas da Senaes vinculados ao MTE e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho; e) examinar propostas de políticas sociais locais e regionais que lhe forem submetidas pela Senaes; f) coordenar as atividades relacionadas com a Economia Popular Solidária, desenvolvidas pelas entidades nela representadas pela Senaes; g) estimular a formação de novas parcerias entre as instituições da sociedade civil e a Senaes; h) colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza; e i) aprovar o seu regimento interno (PLANALTO..., acesso em: 17 fev. 2009).

²¹¹ Com base no Decreto nº 5.811.

Em 8 de dezembro de 2008 foi publicado no Diário Oficial da União nº 152, que o CNES - por intermédio de políticas, programas e ações governamentais nas três esferas de governo - federação, Estados e municípios²¹² -, deve fortalecer a Economia Popular Solidária em suas diversas formas de organização, sugerindo aos governos que incluam nos seus compromissos com a população a implantação de políticas locais de apoio e fomento à Economia Popular Solidária. O CNES sugere que sejam criados também fundos de crédito para possibilitar que os empreendimentos coletivos possam ter acesso a fundos públicos, à assistência técnica, à qualificação profissional, ao apoio à comercialização (EMEDIATO, acesso em: 17 fev. 2009).

Esta realidade será possibilitada pela criação de Centros de Formação por Região de Apoio à Economia Solidária que deveriam ser implantados a partir de 2007. Os Centros de Formação possuem como atividades principais: a) a formação de sujeitos em Economia Popular Solidária; b) o desenvolvimento e a sistematização de conteúdos e metodologias de formação em Economia Popular Solidária; c) a criação de um processo de articulação, sensibilização e também formação destinado aos Conselheiros, que deveriam introduzir a Economia Popular Solidária nos Centros de Referência (CONSELHO..., acesso em: 17 fev. 2009). Com base em informações obtidas por intermédio de contato estabelecido com a Senaes - no segundo semestre de 2008 -, foi averiguado que este processo de insituição dos Centros de Formação e Regionais, vinculados ao Conselho de Economia Solidária, está em fase de implantação, mas ainda de forma bem incipiente no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Salienta-se ainda que os Conselhos Estaduais e Municipais de Economia Popular Solidária no Brasil também estão em estágio de implantação nos Estados e municípios, ainda em sua fase inicial. No Rio Grande do Sul - delimitação espacial e geográfica desta pesquisa -, também não foi criado e instituído o Conselho Estadual de Economia Popular Solidária. Esta incipiência no processo de criação dos Conselhos está possivelmente relacionada com o fato de o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, ainda não terem conquistado todos os espaços necessários para a sua concretização, de modo que contemplem todas as proposições previstas. Outro aspecto que se menciona, está relacionado com a não participação plena da sociedade civil e do governo nestes espaços de controle social.

²¹² Além do Distrito Federal.

De fato, [...] apontam múltiplos desafios para a consolidação dos conselhos, tanto no campo governamental quanto da sociedade civil. No campo governamental, uma das principais dificuldades relaciona-se às resistências para que as definições das políticas públicas sejam abertas à participação e ao controle social, retirando-as das mãos da burocracia estatal para permitir a penetração da sociedade civil. No da sociedade civil, o reconhecimento da heterogeneidade dos atores e das concepções, práticas e experiências e propostas acumuladas geradoras de múltiplos interesses e demandas, nem sempre convergentes, desafia o estabelecimento da agenda comum que deve orientar ações e decisões coletivas (RAICHELIS, 2000, p. 37).

Salienta-se que na medida em que o referido Programa for sendo instituído em âmbitos estaduais e municipais - ou, ainda, na medida em que forem sendo criadas políticas sociais locais de fomento à Economia Popular Solidária -, paralelamente a esta etapa começarão a ser implantados também, de forma mais expansiva, os Conselhos de Economia Popular Solidária - como modo de controle e de participação social em relação à aplicação deste Programa Social no Brasil.

No Rio Grande do Sul atualmente - 2009 -, existe o Conselho Municipal de Economia Solidária em Santa Maria.²¹³ Nesta cidade - que possui uma tradição no que diz respeito às experiências de Economia Popular Solidárias, devido às Feiras que são realizadas neste *lócus* -, foi sancionado pelo prefeito em 4 de setembro de 2008, o projeto que instituiu o Programa Municipal de Apoio e Fomento à Economia Popular Solidária, criando, também, o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (RIO GRANDE DOS SUL, acesso em: 04 mar. 2009). O FBES indica a cidade de Santa Maria - bem como a Instituição E -, como um dos grandes exemplos para a Economia Popular Solidária no país.

O Conselho Municipal de Economia Popular Solidária em Santa Maria/RS²¹⁴ possui caráter consultivo, e deverá avaliar propostas destinadas às experiências coletivas e encaminhar as sugestões ao poder público (RIO GRANDE DOS SUL, acesso em: 04 mar. 2009). O Conselho será composto por nove integrantes - a exemplo do CNES -, considerando que o mesmo será integrado por três representantes da prefeitura, três representantes das experiências coletivas e três representantes das instituições da sociedade civil.

²¹³ Não foram encontrados outros Conselhos Municipais instituídos de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul até o primeiro semestre de 2009. Provavelmente esta realidade está relacionada com a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes no Brasil, bem como no Rio Grande do Sul.

²¹⁴ O Conselho Municipal de Economia Popular Solidária da cidade de Santa Maria está em fase de implantação.

Destacam-se ainda, neste subitem, com base nas informações obtidas nesta pesquisa relacionada com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, as seguintes características atinentes aos elementos que envolvem - ou que deveriam envolver - as formas de gestão e execução das políticas e programas sociais no Brasil.

CARACTERÍSTICAS	PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO
Visibilidade Social	Constata-se publicidade, visibilidade e fidedignidade das informações que orientam as deliberações nos espaços de representação pública.
Controle social	Constata-se a participação da sociedade civil organizada nas formulações, deliberações e acompanhamento das ações governamentais. Ressalta-se aqui que a qualificação que já vem sendo desenvolvida pelos Fóruns e por encontros governamentais vem a contribuir com esta realidade que ainda não está em sua plenitude. Destaca-se ainda que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária exerce maior influência nas decisões públicas do que o CNES, pois o Fórum exerce influência sobre a Senaes.
Representação de Interesses Coletivos	Constata-se a representação dos interesses coletivos, por meio das instituições sociais inseridas principalmente nos Fóruns de Economia Solidária e também no CNES, e nas relações de forças que envolvem o Programa Social.
Democratização	Constata-se uma postura de diálogo e escuta estabelecida entre a sociedade civil organizada - Fóruns e CNES - e os gestores da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Em que pese, que as demandas são atendidas de acordo com as decisões e orçamento governamental, e, respaldado por outras instâncias.
Cultura Pública	Constata-se que este elemento constitui-se na característica mais frágil de ser atendida, seja pela historicidade que envolve as relações sociais no Brasil - tutela, política do favor, entre outros -, seja pelo fato de em certas circunstâncias a sociedade civil confundir o espaço público como de militância social - que também possui sua importância devido à historicidade de opressão existente no Brasil.

Quadro 8 - Características do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora

Com base nestas informações, salienta-se que os elementos de visibilidade social - mesmo que restrita aos espaços da sociedade civil organizada -, o controle social, a representação dos interesses coletivos, o processo de democratização do programa, estão sendo desenvolvidos. Já a Cultura Pública - assim como nos demais programas e políticas sociais -, ainda está em processo bem incipiente, se equiparado aos demais elementos, devido aos 500 anos de realidade permeada

pela cultura de dominação e submissão existentes nas relações sociais brasileiras, também vinculadas à questão social.

A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo modelo, ao incorporar as lutas pela cidadania da sociedade como um todo, por meio do reconhecimento das garantias individuais, políticas, sociais e coletivas (KOCOUREK, 2009). Ao ser incorporado o conceito de democracia participativa e popular, que possui como um dos objetivos centrais a inserção da população nas decisões de assuntos que eram anteriormente a existência da Constituição Federal, tradicionalmente públicos, torna-se necessário a criação de estratégias de redistribuição do poder, entre elas, os conselhos de direitos.

Além disso, incorporou a participação da sociedade civil no exercício da cidadania (KOCOUREK, 2009), ou seja, os cidadãos tornaram-se co-responsáveis pela efetivação das políticas públicas e programas sociais, já que a Constituição não traz somente direitos, mas também deveres. Nos conselhos, os representantes do Estado e da sociedade civil, estabelecem diálogos no qual envolvem disputas que qualificam as ações do Estado e da coletividade. Pois, deliberar pode combinar com diversidade de posições, considerado o fato de que existem sujeitos em processo de desvantagem. Faz-se necessário, diante desta realidade criar estratégias para diminuir esta diferença. Os espaços de representação e deliberação democrática, em que a negociação, o conflito e o consenso são consubstanciais deste processo, portanto, não podem ser caracterizados como um problema, mas sim como uma das formas de mobilização para a construção da sociedade brasileira garantidora de direitos (KOCOUREK, 2009).

Por meio destas informações pode-se relacionar também a participação da sociedade civil organizada e da Senaes, pelos Fóruns de Economia Popular Solidária nos seus diversos âmbitos, mesmo ainda com seus limites e contradições - como a pouca formação e vivências de alguns dos participantes relacionadas com o processo democrático de direitos. Os Fóruns de Economia Popular Solidária, porém, demonstram-se atuantes no que concerne às deliberações e controle que envolvem as ações e/ou atividades do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. O CNES, entretanto, como referido anteriormente, ainda está em fase de implantação e fortalecimento, fato que pode estar relacionado com a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, uma vez que foram os próprios integrantes do FBES que pressionaram o governo para a criação da

Senaes e do Conselho Nacional.

[...] Mesmo trabalhando de 12 a 14 horas por dia não conseguimos dar conta de todas as demandas. [...] todas as informações sobre o nosso Programa Economia Solidária em Desenvolvimento encontra-se na página do mte - economia solidária - Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. No ano passado e nesse ano fizemos já chamadas públicas para projetos de incubadoras universitárias (Proninc), assistência técnica (núcleos estaduais e apoio a redes por meio de organizações da sociedade civil), centros Públicos de Economia Solidária (com governos municipais). [...] Faremos uma chamada pública do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), aberto à participação de universidades e organizações da sociedade civil. Para apoio a Bancos Comunitários estamos fechando uma parceria com o Instituto Palmas. Enfim essas são as ações em andamento e as projeções imediatas (Fernando da Silva²¹⁵, Fonte: e-mail, 01 de setembro de 2008).

Ou seja, no que diz respeito em âmbito nacional, mesmo que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, ainda em seu início, não conseguiu materializar todas as ações e objetivos previstos, o mesmo vem sendo gerenciado de modo que vá ao encontro dos princípios democráticos, estimulando a participação da sociedade civil, de forma que as instituições sociais e de apoio se transformaram em parceiras da Senaes, assim como outros setores governamentais - citados anteriormente. A crítica que se faz ao Estado em relação à sociedade civil, entretanto, está relacionada ao fato de o mesmo transferir as suas responsabilidades para a sociedade civil - realidade que, por meio desta pesquisa, não foi averiguada em relação ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Esta realidade se diferencia da existência de um trabalho realizado em conjunto pelo Estado e as instituições da sociedade civil, tendo-se como perspectiva um Estado atuante diante destas parcerias e demandas sociais.

Para implementar e implantar o programa nacional de Economia Popular Solidária e fomentar políticas e programas locais sobre o referido tema, entretanto, fez-se necessário primeiramente uma maior aproximação e apreensão desta realidade, pela Senaes. Ou seja, para intervir numa determinada situação ou segmento social, faz-se necessário um levantamento que os caracterize de forma que por meio deste conhecimento, o programa social possa vir a contemplar as

²¹⁵ Nome fictício criado para não identificar o profissional vinculado a Senaes que forneceu a informação.

demandas que são originárias desta realidade. No próximo subitem serão apresentados os principais elementos que foram caracterizados pelo Mapeamento de Economia Popular Solidária no Brasil - e no Rio Grande do Sul -, realizado pela Senaes entre o período de 2005 e 2007, que constitui a única ação concretizada, até o momento, por este programa social em todos os estados brasileiros, mesmo com suas limitações e incipiência.

5.2 MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL REALIZADO PELA SENAES COM A PARCERIA DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO

O Mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária consistiu numa das atividades realizadas pela Senaes e pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, que abrangeu mesmo com a incipiência do programa, todos os estados brasileiros. Este mapeamento procurou desvelar as principais características socioeconômicas dos empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda no Brasil, relacionadas com as seguintes indagações: Qual é a renda obtida por estas experiências? Onde estão localizadas? Qual a quantidade existente de experiências coletivas? Quantos trabalhadores estão inseridos? Entre outros elementos. Ou seja, para que o mencionado programa social - juntamente com a Senaes - possa contribuir para a viabilidade das experiências coletivas, possibilitando a manutenção e permanência destes empreendimentos no mercado, de forma que passem a obter sobras e consequentemente gerar renda aos seus trabalhadores, faz-se necessário uma apreensão desta realidade.

Para isto foram criadas 27 Equipes de Gestores Estaduais - EGEs -, com vistas a implantar um banco de dados nacional por meio da criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - Sies -, sendo a Senaes, o MTE e o FBES os responsáveis por esta atividade (INCUBADORA..., 2006). A proposta de realização do mapeamento consistiu em atender um dos objetivos do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, tendo como intuito identificar as características dos empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, para poder fomentar e executar propostas que vão ao encontro das necessidades e

demandas dos mesmos. Ou seja, o mapeamento foi realizado pela Senaes com a intenção de caracterizar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, pois, para poder assessorar estes empreendimentos coletivos populares e solidários, objetivando sua viabilidade econômica, pelo menos num primeiro momento²¹⁶, por meio de um programa governamental, faz-se necessário, um mapeamento desta realidade.

Pode-se elencar como objetivos do Mapeamento de Economia Popular Solidária: a) constituir uma base nacional de informação em Economia Popular Solidária com identificação e caracterização de empreendimentos coletivos e das instituições de apoio, assessoria e fomento à Economia Popular Solidária; b) fortalecer e integrar empreendimentos econômicos solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, por meio de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar os processos de comercialização; c) dar visibilidade à Economia Popular Solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade; d) propiciar espaços públicos de reconhecimento da Economia Popular Solidária; e) possibilitar a elaboração de um Marco Jurídico adequando as experiências de Economia Popular Solidária; f) potencializar a formulação de uma política pública que abranja a Economia Popular Solidária futuramente; g) possibilitar o desenvolvimento da produção de conhecimentos científicos sobre o tema (SENAES, acesso em: 15 jul. 2008).

Durante a primeira fase do Mapeamento, que envolveu a etapa de planejamento, foi definido que o mesmo abrangeria informações sobre as experiências coletivas e também informações referentes às instituições que apoiam, assessoram e fomentam estes empreendimentos coletivos. Já na segunda fase do mapeamento, foram mobilizados as instituições e fóruns locais para a composição de equipes que se colocariam à frente da gestão política do mapeamento em suas regiões (ECONOMIA..., 2007b).

A idealização do mapeamento começou a se transformar em realidade no final de 2003, quando a Senaes, o MTE e o FBES começaram a prospectar a possibilidade de mapear as experiências coletivas de Economia Popular Solidária no

²¹⁶ Após as necessidades primordiais de sobrevivência, relacionada com a renda, serem sanadas, pode-se ampliar a viabilidade para outras questões relacionada com os aspectos sociais que envolvem estes empreendimentos coletivos, como por exemplo, as formas que são organizadas o processo de trabalho, os princípios cooperativas, entre outros.

Brasil, considerando que foi em 2005²¹⁷ que o mesmo passou a ser realizado e em 2007 finalizado. Nestes empreendimentos pesquisados buscou-se averiguar a forma na qual o processo de trabalho está sendo desenvolvido, bem como se estas experiências estão tendo viabilidade econômica no mercado, sem que as instituições de apoio estejam vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e à Senaes.

Menciona-se ainda que por meio do Mapeamento de Economia Solidária, além dos Fóruns de Economia Popular Solidária e da Senaes, cada Delegacia Regional do Trabalho - DTR -, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, juntamente com as EGEs, tiveram que coordenar nos seus respectivos Estados a identificação e cadastramento de empreendimentos de Economia Popular Solidária. Assim, em âmbitos estaduais, os Fóruns Estaduais de Economia Solidária, as delegacias regionais do trabalho, universidades e outras instituições que constituíram a EGEs também participam deste processo (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).²¹⁸ Na sequência serão introduzidas as principais características das experiências de Economia Popular Solidária mapeadas no Brasil e no Rio Grande do Sul, pela Senaes, com vistas a dar visibilidade a esta demanda social que o mencionado Programa social visa abranger.

5.2.1 Caracterização do mapeamento de Economia Popular Solidária no Brasil

Pelo Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado pela Senaes pode-se obter as seguintes informações e dados referentes às experiências coletivas no Brasil: em relação à quantidade de experiências mapeadas, constatou-se que existem mais de 21.857 empreendimentos no Brasil, e destes, 2.085 localizam-se no Rio Grande do Sul, totalizando quase 10% dos empreendimentos averiguados no Brasil

²¹⁷ Possivelmente não foram mapeadas a totalidade das experiências de Economia Popular Solidária existentes em todo o território brasileiro, devido a sua grande expansão geográfica.

²¹⁸ No Rio Grande do Sul, além do Fórum Estadual de Economia Popular Solidária e da EGE, as incubadoras foram as principais instituições parceiras da Senaes, que coordenaram o mapeamento das suas respectivas regiões. O Vale dos Sinos e o Vale do Caí foram mapeados pela Unisinos; já a Região Noroeste do Rio Grande do Sul foi mapeada pela Unijuí. As demais regiões do Estado foram mapeadas por meio de uma parceria estabelecida entre a Unisinos e as demais entidades coexecutadoras – vinculadas a secretarias municipais e instituições sociais que também colaboram no processo de mapeamento (INCUBADORA..., 2006).

(9,53%) (INCUBADORA..., 2006). Ressalta-se ainda que o Rio Grande do Sul possui em torno de 80,43% dos 2.592 empreendimentos coletivos mapeados na Região Sul do Brasil - que está em 3º lugar no que concerne à quantidade de experiências mapeadas (16,41%). Isto significa que o Rio Grande do Sul obtém uma centralidade e uma supremacia na Região Sul do Brasil em relação à soma de experiências coletivas, se equiparado aos Estados de Santa Catarina e Paraná.

Em relação às outras regiões brasileiras, averiguou-se que a com maior quantidade de experiências é a Região Nordeste, com 43,51% dos empreendimentos mapeados, seguida pela Região Sudeste, com 17,92%, pela Região Norte, com 12,16%, e pela Região Centro-Oeste, com 9,97% (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Constata-se, portanto, que a Região Nordeste possui quase que 50% da totalidade das experiências mapeadas no Brasil; uma supremacia absoluta em relação às demais regiões brasileiras. Estes dados podem estar relacionados com o elevado índice de desemprego existentes nos Estados nordestinos, conforme constatado nas suas regiões metropolitanas.

Quanto à organização dos 21.857 empreendimentos coletivos mapeados, constatou-se que os mesmos estão distribuídos em cooperativas, associações, grupos informais, entre outros. No Brasil, a maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação, 52%, seguida pelos grupos informais²¹⁹, 36% e pelas Cooperativas, 10%; outras formas constituem 2% - sociedades mercantis, entre outros.

²¹⁹ Os grupos informais não pagam impostos e, conseqüentemente, não podem usufruir créditos e outros incentivos do governo federal, estadual e municipal. Como não possuem nota fiscal, CNPJ, este tipo de experiências coletivas acaba se caracterizando como empreendimentos pontuais, sem foco de comercialização, que mal dão conta da sobrevivência dos sujeitos (SINGER, 2007). Outro aspecto está relacionado com o fato de os grupos informais estarem localizados geralmente nos meios urbanos, que podem ser relacionados com os dados que serão apresentados em seguida.

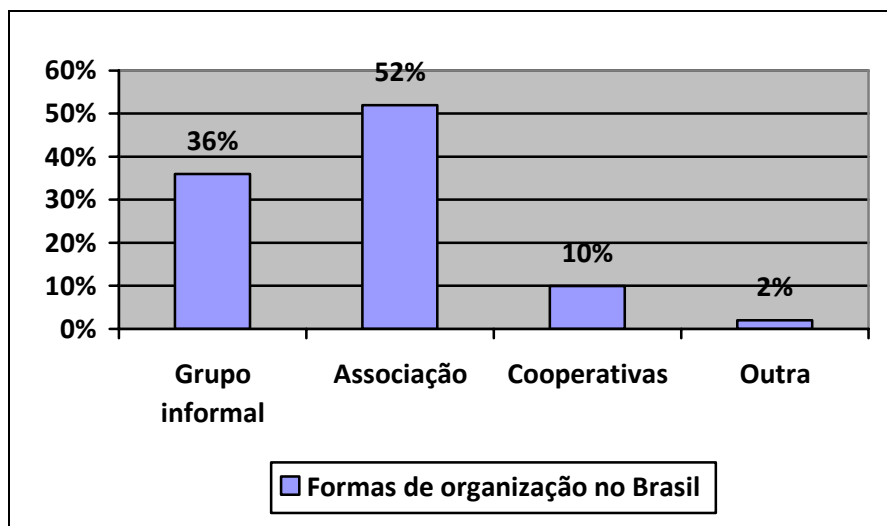


Gráfico 2 - Formas de organização das experiências coletivas no Brasil

Fonte: Dados de pesquisa originários do Mapeamento realizado pela Senaes e sistematizados pela pesquisadora

Desta distribuição existente no Brasil em relação às formas de organização das experiências coletivas, salienta-se que as mesmas se diferenciam conforme as regiões mapeadas. Nas Regiões Norte, Nordeste e também Centro-Oeste predominam as associações; já nas Regiões Sul e Sudeste ocorre uma diminuição da quantidade das associações e uma maior participação dos sujeitos em grupos informais (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Constata-se ainda que: na Região Norte 22% se constituem como grupos informais, 64% em forma de associação e 10% como cooperativa. Na Região Centro-Oeste 29% se constituem como grupos informais, 61% em forma de associação e 9% como cooperativa. Na Região Nordeste - em que foram mapeadas uma maior quantidade de empreendimentos -, constatou-se que 27% se constituem como grupos informais, 66% são associações e 6% estão como cooperativa. Já na Região Sul, verifica-se que 41% das experiências mapeadas se constituem como grupos informais, 34% em forma de associação e 22% como cooperativa. Por fim, a Região Sudeste possui 51% de grupos informais, 31% em forma de associação e 15% como cooperativa informais (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

Estes dados demonstram que há uma diversidade de realidade existente entre as regiões brasileiras, tanto no aspecto econômico como nos aspectos culturais, políticos, sociais, educacionais, entre outros. Demonstram também, entre

outros fatores, que apesar das Regiões Sul e Sudeste terem ênfase em experiências vinculadas ao cooperativismo e associativismo no Brasil, bem como ênfase na existência de experiências de Economia Popular Solidária, ambas demonstram que as experiências nelas existentes não estão constituídas legalmente enquanto grupos associativistas e/ou cooperativistas, e ainda as associações predominam em relação ao cooperativismo. Diante desta realidade enfatiza-se que se faz necessário que o governo federal amplie e invista nas instituições de apoio, fomento e assessorias existentes - principalmente nas Regiões Sul e Sudeste -, que assessoram estes empreendimentos coletivos, pois uma das atividades do processo de incubação constitui-se na legalização dos mesmos, ou seja, que se transformem em cooperativas ou grupos associativistas.

Do total de experiências coletivas mapeadas no Brasil, 21.857, praticamente a metade, 48%, são empreendimentos existentes exclusivamente no meio rural; dos demais empreendimentos, 35% são urbanos e 17% são mistos - rurais e urbanos informais (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Em relação a estas informações, ressalta-se que nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predominam os empreendimentos no meio rural - incluindo as experiências mistas. Já nas Regiões Sul e Sudeste, a realidade novamente é diferenciada, posto que os empreendimentos coletivos predominam no meio urbano - considerando os empreendimentos mistos (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Possivelmente esta realidade está relacionada com o fato destas regiões, sul e sudeste, serem mais urbanizadas e industrializadas do que as demais regiões brasileiras.

Desta forma, constata-se que os grupos informais podem estar se constituindo, portanto, em estratégias de sobrevivência dos sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apesar de também serem urbanizadas - principalmente as regiões metropolitanas nordestinas -, percebe-se que ainda possuem parte de suas populações inseridas no meio rural, uma vez que neste predominam as cooperativas e associações - em relação às experiências de Economia Popular Solidária.

Por intermédio dos dados obtidos por este mapeamento constatou-se que 1.751.000 sujeitos estão associados, cooperados ou vinculados às experiências de Economia Popular Solidária no Brasil, posto que a média de sujeitos envolvidos nos empreendimentos é de 81 trabalhadores (ECONOMIA..., 2007b). Em relação à

oscilação da quantidade de trabalhadores associados e/ou cooperados - aumento ou diminuição -, constatou-se que metade das experiências mapeadas não apresentou nenhuma alteração em relação a quantidade de trabalhadores inseridos. Quatro mil empreendimentos, porém, diminuíram o número de trabalhadores envolvidos e 6,5 mil aumentaram a quantidade de associados e/ou cooperados (ECONOMIA..., 2007b). Salienta-se, com base nestas informações, que predominam tanto a permanência como a inserção de novos trabalhadores nestes empreendimentos coletivos no Brasil. Esta realidade justifica a relevância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, uma vez que estes sujeitos se inserem nestas experiências coletivas devido ao desemprego.

Em relação à quantidade de sujeitos e à questão de gênero nestas experiências coletivas que foram mapeadas, constatou-se que os empreendimentos são constituídos por 635 mil mulheres e 1.117.000 homens (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).²²⁰ No Brasil, dos associados e/ou cooperados nas experiências de Economia Popular Solidária, constata-se que a participação de homens é superior a das mulheres, 64% e 36%, respectivamente (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Isto significa uma inserção de homens que quase dobra a feminina, resultando em 28% a mais na média brasileira.

Na Região Sul, esta realidade é ainda mais acentuada, uma vez que a participação de homens é superior à média nacional, chegando a 71%, ou seja, 7% a mais que a média nacional. Já na Região Centro-Oeste, ocorre a maior participação de mulheres nos grupos associativistas e cooperativistas - sendo inclusive superior à média nacional -, chegando a 41% (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Ou seja, 5% a mais do que a média nacional. Salienta-se, porém, que a quantidade de homens nos empreendimentos coletivos é superior à quantidade de mulheres em todas as regiões brasileiras.

Constatou-se também, segundo o mapeamento realizado, que quanto menor o empreendimento coletivo é proporcionalmente maior a inserção de mulheres. Elas predominam nas experiências com menos de 10 integrantes, chegando-se à porcentagem de 63% destes tipos de empreendimentos (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Já os homens predominam nas experiências coletivas que possuem de 21 a

²²⁰ Menciona-se ainda que os empreendimentos são agregados por mais 25 mil trabalhadores participantes das experiências de modo indireto, ou seja, que mesmo não sendo integrantes, possuem algum vínculo com os empreendimentos de geração de trabalho e renda (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

50 integrantes, obtendo-se a porcentagem de 60% destes empreendimentos, e constituem 66% dos com mais de 50 integrantes (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

Destaca-se ainda que há em torno de 2.300 experiências coletivas constituídas exclusivamente por mulheres, 16%, e em torno de 1.500 empreendimentos formados exclusivamente por homens, 11%. Já os demais empreendimentos, 73%, são constituídos tanto por mulheres quanto por homens (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Desta forma, constata-se que os empreendimentos constituídos somente por mulheres são maiores em relação aos constituídos somente por homens, mas ainda predomina acentuadamente os empreendimentos mistos.

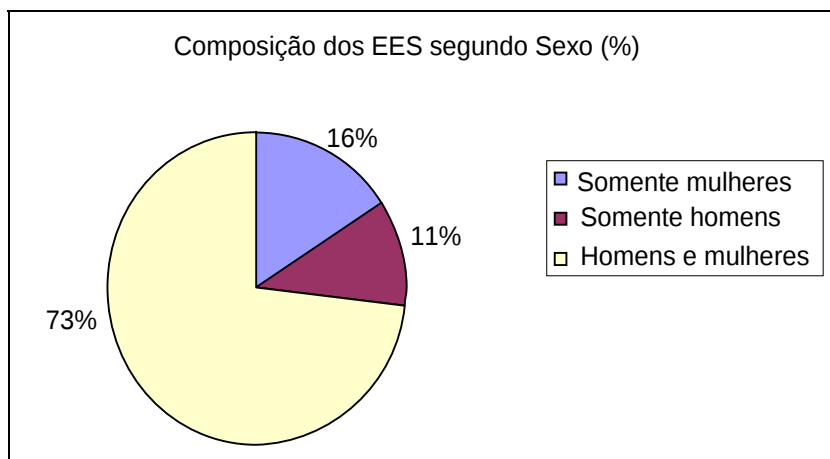


Gráfico 3 - Inserção exclusiva de mulheres e homens nas experiências coletivas

Fonte: Dados de pesquisa originários do Mapeamento realizado pela Senaes e sistematizados pela pesquisadora

Possivelmente as experiências constituídas somente por mulheres podem estar relacionadas com o fato de as mesmas se caracterizarem nas condições apresentadas anteriormente, em que abordou-se que cada vez mais as mulheres estão chefiando as famílias, bem como acumulam outras atribuições sociais que acabam por sobrecarregá-las e, para sobreviverem dando conta das demais atividades - maternidade, serviços domésticos, entre outros - (TIRIBA, 2000), possivelmente inserem-se em grupos associativistas localizados próximos aos seus

lares para gerarem renda.²²¹

No que concerne aos motivos de estímulos ou necessidades para a criação dos empreendimentos de Economia Popular Solidária, destacam-se: a) foram criados como uma das alternativas ao desemprego, 45%; b) foram criados para complementar a renda dos associados e/ou cooperados, 44%; c) foram criados para que os sujeitos obtivessem uma renda maior, 41%; d) foram criados para participar de trabalhos em que os trabalhadores são proprietários, 31% (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Lembra-se ainda o fato de os trabalhadores poderem gestionar os empreendimentos e desenvolver as atividades de forma coletiva, e a possibilidade de poder acessar créditos coletivamente - o que contribui com a viabilidade destas experiências.

Com base nestas informações, destaca-se que nas Regiões Sudeste (58%) e Nordeste (47%) o principal motivo da criação das experiências é a alternativa ao desemprego. Nas Regiões Norte e Centro-Oeste, o principal motivo citado foi a possibilidade de complementar os rendimentos, 46% e 53% respectivamente. Já na Região Sul o motivo mais citado foi a possibilidade de obter uma renda maior (48%), seguida pela possibilidade de complementar a renda²²² (45%) (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

As atividades desenvolvidas pelas experiências mapeadas estão vinculadas a uma extensa variedade de produtos e serviços. Sua distribuição geográfica pelos municípios e regiões é bastante diversa, considerando que algumas atividades possuem maior concentração em certos locais e outras são mais dispersas (ECONOMIA..., 2007b). As informações que foram mapeadas referentes as dez principais atividades que são desenvolvidas pelos empreendimentos averiguados no Brasil, são: a) atividades de serviços relacionadas à agricultura (25,44%); b) cultivo de outros produtos de lavoura temporária 14,29%; c) fabricação de artefatos têxteis - não incluindo artigos de vestuários (11,62%); d) cultivo de cereais para grãos (10,39%); e) cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos de horticultura (7,52%); f) criação de outros animais (7,07%); g) atividades mistas: lavoura e pecuária (6,88%); h) artesanato em madeira e palha (5,89%); i) fabricação de farinha de

²²¹ Relatórios Sies 2005/2007: Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais e Relatório Nacional. Não consta a faixa etária destes trabalhadores (Disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2008), dados que seriam de grande relevância ao mapeamento tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul.

²²² Pode-se perceber, então, que na Região Nordeste a constituição das experiências coletivas como uma das possibilidades de geração de trabalho e renda, ante ao desemprego, se destaca. Já na Região Sul, conforme os dados apresentados, o principal motivo ainda é a complementação da renda dos sujeitos e suas respectivas famílias.

mandioca e derivados (5,69%); j) produção de artigos relacionados a vestuários (5,16%) (ECONOMIA..., 2007b).

Estas informações alertam para o encontro do fato de que a grande maioria dos empreendimentos coletivos existentes nas regiões brasileiras estão localizados no meio rural - como citado anteriormente -, com exceção das Regiões Sul e Sudeste. Nestas regiões brasileiras referidas por último, as experiências coletivas e suas respectivas atividades predominam no meio urbano, e o processo de trabalho nestes grupos coletivos está relacionado com a produção de artefatos artesanais, produção de artigos para vestuário, serviços em geral, coleta de materiais recicláveis, entre outros.²²³

Aproximadamente 60% dos empreendimentos informaram que possuem dificuldades para comercializar os seus produtos e serviços. As dificuldades mais salientadas pelos trabalhadores, tanto do meio urbano como do meio rural, estão relacionadas com: a) falta de clientes; b) falta de capital de giro; c) baixo preço dos seus produtos e serviços - considerando que os mesmos são comercializados principalmente nas regiões locais ou regionais²²⁴

Ou seja, mais da metade dos empreendimentos mapeados apresentam dificuldades para a comercialização de seus produtos e serviços. Estes dados são de suma importância à Senaes, pois, por meio deles, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento adquire importância e relevância social, uma vez que o mesmo prevê em suas ações e atividades, a facilitação ao acesso de créditos, bem como a prestação de assessorias aos empreendimentos coletivos de modo que os mesmos se tornem mais viáveis no mercado, devido a estes trabalhadores comumente não terem experiências mercadológicas e de logísticas de produtos e

²²³ No que diz respeito às informações referentes à infraestrutura dos empreendimentos coletivos, constatou-se que 42% deles possuem sede própria; 40% têm sede cedida ou emprestada; 8% possuem sua sede alugada; e, 6% não têm sede – grupos informais (ECONOMIA..., 2007b). Com relação aos recursos empregados no início das atividades e para a criação das experiências coletivas, percebe-se, por meio do mapeamento, que os mesmos eram originários dos próprios trabalhadores em 60% dos casos; 20% eram advindos de doações; e 12% eram provenientes de empréstimos, entre outros. Já quanto aos equipamentos utilizados pelas experiências, destaca-se que 76% dos empreendimentos possuem equipamentos próprios para o desenvolvimento do processo de trabalho, e 20% utilizam equipamentos cedidos ou emprestados (ECONOMIA..., 2007b). Nesta última situação, salienta-se a possibilidade das falsas cooperativas, que são uma das formas de terceirização de empresas que estão em situação de crise, para o desenvolvimento de suas atividades.

²²⁴ 56% das experiências coletivas vendem ou trocam seus produtos e serviços no comércio local comunitário, e, a metade dos empreendimentos comercializam nos mercados, feiras e comércio municipal. Apenas 7% dos empreendimentos apontaram que comercializam os seus produtos nas demais regiões brasileiras (Disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>, acesso em: 15 jul. 2008).

serviços. Quando os trabalhadores dos empreendimentos mapeados no Brasil foram perguntados sobre o acesso a créditos, 77% dos empreendimentos referiram que existe a necessidade de acesso a créditos ou financiamentos destinados a este tipo de experiências, para que as mesmas possam adquirir viabilidade econômica (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009), principalmente nas experiências criadas como uma das alternativas ao desemprego.

Sobre os resultados das atividades desenvolvidas relacionados com a viabilidade econômica das experiências mapeadas pela Senaes, constatou-se que em 2004 os empreendimentos de geração de trabalho e renda obtiveram os seguintes resultados: 38% dos empreendimentos averiguados conseguiram pagar suas despesas e ainda obteram uma sobra; 34% dos empreendimentos não atingiram nenhuma sobra; 15% dos empreendimentos não conseguiram nem pagar as suas despesas; e 13% dos empreendimentos forneceram outras respostas (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

Apesar de se constituir numa realidade muito preocupante que requer a intervenção do Estado por meio das ações previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, de modo articulado com outros programas e políticas sociais, salienta-se que a maioria das experiências coletivas mapeadas (38%) conseguem obter sobras por meio das atividades que desenvolvem, mesmo com as inúmeras dificuldades existentes para se manterem no sistema - devido a sua complexidade -, enquanto que 15% dos empreendimentos são deficitários. Esta realidade varia de acordo com as regiões brasileiras, considerando que nas Regiões Sul e Norte - regiões extremas geograficamente no Brasil - a quantidade de experiências obteve sobras e ainda estão acima da média nacional - 48% e 40%, respectivamente -; enquanto que as Regiões Centro-Oeste - 33% -, Nordeste - 37% - e Sudeste - 35% - estão abaixo da média, constituindo-se nas regiões mais deficitárias (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

Em relação aos empreendimentos viáveis economicamente, pois conseguem pagar suas despesas e gerar renda - seja de modo complementar aos seus rendimentos ou como uma das alternativas ao desemprego -, afirma-se que 59,3% conseguem obter uma renda de até meio salário mínimo, e em 26,1% dos empreendimentos mapeados a renda obtida é de até 1 salário mínimo, por trabalhador (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Estes dados devem ser compreendidos tendo como perspectiva, os motivos anteriormente apresentados

referentes aos estímulos ou necessidades que fizeram com que os trabalhadores se inserissem nestes empreendimentos coletivos. Novamente constata-se que estas experiências coletivas de geração de trabalho e renda constituem-se em uma das alternativas aos trabalhadores às transformações que estão ocorrendo devido ao processo de reestruturação do capital, pois estes sujeitos estão em situação de vulnerabilidade social.

Quanto à participação no processo de gestão dos empreendimentos destaca-se que 79% das experiências coletivas informaram que realizam assembleias ou reuniões com periodicidade de até 3 meses, considerando que destas, 49,2% às realizam mensalmente, e 10,5% semanal ou quinzenalmente (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Estes dados estão relacionados com o comprometimento, inserção e participação dos trabalhadores nos empreendimentos em que estão vinculados - fato que vai ao encontro dos Princípios do Cooperativismo, e possibilita um processo de politização dos sujeitos.

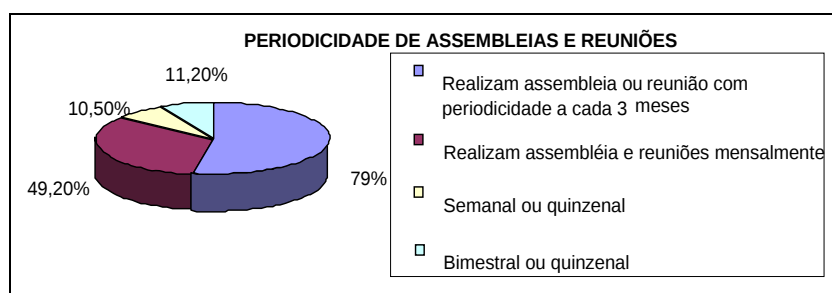


Gráfico 4 - Participação dos trabalhadores nas reuniões e assembleias

Fonte: Dados de pesquisa originários do Mapeamento realizado pela

Senaes e sistematizados pela pesquisadora

As reuniões e assembleias que envolvem a participação dos trabalhadores são desenvolvidas tendo como foco desde a definição das decisões cotidianas que envolvem os empreendimentos, até as eleições existentes para a constituição da diretoria das experiências, entre outros. Este aspecto torna-se relevante, a partir do momento em que estas experiências são compreendidas como formas de contestação dos sujeitos ao processo de heterogestão que envolve comumente os outros empreendimentos inclusos no sistema. Sessenta por cento dos representantes dos empreendimentos coletivos afirmaram que os colegas

associados e/ou cooperados possuem acesso aos registros e informações das experiências coletivas, como a prestação de contas das cooperativas e/ou associações (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

Possivelmente esta participação dos trabalhadores nos empreendimentos, esteja relacionada com o processo de assessoria desenvolvido pelas instituições de apoio que algumas destas experiências vêm recebendo. Destaca-se que 72% dos empreendimentos informaram que tiveram algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou qualificação. Esta assistência foi fornecida tanto por instituições governamentais, como por instituições da sociedade civil e incubadoras de universidades, entre outros (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

Por fim, salienta-se que, dos empreendimentos mapeados, aproximadamente a metade afirmaram participar de redes ou fóruns de articulação da Economia Popular Solidária; entre estes, os Fóruns de Economia Popular Solidária, movimentos sociais, comunitários e sindicais (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Menciona-se ainda que, nestes empreendimentos que participam de articulações existentes da Economia Popular Solidária, 70% das experiências afirmaram ter alguma iniciativa visando à qualidade de vida dos consumidores, de seus produtos e/ou serviços, como a produção de produtos sem agrotóxico, visando um comércio justo e com qualidade. No próximo subitem serão apresentadas as principais características das experiências coletivas mapeadas pela Senaes no Rio Grande do Sul.

5.2.2 Caracterização do mapeamento de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul

O mapeamento realizado pela Senaes em 2005 e 2007 - tendo como parceria as instituições de apoio, que materializa um dos objetivos e ações previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, foi desenvolvido também no Rio Grande do Sul. Das principais características mapeadas no referido Estado - que constitui-se na delimitação geográfica desta pesquisa -, destacam-se as seguintes: no Rio Grande do Sul foram mapeados 2.085 empreendimentos coletivos. Constatou-se que os quatro municípios/cidades que mais possuem experiências de Economia Popular Solidária no Estado são: Santa

Maria, com 160 empreendimentos (7,67%), Porto Alegre, com 116 (5,56%), Caxias do Sul, com 107 (5,13%), e Canguçu, com 54 (2,58%) (ECONOMIA..., 2007b). Esses quatro municípios/cidades constituem 20,94% dos empreendimentos de Economia Popular Solidária existentes no Estado.

Santa Maria, por meio das Feiras de Economia Popular Solidária, possui tradição e ênfase nestes tipos de empreendimentos, pois os mesmos já há algum tempo vêm sendo estimulados por instituições governamentais - prefeitura - e instituições da sociedade civil. Já na capital metropolitana do Estado gaúcho desde, o término do século XX os empreendimentos coletivos vêm sendo estimulados pela prefeitura, com o objetivo de gerar e complementar a renda dos sujeitos participantes destas atividades. Em relação à forma de organização dos empreendimentos no Rio Grande do Sul, afirma-se que 49% das experiências são constituídas por meio de grupos informais, 28% por associações, 18% por cooperativas, e 4% por outras atividades - sociedades mercantis, entre outros (ECONOMIA..., 2007b).

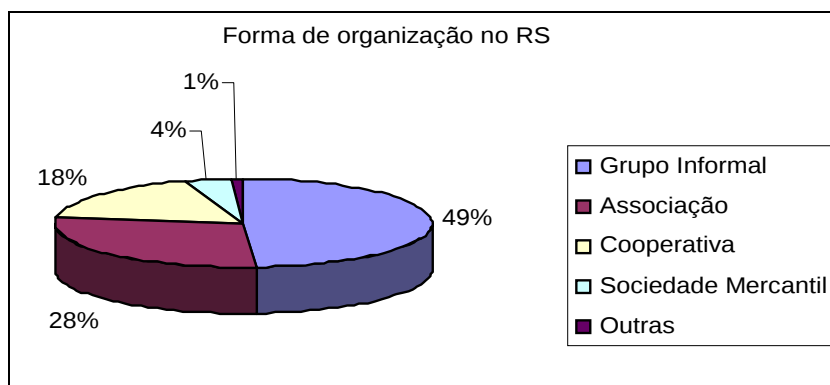


Gráfico 5 - Formas de organização das experiências coletivas no Rio Grande do Sul

Fonte: Dados de pesquisa originários do Mapeamento realizado pela Senaes e sistematizados pela pesquisadora

Conforme o gráfico constata-se que existe uma grande quantidade de empreendimentos localizados no Rio Grande do Sul que são constituídos por meio de grupos informais, totalizando 49%. Ou seja, o Estado possui 13% a mais que a média mapeada no Brasil de grupos informais, 36%. Estes dados vão ao encontro

da precarização das condições de trabalho pelo fato de estes empreendimentos estarem localizados principalmente no meio urbano - no que se refere aos grupos informais. Outro aspecto que se ressalta é que um dos principais motivos para a criação destas experiências tem a ver com a possibilidade destes trabalhadores complementarem a renda.

Não se pode deixar de apresentar, entretanto, esta contradição, pois se o Rio Grande do Sul possui a maioria dos empreendimentos na Região Sul do Brasil, e constitui mais de 10% da quantidade de empreendimentos coletivos existentes no país, e, ainda, se no referido Estado a Economia Popular Solidária possui incentivo das instituições de apoio desde a década de 80 do século XX, devemos apontar a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento não somente no Brasil, mas também acentuadamente no sul do Brasil e no Rio Grande do Sul. Registra-se esta realidade devido ao fato de que a legalização e regulamentação dos empreendimentos coletivos, enquanto cooperativas e/ou associações, constitui-se numa das atividades do processo de incubação que é apoiado e estimulado pela Senaes.

Além do processo de assessoria, a Senaes está tentando materializar formas de facilitar a aproximação destas experiências a créditos e financiamentos mais acessíveis, com juros baixos. Desta forma, vem reproduzindo a lógica capitalista, pois estes empreendimentos, mesmo quando o processo de trabalho é desenvolvido tendo como respaldo os princípios cooperativistas e associativistas, pois, os mesmos também estão inseridos no sistema. Como a Senaes objetiva a viabilidade destes empreendimentos - manutenção e obtenção de sobra para suas gerações de renda - , esta secretaria cria possibilidades para que estes trabalhadores também sejam contemplados. Com base na apreensão destas informações, constata-se a importância da realização do mapeamento de Economia Popular Solidária, pois o mesmo buscou desvelar e apreender a realidade, de modo que possam ser pensadas ações que busquem a transformação propositiva destas situações.

Destaca-se, ainda, que a quantidade de cooperativas no Rio Grande do Sul, 18%, também é superior à quantidade existente no Brasil, 10%, mostrando que estes empreendimentos muitas vezes tornam-se cooperativas sem passar pela constituição de associações (ECONOMIA..., 2007b). Este dado chama a atenção na medida em que se sabe que regulamentar uma associação é mais simples do que regulamentar um empreendimento enquanto cooperativa, devido as suas

facilitações. Salienta-se esta realidade, pois no Brasil as associações constituem 52%, enquanto que no Rio Grande do Sul, elas constituem somente 28%, tendo-se 24% de associações a menos no Estado. Obviamente estes dados devem ser relacionados também com o fato de que neste Estado os grupos informais constituem quase a metade dos empreendimentos.

No Rio Grande do Sul foram mapeadas 1.400 cooperativas de trabalho (ECONOMIA..., 2007b), considerando que estas últimas formam um dos setores que mais crescem no país. Salienta-se que não raramente as cooperativas de trabalho são utilizadas como forma de terceirização de empresas maiores que se encontram em situação de crise. Não há informações obtidas por meio do mapeamento realizado pela Senaes que relacionem estas 1.400 cooperativas com a existência de falsas cooperativas, porém, devido a esta realidade, não se pode deixar de comentar esta possibilidade que acaba por precarizar ainda mais as condições de trabalho dos sujeitos.

No Brasil as experiências de Economia Popular Solidária estão localizadas prioritariamente, 48%, no meio rural. Esta realidade no Rio Grande do Sul é diferenciada - assim como no Sudeste e nas demais regiões mais urbanizadas e industrializadas -, pois esta porcentagem é um pouco menor. A maior concentração de empreendimentos coletivos neste Estado localiza-se no meio urbano, em 42% dos casos. Já no meio rural foram mapeados 38% dos empreendimentos, e 20% das experiências localizam-se tanto no meio rural como no meio urbano - mistas. Juntando os 42% existentes exclusivamente no meio urbano, com os 20% mistos, constata-se que 62% dos empreendimentos estão vinculados com o meio urbano. Já se juntarmos os 38% do meio rural com os 20% mistos, obteremos 58% dos empreendimentos vinculados ao meio rural.

A diferença de 4% dos empreendimentos mapeados no Rio Grande do Sul no meio urbano e no rural, não se constitui como acentuada, mas, se equiparada à média nacional, os dados possuem relevância. No Brasil, ao se utilizar o parâmetro referido, constatamos a diferença de aproximadamente 15% a mais de experiências vinculadas ao meio rural em relação ao urbano. Estes dados demonstram, portanto, que a economia que envolve os empreendimentos de Economia Popular Solidária no Brasil e no Rio Grande Sul, assim como em outros Estados brasileiros, possui diferenciações, algo previsível se pensarmos na grande abrangência territorial em que estão envoltos os Estados do país.

No Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, a quantidade de homens inseridos nas experiências coletivas constitui mais de 70% dos trabalhadores. Esta realidade está possivelmente relacionada com o fato de os homens não estarem conseguindo se colocar no mercado formal de trabalho ou, se inseridos, a renda obtida ainda é pequena, de modo que precisam se inserir nestas experiências para complementar os seus rendimentos. Foram mapeadas, porém, também no Rio Grande do Sul 241 experiências coletivas constituídas somente por homens, 11,55%, e 455 constituídas somente por mulheres, 21,82%, portanto, quase o dobro (ECONOMIA..., 2007b). Os demais empreendimentos coletivos que formam a maioria, 1.389, que representam 66,61% dos empreendimentos, são mistos - formados por homens e mulheres.

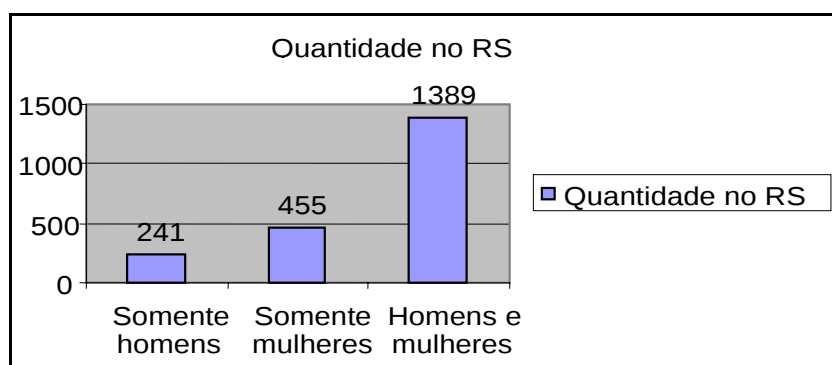


Gráfico 6 - Inserção exclusiva de homens e mulheres nas experiências coletivas no Rio Grande do Sul

Fonte: Dados de pesquisa originários do Mapeamento realizado pela Senaes e sistematizados pela pesquisadora

A Economia Popular Solidária pode se constituir num *lôcus* de inserção do trabalho feminino no Estado. Como o Rio Grande do Sul possui 49% de seus empreendimentos constituídos por meio da informalidade, percebe-se que talvez este seja um dos espaços em que ocorra a participação integral das mulheres. Porém, tanto homens quanto mulheres estão inclusos nos grupos informais no Estado, ambos com o intuito de complementar a renda, embora os papéis sociais atribuídos a estes dois gêneros sejam diferentes. No que concerne à origem dos recursos para o desenvolvimento das atividades realizadas pelos empreendimentos, constatou-se que, segundo o mapeamento, 56% das experiências utilizaram

recursos dos próprios trabalhadores para iniciar as atividades; 16% as iniciaram com base em empréstimos e doações; 18% criaram as experiências por meio de recursos advindos de doações; nos demais 6% a atividade não necessitou de investimento inicial, e em 4% foram citados outros fatores (ECONOMIA..., 2007b). Estes dados são equivalentes às informações obtidas quanto à formação dos empreendimentos coletivos no Brasil, não havendo grande variação.

Em relação aos motivos para a criação das experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul, destacam-se: a) foi criada como uma alternativa ao desemprego; b) para obter maiores ganhos em um empreendimento associativo; c) é uma fonte complementar de renda; d) para desenvolver atividades nas quais todos são proprietários; e) possui condição exigida para ter acesso a financiamentos; f) recuperação por trabalhadores de empresa privada - inclui-se aqui as cooperativas de trabalho -; g) motivação social, filantrópica ou religiosa; h) desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades; i) alternativa organizativa e de qualificação; j) outros (ECONOMIA..., 2007b).

Estes motivos, provavelmente, conforme já referido, materializam-se nos dados apresentados em relação à formação dos empreendimentos, bem como sua localização geográfica e inserção de gêneros nas experiências. Segundo o mapeamento, entre os produtos e serviços que envolvem as atividades que mais são desenvolvidas pelos empreendimentos coletivos no Rio Grande do Sul, destacam-se: a) agricultura; b) fabricação de produtos de padaria; c) artefatos têxteis; d) fabricação de produtos diversos; e) reciclagem de sucatas não metálicas; f) comércio atacadista de hortifrutigranjeiros; g) comércio atacadista de leite e produtos do leite; e h) cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura (ECONOMIA..., 2007b).

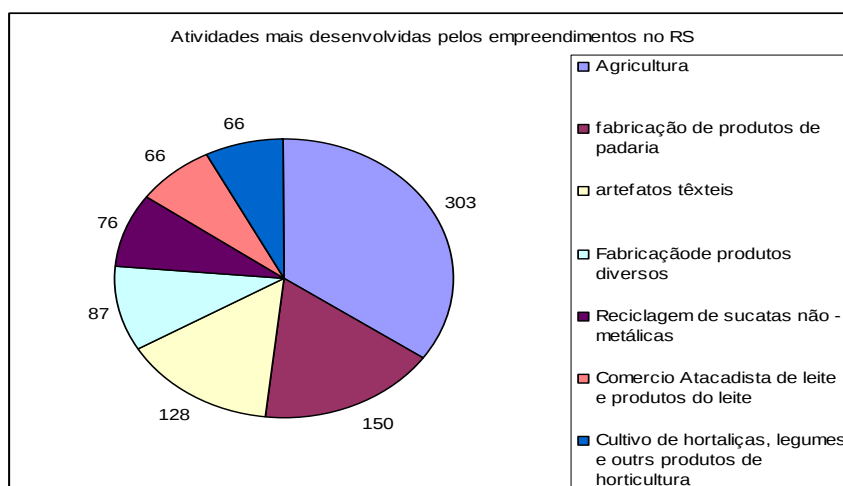


Gráfico 7 - Produtos e serviços das atividades desenvolvidas

Fonte: Dados de pesquisa originários do Mapeamento realizado pela Senaes e sistematizados pela pesquisadora

Estas atividades estão relacionadas com a localização e formas de organização das experiências mapeadas no Rio Grande do Sul no meio urbano - principalmente nos grupos informais -, que desenvolvem atividades que tem a ver com artesanatos, artefatos têxteis, entre outros. Já no meio rural, as atividades desenvolvidas estão vinculadas com a agricultura e produção de leite. Destas atividades apresentadas os produtos e serviços que mais se desenvolveram estão arrolados com: produtos hortigranjeiros, artesanato, pães, confecções, leite, crochê, milho, feijão e artigos de cama, mesa e banho, entre outros. Já no que está relacionado com os insumos mais usados pelas experiências coletivas, destacam-se: aviamentos para costura, tecidos, farinha de trigo, embalagens, adubo, sementes, açúcar e tintas (ECONOMIA..., 2007b).

No que diz respeito ao processo de comercialização dos produtos e serviços advindos das experiências coletivas no Rio Grande do Sul, salienta-se que a maioria dos empreendimentos comercializa os seus produtos e serviços diretamente com os clientes (73%), pois não possuem um local específico para a comercialização (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Em seguida, estão aqueles empreendimentos que possuem espaços próprios para comercialização, e, nestes casos, comercializam seus produtos com revendedores e atacadistas (19%). Já num terceiro momento estão os empreendimentos coletivos mapeados, em que as experiências de geração de trabalho e renda, comercializam seus produtos com

instituições governamentais (2%), realizam trocas com outros empreendimentos (1%), e comercializam com outras experiências (1%), entre outros (4%) (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009).

Por meio destes dados constata-se que o processo de comercialização constitui-se, no Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, numa das maiores dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de geração de trabalho e renda. Como o processo de comercialização dos produtos e serviços está diretamente vinculado com a viabilidade econômica das experiências coletivas, e, conseqüentemente, com a renda dos trabalhadores, acaba por se constituir numa das principais demandas do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes. Desta forma, o governo federal, estadual e municipal, juntamente com as instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias, apoiam e estimulam a criação de feiras, redes e cadeias de Economia Popular Solidária - ressaltando que estas ainda estão em fase de desenvolvimento. Destaca-se novamente que o governo, juntamente com estes empreendimentos, reproduz a lógica capitalista, pois os mesmos estão inseridos no sistema, e para que se tornem viáveis faz-se necessária esta reprodução.

Segundo o mapeamento, as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos gaúchos são: a) não adquirir a quantidade suficiente de clientes (168 empreendimentos); b) falta de capital de giro para vendas a prazo (141 empreendimentos); e c) falta de estrutura para comercialização (local espaço, equipamentos, entre outros) (ECONOMIA..., 2007). Ou seja, estas informações estão relacionadas com o processo de comercialização, falta de acesso a crédito e de infraestrutura. Assim como no Brasil, estas demandas foram mencionadas pelos trabalhadores das experiências coletivas no Rio Grande do Sul - e no Rio Grande do Sul destaca-se a falta de infra-estrutura. A Senaes prevê ações para tentar contribuir com esta realidade. Referindo-se à viabilidade econômica destas experiências mapeadas pela Senaes, no mercado constatou-se que 45% dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra - mesmo com as dificuldades de acesso a crédito e comercialização de seus produtos e serviços -; 30% dos empreendimentos conseguiram pagar as despesas e não ter nenhuma sobra; e somente 10% dos empreendimentos não conseguiram pagar as despesas (ECONOMIA..., 2007b).

Destaca-se que no Rio Grande do Sul existe uma maior viabilidade econômica das experiências coletivas, se equiparadas à média nacional. Esta realidade pode estar vinculada a três possibilidades, que também podem estar associadas. Primeiro, em relação ao fato do Estado ter tradição com estes empreendimentos, posto que os mesmos são incentivados desde a década de 80 do século XX. A outra possibilidade está relacionada com a grande quantidade de experiências coletivas existentes no Rio Grande Sul, de forma informal, ou seja, que não são regulamentadas, e, portanto, não realizam pagamento de impostos. A terceira possibilidade condiz com o fato de que os empreendimentos coletivos no referido Estado, inclusive os informais, foram criados com a intencionalidade de complementar a renda dos sujeitos e/ou familiar. Estas circunstâncias, possivelmente, constituem-se em diferenciais das realidades existentes na média nacional.

Salienta-se, ainda, que mesmo com o fato das experiências coletivas no Rio Grande do Sul possuir uma viabilidade econômica um pouco maior que a média nacional - no que diz respeito ao pagamento das despesas e obterem sobra -, a melhoria da remuneração constitui-se num dos grandes desafios às experiências de Economia Popular Solidária, pois, ao contrário de um emprego assalariado - trabalho formal -, os empreendimentos coletivos distribuem a renda entre os trabalhadores conforme a entrada de valores, após o pagamento das despesas (ECONOMIA..., 2007b). A remuneração, portanto, varia de acordo com as vendas e com o tipo de trabalho desenvolvido: agricultura, cuidados de animais, produção de artesanato, entre outros.

Para a realização de investimentos nos empreendimentos coletivos²²⁵, de modo que os mesmos se tornem viáveis economicamente no mercado, 60% dos trabalhadores informaram que tiveram dificuldades para a obtenção de crédito, e 67% afirmaram existir a necessidade de maiores facilitações para que os mesmos possam acessar créditos e financiamentos com juros baixos. Os bancos públicos

²²⁵ Observando a infraestrutura dos empreendimentos, verificou-se que 962 experiências possuem sede cedida ou emprestada, 735 têm sede própria, 222 alugam imóveis, e 89 não possuem sede; entre outros (SISTEMA..., acesso em: 16 abr. 2009). Já em relação aos equipamentos constatou-se que 1.568 empreendimentos possuem os seus próprios equipamentos, 25 os arrendam e 504 têm emprestado ou cedidos os equipamentos, entre outros (SISTEMA..., acesso em: 16 abr. 2009). Verifica-se, portanto, que assim como no Brasil, deve ser oportunizados a estas experiências coletivas, acesso a créditos e financiamentos, de modo que os 89 empreendimentos mapeados que não possuem sede, e todos os demais que arrendam ou alugam sedes ou equipamentos, possam adquiri-los, de maneira que sobre mais rendimentos e, consequentemente, possuam maior viabilidade no mercado – possam se manter e gerar renda aos trabalhadores.

comumente ainda não satisfazem às necessidades dos empreendimentos, pois agricultores e trabalhadores do meio urbano não conseguem acessar o crédito devido às exigências burocráticas exigidas para a comprovação (ECONOMIA..., 2007b). Novamente se constata a importância da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como do apoio da sociedade civil, para rever o Marco Legal e as possibilidades de acesso a créditos, para que estas experiências se viabilizem no mercado, gerando renda para os trabalhadores e suas respectivas famílias.

No que concerne ao processo de trabalho desenvolvido nos empreendimentos mapeados pela Senaes, constatou-se que os mesmos mencionaram o fato de que tentam respaldar suas ações no princípio da igualdade social (ECONOMIA..., 2007b). Pode-se utilizar como exemplo disto, a participação dos trabalhadores nas instâncias de decisão e distribuição das atividades. Por meio desta realidade, pode ser considerada uma forma de resistência ao processo de heterogestão existente nas relações que envolvem a sociedade capitalista. Novamente destaca-se, assim como nas informações obtidas por meio do mapeamento realizado no Brasil, que a participação dos trabalhadores nos empreendimentos está relacionada com o apoio que algumas destas experiências vêm recebendo de instituições, sendo que 78,41% dos empreendimentos informaram que recebem apoio ou assessoria - sem que estas instituições estivessem necessariamente vinculadas a Senaes e seu respectivo programa social.

Expõe-se, ainda, que 53,42% dos empreendimentos mapeados mencionaram participar de redes ou fóruns de articulação da Economia Popular Solidária, entre estes, o Fórum Gaúcho de Economia popular Solidária e alguns Fóruns regionais (SISTEMA..., acesso em: 15 jul. 2009). Isto significa que 46,57% dos trabalhadores não fazem parte das formas democráticas de participação da sociedade civil nos seus segmentos de representação. Este dado é importante, pois, por meio dele, constata-se que se deve investir no processo de assessoria nestes empreendimentos, levando em conta que o processo de incubação deve ser realizado de modo que promova a participação destes trabalhadores em suas instâncias de representação coletiva, de modo que os mesmos possam pressionar o governo para melhorar as suas condições de trabalho e vida.

Quando indagados sobre questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável, produção agroecológica, 1.428 empreendimentos (mais da metade)

afirmaram que pensam e se preocupam com esta realidade, sendo este um dos diferenciais de suas atividades em relação ao processo de trabalho. Os trabalhadores mencionaram que materializam esta preocupação e postura por meio dos seguintes elementos: a) que os preços dos seus produtos e/ou serviços facilitam o acesso aos consumidores; b) que costumam fornecer informações dos produtos e/ou serviços aos seus clientes; c) que ofertam produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos; d) que qualificam e buscam desenvolver seus produtos e/ou serviços com qualidade, de modo que não agredam o meio ambiente; entre outros (SISTEMA..., acesso em: 15 jul.. 2009).

Para finalizar as informações e dados referentes ao mapeamento de Economia Popular Solidária, elaborou-se um Quadro-síntese relacionado com as principais características apreendidas sobre os empreendimentos no Brasil e no Rio Grande do Sul, abordadas neste estudo.

CARACTERÍSTICAS	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIAS	- 21.857	- 2085
FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	- Associação 52% - Grupos Informais 36% - Cooperativas 10%	- Grupos Informais 49% - Associações 28% - Cooperativas 18%
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	- Meio Rural 48% - Meio Urbano 35% - Mistos 17% (Rurais e Urbanos)	- Meio Urbano 42% - Meio Rural 38% - Mistos 20% (Rurais e Urbanos)
QUANTIDADE DE TRABALHADORES	Total: 1,751 milhões	Total = 363 mil
QUANTIDADE DE MULHERES E HOMENS	- Mulheres: 635 mil - Homens: 1,117 milhões	- Mulheres: 107 mil - Homens: 256 mil
RECURSOS PARA A CRIAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS	- 60% dos casos eram advindo dos trabalhadores - 20% eram advindos de doações - 12% eram provenientes de empréstimos	- 56% dos casos eram advindos dos trabalhadores - 18% advindos de doações - 16% advindos de empréstimos e doações
MOTIVOS DE CRIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	- Uma das alternativas ao desemprego - Complementar a renda - Aumentar a renda - Ter interesse na participação da gestão	- Uma alternativa ao desemprego - Aumentar a renda - Complementar a renda - Ter interesse na participação da gestão
PRODUTOS, SERVIÇOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS EXPERIÊNCIAS	- Agricultura - Cultivo de outros produtos de lavoura temporária - Fabricação de artefatos têxteis - Cultivo de cereais para grãos - Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos de horticultura - Criação de animais - Atividades mistas	- Agricultura - Fabricação de produtos de padaria - Artefatos têxteis - Fabricação de produtos diversos - Reciclagem de sucatas não - metálicas - Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros - Comércio atacadista de leite e produtos do leite
DIFICULDADE DE COMERCIALIZAÇÃO	- Falta de clientes - Falta de capital de giro - Baixo preço dos seus produtos e serviços	- Falta de clientes - Falta de capital de giro - Falta de estrutura para comercialização
VIABILIDADE ECONÔMICA	- 38% dos empreendimentos averiguados conseguiram pagar suas despesas e obterem sobra - 34% dos empreendimentos pagaram suas despesas mas não obtiveram nenhuma sobra - 15% dos empreendimentos não conseguiram nem pagar as suas despesas	- 45 % dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra - 30% dos empreendimentos pagaram as suas despesas e não obtiveram nenhuma sobra - 10% dos empreendimentos não conseguiram pagar as despesas
APOIO DE INSTITUIÇÕES ÀS EXPERIÊNCIAS	- 72% dos empreendimentos tiveram algum tipo de apoio das instituições, assessoria, assistência ou qualificação, entre outros;	- 78,41% dos empreendimentos tiveram algum tipo de apoio das instituições, assessoria, assistência ou qualificação;
PARTICIPAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EM FÓRUNS E REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	- 50% afirmaram participar de redes ou fóruns de articulação da Economia Popular Solidária	- 53,42% afirmaram participar de redes ou fóruns de articulação da Economia Popular Solidária

Quadro 9 - Síntese das características das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Brasil e no Rio Grande do Sul

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora sobre o Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado pela Senaes

Considerando o mapeamento realizado no Brasil e no Rio Grande do Sul, constata-se que há demandas e características semelhantes entre ambos - com exceção da forma de organização e localização dos empreendimentos coletivos. Entre as dificuldades e limites cotidianos mais frequentemente mencionados e enfrentados em geral pelos trabalhadores destes empreendimentos, estão os relacionados com o processo de comercialização dos produtos e serviços provenientes das experiências coletivas, as dificuldade de acesso a créditos e, também, a falta de assessoria, qualificação e acompanhamento (SINGER, 2007). Estas três demandas que foram mapeadas no Brasil e no Rio Grande do Sul, subsidiaram objetivos e ações previstas para serem executados pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por intermédio da Senaes -, articulado com outros programas sociais, tendo como perspectiva contribuir para a viabilidade/manutenção e fortalecimento das experiências coletivas de geração de trabalho e renda. Não se pode deixar de apontar o fato de estes empreendimentos coletivos estarem contribuindo para que os trabalhadores e seus familiares saiam de um estágio de vulnerabilidade social, por meio da obtenção de rendimentos, mesmo que ainda não da forma “ideal”, ou atingindo a totalidade dos empreendimentos.

Diante desta realidade, a criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pode ser considerada, também uma conquista. O Programa ainda está em fase de implementação, e implantação no Brasil e no Rio Grande do Sul. Salienta-se, porém, que o mapeamento de Economia Popular Solidária realizado pela Senaes constitui-se num dos objetivos e numa das atividades e/ou ações já concretizadas pela Senaes em todos os Estados brasileiros. Destaca-se ainda, que a Senaes tem como intencionalidade promover, entre o período de 2009 e 2010, um novo mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária, com vistas a atualizar e a aprimorar as informações no SIES.

No próximo Capítulo serão apresentados informações, dados coletados e analisados durante a realização desta pesquisa, relativos às instituições sociais, governamentais e incubadoras universitárias existentes no Rio Grande do Sul que estão ou já estiveram vinculadas ao Programa de Economia Popular Solidária em Desenvolvimento - por meio da Senaes. Serão abordadas também as características dos 17 empreendimentos coletivos pesquisados que estão sendo assessorados pelas referidas instituições e dos sujeitos que os constituem.

6 INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO POR MEIO DA SENAES NO RIO GRANDE DO SUL

Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo efetivado pela Senaes, conforme abordado anteriormente, mediante uma parceria existente entre o Estado e a participação da sociedade civil e incubadoras universitárias. Diante desta realidade, esta pesquisa buscou desvelar também as características das instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e das incubadoras universitárias -, existentes no Rio Grande do Sul, que, em parceria com o Estado - por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por intermédio da Senaes -, estão desenvolvendo os processos de assessoria e/ou incubação junto aos empreendimentos de Economia Popular Solidária.

Procurou-se também averiguar como vem ocorrendo a vinculação estabelecida entre as instituições de apoio e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por meio da Senaes -, no Rio Grande do Sul, bem como desvelar informações sobre as metodologias de incubação utilizadas durante o processo de assessoria e/ou incubação que estão sendo ou foram desenvolvidas por tais instituições. Para além destas informações, foram pesquisadas, ainda, as características de 17 experiências coletivas de geração de trabalho e renda que estão sendo ou foram assessoradas pelas instituições de apoio no Rio Grande do Sul, por intermédio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - juntamente com a Senaes.

Neste Capítulo, portanto, serão introduzidos num primeiro momento, informações e dados coletados e analisados pela pesquisadora, relacionados às incubadoras universitárias e às instituições sociais e governamentais existentes no Rio Grande do Sul, que estão ou já estiveram vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por meio da Senaes. Num segundo momento serão apresentadas as características das 14 experiências de Economia Popular Solidária pesquisadas, que estão sendo ou foram assessoradas/incubadas pelas instituições de apoio vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por intermédio da Senaes - e de três empreendimentos que não receberam assessoria de instituições vinculadas à Senaes entre 2008 e 2009, porém já estavam vinculados anteriormente.

6.1 INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE CIVIL E AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS: SUAS VINCULAÇÕES COM O PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO POR MEIO DA SENAES NO RIO GRANDE DO SUL

Mediante esta pesquisa pode-se desvelar quais são as instituições de apoio que já tiveram ou possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por intermédio da Senaes - desde 2003 no Rio Grande do Sul. Desta forma, pode-se constatar a existência de 20 instituições - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias - que, em parceria com o Estado vêm, mesmo que ainda de forma incipiente e com várias limitações, tentando materializar o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento de forma que o mesmo contribua para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul.

Dentre estas 20 instituições, metade possui convênio - entre 2008 e 2009 - com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes. Esta pesquisa tentou abranger a totalidade das instituições, entretanto participaram do estudo 11 instituições de apoio que possuem ou não, no momento, convênio com o referido Programa Social e com a Senaes. Destas 11 instituições pesquisadas, sete possuem e quatro não possuem convênio na atualidade. Em seguida serão introduzidas as características das instituições pesquisadas.

6.1.1 Caracterização das Instituições de apoio mapeadas e pesquisadas

No tocante à totalidade das instituições mapeadas pela pesquisadora - 20 instituições de apoio²²⁶ -, que possuem ou possuíram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, constatou-se as seguintes informações.

²²⁶ A pesquisadora levou quase um ano para realizar o levantamento da quantidade e características das instituições de apoio vinculadas ao mencionado Programa e à Senaes no Rio Grande do Sul.

Tabela 1 - Instituições de apoio vinculadas no Rio Grande do Sul com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes (2003-2009)

Instituições de Apoio com Convênio entre 2008-2009: 10 instituições (50%)		
Instituições da Sociedade Civil = 3 (30%)	Instituições Governamentais = 4 (40%)	Incubadoras Universitárias = 3 (30%)
Instituições de Apoio sem Convênio entre 2008-2009: 10 instituições (50%)		
Instituições da Sociedade Civil = 5 (50%)	Instituições Governamentais ²²⁷ = 4 (40%)	Incubadoras Universitárias = 1 (10%)
Total das Instituições de Apoio Mapeadas: 20 instituições (100%)		
Instituições da Sociedade Civil = 8 (40%)	Instituições Governamentais = 8 (40%)	Incubadoras Universitárias = 4 (20%)

Fonte: Dados de pesquisa.

Com base nestas informações, constata-se que das 20 instituições de apoio que possuem ou tiveram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, entre 2003 e 2009, 40% são instituições vinculadas à sociedade civil, 40% às instituições governamentais e 20% às incubadoras universitárias. Percebe-se, portanto, que ocorre uma paridade de vinculações estabelecida entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes, com instituições governamentais e da sociedade civil, que, juntas, constituem 80% das instituições de apoio. Desta forma, pode-se referir que no Rio Grande do Sul - apesar de que na sua totalidade somente 20 instituições já estiveram ou estão vinculadas a este Programa Social, devido a sua incipiência no Estado e no Brasil - o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pelo menos em relação ao seu processo de implantação, vem sendo efetuado de forma que vá ao encontro da descentralização político-administrativa, com a participação da sociedade civil organizada.

Já em relação à caracterização das 10 instituições que não possuem alguma forma de vínculo entre 2008 e 2009 - período da coleta das informações -, com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, salienta-se que metade estava vinculada à Sociedade Civil, 40% a setores governamentais e somente 10% às Incubadoras Universitárias. Com base nestas

²²⁷ São compreendidas, nesta pesquisa, como instituições governamentais os centros públicos e as instituições I e G.

informações constata-se uma diferenciação de apenas 10% entre as instituições de apoio ligadas à sociedade civil e às instituições governamentais, e pouca ênfase nas Incubadoras Universitárias (10%). No que diz respeito, porém, às informações referentes à caracterização das 10 instituições de apoio que possuem convênio entre 2008 e 2009, salienta-se que 30% destas são vinculadas à sociedade civil, 40% a setores governamentais e 30% são instituições ligadas às incubadoras universitárias. Desta forma, percebe-se que no momento existe uma oscilação de 10% a mais de instituições vinculadas aos setores governamentais do que em relação às vinculadas à sociedade civil. Salienta-se, também, que entre 2008 e 2009 vem ocorrendo um incentivo maior do Estado às Incubadoras Universitárias, no que concerne aos processos de incubação, o que se constitui num aumento de 20% em relação ao período sem convênio.

Por meio deste trabalho verificaram-se as principais características das 11 instituições pesquisadas que possuem (sete instituições) e que não possuem vínculo (quatro instituições) entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes.

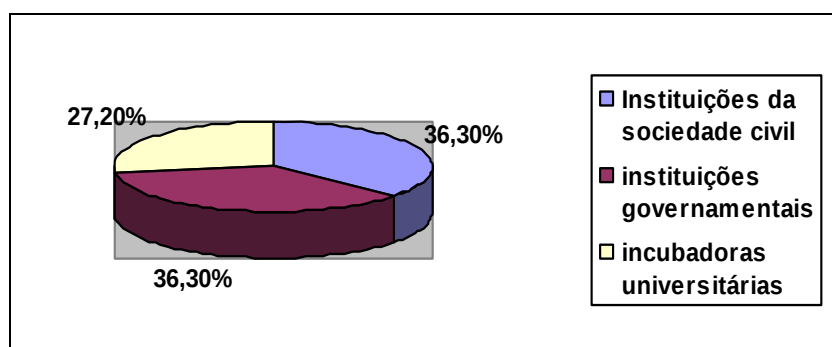


Gráfico 8 - Forma de organização das Instituições de Apoio

Fonte: Dados de pesquisa.

Diante destas informações constata-se que participaram da pesquisa quatro instituições vinculadas à Sociedade Civil (36,3%), quatro a Setores Governamentais (36,3%) e 3 que correspondem às Incubadoras Universitárias (27,2%).

INSTITUIÇÕES COM CONVÊNIO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Instituição A	Assessora os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda e desenvolve pesquisas científicas.
Instituição B	Constitui-se num espaço destinado à comercialização dos produtos fabricados pelas experiências de Economia Popular Solidária. A prefeitura, entretanto, por meio da Secretaria da Agricultura, desenvolve assessoria aos empreendimentos coletivos - sem vínculo com a Senaes. O vínculo com a Senaes ocorre pelo local da instalação.
Instituição C	Assessora os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda e desenvolve pesquisas científicas.
Instituição D	Assessora as experiências coletivas de Economia Popular Solidária.
Instituição E	Assessora as experiências coletivas de Economia Popular Solidária
Instituição F	Assessora as experiências coletivas de Economia Popular Solidária.
Instituição G	É coordenado pela Senaes via MTE, sendo executado em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB). Sua ação é descentralizada, possuindo coordenadores estaduais. O processo de seleção dos coordenadores estaduais é por meio de edital.
INSTITUIÇÃO SEM CONVÊNIO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Instituição H	Assessora os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda e desenvolve pesquisas científicas.
Instituição I	Esta instituição é vinculada ao MTE, e enquanto havia o Departamento de Economia Solidária no Estado, também assessorava os empreendimentos de Economia Popular Solidária.
Instituição J	Assessora os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda e desenvolve pesquisas científicas. A entidade só obteve vínculo com a Senaes para a realização do mapeamento.
Instituição L	Constitui-se num espaço destinado à comercialização dos produtos fabricados pelas experiências de Economia Popular Solidária. A prefeitura, entretanto, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - Semedes -, desenvolve assessoria aos empreendimentos coletivos - sem vínculo com a Senaes. O vínculo com a Senaes ocorre pelo local da instalação.

Quadro 10 - Atividades desenvolvidas pelas Instituições de Apoio Pesquisadas

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora.

Analisando as informações que constam no quadro apresentado, por meio das instituições de apoio pesquisadas pode-se destacar que as Instituições “D”, “E”, “F” e “J”, configuram-se como instituições da sociedade civil. Destaca-se que as mesmas se constituem por meio de Instituição Religiosa, por ONGs e Oscip.

As ONGs e as Oscips estão relacionadas com a participação da sociedade civil nas demandas sociais, principalmente a partir da década de 90 do século XX. Estas não se constituem como instituições governamentais e nem como instituições privadas com objetivo de obter lucro, entretanto a realidade nem sempre corresponde a esta intencionalidade. As ONGs

Não passam de um pequeno segmento, mas as suas características resumem-se com nitidez na idéia do “privado com funções públicas”. São instituições propriamente privadas, mas sem fins lucrativos. Lucros eventuais devem ser reinvestidos nas atividades-fim, não cabendo a sua distribuição, enquanto tais, entre os membros da organização. Para que este princípio seja resguardado, os responsáveis legais de uma ONG (seus diretores) não podem sequer receber remuneração através de salários. [...] Quando o criador (ou os criadores) de uma ONG desaparece, uma outra pessoa deve assumir o seu lugar. Quando uma ONG desaparece, seus bens devem ser transferidos para uma organização do mesmo gênero. Por outro lado, apesar de serem não-governamentais, seus fins têm as características do serviço público (FERNANDES, 1994, p. 65-66).

A redução dos movimentos sociais organizados no Brasil possivelmente também está relacionada ao crescimento e desenvolvimento das ONGs - levando em conta que esta realidade está vinculada com a aplicação do referencial teórico neoliberal nas políticas e programas sociais no Brasil e na América Latina, e com o processo de reestruturação do capital. Com o apoio da Igreja Católica, as ONGs reconsideravam suas posições quanto à organização da população para participar de movimentos e mobilizações conscientizadoras, direcionando-se para o trabalho popular que envolve as ações coletivas cooperadas ou em parceria com agências públicas e/ou privadas (GOHN, 2003).

As ONGS dividem-se em Caritativas, Desenvolvementistas, Cidadãs e Ambientalistas (GONH, 2003). As ONGs Caritativas estão relacionadas com o processo de filantropia das minorias sociais; as Desenvolvementistas estão vinculadas com questões e demandas sociais que envolvem o meio ambiente - tendo a ECO 92 como marco destas instituições -; as Cidadãs estão direcionadas

para a reivindicação dos direitos que envolvem as demandas sociais, visando a possibilitar o exercício da cidadania pelos sujeitos - tanto no meio urbano como no rural -; e, por fim, as ONGs Ambientalistas estão relacionadas com o processo de desenvolvimento autossustentável no mercado (GOHN, 2003).

Outro aspecto que deve ser destacado é o fato de que no final da década de 90 do século XX, as ONGs adquiriram uma legislação específica, de forma que as mesmas passaram a usufruir dos recursos públicos em âmbito legal. Estas ONGs passaram a ser denominadas de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip.²²⁸ As Oscips foram legalizadas por meio da Lei número 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe, precisamente, sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Outra questão importante está relacionada com o fato de que não são todas as ONGs que passaram a ser OSCIPs, mas somente aquelas que tiveram entre seus objetivos, algum daqueles indicados pela lei 9.790.

A Lei 9.790 oportuniza a utilização de meios legais para que a prática e a parceria estabelecida entre as ONGs e o governo federal tornem-se formais. Estas instituições designadas de Oscips deverão ter como objetivo social: a) promoção da assistência social; b) promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; c) promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação de que trata esta lei; d) promoção gratuita da saúde, observando-se o modo complementar de participação das organizações de que trata esta lei; e) promoção da segurança alimentar e nutricional; f) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; g) promoção do voluntariado; h) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; i) experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; j) promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; k) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; l) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos (BARBOSA, 2007).

²²⁸ A partir desta legislação, quaisquer organizações não governamentais sem fins lucrativos podem receber a designação de Oscip, desde que optem por esta designação ou não sejam consideradas sociedades comerciais, sindicatos, organizações partidárias, instituições religiosas, cooperativas, hospitais, planos de saúde, entre outros.

No que concerne às Instituições da Sociedade Civil pesquisadas - Instituições “D”, “E”, “F” e “J” -, salienta-se que estas objetivam o fomento das experiências coletivas de geração de trabalho e renda em parceria com o Estado, de forma que as mesmas possam adquirir viabilidade econômica no mercado. Tendo como intencionalidade analisar as Instituições da Sociedade Civil pesquisadas, será apresentada uma breve caracterização das mesmas, para, posteriormente, se referir às Instituições Governamentais também pesquisadas. A Instituição “F” possui como objetivo principal estimular a auto-organização da sociedade para a construção de seus direitos para que exista socialização dos frutos do desenvolvimento e de todas as dimensões do poder, com respeito às diferenças, não sendo estas, motivo de desigualdade social.

Esta instituição busca, por meio de seu trabalho, fomentar a elaboração de estratégias e ações que possibilitem a melhoria das condições de vida dos trabalhadores assessorados. Possui como foco de trabalho, também, alcançar a democracia participativa, a luta feminista, as questões de gênero e a Economia Popular Solidária, juntamente com as questões que envolvem o meio ambiente e a ecologia. Destaca-se, ainda, que esta instituição integra a Associação de Empreendimentos Solidários Emrede do Rio Grande do Sul. A Emrede é uma associação civil composta por cooperativas, microempresas solidárias, associações, grupos solidários e organizações não governamentais que compõem uma rede que se respalda nos princípios da Economia Popular Solidária, tendo como objetivo a comercialização dos produtos e serviços. A Instituição “F” foi selecionada por edital público para fazer a implementação do Núcleo Estadual de Assistência Técnica - Neates -, para Empreendimentos de Economia Popular Solidária. Este trabalho será levado a efeito por meio de apoio de execução realizado conjuntamente com a Instituição “I”.

Já quanto à Instituição “E”, pode-se destacar que esta constitui-se numa experiência consolidada e faz parte do trabalho vinculado à Cáritas/RS. A Instituição “E” iniciou suas atividades por meio de construção de alternativas a partir de 1980, por intermédio dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários), posto que, a partir de 1987, passou a desenvolver suas atividades em âmbito regional. A Instituição “E” “[...] congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a Comercialização Direta dos produtos produzidos pelos Empreendimentos Solidários do Campo e da Cidade” (PROJETO..., acesso em: 11 maio 2009). Desta forma, por meio da Instituição “E”,

vários empreendimentos coletivos existentes no meio rural e urbano, na Região Central do Estado, passam a receber assessoria de modo que viabilize a produção e comercialização dos produtos e serviços advindos destas experiências.

Mediante as atividades de incubação desenvolvidas pela Instituição “E”, foram criados pontos de comercialização “de produtos coloniais, hortigranjeiros ecológicos, caseiros, artesanais, panificação, confecção, serigrafia, artesanato em material reciclado, produtos da agroindústria familiar, carne e prestação de serviços, com a proposta da Economia Popular Solidária, na perspectiva de gerar trabalho e renda, dignidade pelo trabalho organizado, com a valorização do trabalho acima do capital, na construção da Cidadania e Inclusão Social” (PROJETO..., acesso em: 11 maio 2009). Estes pontos de comercialização são denominados de “Teia da Esperança” e são administrados de forma colegiada pelos próprios empreendimentos coletivos organizados e associados à Instituição “E”. Esta Instituição é considerada referência nacional devido ao fato de se constituir num dos primeiros trabalhos de assessoramento e fomento existentes nos Grupos Cooperativistas no Rio Grande do Sul e no Brasil.

A Instituição “D” constitui-se numa ONG que, por meio da elaboração de projetos sociais,²²⁹ adquire fontes de financiamento que são utilizadas para fomentar empreendimentos de Economia Popular Solidária.

[...] é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que tem como missão incentivar, apoiar e acompanhar inúmeras formas de organização coletiva de homens e mulheres na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, seja na Economia Solidária com a geração de trabalho e renda de forma autogestionária, seja na disseminação do Software Livre e das novas tecnologias, no combate às discriminações de etnia e gênero, e construindo espaços protagonistas para a juventude (A..., acesso em: 05 maio 2009).

Por intermédio do trabalho desenvolvido pela Instituição “D”, almeja-se possibilitar condições de acesso aos trabalhadores das experiências coletivas a novas tecnologias de informação e comunicação, posto que estes trabalhadores

²²⁹ Os projetos sociais selecionados e apoiados financeiramente pelo Estado são usados como formas de compartilhar, por meio da descentralização político-administrativa, as funções públicas. Novamente ressalta-se que se compreende neste estudo que os projetos sociais são formas que possibilitam a relação estabelecida entre o Estado e a Sociedade Civil, desde que seja estabelecida uma parceria entre o Estado e as instituições de apoio.

estão excluídos do uso dessas ferramentas (A..., acesso em: 5 maio 2009). Assim, esta Instituição vem desenvolvendo suas atividades principalmente na área da inclusão digital. Ou seja, por meio desta ONG os trabalhadores dos empreendimentos coletivos assessorados passam a ter acesso e a usufruírem de qualificação profissional de forma que os mesmos interajam com a sociedade, tendo a oportunidade de compreender e participar da mesma, mediante sua qualificação e aproximação a estas novas ferramentas tecnológicas.

Por fim, a quarta Instituição da Sociedade Civil pesquisada é a Instituição “J”. O objetivo desta Instituição consiste em desenvolver ações para o fortalecimento da Economia Popular Solidária, contribuindo na articulação e fortalecimento de iniciativas já existentes e fomentando o surgimento de novas iniciativas (C..., acesso em: 5 maio 2009). Os sujeitos e grupos que são assessorados pela Instituição “J” são as organizações populares, os trabalhadores e sindicatos urbanos, bem como trabalhadores e sindicatos rurais.

Para o desenvolvimento de suas atividades de assessoria, que objetivam fomentar e viabilizar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda tanto no meio urbano como no rural, a Instituição “J” conta com o apoio e recursos financeiros de Agências Internacionais de Cooperação, Empresas, Fundações ou Institutos Empresariais Brasileiros e doações em geral (C..., acesso em: 5 maio 2009).

As instituições da sociedade civil pesquisadas estão relacionadas com as ONGs Cidadãs e Ambientalistas (GONH, 2003), bem como a instituição designada de Oscip está vinculada com a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito e promoção de direitos.

Reportando às instituições pesquisadas neste estudo e vinculadas aos setores governamentais Instituições “B”, “M”, “I” e “G”, constatou-se que duas instituições constituem-se enquanto centros públicos (metade das instituições governamentais pesquisadas), uma como um projeto social e outra está vinculada a um órgão governamental ligado ao MTE. Destaca-se que, tanto os centros públicos quanto a Instituição “G”, constituem-se em instituições e projetos que foram criados para operacionalizar objetivos do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, levando em consideração que ambos apresentam-se também como formas de

materialização de atividades, previstas pelo referido Programa Social.

Já a Instituição “I”, porém, constitui-se como uma instituição em âmbito estadual, tendo como perspectiva a transversalidade deste Programa Social. A Instituição “I” tem como objetivo principal promover a garantia do direito ao trabalho a todos os cidadãos por meio da fiscalização e orientação das formas de trabalho existentes, oferecendo apoio à organização de novos tipos de atividade pela mediação das relações do trabalho e por intermédio da assistência ao trabalhador, visando a consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

Constituem ações da Instituição “I”: a) enfrentar a precarização e a discriminação no trabalho; b) ampliar o alcance da fiscalização por meio da eficaz aplicação das normas legais e convencionadas especialmente as de proteção à vida e à saúde do trabalhador; c) promover um novo contrato social em torno das questões sindicais e trabalhistas; d) fomentar as práticas de mediação de conflitos das relações de trabalho; e) promover políticas públicas de emprego e renda, inserção no mercado de trabalho, ampliação da cidadania e qualificação de trabalhadores; f) apoiar e estimular atividades econômicas de autogestão; g) melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços mediante a revisão das práticas de gestão e a organização de um sistema de informações (MTE. Delegacias, acesso em: 5 maio 2009). Em relação à Economia Popular Solidária, a Instituição “I” objetiva estimular estas experiências coletivas como formas alternativas de geração de trabalho, tendo como perspectiva, também, que estes empreendimentos possam obter viabilidade no mercado.

A Instituição “G” corresponde à atividade de Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, pela atuação de agentes de desenvolvimento solidário. A Instituição “G” está voltada para a geração de trabalho e renda por meio da Economia Popular Solidária. Sob o direcionamento da Senaes/MTE, a Instituição “G” fomenta a organização de empreendimentos coletivos, de modo que os mesmos possam ter maior possibilidade de acesso a políticas e programas sociais, contribuindo para a viabilidade destas experiências. A execução da Instituição “G” é realizada por uma universidade em parceria com diversos setores governamentais (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009). A Instituição “G” é destinada a experiências coletivas direcionadas à agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário, localizados nos meios urbanos e rurais, tendo como público-alvo comumente os beneficiários do Programa Bolsa-Família - transversalidade de programas e políticas sociais.

A Instituição “G” é constituída por uma coordenação nacional, coordenadores estaduais e agentes de desenvolvimento, considerando que sua principal estratégia está relacionada com o processo de articulação de iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009). Menciona-se ainda que esta é fundamentada por duas linhas de atuação: a) estabelecimento de parcerias com os três níveis de governo e com a sociedade civil organizada; b) mobilização da comunidade. Desta forma, pretende-se, por meio desta Instituição, articular os programas sociais com as instituições não governamentais e trabalhadores, mediante o trabalho desenvolvido pelos agentes de desenvolvimento (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009). No Rio Grande do Sul foi pesquisado o desenvolvimento das atividades desta instituição em São Lourenço do Sul e Santana do Livramento.

Os Centros Públicos, por sua vez, constituem-se em instituições que estão relacionadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio da atividade de estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária. Os Centros Públicos de Economia Solidária caracterizam-se por espaços multifuncionais, que alojam um conjunto de atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local da Economia Popular Solidária, que podem estar relacionadas a instituições governamentais ou não governamentais (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009).

As principais ações que envolvem os Centros Públicos estão relacionadas com: a) abrigar e promover a integração de iniciativas e projetos governamentais e não governamentais voltados ao fortalecimento da Economia Popular Solidária, como as atividades de mapeamento e a proposição de leis municipais; b) apoiar projetos voltados à geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas de Economia Popular Solidária; c) apoiar a organização de redes e outras formas de articulação econômica dos empreendimentos solidários; d) promover ações para o desenvolvimento local; e) disponibilizar espaço físico e infraestrutura para atividades de comercialização, formação, assessoria e organização (ECOSOLIDÁRIA, acesso em: 5 maio 2009).

Em relação aos dois Centros Públicos, Instituições “M” e “N” pesquisadas, constatou-se que os mesmos estão vinculados às prefeituras, posto que ambos correspondem à atual forma de vinculação existente entre as prefeituras e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes, objetivando

fomentar e contribuir com a viabilidade das experiências coletivas.

Por fim também foram pesquisadas instituições de apoio relacionadas com três Incubadoras Universitárias ligadas à Economia Popular Solidária, sendo elas: Instituições “A”, “C” e “H”. As Incubadoras Universitárias estão vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e à Senaes por meio do Proninc, que foi criado para dar conta de uma das atividades do Programa de Economia Solidária que tem a ver com o processo de assessoria e incubação, visando a fomentar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, de forma que as mesmas possam adquirir viabilidade no mercado. No próximo subitem serão introduzidas as vinculações estabelecidas entre as Instituições de Apoio pesquisadas e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes.

6.1.2 Vinculações das Instituições de Apoio pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes

No que concerne às atividades de assessoria que vêm sendo desenvolvidas pelas Instituições de Apoio Pesquisadas - 11 instituições -, pode-se destacar que a maioria delas - seis instituições, que correspondem a 54,5% dos casos -, vinham realizando suas atividades de incubação antes mesmo da criação da Senaes, bem como do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Estas informações tornam-se relevantes na medida em que podem ser relacionadas com as informações apresentadas anteriormente, quando foi referido que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, assim como a Senaes, foram criados mediante uma solicitação e pressão da sociedade civil organizada ao governo federal, com base na demanda social existente relativa à Economia Popular Solidária.

Ou seja, se já existiam instituições - vinculadas à sociedade civil e às incubadoras universitárias - que estavam desenvolvendo atividades de fomento e assessoria às experiências coletivas para que estas adquirissem viabilidade econômica no mercado, destaca-se novamente que se torna relevante e importante a criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como do Proninc, para que esta demanda social fosse atendida, também, por meio do Estado, de forma que adentrasse para a agenda pública brasileira. Expõe-

se, ainda, que, na medida em que o Estado passa a atender a esta demanda, o mesmo procura estabelecer uma parceria com as instituições da sociedade civil e incubadoras universitárias - geralmente realizada por meio de aceite e financiamento de projetos sociais -, bem como, também, cria e passa a apoiar outros setores governamentais para atender esta demanda social.

Levando em consideração as instituições pesquisadas que já desenvolviam suas atividades antes da criação da Senaes, salienta-se que a Instituição “E” possui maior tempo de experiência em assessoria, pois vem sendo realizada desde 1982. Já as outras cinco instituições pesquisadas²³⁰ iniciaram as suas atividades em: 1994, 1999, 2000 e duas em 2001. Destas seis instituições, salienta-se que três estão relacionadas às Incubadoras Universitárias e três às Instituições da Sociedade Civil.

Já em relação às instituições pesquisadas que iniciaram seu trabalho de assessoria posteriormente à criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, destaca-se, principalmente, as vinculadas aos setores governamentais. Desta forma, pode-se afirmar que das instituições pesquisadas somente a Instituição “D”, criada em 2003, está vinculada à sociedade civil. As outras quatro instituições estão relacionadas com setores governamentais e iniciaram suas atividades em 2005, 2006, e ainda, duas instituições iniciaram suas atividades - relacionadas com a Economia Popular Solidária - desde a criação da Senaes, entre 2003 e 2005, no Rio Grande do Sul.

Constata-se, por meio destas informações, que no Rio Grande do Sul, no que diz respeito às instituições pesquisadas, as vinculadas aos setores governamentais foram mais estimuladas pelo governo federal após a criação da Senaes do que as ligadas à sociedade civil e às incubadoras universitárias. Isto significa possivelmente que o Estado vem investindo em parcerias estabelecidas entre a Senaes e outros setores governamentais, porém ainda em fase bem incipiente no RS. Esta realidade pode estar relacionada com o fato de a Economia Popular Solidária ter se transformado numa demanda social legitimada pelo Estado. Destaca-se ainda, em relação as 11 instituições pesquisadas, que das seis existentes anteriormente à criação da Senaes, somente duas, entre o período pesquisado, 2008 e 2009, não possuem vínculo com o programa. Quanto às outras cinco instituições pesquisadas que foram criadas ou potencializadas - em termos de Economia Popular Solidária - a

²³⁰ Que também já estavam desenvolvendo suas atividades anteriormente à criação da Senaes.

partir da constituição da Senaes, salienta-se que, também, somente duas não possuem vínculo entre o período de 2008 e 2009.

Os vínculos estabelecidos entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por meio da Senaes -, e as instituições de apoio, ocorrem por intermédio de encaminhamento de projetos sociais elaborados por estas instituições de apoio - mediante abertura de editais e chamadas públicas -, que poderão ser ou não aceitos e aprovados pela Senaes.

Em projetos sociais o processo é muito parecido. A equipe de avaliadores, juntamente com gerentes e especialistas, deve fazer um esforço para definir de forma consensual as unidades de medida (quantitativas ou qualitativas) de resultado do projeto. A dificuldade que ocorre neste processo é lidar com as diferentes leituras que se faz da realidade. No entanto, as perguntas orientadas da avaliação compõem uma boa base para minimizar polêmicas e construção de indicadores (MARINO, 2003, p. 46).

Quando um projeto social encaminhado pelas instituições da sociedade civil, governamentais e incubadoras universitárias que assessoram os empreendimentos coletivos é aceito pela Senaes, passa-se aos trâmites para a liberação de recursos financeiros advindos de órgãos de fomento, objetivando contribuir para o desenvolvimento das atividades de apoio, divulgação, incubação e/ou assessoria e mapeamento de empreendimentos, entre outras atividades que tenham como intencionalidade principal viabilizar economicamente as experiências coletivas de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul bem como no Brasil. Ou seja, é estabelecida uma parceria entre a Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - juntamente com o Proninc e demais órgãos de apoio, como a Finep e a Fundação Banco do Brasil, por exemplo -, com instituições vinculadas à sociedade civil, a setores governamentais - como prefeituras - e às incubadoras universitárias. Esta parceria ocorre por meio de liberação de recursos, de cursos e encontros de formação e qualificação promovidos pela Senaes e demais instituições de apoio.

Ressalta-se que a Constituição de 1988 inseriu a participação popular como uma das estratégias para a descentralização do poder, na medida em que possibilita mais ativamente a participação política da sociedade civil em parceria com o Estado. A concepção de democracia, no Brasil, deixou de ser apenas representativa para

tornar-se também participativa (KOCOUREK, 2009). Esta forma que vem sendo estabelecida de vínculo/convênio entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - Senaes - e as instituições de apoio, entretanto, possuem diversas limitações. Ao contrário de outros programas e políticas sociais que estão num processo mais avançado de descentralização político-administrativa, como o da assistência social, da saúde, entre outros, o montante de recurso destinado à Economia Popular Solidária pelo governo federal - orçamento da união -, ainda é limitado, se equiparado à demanda apresentada e averiguada pelo mapeamento da Economia Popular Solidária realizado pela Senaes.

Outra questão limitadora que pode ser aprimorada pelo governo federal por meio de novas deliberações de editais e de encontros de formação destinados às equipes técnicas das instituições de apoio - que também requerem acompanhamento -, está vinculada ao processo de publicização e divulgação das formas disponíveis para acessar os recursos financeiros preestabelecidos. Esta divulgação deveria facilitar o acesso das instituições de apoio aos recursos existentes. Constata-se ainda que, sem o apoio técnico de assessoria das instituições parceiras, os sujeitos envolvidos nas experiências de Economia Popular Solidária teriam inúmeras dificuldades para obter estes recursos, bem como demandá-los - pois os mesmos também precisam de assessoria para elaboração de projetos, qualificação, formação social, pontos de comercialização, entre outros.

Em relação às instituições de apoio pesquisadas no Rio Grande do Sul que iniciaram suas atividades por meio do referido Programa desde 2003, salienta-se que os vínculos estabelecidos com a Senaes e com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento ocorreram, além de serem realizados também mediante a abertura de editais e chamadas públicas, da seguinte forma: a Instituição “E” vinculou-se com a Senaes e o referido programa, por meio da atividade prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, relacionada com a promoção de Feiras de Economia Popular Solidária,²³¹ teve projetos sociais aceitos e apoiados pela Senaes e ainda contribuiu no processo de mapeamento de Economia Popular Solidária na região central do Estado. A Instituição “I” afirma ser “um braço da Senaes no Estado” lembrando que obteve o convênio com o Programa

²³¹ Em documento analisado constatou-se que a Feira Estadual do Cooperativismo, realizada em Santa Maria em 2005, foi promovida à condição de Feira de Economia Solidária do Mercosul, pois recebeu auxílio de diversos órgãos do poder público federal.

de Economia Solidária em Desenvolvimento desde a implantação do programa no Estado. A verba anteriormente era repassada ao departamento exclusivo para Economia Solidária, que atualmente está extinto.²³² Menciona-se ainda que a Instituição “I” foi uma das responsáveis pelo Mapeamento da Economia Popular Solidária no Estado e vem trabalhando com as comunidades quilombolas.²³³ A Instituição “G”, que consiste numa das atividades do referido Programa Social - denominada de Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário -, é direcionado para a geração de trabalho e renda, considerando que para este projeto não foi necessária a participação em editais públicos. Na Instituição “D” o vínculo se deu pela aprovação de projeto social elaborado pela instituição e selecionado pela Senaes, de forma que esta última passou a ser uma das instâncias de fomento desta ONG.

No que diz respeito aos dois Centros Públicos pesquisados, salienta-se que os mesmos estão diretamente relacionados com a atividade de Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária, prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes. O vínculo estabelecido entre a Instituição “M” e a Senaes foi firmado por meio do apoio financeiro da fundação Banco do Brasil.²³⁴ Já a Instituição “B” teve o vínculo estabelecido com a Senaes mediante o atendimento de algumas demandas e pré-requisitos estabelecidos por esta Secretaria Federal, como a realização de um diagnóstico que envolvesse a realidade socioeconômica dos sujeitos que participavam dos programas do governo federal no município em que se localiza esta instituição, bem como pela elaboração de um projeto social que tinha como objetivo central recuperar um prédio histórico - no qual atualmente se localiza a Instituição.

²³² A Instituição “I” iniciou suas atividades relacionadas com a Economia Popular Solidária, e em 2005 foi implantado o Projeto Compras Coletivas – Quilombolas em Rede. Este projeto foi desenvolvido principalmente no meio rural para atender à demanda ocasionada pela falta de acesso da comunidade quilombola a outras fontes de comércio, devido à falta de estrutura, locomoção, entre outros. O projeto foi apoiado pela Senaes e financiado pela Petrobras. Atualmente, o projeto se destina à produção e troca dos produtos, mas não está vinculado à Senaes entre o período de 2008 e 2009.

²³³ Foi principalmente com a Constituição Federal de 1988 que a questão quilombola entrou na agenda das políticas sociais, advindo da mobilização do movimento negro no Brasil (Comissão pró-índio de São Paulo. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/oque/home_oque.html>. Acesso em: 17 maio 2009).

²³⁴ Referente ao Processo nº 5.995, assinado em julho de 2008.

Em alusão às duas instituições da sociedade civil também pesquisadas, as Instituições “J” e “F”, expõe-se que a primeira mencionada estabeleceu uma parceria com a Senaes desenvolvendo uma das atividades previstas pelo Programa de Economia em Desenvolvimento referente ao Mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul. Ou seja, o vínculo foi realizado mediante a liberação de recursos provenientes da Senaes²³⁵ e órgãos de fomento para a realização do Mapeamento - por isto, no momento, esta instituição não possui ligação com a Senaes. Já em relação à Instituição “F”, salienta-se que esta obteve o estabelecimento do vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da liberação de recurso destinado à constituição do escritório central do Centro de Excelência da Rede Industrial de Confecção Solidária - RICS - que faz parte da instituição. Este recurso foi liberado mediante a elaboração de projeto social aprovado pela Senaes. A Instituição “F” também auxiliou no Mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária no Estado.

Por fim, no que se refere aos vínculos estabelecidos entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e as instituições de apoio pesquisadas, relacionadas as três incubadoras universitárias, salienta-se que estes vínculos ocorreram mediante a aprovação de projetos sociais selecionados e apoiados pela Senaes e instituições de fomento, por meio de abertura de editais vinculados também ao Proninc. Estas três instituições foram contempladas pelo financiamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas - Proninc - em sua segunda edição (2005-2006), considerando que na atualidade as Instituições “C” e “A” firmaram novamente convênio por meio da terceira edição do Proninc (2008-2009), e a Instituição “H” está no aguardo da liberação de recursos para o estabelecimento do novo vínculo.

Desta forma, menciona-se que o vínculo estabelecido entre as incubadoras pesquisadas e a Senaes, juntamente com o Proninc, também está diretamente relacionado com uma das atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, atinente aos processos de assessoria e/ou incubação que buscam fomentar as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, para que estas possam se tornar ou se manterem viáveis no mercado. Estas três

²³⁵ Apesar de não assessorar os empreendimentos por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, mantém a parceria por intermédio de projetos aprovados pela Senaes, como foi o caso do mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária.

incubadoras pesquisadas auxiliaram no mapeamento das experiências de Economia Popular Solidária no Estado, sendo que colaboram para este processo de caracterização dos empreendimentos coletivos. Para que se mantenha esta parceria entre as incubadoras, a Senaes e o Proninc, faz-se necessária a aprovação de projetos de incubação pelas incubadoras, para que a Senaes e o Proninc possam financiar a fundo perdido alguns itens do orçamento das incubadoras, como o pagamento de técnicos e bolsistas, a compra de equipamentos e material de consumo, o vale-transporte e diárias para deslocamentos, entre outros.

Mediante estas informações coletadas, pode-se constatar que, em relação às instituições de apoio pesquisadas, as mesmas estão desenvolvendo suas atividades de forma que vão ao encontro das ações, objetivos e atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, apesar de suas limitações.

Instituições pesquisadas com convênio	Forma de vínculo estabelecido entre as Instituições e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes	Atividade prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e que vem sendo realizada pelas Instituições pesquisadas por meio do vínculo com o Programa e com a Senaes
Instituição "A"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e pelo Proninc e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição "B"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento = está relacionado com o estímulo do Governo Federal às prefeituras	a) Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária
Instituição "C"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e pelo Proninc e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição "D"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária
Instituição "E"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição "F"	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição "G"	Vinculado diretamente à Senaes	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Promoção de Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário.

Instituições pesquisadas sem convênio	Forma de vínculo estabelecido entre as Instituições e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes	Atividade prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e que vem sendo realizada pelas Instituições pesquisadas por meio do vínculo com o Programa e com a Senaes
Instituição “H”	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e pelo Proninc e financiado por Instituições de Fomento	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; c) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição “I”	Setor vinculado ao Governo Federal - MTE	a) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição “J”	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento	a) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária.
Instituição “L”	Seleção de Projeto Social aprovado pela Senaes e financiado por Instituições de Fomento = está relacionado com o estímulo do governo federal às prefeituras	a) Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária

Quadro 11 - Vinculação das Instituições pesquisadas com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes

Fonte: Quadro Sistematizado pela pesquisadora.

Com base nestas informações analisadas, constata-se que, por meio das 11 instituições pesquisadas neste estudo, estão sendo desenvolvidas no Rio Grande do Sul somente seis atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, sendo elas: 1) Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária - realizada por 72,7% das instituições pesquisadas -; 2) Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários - relacionada com as três incubadoras universitárias -; 3) Organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários - realizado somente pela Instituição “E” -; 4) Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - desenvolvido por 63,6% das instituições pesquisadas; 5) Estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária - relacionado com os dois Centros Públicos Municipais; e 6) Promoção de Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário - vinculado à Instituição “G”. A pequena quantidade de atividades desenvolvidas no Estado possivelmente está relacionada com a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, como também no Brasil.

Ainda em relação à vinculação das instituições pesquisadas, verifica-se que, por intermédio da transversalidade, seis instituições - com base nas informações coletadas e analisadas -, desenvolvem ou desenvolveram suas atividades vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, relacionadas com o Proninc - no que concerne às três incubadoras universitárias - e, também, com o Programa Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo - no que diz respeito à Instituição “I”, além da interlocução com o Programa Fome Zero. Destaca-se esta realidade devido ao fato de se constatar, pelas informações coletadas, que 54,5% das instituições desenvolvem suas ações respaldadas nos programas transversais.

Estas informações apresentadas comprovam - apesar de estarem sendo desenvolvidas seis atividades pelas instituições pesquisadas no mencionado Estado, bem como pela forma de vínculo estabelecido entre estas instituições de apoio e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por meio da Senaes -, que esta realidade vai ao encontro dos objetivos e atividades previstos pelo referido Programa e por esta Secretaria Federal. A incipiência se deve, porém, ao fato de a

Senaes existir somente há 7 anos no Brasil, e também pela forma que o repasse de recursos está sendo constituído, por meio de editais e chamadas públicas, que também ocorrem com outros programas e políticas sociais - em que pese os mesmos possuírem uma trajetória mais avançada com 15, 20 e 30 anos de aprimoramentos processuais.

Como exemplo desta realidade, pode-se citar o Suas, implantado em 2005, constituído nacionalmente sob direção única, porém caracterizado pela gestão compartilhada e pelo cofinanciamento das ações por meio dos três entes federados e pelo controle social exercido pelos conselhos de assistência social dos municípios, Estados e união (GUIA..., acesso em: 20 ago. 2009). A implantação do Suas, entretanto, está atrelada à política de assistência social (LOAS, 1993), dando maior ordenamento aos seus serviços, benefícios, programas e projetos, tendo como intencionalidade, também, a descentralização entre as ações da união, Estados e municípios. Pelo Suas, os municípios precisam estar atentos “para os instrumentos normativos (NOB/Suas, Portarias, Instruções Normativas e Operacionais, Editais etc.), para poder receber recursos do Governo Federal, repassados [...] a título de co-financiamento dos programas, serviços e projetos relativos à política de assistência social” (GUIA..., acesso em: 20 ago. 2009). Ocorre, porém, que esta política social, assim como outras - da saúde, educação -, está num processo mais avançado de consolidação político-administrativo - algo que também envolveu um processo gradativo de aprimoramento e conquistas sociais. A política de assistência também está respaldada na transversalidade, visando a ter uma maior integração entre a mesma e as outras políticas e programas sociais, entre eles o de Economia Solidária em Desenvolvimento - pois o público-alvo do Programa Bolsa-Família e do de Economia Solidária comumente se caracterizam pelas mesmas particularidades.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, entretanto, vem sendo desenvolvido no Rio Grande do Sul com várias limitações, seja no âmbito de obtenção de recursos, seja pela pouca variedade das atividades previstas pelo Programa Social implantadas no Estado, seja pela quase inexistência de transversalidade de parcerias com outros programas sociais - em termos de quantidade de programas sociais - ou, ainda, pela existência de poucas instituições que já estiveram ou estão vinculadas ao referido Programa Social entre 2003 e 2009.

Salienta-se, porém, que, mesmo com estas limitações, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com a Senaes, possui relevância social e

importância em relação a sua contribuição para a viabilidade econômica das experiências coletivas de geração de trabalho e renda neste Estado, como também no Brasil. Ressalta-se esta realidade pelo fato de que por meio da parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, os empreendimentos recebem assessoria e capacitações que os possibilita permanecer no mercado gerando renda aos trabalhadores. Outra justificativa está relacionada com a existência, no Rio Grande do Sul e no país, de 2.085 e 21.857, respectivamente, empreendimentos coletivos - mapeados entre 2005 e 2007 pela Senaes. Para além dos sujeitos trabalhadores envolvidos nestes empreendimentos mapeados, salientam-se ainda os familiares dos mesmos, que, também, comumente necessitam desta renda para sobreviver, seja de forma complementar ou exclusiva aos rendimentos obtidos por estas famílias.

Contata-se que deve haver um maior investimento do governo federal, principalmente junto as instituições da sociedade civil e, ainda mais, em relação às prefeituras e secretaria estadual no Rio Grande do Sul, para que, por meio desta parceria, o governo federal possa contribuir veementemente para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas no mercado. Compreende-se também que este investimento vem ocorrendo de forma gradativa, pois o aprimoramento é processual. Faz-se necessária, entretanto, a pressão exercida pela sociedade civil organizada no referido Estado - Fóruns de Economia Popular Solidária - para que, gradativamente, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento seja implantado e efetivado no Rio Grande do Sul - bem como no Brasil.

Quanto à participação das 11 instituições de apoio pesquisadas no Estado nos Fóruns de Economia Popular Solidária, como também no Conselho Nacional de Economia Solidária, pode-se constatar que somente a Instituição “E” e a Instituição “L” participam do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Além de participarem do Conselho Nacional, estas duas instituições participam das quatro instâncias do Fórum de Economia Popular Solidária - municipal, regional, estadual e nacional. Destaca-se ainda que a Instituição “E” também participa do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária de Santa Maria/RS. As outras nove instituições pesquisadas não participam do CNES e nem de conselhos municipais. Para além da atuação destas duas instituições no FBES, no que concerne à participação das outras nove instituições de apoio pesquisadas, averiguou-se, por meio das informações obtidas, que cinco delas também participam do FBES, sendo elas as Instituições “A”, “B”, “C”, “D” e “F”. Destas sete instituições que participam do FBES, quatro (“A”, “B”, “C”

e “F”) também participam das demais instâncias dos Fóruns de Economia Popular Solidária - estadual, regional e municipal -, assim como, também, a Instituições “L” e “E”. A Instituição “D” informou que, além de participar do FBES também integra o FGEPS. Já as Instituições “J” e “H” informaram que não fazem parte do FBES, porém participam dos fóruns municipais e do fórum Estadual de Economia Popular Solidária. Em relação às duas instâncias pesquisadas relacionadas com o governo federal e estadual - Instituições “G” e “I” -, ambas não emitiram informações referentes à participação nos Fóruns de Economia Popular Solidária - bem como no CNES.

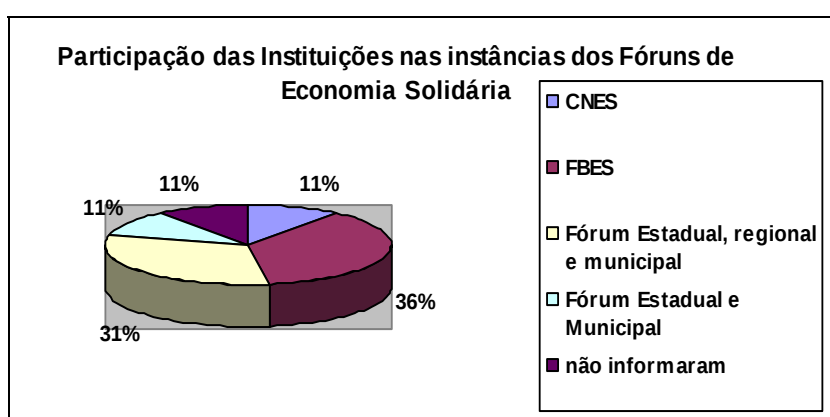


Gráfico 9 - Participações das Instituições nas instâncias dos Fóruns de Economia Solidária

Fonte: Dados de pesquisa.

Com base nestas informações, pode-se constatar que duas Instituições participam do CNES, sete do FBES, seis participam de todas as instâncias do Fórum - estadual, regional e municipal -, duas fazem parte do Fórum Estadual e Municipal - e duas não responderam. Assim, pode-se concluir que somente 18,1% das instituições pesquisadas participam do CNES, 63,6% do FBES e 81,8% de alguma instância do Fórum de Economia Popular Solidária, seja em âmbito estadual, regional ou municipal.²³⁶

Constata-se, portanto, uma supremacia da participação das instituições pesquisadas nas instâncias representativas de Economia Popular Solidária

²³⁶ Em relação às duas instituições governamentais que não informaram se participam ou não dos Fóruns e do CNES, conclui-se que possivelmente estas instâncias participem dos mesmos devido ao fato de estarem vinculadas ao governo estadual e federal. Não se conseguiu, entretanto, dados suficientes nesta pesquisa para afirmar algo neste sentido.

relacionadas com a sociedade civil organizada, e se verifica também a pouca participação das referidas instituições no Conselho Nacional de Economia Solidária. Esta realidade vai ao encontro das informações apresentadas anteriormente, quando se apontou a incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e de seu respectivo Conselho Federal.

Salienta-se, também, que ambos foram criados perante a pressão exercida pela sociedade civil organizada. Estas informações, vinculadas à inserção dos trabalhadores em instâncias deliberativas e representativas deste segmento social, demonstram igualmente a participação dos sujeitos, que, possivelmente, resulta na elevação do processo de politização e conscientização dos mesmos sobre a realidade social, econômica, cultural, educacional e política.

Por fim, algumas das instituições pesquisadas informaram que, além de participarem dos Fóruns de Economia Popular Solidária, desenvolvem outras atividades nos mesmos ou por meio destes. Como exemplo disso, cita-se a Instituição “B”, que vem atuando também na elaboração de Calendários de Seminários e Feiras sobre Economia Popular Solidária, além de participar das reuniões e Grupos de Trabalhos de Formação nos Fóruns, e a Instituição “H”, que informou que também participa de reuniões, atividades planejadas, feiras e atividades de formação por meio dos Fóruns. No próximo subitem será introduzido o processo de assessoria e/ou incubação - com base nas informações que foram coletadas por meio desta pesquisa - que vem sendo desenvolvido pelas 11 instituições de apoio pesquisadas.

6.1.3 Processo de Assessoria e/ou incubação desenvolvido pelas Instituições de apoio pesquisadas

Mediante as informações coletadas, relacionadas as 11 instituições de apoio pesquisadas quanto ao desenvolvimento de suas atividades vinculadas aos processos de assessoria e incubação, pode-se averiguar que sete instituições possuem projetos de intervenção elaborados que mencionam os objetivos e a metodologia de incubação empregados para o desenvolvimento de assessoria/incubação realizado com as experiências de Economia Popular Solidária, sendo elas: Instituições “A”, “B”, “C”, “F”, “H”, “J” e “L”.

A Instituição “E” informou que não possui um projeto formalizado relacionado com o processo de intervenção,²³⁷ mas projetos elaborados para a arrecadação de recurso e apoio ao seu trabalho de incubação e de fomento às Feiras de Economia Popular Solidária. Já as Instituições “D”, “I” e “G” não responderam à questão. Na totalidade, porém, 7 das 11 instituições pesquisadas (64,0%) - considerando que três não responderam -, possuem projetos de intervenção elaborados.

Por intermédio das informações obtidas, pode-se constatar uma semelhança entre os objetivos propostos pelas instituições pesquisadas que possuem clareza de suas ações, por meio dos projetos elaborados de assessoria. Desta forma, percebe-se que os objetivos que norteiam o processo de intervenção das Instituições “B”, “H”, “J” e “L”, assemelham-se, pois salientam três aspectos que devem permear a metodologia empregada durante os processos de assessoria/incubação das experiências de geração de trabalho e renda, que são: a) a formação, b) a capacitação, e c) a formalização do empreendimento. A formação e a capacitação estão relacionadas com o processo de qualificação das experiências coletivas, bem como dos profissionais das instituições; a formalização do empreendimento está vinculada com o processo de legalização da experiência assessorada.

Outros objetivos também foram referenciados por estas três instituições, pois a Instituição “J” citou os princípios da Economia Popular Solidária que envolvem o consumo solidário e a organização de espaços de comercialização - que contribui para a viabilidade econômica destes empreendimentos. Já a Instituição “H” e a Instituição “L” indicaram os princípios da autogestão, da viabilidade econômica, da preservação ambiental e do exercício da cidadania, mediante as trocas entre o saber popular e o saber acadêmico. A Instituição “B” ainda mencionou que visa também à sustentabilidade dos empreendimentos coletivos e o processo de autogestão.

A Instituição “F” informou que possui como objetivo estimular a auto-organização da sociedade para a construção de seus direitos, em que haja socialização dos frutos do desenvolvimento e de todas as dimensões do poder, com respeito às diferenças, não sendo estas motivo de desigualdade social. Ou seja, esta instituição se direciona à inserção produtiva e social das experiências coletivas, juntamente com a implantação de um processo de autogestão e construção de rede por ramo de atividade assessorada, em que os princípios da Economia Popular Solidária estejam presentes

²³⁷ Disponibilizou, porém, as informações necessárias para a análise.

nas suas ações.

Quanto às duas incubadoras pesquisadas, que possuem vínculo entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pode-se constatar que os objetivos que norteiam o processo de intervenção delas - Instituições “A” e “C” -, são semelhantes. Desta forma, pode-se referir como objetivos da Instituição “C”: a) prestar assessoria a empreendimentos de Economia Popular Solidária, visando o desenvolvimento socioeconômico cultural e humano para a formação da cidadania coletiva; b) contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento local e regional, pela difusão da proposta de cooperativismo autogestionário e outras formas de organização associativa; e c) possibilitar a professores, técnicos e alunos da instituição uma aproximação maior com a comunidade. A Instituição “A” possui cinco eixos centrais que norteiam a sua intervenção: a) incubação e assessoria de experiências coletivas; b) divulgação e promoção da Economia Popular Solidária; c) formação e qualificação técnica; d) comercialização por meio de organização de feiras; e e) mapeamento, que consiste em identificar e caracterizar os empreendimentos coletivos.

Os objetivos previstos por estas duas incubadoras, assim como pelas demais instituições referidas, vão ao encontro dos propósitos e atividades previstos pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes. Estas duas incubadoras, porém, possuem em comum a intencionalidade de aproximar os empreendimentos coletivos ao conhecimento técnico, bem como focalizar suas atividades na integração entre a comunidade acadêmica e a comunidade local-regional, buscando o desenvolvimento sustentável.²³⁸

A Instituição “E”, apesar de não possuir um projeto de incubação/assessoria formalizado, possui clareza de sua intencionalidade de intervenção, uma vez que informou que objetivam a valorização dos empreendimentos solidários para que se tornem sujeitos interativos e independentes. Deste modo, os objetivos desta instituição constituem-se por meio da promoção da transformação social, política, econômica, cultural, ambiental, eclesial, ecumênica e pelo autodesenvolvimento associativo comunitário e transformador sustentável por meio de projetos de geração de trabalho e renda, dentro da perspectiva da Economia Popular Solidária, da Agricultura Familiar e

²³⁸ Temos desde posições mais restritivas que veem a sustentabilidade em relação à durabilidade do desenvolvimento econômica tal como o conhecemos – da sua capacidade de se manter ao longo do tempo, sem uma flexão mais aprofundada sobre suas consequências – até posições mais amplas, que concebem a sustentabilidade como um poderoso vetor para mudanças estruturais no modo de produção, na organização social e na maneira como nos relacionamos com o ambiente que nos cerca (ARROYO; SCHUCH, 2006).

da Agroecologia, visando a incluir socialmente estes trabalhadores.

Desta forma, constata-se que o trabalho de incubação/assessoria que vem sendo desenvolvido pelas instituições de apoio pesquisadas, objetiva não somente possibilitar a inserção econômica destes sujeitos por meio da geração de renda, mas, também, trabalhar outros aspectos que estão para além da viabilidade econômica. Entre eles, destaca-se a socialização no processo de trabalho, a conscientização, a compreensão dos princípios cooperativistas/associativistas e a preservação do meio ambiente.

Apesar de se averiguar esta realidade, entretanto, percebe-se, também, que tanto o processo de incubação quanto a forma de vínculo estabelecida entre estas instituições de apoio e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - Senaes -, estão ainda em fase bem inicial no Estado, de modo que apontar indicadores - no que se relaciona à contribuição do programa para a viabilidade das experiências coletivas -, que não estejam somente relacionados com a renda, ainda não é possível, pois não se possui elementos e informações concretas neste sentido. O que se pode compreender em relação a este programa social, entretanto, está relacionado com a intencionalidade do mesmo, bem como das instituições de apoio, que prospectam a justiça e equidade social.

Outra questão que se destaca, neste estudo, é que as Instituições “A”, “E” e “F” possuem semelhanças em seus objetivos. Estas instituições concebem a perspectiva de desenvolvimento das experiências coletivas, bem como a ideologia de que, por meio da Economia Popular Solidária, “outro mundo é possível” e “outra economia é possível”. As outras instituições pesquisadas possivelmente também possuem esta concepção, entretanto não foram obtidas informações que explicitassem diretamente esta visão de homem e de mundo.

Esta realidade está relacionada com a concepção que se possui sobre a Economia Popular Solidária, que concebe estas experiências como um contraponto ao capitalismo. Por meio deste trabalho, porém, compreende-se que as experiências de Economia Popular Solidária estão inseridas no sistema capitalista e caracterizadas ao mesmo tempo como formas de os trabalhadores resistirem às manifestações de desigualdade da questão social. Entende-se, ainda, que estas experiências constituem-se também como formas estratégicas de o Estado e de o Sistema atenuarem os conflitos de classe.

Dando sequência ao desvelamento das informações coletadas, em relação às características das experiências que são assessoradas pelas instituições pesquisadas, segundo os dados obtidos nas próprias instituições, pode-se referenciar que:

Instituições Pesquisadas ²³⁹	Características das Experiências Assessoradas/Incubadas
Instituição “E”	Assessorava até 2008 130 empreendimentos no meio urbano e 90 experiências coletivas no meio rural nas seguintes áreas: agricultura familiar, artesanato, reciclagem e setor de alimentação. Ao todo são em torno de 240 empreendimentos urbanos e rurais, que possuem mais ou menos 4.500 famílias e mais de 22 mil pessoas em 34 municípios da Região Central/RS.
Instituição “F”	Informou somente que assessora um número significativo de empreendimentos solidários em diferentes ramos de atividade econômica.
Instituição “J”	Assessora empreendimentos no meio rural como também no urbano. Segundo a instituição, não há um número preciso de experiências, porque oportunizam assessoria a inúmeros grupos e agroindústrias. A produção dos empreendimentos é na área de alimentação e confecção - artesanato.
Instituição “B”	Assessora experiências em diversos segmentos: área da alimentação, artesanato, confecção, serigrafia, serviços, entre outros.
Instituição “L”	As assessorias são realizadas com empreendimentos urbanos, sendo no total 23 experiências. O tipo de produção é artesanato, reciclagem, alimentação e serviços.
Instituição “H”	Assessora 10 empreendimentos relacionados com o meio rural e urbano nos seguintes ramos: leite e laticínios, agroecologia, pesca artesanal, floricultura, artesanato e alimentos artesanais, produção agrícola diversificada, incluindo carne e frangos, grão e farináceas.
Instituição “I”	Desenvolve desde 2005 o Projeto Compras Coletivas - Quilombolas em Rede. ²⁴⁰ O projeto foi implantado no meio rural para atender à demanda ocasionada pela falta de acesso a outras fontes de comércio devido à falta de infraestrutura, locomoção, entre outros, das comunidades quilombolas. Desta forma, por meio do projeto, as comunidades quilombolas que plantavam feijão passaram primeiro a comercializar a produção para outras comunidades quilombolas que não produziam feijão e assim com outros produtos. Atualmente dedica-se à produção e troca dos produtos das comunidades quilombolas.
Instituição “G”	Está direcionado para a promoção do desenvolvimento local, visando à geração de trabalho e renda. Sob o comando da Senaes e do MTE, fomenta a organização de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores, facilitando o acesso das experiências a políticas sociais de incentivo, relacionadas com a capacitação, crédito comunitário, equipamentos, formalização e escoamento da produção.

Quadro 12 - Caracterização das Instituições Pesquisadas

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora.

²³⁹ As outras três instituições pesquisadas não mencionaram as características das experiências assessoradas/incubadas.

²⁴⁰ O MTE teve muita dificuldade em identificar as Comunidades Quilombolas como sua atribuição no início, posto que a grande maioria das comunidades quilombolas encontra-se no meio rural. Isto ocorreu por identificarem um problema comum a todas as comunidades: todos os quilombolas, por questões estruturais, falta de transporte, de informação, entre outros, acabam comprando nas “vendas” do entorno seus produtos de consumo, ou, quem tinha condições, se deslocava à cidade mais próxima para adquirir seus produtos. Ou seja, se havia uma comunidade inteira necessitando comprar, isto possibilitaria negociar preços menores em compras por atacado, por isso “compras coletivas”. Esta compreensão foi preponderante para o desenvolvimento do projeto Compras Coletivas – Quilombolas em Rede.

Diante das informações contidas no quadro, relacionadas com as experiências coletivas assessoradas, pode-se afirmar que estas, auxiliadas pelas instituições de apoio, possuem características em comum, como o fato de se constituírem em cooperativas, associações, grupos e por alguns familiares, que procuraram gerar trabalho e renda aos sujeitos por intermédio de diversos ramos de atividades, seja no meio urbano, seja no rural. Já os Centros Públicos caracterizam-se por atender em seu espaço de comercialização as experiências coletivas, entretanto setores vinculados a prefeituras também assessoram estes empreendimentos coletivos. Por fim, a Incubadora Universitária que, além de ter como intencionalidade aproximar a universidade da população local-regional e produzir conhecimentos, objetiva assessorar os empreendimentos coletivos.

O trabalho de assessoria e/ou incubação e os procedimentos metodológicos que vêm sendo desenvolvidos pelas instituições de apoio pesquisadas com as experiências de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul estão sendo realizados da seguinte forma: o trabalho de assessoria das Instituições “E” e “H” assemelham-se, pois informaram que desenvolvem as atividades relacionadas com a realização de cursos, encontros, seminários, oficinas e atividades práticas como formas de trabalho. Dentre outras atividades, a Instituição “E” salienta também as viagens de estudo de que participam, realização de assembleias, participação em congressos e a promoção de trocas entre as experiências assessoradas. Já a Instituição “H” salienta, ainda, que suas atividades são realizadas por intermédio da ação de equipes interdisciplinares, formadas por professores, técnicos e estudantes, que visitam os empreendimentos e discutem com os trabalhadores as demandas existentes e a forma de atendê-las.

A assessoria-incubação da Instituição “J” está pautada no acompanhamento e nos debates constantes desenvolvidos com os empreendimentos. Esta Instituição afirma que procuram levar em conta as especificidades de cada local e características dos empreendimentos coletivos. A Instituição “L” apenas informou que o trabalho de assessoria é realizado nos próprios empreendimentos, pois não disponibilizam de espaço físico para o desenvolvimento das atividades metodológicas. As Instituições “B” e “F” não especificaram em suas respostas como desenvolvem o trabalho de assessoria e incubação, juntamente com as Instituições “D”, “I” e “G”, que também não responderam a questão.

Verificou-se que as duas incubadoras que possuem convênio entre 2008 e 2009 - as Instituições “A” e “C” - assemelham-se, posto que aplicam três estágios no processo de incubação: a) a pré-incubação inicia-se quando verbalmente representantes de experiências demandam da necessidade da incubação; b) a incubação inicia-se pela realização de um planejamento participativo, que determina as ações a serem desenvolvidas tanto pela incubadora como pelos empreendimentos; e c) a pós-incubação, que consiste na realização de ações mais pontuais, a partir das demandas e da necessidade do grupo. Paralelamente a estas atividades, desenvolvem também, por meio da assessoria, seminários, cursos, oficinas, encontros, palestras, reuniões, grupos de estudo e pesquisa e produção de material informativo, entre outros.

Com base nestas informações - mesmo que limitadas, pois cinco instituições, que representam 45,4% das pesquisadas, não informaram como desenvolvem o trabalho de assessoria e/ou incubação -, porém, bem como por meio das outras sete instituições que informaram diretamente, pode-se constatar que as metodologias empregadas durante o processo de assessoria e/ou incubação vão ao encontro dos objetivos, atividades e metodologias previstas pela Senaes para serem desenvolvidas com as experiências coletivas assessoradas. Outra questão refere-se ao fato de que as instituições de apoio pesquisadas, ao assessorarem as experiências coletivas, possuem como intencionalidade potencializar a viabilidade econômica das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, bem como contribuir para a legalização dos empreendimentos constituídos por meio de grupos, seja por intermédio de associações e/ou cooperativas.

Este trabalho torna-se mais completo e fortalecido a partir do momento em que as instituições de apoio vinculam-se ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, recebendo de órgãos de fomento recursos financeiros, além do apoio da Senaes e da participação em encontros de formação e monitoramento das atividades.²⁴¹ Por isto se acentua a relevância da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, pois, na medida em que este Programa Social for expandindo-se e se consolidando, poderá contribuir por meio das instituições de apoio, com a viabilidade e manutenção das experiências de geração de trabalho e renda, de forma que se tornem possíveis no mercado.

²⁴¹ Constitui-se numa das exigências e critérios da Senaes.

Quando foram coletadas as informações entre 2008 e 2009, averiguou-se que alguns empreendimentos já haviam se transformado em associações e cooperativas, considerando que ainda três grupos estavam migrando para a condição de associação. Isto significa que, mesmo ainda de forma limitada e incipiente, possivelmente o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com as instituições de apoio, vem contribuindo para a legalização dos empreendimentos, aspecto que contribui para a viabilidade dos mesmos, pois os grupos informais são as formas mais precárias existentes de trabalho coletivo.

6.1.4 Relação estabelecida entre o trabalho desenvolvido pelas Instituições de Apoio no Rio Grande do Sul juntamente com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento às Experiências de Economia Popular Solidária

No que concerne ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelas 11 instituições de apoio pesquisadas, 10 informaram que este vai ao encontro do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes. Apenas uma instituição não respondeu a questão. As outras instituições alegaram que o trabalho de assessoria e/ou incubação que desenvolvem estão respaldados nos princípios da Economia Popular Solidária, e que objetivam contribuir para a tomada de consciência e criticidade dos sujeitos sobre a realidade social. Além disso, as instituições de apoio referiram, também, que almejam fortalecer o processo de trabalho das experiências coletivas, de forma que as atividades desenvolvidas por estas experiências correspondam à proposta da Economia Popular Solidária e de um modelo sustentável de desenvolvimento, em que o respeito pelo meio ambiente esteja presente.

Outra questão que pode ser averiguada está relacionada com a preocupação e interesse das instituições pesquisadas para que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento seja efetivado e fortalecido, de modo que o mesmo, após ser implantado em sua plenitude, num segundo momento possa transformar-se em uma política social. Para isto, primeiramente faz-se necessário que os objetivos previstos pela Senaes sejam atingidos e concretizados, no que se relaciona ao acesso a créditos, à comercialização, à formação dos agentes e dos

empreendimentos, ao Novo Marco Legal - que objetiva também enfrentar as falsas cooperativas e associações e afastar os trabalhadores da condição de informalidade por meio da criação de uma nova legislação social que inclua estes trabalhadores -, e às Finanças Solidárias.

As instituições informaram, também, que o trabalho que vem sendo desenvolvido visa a garantir um acompanhamento técnico das experiências - como forma de monitoramento -, de modo que o mesmo seja pautado nos princípios da Economia Popular Solidária. Por fim, comunicaram ainda que o trabalho desenvolvido busca dar conta de atividades previstas pela Senaes e pelo referido Programa Social, como: incubação e assessoria; divulgação e promoção da Economia Popular Solidária; formação e qualificação técnica; comercialização mediante organização de feiras; legalização dos empreendimentos; promoção por meio de agentes de desenvolvimento; e no mapeamento, que consiste em identificar e caracterizar os empreendimentos coletivos.

Salienta-se que das 11 instituições pesquisadas, 10 informaram que procuram desenvolver seu trabalho de forma que o mesmo contribua para a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária. Apenas a Instituição “I” novamente não respondeu. Desta forma, constata-se uma supremacia quase que absoluta em relação à compreensão que as instituições de apoio pesquisadas têm sobre o trabalho que desenvolvem e a possível contribuição do mesmo para a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária no mercado.

Pode-se confirmar esta compreensão das instituições pesquisadas por meio das informações obtidas neste estudo, como quando as Instituições “H”, “J” e “L” informaram que desenvolvem suas atividades prospectando que a comercialização dos produtos originados pelas experiências coletivas seja por meio de melhores preparos, visando a contribuir com a viabilidade econômica e com o processo de aproximação da autogestão das experiências coletivas. As Instituições “F” e “G” informaram que visam à construção de alternativas para o crescimento do empreendimento como processo de viabilidade econômica das experiências, de forma que possam contribuir e estimular a formação dos trabalhadores, fomentando a criação de alternativas, procurando colaborar com o exercício da cidadania destes sujeitos e com a existência de um mundo mais justo e solidário. Referiram ainda que a principal estratégia de enfrentamento ao desemprego é articular iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, como o

Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. As outras instituições pesquisadas referiram que procuram contribuir com a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda em suas respostas, pois acreditam que o trabalho que vem sendo desenvolvido está comprometido com esta intencionalidade.

As 11 instituições de apoio pesquisadas, quando consultadas sobre suas percepções do que seria necessário para que as experiências de Economia Popular Solidária se tornem viáveis no mercado, expuseram, de forma genérica, que: a viabilidade das experiências se concretizará por intermédio da auto-organização dos empreendimentos e comercialização dos produtos e serviços advindos das experiências coletivas. Além da viabilidade econômica, foram citadas outras necessidades, como desenvolver suas atividades de acordo com a proposta da Economia Popular Solidária, do Cooperativismo e do Associativismo; gerar produtos com boa qualidade, entre outros.

A Instituição “F” informou também que se faz necessário o aprofundamento do processo de autogestão, diversificação comercial e produtiva, inovação tecnológica, qualificação produtiva, investimentos públicos, articulação social e formação política, e a assessoria para a atividade econômica e estímulo à auto-organização de redes entre os empreendimentos solidários. Já as Instituições “J” e “L” asseguram a necessidade de criação de um sistema de produção, comercialização e consumo. A Instituição “H” elucida que o empreendimento deve ser capaz de: aliar profissionalismo à democracia interna nos empreendimentos, e que, ao mesmo tempo, procure obter do mercado e da sociedade o mesmo reconhecimento que as empresas convencionais - por meio de acesso a crédito, apoio governamental, legislação adequada, entre outros. A Instituição “L” sinaliza ainda a necessidade de um novo Marco Legal à Economia Popular Solidária, que possibilite uma normatização das relações de trabalho entre os membros de um empreendimento coletivo.

Outra questão de extrema importância, que foi apontada pelas instituições de apoio pesquisadas, está relacionada ao término do processo de assessoria e/ou incubação. Segundo as informações, este se constitui num dos momentos de maior dificuldade do trabalho desenvolvido pelas instituições de apoio e experiências incubadas. Comumente os empreendimentos podem se tornar dependentes do processo de assessoria, por isto estas instituições informaram que o planejamento das atividades e o monitoramento do trabalho podem se constituir em ferramentas

necessárias para que a incubação ocorra de forma que contribua para a independência e a viabilidade das experiências coletivas no mercado. Mencionaram também que não existe uma “receita de bolo” para o desenvolvimento da assessoria, pois a mesma ainda está em fase de concepção, elaboração e execução devido a sua incipiência, pois consiste num trabalho processual. O que já pode ser constatado é que o trabalho de assessoria e incubação é de fundamental importância para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas, mesmo estando ainda em seu princípio.

Com base nas informações obtidas, pode-se averiguar que as instituições de apoio pesquisadas procuram desenvolver as suas atividades de assessoria e/ou incubação, que objetivam a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, bem como o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul - como também no Brasil -, tendo como embasamento os princípios da Economia Popular Solidária, apontados e informados em diversas respostas e documentos analisados. Pode-se verificar, ainda, que a preocupação com a sustentabilidade das experiências coletivas, despertadas e conscientizadas nos trabalhadores, principalmente sobre a preservação do meio ambiente, também foi citada em respostas e documentos analisados. Desta forma, compreende-se que as instituições pesquisadas almejam também a sustentabilidade ambiental e o processo de politização dos trabalhadores, juntamente com a viabilidade e manutenção das experiências coletivas no mercado.

Como, entretanto, os sujeitos que participam destes empreendimentos assessorados estão comumente em situação de vulnerabilidade social, pode-se averiguar que, primeiramente, faz-se necessária a viabilidade econômica das experiências coletivas; e, num segundo momento, sejam trabalhados os aspectos sociais, também relacionados com a conscientização e preservação ambiental, e as mudanças que as inserções dos trabalhadores nos empreendimentos vêm desencadeando em suas vidas, entre outros.

Desta forma, constata-se que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo implantado no Rio Grande do Sul, por meio de uma parceria estabelecida entre o governo federal - Senaes - e as instituições de

apoio²⁴² - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Mediante esta parceria, o Estado pretende contribuir com a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária por meio da disponibilização de recursos financeiros e encontros de formação, além do processo de divulgação da Economia Popular Solidária e por intermédio do desenvolvimento de objetivos e atividades previstas pelo mencionado Programa e pela Senaes. Assim, as instituições de apoio vêm configurando-se como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, pelos seus processos de assessoria e/ou incubação.

Pela pesquisa realizada não se pode constatar se as instituições de apoio estão exercendo as atividades do Estado ou assumindo outras que deveriam ser executadas por este último. O que pode se perceber é que o governo federal pretende constituir uma parceria com as instituições de apoio - lembrando que as mesmas participam das instâncias representativas e organizadas da sociedade civil, relacionadas com a Economia Popular Solidária no Brasil. Salienta-se que se as instituições de apoio estão desenvolvendo atividades cabíveis ao Estado, é pela incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como da Senaes, no Rio Grande do Sul e no Brasil. No próximo subitem serão introduzidas as 17 experiências coletivas pesquisadas, suas características e de seus trabalhadores, o processo de trabalho desenvolvido pelos empreendimentos e sua vinculação com as instituições de apoio no Estado.

²⁴² Outra questão referenciada é que entre 2008 e 2009 verificou-se nas instituições de apoio pesquisadas, o trabalho profissional de assistentes sociais somente em uma instituição – vinculada a Incubadora. Esta realidade apenas acentua a relevância social, profissional e acadêmica deste estudo, pois se constata também que as instituições de apoio pesquisadas configuram-se enquanto espaços sociocupacionais que podem ser preenchidos pelos assistentes sociais – entre outras áreas do saber –, de forma que os mesmos possam contribuir com o trabalho de assessoria e incubação.

6.2 EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL: O PROCESSO DE ASSESSORIA QUE VEM SENDO DESENVOLVIDO PELAS INSTITUIÇÕES DE APOIO VINCULADAS AO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

Por meio desta pesquisa, pode-se desvelar quais são as experiências de Economia Popular Solidária que estão sendo assessoradas/incubadas pelas instituições de apoio que já tiveram ou possuem alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - por intermédio da Senaes -, desde 2003 no Rio Grande do Sul. Desta forma, averigua-se que cooperativas, associações e grupos - que desenvolvem suas atividades nos meios urbanos e rurais em municípios do Rio Grande do Sul -, constituem-se nas experiências coletivas que são assessoradas/incubadas, ou, ainda, apoiadas pelas instituições pesquisadas, que possuem como intencionalidade contribuir com a viabilidade econômica destes empreendimentos e também pelo vínculo estabelecido com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes - Governo Federal.

Procurou-se coletar informações referentes às experiências de Economia Popular Solidária, mediante entrevistas realizadas com a aplicação de dois formulários estruturados a lideranças e outros trabalhadores inseridos nas experiências localizadas no meio urbano, que estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - totalizando 14 empreendimentos. Também foram entrevistados trabalhadores de três empreendimentos coletivos assessorados/vinculados a duas instituições²⁴³ que não possuem vínculo entre 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - mas que pretendem se vincular novamente ao mesmo, sendo eles: Experiências “11”, “12” e “17”.

²⁴³ Após análise da documentação e de conversas e contatos estabelecidos com os sujeitos envolvidos com estas instituições, constatou-se que não havia vínculo estabelecido com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes. Ambas as instituições, porém, já tiveram vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, entretanto, entre 2008 e 2009, estavam desvinculadas. Salienta-se, ainda, que os três empreendimentos pesquisados foram assessorados desde o período de vinculação destas instituições com a Senaes, motivo pelo qual também foram levados em consideração para a realização das entrevistas.

No total foram realizadas 46 entrevistas, sendo 18 desenvolvidas com as lideranças dos empreendimentos coletivos e 28 com os outros trabalhadores inseridos nas experiências. Durante a realização da coleta das informações com os trabalhadores foi apresentado aos sujeitos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Juntamente com a realização das 46 entrevistas, informa-se, ainda, que também foi desenvolvida a análise documental referente às 17 cooperativas, associações e grupos pesquisados, que envolveram reportagens de jornal, regimentos, estatutos, atas, entre outros documentos que puderam ser acessados. Em seguida serão introduzidas as características dos empreendimentos pesquisados.

6.2.1 Caracterização das experiências de Economia Popular Solidária pesquisadas e do processo de trabalho que vem sendo desenvolvido

Constatou-se, por meio das 17 experiências pesquisadas - tendo como base a amostra intencional -, que a maioria dos empreendimentos configura-se enquanto grupos informais. Assim, identificou-se que dois empreendimentos constituem-se enquanto cooperativas (11,7%), cinco enquanto associações (29,4%) e 10 enquanto grupos (58,8%).

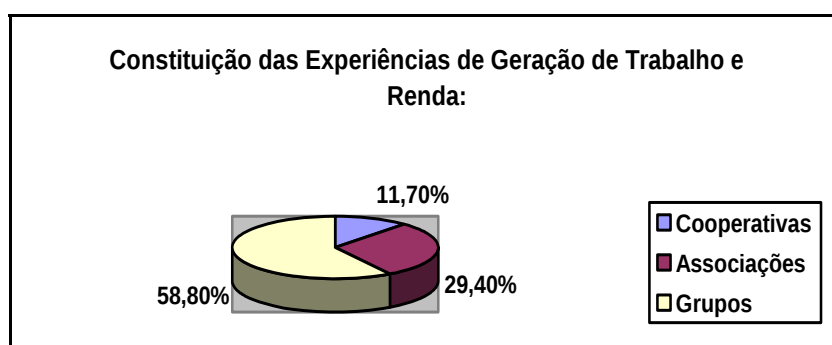


Gráfico 10 - Constituição das experiências de geração de trabalho e renda

Fonte: Dados de pesquisa.

Constituem os empreendimentos coletivos formados por meio de grupos de trabalho: Experiências “2” e “3” - que participam da Instituição “B” -; Experiência “6” - que participa da Instituição “M” -; Experiência “8” - assessorada pela Instituição “C” -; Experiências “9” e “10” - assessoradas pela Instituição “D” -; Experiência “13” - assessorada pela Instituição “F” -; Experiência “17” - assessorada pela Instituição “I” -; Experiência “12” - assessorada pela Instituição “H” -; e Experiência “5” - assessorada pela Instituição “G” e participa também da Instituição “M”.

Os outros sete empreendimentos pesquisados constituem-se por cooperativas e associações. Constituem as cinco associações pesquisadas: Experiência “1” - assessorada pela Instituição “A” -; Experiência “7” - assessorada pela Instituição “C” -; Experiências “15” e “16” - participantes da Instituição “N” -; Experiência “14” - assessorada pela Instituição “E”. Por fim, constituem as duas cooperativas pesquisadas: Experiência “4” - assessorada pela Instituição “G” -; e a Experiência “11” - assessorada pela Instituição “H” - que não possui vínculo entre 2008 e 2009.

Mediante estas informações, percebe-se que somente 41,1% das 17 experiências pesquisadas constituem-se por meio de associações e cooperativas. Ou seja, somente sete empreendimentos estão regulamentados de forma que vão ao encontro da proposta prevista pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes - juntamente com os Fóruns de Economia Popular Solidária, por meio de cooperativas e associações. Estas informações demonstram os desafios existentes nos processos de incubação desenvolvidos pelas instituições de apoio, e acentuam a relevância do referido Programa Social no Estado, pois os grupos de trabalho se constituem no formato mais incipiente da Economia Popular Solidária - segundo a compreensão da Senaes.

Dos 10 grupos pesquisados, porém, constatou-se que três empreendimentos (30%) estavam migrando da condição de grupos para associação no primeiro semestre de 2009. São eles: Experiências “3”, “5” e “9”. Estes três empreendimentos estão vinculados às Instituições “B”, “M” e “G”, e ainda à Instituição “D”. Menciona-se novamente as instituições de apoio que assessoram ou estão vinculadas a estes empreendimentos coletivos devido ao fato de que a regulamentação e legalização das experiências coletivas, que iniciam suas atividades por meio de grupos de trabalho, constitui-se um dos objetivos do processo de assessoria e/ou incubação.

Apesar de mais de a metade dos empreendimentos coletivos pesquisados constituírem-se enquanto grupos - informações que vão ao encontro do mapeamento realizado pela Senaes no Rio Grande do Sul, em que foram apresentados como justificativa pelos trabalhadores ao se inserirem nestas experiências e também como complementação e geração de renda -, salienta-se que o fato de 30% destes empreendimentos estarem migrando para a condição de associação já se constitui num avanço no Estado. Esta realidade está diretamente relacionada com a vinculação da instituição de apoio ao referido programa por meio da Senaes.

Outra questão que pode ser averiguada está interligada ao fato de que nem sempre as nomenclaturas dos empreendimentos coletivos constituem-se em elementos suficientes para a compreensão da formalização dos mesmos. Ou seja, as nomenclaturas dos empreendimentos podem estar relacionadas com o momento de fundação e princípio das experiências, ou com o possível desconhecimento dos trabalhadores sobre as diferenças entre grupos, associações e cooperativas - situação que deve ser trabalhada em assessoria - ou, quem sabe, ainda, pode estar vinculado com o desejo ou necessidade dos mesmos, entre outros motivos.

Visando a introduzir a análise das experiências, por meio das informações obtidas, pode-se averiguar que o primeiro empreendimento pesquisado que passou a desenvolver suas atividades desde o início da década de 90 do século XX, foi a Experiência “14” - assessorada pela Instituição “E”. Este empreendimento foi criado por iniciativas dos próprios trabalhadores e foi fundado anteriormente à criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - fato que acentua a relevância do Programa, pois se constata que já existia a demanda no Estado.

Juntamente com esta experiência, outros sete empreendimentos foram criados devido à iniciativa dos trabalhadores. Menciona-se, ainda, que duas experiências coletivas de geração de trabalho e renda iniciaram suas atividades por iniciativa do governo estadual - durante o mandato do governador Olívio Dutra, em 2001, por intermédio do Programa de Economia Popular Solidária. Para além destas nove experiências coletivas, salienta-se, ainda, que sete empreendimentos foram criados por meio das instituições de apoio que os assessoram/incubam. Por fim, informa-se, ainda, que uma experiência não esclareceu o motivo de sua criação.

EXPERIÊNCIA	MOTIVO DE CRIAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA
Experiência “14”	Iniciativa dos Trabalhadores	Foi criada pelos trabalhadores tendo como perspectiva o enfrentamento do desemprego.
Experiência “2”	Iniciativa dos Trabalhadores	Foi criado com o objetivo de gerar renda a estes trabalhadores.
Experiência “6”	Iniciativa dos Trabalhadores	Iniciou por meio da produção para consumo próprio, e, posteriormente, após a aposentadoria de alguns dos seus integrantes, começou o processo de comercialização.
Experiência “4”	Iniciativa dos Trabalhadores	Foi fundada pelos trabalhadores em razão da falência da empresa privada que a antecedeu - Lãneficio. Alguns dos antigos funcionários resolveram criar a cooperativa mantendo o mesmo objeto de trabalho - confecção de fios e lãs - e informaram que comercializam os produtos com todo o país.
Experiência “16”	Iniciativa dos Trabalhadores	Surgiu a partir da união de pequenos produtores que reclamavam da dificuldade de autorização para a comercialização - pela fiscalização municipal -, de seus produtos.
Experiência “11”	Iniciativa dos Trabalhadores	Surgiu por meio dos encontros entre os trabalhadores que criaram a cooperativa, visando a adquirir recursos financeiros para poder escoar as suas produções.
Experiência “17”	Iniciativa dos Trabalhadores	Formado por oficinas que possuíam a necessidade de comercializar em feiras materiais recicláveis.
Experiência “15”	Iniciativa do Governo Estadual	A criação da associação poderia facilitar a aquisição de verbas, mediante projetos, objetivando comprar equipamentos bem como construir a sede da associação.
Experiência “7”	Iniciativa do Governo Estadual	Foi construída a estrutura da associação por meio de projeto aprovado pelo governo estadual, e posteriormente pela Senaes por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.
Experiência “12”	Iniciativa das Instituições de Apoio	Foi constituída por integrantes da associação de um bairro, com o incentivo de um estagiário do curso de Serviço Social. ²⁴⁴
Experiência “8”	Iniciativa das Instituições de Apoio	Iniciou suas atividades por meio de formação profissional realizada por universidade.
Experiência “9”	Iniciativa das Instituições de Apoio	Iniciou suas atividades a partir da necessidade dos trabalhadores de formar uma associação. Posteriormente foi inserido o grupo coletivo.
Experiência “5”	Iniciativa das Instituições de Apoio	Convite realizado a um grupo de mulheres para desenvolver atividades relacionadas com a geração de renda.
Experiência “10”	Iniciativa das Instituições de Apoio	Foi criada tendo como perspectiva a criação de uma rede de padarias.
Experiência “3”	Iniciativa das Instituições de Apoio	Foi formado por produtores que se uniram e passaram a trabalhar coletivamente.
Experiência “13”	Iniciativa das Instituições de Apoio	Foi iniciado pela instituição de apoio em uma penitenciária feminina.
Experiência “1”	Não informou	Havia um grande número de catadores. Uniram-se e posteriormente passaram a concentrar o material no galpão da associação.

Quadro 13 - Motivos de criação das experiências coletivas

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora.

²⁴⁴ Destaca-se a contribuição do Serviço Social, bem como das Incubadoras Universitárias, para o fomento de empreendimentos de Economia Popular Solidária.

Desta forma, constata-se que as sete experiências foram fundadas por meio da iniciativa dos trabalhadores, tendo em vista o aspecto econômico, pois tiveram como motivações criar uma alternativa de gerar renda devido ao desemprego ou complementar os seus rendimentos individuais e familiares. Esta realidade vai ao encontro das informações obtidas pelo Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado pela Senaes no Rio Grande do Sul. Estes trabalhadores perceberam que, coletivamente, poderiam ter maiores possibilidades de gerar renda do que individualmente. Ou seja, concluíram que, por intermédio do coletivo, o grupo poderia ser fortalecido para, juntos, pressionar os governos municipais para que os empreendimentos adquirissem apoio para as suas viabilidades econômicas. Destaca-se, ainda, a Experiência “4”, devido ao fato de esta cooperativa ter sido fundada pelos trabalhadores de uma empresa que havia falido.

Por meio destas informações pode-se constatar, também, que os outros sete empreendimentos coletivos apresentados foram criados pelo apoio das instituições pesquisadas - relacionadas com as incubadoras universitárias, instituições governamentais e da sociedade civil. Ou seja, existia a demanda de gerar renda aos trabalhadores e a percepção, por parte das instituições de apoio e dos trabalhadores, de que de forma coletiva poderiam desenvolver suas atividades e terem maiores possibilidades de viabilizar economicamente seus produtos e serviços - posto que as instituições de apoio, por meio de assessorias e/ou incubações, potencializaram a criação destas experiências coletivas, visando a gerar renda aos trabalhadores.

Pode-se constatar, ainda, que os sete empreendimentos foram criados por estímulo das instituições de apoio - todos criados por meio de grupos de trabalho. Ou seja, as instituições de apoio, no Rio Grande do Sul, por intermédio das experiências pesquisadas, primeiramente tentam organizar os trabalhadores para que desenvolvam suas atividades em grupos. Num segundo momento, se o empreendimento coletivo manter-se no mercado e na medida em que forem sendo desenvolvidas as assessorias e incubações, então os mesmos poderão ser regulamentados por associações e cooperativas - principalmente associações, posto que o Novo Marco Legal ainda não foi regulamentado. Estas informações possivelmente podem ser averiguadas, pois três destas sete experiências criadas pelas instituições de apoio - portanto 42,8% - estão migrando para a condição de

associação.

As experiências de Economia Popular Solidária foram criadas para gerar trabalho e renda e potencializar a comercialização dos produtos e serviços gerados pelos trabalhadores, considerando que 41,1% iniciaram o desenvolvimento de suas atividades por iniciativa dos próprios trabalhadores - e, posteriormente, passaram a ser assessoradas/incubadas pelas instituições de apoio -; 41,1% iniciaram suas atividades com o apoio direto das instituições pesquisadas; e 11,7% iniciaram suas atividades devido ao incentivo do governo estadual. Desta forma, conclui-se que as experiências pesquisadas foram criadas pelos próprios trabalhadores - principalmente as experiências existentes anteriormente à fundação da Senaes -, pelas instituições de apoio - principalmente as experiências criadas após a fundação da Senaes - e pelo incentivo do governo estadual.

Considera-se, então, que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul vem contribuindo para o fomento das experiências coletivas, tendo como instância executora as instituições de apoio. Por meio das experiências pesquisadas, constata-se que o referido Programa Social está sendo desenvolvido de forma que contemple os objetivos do mesmo. Assim, salienta-se a importância de o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - e da Senaes -, deixar de ser um Programa de governo e passar a ser um Programa Social permanente, para que, num outro momento, seja constituída uma política social específica em âmbito federal que dê conta desta demanda. Pelas informações obtidas quanto à quantidade de trabalhadores e o sexo destes sujeitos inseridos nas 17 experiências de geração de trabalho e renda, pode-se constatar que o número total de cooperados/associados é de 509 sujeitos. Um dos empreendimentos não especificou a quantidade de trabalhadores constituídos por homens e por mulheres, entretanto os outros 16 empreendimentos pesquisados informaram que são formados por 233 mulheres e 200 homens.

Ou seja, com estes dados das 16 experiências pesquisadas constata-se que 45,7% dos trabalhadores são mulheres e 39,2% são homens, obtendo-se uma variação em torno de 6% em prol das mulheres. Esta realidade está possivelmente relacionada ao fato de os trabalhadores - entre eles, as mulheres -, inserirem-se nas experiências visando à geração de renda e, também, complementar as suas rendas individuais e/ou familiares. Além destas informações, buscou-se identificar como cada empreendimento está constituído, totalizando 17 empreendimentos com 509

sujeitos.

Segundo as informações obtidas pelo mapeamento realizado pela Senaes no Rio Grande do Sul, entretanto, as experiências seriam constituídas em sua grande maioria (70,52%) por homens, e somente 29,4% por mulheres (dados de 2005 e 2007). Como, porém, os 17 empreendimentos pesquisados envolvem 509 trabalhadores, que representa somente 0,14% do total das experiências mapeadas pela Senaes no Estado - por isto esta pesquisa delimitada no RS é realizada com o enfoque qualitativo -, salienta-se que estes dados são fidedignos à realidade, considerando que as experiências foram analisadas de forma intencional.

Tabela 2 - Sexo dos trabalhadores das experiências pesquisadas

ASSOCIAÇÃO E COOPERATIVAS	MULHERES	HOMENS	TOTAL
Experiência "4"	Não Informou	Não Informou	76
Experiência "15"	60	140	200
Experiência "16"	46	19	65
Experiência "1"	9	3	12
Experiência "3"	1	3	4
Experiência "6"	1	1	2
Experiência "7"	15	17	32
Experiência "10"	5	3	8
Experiência "11"	46	4	50
Experiência "12"	7	6	13
Experiência "14"	11	4	15
Experiência "2"	10	-	10
Experiência "5"	4	-	4
Experiência "8"	4	-	4
Experiência "9"	4	-	4
Experiência "13"	5	-	5
Experiência "17"	5	-	5
TOTAL	233	200	509

Fonte: Dados de pesquisa.

Das experiências pesquisadas, os três empreendimentos que possuem o maior número de cooperados/associados são: a Experiência "15", com 200 sujeitos; a Experiência "4", com 76 trabalhadores; e a Experiência "16", com 65 associados. Já no que diz respeito aos empreendimentos com menor quantidade de

trabalhadores inseridos, constatou-se: a Experiência “6”,²⁴⁵ com apenas dois sujeitos (um homem e uma mulher); a Experiência “3”, com quatro trabalhadores; a Experiência “5”, com quatro sujeitos (somente mulheres); a Experiência “8”, com quatro trabalhadores (somente mulheres); e a Experiência “9”, com quatro sujeitos (somente mulheres).

O que se destaca, principalmente, por meio das informações coletadas, é o fato de que 6 das 17 experiências pesquisadas, portanto 35,2%, são empreendimentos compostos somente por mulheres, sendo elas: Experiências “2”, “5”, “8”, “9” “13” e “17”. Estes 6 empreendimentos não possuem grande quantidade de trabalhadoras, levando-se a compreender que estas se inseriram nestes empreendimentos visando a geração de renda, ou, ainda, para complementarem suas rendas individuais e/ou familiares, além do fato de estarem exclusas do mercado formal de trabalho.

Em termos de infraestrutura, com as informações obtidas pelos 17 empreendimentos pesquisados pode-se averiguar que 10 (58,8%) desenvolvem suas atividades em locais que foram cedidos aos empreendimentos - por prefeituras, empresas, entre outros -; somente um empreendimento (5,8%) desenvolve suas atividades em local próprio; e 6 experiências (35,2%) fazem uso de outras formas de locais para o desenvolvimento de suas atividades - prédios alugados, residência de trabalhadores e a penitenciária feminina.

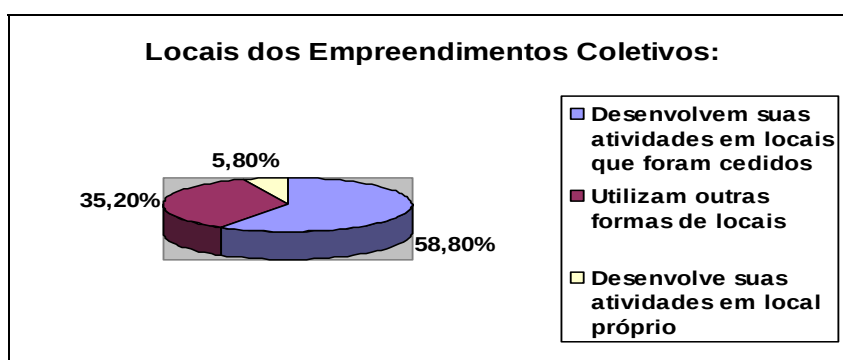


Gráfico 11 - Locais dos empreendimentos coletivos

Fonte: Dados de pesquisa.

²⁴⁵ Que é constituído por um grupo familiar.

Estas informações são condizentes com os dados obtidos pelo mapeamento realizado pela Senaes no Estado. Desta forma, constata-se novamente a importância de apoio destinado a estes empreendimentos coletivos, inclusive em relação ao local em que desenvolvem o processo de trabalho e gestão do mesmo, pois mais da metade dos empreendimentos desenvolvem as suas atividades em locais cedidos.

O processo de trabalho realizado nas experiências pesquisadas nos meios urbanos do Rio Grande do Sul é caracterizado pela produção e/ou prestação de serviços. Cada experiência, entretanto, possui um objeto de trabalho, e alguns empreendimentos desenvolvem ações semelhantes. As atividades que vêm sendo realizadas em coletivo por esses trabalhadores possuem um valor de uso à sociedade, seja por meio da coleta de material reciclável, seja pela produção de vestuário, artesanato, pescado, entre outros. Ao trabalharem com as matérias-primas, pode-se afirmar que esta atividade também possui um valor de troca, pelo qual a matéria-prima é comercializada, gerando, assim, a renda destes trabalhadores, fato que possibilita o alcance da viabilidade econômica.

Dando continuidade à análise das informações fornecidas pelos sujeitos inseridos nas experiências coletivas, identificou-se que o processo de trabalho desenvolve-se da seguinte forma: cada empreendimento possui suas especificidades, ocorrendo, primeiramente, o processo de produção, para, posteriormente, o produto ser comercializado ou, ainda, nos empreendimentos que envolvem a prestação de serviços, há solicitação do mesmo e a posterior realização da atividade. Ainda existem, porém, outros procedimentos peculiares a cada empreendimento, como no caso das Experiências “1” e “14”, em que o processo de trabalho ocorre por meio da coleta de materiais recicláveis pelos trabalhadores nas ruas da cidade e, num segundo momento, é feita a seleção destes materiais. Já na Experiência “4”, o processo de trabalho ocorre mediante classificação, triagem, lavanderia, cardagem, panteagem, mecânica, eletricidade em geral, pedreiro, carpintaria e outros. Na Experiência “11”, o processo de trabalho é desenvolvido por meio de produção, comercialização e consumo de produtos de pequenos trabalhadores rurais e urbanos e assim sucessivamente, ou seja, conforme o objeto de trabalho, são executadas as atividades para a realização do mesmo. Os sujeitos inseridos nas experiências também informaram que, com o passar do tempo, vão adquirindo maior experiência e o trabalho passa a ser desenvolvido com mais

facilidade e qualidade.

Alguns aspectos relevantes foram destacados quando apreendidos os objetivos e metas existentes nas experiências de geração de trabalho e renda pesquisadas. Os objetivos e metas informados envolvem - sistematizados conforme a quantidade de vezes que foram informados pelos trabalhadores - a inserção socioeconômica de trabalhadores excluídos do mercado formal; o desenvolvimento de atividades que visem à integração dos associados/cooperados, entre eles e com a comunidade; preocupação com o desenvolvimento sustentável de forma que o meio ambiente seja respeitado;²⁴⁶ a promoção de cursos de qualificação - como o de alfabetização - para os integrantes da experiência; a valorização das culturas diversificadas da periferia; e, por fim, a promoção de atividades assistenciais pelos governos municipais.

Desta forma, constata-se a preocupação dos trabalhadores com a possibilidade de: gerar trabalho e renda; integração entre os sujeitos durante a realização do trabalho, bem como com a comunidade local-regional; um processo de qualificação dos sujeitos; desenvolvimento sustentável; valorização das periferias de forma que as mesmas passem a ser atendidas pelos governos municipais, que novamente é ressaltada pelo acesso a atividades assistenciais. Ou seja, a questão relacionada com a sobrevivência é visível na preocupação com a geração de renda e por meio das atividades assistenciais.

Percebe-se, entretanto, que existem outros elementos que foram informados pelos trabalhadores e que vão ao encontro dos princípios da Economia Popular Solidária, representada pela preocupação com a qualificação, pela integração na comunidade local-regional e pela preservação do meio ambiente. É pela união no processo de trabalho de seus integrantes, que esse tipo de economia (popular e solidária) vem gerando renda e uma consequente melhoria de vida aos seus participantes (TIRIBA, 2000), mesmo que ainda de modo incipiente. Estes elementos mencionados que constituem os objetivos dos empreendimentos pesquisados, podem estar relacionados com o trabalho de assessoria/incubação que os mesmos estão vivenciando. Possivelmente se os trabalhadores destes empreendimentos fossem entrevistados anteriormente ao início das assessorias das instituições de apoio, talvez fosse citada somente a questão relacionada com a sobrevivência. Não

²⁴⁶ Possivelmente esta percepção está relacionada com o processo de assessoria/incubação das instituições de apoio, como um resultado que vem sendo alcançado.

se possui, porém, elementos suficientes para afirmar tal realidade social.²⁴⁷ Em suma, num primeiro momento, possui-se como prioridade a necessidade de gerar renda, e, num segundo, são prospectados outros aspectos relacionado com a melhoria da sociedade e do meio ambiente.

Em relação aos materiais, produtos e serviços que são desenvolvidos e comercializados pelas experiências coletivas pesquisadas - objeto de trabalho dos empreendimentos coletivos -, identificou-se que os principais materiais produzidos/comercializados estão relacionados com a área de reciclagem, de gastronomia, de confecção, de pescado, e, ainda, produtos diversificados. Das 17 experiências pesquisadas, duas (11,7%) trabalham com a área da confecção de roupas, sendo elas a Experiência “9” - com lingerie, bolsas, pano de prato, biquínis, entre outros -; e a Experiência “13”, que confecciona roupas hospitalares. Já na área de reciclagem são três experiências (17,6%) que desenvolvem estas atividades: Experiências “1”, “12” e “14”.

Na área de gastronomia, também são três empreendimentos (17,6%) que desenvolvem estas atividades: as Experiências “2”, “5” e “10”. As duas experiências (11,7%) que trabalham com temperos e hortifrutigranjeiros são: Experiências “3” e “6”. Na área do pescado trabalham as Experiências “7” e “15”, que correspondem também a 11,7%. As outras experiências coletivas que comercializam produtos diversificados correspondem a 17,6%, sendo constituídas pelos seguintes empreendimentos: a Experiência “8” - que oferece cursos de *biscuit*, serigrafia, costura, de sacolas, entre outros -; a Experiência “11” - que trabalha com panificação, temperos caseiros, produtos de limpeza, marcenaria e serralheria, confecções, artesanato, reciclagem de materiais, doces, bijuteria, entre outros -; e a Experiência “16” - que trabalha com artesanato, temperos, gastronomia, hortifrutigranjeiros e com prestação de serviços de limpeza urbana. Por fim, as Experiências “17” e “4” trabalham, respectivamente, com artesanato (5,8%) e beneficiamento da lã ovina (5,8%).

²⁴⁷ Seria interessante que, após o término do processo de incubação, os trabalhadores destes empreendimentos fossem novamente entrevistados, de forma que se pudesse apreender, entre outras questões, se o trabalho de assessoria/incubação teve efetividade.

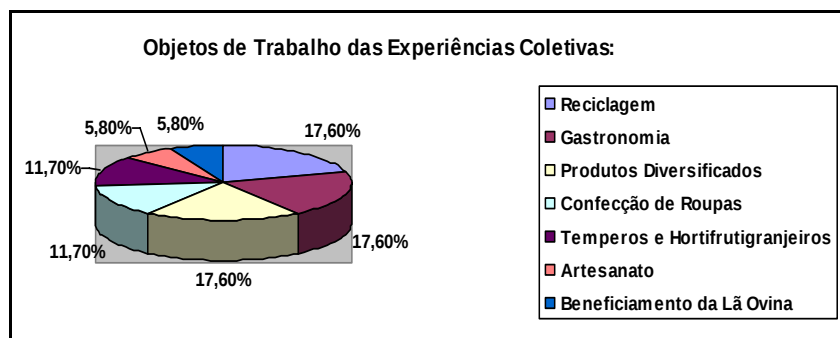


Gráfico 12 - Objetos de trabalho das experiências coletivas

Fonte: Dados de pesquisa.

Com base nestas informações, constata-se que predominam os empreendimentos que desenvolvem atividades relacionadas exclusivamente com reciclagem (17,6%) e gastronomia (17,6%), bem como os que desenvolvem mais de uma atividade de produção (17,6%). Já no que se refere ao processo de comercialização dos produtos e serviços realizados, pode-se averiguar que sete experiências (41,1%) comercializam os produtos e/ou prestam serviços com o público diretamente, com outras empresas e com outros empreendimentos; seis experiências (35,2%) informaram que comercializam seus produtos e serviços com outras empresas e com outros empreendimentos coletivos; e quatro experiências (23,5%) declararam comercializar os materiais ou produtos somente com os consumidores - relacionado com os empreendimentos de reciclagem. Desta forma, constata-se que os tipos de comercialização dos produtos e serviços gerados pelos empreendimentos pesquisados são diversificados, e se pode perceber que são destinados aos consumidores, a empresas privadas e a empreendimentos coletivos.

Como os 17 empreendimentos pesquisados localizam-se no meio urbano, portanto, estas informações divergem das apresentadas anteriormente sobre o mapeamento realizado pela Senaes no RS. Neste último, predominavam atividades relacionadas com a agricultura, fabricação de produtos de padaria, artefatos têxteis, fabricação de produtos diversos, reciclagem de sucatas não metálicas, entre outros. Já no que diz respeito ao processo de comercialização dos produtos e serviços advindos das 17 experiências pesquisadas, os Centros Públicos, as Feiras de Economia Popular Solidária e os armazéns constituem-se em espaços para a comercialização, além de encomendas advindas de empresas privadas. Segundo as informações obtidas pela Senaes, conforme o mapeamento, a maioria dos

empreendimentos comercializa os seus produtos e serviços diretamente com os clientes, divergindo, portanto, novamente, das informações apreendidas pela pesquisadora em relação aos 17 empreendimentos.

Assim, constata-se que em ambas as situações (mapeamento da Senaes ou dados coletados nos 17 empreendimentos) estas experiências tentam reproduzir a lógica do sistema em relação aos processos de comercialização, visando a atingir a viabilidade econômica. O que os diferencia dos outros empreendimentos inclusos no sistema, porém, está relacionado com a forma como estes trabalhadores desenvolvem atividades laborais, bem como sobre a compreensão que estes sujeitos possuem sobre a realidade macroeconômica e social. Este processo de conscientização pode ser promovido pelas assessorias realizadas pelas instituições vinculadas a este programa e à Senaes. Outra questão que deve ser salientada está relacionada com as Feiras de Economia Popular Solidária. Pretende-se, por meio das feiras, fortalecer as redes que possuam como foco o trabalho coletivo.

Já em relação à concorrência vivenciada pelas experiências coletivas no mercado, constatou-se que das 17 pesquisadas, 14 informaram que enfrentam concorrência direta no mercado, correspondendo a 82,3%, e somente três empreendimentos, que corresponde a 17,6%, comunicaram que não enfrentam concorrência direta no mercado. Das experiências coletivas de Economia Popular Solidária que informaram enfrentar concorrência direta no mercado, a maioria delas - 10 empreendimentos - declarou sofrer concorrência de outros empreendimentos e também de empresas, bem como de pessoas que comercializam individualmente os mesmos produtos. As Experiências “15” e “17” afirmam que sofrem, especialmente, a concorrência de atravessadores.

Assim como indicam as informações apreendidas pelo mapeamento realizado pela Senaes, estas informações vão ao encontro da concorrência estabelecida com outros empreendimentos privados, e também estão atreladas à dificuldade de acesso a crédito e de infraestrutura - demandas que podem ser sanadas pelas ações que estão previstas no Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes. Em um caso específico dos 17 empreendimentos, salienta-se que se pode apreender que a experiência sofre concorrência entre os seus próprios integrantes, além de outros grupos. Constata-se que a Experiência “2” não desenvolve o processo de trabalho respaldado em princípios solidários, e possivelmente reproduzem as relações existentes no sistema, de individualidade e

competitividade. Desta forma, identifica-se que este empreendimento não está constituído de forma que possa ser considerado como uma experiência respaldada nos princípios da Economia Popular Solidária, mas sim um grupo de sujeitos que se reuniram para comercializar os seus produtos em determinado local, pois não teriam como comercializar ou ter acesso a um ponto comercial individualmente, de modo que lhes gerasse renda.

Ou seja, este empreendimento passa a ter um funcionamento similar ao trabalho autônomo, sem respaldo em relações de solidariedade. A Instituição “B” - que apoia este empreendimento -, entretanto, deveriam suscitar nestes trabalhadores questionamentos que possam fazer com que os mesmos compreendam que a coletividade fortalece e que podem obter crescimento de forma conjunta e não individualmente. Assim, a assessoria realizada deve trabalhar com estes sujeitos os princípios norteadores da Economia Popular Solidária, bem como o processo de conscientização dos mesmos em relação ao capitalismo.

Processos de descoberta e problematização dos interesses, ou seja, a conscientização; a arregimentação da força social, ou seja, a organização social da população; a reciclagem e redefinição contínua de novos interesses e mecanismos de enfrentamento, ou seja, a capacitação; todos esses são componentes do processo pedagógico da participação (SOUZA, 2004, p. 87).

Somente isto - o processo de conscientização destes trabalhadores pelos processos de descoberta, reflexões e problematizações da realidade social - já se constituiria num grande avanço devido à alienação que os sujeitos, de forma geral, estão submetidos no sistema. Estas experiências coletivas possibilitariam um novo patamar de politização e participação dos trabalhadores, em que a criticidade estaria presente.

Novamente refere-se à concorrência vivenciada pelas experiências coletivas, fato que acentua a relevância da assessoria/incubação desenvolvida pelas instituições de apoio - visando a prepará-las para este enfrentamento mercadológico -, bem como do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento que objetiva contribuir para a viabilidade destas experiências coletivas. Mesmo com a concorrência mencionada pelas experiências pesquisadas (14), pode-se averiguar que, em relação à viabilidade econômica e à movimentação financeira mensal, a

Experiência “4” declarou possuir o maior valor de sobras,²⁴⁸ equivalente a R\$ 45.000,00. Isto corresponde a uma média de rendimentos por trabalhador de R\$ 592,00 mensais nesta instituição. Estas informações significam que os rendimentos destes trabalhadores estão entre um a dois salários mínimos - salienta-se que no interior do Estado o poder aquisitivo é mais baixo e o custo de vida também, se equiparado ao da capital gaúcha.

As sobras são divididas entre os trabalhadores, conforme critérios preestabelecidos entre os integrantes das experiências, considerando que a maioria dos empreendimentos que desenvolvem o processo de trabalho de forma conjunta, utiliza a quantidade de horas trabalhadas pelos sujeitos como critérios de distribuição. Já outros empreendimentos em que os trabalhadores se reúnem somente para a comercialização dos produtos, comumente a renda dos sujeitos é obtida por meio das mercadorias produzidas individualmente e comercializadas pelos mesmos.

Quatro experiências coletivas informaram que possuem uma movimentação financeira razoável - se equiparada à possibilidade de não possuir nenhuma outra forma de rendimento ou, ainda, se estes rendimentos servirem como complemento da renda familiar -, e que suas sobras variam de R\$ 4.500,00 a R\$ 2.000,00. São elas: as Experiências “5”, “10”, “12”, e “14”. Já os cinco empreendimentos em que as experiências coletivas possuem uma movimentação financeira, e que suas sobras não ultrapassam o valor de R\$ 2.000,00, são: as Experiências “1”, “6”, “8”, “9”, e “17”. Destes empreendimentos, as Experiências “8” e “9” constituem-se nos empreendimentos pesquisados que possuem a menor quantidade de sobras obtidas, R\$ 300,00 e R\$ 200,00, respectivamente.

Ainda em relação aos empreendimentos que obtém uma pequena quantidade de sobras e, conseqüentemente, rendimentos menores, refere-se que com a existência dos atravessadores, as duas experiências relacionadas com o pescado - as Experiências “7” e “15”, informaram que as sobras são equivalentes em média a R\$ 6.000,00 e a R\$ 6.500,00, respectivamente. Estas sobras correspondem a um rendimento mensal obtido em média por trabalhador de R\$ 32,50 - Experiência “15”, e de R\$ 187,50 - Experiência “7”.

²⁴⁸ Ao ser descontada a despesa obtida pelos empreendimentos, são geradas sobras financeiras que, posteriormente, são distribuídas entre os trabalhadores.

Já três experiências coletivas declararam não possuir uma movimentação financeira estabelecida de forma conjunta entre os trabalhadores, sendo elas: Experiência “2” - somente a venda dos produtos é coletiva, pois a produção, o gasto com a matéria-prima, os meios de produção e as sobras são individuais -; Experiência “3” - a produção e as sobras são individuais; e a Experiência “16” - a movimentação financeira é particular de cada grupo que compõe a associação. Possivelmente o fato de haver concorrência entre as trabalhadoras da Experiência “2” esteja associado a estas informações, pois somente a comercialização é que ocorre de forma coletiva, não envolvendo, portanto, o processo de produção. Novamente se constata que os grupos de trabalho constituem-se nas formas mais incipientes que envolvem os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda.

Os demais empreendimentos que não souberam informar a sua movimentação financeira são: a Experiência “11” e a Experiência “13”. No caso da Experiência “13”, a liderança não soube dar a informação, pois quem faz a contabilidade e repassa o valor são outras instâncias, entre elas a Instituição “F” que a assessora. Esta experiência pode estar sendo desenvolvida como uma forma de inclusão e socialização das trabalhadoras. Já a Experiência “11” demonstra o não conhecimento ou a falta de controle dos trabalhadores em relação às movimentações financeiras, ou, talvez, os sujeitos entrevistados não quiseram manifestar esta informação.

Em relação aos rendimentos individuais mensais obtidos pelos trabalhadores, pode-se identificar que, segundo as informações dos sujeitos entrevistados, os integrantes das Experiências “12” e “11” possuem os menores rendimentos, comumente inferiores a um salário mínimo - porém estes empreendimentos também possuem sobras. Além destes dois empreendimentos mencionados, os trabalhadores dos outros 12 empreendimentos coletivos informaram que possuem uma renda mensal estabelecida entre um a dois salários mínimos, sendo eles: as Experiências “1”, “2”, “4”, “5”, “7”, “8”, “9”, “10”, “14”, “15” e “17”. Já os trabalhadores de outros três empreendimentos coletivos - Experiências “6”, “13” e “16” - informaram que possuem uma renda que oscila entre dois a três salários mínimos. Por fim, os trabalhadores inseridos na Experiência “3” informaram que possuem renda de até quatro salários mínimos.

Constata-se, por meio destas informações, que os empreendimentos que mais geram e destinam rendas aos seus trabalhadores são os em que os sujeitos

produzem individualmente e se reúnem para comercializar - Experiências “3”, “13” e “16”, ou, ainda, o que é constituído por um grupo familiar - Experiência “6”. Destes quatro empreendimentos, somente a Experiência “16” é constituída por uma quantidade maior de trabalhadores; os outros três empreendimentos são formados por um pequeno grupo de sujeitos.

Já no que se relaciona aos empreendimentos que apresentam o rendimento dos trabalhadores de até dois salários mínimos, pode-se constatar que são as experiências em que os sujeitos trabalham de forma conjunta, mas não necessariamente “harmoniosa”; alguns com dificuldades de relacionamentos, divergências de opiniões, entre outros. Apesar de os empreendimentos que possuem maiores rendimentos não desenvolverem o processo de trabalho de forma conjunta, constata-se que, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores das outras 11 experiências, estas rendas estão acima da média nacional, conforme pode ser averiguado e deduzido pelo Mapeamento realizado no Brasil, bem como no Rio Grande do Sul pela Senaes. Salienta-se, ainda, que os empreendimentos mais frágeis” em termos de renda são as Experiências “11” e 12”.

Assevera-se ainda que os três empreendimentos assessorados por instituições que não estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao referido programa e à Senaes, estão entre os empreendimentos com menor viabilidade econômica: duas experiências com rendimentos dos trabalhadores de um salário mínimo e um empreendimento com rendimentos dos trabalhadores de até dois salários mínimos.

Assim, em termos de viabilidade econômica, constatou-se que dos 17 empreendimentos pesquisados 88,2% conseguem pagar suas despesas e obter sobra, que, por sua vez, gera uma renda estabelecida entre um e quatro salários mínimos. Estas informações demonstram uma supremacia em relação às informações obtidas pelo mapeamento realizado pela Senaes, no Brasil e no Rio Grande do Sul, considerando que, neste último, somente 45% dos empreendimentos mapeados conseguiram pagar suas despesas e obter sobras. Desta forma, constata-se que, segundo as informações pesquisadas por meio dos 17 empreendimentos, estes praticamente dobram a viabilidade econômica mapeada no Estado pela Senaes. Assim, constata-se novamente a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes aos empreendimentos coletivos, principalmente em relação à viabilidade econômica, fato que acentua a relevância do programa.

Quando os trabalhadores destes empreendimentos coletivos foram perguntados sobre se estavam trabalhando em outra atividade, somente os sujeitos que trabalham nas Experiências “2”, “7”, “11” e “14” informaram que não. Todos os demais trabalhadores entrevistados dos outros 13 empreendimentos coletivos - portanto a grande maioria - desenvolve outras atividades para obter renda. Assim, averigua-se novamente que as informações obtidas pelo Mapeamento no Rio Grande do Sul se confirmam, pois no Estado os trabalhadores se inserem nas experiências coletivas para gerar renda ou para complementar os seus rendimentos individuais e/ou familiares. Desta forma, percebe-se que em 76,4% dos empreendimentos coletivos existem trabalhadores que desenvolvem outras atividades.²⁴⁹

Os trabalhadores que esclareceram que desenvolvem outras atividades, complementam as suas rendas por meio das seguintes: artesanato, produção de lanches caseiros, trabalho com manicure, em serviços gerais, costureira, entre outros. Assim, identifica-se que estes sujeitos desenvolvem atividades que possivelmente estão vinculadas ao trabalho que realizam nas experiências, porém precisam ou buscam outra forma de complemento as suas rendas. Verifica-se, portanto, que, mesmo havendo sobras nos empreendimentos pesquisados, os rendimentos obtidos por estas atividades coletivas ainda são baixos. Eles possibilitam a redução da extrema vulnerabilidade social, mas não retiram os sujeitos desta situação.

Apesar desta realidade, como o desemprego é algo presente no sistema, e o grau de exigência de qualificação para que os trabalhadores consigam inserir-se no mercado formal, com maiores rendimentos, é muito elevado - se equiparado às vivências destes sujeitos -, novamente ressalta-se a importância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Enfatiza-se este Programa Social tendo por finalidade assessorar e fomentar estas experiências coletivas - por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio -, para que os sujeitos inseridos nos empreendimentos coletivos possam obter uma renda maior, além de terem a possibilidade de se qualificar profissionalmente por meio de cursos, projetos e programas sociais. Justifica-se esta demanda conforme as informações

²⁴⁹ Salienta-se, ainda, que pode haver trabalhadores nestes 13 empreendimentos que desenvolvem exclusivamente atividades nos mesmos, bem como os que estão inseridos nos outros quatro pesquisados que também desenvolvem outras atividades para gerar renda.

obtidas pelos próprios trabalhadores inclusos nestes empreendimentos coletivos, pois 25 sujeitos dos 28 trabalhadores que responderam esta questão, portanto 89,2%, informaram que suas rendas melhoraram após suas inserções nos empreendimentos coletivos - mesmo com os baixos rendimentos apresentados. Estes dados são extremamente significativos quando relacionados com a viabilidade econômica.

Nesse sentido, constata-se novamente a importância do aspecto econômico no desenvolvimento dessas experiências (condição de vida, condições materiais). Num primeiro momento, o que motiva os trabalhadores a se inserir nessas experiências é a necessidade de sobrevivência, seguida pela esperança de organizar o empreendimento de maneira a torná-lo economicamente viável (TIRIBA, 2000). Para os sujeitos, o trabalho nas cooperativas, associações e grupos, não significa que, necessariamente, pretende melhorar o seu padrão de vida, ou que, mesmo com pouca qualificação profissional, são capazes de gerir um empreendimento. A este respeito, Tiriba (2000, p. 223) assevera:

Para a grande maioria é a conquista de um grau mínimo de viabilidade econômica do empreendimento, o que em última instância determina a opção por permanecer naquele espaço produtivo, não voltando a procurar um posto no mercado formal de trabalho.

Em relação aos direitos trabalhistas destes sujeitos, constatou-se que dos 28 trabalhadores que responderam estas questões, 18 informaram que não contribuem para a Previdência Social, e 10 corroboram que contribuem, porém na condição de autônomo. Estes trabalhadores que se apresentam como autônomos contribuem com 20% do salário mínimo, que corresponde a R\$ 93,00, valor que se torna elevado para a realidade destes sujeitos. Os mesmos informaram, também, que nos empreendimentos - apesar da diretoria aconselhar e incentivar a contribuição -, ela não é determinada ou obrigada. Esta realidade é de extrema preocupação e importância, pois a maioria dos trabalhadores entrevistados - que pode corresponder à totalidade de todos os trabalhadores inseridos nestes tipos empreendimentos -, não contribui com a Previdência Social, e estão trabalhando na total informalidade, sem acesso aos direitos trabalhistas.

Esta demanda que se revela no Novo Marco Legal e que vem sendo debatida por órgãos governamentais e da sociedade civil, está relacionada com a criação de uma forma de legislação social que possa abranger as cooperativas, de modo que os trabalhadores inclusos nestes empreendimentos possam usufruir os direitos sociais e também os trabalhistas. Ou seja, pretende-se introduzir os trabalhadores das cooperativas por meio da criação de uma legislação que os retire destes empreendimentos e da precariedade do trabalho coletivo, mediante contribuição de 11%, isto é, 9% a menos de contribuição à Previdência do que na condição de autônomo.

O “ideal” - que se constitui em algo que também já vem sendo pensado por alguns integrantes da Senaes -, seria que fosse criada uma legislação específica para estes trabalhadores, de forma que se dessem conta deste segmento social e introduzisse a diferenciação destes trabalhadores em relação aos outros sujeitos que desenvolvem as suas atividades como autônomos e/ou assalariados. Esta possibilidade, entretanto, ainda está em fase de elaboração e prospecção, uma vez que os Projetos de Leis existentes se aproximam desta possibilidade, mas ainda não a contemplam - apesar de que já se constituem num avanço, que foi obtido por meio da criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento.

Quando os trabalhadores foram indagados sobre a quantidade de horas que trabalham diariamente, constatou-se que os integrantes das Experiências “1”, “6”, “8”, “10”, “11”, “12”, “13”, “14”, “15” e “16” trabalham de 4 a 8 horas diárias, constituindo 58,8% dos empreendimentos. Já os integrantes das Experiências “2”, “3”, “4”, “5”, “9” e “17” informaram que trabalham de 8 a 10 horas diárias, correspondendo a 35,2% dos empreendimentos. Por fim, os trabalhadores que informaram que trabalham mais de 10 horas diárias são integrantes da Experiência “7”.

Percebe-se, também, que, segundo os trabalhadores entrevistados, a maioria desenvolve atividades relacionadas com o trabalho igualmente nos finais de semana. As Experiências “2”, “5”, “6”, “7”, “9”, “11” e “17” informaram que costumam trabalhar nos finais de semana. Já os trabalhadores das Experiências “3”, “4”, “8”, “10”, “15” e “16” destacam que, às vezes, trabalham nos finais de semana. Apenas quatro empreendimentos, que correspondem a 23,5% das experiências, informaram que não trabalham nos finais de semana, sendo eles: Experiências “1”, “12”, “13” e “14”. Com exceção da Experiência “13” - que é um caso totalmente diferenciado -, os trabalhadores que possuem maiores rendimentos estão inseridos nas experiências

que desenvolvem atividades também nos finais de semana.

Essa “opção” por trabalhar mais do que 8 horas diárias e trabalhar inclusive nos finais de semana é constituída por iniciativa dos próprios trabalhadores desses empreendimentos - segundo suas respostas -, pois preferem trabalhar mais horas, prospectando coletar maior quantidade de material, ou produzir mais, e, conseqüentemente, aumentar suas rendas. Ou seja, quanto mais os sujeitos trabalham enquanto coletivo, maiores serão os seus rendimentos mensais. Trabalhadores de duas das três experiências, que são assessoradas por instituições que não estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao programa via Senaes, também trabalham nos finais de semana.

Essas informações proporcionam visibilidade a uma realidade que comumente não é transmitida pelos veículos de comunicação de massa, assim como pelos detentores dos meios de produção, pois ela é reveladora de que se os trabalhadores possuem baixos rendimentos, em muitas situações não é por falta de horas trabalhadas ou de “esforço”, posto que em 41,1% das situações os sujeitos trabalham mais de 8 horas diárias. Estas informações se contrapõem às “[...] velhas noções a respeito da causa do pauperismo, que punham acento na predestinação divina, na fraqueza moral dos desvalidos, na inferioridade biológica e cultural das classes dominadas e na naturalização das desigualdades sociais [...]” (PEREIRA, 2002, p. 17).

Segundo as informações obtidas pelos trabalhadores, em 15 empreendimentos coletivos (88,2%) pode-se averiguar, também, que existe cooperação entre estes sujeitos diante do processo de trabalho, seja por meio da substituição, seja por intermédio de atividades que envolvem o auxílio entre os trabalhadores. Os trabalhadores entrevistados da Experiência “1”, entretanto, comunicaram que nem sempre há cooperação entre os colegas, e os trabalhadores que desenvolvem atividades na Experiência “2” informaram que não há cooperação entre os sujeitos. Desta forma, verifica-se que existem conflitos que envolvem as relações de trabalho entre estes sujeitos, nestes dois empreendimentos coletivos - fato que já pode estar sendo trabalhado pelas instituições que os assessoram. Esta realidade possivelmente está diretamente vinculada com a forte pressão do sistema capitalista, em que a individualidade e apreensão do lucro tornam-se centrais.

As sobras vêm sendo partilhadas de acordo com a quantidade de horas trabalhadas, pelos artigos produzidos e/ou serviços prestados. Assim, constata-se

uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que a maioria dos trabalhadores informa que ocorre cooperação entre os sujeitos diante do processo de trabalho, quando um colega fica doente, por exemplo, o mesmo é descontado e, dependendo da gravidade da situação, busca-se algum auxílio na prefeitura ou o auxílio-doença - para os trabalhadores que contribuem como autônomos à Previdência Social.

Ou seja, possivelmente existe colaboração entre os sujeitos, desde que os colegas desenvolvam as suas atividades e, se os mesmos estiverem impossibilitados de desempenhá-las, não poderão receber as sobras durante o período em que ficarem ausentes do processo de trabalho. Torna-se perfeitamente compreensível esta realidade devido aos baixos rendimentos e à necessidade primordial de sobrevivência destes trabalhadores e, conseqüentemente, de seus familiares. No que diz respeito à ausência dos sujeitos diante do trabalho desenvolvido, a individualidade é o elemento que permanece. Ante esta realidade, novamente constata-se a importância de ser criada e regulamentada uma legislação que contemple estes trabalhadores, em termos de direitos sociais, entre eles os trabalhistas.

Já em relação à possibilidade de rodízio das atividades que são desenvolvidas pelos trabalhadores nos empreendimentos coletivos durante o processo de trabalho, constatou-se que três empreendimentos (17,6%) não realizam as atividades por meio de rodízios, sendo eles: Experiência “1”, “2” e “3” - estes não correspondem aos empreendimentos pesquisados que estão sendo assessorados por instituições que não estão vinculadas ao programa entre 2008 e 2009. Outra vez percebe-se as dificuldades e limitações que envolvem estes três empreendimentos, que podem estar relacionadas, também, entre outros fatores, com a individualidade e, portanto, a não existência de solidariedade entre os seus integrantes.

Os trabalhadores vinculados aos outros 14 empreendimentos, que correspondem à maioria das experiências pesquisadas - 82,3% -, entretanto, informaram que costumam desenvolver o rodízio entre os trabalhadores diante das atividades que realizam. Em relação às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores destes 14 empreendimentos, portanto, pode-se mencionar que é realizada, basicamente, tendo como caracterização o rodízio das tarefas - polivalência. Percebe-se que, ao contrário dos processos de trabalho desenvolvidos pelos protótipos de produção Tayloristas/Fordistas e, semelhantemente aos processos produtivos originados pela acumulação flexível - reestruturação produtiva -,

nas experiências coletivas os trabalhadores realizam as atividades com maior flexibilidade e rotatividade nas funções que desenvolvem. O que diferencia, no entanto, a polivalência e a flexibilidade nas atividades realizadas pelos trabalhadores nesses empreendimentos coletivos - comparados com as demais empresas existentes no sistema -, são as causas originárias desses revezamentos.

Neste sentido, verifica-se que talvez existam outros elementos motivadores ao rodízio das atividades desenvolvidas, como o desgaste de exercer sempre a mesma atividade laboral e a existência de solidariedade nos processos de produção e prestação de serviços. Em relação, ainda, ao desgaste de desempenhar sempre a mesma função, pode-se informar que, como os trabalhadores não realizam somente uma atividade produtiva, em 15 experiências pesquisadas o trabalho desses sujeitos não é visto como cansativo, monótono ou penoso, e isto já se constitui num diferencial destes empreendimentos coletivos quanto aos outros inseridos no sistema.

Quanto às atividades que envolvem o rodízio, os trabalhadores informaram que se respaldam em alguns critérios, peculiares a cada empreendimento. Segundo as suas falas, pode-se observar esta realidade: *“Existem três pessoas diferentes a cada semana para descarregar a carga do caminhão”* (Fábio,²⁵⁰ Experiência “10”). *“Na guarda da Associação, cada dia é um sócio”* (João, Experiência “7”). *A diretoria também realiza rodízio entre eles, nas reuniões, para buscar o peixe* (Gustavo, Experiência “15”). *“Na venda nos ponto fixo do cassino, a gente estabelece uma semana para cada, e, nas feiras também”* (Paula, Experiência “8”). *“O rodízio é realizado nas atividades diárias de limpeza da associação”* (Cláudio, Experiência “14”).

Por meio destas informações constata-se que os trabalhadores buscam incessantemente se inserir na reprodução capitalista para comercializar os seus produtos e serviços desenvolvidos, apesar de tentarem desenvolver suas atividades de forma diferenciada aos outros empreendimentos privados, respaldados em motivações e princípios que objetivam a viabilidade econômica por meio da solidariedade, autoajuda, participação, relações mais horizontais e democráticas, entre outros.

²⁵⁰ Estes nomes são fictícios, ou seja, foram criados para não haver identificação dos trabalhadores participantes da pesquisa – conforme preceitos éticos e o conteúdo que consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, apresentado anteriormente às entrevistas.

Além destas peculiaridades de critérios para a realização de rodízios, materializada pela organização interna dos trabalhadores, pelo coleguismo e pela necessidade da obtenção de renda, entre outros, quando os trabalhadores dos empreendimentos foram perguntados sobre a possibilidade de introdução de novos associados e cooperados, somente sujeitos inseridos em três experiências informaram que não aceitam esta inserção. As trabalhadoras da Experiência “13” justificaram que não podem aceitar porque existem normas que devem ser seguidas. A Experiência “4” argumentou que tem preocupação em associar novos integrantes devido aos baixos rendimentos que são obtidos, pois poderia reduzir a renda; a Experiência “17” justificou que somente estão abertos para trocas de experiências com outros grupos e não para a inserção de novos integrantes. Desta forma, constata-se que somente 17,6% dos empreendimentos pesquisados não aceitam a associação de novos trabalhadores nas experiências coletivas.

Os outros 14 empreendimentos informaram que aceitam e incentivam a inserção de novos integrantes nos empreendimentos coletivos, e que ela ocorre por meio da aprovação da assembleia geral, por convite e por indicação. Acrescentaram, ainda, que o governo federal e os governos municipais também incentivam a incorporação de novos trabalhadores nos empreendimentos. Por meio das falas dos trabalhadores, durante as entrevistas, pode-se perceber que: *“Porque na Economia Popular Solidária o grupo deve estar aberto para outras pessoas e também porque precisam de mais pessoas”* (João, Experiência “5”). *“Porque está no Estatuto, já está previsto que não há um limite de associados”* (Fabiana, Experiência “11”). *“Por causa da inclusão social e sem discriminação”* (Paulo, Experiência “15”). *“Quanto mais trabalhadores fica mais rápido o trabalho e gera mais lucro”* (Fernando, Associação de Catadores de Ijuí - Experiência “1”). *“Porque sabemos que é difícil estar fora da associação para poder colocar os produtos no mercado”* (Fábio, Experiência “16”). *“O objetivo é trazer outros catadores para a associação para ter acesso a um lugar com mais condições de trabalho”* (Tiago, Experiência “14”). *“Para formar uma associação mais forte e sólida”* (Cátia, Experiência “3”).

Esta realidade, em que a maioria dos empreendimentos (82,3%) aceita a inserção de novos integrantes, que pode ser averiguada pelas respostas dos trabalhadores inseridos nestas experiências, vai ao encontro dos princípios cooperativistas e associativistas, de forma que os mesmos adquiram um novo patamar de compreensão sobre a realidade social, tendo a solidariedade como um dos

elementos norteadores. Como estes empreendimentos estão inseridos no sistema, outro aspecto que é ressaltado está atrelado à preocupação dos trabalhadores para gerar renda e se inserir na lógica de reprodução do capitalismo, pois, quanto mais se trabalha, mais se comercializa e maior será o rendimento. Salienta-se, ainda, que somente um trabalhador - inserido na Experiência "12" - afirmou que não se sente responsável pelo empreendimento. Todos os outros trabalhadores informaram que se sentem responsáveis pela experiência coletiva em que estão inseridos, pois sabem que as suas rendas e o trabalho desenvolvido depende deles, além de questões externas.

Novamente se constata uma transformação na concepção destes sujeitos e, conseqüentemente, em suas vidas, pois os mesmos, apesar de reproduzirem a lógica do sistema, buscam incessantemente se inserir no mesmo devido à necessidade de sobrevivência e, portanto, de gerar renda. Por outro lado, também demonstram uma forma diferenciada de inserção dos sujeitos nas experiências coletivas, possivelmente com grau de participação e politização diferenciado dos outros trabalhadores inclusos nas empresas privadas.

Nesta perspectiva, constatou-se também que os trabalhadores dos empreendimentos coletivos - conforme suas respostas -, afirmaram participar de eventos sobre a Economia Popular Solidária. Das 17 experiências pesquisadas, 16 informaram que participam de Feiras de Economia Popular Solidária, 15 de Fóruns Regionais e Locais de encontros de comercialização da produção de artigos originados pela Economia Popular Solidária - sendo que alguns participam também do FGEPS -, e nove afirmaram participar de outros eventos que envolvem a Economia Popular Solidária, como encontros, reuniões, palestras, entre outros.

Percebe-se a participação dos trabalhadores nas instâncias representativas da sociedade civil organizada relacionada com a Economia Popular Solidária, constituindo quase 95% das experiências - enquanto que a Senaes mapeou a participação no Estado em torno de 53,42% do montante de empreendimentos identificados. Possivelmente esta realidade está relacionada com a assessoria e incentivo das instituições de apoio que fomentam estas experiências por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento via Senaes. Estas informações possuem relevância, pois possibilitam, além do processo de conscientização e conhecimento dos trabalhadores sobre a Economia Popular Solidária, potencializar também o fortalecimento dos Fóruns de Economia Popular Solidária e, ainda, do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes - tendo como perspectiva que as

17 experiências analisadas são amparadas por instituições de apoio que possuem ou possuíram alguma forma de vínculo com este Programa Social e pela Senaes.

Tendo como intencionalidade demonstrar e aproximar as informações apreendidas sobre as 17 experiências pesquisadas neste estudo, de forma a relacioná-las com o Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado no Rio Grande do Sul pela Senaes, já mencionado, procurou-se elaborar a seguinte tabela -síntese.

Tabela 3 - Analogias e diferenças entre as características das 17 experiências coletivas pesquisadas e do Mapeamento realizado pela Senaes no Rio Grande do Sul

CARACTERÍSTICAS	MAPEAMENTO REALIZADO PELA SENAES NO RIO GRANDE DO SUL	EXPERIÊNCIAS PESQUISADAS PELA DOUTORANDA NO RIO GRANDE DO SUL
QUANTIDADE DE EXPERIÊNCIAS	2085	17
FORMA DE ORGANIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	- Grupos 49%; - Associações 28%; - Cooperativas 18%.	- Grupos: 58,8% - Associações: 29,4% - Cooperativas: 11,7%
QUANTIDADE DE TRABALHADORES ASSOCIADOS E/OU COOPERADOS	- Total = 363 mil	- Total = 509
QUANTIDADE DE MULHERES E HOMENS	- Mulheres: 107 mil - Homens: 256 mil	- Mulheres: 233 - Homens: 200
MOTIVOS DE CRIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	- Uma alternativa ao desemprego; - Aumentar a renda; - Complementar a renda; - Ter interesse na participação na gestão.	- Gerar renda; - Complementar a renda;
PRODUTOS, SERVIÇOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS EXPERIÊNCIAS	- Agricultura; - Fabricação de produtos de padaria; - Artefatos têxteis; - Fabricação de produtos diversos; - Reciclagem de sucatas não metálicas; entre outros	- Reciclagem - Gastronomia - Produtos Diversificados - Confeção de Roupas - Temperos e Hortifrutigranjeiros - Artesanato - Beneficiamento da Lã Ovina
DIFICULDADE DE COMERCIALIZAÇÃO	- Falta de clientes; - Falta de capital de giro - Falta de estrutura para comercialização	- Concorrência com empresas, empreendimentos, trabalhadores autônomos e atravessadores.
VIABILIDADE ECONÔMICA	- 45 % dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra; - 30% dos empreendimentos pagaram as suas despesas e não obtiveram nenhuma sobra; - 10% dos empreendimentos não conseguiram pagar as despesas.	- 88,2% dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra; - 11,7% dos empreendimentos não informaram.
APOIO DE INSTITUIÇÕES ÀS EXPERIÊNCIAS	- 78,41% dos empreendimentos tiveram algum tipo de apoio, de instituições.	- 100% das experiências pesquisadas estão vinculadas às instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias.
PARTICIPAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EM FÓRUMS E REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	- 53,42% afirmaram participar de redes ou fóruns de articulação da Economia Popular Solidária.	- 94,1% das experiências participam de instâncias que envolvem a sociedade civil organizada em termos de Economia Popular Solidária, seja por meio de Fóruns, Feiras, encontros, entre outros.

Fonte: Tabela sistematizada pela pesquisadora.

Por meio destas informações obtidas pelas experiências pesquisadas (2008-2009), constata-se que elas vão ao encontro das mapeadas pela Senaes no Rio Grande do Sul (2005-2007). Visualiza-se e se destaca principalmente as seguintes informações: no Rio Grande do Sul predomina a constituição de grupos, assim como nos demais empreendimentos pesquisados - considerando que ocorre uma variação de 10% a mais nas experiências pesquisadas em prol dos grupos, bem como em relação às associações e uma menor quantidade de cooperativas -; já em relação às informações referentes ao sexo dos trabalhadores inseridos nos empreendimentos coletivos, constatou-se que, ao contrário do mapeamento, predomina nas experiências pesquisadas a inserção de mulheres - mostrando que seis empreendimentos são formados somente por mulheres -; quanto aos fatores que contribuíram para a criação das experiências, verificou-se que os motivos são semelhantes aos averiguados pelo mapeamento - uma alternativa ao desemprego, para aumento da renda, para complemento da renda -, considerando que 41,1% das experiências foram criadas pelos trabalhadores, 41,1% pelas instituições de apoio e 11,7% pelo governo do Rio Grande do Sul; no que concerne aos objetos de trabalho, observou-se que, por esta pesquisa ter como delimitação as experiências inseridas nos meios urbanos, não foram visualizados empreendimentos que trabalham com a agricultura, uma vez que predomina nas 17 experiências o processo de trabalho relacionado com a reciclagem, gastronomia, produtos diversificados e confecção de roupas; em relação à viabilidade econômica, constatou-se que os empreendimentos pesquisados sofrem concorrência de empresas, empreendimentos, trabalhadores autônomos e atravessadores; porém, mesmo assim, em termos de viabilidade, 88,2% dos empreendimentos conseguiram pagar suas despesas e ter alguma sobra, constituindo-se em quase 40% a mais do que os empreendimentos mapeados no RS; refere-se ainda que 100% das experiências pesquisadas estão ou estavam vinculadas às instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias - e 94,1% delas participam de instâncias que envolvem a sociedade civil organizada, em termos de Economia Popular Solidária, seja por meio de Fóruns, Feiras, encontros, entre outros.

Desta forma, salienta-se, ainda, a preocupação com três questões - tanto em relação ao mapeamento realizado pela Senaes, como também em relação à análise desenvolvida com 11 instituições e 17 empreendimentos: primeira, relacionada com os baixos rendimentos; segunda, com a grande quantidade de grupos de trabalho; e

terceira, com a dificuldade quanto ao término do processo de incubação. Estas três situações são demandadas pela Senaes, posto que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento foi concebido para tentar trabalhar e aprimorar estas demandas, já abordadas anteriormente. Destacam-se estes três elementos tendo como intencionalidade instigar as instituições de apoio, bem como as da sociedade civil organizada - relacionadas com a Economia Popular Solidária -, a informar e pressionar a Senaes sobre esta realidade, para que estas demandas não sejam esquecidas por esta Secretaria em âmbito federal, e para que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possa ser constantemente aprimorado.

Ainda em relação à viabilidade econômica, apesar dos baixos rendimentos, constatou-se por meio desta pesquisa que os 14 empreendimentos que estão sendo assessorados pelas instituições de apoio, que possuem entre 2008 e 2009 vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, também adquirem uma maior viabilidade no que se relaciona aos rendimentos dos trabalhadores. Fato este de extrema importância, pois este programa social e a Senaes objetivam, num primeiro momento, contribuir para a geração de renda dos sujeitos, visando a melhorar suas condições de vida e, conseqüentemente, de seus familiares. Depois de sanadas as questões relacionadas com a sobrevivência, ou seja, emergenciais, então podem apontar-se outros elementos relacionados com os aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais e ambientais, como indicativos desta realidade de forma concreta - segundo informações obtidas pela própria Senaes.²⁵¹

6.2.2 Processo de gestão nas experiências coletivas pesquisadas

Em relação ao processo de gestão existente nas 17 experiências pesquisadas, constatou-se que 11 empreendimentos afirmaram possuir diretoria e seis experiências informaram que não possuem diretoria. Dentre as que possuem diretoria, duas são cooperativas - Experiências “4” e “11”; as outras nove experiências constituem-se por meio de cinco associações e quatro grupos de trabalho, sendo elas: Experiências “1”, “2”, “3”, “7”, “9”, “12”, “14”, “15” e “16”. Já os

²⁵¹ Via *emails* e contatos telefônicos.

seis empreendimentos que declararam não possuir diretoria, se constituem enquanto grupos de trabalho, sendo eles: Experiências “5”, “6”, “8”, “10”, “13” e “17”.

Novamente constata-se que os grupos de trabalho comumente são as formas mais incipientes de geração de trabalho e renda, aspecto que pode ser constatado por meio da pesquisa. Quando assessorados, entretanto, os mesmos podem se organizar de maneira mais sistematizada em termos de gestão, posto que dois grupos que possuem diretoria já estão tentando transformar-se em associação. Outra questão importante é que destes empreendimentos pesquisados, que possuem ou não diretoria, apenas um que não possui diretoria está sendo assessorado por instituição que não está vinculada ao programa entre 2008 e 2009. Desta forma, constata-se que dos 11 empreendimentos que possuem diretoria nove estão sendo assessorados por instituições de apoio vinculadas entre o mencionado período.

Das 11 experiências pesquisadas que possuem diretoria, seis apresentam essencialmente a seguinte composição: presidente, vice-presidente, secretário, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro e conselho fiscal. Outras duas experiências afirmaram possuir um sujeito que coordena o empreendimento e os demais trabalhadores; e ainda outras três experiências coletivas possuem uma organização, composta pelo coordenador, por um secretário, um tesoureiro e colegiado, que exerce a função semelhante a de conselho fiscal. Estas informações possivelmente são demonstrativas de que em 37% das experiências pesquisadas, o processo de coordenação ou direcionamento das experiências coletivas é ainda bem incipiente, e que, provavelmente, o processo de gestão não foi trabalhado/abordado ainda de forma eficaz pelas instituições de apoio.

Salienta-se que o processo de organização da gestão deve ser estabelecido de forma que esteja definido e claro, para que as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, bem como a clareza sobre o papel que os mesmos ocupam nos empreendimentos coletivos, sejam compreendidas e elaboradas pelos seus integrantes. Estas informações demonstram, mesmo com limitações, que os trabalhadores destes grupos estão conseguindo gerir-se e se organizar de forma que adquiram certa autonomia em relação aos outros empreendimentos inclusos no sistema.

Em relação ao período destinado a cada gestão, das 11 experiências que informaram que possuem diretoria, dois empreendimentos possuem a duração da sua gestão de um ano; seis experiências possuem a duração de 2 anos; um empreendimento possui a gestão de 3 anos; um empreendimento possui a gestão

de 4 anos; e, ainda, um empreendimento não soube precisar/informar o tempo de duração da sua gestão. Com base nestas informações, pode-se perceber que, além das seis experiências que não possuem formas organizadas de gestão, um empreendimento não soube informar a duração da mesma. Isto possivelmente significa que sete experiências, que correspondem a 41,1% - quase a metade da totalidade -, não possuem, até o primeiro semestre de 2009, um modelo de gestão que contemple os princípios da Economia Popular Solidária, fato que compromete uma gestão democrática. “Como dono, em primeiro lugar, deve prover os recursos materiais necessários à execução das operações; como usuário em consequência, deve assumir de forma plena suas obrigações para com a cooperativa” (NASCIMENTO, 2000, p. 14).

Estas informações, entretanto, não retiram o propósito de os outros 10 empreendimentos tentarem se auto-organizar de forma democrática. Possivelmente a realidade dos outros sete empreendimentos esteja vinculada com a incipiência da assessoria realizada pelas instituições de apoio - apesar de que, em termos de metas/objetivos, as mesmas já estão dando conta desta demanda. É por meio do processo de gestão que são estabelecidas as relações durante o processo de trabalho, e, se um determinado grupo passa a se manter sucessivamente no “poder”, o processo de participação popular e democracia passa a ser dificultado.

Em relação aos documentos pertencentes e existentes das 17 experiências pesquisadas, constatou-se que 8 empreendimentos coletivos, além de possuir regimento e estatuto, também fazem uso de documentos como atas de reunião, ata de legalização da experiência, livros de presença, entre outros. Um empreendimento informou que possui regimento e estatuto; outros quatro empreendimentos possuem somente o seu regimento; e quatro experiências não possuem regimento e estatuto legalizados, mas apresentam outras documentações, como ata e estatuto ainda não formalizado, regulamento geral de funcionamento da Feira no Centro Público de Economia Popular Solidária, atas, entre outros. Desta forma, pode-se perceber que nove empreendimentos possuem todas as documentações necessárias para o funcionamento das cooperativas e associações; quatro possuem parcialmente a documentação necessária para o seu funcionamento, e quatro não possuem a documentação necessária para as suas regulamentações.

Estes oito empreendimentos que não possuem a totalidade das documentações necessárias para a sua regulamentação, além de estarem sendo

assessorados a pouco tempo, são grupos de trabalho. Ou seja, são os empreendimentos criados mais recentemente, e que não estão na condição nem de associação e nem de cooperativa. Diante disto, constata-se que as cooperativas e associações pesquisadas possuem as documentações necessárias legalmente para seu funcionamento, juntamente com um grupo que se torna exceção. Um dos objetivos do processo de incubação/assessoria realizado pelas instituições de apoio consiste na regulamentação das experiências de Economia Popular Solidária e, conforme informações obtidas pelo mapeamento realizado pela Senaes, constatou-se que no Rio Grande do Sul quase a metade dos empreendimentos mapeados entre 2005 e 2007, era constituída por meio de grupos informais, e esta pesquisa realizada com 17 empreendimentos, novamente, confirma esta realidade.

Ainda em relação ao processo de gestão nas experiências pesquisadas, todas informaram que desenvolvem reuniões e assembleias. Ressalta-se que se constitui enquanto dever do associado/cooperado a sua participação nestes encontros, pois se configuram em instâncias soberanas decisórias destes empreendimentos. São nestes momentos que os trabalhadores em geral, que não fazem parte da diretoria, são convidados a participar do processo de gestão. Estes espaços constituem-se em ocasiões em que são decididos e votados os procedimentos que deverão ser realizados pelas experiências coletivas. Ou seja, é por meio da votação nas reuniões ou assembleias, que se consolida um dos princípios democráticos dos Precursores do Cooperativismo - em que a participação de um trabalhador deve ser equivalente há um voto.

Para isto faz-se necessário que os empreendimentos forneçam as seguintes condições aos trabalhadores: que os sujeitos tenham plenas condições de participação; que as sugestões e críticas apresentadas pelos trabalhadores sejam levadas em consideração pelo coletivo; que exista, por parte da diretoria, uma política de transparência e de esclarecimento de suas ações, perante os demais membros das experiências coletivas (RECH, 2000). O processo de participação dos trabalhadores nos empreendimentos coletivos está envolto ao estabelecimento de relações de igualdade e de democracia entre os sujeitos.

Outra questão relevante consiste no fato de que estes espaços democráticos existentes internamente nos empreendimentos coletivos, podem se constituir como formas de exercício da cidadania destes sujeitos, como também, meios que possibilitem que estes trabalhadores exerçam esta participação popular em outros

espaços externos aos empreendimentos. Estes espaços externos de representação e legitimação relacionados com a Economia Popular Solidária podem ser remetidos aos conselhos - extremamente frágeis no RS - e aos Fóruns.

O processo de participação dos trabalhadores nas experiências coletivas pode ser confirmado por meio dos seguintes elementos: presença nas reuniões, capacidade de opinar, indicar colegas e se autoindicar à diretoria, capacidade dos associados em estabelecer igualdade nas relações de trabalho, capacidade de eleger seus representantes, entre outros.

Já o seu oposto, a não participação dos trabalhadores nos espaços democráticos destes empreendimentos - que pode resultar na pobreza política -, pode ser caracterizada pela ausência dos seguintes elementos constitutivos de uma experiência coletiva e popular: dificuldade de autossustentação dos empreendimentos (problemas de organização comunitária); falta de consciência crítica e autocrítica por parte dos trabalhadores; falta de capacidade de reivindicação organizada, de planejamento participativo; dificuldade de autossustentação das experiências (conformismo, passividade, paternalismo); falta de “luta” por parte dos sujeitos para a aquisição de instrumentos de trabalho e produção; deficiência no processo de gestão democrática (capacidade de resolver demandas materiais e políticas) (DEMO, 1999).

Mediante as informações obtidas, constatou-se que apenas três trabalhadores informaram que participam às vezes das reuniões, assembleias e encontros, mesmo sendo obrigatório, justificando que moram longe ou possuem outros compromissos no horário das reuniões, e ainda tem as crianças para cuidar.²⁵² Todos os outros trabalhadores entrevistados, 93,4%, responderam que participam das reuniões, assembleias e encontros, pois: *“Para poder expor minha opinião”* (João, Experiência “1”). *“Para ter conhecimento dos assuntos tratados”* (Fabiana, Experiência “2”). *“Porque acho importante”* (Paula, Experiência “5”). *“Porque sou interessada no grupo e por isso tenho que participar”* (Joana, Experiência “9”). *“A cooperativa é nossa, patrimônio meu, assim como de todos”* (Cássia, Experiência “5”).

Os trabalhadores que informaram que participam das reuniões, afirmaram que expõem as suas opiniões quando não concordam com algo, pois são estes os espaços destinados para as suas participações na gestão. Percebe-se que a existência de participação dos trabalhadores no processo de trabalho deve ocorrer

²⁵² Contata-se novamente a realidade das mulheres brasileiras que vivenciam dupla jornada de trabalho e possuem outros papéis sociais, como o da maternidade, por exemplo, entre outros.

juntamente com outros elementos, caracterizados pelo processo de conscientização e de capacitação (SOUZA, 2004), para que se possa alcançar uma forma mais democrática de gestão. Os trabalhadores informaram, também, que isto vem sendo trabalhado pelas instituições de apoio que os assessoram ou assessoravam. Salienta-se ainda que o processo de participação, capacitação e conscientização, trabalhado pelas instituições parceiras do Estado, é fundamental para a elevação da politização destes trabalhadores, possibilitando aos mesmos a capacidade de refletir e compreender a realidade socioeconômica, política, cultural, educacional, entre outros.

Segundo informações obtidas pelos próprios trabalhadores entrevistados, constatou-se que dos 22 sujeitos que foram indagados sobre o processo de votação, somente um trabalhador, inserido na Experiência “2”, disse que quem decide é a diretoria. Todos os outros 21 trabalhadores (95,4%) informaram que expõem suas opiniões quando não concordam com algo ou alguma decisão, e, também, que participam das votações. “[...] as relações de trabalho são de natureza bastante distinta: no processo de gestão, por exemplo, não há patrões e empregados, mas apenas sócios-proprietários” (GONH, 2003, p. 15). Essas informações possivelmente vão ao encontro do fato de que estes sujeitos declararam que se sentem responsáveis pela experiência, e devem ser destacadas, pois até os trabalhadores dos empreendimentos que possuem dificuldades de relacionamento, Experiência “1”, Experiência “12”, Experiência “17” e Experiência “4”, e, ainda, a Experiência “13”, referiram esta realidade.

Estas informações demonstram que, possivelmente, nas 16 experiências pesquisadas, independente de haver ou não uma diretoria, o processo de participação e comprometimento dos trabalhadores vem ocorrendo. Menciona-se ainda que os entrevistados informaram que a vivência enquanto associado/cooperado vem contribuindo para o processo de aprendizagem destes sujeitos. Segundo as falas dos trabalhadores expostas a seguir, pode-se constatar esta realidade: “[...] a importância da separação do lixo e de não jogar em qualquer lugar” (João, Experiência “1”). “[...] a importância do convívio com outras pessoas, no sentido de aprendizado” (Carine, Experiência “2”). “[...] exercitar a paciência, tolerância, tentar resolver os problemas da melhor maneira, mediar conflitos” (Douglas, Experiência “3”). “Ampliando a visão da realidade, e, aprimoração do trabalho” (Bete, Experiência “5”). “Que é bom trabalhar em conjunto, com cooperação” (Flávia, Experiência “9”).

Desta forma, nota-se que os trabalhadores mencionam que as suas inserções nos empreendimentos coletivos - apesar das dificuldades vinculadas ao mercado, às relações sociais, com a divergência de opiniões, entre outros -, vêm contribuindo para as suas formações enquanto cidadãos, possibilitando que estes sujeitos se sintam pertencentes às experiências vivenciadas, de forma que adquiram criticidade em relação aos fatos envoltos ao mercado de trabalho, e, também, potencializa a transformação na percepção de suas próprias vidas.

A gestão social abrange uma grande variedade de atividades que intervêm em áreas da vida social em que a ação individual auto-interessada não basta para garantir a satisfação das necessidades essenciais da população. Estas áreas são bastante diferenciadas, indo desde o abandono de crianças e de idosos por parte de familiares, a falta de abrigo até a exclusão temporária ou definitiva da produção social de pessoas (SINGER, 1999, p. 55).

Percebe-se que, afora o aspecto econômico, essas experiências possivelmente contribuem com a formação e conscientização desses sujeitos (TIRIBA, 2000), em que os trabalhadores, além de participarem do processo de produção, adquirem conscientização e se percebem como sujeitos integrantes das experiências, responsabilizando-se pelas atividades que realizam.

Quando ocorre o processo de comprometimento, participação e envolvimento dos trabalhadores nas atividades produtivas e no processo de gestão, enquanto coletivo, considera-se, neste estudo, que essas experiências se “aproximam” da autogestão. Nesses empreendimentos que se “aproximam” da autogestão, as decisões relacionadas com as experiências não partem somente da diretoria, mas do coletivo de trabalho. Essas decisões ocorrem normalmente em reuniões e assembleias.

Pode-se afirmar, também, em relação ao processo de gestão, que existem dois grandes grupos difundidos, denominados de gestão concentradora e de gestão estratégica/participativa. As experiências que desenvolvem uma gestão concentradora são aquelas “onde o poder decisório cabe à minoria [...] Utiliza-se de ações estratégicas para a consecução de seus fins” (PRATES, 1995, p. 100). Referente ainda ao processo de gestão concentradora, pode-se explicar que esse tipo de gestão é constituído pela heterogestão e a cogestão. A heterogestão é o

processo de gestão que vem sendo realizado pelas classes dominantes, de forma centralizadora (FARIA, 1987). Como exemplo disso podem ser citados os modelos de produção Tayloristas/Fordistas. Já o processo de cogestão seria a negação da heterogestão, entretanto não a ultrapassaria, mas dissimularia o processo de gestão participativa (FARIA, 1987).

Essa gestão que vem se tentando desenvolver nas 11 experiências pesquisadas - com exceção da Experiência “2” e de outras cinco experiências que, apesar de os trabalhadores participarem do processo de votação, vêm apresentando várias limitações vinculadas à forma de organização ou de relacionamento entre estes sujeitos, Experiências “1”, “4”, “12”, “13” e “17” - é designada de gestão estratégica/participativa, e se configura “através de ações estratégicas, descentralizando o poder, ampliando e incentivando os canais de participação. Sua expressão máxima seria a autogestão” (PRATES, 1995, p. 101).

Constituem as experiências que se “aproximam” da autogestão - mas não se configuram como tal -: Experiências “3”, “5”, “6”, “7”, “8”, “9”, “10”, “11”, “14”, “15” e “16”. Na medida em que estas experiências “tentam” desenvolver o processo de trabalho e de gestão com base em princípios que divergem da centralização e acumulação de capital - mesmo que de forma limitada e com divergências internas, entre outros elementos de dificuldades -, mesmo reproduzindo a lógica de comercialização do sistema, já podem ser consideradas uma forma de gestão que não se caracteriza pela simples centralização das decisões e ações.

Pode-se apontar, também, como características de empreendimentos que se “aproximam” da autogestão: a capacidade de gerar renda na associação; a capacidade e autonomia dos trabalhadores em atribuir valor aos produtos comercializados no mercado; organizar e contabilizar a quantidade de material recolhido e comercializado pelos catadores; a participação dos sujeitos nas tomadas de decisão e na realização das atividades produtivas; a possibilidade de estabelecer igualdade entre os associados; o direito ao voto e à liberdade de opinião dos sujeitos na organização e gestão do trabalho; a faculdade de designar atividades e rotatividade do trabalho na associação, entre outros.

Com exceção da Experiência “2” - caracterizada neste estudo como um processo de gestão concentradora -, quando os sujeitos entrevistados foram perguntados acerca de seus posicionamentos em relação às propostas apresentadas pelo coletivo e/ou pela diretoria, responderam que normalmente

argumentam nas reuniões quando não concordam com alguma proposta ou decisão. As Experiências “1”, “4”, “12”, “13” e “17”, entretanto, possuem outros elementos, entre eles a falta de interesse e participação dos trabalhadores, a individualidade e a competitividade, que os descaracterizam de uma gestão estratégica/participativa, pois estão muito distanciados da possibilidade de autogestão. Estes elementos devem ser trabalhados durante o processo de assessoria/incubação.

“Pode-se contrapor pobreza socioeconômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda, pela falta de participação” (DEMO, 1999, p. 15). A participação, quando realizada com criticidade, torna-se fundamental ao processo de gestão num empreendimento coletivo, pois é por meio desta e do comprometimento dos trabalhadores, que esses empreendimentos se aproximam da possibilidade de se tornarem, em algum momento, “autogestionários”, realidade ainda distante deles. Salienta-se, entretanto, que o fato destes empreendimentos coletivos procurarem desenvolver o processo de trabalho e de gestão de uma forma diferenciada dos empreendimentos privados, por exemplo, já se constitui num avanço, se formos considerar todas as limitações que são impostas pelo sistema aos sujeitos e à riqueza socialmente produzida.

No que diz respeito ainda ao processo de gestão, não pode ser averiguada uma diferenciação entre os 14 empreendimentos que estão ou estavam sendo assessorados pelas instituições vinculadas entre 2008 e 2009 ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes, em relação aos outros três empreendimentos. Possivelmente esta realidade está atrelada ao fato de que estes três empreendimentos também foram assessorados pelas instituições, quando conveniadas ao programa.

Ressalta-se, pelas informações obtidas por esta pesquisa - vinculada aos 17 empreendimentos -, que podem ser considerados outros elementos que transcendem o aspecto econômico. Pode-se citar como exemplo desta realidade, a capacidade de organização estabelecida entre os empreendimentos coletivos e as instituições de apoio, visando a mantê-los e capacitá-los; pelo fato destas experiências se “aproximarem” da autogestão; pela participação externa dos empreendimentos - materializada pelos fóruns, feiras, redes de economia solidária -, e participação interna, por meio de processos decisórios internos - reuniões, assembleias, eleições, entre outros -; e, ainda, pela apropriação dos princípios da Economia Popular Solidária diante do desenvolvimento do processo de trabalho, que

resulta na cooperação entre os sujeitos, na repartição das sobras, na rotatividade de atividades e na aceitação de novos trabalhadores. Estes elementos estão para além dos aspectos relacionados com a viabilidade econômica, pois dizem respeito a uma possível transformação na vida destes sujeitos.

Devido ao fato, entretanto, de os trabalhadores beneficiados pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, via Senaes, e pelas instituições de apoio, comumente estarem em situação de vulnerabilidade social, o aspecto relacionado com a sobrevivência - rendimentos - se sobrepõe, num primeiro, às características mencionadas, apesar de serem de grande importância. Desta forma, ressalta-se que para que os trabalhadores possam vivenciar situações que possibilitem uma nova formação social, entretanto, primeiramente os empreendimentos devem tornar-se viáveis economicamente. Dando sequência à análise das informações, em seguida serão averiguadas as principais características dos sujeitos envolvidos nestas experiências coletivas.

6.2.3 Características dos trabalhadores pesquisados

Neste subitem tem-se como intencionalidade demonstrar as características dos sujeitos pesquisados que estão inseridos nos 17 empreendimentos coletivos. Para isto, primeiramente, será introduzida a idade destes trabalhadores.

Tabela 4 - Faixa etária dos sujeitos da pesquisa

Faixa Etária	Sujeitos	Porcentagem
16 a 18 anos	2	7,1%
19 a 30 anos	5	17,8%
31 a 40 anos	11	39,2%
41 a 50 anos	2	7,1%
51 a 60 anos	8	28,5%
TOTAL	28	100%

Fonte: Dados de pesquisa.

Com base nestas informações constata-se que a maioria dos 28 trabalhadores que informou suas idades está entre as seguintes faixas etárias: primeiramente de 31 a 40 anos (39,2%); seguida pela faixa etária de 51 a 60 anos (28,5%); de 19 a 30 anos (17,8%); e, empatados, com a mesma quantidade de sujeitos nos empreendimentos, as faixas de 16 a 18 anos e de 41 a 50 anos. Assim, destaca-se o fato de existirem vários trabalhadores entre 31 e 40 e, principalmente, entre 51 e 60 anos. Como esta faixa etária, entre 51 e 60 anos, não possibilita que os trabalhadores já estejam aposentados, pode-se afirmar que estes dados vão ao encontro das informações apresentadas anteriormente, em que os sujeitos com idade mais avançada, e com pouca qualificação profissional, estão excluídos do mercado formal de trabalho e precisam de uma forma alternativa de geração de renda. Outra questão que deve ser salientada é que são poucos os trabalhadores entrevistados entre 41 e 50 anos. Pode ser que tenha havido uma simples coincidência de não serem pesquisados sujeitos nesta faixa etária ou, ainda, pode estar ocorrendo uma redução da exclusão destes trabalhadores do mercado formal de trabalho - algo pouco provável.

Para complementar estas informações, elaborou-se uma Tabela que sintetiza a escolaridade dos 28 trabalhadores entrevistados.

Tabela 5 - Escolaridade dos sujeitos da pesquisa

Escolaridade	Porcentagem
Ensino Fundamental completo	50%
Ensino Médio completo	46,4%
Ensino Superior completo	3,5%
TOTAL	100%

Fonte: Dados de pesquisa.

Desta forma, constata-se que a metade dos trabalhadores - 14 integrantes - possui Ensino Fundamental, 46,4% Ensino Médio - 13 sujeitos - e somente um trabalhador (3,5%) possui Ensino Superior. O trabalhador que possui Ensino Superior é integrante da Experiência "3" - e este sujeito integra a diretoria do grupo. Destes trabalhadores a metade possui pouca qualificação profissional. No limiar do século XXI, o Ensino Médio não se configura como um grau avançado de qualificação, e talvez este seja um dos motivos de estes sujeitos se inserirem nas experiências coletivas. Possivelmente, entretanto, se estas informações tivessem sido coletadas há 5 ou 10 anos, possivelmente a escolaridade destes sujeitos seria mais baixa, predominando Ensino Fundamental completo e incompleto.²⁵³ Assim, constata-se que a exigência de qualificação pelo mercado de trabalho e, possivelmente, o desemprego, aumentaram consideravelmente.

Outra característica que se deve enfatizar e que vai ao encontro da possível explicação apresentada, consiste no fato de que a metade dos trabalhadores se inseriu nesses últimos dois anos nas experiências coletivas, 39,2% dos sujeitos introduziram-se entre 2 a 10 anos e 10,7% dos trabalhadores estão inseridos há mais de 10 anos. Estes dados demonstram, apesar de que 50% dos 28 sujeitos que responderam esta questão terem se inserido nas experiências nos últimos dois anos - devido ao desemprego -, que a outra metade é constituída por trabalhadores que estão há mais de dois anos nas experiências coletivas. Três entrevistados informaram que participam dos empreendimentos coletivos há mais de 10 anos. Essas informações nos remetem ao fato de que é possível a permanência dos trabalhadores nestas experiências. Ou seja, apesar de os sujeitos se inserirem nestas experiências coletivas tendo como intencionalidade gerar renda, pode-se

²⁵³ Conforme pode ser averiguado na pesquisa que resultou na Dissertação de Mestrado da doutoranda.

constatar que os mesmos permanecem nos empreendimentos quando lhes são fornecidas melhores condições de trabalho. Com base nesta realidade, destaca-se novamente a relevância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento como contribuição à viabilidade econômica destas experiências coletivas, de forma que contribua para a melhoria das condições de vida destes sujeitos.

Em relação aos motivos que desencadearam a inserção dos trabalhadores nos empreendimentos coletivos, segundo informações obtidas por meio dos 20 sujeitos que responderam a questão, pode-se averiguar que a metade se inseriu pela necessidade de gerar e ter renda; 20% dos sujeitos informaram que foi devido à influência e/ou convite de familiares; 20% que era para aumentar a renda familiar; e 10%, que corresponde a dois trabalhadores, comunicaram que era devido ao fato de que o trabalho desenvolvido em grupo é melhor, mais prazeroso. Novamente confirma-se a supremacia na necessidade de gerar renda ou complementar a renda familiar (70%).

De acordo com os dados da PED-IBGE, em dezembro de 2003, na região metropolitana de Porto Alegre, os índices relacionados com o desemprego total (homens e mulheres) correspondiam a 15,9%. Em dezembro de 2004 equivaliam a 14,4%; em dezembro de 2005 correspondiam a 13,7%; em dezembro de 2006 eram de 12,97%; já em dezembro de 2007 equivaliam a 11,3%; tendo-se, porém, nos meses de julho de 2003 e abril de 2004 os maiores índices de desemprego, chegando a 17,7%.

Estes dados são demonstrativos de que houve uma redução na taxa de desemprego total na Capital do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2003 e 2007, de mais de 4%. Concernente, porém, à taxa de desemprego total no Brasil, também houve uma redução, variando de 12,9% em 2007, para 11,2% em 2008. Isto significa uma diminuição de 1,7% (PED-IBGE).

Já em relação ao desemprego masculino e feminino, constatou-se, segundo a PED-IBGE, que em Porto Alegre, no mês de dezembro de 2007, o índice de desemprego masculino correspondia a 8,8%, enquanto que o feminino era de 14,2%. Constata-se que o desemprego feminino é superior em mais de 5% ao masculino. A taxa de desemprego total feminino no Brasil, porém, teve uma expressiva redução, ao passar de 16,0% em 2007, para 13,9% em 2008 (BASTOS, 2007). O desemprego feminino, entretanto, vem sendo sempre superior ao masculino.

Embora a expansão da presença feminina no mercado de trabalho tenha se intensificado nas últimas décadas, observa-se que esse crescimento não ocorreu de forma homogênea para o conjunto das mulheres. [...] Múltiplos fatores - como idade, cor, escolaridade e renda familiar - concorrem para estabelecer essas desigualdades. Dentre esses fatores, o tipo de arranjo familiar no qual a mulher está inserida e a posição que ela ocupa na família afetam a sua decisão de entrada na força de trabalho e os resultados dessa inserção. Também a presença de filhos e a faixa etária desses têm peso importante nesse movimento (DIEESE..., acesso em: 20 ago. 2009).

Verifica-se, portanto, diversos fatores que contribuem para a exclusão da mulher do mercado formal de trabalho. O gráfico a seguir demonstra esta realidade na capital gaúcha.

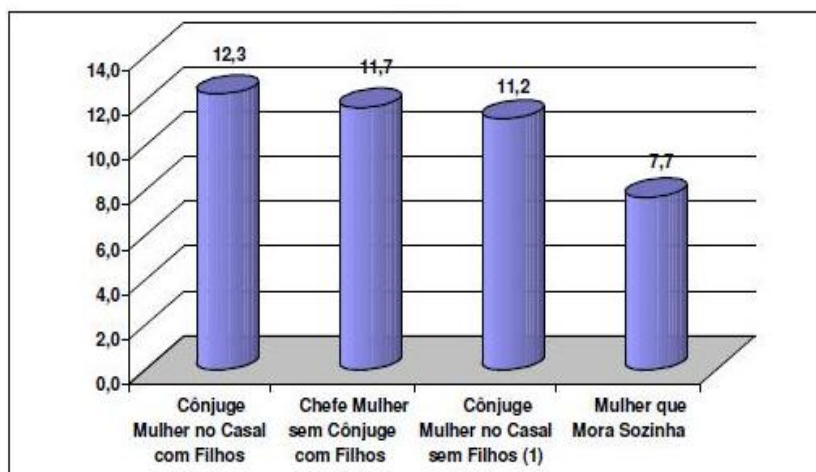


Gráfico 13 - Taxa de desemprego das cônjuges e das chefias femininas segundo o tipo de família na Região Metropolitana de Porto Alegre (2007-2008)

Fonte: PED-RMPA Convênio: FEE, FGTS/Sine-RS, Seade, Dieese e TEM.FAT.

Percebe-se que, além do fato de o desemprego feminino ser superior ao masculino, existem outros elementos vinculados às situações das mulheres que contribuem para a exclusão delas no mercado formal de trabalho. Por exemplo: os diferentes tipos de famílias, bem como a presença de filhos - principalmente com idade inferior a um ano -, desencadeiam uma variação no índice de desemprego. Destaca-se também que a mulher que reside sozinha e não possui filhos, obtém um índice menor de desemprego em Porto Alegre, do que nas demais situações.

Primeiramente, portanto, o que desencadeia a inserção dos sujeitos (entre eles, mulheres e homens) em empreendimentos de Economia Popular Solidária, é a necessidade de sobrevivência por meio da geração de renda.²⁵⁴ O desemprego constitui-se num dos principais motivos que ocasiona a inserção dos trabalhadores nas experiências coletivas, considerando que o fato de os sujeitos entrevistados terem se inserido nos empreendimentos pesquisados nos últimos dois anos, também demonstra esta realidade. Por isto a viabilidade investigada neste estudo, num primeiro momento - também conforme a compreensão da Senaes - está vinculada ao processo de geração de renda. Ou seja, após os trabalhadores desenvolverem as atividades laborais, conseguirem comercializar seus produtos e serviços e pagar as despesas do empreendimento, e, posteriormente obterem sobras, que acabará gerando a renda destes trabalhadores, pode-se, então, mensurar a viabilidade econômica destas experiências.

Num segundo momento, após a necessidade de sobrevivência estar sendo, mesmo que de forma ainda incipiente e limitada, atendida, então podem ser trabalhadas outras questões vinculadas com os Princípios do Cooperativismo e sobre o processo de conscientização dos sujeitos, que poderá contribuir para a elevação da politização dos mesmos, conforme visto anteriormente. Apesar desta realidade, isto não contradiz a importância dos empreendimentos de geração de trabalho e renda; pelo contrário, se estes estiverem respaldados em princípios que divergem do sistema, então os mesmos merecem maior atenção, pois, além de suprir as necessidades de sobrevivência, ainda podem se constituir enquanto sinalizações dos sujeitos - apoiados pelas instituições de apoio e segmentos da sociedade civil organizada -, para se manifestar contra a desigualdade social advinda do capitalismo.

Outras características peculiares e de âmbito privado, relacionadas com os 28 trabalhadores entrevistados, estão interligadas com os seguintes elementos: em relação ao estado civil dos sujeitos, constata-se que 47,8% destes são casados, 34,7% informaram que se relacionam por meio de união estável, 13% disseram que estão separados, e somente 4,3% são solteiros. No que concerne ao fato de estes trabalhadores terem filhos ou não, constatou-se que 19 deles possuem filhos - 11 até

²⁵⁴ Os trabalhadores pesquisados nos 17 empreendimentos informaram ainda que já residiram em outros municípios – 53,5% dos sujeitos. Já 46,4% dos trabalhadores não residiram em outros municípios.

3, e 8 com mais de 3 filhos - e 9 entrevistados declararam não possuir filhos. Os trabalhadores informaram também que residem com seus companheiros/as e filhos e, em alguns casos, residem também com os pais - lembrando-se que as trabalhadoras de uma das experiências estão na penitenciária feminina. Em relação a suas residências os trabalhadores informaram, em sua maioria, que possuem casa própria, posto que apenas três sujeitos informaram que residem em locais cedidos, e um trabalhador informou que reside em local alugado. Constata-se, desta forma, que os rendimentos obtidos pelos trabalhadores, além de serem destinados para as necessidades dos mesmos, também são empregados para o complemento de suas rendas familiares - igualmente devido à aquisição da casa própria.

Quando os trabalhadores foram indagados sobre terem trabalhado em outros locais anteriormente as suas inserções nos empreendimentos, os mesmos informaram que desenvolveram outras atividades laborais para obtenção de renda. Somente quatro trabalhadores, dos 28 entrevistados - 14,2% - informaram que estas se constituem em suas primeiras experiências de trabalho, pois não estavam conseguindo se inserir no mercado formal. Esta realidade possivelmente está relacionada com as dificuldades que os jovens possuem para conseguir entrar no mercado formal de trabalho, uma vez que os mesmos ainda não possuem experiência profissional - uma das exigências do mercado. Os trabalhadores que afirmaram trabalhar em outros locais anteriormente as suas inserções nas experiências coletivas, disseram que desenvolviam atividades relacionadas com serviços de limpeza, serviços gerais e também no comércio - com carteira assinada. Desta forma, pode-se relacionar as atividades que os trabalhadores desenvolviam anteriormente com as suas inserções nas experiências e com o processo de trabalho que vem sendo desenvolvido pelos mesmos nos empreendimentos, relacionados com serviços gerais, de limpeza e de comércio - artesanato, confecção, produção de alimentos, entre outros.

Dos 24 sujeitos que trabalharam em outros locais anteriormente, quando perguntados sobre se havia diferença entre ser empregado/funcionário numa empresa privada e ser cooperado/associado em uma experiência coletiva de geração de trabalho e renda, 83,3% informaram que existe diferença. Apenas 16,6% dos sujeitos responderam que não percebem diferença alguma. Estes quatro sujeitos estão inseridos nos seguintes empreendimentos coletivos: Experiências “1”, “2”, “12” e “13”. Um destes trabalhadores informou que *“cada um deveria cuidar de si”* (Paulo,

Experiência “1”). Diante desta fala, bem como das outras três experiências, novamente constata-se uma divergência existente entre estes quatro empreendimentos pesquisados e os princípios norteadores da Economia Popular Solidária.

Os trabalhadores que informaram que existe uma diferenciação entre ser empregado/funcionário numa empresa privada e ser cooperado/associado em uma experiência coletiva, mencionaram que esta ocorre pelos seguintes elementos: “*Por deixarmos de sermos empregados*” (Cristiano, Experiência “14”). “*Terem controle sobre a sua renda e produção*” (Carla, Experiência “11”). “*Por ser um local mais agradável*” (Joaquim, Experiência “7”). “*Por ter mais contato com pessoas parecidas com a gente*” (Paulo, Experiência “16”). “*Por ter mais ajuda*” (Fátima, Experiência “10”). Constata-se que estes empreendimentos estão tentando realizar um processo de gestão participativa, tendo como respaldo o fato de os trabalhadores sentirem-se responsáveis pelas experiências, mesmo quando não ocupam cargos na direção.

Respalado ainda nestas expressões verbais, pode-se mencionar que, mesmo tendo como motivo de inserção principal a geração de renda, de forma exclusiva ou complementar, salienta-se que 83,3% dos trabalhadores entrevistados que já desenvolveram atividades laborais em outros espaços sociocupacionais, percebem a diferença entre trabalhar numa empresa privada e num empreendimento coletivo. Nesse sentido, verifica-se que, ao se comprometerem com os empreendimentos coletivos, esses sujeitos possivelmente compreendem a situação de não serem empregados ou funcionários de uma empresa privada, pois os trabalhadores entendem que são eles os responsáveis pelo funcionamento e manutenção das experiências nas quais estão inseridos. Os mesmos percebem, também, que são eles que realizam e organizam as suas atividades no trabalho e que os seus rendimentos dependem da quantidade de material que coletam, produzem e comercializam.

Desta forma, estas experiências possivelmente estão contribuindo para a transformação da vida destes trabalhadores e seus processos de aprendizagem, sobre suas percepções sobre o mercado de trabalho e a realidade socioeconômica. Os mesmos, além de se sentirem responsáveis pelos empreendimentos em que estão inseridos, ainda informaram que constata a mudança que ocorre entre trabalhar numa empresa privada ou de forma autônoma, e nestes locais. Esta transformação pode estar vinculada à compreensão da totalidade das atividades que desenvolvem, bem como com o processo de participação destes trabalhadores na

gestão e decisões dos empreendimentos, de forma que se sintam pertencentes e vinculados às experiências em que estão inseridos, aspecto que transcende a questão dos rendimentos, também já mencionado.

Como esses sujeitos trabalham em coletivo, suas relações não são harmoniosas e devem estar permeadas de divergências e conflitos. São esses conflitos, no entanto, que, possivelmente, fazem com que os trabalhadores se (re)organizem para dar continuidade às atividades e necessidades que requerem os empreendimentos. Remete-se a esta realidade sem desconsiderar as limitações que os trabalhadores incluso nestas experiências vivenciam, equiparados aos sujeitos inseridos no mercado formal de trabalho, inclusive em relação aos direitos trabalhistas. Outra questão está relacionada ao fato de que os empreendimentos coletivos sofrem forte pressão do sistema (PRATES, 1995), posto que realizam adequações devido ao mercado e suas inúmeras exigências competitivas.

Contata-se que, para que essas experiências coletivas possam ser mantidas e viabilizadas economicamente no mercado, é imprescindível o processo de comprometimento e conscientização dos trabalhadores, bem como o apoio e o incentivo de programas e políticas sociais. Novamente destaca-se a contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes para propiciar melhores condições de trabalho a estes sujeitos, capacitação, auxílio financeiro, e o fato de proporem uma regulamentação que contemple estes trabalhadores inseridos no mercado informal por meio do trabalho coletivo, mesmo que ainda limitada.

6.2.4 Apoio das Instituições para a viabilidade econômica das experiências coletivas no Rio Grande do Sul por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes

No que diz respeito ao processo de vinculação das experiências de Economia Popular Solidária às Instituições de Apoio, segundo as informações obtidas pelos trabalhadores entrevistados, dos 17 empreendimentos pesquisados somente um declarou não possuir vínculo e/ou receber assessoria de alguma Instituição de Apoio - Experiência "4". Todos os outros empreendimentos informaram que ou estão vinculados e recebem alguma forma de apoio ou são assessorados/incubados por

instituições. Os trabalhadores da Experiência “4” declararam que não recebem assessoria, pois os mesmos não reconhecem o trabalho desenvolvido pelo agente de desenvolvimento local - vinculado à Instituição “G” -, pelo fato de este agente de desenvolvimento ser também um integrante da Cooperativa. Desta forma, constata-se uma contradição.

Como um cooperado pode ser também o assessor do empreendimento em que está inserido? Para que uma assessoria possa ser legitimada, faz-se necessário primeiramente que o assessor ou a equipe que irá desenvolver a incubação adquira a confiança e segurança dos trabalhadores que serão assessorados. Outra questão que pode ser mencionada está relacionada com a disparidade de conhecimentos existentes entre este agente de desenvolvimento, que também é um cooperado, e os outros integrantes da cooperativa. Numa cooperativa pressupõe-se a igualdade entre os trabalhadores e, por meio das respostas dos cooperados, percebe-se que os mesmos não estão se sentindo confortáveis com esta realidade, fato que pode prejudicar o processo de assessoria. Mesmo com esta contradição, entretanto, por meio das outras informações obtidas, pode-se averiguar que este empreendimento vem se consolidando na experiência que possui o maior valor em sobras destinado aos trabalhadores.

Mesmo havendo discordância entre o grupo, não se pode deixar de destacar, ainda, o motivo pelo qual esta cooperativa foi constituída. Ou seja, mesmo tendo limitações vinculadas possivelmente ao fato de os trabalhadores estarem reproduzindo as relações que norteiam o sistema, esta cooperativa não deixa de obter importância; seja pelo fato de a mesma gerar trabalho e renda aos sujeitos; por não estar vinculada, como forma de terceirização, à empresa privada; ou por ter sido constituída pelos trabalhadores após a falência da empresa em que desenvolviam as atividades. Estes elementos citados constituem-se em aspectos importantes, em relação ao sistema.

As questões de conflitos e divergências internas entre os sujeitos, entretanto, possivelmente sinalizam a existência de demandas que permeiam esta experiência, de forma que o processo de trabalho que vem sendo desenvolvido não vá ao encontro dos princípios do cooperativismo - fato que deverá ser trabalhado pela assessoria. Independentemente das contradições internas e externas, porém, esta cooperativa vem gerando renda aos trabalhadores e seus familiares, posto que os próprios sujeitos entrevistados mencionaram que se não existisse a cooperativa,

possivelmente não conseguiriam obter renda.

As outras 16 experiências coletivas, porém, informaram que, além de receberem assessoria das instituições mapeadas e pesquisadas, também recebem alguma forma de apoio - cursos, assessorias, encontros de formação, entre outros - de outras instituições, tais como: das Secretarias Municipais do Meio Ambiente, Turismo, Saúde e da Agricultura, dos Sindicatos Rurais e dos Metalúrgicos, da Emater, da Cáritas, da Pastoral Operária, do Fórum Regional de Economia Popular Solidária, de Universidades, de Redes de Comercialização, da Caixa Econômica Federal, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama -, de Conselhos Municipais, da Central de Cooperativas e Empreendimentos Autogestionários do Brasil - Unisol -, entre outros. Com base nestas informações, constata-se, por meio da pesquisa, que a sociedade civil, setores governamentais e universidades em geral, vêm contribuindo com o fortalecimento destes empreendimentos coletivos.

Menciona-se que das experiências pesquisadas, 12 informaram que a assessoria ou o apoio que recebem das instituições estão contribuindo para a viabilidade - manutenção, permanência e geração de renda - das experiências, segundo as respostas dos próprios trabalhadores. Já a Experiência “3” - vinculada à Instituição “B” -, a Experiência “16” - vinculada à Instituição “N” -, a Experiência “14” - ligada à Instituição “E” -, a Experiência “4” - assessorada pela Instituição “G” e a Experiência “11” - vinculada à Instituição “H”, não responderam a questão. Estes empreendimentos possivelmente não responderam por não possuírem uma compreensão elaborada, ou por não perceberem que o apoio e assessoria recebidos estão contribuindo para as suas viabilidades econômicas. Destaca-se, porém, que a Experiência “3” informou que gostaria que existisse um administrador na Instituição “B” para acompanhar melhor o empreendimento. Salienta-se, também, que os trabalhadores da Experiência “14” informaram que a Instituição “E” procura sempre colaborar com a associação e seus trabalhadores.

Constata-se, portanto, que 70,5% das experiências pesquisadas - segundo a percepção dos trabalhadores entrevistados -, informaram que o apoio e/ou o trabalho de assessoria/incubação desenvolvido pelas instituições vem contribuindo para a viabilidade econômica destes empreendimentos, de forma que possibilitam a geração de renda aos trabalhadores, por meio das atividades que desenvolvem nos empreendimentos coletivos. Mediante as respostas dos trabalhadores elencadas a

seguir, pode-se confirmar esta percepção: *“Quando há reunião, algum problema eles ajudam/auxiliam”* (João, Experiência “1”). *“Eles apoiam e incentivam os pescadores tanto na estrutura física como nos materiais para a pesca, criando alternativas para que em outros períodos também possamos ter renda”* (Fábio, Experiência “7”). *“A Instituição acredita no projeto, e está sempre trazendo alguma novidade”* (Fernanda, Experiência “9”). *“A Instituição absorve aquilo que o grupo acha importante, e, também, eles constroem com o grupo ao invés de trazerem as respostas prontas”* (Paulo, Experiência “12”). *“A Instituição dá o apoio em alguns detalhes [...], esses detalhes consistam no auxílio técnico e informativo e vêm contribuindo com informações ou dúvidas”* (Joelma, Experiência “17”). *“É pelo trabalho do grupo, responsabilidade com o que é feito, por isso eles contribuem para a viabilidade, permanência e manutenção”* (Paula, Experiência “13”). *“Foi através da prefeitura que conseguiu gerar renda”* (Mateus, Experiência “15”). *“Se não fosse o trabalho da agente, o grupo já teria se dissolvido”* (Carla, Experiência “5”). *“São eles que estão possibilitando a aprendizagem na área da costura, oportunizando a possibilidade de inserção no mercado, quando sair da penitenciária”* (Fabiana, Experiência “13”).

Assim, estas respostas revelam que o trabalho de assessoria possui diversas contribuições aos empreendimentos coletivos, servindo possivelmente como um instrumento de monitoramento às instituições de apoio sobre o trabalho de assessoria/incubação²⁵⁵ que estão desenvolvendo. Destaca-se que a renda está presente nas falas dos sujeitos, pois os mesmos necessitam das instituições - vinculadas ao Programa por meio da Senaes - para gerar renda. Mesmo os empreendimentos assessorados por instituições não vinculadas ao Programa entre 2008 e 2009, também demonstram a mesma realidade. O trabalho de assessoria/incubação, porém, busca trabalhar outras dimensões que transcendem o aspecto econômico, apesar de privilegiá-lo num primeiro momento. Estes outros elementos estão relacionados com o processo de conscientização e politização destes sujeitos. Salienta-se, ainda, que a Experiência “13” mencionou a possibilidade de adentrar para o mercado de trabalho assim que as trabalhadoras saíssem da penitenciária. Ao mesmo tempo em que o trabalho vem qualificando as trabalhadoras tecnicamente, possivelmente não estão sendo trabalhados os

²⁵⁵ Pretende-se, após a aprovação deste trabalho pelo PPGSS da PUCRS, fornecer um retorno às Instituições de Apoio, bem como às experiências coletivas pesquisadas, sobre as informações coletadas, analisadas e descritas pela pesquisa.

princípios do cooperativismo/associativismo neste grupo, de modo que as trabalhadoras reproduzem o desejo vinculado ao sistema de estarem empregadas, ou seja, inclusas no mercado formal de trabalho.

Também se pode constatar que, se não fosse a assessoria, possivelmente estes empreendimentos já teriam sido dissolvidos, demonstrando a fragilidade de algumas experiências coletivas, principalmente as constituídas por meio de grupos. Desta forma, percebe-se novamente a contribuição das instituições de apoio para a viabilidade econômica dos empreendimentos coletivos. Com base na categoria de contradição, entretanto, reforça-se a possibilidade de que, se estes trabalhadores tivessem a oportunidade de se inserir no mercado formal de trabalho, talvez se retirariam das experiências coletivas. Compreende-se neste estudo, porém, que não há espaços no mercado com possibilidades de trabalho formal para todos os sujeitos - pelo menos na atual realidade macroeconômica. Assim, estas experiências se constituem também como possibilidades emergenciais de geração de trabalho e renda.

Salienta-se ainda que estas experiências podem constituir-se como formas de resistência dos trabalhadores às manifestações da questão social. Esta realidade pode ser observada em 11 empreendimentos pesquisados, mesmo que de forma limitada e com divergências internas, entre outros elementos de dificuldades, sendo eles: as Experiências “3”, “5”, “6”, “7”, “8”, “9”, “10”, “11”, “14”, “15” e “16”. Na medida em que estas experiências “tentam” desenvolver o processo de trabalho com base em princípios que divergem da simples acumulação de capital - apesar de também terem como objetivo a geração de renda, porém de forma coletiva -, mesmo que de modo incipiente, podem ser consideradas elementos de enfrentamento ao sistema - mesmo que diminutos diante da complexidade que envolve o capitalismo. Ante estas informações, ressalta-se a importância nos processos de assessoria e incubação de se trabalhar a conscientização, participação e criticidade dos sujeitos, bem como os Princípios da Economia Popular Solidária.

Dando continuidade às análises, constatou-se que dos 17 empreendimentos pesquisados, somente quatro experiências (23,5%) informaram que receberam alguma forma de apoio financeiro, ou seja, recurso financeiro, desde a sua criação. Isto significa que 76,5% das experiências não receberam auxílios financeiros - segundo informações advindas dos trabalhadores. Esta obtenção de recursos foi possibilitada por meio de convênios ou concessão de crédito. A Experiência “5” informou que obteve recurso financeiro mediante convênio com a prefeitura; a

Experiência “7” obteve recurso financeiro por meio de convênio estabelecido com o governo federal - destinado especificamente à compra de materiais; a Experiência “17” obteve recurso financeiro com a concessão de crédito bancário. Apenas a Experiência “12” recebeu doação da Fundação Banco do Brasil para a construção do galpão há três anos.

Em relação à compreensão e percepção dos trabalhadores entrevistados sobre a assessoria/incubação que estão ou estavam sendo desenvolvidas, constata-se que, por meio das informações obtidas, o trabalho que vem sendo efetivado pelas instituições de apoio possui alguns elementos e procedimentos semelhantes. Foram citados pelos trabalhadores das experiências coletivas os seguintes procedimentos que estão sendo operacionalizados pelas instituições: a) realização de assistência técnica, jurídica, administrativa; b) realização de reuniões; c) cursos de formação; d) a assessoria acompanha a construção e/ou monitoramento do trabalho; e) aquisição de espaço físico e materiais; f) inserção dos empreendimentos em feiras, mostras, encontros, Fóruns, entre outros; g) auxílio e orientação no encaminhamento de documentos; h) auxílio com transporte para a locomoção dos trabalhadores; entre outros elementos.

Pode-se confirmar esta realidade por meio das falas dos trabalhadores: *“Tem grupos de discussão, [...], auxiliam com o material de divulgação, parte documental, acesso ao telefone, computadores [...]”* (Pedro, Associação Experiência “14”). *“Ajudam em deslocamento do empreendimento, realizam visitas, dão sugestões de como comercializar o produto [...] há 3 anos”* (Fabiana, Experiência “6”). *“Realizaram curso de formação e de capacitação [...] há um ano e meio”* (João, Experiência “16”). *“Realizam cursos, trazem novidades em relação à produção para o grupo”* (Paula, Experiência “13”). *“Cursos para saber sobre gestão, criação de novos produtos, atualização da tabela de preços”* (Cátia, Experiência “2”). *“Fazem oficinas de formação, [...], ajudam na construção de projetos [...]”* (Miguel, Experiência “7”). *“Realizam cursos, eles organizam e promovem espaços em feiras, bem como o deslocamento [...], desde 2005”* (Fernanda, Experiência “8”). *“Ajudam a organizar o espaço físico, [...], viabilizando visitas a outras cooperativas [...]”* (Fernando, Experiência “1”). Mediante estas informações percebe-se que as informações apresentadas anteriormente e informadas pelas Instituições de Apoio sobre as assessorias/incubação que objetivam potencializar a viabilidade econômica, e com a formação destes trabalhadores enquanto coletivo, são condizentes com a realidade.

Outra questão que se confirma está relacionada com o fato de que as Instituições de Apoio, por meio de suas atividades de assessoria, estão tentando introduzir os princípios dos Precursores do Cooperativismo. Ou seja, as atividades de assessoria vão ao encontro dos princípios e objetivos previstos pela Senaes e pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como dos Precursores do Cooperativismo. Menciona-se, ainda, que a Experiência “4” não respondeu a questão, e as Experiências “9” e “10” informaram que no momento não estavam recebendo assessoria (pela Instituição “D”). Esta realidade está possivelmente relacionada com o término de assessoria da Instituição “D” com estes dois empreendimentos, bem como pelo fato de que na Experiência “4” há uma não aceitação/compreensão do trabalho desenvolvido pelo agente de desenvolvimento, que também é um cooperado.

Quando os trabalhadores foram indagados sobre “se pudessem mudar algo nas assessorias/incubações recebidas, o que mudariam”, das 17 experiências pesquisadas, cinco não sugeriram mudança alguma, pois alegaram que cursos e atividades são desenvolvidos de acordo com as perspectivas do grupo. Já os outros 11 empreendimentos pesquisados informaram que gostariam que houvesse maior agilidade da Instituição de Apoio em relação à resolução de algumas demandas dos empreendimentos; solicitaram, também, que as instituições reivindiquem maior apoio das prefeituras; e, ainda, obteve-se a sugestão de que as instituições poderiam disponibilizar mais tempo para assessorar a experiência. Ou seja, por meio destas informações, constata-se que há uma solicitação de que o processo de acompanhamento das experiências ocorra com um tempo de duração maior, e que também recebam apoio de órgãos governamentais locais, como a prefeitura.

A solicitação de um tempo maior está possivelmente relacionada com a dificuldade em que se constitui o término do processo de assessoria - já abordado anteriormente. Quanto à questão da agilidade de resoluções de demandas, possivelmente esta realidade pode estar vinculada às limitações inerentes ao sistema, de forma que, comumente, não são de fáceis soluções. Esta realidade pode ser trabalhada pelas instituições de Apoio com os trabalhadores dos empreendimentos coletivos, de modo que os mesmo passem a reivindicar e se organizar cada vez mais como uma das formas de contestação ao capitalismo e suas manifestações de desigualdade. Deve ser trabalhado com estes sujeitos, entretanto, que não existem “fórmulas” milagrosas de resolução de demandas, e nem sempre as soluções podem

ser tão imediatas, mas sim, dependendo da situação, consistem num processo mediato. Este trabalho de conscientização sobre a realidade poderia ser realizado pelos assistentes sociais quando inseridos nas instituições de apoio.

Estas sugestões vão ao encontro das informações mencionadas pelos trabalhadores em relação às questões necessárias à viabilidade dos empreendimentos no mercado. Além do apoio advindo das prefeituras e demais instâncias governamentais, em âmbitos Federal e Estadual, e da solicitação de maior tempo destinado ao processo de incubação, foram apontadas questões peculiares a estes empreendimentos. Como exemplo, cita-se a necessidade da ampliação do espaço destinado à comercialização dos produtos e serviços - fato que possibilitaria o aumento da demanda e da produção, respectivamente, e do fornecimento de serviços; foi mencionado também, para que os empreendimentos se viabilizem/mantenham no mercado, faz-se necessário o processo de conscientização dos trabalhadores em relação à Economia Popular Solidária e seus princípios.

Uma questão que chama a atenção, pois não foi mencionada pelos trabalhadores, e que também se constitui numa das dificuldades relacionadas com estes empreendimentos coletivos, está relacionada à dificuldade de acesso a créditos e financiamentos - posto que esta realidade se configura como um dos objetivos da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Por meio das informações obtidas, esta questão não foi informada, entretanto a mesma pode estar vinculada com a dificuldade de comercialização, de produção, falta de espaços físicos, entre outros.

O exercício da cidadania é possibilitado pelas experiências coletivas de geração de trabalho e renda e seu respectivo programa social, por intermédio da participação popular. Evidencia-se, entretanto, que uma das possibilidades para que esta realidade possa ser materializada com avanços, de forma gradativa e processual, está vinculada à compreensão dos sujeitos ao se perceberem como responsáveis pelo programa e seus empreendimentos, assumindo para si a corresponsabilidade nos avanços e limites no acesso aos recursos (KOCOUREK, 2009). Ou seja, o aprimoramento do programa e do acesso aos recursos também depende da participação da sociedade civil organizada - Fóruns de Economia Popular Solidária - bem como pelo envolvimento e comprometimento dos trabalhadores inseridos nestas experiências coletivas, juntamente, é claro, com o

apoio das instituições parceiras.

Salienta-se, ainda, que o processo de descentralização político-administrativo previsto pela Constituição Federal consiste em algo muito incipiente, se equiparado aos 500 anos de dominação e submissão da sociedade brasileira. Desta forma, as limitações averiguadas na implantação do programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, e possivelmente no Brasil, podem ser compreendidas. Constitui-se numa realidade, porém, que deve ser aprimorada, tanto pelo Estado, quanto pela sociedade civil organizada, como também pelas instituições de apoio e pelos trabalhadores inseridos nas experiências coletivas.

Entre as experiências pesquisadas, em relação às compreensões dos trabalhadores sobre a Economia Popular Solidária, pode-se constatar que os aspectos mais mencionados estão relacionados à união e solidariedade entre os trabalhadores diante do processo de trabalho e demais atividades. Dos trabalhadores entrevistados, somente quatro afirmaram que não há reflexões e conversações nos empreendimentos coletivos sobre os Princípios do Cooperativismo - estes sujeitos são dois da Experiência “2”, e dois da Experiência “4”. Já referente aos demais trabalhadores, quando indagados sobre suas compreensões em relação à Economia Popular Solidária, informaram que: “[...] *as pessoas produzem e comercializam os seus próprios produtos em conjunto, rompendo com os atravessadores*” (Cláudia, Experiência “5”). “[...] *gerar trabalho e renda num viés solidário oportuniza o grupo a trabalhar*” (Paula, Experiência “8”). “*Se deve saber dividir os espaços físicos principalmente em feiras*” (Jonas, Experiência “11”). “[...] *é uma economia diferente, algo que se constrói junto, que o trabalhador é mais importante que o capital, que é algo que se constrói com a tua participação em todos os momentos do processo [...]*” (Carlos, Experiência “12”). “[...] *uma ajuda mútua, o pequeno divide o pouco que tem*” (Fábio, Experiência “16”). “*Ser solidário com o outro, se entende por trabalho conjunto*” (Maria, Experiência “13”). “*É quase um sonho, um trabalho igualitário, sem patrão e empregados*” (Fernando, Experiência “7”).

Pode-se observar, por meio dessas respostas, que a vivência dos trabalhadores nos empreendimentos populares está relacionada com os seus processos de aprendizagem. “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa” (FREIRE, 1989, p. 66).

Possivelmente esses elementos referidos geram uma transformação na vida dos trabalhadores e sobre suas concepções de mundo; os mesmos explanaram, ainda, que, apesar de suas vivências anteriores, estão aprendendo com suas inserções nos empreendimentos. Além do esclarecimento dos trabalhadores sobre o Cooperativismo e a Economia Popular Solidária, percebe-se que existem outros desafios que estão postos aos empreendimentos cooperativistas, entre eles: desenvolver a capacidade dos trabalhadores em sistematizar o trabalho, substituindo as estruturas hierárquicas por decisões democráticas em alguns empreendimentos; aplicar corretamente os investimentos; qualificar permanentemente os trabalhadores; e decidir sobre a reaplicação dos excedentes (RECH, 2000).

Desta forma, constata-se que, mesmo havendo várias limitações concernentes a estes empreendimentos coletivos e sua relação com o mercado - seja quanto aos locais de comercialização, às dificuldades de relações entre os trabalhadores, os baixos rendimentos, à assessoria do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento ainda ser incipiente, o desejo de mais conhecimento sobre a Economia Popular Solidária -, os trabalhadores mencionaram situações, objetivos, sonhos e percepções em que concebem a Economia Popular Solidária como espaço diferenciado de trabalho, em que a união e a solidariedade devem existir. Ou seja, mesmo com o fato de estes trabalhadores estarem inseridos nestes empreendimentos como uma das formas possíveis de obter renda, os mesmos, porém, possivelmente por meio do trabalho de assessoria das instituições de apoio, percebem a Economia Popular Solidária como um espaço diferenciado de trabalho. Estas informações são interessantes se equiparadas com os outros locais de trabalho existentes no mercado, em que a individualidade se torna um elemento central.

Já no que diz respeito à compreensão ou conhecimento dos trabalhadores em relação ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e sobre a Senaes, constatou-se que quatro empreendimentos pesquisados, 23,5%, declararam não conhecer o Programa e sua Secretaria, sendo eles: as Experiências “3”, “8”, “12” e “13”. Desta forma, verifica-se que estes quatro empreendimentos são constituídos por meio de grupos, sabendo-se que os mesmos estão vinculados às Instituições “B”, “C”, “H” e “F” respectivamente. Mediante estas informações, percebe-se que ainda não ficou claro para os trabalhadores, por intermédio do apoio ou assessorias que estão sendo desenvolvidas, a existência e significado do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, sendo esta uma das

questões que deveria ser aprofundada por estas instituições junto as experiências.

Os outros 13 empreendimentos,²⁵⁶ 76,4%, portanto a maioria das experiências pesquisadas, mencionou que conhecem ou já ouviram falar sobre o referido Programa Social e sua Secretaria e que sabem que as instituições podem ser apoiadas pelo mesmo. Os trabalhadores informaram que possuem conhecimento sobre este Programa Social, pois salientaram que, por meio do mesmo, são incentivados à criação de novas experiências de geração de trabalho e renda, à realização de cursos, à participação dos trabalhadores em Feiras e Fóruns de Economia Popular Solidária, bem como à criação destes últimos. Expuseram, ainda, que possuem conhecimento sobre projetos e atividades previstas pelo Programa e informaram a existência da Instituição “G” e do projeto de Alfabetização; mencionaram atividades relacionadas com a compra direta de produtos, com o conselho econômico, sobre editais para a realização de feiras na cidade, seminários, capacitações e o apoio do governo a projetos para a implantação de Incubadoras e Centros Públicos.

Novamente constata-se que, apesar da incipiência do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, algumas ações já estão tendo visibilidade aos trabalhadores e à sociedade. Apesar desta visibilidade, os fatores de mecanismo do funcionamento e de visão de homem e de mundo que norteiam os trabalhadores inseridos no sistema capitalista - como a liberdade individual, a competitividade, o processo de alienação, a capacidade de iniciativa peculiar a cada indivíduo -, bem como os fatores externos aos sujeitos referentes à lógica de mercado - como a obtenção do lucro, a concorrência, as relações comerciais, entre outros -, influenciam diretamente estas experiências coletivas, podendo interferir no processo de ruptura que elas objetivam desenvolver nas suas relações de trabalho. Visando a esclarecer esta realidade, e tendo como norte a categoria de contradição, buscou-se elaborar um Quadro que sintetize o desenvolvimento, ou não, dos sete Princípios originados pelos Precursores do Cooperativismo nas 17 experiências pesquisadas.

²⁵⁶ Os trabalhadores destes empreendimentos coletivos também sugeriram que devem ser mais incentivados pelo Governo Federal alguns programas sociais para apoiá-los. Entre eles: programas para incentivo ao crédito solidário dentro da Economia Popular Solidária, por exemplo: Banco do Povo; programa de incentivo à comercialização dentro da Secretaria do peixe; programa de capacitação com cursos de aprimoramento; programa de piscicultura e tanque de rede; e referiram, ainda, que os municípios deveriam criar algo a mais para auxiliar os empreendimentos.

Experiências Coletivas	Adesão Livre	Gestão Democrática	Taxa Limitada de Juros ao Capital	Distribuição de Sobras Equivalentes	Neutralidade Social e Política	Ativa Cooperação entre as Cooperativas	Educação, Capacitação e Informação
Experiência “1”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “2”	Ocorre	Não Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “3”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “4”	Não Ocorre	Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente	Não Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “5”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “6”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “7”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “8”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “9”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “10”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Não Ocorre
Experiência “11”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “12”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “13”	Não Ocorre	Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente	Não Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “14”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “15”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “16”	Ocorre	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente	Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente
Experiência “17”	Não Ocorre	Ocorre	Não Ocorre	Ocorre Parcialmente	Não Ocorre	Ocorre	Ocorre Parcialmente

Quadro 14 - Princípios Cooperativistas nas 17 experiências pesquisadas

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora.

Por meio das informações em relação à possibilidade de existência e desenvolvimento dos Princípios Básicos do Cooperativismo nas 17 experiências pesquisadas, constatou-se que: a) a adesão livre (livre-entrada ou saída de cooperados) vem ocorrendo em 82,3% das experiências, e não vem ocorrendo em 17,6% dos empreendimentos; b) a gestão democrática (cada cooperado tem direito a um voto, não dependendo da quantidade de capital investido) vem ocorrendo em 94,1% das experiências e não vem ocorrendo em 5,9% dos empreendimentos; c) a taxa limitada de juros ao capital (não deve ser cobrado juros elevados sobre o capital investido para os novos integrantes) vem ocorrendo em 82,3% das experiências, e não vem ocorrendo em 17,6% dos empreendimentos; d) a distribuição de sobras equivalentes (as sobras pertencem aos cooperados e podem ser distribuídas de forma igualitária aos associados, que devem aplicar pelo menos 10% na cooperativa) vem ocorrendo de forma parcial em todos os empreendimentos pesquisados - devido ao fato de que as sobras vem sendo distribuídas conforme a quantidade de horas trabalhadas pelos sujeitos ou, ainda, pelo fato de que alguns empreendimentos produzem de modo individual e se reúnem para comercializar e, por fim, não foram obtidas informações que mencionem o fato de os trabalhadores reinvestirem 10% no empreendimento -; e) a neutralidade social e política (os integrantes da cooperativa não podem discriminar sobre nenhum aspecto os cooperados e impedir a adesão de novos cooperados) vem ocorrendo em 82,3% das experiências, e não vem ocorrendo em 17,6% dos empreendimentos; f) a ativa cooperação entre as cooperativas (integração entre cooperativas locais, nacionais e internacionais) ocorre por meio da participação dos trabalhadores em reuniões, Feiras, Fóruns, encontros, entre outros, em 88,2% dos empreendimentos; somente em duas experiências (11,7%) não vem ocorrendo; g) a educação, capacitação e informação²⁵⁷ vem ocorrendo por meio da participação de trabalhadores em cursos, palestras, entre outros, e, de forma parcial, em 94,1% dos empreendimentos - devido ao fato de os trabalhadores e seus empreendimentos não mencionarem que destinam 5% das suas sobras para estas atividades, e somente em uma experiência (5,8%) não vem ocorrendo.

²⁵⁷ No Brasil, a Lei Federal 5.764/71 prevê a constituição de um fundo de, no mínimo, 5% de suas sobras para ser destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates –, objetivando a educação e capacitação dos cooperados.

Assim, constata-se que os Princípios Cooperativistas estão relacionados entre si, como a adesão livre e a taxa limitada de juros ao capital, de forma que as informações fornecidas pelos trabalhadores são análogas. Outra questão que deve ser referenciada é o fato de que todos os empreendimentos possuem alguma divergência entre os seus funcionamentos e os Princípios do Cooperativismo - mesmo que de forma parcial -, elementos que poderiam ser trabalhados com os sujeitos por meio das assessorias das instituições de apoio - e também pelo assistente social. Constata-se, entretanto, também, que nenhum dos 17 empreendimentos desenvolvem suas atividades de acordo com a totalidade dos princípios do cooperativismo, considerando que todos os empreendimentos efetivam de forma parcial os princípios relacionados com a distribuição de sobras equivalentes e com a educação, a capacitação e a informação. Salienta-se, também, que os outros 11 empreendimentos coletivos, 64,7% das experiências, contemplam a maioria (5) dos princípios cooperativistas. Esta realidade possivelmente demonstra que, mesmo com limitações, estas experiências coletivas podem também ser consideradas formas de contestação ao sistema e seus princípios de individualidade, acumulação e centralização de capital, embora estes empreendimentos também estejam inseridos no sistema, fato que pode ser o grande motivo que desencadeia as limitações dos empreendimentos e de seus trabalhadores, e a necessidade incessante de adentrarem na lógica de reprodução capitalista. Destaca-se, ainda, que as Experiências “1”, “2”, “4”, “12” e “17” - mesmo que contemplem alguns princípios do Cooperativismo -, constituem-se, por meio das informações obtidas, nas experiências que possuem maiores dificuldades vinculadas às relações que vêm sendo estabelecidas entre os trabalhadores no processo de gestão e produção, entre outras divergências. Acrescenta-se, ainda, que as Experiências “12” e “17” estão ligadas a instituições de apoio que entre 2008 e 2009 não estavam vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento. Destas informações, questiona-se, principalmente, se o trabalho de assessoria a estas experiências foi desenvolvido de acordo com o Programa, de modo que as atividades fossem efetivadas de forma que contemplem os objetivos da Senaes.

Por fim, menciona-se que a Experiência “13”, apesar de possuir alguns elementos que condizem com os princípios do cooperativismo, não pode ser configurada como uma experiência de Economia Popular Solidária devido as suas peculiaridades. Estes seis empreendimentos, com base nas informações obtidas,

não deveriam utilizar a nomenclatura de “Economia Popular Solidária”, mas de “Economia Popular”. Já os outros 11 empreendimentos, apesar de limitações, divergências, incongruências, entre outros, constituem-se de elementos que podem ser relacionados com as experiências de Economia Popular Solidária, sem desconsiderar as contradições internas e externas na qual estes empreendimentos coletivos estão envolvidos.

6.2.5 Apoio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento à Viabilidade das Experiências Assessoradas pelas Instituições de Apoio no Rio Grande Do Sul

Por meio desta pesquisa, procurou-se demonstrar a contribuição do Estado, por intermédio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - vinculado à Senaes -, para a viabilidade econômica das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, tendo como delimitação espacial o Rio Grande do Sul.



Figura 6 - Tese

Fonte: Figura sistematizada pela pesquisadora.

Constatou-se que esta contribuição para a viabilidade econômica e potencialização das experiências coletivas vem sendo desenvolvida, ainda que de forma bem incipiente, por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado e as Instituições Sociais, Governamentais e Incubadoras Universitárias - desde que estas estejam atuando enquanto parceiras do governo federal. Mesmo com a existência de limitações, entretanto, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possui relevância - assim como os outros Programas e Políticas Sociais -, pois ele objetiva apoiar uma das possibilidades existentes de geração de trabalho e renda aos trabalhadores - e consequentemente, aos seus familiares -, principalmente diante da realidade que envolve o mercado de trabalho.

Salienta-se ainda que a criação da Senaes e do Programa, a realização do Mapeamento de Economia Popular Solidária, o apoio às Incubadoras Universitárias - a criação do Proninc -, o acesso destes trabalhadores a outros Programas Sociais que objetivam o exercício de suas cidadanias, já se constituem num avanço. Outra questão está relacionada com o fato de que os Programas e Políticas Sociais, entre eles o de Economia Solidária em Desenvolvimento, objetivam também desmistificar a “naturalização” e “aceitação” da pobreza como algo natural, posto que esta última constitui-se em algo inerente ao sistema, devido às manifestações de desigualdade geradas pelo capitalismo.

Refere-se, ainda, que os três empreendimentos que estão atrelados às instituições de apoio não vinculadas entre 2008 e 2009, possuem inúmeras fragilidades, e estão entre os seis empreendimentos caracterizados como de Economia Popular. Novamente ressalta-se a contribuição e a importância do Programa de Economia Solidária no apoio destinado tanto às instituições como também aos empreendimentos.

Tendo como intencionalidade contribuir com o aprimoramento do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, buscou-se realizar um processo preliminar de avaliação do mesmo, focando principalmente o aspecto econômico - tendo como respaldo para a avaliação, a eficiência, a eficácia e a efetividade²⁵⁸ -, ressaltando que este Programa ainda é incipiente e está em fase de implantação no

²⁵⁸ A avaliação da eficiência estabelecida pelos meios e recursos empregados, a avaliação da eficácia realizada por meio do cumprimento dos objetivos e metas propostos e a avaliação da efetividade social, estão relacionadas com os efeitos do programa em termos de justiça social, de contribuição para o aumento da sociabilidade e engajamento político, enfim, dos efeitos do programa em termos mais abrangentes de bem-estar para a sociedade (JANNUZZI, 2003).

Rio Grande do Sul. Desta forma, constata-se que, em termos de eficiência, averiguou-se, por meio das informações obtidas pelas 11 instituições e 17 empreendimentos pesquisados, que os recursos liberados pelos órgãos de fomento, com aprovação da Senaes, estão sendo destinados e aplicados de acordo com o que estava previsto pelos projetos aprovados, seja pelo Mapeamento de Economia Popular Solidária, pelas Incubadoras Universitárias, pelas ONGs e pelos Centros Públicos. Menciona-se ainda que não existe uma política orçamentária respaldada na descentralização político-administrativa, por meio das três esferas de governo, que funcione de forma plena, destinada exclusivamente a esta demanda. Esta realidade pode ser aprimorada, pois limita este programa social.

A eficácia do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no Rio Grande do Sul, por sua vez, pode estar relacionada à criação de Feiras, Fóruns e Encontros de Economia Popular Solidária, pela criação e fomento de novas experiências de geração de trabalho e renda, pela regulamentação de grupos informais, pela manutenção dos empreendimentos coletivos e pela geração de renda, mesmo que diminuta, obtida por estes trabalhadores. Devido à incipiência do Programa e à forma em que o mesmo está sendo constituído - por meio de uma parceria estabelecida entre o Estado e Instituições de Apoio -, entretanto, já se observou um avanço vinculado ao mesmo. Este pode ser materializado também pelo Mapeamento desenvolvido no RS pela Senaes, e pelo levantamento desenvolvido pela pesquisadora sobre as 20 Instituições de Apoio que já estiveram ou estão vinculadas ao Programa por meio da Senaes, desde 2003, no Estado. Destaca-se a contribuição das assessorias por meio das instituições de apoio vinculadas à Senaes para a viabilidade econômica, manutenção dos empreendimentos, obtenção de sobras e, conseqüentemente, geração de renda aos trabalhadores - principalmente se equiparadas com os dados apresentados pelo Mapeamento realizado pela Senaes no Brasil e RS. Constata-se que ainda se tem muito a aprimorar, porém deve-se destacar que já ocorreram alguns avanços, de modo que a eficácia vem sendo alcançada de forma parcial, pois deverá ser ampliada a quantidade de elementos que materializem este critério, como encontros, feiras, rendas, entre outros.

Já em termos de efetividade, ainda não há informações suficientes para avaliar este critério devido à incipiência do Programa - pesquisa que futuramente poderia ser realizada, tendo como base, inclusive, os empreendimentos pesquisados neste estudo. Pode-se abordar, entretanto, a intencionalidade do Programa, uma

vez que ela vai ao encontro da melhoria das condições de vida destes trabalhadores - e, conseqüentemente, seus familiares -, ao exercício da cidadania dos sujeitos, à igualdade de relações, à democracia, à justiça e inclusão social, assim como um processo de trabalho desenvolvido, mesmo que de forma limitada, que se oponha aos elementos centrais do sistema na sua forma de organização - individualidade, acumulação e centralização de capital.

Compreende-se, por meio desta pesquisa, portanto, que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com a Senaes, pode, mesmo com limitações e ainda de forma incipiente, contribuir com a viabilidade econômica e potencialização das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. Diante desta realidade, menciona-se, também, que o aprimoramento deste Programa Social - assim como dos demais Programas e Políticas Sociais - é algo processual e contínuo, posto que na própria nomenclatura do Programa está sendo referenciada a palavra “Desenvolvimento”, ou seja, algo que está sendo constituído e, portanto, não acabado e fechado.

Para finalizar esta pesquisa, evidenciando características importantes destacadas durante a investigação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, serão tecidas as considerações finais.

7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar como o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado à Senaes, vem contribuindo para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, entre 2003 e 2009 no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como delimitação, principalmente, o aspecto econômico. Por meio da viabilidade econômica, consequentemente, os empreendimentos geram renda aos trabalhadores, que comumente se encontram em situação de vulnerabilidade social, de forma que possibilite a melhoria das condições de vida destes sujeitos.

Para isto foi analisado o Mapeamento realizado pela Senaes sobre a Economia Popular Solidária no Brasil e no Rio Grande do Sul, visando a caracterizar esta demanda social e justificar a implantação do mencionado programa. Foram desveladas também quais são as instituições de apoio vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento no RS - pela Senaes -, como estas instituições estão ligadas ao programa e como vêm desenvolvendo os seus processos de incubação. Também foram pesquisadas as características de 17 experiências de geração de trabalho e renda, bem como de seus integrantes.

Outro aspecto importante deste trabalho diz respeito ao fato de que, para investigar estas questões mencionadas, foi realizada uma vasta revisão literária sobre o tema e suas categorias teórico-temáticas de análise - Geração de Trabalho e Renda, Instituições de Apoio, Viabilidade e Programa de Economia Solidária. Estas categorias foram trabalhadas tendo como norte as categorias teórico-metodológicas elencadas ao estudo: Historicidade, Totalidade e Contradição.

Tendo como base esta perspectiva para atingir os objetivos propostos, primeiramente foi realizada uma retrospectiva histórica sobre o Cooperativismo e Associativismo, bem como sobre as principais experiências que o constituíram desde o século XV na Europa, tentando compreender esse tema em relação à totalidade social. Após introduzir os Precursores do Cooperativismo e o contexto em que essas experiências se desenvolveram, foi realizada, também, uma retrospectiva histórica do Cooperativismo e Associativismo no Brasil, de forma que se pode estabelecer uma relação entre os Precursores do Cooperativismo na Europa e as primeiras experiências coletivas no Brasil.

Tanto a Cooperativa de *Rochdale*, fundada na Inglaterra em 1844 - reconhecida como marco simbólico do Cooperativismo -, quanto as experiências coletivas no Brasil - relacionadas com o período de imigração ítalo-germânica - e as experiências de Economia Popular Solidária, surgiram, num primeiro momento, como alternativas criadas pelos sujeitos para gerar trabalho e renda diante das manifestações de desigualdade da questão social, de forma coletiva. As manifestações de desigualdade da questão social, entretanto, originadas pela I e II Revolução Industrial, diferem das atuais - III Revolução Industrial. Por meio do processo de reestruturação do capital, intensificou-se a exclusão dos sujeitos do mercado formal de trabalho - especialmente os menos qualificados.

Diante da reestruturação do capital, a Economia Popular Solidária surge como uma das alternativas para gerar trabalho e renda aos trabalhadores, tendo como apoio instituições da sociedade civil e instituições governamentais, bem como incubadoras universitárias. Por meio da pressão social exercida pelo Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária - sociedade civil organizada -, o governo federal criou, em 2003, a Senaes, juntamente com o Programa Social de Economia Solidária em Desenvolvimento. Salienta-se que as experiências de Economia Popular Solidária, como também o seu respectivo Programa Social - assim como as primeiras experiências cooperativistas e associativistas no Brasil -, surgem como uma das formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social, bem como podem ser consideradas também, estratégias do capital - apoiadas pelo Estado - para a reprodução e manutenção do sistema, atenuando os conflitos de classe.

Apesar desta realidade contraditória que o envolve, e outros Programas e Políticas Sociais, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento torna-se relevante principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho. Outra questão que deve ser mencionada está relacionada com o fato de que esta pesquisa respalda-se no realismo analítico. Ou seja, a pesquisadora não compreende o tema nem com excesso de otimismo - próprio dos analistas que enfatizam o aspecto potencialmente contestador destas experiências coletivas -, nem com excesso de pessimismo - que, por sua vez, poderia desconsiderar os reais avanços sociais, econômicos e políticos tão suscitados por estas experiências.

Em relação ao levantamento realizado pela pesquisadora sobre as Instituições de Apoio vinculadas a este programa social no RS, constatou-se que 20

instituições já tiveram ou possuem algum vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento desde 2003 pela Senaes. Destas 20 instituições averiguadas, 10 não possuem convênio entre o período de 2008 e 2009 e 10 possuem alguma forma de vínculo durante este período em que se realizou a coleta das informações. Destas 20 instituições mapeadas neste Estado - que contou com o apoio da Senaes, dos Fóruns de Economia Solidária Nacional, Estadual e regionais e com as instituições de apoio -, porém, 11 participaram do estudo por meio de retorno de questionário enviado e pela realização de análise documental.

O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo implantado no Rio Grande do Sul por meio de uma parceria estabelecida entre a Senaes e as instituições de apoio - mapeadas por esta pesquisa -, via editais e chamadas públicas. Ou seja, as instituições de apoio elaboram projetos sociais que objetivam arrecadar recursos financeiros e adquirir auxílio. A Senaes, juntamente com órgãos de fomento, abre editais e chamadas públicas, procurando formalizar a parceria entre o governo federal e as instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias. Os projetos selecionados e apoiados pela Senaes irão usufruir os recursos públicos, bem como dos encontros de formação destinados às instituições de apoio, visando a capacitá-las e fortalecer o vínculo entre elas. Constata-se que o processo de parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, e a forma existente de liberação de recursos (recursos esparsos - se equiparados à demanda - e forma de acesso - abertura de editais e elaboração e aprovação de projetos sociais de extrema complexidade) no RS, e possivelmente no Brasil, ainda está em fase inicial, também devido ao fato da descentralização político-administrativa prevista pela Constituição Federal de 1988 não ter sido implantada de forma plena, em relação a todos os programas e políticas sociais.

Destaca-se que esta realidade vinculada ao programa, em relação à liberação de recursos e as formas que são constituídas as parcerias com as instituições de apoio, pode ser aprimorada. Cada estado e município poderiam usufruir setores específicos que dessem conta deste Programa, de forma que o mesmo correspondesse ao processo de descentralização político-administrativa. Outra questão importante está vinculada à materialização da transversalidade do programa com os outros programas e políticas sociais. Esta transversalidade, em algumas situações, vem necessitando de abertura de editais, algo que pode ser aprimorado.

Apesar de suas limitações e incipiência, o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento possui relevância, pois contribui para a geração de renda e consequente melhoria de vida destes trabalhadores inclusos nas experiências coletivas. Com base nestas informações, verifica-se que das 20 instituições de apoio que possuem ou tiveram alguma forma de vínculo com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento por meio da Senaes, 40% são vinculadas à sociedade civil, 40% às instituições governamentais e 20% às incubadoras universitárias. Percebe-se, portanto, que ocorre uma paridade de vinculações estabelecida entre o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes com instituições governamentais e da sociedade civil, que, juntas constitui 80% das instituições parceiras. Por intermédio desta parceria, o Estado pretende contribuir com a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária por meio da disponibilização de recursos financeiros e encontros de formação, além de processo de divulgação da Economia Popular Solidária e pelo desenvolvimento de objetivos e atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes. Assim, as instituições de apoio vêm configurando-se como o eixo de vinculação entre o governo federal e as experiências coletivas, mediante seus processos de assessoria e/ou incubação.

Destaca-se, ainda, que as instituições pesquisadas que iniciaram seu trabalho de assessoria posteriormente à criação da Senaes e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, estão vinculadas principalmente aos setores governamentais. Salienta-se também que as instituições vinculadas ao MTE e à Senaes no RS, trabalham com as comunidades quilombolas e com o desenvolvimento de agentes de Economia Popular Solidária, que objetiva fomentá-las. Já os Centros Públicos caracterizam-se por atender em seu espaço de comercialização as experiências coletivas, entretanto, setores vinculados a prefeituras também assessoram estes empreendimentos. Salienta-se que apesar dos centros públicos concretizarem uma das ações previstas pela Senaes no RS, porém, o processo de descentralização político-administrativo deste Programa Social pode ser aprimorado de forma que se insira nas esferas estaduais e municipais de forma plena. Já as Incubadoras Universitárias, além de ter como intencionalidade aproximar a universidade da população local-regional e produzir conhecimentos, objetiva, também, assessorar os empreendimentos coletivos. Evidencia-se que as instituições de apoio, juntamente com instituições da sociedade

civil - ONGs, instituição religiosa e Oscip -, buscam assessorar as experiências de Economia Popular Solidária visando a contribuir para a viabilidade destes empreendimentos coletivos no mercado.

O processo que envolve a metodologia de incubação normalmente empregada pelas instituições parceiras está sendo realizado de forma que contemple as etapas relacionadas com os processos de pré-incubação, incubação e pós-incubação. A incubação além de capacitar e acompanhar os empreendimentos coletivos objetiva também conseguir recursos por meio de elaboração de projetos e/ou parcerias estabelecidas com instituições públicas, privadas ou da sociedade civil. Em relação ao processo de pós-incubação, o mesmo deve ser aprimorado. Este período constitui-se segundo as informações levantadas no momento mais delicado do processo de assessoria. O tempo e os recursos previstos e destinados às instituições de apoio, quando contempladas por editais - que respondem administrativamente pelo vínculo, seja pela elaboração de relatórios ou de prestações de contas -, vem se tornando muito esparso e descontínuo em relação a demanda necessária ao processo de pós-incubação, que poderia ter um maior acompanhamento. O próprio período de incubação já deveria ser prolongado devido a situação de vulnerabilidade social que estes trabalhadores se encontram.

Outra questão relevante está respaldada no fato de que os profissionais que respondem administrativamente pelas instituições de apoio podem se distanciar da realidade que envolve os trabalhadores assessorados. Este distanciamento, ocorrido em algumas situações, pode estar relacionado com o processo burocrático que estes profissionais estão envoltos - no que concerne a liberação de recursos e manutenção do vínculo institucional com a Senaes, até para o próprio aprimoramento do programa.

Segundo as informações obtidas, as instituições pesquisadas vêm desenvolvendo as atividades de incubação/assessoria de forma que contemple os objetivos previstos pelo Programa e pela Senaes, como a incubação e assessoria, a divulgação e promoção da Economia Popular Solidária, a formação e qualificação técnica, a preocupação com a comercialização dos produtos, entre outros. Salienta-se que estão sendo desenvolvidas seis atividades previstas pelo Programa no Estado: a) fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária; b) cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sistema

de Informações em Economia Solidária; c) estímulo à institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária; d) organização nacional da comercialização dos produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários; e) fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários; e f) promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário. Destaca-se ainda que predominam, portanto, as atividades de Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária, seguidas pelo Cadastro de empreendimentos e entidades de apoio para manutenção e ampliação do Sies. Outra questão importante é que o Mapeamento de Economia Popular Solidária realizado pela Senaes consiste na única ação concretizada, até o momento, por este programa social - mesmo com suas limitações e incipiência -, em todos os estados brasileiros.

Segundo a percepção dos trabalhadores entrevistados pela pesquisadora no RS, 70,5% informaram que o apoio e/ou o trabalho de assessoria/incubação desenvolvido pelas instituições, mesmo com limitações, vem contribuindo para a viabilidade econômica e manutenção destes empreendimentos, de forma que possibilita a geração de renda aos trabalhadores por meio das atividades que estão realizando nestas experiências. Desta forma, pode-se constatar que, no RS as instituições de apoio contempladas vêm procurando desenvolver seus processos de assessoria e/ou incubação, uma das principais atividades previstas pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes, tendo por objetivo contribuir principalmente para a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária. Constata-se, também, que o apoio governamental às experiências pesquisadas torna-se fundamental para que as mesmas se mantenham no mercado, bem como alcancem outro patamar de conscientização e politização social.

Outra atividade que vem sendo desenvolvida e que se destaca no Estado, possuindo como característica o pioneirismo da “Instituição E”, está relacionada com a promoção das Feiras de Economia Popular Solidária. Estas são de extrema importância para o processo de comercialização dos produtos advindos destas experiências coletivas, como também para o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul e no Brasil - tanto em relação aos empreendimentos quanto ao fortalecimento e divulgação do Programa de Economia Solidária em

Desenvolvimento e da Senaes -, para que, futuramente, possa ser criada uma política social destinada exclusivamente a este segmento social em âmbito nacional e as suas respectivas demandas. Outra possibilidade, entretanto, pode consistir no fato deste programa ser incorporado pelo Ministério do Trabalho ou de Desenvolvimento Social, porém, de forma que seja operacionalizado pela descentralização administrativa que envolve também as esferas governamentais estaduais e municipais. Ou seja, para se concretizar esta realidade, faz-se necessário a criação e implantação nas prefeituras e Estados, de uma secretaria, ou pelo menos de um setor responsável pelo desenvolvimento deste Programa Social - assim como ocorre com outros programas e políticas, que também já percorreram uma trajetória de experiências, pressões sociais e reivindicações para que alcançassem esta realidade, mas ainda possuem limitações, pois o aprimoramento é processual.

Deste modo, constata-se que no Rio Grande do Sul o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vem sendo desenvolvido ainda de maneira bem incipiente, seja pelas poucas quantidades de instituições vinculadas ao programa, pela forma de parceria estabelecida, pela maneira que o recurso financeiro vem sendo gerido, liberado e aplicado e por meio das poucas atividades que estão previstas pelo Programa e pela Senaes e que estão sendo efetivadas no Estado. O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes, entretanto, possuem relevância devido ao fato de terem como intencionalidade contribuir para a viabilidade econômica e manutenção das experiências coletivas, que se constituem como uma das alternativas existentes para a geração de trabalho e renda no Brasil diante do desemprego, principalmente aos sujeitos que comumente estão em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente de seus familiares.

Por meio desta pesquisa pode-se averiguar, também, que as experiências pesquisadas estão relacionadas com as cooperativas, associações e grupos informais que desenvolvem suas atividades nos meios urbanos e rurais em municípios do Rio Grande do Sul. Estes empreendimentos constituem-se nas experiências coletivas que vem sendo assessoradas/incubadas ou, ainda, apoiadas pelas instituições que possuem como intencionalidade contribuir com a viabilidade econômica destes empreendimentos, igualmente por meio do vínculo estabelecido com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e pela Senaes - governo federal.

Foram pesquisados 17 empreendimentos coletivos localizados nos meios urbanos em municípios do Rio Grande do Sul entre 2008 e 2009 - além da análise documental do Mapeamento de Economia Solidária realizado pela Senaes -, considerando que destes, 14 estão vinculados às instituições que possuem vínculo entre o período de 2008 e 2009 com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e com a Senaes. Os outros três empreendimentos estão atrelados a instituições de apoio que não possuem no referido período vinculação com o programa, porém, já tiveram anteriormente, e estão aguardando novamente a renovação do mesmo. No total foram realizadas 46 entrevistas, sendo 18 desenvolvidas com as lideranças dos empreendimentos coletivos e 28 com os outros trabalhadores inseridos nas experiências de Economia Popular Solidária. Juntamente com a realização das entrevistas, informa-se, ainda, que também foi desenvolvida a análise documental de materiais pertencentes e que foram disponibilizados pelas experiências.

Estes empreendimentos coletivos analisados possuem as seguintes caracterizações: dois empreendimentos se constituem enquanto cooperativas (11,7%), cinco enquanto associações (29,4%) e dez enquanto grupos (58,8%). Mediante estas informações, percebe-se que somente 41,1% das 17 experiências pesquisadas consistem em associações e cooperativas. Em relação aos 10 grupos pesquisados, constatou-se que três empreendimentos (30%) estavam migrando da condição de grupos para associação. A regulamentação e a legalização das experiências coletivas, que iniciam suas atividades por meio de grupos, constituem-se em um dos objetivos do processo de assessoria e/ou incubação desenvolvido pelas instituições de apoio, bem como do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, com a intenção de retirar estes grupos da extrema exclusão social, fato este que vem sendo concretizado.

Já em relação às informações que dizem respeito ao sexo dos trabalhadores inseridos nos 17 empreendimentos coletivos, constatou-se que predomina nas experiências pesquisadas a inserção de mulheres e que os fatores que contribuíram para a criação das experiências estão relacionados com uma alternativa ao desemprego para aumento e complemento da renda. Destes 17 empreendimentos, 41,1% das experiências foram criadas pelos trabalhadores, 41,1% pelas instituições de apoio e 11,7% pelo governo do Rio Grande do Sul. Verificou-se, também, que por esta pesquisa ter como delimitação as experiências inseridas nos meios urbanos,

não foram investigados empreendimentos que desenvolvem o processo de trabalho com a agricultura - realidade averiguada pelo Mapeamento realizado pela Senaes -, posto que predominam nestas experiências os trabalhos desenvolvidos com a reciclagem, gastronomia, produtos diversificados e confecção de roupas. Dos empreendimentos pesquisados identificou-se que somente quatro experiências (23,5%) informaram que receberam alguma forma de apoio financeiro, ou seja, recurso financeiro, desde a sua criação.

Em relação à viabilidade econômica, percebeu-se que os empreendimentos pesquisados sofrem concorrência de empresas, empreendimentos, trabalhadores autônomos e atravessadores; porém, mesmo assim, 88,2% dos empreendimentos conseguem pagar suas despesas e ter alguma sobra, constituindo-se em quase 40% a mais do que os empreendimentos mapeados no Rio Grande do Sul pela Senaes em 2005 e 2007. Novamente se destaca que o apoio governamental é crucial para a viabilidade econômica e manutenção destes empreendimentos coletivos.

Considerando ainda o processo de trabalho, constata-se: preocupação dos trabalhadores com este processo, direcionada à possibilidade de gerar trabalho e renda; preocupação com a possibilidade de integração entre os sujeitos durante a realização do trabalho, bem como com a comunidade local-regional; preocupação com o processo de qualificação dos sujeitos; preocupação com o desenvolvimento sustentável; preocupação com a valorização das periferias de forma que as mesmas passem a ser atendidas pelos governos municipais, que é mencionada pelo acesso a atividades assistenciais. Ou seja, a questão relacionada com a sobrevivência aparece na preocupação central com a geração de renda e por meio das atividades assistenciais, materializada pelo acesso dos usuários a outros programas e benefícios sociais.

Em relação aos rendimentos individuais mensais obtidos pelos trabalhadores pode-se identificar que: dois empreendimentos obtêm geralmente uma renda de até um salário mínimo; os trabalhadores de 12 empreendimentos coletivos informaram que possuem uma renda mensal estabelecida entre um a dois salários mínimos; os de outros três empreendimentos coletivos informaram que possuem uma renda que oscila entre dois a três salários mínimos; e um empreendimento coletivo informou que possui a renda de até quatro salários mínimos. Ressalta-se ainda que trabalhadores vinculados a 13 empreendimentos coletivos desenvolvem outras

atividades para obter renda. Por meio destas informações constata-se que a pobreza não pode ser caracterizada como algo “natural”, mas simo como algo vinculado diretamente à questão social e ao processo das riquezas socialmente produzidas. Desta forma, constata-se a viabilidade econômica destes empreendimentos coletivos, mesmo que de forma limitada, devido aos baixos rendimentos atingidos.

Os trabalhadores pesquisados, em sua maioria, tiveram, portanto, suas rendas aumentadas após suas inserções nos empreendimentos coletivos, mesmo com os baixos rendimentos, fato que possibilita uma melhoria nas suas condições de vida e, conseqüentemente de seus familiares. Outra questão relevante que caracteriza a situação de vulnerabilidade social destes sujeitos e a importância do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, consiste no fato destes trabalhadores informarem que usufruem também do Programa Bolsa-Família, entre outros benefícios. Novamente se constata que a transversalidade dos Programas e Políticas Sociais é de fundamental importância para a melhoria das condições de vida destes trabalhadores, retirando-os da condição de extrema exclusão social.

Já em relação aos direitos trabalhistas destes sujeitos, constatou-se que dos 28 trabalhadores que responderam estas questões, 18 não contribuem para a Previdência Social e 10 contribuem, porém, na condição de autônomos. Esta realidade é de extrema preocupação e importância, pois a maioria dos trabalhadores entrevistados, que possivelmente pode corresponder à totalidade dos sujeitos inseridos nestes tipos de experiências coletivas, não contribui com a Previdência Social e estão trabalhando na total informalidade, sem acesso aos direitos sociais. Por isto o Novo Marco Legal do Cooperativismo constitui-se num importante desafio a ser conquistado, pois o mesmo objetiva criar uma legislação que contemple estes trabalhadores, posto que os mesmos não estão nem na condição de assalariados e nem na condição de autônomos.

Diante desta realidade, poderia ser formulada e promulgada uma nova Lei na Legislação Trabalhista que contemplasse os trabalhadores inseridos nestas experiências, que desenvolvem o trabalho por meio do coletivo. Isto possivelmente contribuiria com a inclusão social dos sujeitos e com o acesso destes aos direitos trabalhistas. Enquanto não se adquire esta condição, porém, poderia ser facilitado o acesso de contribuição destes trabalhadores, na condição de autônomo, à Previdência. Esta realidade ainda está distante da “ideal”, entretanto, consiste em

algo que já vem sendo prospectado pelo Novo Marco Legal e estimulado pelo processo de incubação realizado pelas instituições de apoio.

Menciona-se ainda que todas as experiências pesquisadas estão ou estavam vinculadas às instituições de apoio - governamentais, da sociedade civil e incubadoras universitárias, e, 94,1% das experiências participam de instâncias que envolvem a sociedade civil organizada, em termos de Economia Popular Solidária, seja por meio de Fóruns, Feiras, encontros, entre outros. Diante destas informações verifica-se a participação da sociedade civil nas decisões e funções públicas, como forma de participação popular, fato este que ainda deve ser aprimorado no que se relaciona aos conselhos de direitos - que está em estágio muito inicial e sem grande participação popular no controle e gestão pública deste programa social, tanto em âmbito do RS como também no Brasil.

Ressalta-se que, primeiramente, os empreendimentos coletivos são criados para as necessidades vinculadas com a sobrevivência destes sujeitos, para, num segundo momento, serem dimensionados outros elementos relacionados com os Princípios da Economia Popular Solidária, com aspectos sociais, políticos, educacionais, culturais, ambientais, entre outros. Desta forma, pode-se considerar, também, que essas experiências coletivas representam, possivelmente, formas de resistência e de contestação dos sujeitos ao sistema, pois o processo de conscientização e reflexão faz parte de 11 experiências coletivas pesquisadas. Ressalta-se também que estes empreendimentos, ao estarem inseridos no sistema, e terem como perspectiva a geração de renda, acabam por reproduzir a lógica do mesmo, pois tentam incessantemente se inserir no ciclo capitalista para comercializar seus produtos e serviços.

Já em relação ao processo de gestão existente nas 17 experiências pesquisadas, constatou-se que 11 empreendimentos afirmaram possuir diretoria e 6 experiências informaram que não possuem diretoria; 9 empreendimentos possuem todas as documentações necessárias para o funcionamento das cooperativas e associações; 4 empreendimentos possuem parcialmente a documentação necessária para o funcionamento do empreendimento e 4 não possuem a documentação necessária para as suas regulamentações. Nas 17 experiências de Economia Popular Solidária pesquisadas, identificou-se que todas desenvolvem reuniões e assembleias; 93,4% dos trabalhadores entrevistados responderam que tomam parte das reuniões, assembleias e encontros e 95,4% dos sujeitos

informaram que expõem suas opiniões quando não concordam com algo ou alguma decisão, e que participam das votações. Esta realidade demonstra um novo patamar de politização e participação dos sujeitos de forma que se diferenciem da maioria dos trabalhadores inseridos no sistema. Somente este processo de participação e conscientização, já se constituem num grande avanço quando relacionados com a rebeldia e resistência às manifestações de desigualdade da questão social.

Os trabalhadores que informaram terem trabalhado em outros locais anteriormente, quando perguntados sobre se havia diferença entre ser empregado/funcionário numa empresa privada e ser cooperado/associado em uma experiência coletiva de geração de trabalho e renda, 83,3% responderam que existe esta diferença. É importante que se faça referência a essa realidade devido à possibilidade de ruptura que essas experiências coletivas, populares e solidárias introduzem nas relações que envolvem o processo de trabalho e gestão - respaldado em cooperação, rotatividade de atividades, democracia, participação, entre outros -, diferenciando-se, assim, da lógica e da finalidade do sistema capitalista - individualidade, acumulação e centralização de capital. Outra questão relevante está vinculada a possível transformação na vida dos sujeitos que vivenciam o trabalho realizado por meio destas experiências coletivas, pois os mesmo adquirem uma nova visibilidade sobre a realidade macro-econômica.

Em relação às características dos trabalhadores, constatou-se que a maioria dos sujeitos está entre as faixas etárias de 31 a 40 anos (39,2%), seguida pela de 51 a 60 (28,5%). A metade dos trabalhadores possui Ensino Fundamental, 46,4% Ensino Médio e apenas um trabalhador possui ensino superior. Outra questão interessante está relacionada com o fato de que também a metade dos trabalhadores inseriu-se nesses últimos 2 anos nas experiências coletivas - realidade vinculada ao desemprego. Em relação aos motivos que desencadearam a inserção destes sujeitos nos empreendimentos coletivos, pode-se averiguar que 50% foram pela necessidade de gerar e ter renda; 20% devido à influência e/ou convite de familiares; 20% para aumentar a renda familiar; e 10% informaram que era devido ao fato de que o trabalho desenvolvido em grupo é melhor, mais prazeroso. A maioria dos trabalhadores informou ainda que residem com seus companheiros(as) e filhos em locais que são seus - possuem casa própria. Constata-se, desta forma, que os rendimentos obtidos pelos trabalhadores, além de serem destinados para as suas necessidades, também são empregados para o

complemento de suas rendas familiares.

Percebe-se que, para que essas experiências possam ser mantidas e viabilizadas economicamente no mercado, é imprescindível o processo de comprometimento e conscientização dos trabalhadores, bem como o apoio e o incentivo de políticas e programas sociais e de profissionais que possam dar sua contribuição a esses empreendimentos relacionados com a geração de trabalho e renda. Entre eles, o assistente social, juntamente com o processo de incubação desenvolvido pelas instituições de apoio.

Diante destas características, pode-se afirmar que as experiências coletivas assessoradas pelas instituições de apoio possuem elementos em comum, como o fato de se constituírem em cooperativas, associações e grupos informais, que procuraram gerar trabalho e renda aos sujeitos pelos diversos ramos de atividades, seja no meio urbano ou rural. Enfatiza-se, entretanto, a importância do fortalecimento do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, como forma de subsidiarem recursos financeiros e profissionais para assessorar e qualificar esses sujeitos, bem como os empreendimentos em que estão inclusos, tendo em vista o processo de descentralização político-administrativa. Este apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva a viabilidade econômica dos empreendimentos coletivos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos e privados.

Menciona-se, ainda, que seis experiências coletivas constituem-se por meio das informações obtidas nos empreendimentos que possuem maiores dificuldades vinculadas às relações que vem sendo estabelecidas pelos trabalhadores diante do processo de gestão e produção, entre outras divergências. Assim, estes seis empreendimentos possivelmente não desenvolvem suas atividades de acordo com os princípios da “Economia Popular Solidária”, mas, porém, se caracterizam como experiências de “Economia Popular”. Os outros 11 empreendimentos - apesar de limitações e conflitos -, constituem-se por meio de elementos que podem ser remetidos à Economia Popular Solidária, sem desconsiderar as contradições internas e externas na qual estes empreendimentos coletivos estão inseridos.

É importante mencionar que os três empreendimentos que estão sendo assessorados por instituições que não estão vinculadas entre 2008 e 2009 ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento pela Senaes consistem na metade dos seis empreendimentos que possuem diversas dificuldades de

relacionamento, concorrência, entre outros. Outra questão está relacionada com a viabilidade econômica destes empreendimentos, pois em duas das três experiências os trabalhadores obtêm uma renda de um salário mínimo. Desta forma, ressalta-se que o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, mesmo com suas limitações e incipiências, pela parceria estabelecida entre o Estado e as instituições de apoio, contribuem para a viabilidade econômica, entre outros aspectos, de forma fundamental para estas experiências coletivas.

Verifica-se, assim, que a Economia Popular Solidária e o seu respectivo Programa Social no Brasil, por meio da parceria estabelecida entre o governo federal (incluindo os demais setores governamentais), a Sociedade Civil (instituições sociais) e as incubadoras universitárias, podem ser considerados formas de resistência dos trabalhadores às manifestações de desigualdade da questão social. Segundo o Mapeamento realizado entre 2005 e 2007 pela Senaes com a parceria das instituições de apoio, foram averiguados 21.857 empreendimentos coletivos no Brasil e 2.085 no Rio Grande do Sul. Neste sentido, mesmo com os baixos rendimentos obtidos pelos trabalhadores pesquisados (entre meio salário mínimo a quatro salários mínimos), pode-se constatar que eles são muito significativos a estes sujeitos e seus familiares.

Partindo dos conhecimentos que fundamentaram esta pesquisa, de seu problema, objetivos e questões norteadoras, chegou-se a esta tese que foi confirmada: o Estado, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, vinculado à Senaes, juntamente com as incubadoras universitárias e instituições governamentais e da sociedade civil, desde que em parceria com o governo federal, pode potencializar e viabilizar as experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma incipiente, principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho. Salienta-se esta realidade sem desconsiderar a categoria de Contradição que permeia estes empreendimentos coletivos e seu respectivo Programa Social.

Tem-se como perspectiva que o Estado, por meio das instituições de apoio, pode e deve potencializar a viabilidade econômica das experiências de Economia Popular Solidária - por intermédio dos objetivos e ações que estão previstos pelo programa, mesmo que ainda de forma limitada, contraditória e incipiente. Salienta-se esta possibilidade principalmente diante da atual realidade que envolve o mercado de trabalho, pois este Programa contribui para a geração de renda dos

trabalhadores e suas respectivas famílias, afastando-os da condição de extrema exclusão e vulnerabilidade social. Diante desta realidade, menciona-se também que o aprimoramento do Programa é algo processual e contínuo, pois este ainda está em fase de “Desenvolvimento”, de modo que as pesquisas científicas sobre este Programa buscam contribuir com o aprimoramento do mesmo.

Outra questão que deve ser ressaltada está vinculada ao fato de que este Programa Social vem se configurando mais como uma forma de geração de renda do que propriamente um meio de contestação ao sistema, realidade que se configura, apesar da sua importância, como funcional ao sistema. Por fim, destaca-se a importância e a relevância deste estudo, pois são reduzidas as pesquisas e bibliografias referentes à contribuição do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento para a viabilidade das experiências coletivas no Rio Grande do Sul. Com a inserção da classe trabalhadora na lógica do sistema, em que é considerado cidadão o sujeito que está incluído no mercado formal de trabalho ou que possui uma fonte de renda, enfatiza-se a importância do apoio governamental às experiências que constituem a Economia Popular Solidária. Esses empreendimentos coletivos geralmente são suscitados pelos sujeitos e instituições de apoio como uma das alternativas de gerar trabalho e renda, diante das manifestações de desigualdade da questão social - matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

A CRISE financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da Economia Mundial? Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec78.xml>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

A QUEM SE DESTINAM OS RECURSOS DO PROGER. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/proger/aquem.asp>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

ABONG: Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. **Associadas**. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/associadas_pag.php?sigla11=caeps>. Acesso em: 05 maio 2009.

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. **Mulher e trabalho**: experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo, 2002.

AGRONEGÓCIO. Disputa ideológica pode paralisar reforma da lei do cooperativismo. Portal Agronegócio. Disponível em: <<http://portaldoagronegocio.com.br/conteudo.php?id=13115>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

AGUIAR, C. S. **Economia Popular Solidária**: alternativas às transformações no mundo do trabalho. Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002. (Dissertação de Mestrado).

ALBUQUERQUE, P. P. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ALEGRETE realiza a 1ª feira de Economia Solidária. Brasil local desenvolvimento e economia Solidária. Disponível em: <<http://www.brasillocal.org.br/search/label/Rio%20Grande%20do%20Sul>>. Acesso em: 22 mar. 2009.

ALMEIDA NETO, Honor de Almeida. **Trabalho infantil**: a formação da criança-jornaleira de Porto Alegre. Canoas: ULBRA, 2002.

ANDERSON, Perry. Além do Neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003a.

_____. **Os sentidos do trabalho.** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003b.

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia Popular e Solidária:** a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Marcos. **Globalização e América Latina:** oportunidades e desafios. Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, 1999.

_____. **Humanizar o infra-humano:** a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ARTICULAÇÃO e Organização no Sistema Cooperativista dos Assentados. Disponível em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:ZnKr0qgKGcAJ:www.itsbrasil.org.br/pages/15/Sistema_cooperativista_dos_assentados.pdf+Concrab&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=Br>. Acesso em: 20 mar. 2009.

ASCOOB. **Conheça a ASCOOB.** Disponível em: <<http://www.ascoob.org.br/quemsomos.php>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Organizações Não Governamentais: uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/faq_pag.php?faq=12189>. Acesso em: 17 ago. 2009).

ATES. Disponível em: <<http://ates-ong.blogspot.com/2009/04/aberto-novo-escritorio-da-ates.html>>. Acesso em: 5 maio 2009.

ATLAS na alimentação e moradia respondem pela inflação. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

BARBIERI, Luciana; RUFINO, Sandra *et al.* A gestão da autogestão nas Cooperativas. In: ORGANIZAÇÃO Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo. **A gestão da autogestão na economia solidária:** contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e de ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da resregulamentação social do trabalho. In: _____. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 90-128.

BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Raul Luís Assumpção. **Desemprego metropolitano no Brasil**: 1999-2007. Textos para Discussão FEE. nº 63. Secretaria do Planejamento e Gestão; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, junho de 2009. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/tds/063.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. **As Cooperativas Agropecuárias e o BRDE** - histórico, situação atual e perspectivas. ES2003-02

BREUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria I. B (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanência e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, 2000.

BRUM, Argemiro J. O Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 25. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

BULLA, Leonia Capaverde. Origens e profissionalização do serviço social no Brasil. In: FLICKINGER, Hans-Georg. **Entre caridade, solidariedade e cidadania**: história comparativa do serviço social Brasil/Alemanha. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

_____. **Serviço Social, educação e práxis**: tendências teóricas e metodológicas. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992. (Tese de Doutorado).

CADONÁ, Marco André. **Economia Solidária**: experiências populares de geração de trabalho e de renda no Vale do Rio Pardo. Departamento de Ciências Humanas. Santa Cruz do Sul, 2003. (Relatório de Pesquisa - UNISC).

CAEPS. Disponível em: <http://www2.abong.org.br/final/associadas_pag.php?sigla11=CAEPS>. Acesso em: 5 maio 2009.

CÂMARA. **Projeto de Lei Cooperativa de Trabalho**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/prop_detalhe.asp?id=323935>. Acesso em: 2009.

CAMPOS; Osmar Soares de. **Pobreza é menor se há equidade de gênero**. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2955&lay=pde>. Acesso em: 13 ago. 2008.

CAPACITAÇÃO Profissional em Serviço Social, CRESS 10ª Região - **Gestão 1996/1999**, Porto Alegre, 117 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Nanci Valadares de. **Autogestão**: o governo pela autonomia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTEL, Robert. **Desigualdade e questão social**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

_____. **Trabalho & autonomia**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b.

CENTRO de Informações Estatísticas. Disponível em: <[http://www.FEE/centro de informações estatísticas/núcleo de contabilidade social](http://www.FEE/centro de informacoes estatisticas/nucleo de contabilidade social)>. Acesso em: 09 fev. 2009.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do (a) Assistente Social**: em questão. Brasília/DF, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CÓDIGO de Ética. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região - Gestão 2002/2005, Porto Alegre, 2005.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de Política Agrícola**, edição especial, 2001.

COMITÊ de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

COMUNIDADES. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/oque/home_oque.html>. Acesso em: 17 maio 2009.

CONFERÊNCIA Nacional de Economia Solidária. Documento Base. Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento In: Cadernos Unijuí, 2006.

CONSELHO Nacional de Economia Solidária. **IV reunião extraordinária**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ata_20071024_04.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.

CONTAG. Contribuição Sindical Rural. **Breve histórico**. Disponível em: <<http://www2.contag.org.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

COOP AGROP - Diretoria de Planejamento - Superintendência de Planejamento. 2003.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. Escrito por: CUT Nacional Disponível em: <<http://www.cut.org.br/content/view/2883/289/>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

CUT. Sindicato dos Metalúrgicos. **O ABC é Brasil**. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/portal/mostra_materia.asp?id=2>. Acesso em: 23 mar. 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DE PAULA, J. Desenvolvimento e gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L. C. (Org.). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária; Governo Federal; Ritz, 2001.

DEDDECA, Cláudio. As mudanças no sistema das relações de trabalho. In: **Diplô Brasil**: Caderno de Debates do *Lê Monde Diplomatique*. Edição brasileira - especial nº 1: Globalização e mundo do trabalho. A Caminho do Fórum Social Mundial, set. 2000, p. 4-6.

_____. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: OLIVEIRA, C. F. B. de; MATTOSO, J. e L. (Orgs.). **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado. São Paulo: Scritta, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Avaliação qualitativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Polêmicas do nosso tempo).

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Destaques**. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 30 set. 2008.

DEPARTAMENTO Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.
Pesquisa de emprego e desemprego das regiões metropolitanas (dez. 2008).
 Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego das regiões metropolitanas** (dez. de 2003 a dez. de 2007). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

DESENVOLVIMENTO Social. Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome - MDS. Governo e Sociedade trabalhando juntos. Informe-se. Faça a sua parte. 2008.

DICIONÁRIO Brasileiro da Língua Portuguesa. 12. ed. São Paulo: Enciclopédia Britânica Publicações, 1990. 3 v..

_____. São Paulo: Enciclopédia Britânica Publicações, 1987. v I.

DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre. Ped-Rmpa. Informe Mulher E Trabalho. **Relação família e trabalho na perspectiva de gênero**: a inserção de chefes e cônjuges no mercado de trabalho. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/poa/pedpoa_Mulher2009.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

DINIZ, João Rafael Vissotto de Paiva *et al.* Direito do trabalho e economia solidária: noções introdutórias e reflexos para os grupos incubados. In: ORGANIZAÇÃO Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007, p. 33-49.

DISPONÍVEL em: <http://74.125.47.132/search?q=cache:znkr0qgkgcaj:www.itsbrasil.org.br/pages/15/sistema_cooperativista_dos_assentados.pdf+concrab&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=Br>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. <<http://www.fbes.org.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

_____. <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009).

_____. <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_atribuicoes.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009).

DISPONÍVEL em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttcd_chave=7884>. Acesso em: 12 fev. 2009.

_____. <<http://www.cnmcut.org.br/verCont.asp?id=429>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

_____. <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009

_____. <http://www.brasil.gov.br/governo_federal/quem_e_quem/>. Acesso em: 8 abr. 2009.

_____. <<http://www.brasilocal.org.br/search/label/Rio%20Grande%20do%20Sul>>. Acesso em: 5 mar. 2009).

_____. <http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmtes_fevereiro2003.cfm>. Acesso em: 21 jul. 2008.

_____. <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=4405>>. Acesso em: 25 maio 2008.

DRUCK, Graça. A cultura da qualidade nos anos 90: a flexibilização do trabalho na indústria petroquímica da Bahia. In: MOTA, Ana Elizabete (Orgs.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Terceirização**: (des) fordizando a fábrica. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

E19. Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília: MTE; SENAES, 2003.

ECONOMIA Solidária. Campanha Nacional de divulgação e mobilização social. **Manual para Formadores**. Descobrindo a outra economia que já acontece. MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 - Brasília, DF, 2007a.

_____. **Mapeamento Rio Grande do Sul**. SIES - Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária. Impressão AMBP - Sociedade Banco de Projetos. 2007b.

ECOSOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_promocao_brasil.asp>. Acesso em: 5 maio 2009).

_____. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_estimulo_centros.asp>. Acesso em: 5 maio 2009.

EID, Farid, Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de EES. In: PISCANÇO, Iraci; TIRIBA, Lia (Orgs). **Trabalho e Educação**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004. p. 167-188.

EMEDIATO; Luiz Fernando de Souza. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/recomendacao_publicada_DOU.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.

FACHIN, Patrícia. Brasil será atingido pela crise mundial. In.: IHU ON-LINE. **Revista do Instituto Humanistas Unisinos**. São Leopoldo, ano VIII, ed. 274, 22 set. 2008.

FARIA, José Henrique de. **Relações de poder e formas de gestão**. Curitiba: Criar, 1987.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FINEP. **Ações transversais**. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/fundos_setoriais/acao_transversal/acao_transversal_ini.asp%20acesso%20em%2013/04/09>. Acesso em: 13 abr. 2009.

FIORI, José Luis. **60 Lições dos 90**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLEURY, A. C. C.; VARGAS, N. (Orgs.). **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar. Sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Atlas, 1983.

FONSECA, Tânia M. G. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=796&Itemid=216>. Acesso em: 04 maio 2009.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 04 mar. 2009.

_____. Organização e forma de funcionamento. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=65&Itemid=61>. Acesso em: 04 mar. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2005.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4).

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística (FEE). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 27 de outubro de 2008.

_____. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=CruzAlta%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Ijuí%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Pelotas%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=PortoAlegre%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=RioGrande%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SantaMaria%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SantanadoLivramento%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística (FEE). Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SantaVitóriadoPamar%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

_____. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SaoLourençodoSul%ED>. Acesso em: 9 fev. 2009.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GAIGER, Luís Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p. 267-286.

GAZETA do Povo. **Lula assina pacote trabalhista e sindical e cria regras pra cooperativas de trabalho**. Disponível em: <<http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/economia/conteudo.phtml?id=561718>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOERCK, Caroline. **Processos de trabalho na Economia Popular Solidária**: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre, 2006a.

_____. Experiências de economia popular solidária no Vale do Rio Pardo. **Estudos & Debate**. , v. 13, p. 49 - 68, 2006b.

_____. Experiências de Economia Popular Solidária no Vale do Rio Pardo: Processos De Trabalho Desenvolvidos. **Textos & Contextos (Online)**, v. 7, p. 223-236, 2008.

_____. Economia Popular Solidária: no Processo de Reestruturação Produtiva Brasileira. **Texto Contexto**, ano IV, n. 04, v. IV, 2005. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textos/>>. Acesso em: 05 maio 2009.

GOERCK, Caroline. **Emergência do Cooperativismo, reestruturação do capital e economia solidária e o papel do Serviço Social em empreendimentos solidários**. Ijuí: Unijuí, 2006, v. 200, p. 56.

_____. Processos de Trabalho em Experiências de Economia Popular Solidária. In: **2 Seminário de Política Social no Mercosul** - Seguridade Social, Participação e Desenvolvimento, 2008, Pelotas. 2 Seminário de Política Social no Mercosul - Seguridade Social, Participação e Desenvolvimento. Pelotas : UCEPEL, 2008. p. 1-12.

_____. Serviço Social e Economia Popular Solidária In: **X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** - X ENPESS, 2006, Recife.

_____. Serviço Social e Experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Revista Textos e Contextos**, 2006. v.V.

_____. Precusores do Cooperativismo In: **2º Seminário Nacional**: Estado e Políticas Sociais no Brasil, UNIOESTE, Cascavel, 2005.

_____; BULLA, Leonia Capaverde. Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada de organização dos processos de trabalho. In: 19º Conferência Mundial de Serviço Social, 2008, Salvador. **O Desafio de Concretizar Direitos numa Sociedade Globalizada e Desigual**. Salvador: Mundial Serviço Social, 2008. v. 1. p. 1-10.

_____; _____. Sistematización dos procesos de trabalho e peculiaridades das experiências de economia popular e solidárias desenvolvidas no Vale do Rio Pardo/Rio Grande do Sul - BR. **Otra Economia Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, v. II, p. 141-163, 2008.

_____; CADONÁ, Marco André; SCHULTEN, Aline Dinara. Experiências Coletivas de Economia Solidária no Vale do Rio Pardo. **Revista Redes Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional**, EDUNISC, v. 9, n. 3, p. 217-238, 2005.

_____; VICCARI, Eunice Maria. Assessoria: Processo de Trabalho do Serviço Social. **Revista Textos Contextos**, v. III, ano III, n. 03, 2004. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/textos/>>. Acesso em: 05 maio 2009.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GRAÇA, Marcos. Cooperar para fugir do desemprego. In: BISSIO, Beatriz (Diretora). **Cadernos do terceiro mundo** - Biopirataria: a amazônia em perigo. Editora Terceiro Mundo, n. 205, 1988.

GUAYÍ: democracia, participação e solidariedade. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.guayi.org.br/?item=13&area=18>>. Acesso em: 11 maio 2009.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

GUIA de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/portalfederativo/asocial>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

GUIMARÃES, G.; SCHWENGBER, A. (Orgs.). **Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária**: a contribuição dos gestores públicos. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. SOBRAL, A. U.; GONÇALVES, M. S. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HAYEK, F. A. **O Caminho da Servidão**, 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: obra do século XX: 1914 - 1991. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Debate CRESS-CE (Gestão: A Novidade é um Sonho/96-99).

_____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 20. ed. São Paulo, Cortez, CELATS, 2007.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **A reinvenção do futuro**: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

IBGE; PNAD. Estados @, Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=sis_2008>. Acesso em: 05 fev. 2009.

ICAZA, A. M. Sarria; Freitas, M. Ribeiro de (org). **O projeto esperança/ cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil**. Relato de uma experiência. Porto Alegre; Cáritas Brasileira, 2006.

INCUBADORA de Economia Solidária da UNIJUÍ. Empreendimentos da Economia Solidária do Noroeste Gaúcho: UNIJUÍ Universidade Regional. Editora da Unijuí, set. 2006.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KOSICK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KOCOUREK, Sheila. **As Dobras da História**: O desafio dos Direitos da Criança e do Adolescente na construção da cidadania para o Século XXI. Porto Alegre: Faith, 2009.

LARANGEIRA, Sonia M. G. Círculos de controle de qualidade. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 40-43.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia Popular Solidária e políticas públicas**: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.

LECHAT, Nöelle. A Economia Solidária no Brasil: Formação de um Novo Protagonista Sóciopolítico, o Trabalhador Associado. In: **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**: uma abordagem transnacional. (Org.). Balsa, Casimiro Marques, BONETI, Lindomar Wessler, SOULET, Marc-Henry. Ijuí. Unijuí, 2006, 240p. (Coleção método e teorias).

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEI de Regulamentação da Profissão de Serviço Social. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região. Porto Alegre. Gestão 2002/2005.

LEI nº 5.764-71 da Política Nacional do Cooperativismo. In: **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

LEI Orgânica de Assistência Social. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região - Gestão 2002/2005, Porto Alegre, 2005.

LEITE, Marco Antônio Santos. **O Terceiro Setor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs**. Assembléia Legislativa do Estado de Minas. Disponível em: <www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/TerSet.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2009.

LOMAR, Maria Clara Paletta *et al.* O cooperativismo e a economia solidária: discutindo o marco legal. In: Organização Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo. **A gestão da autogestão na economia solidária**: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria; São Paulo: ITCP-USP, 2007, p. 50-66.

LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács (1909-1929)**. São Paulo: Cortez, 1998.

MAGRÃO, Sérgio; SÁ, Luiz Carlos. **Caçador de Mim**. 61481165 Emi/Vitale (P), 1981.

MAIA, Marilene. Gestão Social - Reconhecendo e construindo referenciais. In: **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre: EDIPUC, n. 4, p. 1-18, 2005.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARINO, Eduardo. **Manual de avaliação de projetos sociais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.

MARQUES, Ivan da Costa. **O Brasil e a abertura dos mercados**: o trabalho em questão. São Paulo: ABET, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

_____; KOUMROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 45, p. 137-141, 1994.

MARTINS, Jorge Luiz; MAUAD, Marcelo; RODRIGUES, Hubertan. **O PLS - 171/199 e seus danos à Economia Solidária**. Revista de Economia Solidária, ano 2, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.gabeira.com.br/noticias/noticia.asp?id=2561>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

MARTINS, Paulo Haus. **O novo Código Civil**¹ - Associações. Disponível em: <http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmes_fevereiro2003.cfm>. Acesso em: 21 jul. 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Tradução: BARBOSA, Regis; KOTHE, Flávio R. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. v I.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Feuerbach. Tradução: BRUNI, José Carlos Bruni; NOGUEIRA, Marco Aurélio. 10. ed. São Paulo: Grijalbo, 2006.

MATTOSO, J. e L. (Orgs.). **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado. São Paulo: Scritta, 1996.

MATTOSO, Jorge. A desestruturação da democracia. In: *Diplô Brasil: Caderno de Debates do Lê Monde Diplomatique*. Edição brasileira - especial nº 1: Globalização e mundo do trabalho, p. 14-16, set. 2000.

_____. **A desordem no trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995, p. 69-109.

MEDEIROS, Alzira. **Programas e ações de apoio a economia solidaria e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal**. (Relatório Final do Convenio MTE, IPEA, ANPEC, 01/2003), Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2009.

_____. **Programas e ações de apoio à economia solidária e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal**. 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2009

_____. **Programas e ações de apoio a economia solidaria e geração de trabalho e renda no âmbito do Governo Federal** (Relatório Final do Convenio MTE, IPEA, ANPEC, 01/2003). Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/pub_geracao_trabalho_renda_gf.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINISTÉRIO do desenvolvimento social e combate a fome. **Desenvolvimento social - missão**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/o-ministerio/missao-1>>. Acesso em: 08 abr. 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Perícia Social: proposta de um percurso operativo*. In: **Revista Quadrimestral de Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 67, 2001.

MONTEIRO; Viviane. **Gazeta Mercantil** (SP): IPEA defende corte “drástico”. Secretaria de assuntos estratégicos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttcd_chave=7884>. Acesso em: 12 fev. 2009.

MOVIMENTO de Economia Solidária Gaúcho prepara Seminário Estadual no fim de março/2009/ (Economia/RSPOST159). Brasil Local. Disponível em: <<http://outraeconomiacontece.wordpress.com/2009/01/19/movimento-de-economia-solidaria-gaucha-prepara-seminario-estadual-no-fim-de-marco2009-economia-solidaria-rs-post-159/>>. Acesso em: 05 mar. 2009.

MTE. **Emenda a Medida Provisória**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ata_2007030607_01.pdf>. Acesso em: 29 maio 2009.

_____. **Novo Marco Jurídico da Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_elaboracao.asp>. Acesso em: 28 maio 2009.

_____. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_historico.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009.

MTE. **Missão, visão de futuro, objetivos estratégicos**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/delegacias/rs/rs_missao.asp>. Acesso em: 05 maio 2009.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como uma alternativa de mudança**: uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

NOBRE, Miriam. As mulheres nos programas de inclusão social. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo no Brasil. In: SILVA, M. O. S.; IAZBECK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2006.

NOVAES, Washington (Org.). **Agenda 21 brasileiros** - bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

OCERGS. Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande Do Sul. **Cooperativismo**: orientações básicas. Porto Alegre: OCERGS, 2001.

O' CONNOR, James. **USA**: a crise do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ORGANIZAÇÃO Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômico Solidário. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao.asp>. Acesso em: 04 mar. 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira**: crítica a razão dualista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Globalização e antivalor: uma antiintrodução ao antivalor. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **A reinvenção do futuro**: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo**: guia prático. 2. ed. Porto Alegre: Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, 1984.

ONOFRIO, Paulo. Cooperativismo no Rio Grande do Sul. Conferência proferida em 1959. In: **Veritas**. Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Editora Tipografia Champagnat, n. 1, Tomo VI, 1961.

PARTICIPANTES. Disponível em: <<http://www.brasilautogestionario.org/participantes/>>. Acesso em: 16 maio 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estado, Sociedade Civil e Legitimidade Democrática In: Lua Nova - **Revista de Cultura e Política**, n. 36, p. 85-104, 1995.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2008.

PETERS, Michael. Neoliberalismo. Traduzido por Amélia Siller. 1999. Disponível em: <<http://www.educacao.pro.br>>. Acesso em: 23 jul, 2008.

PICCININI, Valmiria Carolina. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. In: **Dossiê - Sociologias**. UFRGS. Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 68-105, jul/dez 2004.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito**: história da evolução normativa no Brasil. Banco Central do Brasil. 5. ed. Brasília, 2007.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalistas e socialistas**. São Paulo: Pioneira, 1966a.

_____. **Que é cooperativismo**. São Paulo: Editora S.A., 1966b.

_____. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, Denise. **Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil**. São Paulo: Conferência Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CUT; Annablume, 1998.

PLANALTO. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm>. Acesso em: 17 fev. 2009.

PLENÁRIA Estadual do Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária elege delegados à IV Plenária Nacional do FBES. Disponível em: <<http://fgeps-rs.blogspot.com>>. Acesso em: 05 mar. 2009.

POCHMANN, Marcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: _____. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 23-40.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRATES, Jane Cruz. **Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1995. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. (Tese de Doutorado).

PROGRAMA Economia Solidária em desenvolvimento. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp>. Acesso em: 02 mar. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 04 mar. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 23 ago. 2009.

_____. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/cons_default.asp>. Acesso em: 17 fev. 2009.

PROJETO Esperança/Cooesperança. Disponível em: <http://www.esperancacooesperanca.org.br/index.php?acao=quem_somos>. Acesso em: 11 maio 2009.

PROJETO Esperança/Cooesperança. **Cooesperança**. Disponível em: <<http://www.esperancacooesperanca.org.br/index.php?acao=cooesperanca>>. Acesso em 11 maio 2009.

PRONINC. (Org.). **Finep**. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/programas/proninc.asp>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social** - caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 2000.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, 75: 91-99. Rio de Janeiro, dez./fev. 1997.

RECH, Daniel. **Cooperativas**. Uma onda legal. Rio de Janeiro, 1991. (Coleção Socializando o Conhecimento, n. 8).

_____. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REIS, Carlos Nelson dos. Exclusão social: a multidimensionalidade de uma definição. In: DESAULNIERS, J.; MENDES, J. M. (Orgs.). **Textos & Contextos**: perspectivas da produção do conhecimento em Serviço Social, Porto Alegre: Edipucrs, 2002. p. 123-140.

RIO GRANDE DO SUL. Lei de Economia Solidária Sancionada em Santa Maria/RS. **Projeto esperança Cooesperança**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3599>. Acesso em: 04 mar. 2009.

ROLOFF, F.; MUSSKOPF, H. L.. **Cooperativismo**: um rumo e um ideal. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2002.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SANTANA do Livramento. Disponível em: <http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=SantanadoLivramento%ED>. Acesso em: 09 fev. 2009.

SCHMIDT, J. P.; GOES, C. H. B. In: CORREA, S. M. de; ETGES, V. E. (Orgs.). **Território & População**. 150 anos de Rio Pardo. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia-participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SCHONS, Selma. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHWENGBER, Ângela M. Economia Solidária - de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SEBRAE. **Diferença entre cooperativas e associações**. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/cooperativismo/diferencas.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2008.

SEBRAE. **Parceiro dos brasileiros**. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENAES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 27 fev. 2009

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Programa de incentivo à produção docente**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SETÚBAL, Agliar Alencar. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Economia Solidária. Mapeamento Rio Grande do Sul. Impressão: AMBP - Sociedade Banco de Projetos. A publicação deste caderno, “**Economia Solidária** - Mapeamento Rio Grande do Sul” é resultado do mapeamento nacional realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), em Convênio firmado entre Unitrabalho e Finep, Ref: 2297/06 - n. 01.06.0547.00, 2007.

SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **Relatórios SIES 2005/2007**: relatórios regionais, estaduais e municipais. Situação dos empreendimentos no Estado RS. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>> Acesso em: 23 ago. 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: _____. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 7-22.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no Brasil: um retrato em 2005. In: Economia Solidária/Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Manual para Formadores. **Descobrimos a outra economia que já acontece**. MTE - Secretaria Nacional de Economia Solidária: esplanada dos Ministérios, Bloco F, sl. 339 - Brasília, DF, 2007.

SINGER, Paul. Economia Socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J (Orgs.). **Economia Socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **A Economia Solidária no Governo Federal**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2009.

_____; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SIORG. Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal. Ministério do planejamento, orçamento e gestão. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo_federal/quem_e_quem/>. Acesso em: 08 abr. 2009.

SISTEMA das Metodologias de Incubagem. **O que é o Proninc?** Disponível em: <<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/apresentacao.php>>. Acesso em: 04 mar. 2009.

SISTEMA Nacional de Informações em Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 16 abr. 2009.

SISTEMA Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

SISTEMA Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.sies.mte.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

SISTEMA Único de Saúde. In: **Coletânea de Leis**, CRESS 10ª Região - Gestão 2002/2005, Porto Alegre, 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, Vera. A construção da cidadania fragilizada da mulher. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SOUZA, Hebert J. **Como se faz análise de conjuntura**. 10. ed. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1991.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

STEPHANOU, Luis; MÜLLER, Lúcia Helena; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Guia para elaboração de projetos sociais**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Indústria baiana apresenta sinais de recuperação**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/conjuntura/ped/ped_mercado_trab_metro/pdf/2008/merc_trab_metro_abr08.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2009

T319. **Termo de Referência em Economia Solidária**: Plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília: MTE, Senaes, 2005.

TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p. 221-224.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNISOL. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/conteudos/unisol/oqueeh.wt>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

UNISOL. **Governo oferece crédito barato às empresas.** Editorial Unisol.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. Separata de: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1995.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Aspectos Jurídicos e Políticos do Cooperativismo: uma abordagem além da dogmática.** (Crítica). Universidade Federal De Santa Catarina. Florianópolis, 2000. (Dissertação de Mestrado).

VIAN, M.; MARQUES, L. M. O. **Orçamento e fundo: formas transparentes de gestão.** Impressão Corag. Aprovação Cededica - RS. 2. ed. Porto Alegre, 1999.

VIANNA, Maria Lúcia. A emergente temática da Política Social na bibliografia brasileira. In: **Bib**, n. 28, Rio de Janeiro, p. 3-41, 1989.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, São Paulo, v. 3, p. 33-40, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa: **“Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul”.**

Esta pesquisa possui como objetivo central analisar como o Programa de Economia Solidária vem contribuindo para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, por meio dos processos de assessorias-incubações desenvolvidos pelas instituições que estão vinculadas à Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes -, sendo que este projeto de doutorado está delimitado no Rio Grande do Sul. Torna-se importante a participação dos sujeitos que trabalham nas experiências de Economia Popular Solidária para que a pesquisa tenha alcance social e fidedignidade à realidade.

Nesta pesquisa serão analisados documentos, questionários e entrevistas estruturadas com as lideranças das cooperativas/associações e com os demais trabalhadores (as), bem como com as próprias instituições que vêm assessorando ou incubando as experiências coletivas por meio do Programa de Economia Solidária.

Pretende-se obter por meio desta pesquisa de doutoramento os seguintes resultados e alcances sociais: contribuição para a produção de novos conhecimentos e informações sobre o tema; divulgação do PPGSS da PUCRS enquanto instituição de fomento à pesquisa e produção de conhecimento científico; efetivação do Programa de Economia Solidária no Rio Grande do Sul; divulgação e visibilidade do Programa de Economia Solidária no RS; viabilidade de experiências de geração de trabalho e renda coletivas no RS, que estão sendo assessoradas pelo Programa de Economia Solidária; contribuir por meio da pesquisa, de modo que o Programa de Economia Solidária, futuramente possibilite a renda no valor de pelo menos um salário mínimo para cada trabalhador inserido nas experiências de Economia Solidária; contribuir para a inclusão social dos trabalhadores e seus familiares, por meio do aprimoramento do Programa de Economia Solidária; mapear e divulgar metodologias de incubação/assessoria; colaborar para a criação de novas metodologias de incubação/assessoria que possam contribuir para a viabilidade das experiências de Economia Solidária; contribuir para a implantação do Programa de Economia Solidária no RS e contribuir para a viabilidade das experiências de Economia Solidária por meio do referido Programa.

As informações e resultados individuais deste trabalho estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionado os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou material escrito que venha a ser publicado.

Os associados(as), cooperados (as) ou profissionais, que responderam ao questionários e às entrevistas, não sofrerão nenhum risco ou dano. Se durante a pesquisa os sujeitos entrevistados decidirem não continuar mais participando, terão toda a liberdade para fazê-lo, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Dentro destas condições, me disponho a responder às questões do formulário, assim como as perguntas da entrevista.

Eu, fui informado dos objetivos desta pesquisa de maneira clara e detalhada. Recebi informação a respeito do tratamento recebido e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar. A pesquisadora **Caroline Goerck** certificou-me de todos os dados desta pesquisa referentes à análise de como o **Programa de Economia Solidária vem contribuindo para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, por meio dos processos de assessorias-incubações desenvolvidas pelas instituições que estão ou estiveram conveniadas com a Senaes, tendo como delimitação geográfica o Rio Grande do Sul**, e me informou que terei liberdade de retirar meu consentimento de participação na pesquisa, diante destas informações.

Esta pesquisa não prevê contribuição financeira aos entrevistados, uma vez que os mesmos poderão desistir se assim o desejar. Caso tiverem novas perguntas sobre este estudo, posso chamar a doutoranda Caroline Goerck, no telefone 51 99082769. Para qualquer pergunta sobre os meus

direitos como participante deste estudo ou se penso que fui prejudicado pela minha participação, posso chamar Monique Damascena pelo fone 55 34301842.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

_____/_____/_____
Assinatura do Entrevistado Nome Data

_____/_____/_____
Assinatura do Pesquisador Nome Data

Este formulário foi lido para (nome do entrevistado) em
...../...../..... (data) pela (nome do pesquisador) enquanto eu
estava presente.

_____/_____/_____
Assinatura de testemunha Nome Data

APÊNDICE B - Roteiro para Análise Documental do Programa de Economia Solidária e Documentos Complementares

- 1) Desde quando o Programa de Economia Solidária foi criado?
- 2) Quando e por que o Programa de Economia Solidária foi criado?
- 3) Qual é o objetivo do Programa de Economia Solidária?
- 4) Quais são as suas principais diretrizes?
- 5) Qual o histórico da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes?
- 6) Quais são as principais atividades desenvolvidas pela Senaes?
- 7) O Programa de Economia Solidária está vinculado a quais Ministérios?
- 8) No que consiste estas vinculações com cada um dos Ministérios?
- 9) O Programa de Economia Solidária está vinculado com outros Programas Sociais? Quais?
- 10) No que consiste estas vinculações com cada um dos programas sociais?
- 11) Qual é a metodologia de assessoria-incubação que deve ser utilizada para intervir junto as experiências de Economia Popular Solidária?
- 12) O Programa de Economia Solidária prevê a contribuição à viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda e de seus integrantes?

() Sim () Não
- 13) (Se sim) Como?

A metodologia prevista para assessorar-incubar as experiências de Economia Popular Solidária vai ao encontro do objetivo do Programa?
- 14) A metodologia utilizada para assessorar-incubar as experiências de Economia Popular Solidária possibilita o processo de viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda e de seus integrantes?
- 15) No que consiste o Conselho de Economia Solidária?
- 16) Como o Conselho está sendo implantado no Brasil?
- 17) Como está este processo de implantação? Os municípios e Estados estão criando-os?
- 18) No Rio Grande do Sul existe o Conselho Estadual de Economia Solidária?
- 19) Nos municípios do Rio Grande do Sul, como está ocorrendo o processo de implantação do Conselho de Economia Solidária?
- 20) Qual a relação do Programa de Economia Solidária com o Fórum de Economia Solidária?
- 21) Qual a relação da Senaes com o Fórum de Economia Solidária?
- 22) Qual o histórico do Fórum de Economia Solidária?
- 23) Quais são os objetivos e diretrizes do Fórum?
- 24) Como o Fórum de Economia Solidária está organizado no Brasil, nos Estados e no RS?
- 25) Demais informações importantes:

APÊNDICE C - Roteiro para Análise Documental do Mapeamento de Economia Solidária

- 1) Quando foi realizado o mapeamento de Economia Solidária?
- 2) Por quem foi desenvolvido?
- 3) Quais foram as instituições parceiras para a realização do mapeamento?
- 4) Por que foi realizado?
- 5) Quais são seus objetivos?
- 6) Quais são suas diretrizes? Como foi desenvolvido?
- 7) Quais foram os dados e informações que o mapeamento buscou desvelar?
- 8) Quantos empreendimentos foram mapeados no Brasil? No Rio Grande do Sul? E nas demais regiões brasileiras (Sul, Sudeste, etc.)?
- 9) Como os empreendimentos estão organizados?
- 10) Principais elementos da Economia Solidária?

CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS E DOS TRABALHADORES

- a) Renda:
- b) Tipo de empreendimento (associação, cooperativa, grupos):
- c) Objeto de trabalho:
- d) Outras informações:

APÊNDICE D - Questionário de Pesquisa destinado às Instituições vinculadas ao Programa de Economia Solidária por meio da Senaes

- 1) Nome da Instituição:
- 2) Endereço:
- 3) Fone:
- 4) A instituição possui o convênio ou vínculo com o Programa de Economia Solidária vinculado a Senaes?
- 5) (Se sim na anterior) De que forma e desde quando?
- 6) A instituição está vinculada e/ou participa do Conselho de Economia Solidária, das feiras ou do Fórum de Economia Solidária?
- 7) Desde quando a instituição vem assessorando as experiências de geração de trabalho e renda?
- 8) Desde quando a instituição vem assessorando as experiências de geração de trabalho e renda por meio do Programa de Economia Solidária?
- 9) Desde quando a instituição vem assessorando as experiências de geração de trabalho e renda por meio da vinculação com a Senaes?
- 10) Quais são os critérios para que se mantenha esta parceria e como funciona?
- 11) A instituição possui algum projeto que define e direciona o seu processo de incubação-assessoria?
() Sim () Não
- 12) (Se sim na anterior) Quais são os objetivos que norteiam o processo de intervenção?
- 13) Você(s) acha que o trabalho que vem sendo desenvolvido vai ao encontro do Programa de Economia Solidária? () Sim () Não
Por quê?
- 14) Como vem sendo desenvolvido o trabalho de assessoria-incubação com as experiências de geração de trabalho e renda?
- 15) Você(s) acha que o trabalho que vem sendo desenvolvido contribui para o processo de viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária?
() Sim () Não
- 16) Por quê?
- 17) O que você(s) pensa ser necessário para que a experiência se torne ou mantenha viável/possível no mercado?
- 18) Que tipos e quais as características das experiências coletivas que vocês estão assessorando? Quantas no meio urbano e quantas no rural? Qual é o tipo de produção destes empreendimentos? Desde quando estão assessorando? Já terminaram a assessoria com algum grupo? Como se deu este processo?
- 19) Vocês têm contato com o Fórum de Economia Solidária?
- 20) (Se sim) Qual?
() Municipal () Regional () Estadual () Nacional
- 21) (Se sim na anterior) No que consiste esta parceria ou contato entre a instituição e o Fórum de Economia Solidária?
- 22) Outras observações:

APÊNDICE E - Roteiro para Análise Documental dos Materiais das Instituições Pesquisadas

- 1) Nome da Instituição:
- 2) Endereço:
- 3) Fone:
- 4) A instituição possui o convênio com o Programa de Economia Solidária vinculada à Senaes?
- 5) (Se sim na anterior) De que forma e desde quando?
- 6) A instituição está vinculada e/ou participa do Conselho de Economia Solidária, das feiras ou do Fórum de Economia Solidária?
- 7) Desde quando a instituição vem assessorando as experiências de geração de trabalho e renda?
- 8) Desde quando a instituição vem assessorando as experiências de geração de trabalho e renda por meio do Programa de Economia Solidária?
- 9) Quais são os critérios para que se mantenha esta parceria?
- 10) A instituição possui algum projeto que define e direciona o seu processo de incubação-assessoria?
() Sim () Não
(Se sim na anterior) Quais são os objetivos que norteiam o processo de intervenção?
- 11) Você(s) acha que o trabalho que vem sendo desenvolvido vai ao encontro do Programa de Economia Solidária?
() Sim () Não
Por quê?
- 12) Como vem sendo desenvolvido o trabalho de assessoria-incubação com as experiências de geração de trabalho e renda, ou seja, qual a metodologia que vem sendo utilizada?
- 13) O trabalho que vem sendo desenvolvido contribui para o processo de viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária?
() Sim () Não
Por quê?
- 14) O que é necessário para que a experiência se torne ou mantenha viável/possível no mundo do trabalho?
- 15) Quanto às características dos empreendimentos assessorados, quais se localizam no meio urbano e rural?
- 16) Outras observações:

APÊNDICE F - Formulário de Pesquisa I²⁵⁹

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

- 1) Nome:
- 2) Endereço/Bairro:
- 3) Fone:
- 4) Trajetória da experiência: quando, como e porque começou:
- 5) Números de cooperados/associados: Homens: ____ Mulheres: ____ Total: ____
- 6) O local da cooperativa/associação é: () Próprio () Cedido
() Financiado () Ocupado () Outro:
- 7) O empreendimento possui vínculo e/ou recebe assessoria de alguma instituição e/ou profissional:
() Sim () Não.
- 8) (Se sim na anterior) De quem:
- 9) A cooperativa/associação recebe apoio financeiro: () Sim () Não
- 10) (Se sim na anterior) De quem?
- 11) Principais materiais comercializados e/ou serviços prestados:

Material

- 12) Movimentação Financeira Mensal Coletiva:
Saída R\$ _____ Entrada R\$ _____ Sobras R\$ _____
- 13) Enfrentam concorrência no mercado: () Sim () Não
- 14) (Se sim na anterior) De quem:
- 15) Com quem comercializam os materiais ou produtos e/ou prestam serviços:
- 16) Tem diretoria: () Sim () Não
- 17) Composição da diretoria:
- 18) Duração da gestão:
- 19) Quais são as perspectivas do grupo para o futuro (viabilidade) da cooperativa/associação?
- 20) Vocês permitem que outros sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras, se associem na experiência:
() Sim () Não
- 21) (Se sim ou não na anterior) Por quê?

**Informações relacionadas ao Processo de Gestão das Experiências Coletivas e sobre a
Assessoria realizada pelas Instituições por meio do Programa de Economia
Solidária em Desenvolvimento vinculado à Senaes**

²⁵⁹ Aplicado por meio da técnica de entrevista com as lideranças das experiências coletivas.

- 22) Vocês possuem:
() Regimento () Estatuto Outros documentos:
- 23) Você conhece o Programa de Economia Solidária?
() Sim () Não
- 24) (Se sim na anterior) O que você sabe ou conhece sobre o Programa e sobre a Senaes?
- 25) Se a experiência vem recebendo assessoria de algum órgão vinculado ao Programa de Economia Solidária, como vem sendo desenvolvido este processo de assessoria/incubação? Quais são as atividades desenvolvidas? E há quanto tempo?
- 26) Se você pudesse mudar algo na assessoria prestada pela(s) instituição(s), o que você mudaria ou acrescentaria?
- 27) A cooperativa-associação participa de eventos de Economia Solidária?
() Sim () Não
- 28) (Se sim na anterior) Quais?
() Feiras () Fóruns () Movimentos () Conselhos Outros:
- 29) O que você entende ser necessário para que a experiência se torne possível, ou seja, viável, realizável no mercado ou enquanto experiência de Economia Solidária?
- 30) Se vocês recebem assessoria de alguma instituição, você acha que o trabalho desenvolvido pelas instituições, por meio do Programa de Economia Solidária vinculado à Senaes, vem contribuindo para a viabilidade/manutenção/permanência da cooperativa-associação e/ou de vocês trabalhadores?
() Sim () Não
- 31) Por quê?
- 32) O que você entende por Economia Solidária ou Economia Popular Solidária?
- 33) Outras informações:

APÊNDICE G - Formulário de Pesquisa II²⁶⁰

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

- 1) Idade:
- 2) Escolaridade:
- 3) Já morou em outros municípios: ☐ Sim ☐ Não
- 4) Se sim na anterior) Quais motivos:
- 5) Estado Civil: ☐ Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ Separado(a) ☐ Viúvo(a) ☐ Ajuntado(a) ☐ Outro
- 6) Possui Filhos: ☐ Sim ☐ Não
- 7) (Se sim na anterior) Quantos?
- 8) Você mora com quem: ☐ Sozinho ☐ Com familiares ☐ Com amigos ☐ Companheiro ☐ Companheiro e filhos
- 9) Qual é a sua renda individual ao mês: R\$ _____
- 10) Sua moradia é: ☐ Própria ☐ Alugada ☐ Cedida ☐ Ocupada ☐ Outro _____
- 11) Já trabalhou em outro local antes: ☐ Sim ☐ Não
- 12) (Se sim na anterior) O que fazia?
- 13) (Se sim na 11) Há diferença entre ser empregado/funcionário numa empresa e ser cooperado/associado em uma experiência de geração de trabalho e renda: ☐ Sim ☐ Não
- 14) (Se sim na anterior) Qual? O que muda?
- 15) Você trabalha com mais alguma atividade: ☐ Sim ☐ Não
- 16) (Se sim na anterior) Em quê:
- 17) Há quanto tempo trabalha na cooperativa/associação/grupo:
- 18) Por que começou a trabalhar na cooperativa/associação/grupo:
- 19) Você trabalha quantas horas por dia: ☐ 8h ☐ 6h ☐ 4h ☐ 10h ☐ Outro _____
- 20) Você trabalha final de semana: ☐ Sim ☐ Não
- 21) Sua renda melhorou depois que se associou? ☐ Sim ☐ Não
- 22) Você contribui para previdência social: ☐ Sim ☐ Não
- 23) (Se sim na anterior) Como: ☐ Carteira assinada ☐ Como autônomo
- 24) O que você gostaria de fazer ou que fizessem para que seu trabalho na associação/cooperativa/grupo melhorasse:

Informações Referentes ao Processo de Gestão das Experiências Coletivas

- 25) No processo de tomadas de decisão (votos), quem decide:
☐ O grupo ☐ Somente a diretoria ☐ Outro:
- 26) Os trabalhadores recebem algum treinamento ou curso:
☐ Sim ☐ Não
- 27) (Se sim na anterior) Qual ou de quem:

²⁶⁰ Aplicado por meio da técnica de entrevista com os trabalhadores das experiências coletivas.

- 28) Existe reflexão na experiência coletiva sobre os princípios do Cooperativismo ou Economia Popular Solidária: () Sim () Não
- 29) (Se sim na anterior) Quando?
- 30) Vocês dividem as sobras (lucro) entre os associados/cooperados?
() Sim () Não. Se sim, como são divididas as sobras da cooperativa/associação entre os trabalhadores?
- 31) Há rodízio das tarefas/atividades entre os trabalhadores? () Sim () Não
- 32) (Se sim na anterior) Quais os critérios e/ou em quanto tempo:
- 33) Você sugere alguma política ou programa público para auxiliar no seu trabalho:
- 34) Há cooperação entre o grupo? () Sim () Não
- 35) (Se não na anterior) Por quê?
- 36) Quando alguém fica doente, o cooperado/associado recebe uma parcela das sobras? Nesse caso, qual é o procedimento?
- 37) Você se considera responsável pela cooperativa/associação: () Sim () Não
- 38) A experiência de ser cooperado/associado vem ensinando algo para você?
- 39) Você expõe a sua opinião quando não concorda com algo ou uma decisão:
() Sim () Não
- 40) (Se não na anterior) Por quê?
- 41) Você participa das reuniões da cooperativa/associação:
() Sempre () Não () Às vezes
- 42) Por quê?
- 43) O que vocês fazem com o lixo existente na associação?
- 44) E o que você faz com o lixo e com o óleo de cozinha em sua casa?

**Informações Relativas ao Processo de Assessoria-Incubação por meio do
Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento**

- 45) Você conhece os serviços e/ou Programa de Economia Solidária no Brasil e na sua cidade?
() Sim () Não
- 46) (Se sim na anterior) O que você sabe ou conhece sobre o Programa?
- 47) Se a experiência vem recebendo assessoria de algum órgão vinculado ao Programa de Economia Solidária, como vem sendo desenvolvido este processo de assessoria/incubação? Quais são as atividades desenvolvidas? E há quanto tempo?
- 48) Se você pudesse mudar algo na assessoria prestada pela(s) instituição(s), o que você mudaria ou acrescentaria?
- 49) A cooperativa-associação participa de eventos de Economia Solidária?
() Sim () Não
- 50) (Se sim na anterior) Quais?
() Feiras () Fóruns () Movimentos () Conselhos Outros:
- 51) O que você pensa ser importante para que a experiência se torne possível? Viável? Possível no mercado?
- 52) (Se sim na anterior) Você acha que o trabalho desenvolvido pelas instituições de assessoria, por meio do Programa de Economia Solidária vem contribuindo para a viabilidade da cooperativa/associação/grupo e/ou de vocês trabalhadores?
() Sim () Não
- 53) Por quê?
- 54) O que você entende por Economia Solidária ou Economia Popular Solidária?
- 55) Outras informações:

APÊNDICE H - Roteiro para Análise Documental dos Materiais das Experiências Pesquisadas

- 1) Quando foi instituída a cooperativa/associação/grupo?
- 2) Como é composta a diretoria?
- 3) Como se desenvolve o processo de trabalho na cooperativa/associação/grupo?
- 4) Houve mudanças no processo de trabalho desde a fundação da cooperativa/associação/grupo?
- 5) Ocorre reuniões/assembleias entre os associados? (Se sim) Há participação do coletivo nessas reuniões e/ou assembleias?
- 6) As decisões são tomadas pelo grupo de trabalho?
- 7) A cooperativa/associação recebe apoio financeiro de outra instituição?
- 8) Quais são os objetivos/metasp da cooperativa/associação/grupo?
- 9) A cooperativa/associação/grupo aceita novos integrantes?
- 10) Como são divididas as sobras da cooperativa/associação/grupo entre os trabalhadores?
- 11) Existe algum convênio/vínculo entre a experiência e o Programa de Economia Solidária?
- 12) Como vem sendo desenvolvido o processo de assessoria-incubação das instituições por meio do Programa de Economia Solidária por intermédio da Senaes?

APÊNDICE I - Contribuição do Trabalho do Assistente Social às Experiências de Economia Popular Solidária

Tendo como intencionalidade aproximar os empreendimentos coletivos de Economia Popular Solidária ao Serviço Social, elaborou-se este material tendo em vista elucidar o trabalho do assistente social e a sua contribuição - juntamente com as outras áreas de saberes -, para a manutenção e viabilidade econômica das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Brasil, com vistas a melhoria das condições de vida destes sujeitos. A inclusão dos sujeitos em experiências associativistas e/ou cooperativistas e o aumento de suas rendas individuais e, consequentemente familiares, fazem com que os trabalhadores, possivelmente, saiam de um estágio de extrema exclusão e marginalização social. Estas experiências coletivas podem valorizar tanto os trabalhadores como as atividades desenvolvidas por eles, contribuindo para a socialização dos sujeitos diante do processo de trabalho realizado nestes empreendimentos.

Uma das intencionalidades do trabalho desenvolvido pelo assistente social, consiste no processo de inclusão socioeconômica dos trabalhadores. Compreende-se, entretanto, neste estudo que, ao mesmo tempo em que os sujeitos estão excluídos do mercado formal de trabalho, os mesmos estão incluídos no sistema, pois o desemprego, bem como a condição dos trabalhadores à margem do mercado formal de trabalho, é inerente ao sistema capitalista. Apesar desta realidade contraditória, tanto as experiências de Economia Popular Solidária e seu respectivo Programa Social, quanto o trabalho do assistente social, objetivam a inserção socioeconômica dos sujeitos. Em que pese não se ter uma visão messiânica desta realidade, também não se possui uma visão fatalista sobre a mesma. Ou seja, ao mesmo tempo em que se compreende que o processo de exclusão é inerente ao sistema, entende-se que o assistente social, bem como as experiências de Economia Popular Solidária e o seu Programa Social, objetivam a melhoria das condições de vida destes trabalhadores, de modo que os mesmos usufruam suas cidadanias.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, e incluso no processo de (re) produção das relações sociais, assumindo como objeto de trabalho a questão social e suas manifestações. “Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.” (IAMAMOTO, 2000a, p. 28). Ou seja, o assistente social passa a ser considerado um trabalhador assalariado, e, portanto, inserido nas relações e conflitos sociais que envolvem o sistema capitalista. Isto é, o trabalho profissional dos assistentes sociais é realizado comumente com os segmentos sociais vulnerabilizados, que vivenciam as manifestações da questão social - desigualdade social, econômica, entre outras. Quando o assistente social intervém no real, nestas demandas, entretanto, tem como intencionalidade a superação ou a transformação desta realidade. Objetivando esmiuçar o trabalho do assistente social, elaborou-se a seguinte figura:

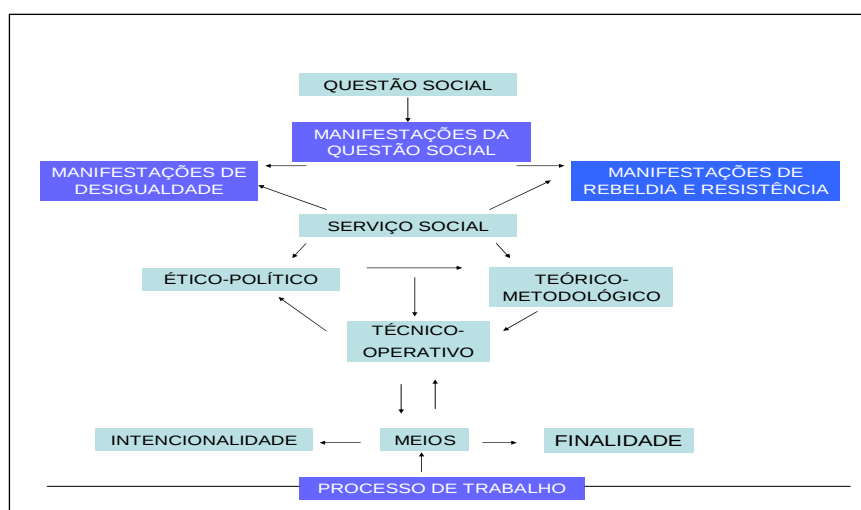


Figura 7 - Compreensão do trabalho desenvolvido pelo Assistente Social

Fonte: Figura sistematizada pela pesquisadora

Mediante a Figura apresentada, observa-se que as atividades que envolvem o processo de trabalho partem de uma intencionalidade para chegar numa finalidade diante das manifestações da questão social. No que concerne o eixo Ético-Político, o assistente social desenvolve seu trabalho orientado por um conjunto de normas e princípios que estão explicitados nos seguintes documentos: Código de Ética do Assistente Social, Documento ABEPSS que orienta a formação profissional, Lei de regulamentação da Profissão, e Documento CFESS sobre atribuições prerrogativas e competências do assistente social. As orientações e princípios que constam nestes documentos da categoria profissional, norteiam o trabalho do assistente social e constituem o seu eixo Ético-Político.

As experiências que constituem a Economia Popular Solidária, portanto, surgem como uma das formas de resistência dos sujeitos às manifestações de desigualdade da questão social, apesar de poderem se constituir também, como uma das formas de atenuar os conflitos de classe existentes. Pode-se fazer menção que os profissionais da área de Serviço Social desenvolvem o trabalho embasado nos eixos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, de modo que os articule entre si. O compromisso Ético-Político dos profissionais de Serviço Social consiste na ampliação e consolidação da cidadania. Esta é considerada tarefa primordial de toda a sociedade com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras, e se revela como um dos princípios fundamentais a serem operacionalizados pela profissão (CÓDIGO..., 2005). O Serviço Social possui também, como princípios, o posicionamento a favor da igualdade e da equidade social e opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CÓDIGO..., 2005). O Serviço Social, portanto, constitui-se numa das profissões com possibilidades de contribuir com as experiências de geração de trabalho e renda - que constituem a Economia Popular Solidária -, visando a viabilidade destes empreendimentos coletivos.

O trabalho desenvolvido pelo assistente social deve estar embasado nestes princípios que vão ao encontro dos princípios que norteiam - ou deveriam nortear -, o processo de trabalho desenvolvido nas experiências de Economia Popular Solidária - ou seja, os princípios originados pelos Conceptores do Cooperativismo. Juntamente com o eixo ético-político, o assistente social desenvolve suas atividades profissionais tendo como norte também os eixos Teórico-Metodológico e Técnico-Operativo. A partir do documento Abepss - 1996 -, o trabalho profissional do Serviço Social foi direcionado à perspectiva teórico-metodológica marxista - com sua concepção de homem e de mundo -, e a categoria "trabalho" passa a ter maior visibilidade ao ofício do assistente social. Quando se menciona o trabalho profissional do Serviço Social, tende-se a relacioná-lo com a sociedade, com a Historicidade - movimento -, Totalidade e Contradições - práxis social. A *práxis* "está presente como elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza pela ação dos homens" (GOHN, 2002, p. 176). A transformação do social mediante atividades teóricas, conjuntamente com atividades políticas e/ou produtivas, constitui a *práxis*, que tem como elemento fundante o trabalho e a base material em que é realizado. Para que ocorra a transformação no real por meio da *práxis*, no entanto, é necessário que exista a consciência de classe. O assistente social, durante o processo de trabalho, deve ter como intencionalidade, também, possibilitar o processo de conscientização dos sujeitos sobre suas inserções na realidade produtiva e social. Para que o assistente social intervenha no real, deve ter como habilidade a capacidade de decifrar a realidade, propondo, entre outras atividades, assessorar e/ou acompanhar as alternativas de geração de trabalho e renda criadas pelos sujeitos, que sejam condizentes com os princípios da profissão. Para isso, se requer um profissional com criticidade (IAMAMOTO, 2000a), capaz de desvelar a gênese dos processos sociais e suas contradições - tendo como finalidade contribuir para a transformação do real. Ou seja, não basta ser um profissional somente executivo, mas investigativo, criativo, planejador e prospectivo no seu trabalho profissional, no que se refere às manifestações que são expressas pela questão social, matéria-prima de trabalho do assistente social (PRATES, 2003).

Sendo assim, quando o assistente social interage com a realidade, o mesmo deve incitar no seu trabalho profissional o movimento de identificar e visualizar no singular o universal - e vice-versa -, no individual o social, no particular o total. Quando o assistente social intervém em uma determinada demanda - realidade situacional -, deve interagir com aquela particularidade do real, tendo como finalidade visualizar naquela peculiaridade a Historicidade, a Totalidade e suas Contradições. Desse modo, o assistente social não pode se ater somente aos aspectos pontuais dos empreendimentos populares, pois deve relacioná-lo de modo que compreenda os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos, tendo consciência que o seu trabalho está incluso na totalidade e na realidade social. O assistente social, quando trabalha com empreendimentos coletivos e solidários, deve perceber que essas experiências são originadas, na atualidade, pelos trabalhadores e por instituições de apoio - incubadoras, sociedade civil ou governamental -, como uma das possibilidades de gerar trabalho e renda aos trabalhadores. Estes empreendimentos coletivos, entretanto, possivelmente possuem também outras características - referenciadas anteriormente -, que podem contribuir com uma lógica diferenciada na organização do processo de trabalho, se equiparados aos demais empreendimentos inclusos no sistema capitalista.

Mediante o eixo Técnico-Operativo, durante o desenvolvimento do processo de trabalho, o assistente social embasado nos eixos teórico-metodológico e ético-político, de forma articulada, parte de uma intencionalidade para chegar a uma finalidade. A finalidade do trabalho desenvolvido pelo assistente social consiste, entre outros aspectos, em garantir os direitos sociais e contribuir ao exercício da cidadania dos seus mandatários. Com esta finalidade o assistente social utiliza, durante o processo de trabalho - juntamente com profissionais de outras áreas de saberes -, os seguintes meios: conhecimento, estratégias, habilidades, técnicas, instrumentos e recursos (equipamentos, material de consumo, entre outros). Esses meios de trabalho podem ser utilizados por intermédio de abordagens individuais - pelo uso da seguinte instrumentalidade: observação,

investigação, visita domiciliar, relatório, parecer e laudo social, estudo social, triagem social, encaminhamentos aos projetos, programas e políticas sociais, assessoria, entre outros -, ou também, por abordagens coletivas - que envolvem o desenvolvimento de processos sociais -, posto que estes objetivam a participação popular. Participação neste estudo pode ser compreendida pela mobilização e organização social²⁶¹, capacitação e conscientização dos trabalhadores - sujeitos vivenciadores da experiência -, ou seja, integrantes da associação, cooperativa e/ou grupos (SOUZA, 2004).

O assistente social desenvolve o trabalho - juntamente com os profissionais das outras áreas de saberes -, nos mais diversos espaços socioocupacionais existentes, como: judiciário, ministério público, setores governamentais, empresas privadas, hospitais, clínicas, escolas, universidades, ONGs, cooperativas e associações, entre outros. Outro *lôcus* de grande importância ao trabalho do assistente e que tem como intencionalidade a inclusão dos sujeitos, diz respeito aos projetos, programas e às políticas sociais - que são desenvolvidos nos espaços socioocupacionais -, como o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento - que ainda está em fase de implantação no Brasil e no Rio Grande do Sul -, o Programa do Bolsa-Família, a Política de Assistência Social, a Política da Saúde, entre outros. Pode-se referir que as políticas, programas e projetos sociais também são formas de resistência às manifestações de desigualdade da questão social, ao mesmo tempo em que também se constituem como formas de regulação da questão social pelo Estado. Faz-se necessário, no entanto, que o assistente social articule os empreendimentos que constituem a Economia Popular Solidária com seu respectivo programa social, bem como com os outros programas, projetos e políticas sociais, objetivando contribuir com melhoria das condições de vida destes sujeitos e com a viabilidade dos empreendimentos coletivos. Assim como as políticas sociais, que por intermédio dos programas sociais objetivam as experiências de Economia Popular Solidária e seu respectivo Programa Social também têm por finalidade a superação do estágio de vulnerabilidade e exclusão social e econômica dos sujeitos e seus familiares. O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento tem como intencionalidade contribuir para a viabilidade destas experiências coletivas de geração de trabalho e renda, visando à transformação da realidade das comunidades e dos sujeitos que estão incluídos nessas experiências coletivas.

As três dimensões Teórico-Metodológica, Ético-Política e Técnico-Operativa são complementares e indissociáveis entre si durante a realização do processo de trabalho, em que o assistente social participa (IAMAMOTO, 2000a). De forma isolada, entretanto, estas três dimensões podem se constituir em armadilhas que trazem resquícios e amarras anteriores, vinculadas à historicidade que envolve a profissão. Deve-se estar atento com o teorismo - produção do conhecimento desvinculada da prática profissional -, o politicismo - militância política que descaracteriza o aspecto de trabalho assalariado do Serviço Social -, e o tecnicismo - trabalho pragmático sem reflexão e embasamento nos eixos Teórico-Metodológico e Ético-Político.

Salienta-se ainda que se constituem como grandes desafios postos à profissão no atual cenário socioeconômico, cultural, político e educacional, a legitimação dos direitos sociais - por meio das políticas e programas sociais -, e a utilização de estratégias de enfrentamento às manifestações de desigualdade da questão social. Para isto se requer um profissional investigativo, propositivo, criativo, em permanente qualificação profissional e comprometido com o projeto Ético-Político da profissão (IAMAMOTO, 2000a). Para a superação destes desafios, e para que o assistente social desenvolva um planejamento objetivando realizar a intervenção nas experiências geradoras de trabalho e renda, é importante, num primeiro momento, um estudo investigativo acerca dessa realidade. Como não existe a ruptura entre a teoria e a prática no trabalho profissional do Serviço Social, faz-se necessário a existência de produções científicas relacionadas com esse tema, tendo como perspectiva a busca do conhecimento e a aproximação dessa realidade ao trabalho do assistente social - visando à contribuição do mesmo.

Verifica-se, pois, que essas experiências populares, coletivas e solidárias, possivelmente constituem-se em mais um espaço a ser ocupado - ou que já está sendo ocupado, em alguns casos -, pelos assistentes sociais. A contribuição destes profissionais nos empreendimentos de geração de trabalho e renda está sendo realizada pelo processo de incubagem - por meio de projetos de extensão vinculados a universidades e/ou instituições governamentais ou da sociedade civil. Este processo de incubagem está relacionado com o processo de assessoria. A assessoria pode ser vista como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, junto a um grupo ou vários grupos que a executam, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização do serviço (VASCONCELOS, 1995). Geralmente são solicitadas pela equipe institucional - no caso, os trabalhadores dos empreendimentos coletivos. Comumente o trabalho de assessoria aos empreendimentos coletivos é realizado por meio de uma equipe interdisciplinar, que deve estar em permanente qualificação profissional.

A assessoria no âmbito do Serviço Social pode ser considerada uma ferramenta de trabalho ainda incipiente. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais do Serviço Social, porém, consideram-na como um instrumento de trabalho profissional, em que o assistente social irá "[...] acompanhar processos de trabalho da organização e/ou de grupos, apontando possibilidades, limites, alternativas no projeto pretendido. Deve contribuir para a leitura da realidade, o que facilita traçar o planejamento" (CAPACITAÇÃO..., 1996, p. 68). Com a

²⁶¹ Para a criação dos empreendimentos coletivos, possivelmente foi necessário um processo de mobilização dos trabalhadores, juntamente com as instituições de apoio, visando à organização dessas associações e/ou cooperativas, em prol da produção e comercialização coletiva. "A mobilização e a grupalização [...] podem lançar elementos que predisponham a população a uma posterior reflexão e ação sobre o seu cotidiano e, nesse sentido, são processos valiosos que podem desembocar em organização social" (SOUZA, 2004, p. 93).

realidade em processo contínuo de transformação, pode-se pensar que no seu deciframento os assistentes sociais devem “[...] construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2000a, p. 20). É no cotidiano profissional que os assistentes sociais devem efetuar as suas atribuições de modo criativo e tendo como compromisso da categoria os princípios que constam no Código de Ética profissional. Desta forma, a assessoria pode ser considerada, apesar da incipiência de sua utilização - como um instrumento ou atividade realizada pela categoria profissional -, uma das formas de intervir nos espaços socioocupacionais em que o assistente social trabalha (VASCONCELOS, 1995).

Serviço Social e as Experiências de Economia Popular Solidária

Apesar deste estudo não ter como finalidade e centralidade a apresentação de uma proposta interventiva do Serviço Social em relação a este segmento social, faz-se necessário introduzir, sucintamente, a instrumentalidade utilizada e alguns elementos constituintes do trabalho profissional dos assistentes sociais que, possivelmente, norteariam o desenvolvimento das atividades nestes empreendimentos coletivos²⁶², tendo como intencionalidade contribuir para a manutenção e viabilidade dos mesmos e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Cita-se como instrumentos e técnicas empregados pelos assistentes sociais nas experiências coletivas com estes trabalhadores e, também, se necessário, com seus familiares: a realização de reuniões; assembléias; dinâmicas de grupo; entrevistas; elaboração de estudos sociais; realização de visitas domiciliares; realização de oficinas; entre outros.

Existem objetivos que podem direcionar as ações dos assistentes sociais com estas experiências coletivas; entre eles menciona-se: a) apoiar a inserção social dos trabalhadores e de seus familiares em ações e empreendimentos de Economia Popular Solidária; b) assessorar os empreendimentos coletivos, com vistas a fortalecer os vínculos solidários, a participação e o estabelecimento de relações democráticas, entre os trabalhadores; c) contribuir com os empreendimentos coletivos, com a intenção de legitimar e dar visibilidade às experiências de Economia Popular Solidária; d) desencadear reflexões sobre os Princípios do Cooperativismo e suas possíveis operacionalizações; e) colaborar com a organização da população usuária e com o planejamento de suas ações; f) desenvolver estratégias que colaborem para o relacionamento interpessoal dos trabalhadores - respeitando as suas diferenciações -; g) promover a acolhida dos trabalhadores e de seus familiares; h) Promover a orientação e apoio sociofamiliar; i) articular o seu trabalho com profissionais de outras áreas do saber, prospectando a intervenção do Serviço Social de forma interdisciplinar; j) proporcionar articulação com projetos, programas e políticas sociais - entre elas, a política de assistência social -, objetivando contribuir com a melhoria das condições de vida e cidadania destes sujeitos e seus familiares; k) possibilitar que os empreendimentos coletivos sejam assessorados por meio de instituições sociais, governamentais ou incubadoras universitárias que estejam vinculadas ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, para contribuir com a viabilidade destas experiências coletivas; l) promover o processo de incubação, visando a contribuir para a viabilidade das atividades econômicas e dos produtos advindos das experiências de Economia Solidária; m) articular os empreendimentos coletivos com os Fóruns e Feiras de Economia Popular Solidária, buscando promover trocas de experiências entre os empreendimentos coletivos, bem como fortalecer este segmento nas suas respectivas regiões, entre outros. Neste sentido, a contribuição para a melhoria das condições de trabalho destes sujeitos poderá suscitar a participação popular dos trabalhadores nas cooperativas e/ou associações, assim como colaborará com o fortalecimento e a viabilidade dessas experiências coletivas. Para que o assistente social contribua com o processo de participação dos trabalhadores nos empreendimentos coletivos, no que se concerne à gestão e execução do processo de trabalho - com o propósito de viabilizar essas experiências -, requer-se um profissional que saiba fazer a leitura da realidade social.

Na intenção de materializar os objetivos propostos e contribuir com a viabilidade das experiências coletivas, elaborou-se a seguinte metodologia que pode ser utilizada para o processo de assessoria e/ou incubação dos empreendimentos coletivos: a) contato com as experiências interessadas no processo de incubação; b) levantamento/diagnóstico dos cooperados/assessorados interessados²⁶³, bem como os objetivos e motivos de cada sujeito para o empreendimento coletivo; c) incentivo à participação das experiências no Fórum Local e Regional de Economia Popular Solidária; d) início da capacitação técnica dos empreendimentos coletivos por meio de realização de reuniões, encontros, cursos e oficinas sobre os seguintes temas: relacionados com as demandas - prioridades - existentes nas experiências; fortalecimento dos empreendimentos e dos trabalhadores, enquanto coletivo, visando o exercício da cidadania destes sujeitos; participação dos trabalhadores objetivando a viabilidade dos empreendimentos coletivos; conscientização por meio de reflexões acerca da realidade socioeconômica; reflexões e esclarecimentos acerca dos Princípios do Cooperativismo; visibilidade ao papel representativo da mulher nas experiências coletivas; consciência popular e ecológica - significado do trabalho

²⁶² Assim como nos conselhos, nos orçamentos participativos, sindicatos e outras instituições que expressem e representem o coletivo.

²⁶³ Para a realização de um trabalho que desvende a Totalidade, a Historicidade e as Contradições dos empreendimentos coletivos, o assistente social poderá decifrar nessas experiências os seguintes elementos: acontecimentos, cenários, atores, relação de forças, articulação entre a conjuntura e a estrutura (SOUZA, 1991).

realizado por eles na sociedade e no meio ambiente -; e) encaminhamento dos trabalhadores e seus familiares às políticas e programas sociais e/ou públicos - SUS, Bolsa Família, Bolsa Escola, Habitação, Alfabetização, entre outros -, existentes nas secretarias municipais, e articulação com o Programa de Economia Solidária em desenvolvimento por meio de aproximação entre os empreendimentos coletivos e as instituições de apoio; f) proposições e avaliação de alternativas e decisão da atividade principal da experiência incubada: pesquisa de mercado, concorrentes, pré-projeto econômico-financeiro ou plano de negócios; g) encaminhamento dos trabalhadores e seus familiares aos demais projetos sociais existentes na região; h) encaminhamento dos trabalhadores e seus familiares a cursos de qualificação profissional; i) monitoramento das atividades de incubação e avaliação sobre as possibilidades de parcerias; j) início da capacitação administrativa²⁶⁴; k) formulação do Estatuto e Regimento Interno do Empreendimento; l) legalização do empreendimento coletivo; m) acompanhamento sistemático ou assessoria pontual para inserção e manutenção do empreendimento no mercado; n) término do processo de incubação e/ou assessoria.

Com o intuito de elucidar os possíveis procedimentos metodológicos que poderão nortear o processo de trabalho desenvolvido pelo Serviço Social - juntamente com as outras áreas do saber - posto por intermédio de incubadoras universitárias e instituições governamentais e/ou sociais elaborou-se o seguinte quadro-síntese:

PROCESSO DE INCUBAÇÃO	METODOLOGIA
I Momento	Contato com as experiências interessadas no processo de incubação.
II Momento	Levantamento/diagnóstico dos cooperados/assessorados interessados, bem como os objetivos e motivos de cada sujeito para o empreendimento coletivo.
III Momento	Incentivo à participação das experiências no Fórum Local e Regional de Economia Popular Solidária.
IV Momento	Capacitação técnica/reuniões, encontros, cursos e oficinas sobre os seguintes temas: demandas (prioridades) existentes nas experiências; fortalecimento dos empreendimentos e da autonomia dos trabalhadores, enquanto coletivo, visando à promoção da cidadania destes sujeitos; participação dos trabalhadores nos seus processos de trabalho, objetivando a aproximação da autogestão dos empreendimentos coletivos; conscientização por meio de reflexões acerca da realidade socioeconômica; reflexões e esclarecimentos acerca dos Princípios do Cooperativismo; visibilidade ao papel representativo da mulher nas experiências coletivas;
V Momento	Orientações de apoio sociofamiliar e encaminhamento para políticas e programas sociais, e, articulação com o Programa de Economia Solidária em desenvolvimento por meio de aproximação entre os empreendimentos coletivos e as instituições de apoio.
VI Momento	Proposições e avaliação de alternativas e decisão para a atividade-fim do empreendimento, tais como: pesquisa de mercado, concorrentes, pré-projeto econômico-financeiro ou Plano de Negócios.
VII Momento	Encaminhamento dos trabalhadores e seus familiares aos demais projetos sociais existentes na região.
VIII Momento	Avaliação sobre as possibilidades de parcerias, e, monitoramento das atividades de incubação.
IX Momento	Capacitação administrativa.
X Momento	Formulação do Estatuto e Regimento Interno do Empreendimento.
XI Momento	Legalização do Empreendimento.
XII Momento	Acompanhamento sistemático ou assessoria pontual para inserção e manutenção do Empreendimento no mercado e conquista da viabilidade.
XIII Momento	Término do processo de incubação.

Quadro 15 - Síntese de Metodologia de Incubação

Fonte: Quadro sistematizado pela pesquisadora

²⁶⁴ As atividades que envolvem as letras F, G e J, deverão ser realizadas principalmente pelas outras áreas do saber, como Direito, Administração, Ciências Contábeis, entre outros.

O trabalho realizado pelo assistente social nestes empreendimentos coetivos poderá ser desenvolvido com base na metodologia apresentada. Para a sua execução e gestão deverá ser realizado continuamente pelo Serviço Social - juntamente com os outros profissionais, de modo interdisciplinar - um planejamento preliminar, em que o cronograma das atividades e orçamento da proposta deverão servir de base, considerando que o processo de monitoramento e avaliação deverá permeá-lo de forma contínua. O monitoramento das atividades desenvolvidas será materializado da seguinte forma: por reuniões quinzenais com os profissionais envolvidos nas atividades, por meio de reflexões após a realização de cursos de aprimoramento e formação em Economia Solidária e por entrevistas realizadas com os integrantes dos empreendimentos, para escutá-los acerca do trabalho que estará sendo desenvolvido, além das listas de presença dos encontros. Após o processo de incubação e/ou assessoria por meio da capacitação e formação socioprofissional com as experiências coletivas, deverá ser realizada a avaliação do trabalho executado, por intermédio de um novo diagnóstico junto aos empreendimentos assessorados ou incubados, bem como por reflexões e análises críticas do trabalho desenvolvido pela equipe.

Faz-se menção ainda que, por meio deste trabalho de assessoria e/ou incubação, são esperados os seguintes resultados: a) qualificação dos profissionais envolvidos nas atividades e capacitação dos empreendimentos assessorados; b) enfrentamento das manifestações da questão social relacionadas com a baixa renda, como a pobreza, a indigência, a falta de escolaridade, a falta de formação profissional, entre outros; c) apresentação de formas alternativas de desenvolvimento sustentável, por intermédio do fomento e fortalecimento das experiências de geração de trabalho e renda, bem como pela conscientização regional; d) viabilização das atividades econômicas e dos produtos advindos das experiências de Economia Solidária, bem como dos empreendimentos assessorados; e) solidificação do processo de trabalho nas experiências de geração de trabalho e renda, de modo que o mesmo propicie a participação, a conscientização e a solidariedade entre os trabalhadores; f) articulação e vinculação das experiências coletivas com os Fóruns e Feiras de Economia Popular Solidária; g) estabelecimento de parcerias entre as instituições de apoio e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e a Senaes; h) encaminhamentos e articulação dos trabalhadores às políticas, programas e projetos sociais; i) promoção do comprometimento dos governos municipais com as experiências de geração de trabalho e renda e com o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, bem como com os trabalhadores dos empreendimentos, possibilitando aos mesmos acesso aos programas e projetos sociais existentes.

Pretende-se, portanto, promover a melhoria das condições de vida dos trabalhadores pertencentes às experiências coletivas, que geralmente estão em situação de vulnerabilidade social. Esta realidade contribuirá para o exercício da cidadania destes sujeitos. Objetiva-se, também, como dever, a formação, a articulação e a divulgação das experiências de Economia Popular Solidária, dos Fóruns e Feiras de Economia Popular Solidária, das Instituições de Apoio e do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, além das trocas entre diferentes equipes que assessoram estas experiências coletivas, visando a aprimorar a metodologia de intervenção. Salienta-se, ainda, que quando o Novo Marco Legal da Economia Popular Solidária for legalizado, o assistente social deverá se apropriar destas Leis, com vistas a contribuir com estes empreendimentos e trabalhadores.

Pelas atividades desenvolvidas pelo Serviço Social nos empreendimentos coletivos, juntamente com outras áreas do saber - eixo técnico-operativo -, por meio do posicionamento ético-político do Serviço Social diante da realidade, e pela compreensão desta realidade, pontual, mas relacionada com o macro - reestruturação do capital e implantação do referencial teórico-neoliberal nas políticas, programas e projetos sociais - que constitui o eixo Teórico-Metodológico -, é que se pretende ressaltar a importância de pesquisas sobre o tema em estudo, que envolve a Economia Popular Solidária e seu respectivo Programa Social, bem como o trabalho do assistente social com estas experiências coletivas.

ANEXOS

ANEXO A - Ministério do Trabalho/Secretaria Nacional de Economia Solidária Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento

Apresentação

O Programa **Economia Solidária em Desenvolvimento** marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional, em um contexto de novas realidades do mundo do trabalho que demandam do poder público respostas para relações de trabalho distintas do emprego assalariado. Foi neste contexto, e a partir das demandas do próprio movimento da economia solidária, que o Governo Federal, por meio de seu Ministério do Trabalho e Emprego, assumiu o desafio de implementar políticas que estendam ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam das demais formas de organização do mundo do trabalho entre elas, as iniciativas de economia solidária. Ao constituírem um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda. E foi para apoiar o seu fortalecimento e expansão que se construiu o Programa **Economia Solidária em Desenvolvimento**.

O Programa **Economia Solidária em Desenvolvimento** começou a ser implementado em 2004, seis meses após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho e Emprego. Este foi o ano em que as ações de economia solidária sob responsabilidade da SENAES/MTE passaram a contar com orçamento próprio, a partir da inclusão do programa no Plano Pluri-Anual (PPA) do Governo Federal 2004-2007. Desde o princípio de sua elaboração, o programa buscou expressar as principais demandas da economia solidária na definição de ações e prioridades, dialogando com a plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e, mais recentemente, com as resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária e do Conselho Nacional de Economia Solidária. Além da intensa interlocução com a sociedade civil, a política nacional de economia solidária também se caracteriza por apostar na transversalidade e na intersetorialidade, buscando articular-se às demais políticas de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do Governo Federal e de outros entes federativos.

Objetivos: O objetivo principal do programa é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Este objetivo está relacionado aos objetivos do Governo Federal de promover a inclusão social e a redução das desigualdades, e aos objetivos da política setorial do Ministério do Trabalho e Emprego de expandir a economia solidária como alternativa para o desenvolvimento do país. Objetivos específicos são:

- Difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, por meio de ações de fomento, assistência técnica e promoção de tecnologias adequadas ao desenvolvimento da economia solidária;
- Apoiar materialmente as entidades e agências de apoio e fomento à economia solidária;
- Elaborar e propor medidas para a articulação de ações de incentivo às finanças solidárias, principalmente nas modalidades de bancos comunitários e fundos rotativos, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;
- Intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores/as e orientar as ações de fiscalização;
- Articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e responsável e contribuindo para a construção de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;
- Estimular e promover a produção de conhecimentos e tecnologias voltados à Economia Solidária, articulando-os às políticas de educação e de pesquisa;
- Manter o Sistema de Informações em Economia Solidária, ampliando e atualizando periodicamente suas informações;
- Fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais para a formulação de políticas públicas para a economia solidária, em especial o Conselho Nacional de Economia Solidária implantado em 2006.

Ações do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária

Promoção de assistência técnica gerencial por meio de projetos de cooperação elaborados de forma participativa, que incorporem a dimensão cultural e territorial nos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias nos processos produtivos, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. A ação também propiciará a identificação e apoio à constituição e fortalecimento de redes de cooperação, favorecendo a consolidação de formas de articulação econômica dos empreendimentos solidários no Brasil.

Objetivo: Promover a assistência técnica gerencial aos Empreendimentos Econômicos Solidários e apoiar a constituição e fortalecimento de Redes de Cooperação.

Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário

Promoção do desenvolvimento local através do fomento à constituição de empreendimentos de Economia Solidária, assim como o fortalecimento daqueles já existentes, através do acompanhamento de agentes de desenvolvimento solidário. Por meio da capacitação e contratação de agentes de desenvolvimento solidário que atuam nas comunidades com o objetivo de conhecer as potencialidades econômicas locais, fomentar novos empreendimentos solidários, assessorar aqueles já existentes, articular os gestores públicos em torno do tema da Economia Solidária, além de estimular a construção e o fortalecimento de espaços coletivos, tais como fóruns, redes e movimentos, que debatam e definam as necessidades das comunidades, sempre orientando a busca de soluções a partir da Economia Solidária.

Fomento a Finanças Solidárias com Base em bancos Comunitários e Fundos Solidários

As diversas formas de finanças solidárias revelam uma rica experiência de organização na base, ao longo das últimas décadas, para o apoio e crédito a projetos produtivos de indivíduos, empreendimentos e comunidades que geralmente enfrentavam muitas dificuldades para acessar o sistema financeiro. Foi para driblar estas dificuldades que nasceram iniciativas como os bancos comunitários, os fundos rotativos solidários, e as entidades que atuam com microcrédito produtivo. O acesso ao crédito é também uma demanda prioritária da economia solidária, evidenciada pelos dados do primeiro Mapeamento Nacional, e também pelas resoluções da Conferência Nacional da Economia Solidária e pela instituição do Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias, dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária CNES. Desde 2004, a SENAES/MTE vem apoiando projetos de finanças solidárias e estimulando o debate junto a bancos públicos e outras entidades sobre a criação de linhas direcionadas para segmentos específicos (como as empresas recuperadas) e de fundos solidários em geral, enquanto alternativas de crédito a economia solidária. Em 2005, declarado pela ONU como o Ano Internacional do Microcrédito, foi formado um GT Interministerial, coordenado pelo Secretário Nacional de Economia Solidária Paul Singer, para a elaboração de uma política nacional de microcrédito. Foi também no âmbito destas discussões que foi elaborado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado PNMPO, instituído por lei federal em dezembro de 2005 e hoje parceiro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Atualmente, dentro do Programa **Economia Solidária em Desenvolvimento**, a ação destina-se prioritariamente ao fomento a dois tipos de atividades de finanças solidárias: **Bancos Comunitários e Fundos Rotativos Solidários**.

Objetivo: O objetivo principal da ação de Fomento às Finanças Solidárias é apoiar a criação e o fortalecimento institucional de bancos comunitários de desenvolvimento e de fundos rotativos solidários, com vistas ao financiamento de iniciativas produtivas associativas e comunitárias, além de propiciar que se ofereça diagnóstico, acompanhamento e assistência técnica aos projetos financiados.

Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária

A estruturação de uma política pública de formação tem sido uma demanda constante dos empreendimentos e organizações da economia solidária, e emergiu como prioridade na Conferência Nacional de Economia Solidária, reforçada pela instituição do Comitê Temático de Formação e Assistência Técnica, dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária CNES. Desde 2004, a SENAES/MTE desenvolve atividades de formação de formadores/as, educadores/as e gestores públicos para atuação em economia solidária, bem como parcerias para a formação em economia solidária junto a trabalhadores/as. Os processos formativos perpassam várias outras ações da SENAES, tais como: o apoio a empresas recuperadas por trabalhadores(as) em regime de autogestão; o fomento e fortalecimento de redes de cooperação; a disseminação de metodologias e articulação de Bancos Comunitários e Fundos Solidários; as Feiras de Economia Solidária; o mapeamento da economia solidária, entre outras. As atividades de qualificação social e profissional para trabalhadores/as da economia solidária são desenvolvidas em parceria com o Departamento de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pelo Plano Nacional de Qualificação PNQ. No âmbito desta parceria, foi desenvolvido o Plano Setorial de Qualificação da Economia Solidária PlanSeQ EcoSol, além de Projetos Especiais de Qualificação ProEsQ, para o desenvolvimento de metodologias de qualificação profissional adequadas à realidade da economia solidária. Em parceria com o Ministério da Educação e Cultura são desenvolvidas ações de formação em economia solidária para trabalhadores/as articuladas a iniciativas de Educação de Jovens e Adultos EJA, compreendendo os processos de alfabetização, elevação da escolaridade e educação continuada. Outra iniciativa é a formação de gestores governamentais de políticas públicas da Economia Solidária que atuam nas esferas federal, estadual e municipal, em parceria com a Rede de Gestores Públicos de ES. A partir de 2008, a SENAES/MTE deve instalar, por meio de convênios com entidades da sociedade civil, Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), que vão conferir um caráter mais estruturado à política de formação em economia solidária, ao concentrarem em uma estrutura permanente atividades e projetos antes executados de modo isolado, incluindo a formação de formadores/as, gestores/as e trabalhadores/as, a produção de metodologias, e a sistematização e publicação de material didático.

Objetivo: O objetivo é garantir um processo estruturado e sistemático de formação de formadores/as, educadores/as e gestores/as públicos/as para atuação em economia solidária, visando a produção, multiplicação e disseminação de conhecimentos e inovações metodológicas e tecnológicas apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários.

Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários

A comercialização dos produtos e serviços da economia solidária é uma preocupação central dos empreendimentos solidários, expressa nas demandas de apoio à criação e ao desenvolvimento de canais de comercialização para seus produtos e serviços, e de fomento à construção de relações comerciais diferenciadas, pautadas por princípios de justiça, cooperação, transparência e solidariedade. A comercialização também emergiu como prioridade nas resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Objetivo: O conjunto das ações voltadas à comercialização tem como objetivo principal o fomento a projetos que contribuam com a viabilização de empreendimentos econômicos solidários por meio da construção de redes de comercialização de empreendimentos e da constituição e fortalecimento de espaços e instrumentos que dinamizem a comercialização dos produtos destas iniciativas.

Principais Ações: A) construção do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário; B) Promoção de Feiras de Economia Solidária; C) promoção de Bases de Serviços Territoriais em apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários, articuladas aos Sistemas Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária - SECAFES, que são vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; D) apoio a projetos que visam à implantação de Centrais de Armazenamento e de Distribuição; E) fomento ao cooperativismo de consumo na organização de Redes de Lojas para escoamento de produtos da economia solidária e do comércio justo e solidário.

Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária

A institucionalização de políticas públicas de economia solidária é uma das estratégias principais para consolidar o tema da economia solidária na agenda política das três esferas de governo, e garantir a sua permanência como políticas de Estado e não só políticas de governo, conforme resoluções da própria Conferência Nacional de Economia Solidária. Esta estratégia também é coerente com as orientações do Governo Federal para se evitar a sobreposição de ações entre as esferas, de modo a garantir a melhor distribuição dos recursos e somar esforços onde eles já existem ou possam vir a existir. Essa união de esforços governamentais tem tido um efeito amplificador na implantação de políticas públicas específicas para a economia solidária, incluindo a promulgação de leis municipais e estaduais e a criação de órgãos dentro dos governos locais e

estaduais, como Secretarias e Departamentos, além da institucionalização de espaços locais de interlocução com a sociedade civil, como Conselhos. Outro exemplo dos avanços na institucionalização do tema junto ao poder público local é a constituição de Centros Públicos de Economia Solidária, voltados ao desenvolvimento da economia solidária no território, por meio de atividades de articulação, formação, comercialização, entre outras. Em todas estas ações, um dos principais parceiros tem sido a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Solidária, com representação no Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Objetivo: As ações visam a implementação, o fortalecimento e a sistematização de políticas locais e regionais de economia solidária e de espaços de participação e diálogo social sobre o tema nos três níveis de governo, fortalecendo o pacto federativo e de forma articulada com as demais instâncias de políticas de trabalho e renda; além da constituição de uma rede de Centros Públicos de Economia Solidária que atendam às diversas regiões do país, prioritariamente onde sejam desenvolvidas atividades de economia solidária, de modo a favorecer a capilaridade de ações permanentes para a economia solidária e ampliar o acesso às mesmas.

Principais Ações: A) Apoio à implantação e ao desenvolvimento de políticas públicas locais e regionais de economia solidária, com execução descentralizada, mediante convênios com entes públicos ou privados, ou pela promoção da articulação de órgãos e entidades para a cooperação na implementação de políticas; B) Sistematização e avaliação das iniciativas em curso, por meio da criação de um Observatório de Políticas Públicas de Economia Solidária; C) Manutenção das atividades do Conselho Nacional de Economia Solidária e suas instâncias (Comitê Permanente, Comitês Temáticos etc.); D) Realização de Conferências Nacionais de Economia Solidária; E) Centros Públicos de Economia Solidária.

Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para manutenção e Ampliação do Sistema de Informação em Economia Solidária

O Sistema de Informações em Economia Solidária é um sistema onde são inseridas as informações levantadas no Mapeamento da Economia Solidária no Brasil e se constitui numa iniciativa pioneira no mundo para identificar e caracterizar os milhares de empreendimentos coletivos, organizados sob forma de autogestão, que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. O sistema permite, ainda, a auto-declaração do empreendimento, possibilitando que este seja posteriormente contactado, entrevistado e cadastrado como empreendimento econômico solidário uma vez que o seu funcionamento esteja de acordo com os critérios estabelecidos. No período 2008 a 2011, o SIES irá congrega mais dois módulos: um para a certificação dos empreendimentos que praticam o comércio justo e solidário e outro para o cadastro de experiências de políticas públicas em economia solidária nas diferentes esferas governamentais. Além disso, o Sistema será descentralizado com a implementação de sistemas estaduais, territoriais e especiais de informações, agregando novos atores e instituições públicas e privadas na sua manutenção e consolidação.

Objetivo: Constituir um Sistema Nacional de Informações em economia solidária com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e políticas públicas de economia solidária, de forma a possibilitar a sua visibilidade e fortalecer a economia solidária como estratégia de organização social para geração de trabalho e renda e a inclusão social; subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária; e integrar empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais a fim de facilitar processos de comercialização. Materializado pelo Sistema de Informação em Economia Solidária

Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão

Desde 2006, a ação de **Recuperação de Empresas por Trabalhadores/as Organizados em Autogestão** é desenvolvida pela SENAES/MTE, em parceria com a UNISOL Brasil (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil) e com a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores/as em Empresas de Autogestão). **O que são Empresas Recuperadas em Autogestão?** São empresas que se encontravam em situação de crise jurídica e/ou financeira, nas quais os próprios trabalhadores/as se interessaram em se organizar para recuperá-las e assumiram a gestão destas empresas em sistema de autogestão. Estas empresas constituem o público-alvo desta ação.

Objetivo: O objetivo principal da ação é contribuir para o fortalecimento de empreendimentos autogestionários constituídos por trabalhadores/as e trabalhadoras de empresas recuperadas ou em crise.

Principais Atividades: A) Realização de cursos, oficinas e seminários, visando a capacitação dos trabalhadores/as e sua integração; B) Assessoria na elaboração de diagnósticos, estudos de viabilidade econômica e planos de negócios; C) Assessoria na elaboração de projetos de financiamento; D) Apoio à articulação e constituição de redes e cadeias produtivas entre as empresas recuperadas por trabalhadores/as; E) Promoção de visitas técnicas; F) Promoção de intercâmbio entre os trabalhadores/as de empreendimentos em fase de recuperação e destes com os de empreendimentos já consolidados (estágios cooperativos); G) Desenvolvimento de instrumentos legais que facilitem a recuperação de empresas por trabalhadores/as em autogestão; H) Desenvolvimento de mecanismos de instituição de um fundo público para apoio ao processo de recuperação de empresas pelos trabalhadores/as; I) Divulgação e orientação aos trabalhadores/as, aos sindicatos e à sociedade civil em geral sobre a possibilidade de recuperação de empresas através da auto-organização de trabalhadores/as.

Desenvolvimento e Disseminação de conhecimentos e Tecnologias Sociais apropriadas à Economia Solidária

A Economia Solidária, enquanto nova realidade, ainda é pouco conhecida no Brasil. É preciso incentivar o desenvolvimento e a disseminação de conhecimentos sobre as potencialidades e desafios dos Empreendimentos Econômicos Solidários para que a sociedade e o Estado brasileiro compreendam e ampliem o apoio a essas iniciativas como alternativa de desenvolvimento com inclusão social por meio da geração de trabalho e renda. Os estudos e pesquisas são necessários também para subsidiar os processos de formulação de políticas públicas para a Economia Solidária. Além disso é necessário desenvolver e disseminar tecnologias sociais apropriadas a esses empreendimentos como condição fundamental para a viabilidade de suas atividades econômicas. Desde a instituição da SENAES, em junho de 2003, a proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária estava colocada como uma demanda do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Assim, a idealização do mapeamento começou a tomar forma concreta ao final 2003, quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento), com a participação de pessoas de referência de entidades com experiências acumuladas no desenvolvimento de mapeamento e bancos de dados. O mapeamento da Economia Solidária se constitui numa iniciativa pioneira para identificar e caracterizar tais formas de organização do trabalho tendo resultado na criação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Além disso, desde 2004, a SENAES/MTE apóia projetos de promoção e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas para o fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária.

Objetivo: Apoiar a realização e publicação de estudos e pesquisas sobre áreas temáticas de interesse da economia solidária, visando subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas e de marco jurídico para o setor; incentivo ao desenvolvimento e disseminação de inovações tecnológicas sociais e apropriadas às demandas dos empreendimentos econômicos solidários; e realização de Campanha Nacional de Divulgação com a produção e distribuição de material impresso e audiovisual para a difusão de conhecimentos sobre a economia solidária.

Principais Ações: A) Convênios com entidades que atuam como bancos comunitários, para o desenvolvimento de atividades de formação, equipagem e divulgação junto à população local, visando o financiamento e desenvolvimento de iniciativas produtivas; B) Convênios com entidades que já mantêm fundos rotativos solidários ou ainda que têm plano para criá-los, visando oferecer crédito, acompanhamento e assistência técnica a iniciativas associativas e comunitárias de produção de bens e serviços; C) Articulação e acordos de cooperação com bancos públicos, para que disponibilizem recursos financeiros não reembolsáveis a entidades que atuam com fundos rotativos solidários.

Fomento à Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários

As incubadoras de empreendimentos econômicos solidários destinam-se a apoiar e assessorar novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. As incubadoras têm se destacado na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, e no desenvolvimento do conhecimento e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais. Sua contribuição combina apoio direto, produção de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas. É notória a ação das incubadoras universitárias fortalecendo e viabilizando iniciativas econômico associativas, que possibilitam a reinserção social de populações de baixa renda e aos trabalhadores, tanto jovens quanto adultos, submetidos ao desemprego e à informalidade. Relevante também tem sido a contribuição destas na construção de novas práticas de mobilização democrática e de um novo paradigma organizacional para o trabalho e a economia solidária.

Objetivo: Apoiar a consolidação e ampliação das Incubadoras de Cooperativas Populares, fomentar a criação e o acompanhamento de cooperativas populares, produzir conhecimentos e formação para as cooperativas populares. Materializado pelo Proninc.

Elaboração do Marco Jurídico da Economia Solidária

A construção de um marco jurídico apropriado para a economia solidária, que reconheça e dê segurança jurídica a estas formas coletivas de organização econômica, tem sido uma das principais demandas do setor, reforçada pelas resoluções da Conferência Nacional de Economia Solidária e pela instituição do Comitê Temático do Marco Jurídico da Economia Solidária, dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária CNES.

Objetivo: Dentro do programa **Economia Solidária em Desenvolvimento**, o objetivo principal desta ação, de natureza não orçamentária, é a elaboração de proposições normativas tanto em termos de adequações à legislação existente, como de criação de novas legislações que confirmem reconhecimento jurídico à economia solidária e atendam às suas necessidades.

Principais Atividades: Por meio de encontros, seminários, reuniões de trabalho e contratação de consultorias, a ação busca diagnosticar, subsidiar, formular, elaborar e acompanhar, em conjunto com representantes do CNES e de fóruns e organizações da economia solidária, normativas e propostas legislativas que respondam aos desafios colocados, entre eles: A) Construção normativa e elaboração de Projetos de lei que regulem a ação do Estado no campo da economia solidária e consolidem e institucionalizem a política pública de economia solidária; B) Elaboração de propostas normativas que promovam a formalização jurídica e econômica dos empreendimentos econômicos solidários e que possibilitem o reconhecimento jurídico das diversas formas societárias assumida pela economia solidária; C) Propostas que visem a garantia dos direitos dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores associados;

Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES

O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Tem por atribuições principais: a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal, e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária. A composição do CNES foi objeto de extensas negociações, visando a garantir a representação efetiva tanto da sociedade como do Estado - representatividade essencial para que a interlocução em seu seio resulte no aprimoramento permanente das políticas públicas para a economia solidária. Acordou-se finalmente que o Conselho será composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária, conforme Decreto nº 5811, de 21 de junho de 2006 que dispõe sobre sua composição, estruturação e funcionamento.

Conferência Nacional de Economia Solidária

A I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, foi convocada em conjunto pelos Ministérios do Trabalho e Emprego - MTE, do Desenvolvimento Agrário - MDA, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Ela representou um importante espaço de interlocução entre governo e sociedade civil para a afirmação da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento, a partir do debate e proposição de princípios, diretrizes, estratégias e prioridades para as políticas voltadas ao fortalecimento da economia solidária. A Conferência Nacional foi precedida por Conferências Estaduais em todas as Unidades da Federação, que elegeram delegados estaduais segundo critérios proporcionais estabelecidos na Portaria Interministerial de Convocação, representando três segmentos: empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de representação (50% dos delegados), entidades e organizações da sociedade civil (25% dos delegados), e poder público (25% dos delegados). Além dos delegados estaduais, participaram da Conferência delegados nacionais (membros do Conselho Nacional de Economia Solidária e outros representantes indicados pela Comissão Organizadora Nacional). Ao todo, 1.073 delegados compareceram à Conferência Nacional. Durante a Conferência, delegados (com direito a voz e voto) e convidados (com direito a voz), divididos em Grupos de Trabalho, debateram três eixos temáticos: (I) os fundamentos da ES e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; (II) o balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas; e (III) os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social.

FONTE: PROGRAMA Economia Solidária em desenvolvimento. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp. Acesso em: 23 ago. 2009.

ANEXO B - SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Relatórios SIES 2005/2007: Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais. Situação dos empreendimentos no Estado RS

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES: A Secretaria Nacional de Economia Solidária com o objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil. Para isso, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

Situação dos Empreendimentos no Estado Rio Grande do Sul

QUESTÃO 08 - Quantidade de empreendimentos por ano de início como ES

1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2007	TOTAL
15	28	28	193	788	1024	2076

QUESTÃO 09 - Forma de organização

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo informal	1.024
Associação	597
Cooperativa	382
Sociedade mercantil de capital e indústria	39
Outra	20
Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada	19
Sociedade mercantil em nome coletivo	4
TOTAL	2.085

QUESTÃO 11 - O que motivou a criação dos empreendimentos

MOTIVOS	1 ORDEM	2 ORDEM	3 ORDEM	TOTAL
1. Uma alternativa ao desemprego	511	130	77	718
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	466	374	121	961
3. Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)	368	289	149	806
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	135	207	168	510
5. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	118	70	58	246
6. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	16	8	4	28
7. Motivação social, filantrópica ou religiosa	111	50	16	177
8. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	75	87	37	199
9. Alternativa organizativa e de qualificação	84	30	53	167
10. Outro. Qual?	97	42	26	165

QUESTÃO 12 - Área de atuação dos empreendimentos

ÁREA	TOTAL
Rural	791
Urbana	862
Rural e urbana	420
TOTAL	2.073

QUESTÃO 14 - Número de participantes - sócios(as)

PESSOAS FÍSICAS

PARTICIPANTES	QTD EMPREENDIMENTOS	MULHERES	HOMENS	MÉDIA
EES somente homens	241	0	30.138	125
EES somente mulheres	455	7.208	0	16
EES com homens e mulheres	1.358	100.767	226.635	241
Total geral	2.054	107.975	256.773	178

QUESTÃO 15 - Oscilações no número de sócios durante os últimos 12 meses

QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS EM QUE HOUVE AUMENTO	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS EM QUE HOUVE REDUÇÃO	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS QUE PERMANECERAM IGUAIS	TOTAL
537	353	1.184	2.074

QUESTÃO 16 - O que é realizado de forma coletiva pelos(as)sócios(as)dos empreendimentos:

DESCRIÇÃO	TOTAL
Comercialização - venda	1.394
Produção	1.135
Uso de equipamento(s) (máquinas, ferramentas etc.)	847
Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc)	807
Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	581
Prestação do serviço ou trabalho	449
Troca de produtos ou serviços	257
Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)	224
Poupança ou crédito	134
Outra. Qual?	48

QUESTÃO 17 - As 20 atividades econômicas que mais aparecem nos empreendimentos:

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL
1ª	Atividades de serviços relacionados com a agricultura	303
2ª	Fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria	150
3ª	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TEXTEIS A PARTIR DE TECIDOS - EXCETO VESTUÁRIO	128
4ª	Fabricação de produtos diversos	98
5ª	Reciclagem de sucatas não-metálicas	87
6ª	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	76
7ª	Comércio atacadista de leite e produtos do leite	66
8ª	CULTIVO DE HORTALIÇAS, LEGUMES E OUTROS PRODUTOS DA HORTICULTURA	66
9ª	Fabricação de outros produtos alimentícios	63
10ª	Fabricação de outros artefatos têxteis, incluindo tecelagem	56
11ª	CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO - EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS, BLUSAS, CAMISAS E SEMELHANTES	49
12ª	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE MADEIRA, PALHA, CORTIÇA E MATERIAL TRANÇADO - EXCETO MOVEIS	41
13ª	CULTIVO DE OUTROS PRODUTOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA	39
14ª	Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente	38
15ª	ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM A PECUÁRIA - EXCETO ATIVIDADES VETERINÁRIAS	38

16ª	Reciclagem de sucatas metálicas	38
17ª	Outros serviços de alimentação	36
18ª	Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente	36
19ª	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE E DE PRODUTOS DO FUMO	35
20ª	Preparação do leite	33

FATURAMENTO MÉDIO MENSAL DOS EES

FAIXA DE FATURAMENTO MENSAL	Nº DE EES	%	TOTAL	MÉDIA
Até R\$ 1.000,00	302	23,32%	R\$ 162.789,24	R\$ 539,04
de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	437	33,75%	R\$ 1.098.050,35	R\$ 2.512,70
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	163	12,59%	R\$ 1.143.086,84	R\$ 7.012,80
de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	222	17,14%	R\$ 5.117.534,72	R\$ 23.051,96
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	50	3,86%	R\$ 3.488.278,25	R\$ 69.765,57
Mais de R\$ 100.000,00	121	9,34%	R\$ 128.878.427,97	R\$ 1.065.110,97
TOTAL	1.295	100%	R\$ 139.888.167,37	R\$ 108.021,75

Informaram faturamento mensal igual a R\$ 0,00 771

Não declararam faturamento mensal 19

QUESTÃO 21 - Situação da sede ou local de funcionamento dos empreendimentos

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Cedida ou emprestada	962
Própria	735
Alugada	222
Não possui sede	89
Outra	44
Ocupada	17
Arrendada	9
TOTAL	2.078

QUESTÃO 22 - Situação dos equipamentos dos empreendimentos

SITUAÇÃO	QUANTIDADE
Próprios	1.568
Arrendados	25
Cedidos ou emprestados	504
Alugados	49
Não se aplica	182

QUESTÃO 23 - Destino dos produtos e/ou serviços

DESCRIÇÃO DOS DESTINOS	TOTAL
São vendidos	1.509
Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios (as)	472
São trocados	190
Os produtos e serviços são exclusivamente destinados ao autoconsumo de sócios (as)	186
Não se aplica	135

QUESTÃO 25 - A venda e troca de produtos e/ou serviços destina-se principalmente

DESTINO	1	2	3	TOTAL
Comércio local ou comunitário	811	170	96	1.077
Mercado/comércio municipal	433	503	73	1.009

Mercado/comércio micro-regional	204	190	192	586
Mercado/comércio estadual	109	129	96	334
Mercado/comércio nacional	53	38	52	143
Exportação para outros países	3	7	14	24
Não se aplica	46	1	19	66

QUESTÃO 28 - Principais dificuldades na comercialização dos produtos e/ou serviços

DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES	1	ORDEM	2	ORDEM	3	ORDEM	TOTAL
O empreendimento tentou mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes		168		51		23	242
Ninguém do empreendimento quer cuidar das vendas		21		14		5	40
Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc.)		16		24		8	48
O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar		22		26		13	61
Os preços praticados pelo empreendimento são muito altos		10		12		6	28
Os clientes exigem um prazo para o pagamento		28		40		35	103
Os compradores só compram em grande quantidade		22		29		16	67
Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento		88		81		21	190
Falta de capital de giro para vendas a prazo		141		130		66	337
Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal, etc)		86		66		40	192
Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)		61		15		10	86
Transporte/estradas		43		12		15	70
Preço inadequado dos produtos (baixos, desvalorizados)		62		11		12	85
Estrutura para comercialização (Local, espaço, equipamentos, etc)		105		29		24	158
Outra dificuldade		127		37		29	193
Não se aplica		6		1		2	9

QUESTÃO 30 - Meios de divulgação dos empreendimentos (produtos, serviços, atividades)

DESCRIÇÃO DOS MEIOS DE DIVULGAÇÃO	1	ORDEM	2	ORDEM	3	ORDEM	TOTAL
Cartazes, catálogos, folders e panfletos		229		169		92	490
Jornais e revistas		56		87		42	185
Rádios comerciais e educativas		100		94		58	252
Rádios comunitárias		75		78		67	220
TVs (mídia televisiva)		4		12		15	31
Feiras e exposições eventuais		194		223		115	532
Divulgação "boca a boca"		649		270		138	1.057
Outra. Qual?		36		38		32	106

QUESTÃO 31 - Origem dos recursos para iniciar as atividades dos empreendimentos

ORIGEM DOS RECURSOS	1	ORDEM	2	ORDEM	3	ORDEM	TOTAL
Dos(as) próprios(as) sócios(as) - capitalização ou cotas		1.111		307		64	1.482
Empréstimo(s) e/ou financiamento(s)		315		184		25	524
Doação(ões)		354		179		79	612
A atividade não exigiu aplicação inicial de recursos		128		24		25	177
Outra. Qual?		88		43		21	152

QUESTÃO 32 - Se houve investimentos nos últimos 12 meses

RESPOSTAS	TOTAL
Não	1.148

Sim	937
Total	2.085

QUESTÃO 33 - Tipos de investimento realizados nos empreendimentos nos últimos 12 meses

DESCRIÇÃO DOS TIPOS DE INVESTIMENTO	1	ORDEM	2	ORDEM	3	ORDEM	TOTAL
Infra-estrutura física (prédios, construções, etc)		289		80		23	392
Equipamentos (aquisição, renovação)		421		204		32	657
Ampliação de estoque de matérias-primas		118		112		65	295
Abertura de filiais		1		8		11	20
Abertura de lojas/espacos de comercialização		4		9		10	23
Capacitação de mão-de-obra		39		64		58	161
Outro. Qual?		11		3		4	18

QUESTÃO 35 - Os empreendimentos tiveram acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses

RESPOSTAS	TOTAL
Não	920
Não se aplica	807
Sim	357
Total	2.084

QUESTÃO 36 - Finalidade do Crédito

DESCRIÇÃO DA FINALIDADE DO CRÉDITO	TOTAL
Investimento	183
Custeio e investimento	107
Custeio ou capital de giro	65

QUESTÃO 37 - Fontes de crédito ou financiamento

TIPOS DE FONTE	TOTAL
Banco público. Qual?	151
Outra. Qual?	92
Cooperativa de crédito. Qual?	85
ONG ou OSCIP. Qual?	38
Banco privado. Qual?	26
Banco do Povo ou similar. Qual?	16
Outra instituição financeira privada. Qual?	6

QUESTÃO 44 - Os empreendimentos tiveram acesso a algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação

RESPOSTAS	TOTAL
Sim	1.635
Não	450
Total	2.085

QUESTÃO 46 - Quem forneceu o apoio aos empreendimentos

ENTIDADES QUE FORNECERAM APOIO	TOTAL
Órgãos governamentais. Qual?	950
ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc. Qual?	625
Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual?	256
Sistema "S" (Sebrae, SESCOOP, etc). Qual?	240
Universidades, incubadoras, Unitrabalho. Qual?	201

Outra. Qual?	171
Cooperativas de técnicos(as). Qual?	68

QUESTÃO 47 - Quais as instâncias de direção e coordenação dos empreendimentos

DESCRIÇÃO	TOTAL
Assembléia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios(as)	1.546
Diretoria, Conselho Diretor ou Coordenação	1.159
Conselho Fiscal	803
Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos	526
Conselho Administrativo	472
Outra. Qual?	166
Comissão ou Conselho de Ética	122
Conselho Consultivo	114

QUESTÃO 48 - Quais as formas de participação dos(as) sócios(as) nas decisões

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	TOTAL
Participação nas decisões cotidianas do empreendimento	1.302
Prestação de contas aos(às) sócios(as) em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	1.122
Acesso aos registros e informações do empreendimento	1.072
Eleição da diretoria em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	1.040
Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	828
Plano de trabalho definido em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	772
Contratações e remunerações definidas em assembléia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)	233
Não existe	82

QUESTÃO 50 - No ano anterior, os resultados da atividade econômica dos empreendimentos, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram

DESCRIÇÃO	TOTAL
Pagar as despesas e ter uma sobra	948
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	615
Não se aplica	313
Não deu para pagar as despesas	202
Total	2.078

QUESTÃO 51 - Se houve sobra (resposta 1 da questão anterior), qual o destino

DESTINOS DAS SOBRAS	TOTAL
Fundo de reserva	420
Fundo de investimento	405
Distribuição entre sócios(as)	401
Integralização de capital	83
Fundo de assistência técnica e educacional	49
Outro. Qual?	33
Fundo de solidariedade	29

QUESTÃO 53 - Número de sócios(as) que trabalham nos empreendimentos

TRABALHADORES(AS)	QTD EMPREENDIMENTOS	MULHERES	HOMENS	TOTAL	MÉDIA
1 a 10	918	2.666	1.674	4.340	5
11 a 20	238	2.205	1.312	3.517	15
21 a 50	194	3.369	2.587	5.956	31
Acima de 50	70	4.610	6.456	11.066	158

TOTAL	1.420	12.850	12.029	24.879	18
--------------	--------------	---------------	---------------	---------------	-----------

QUESTÃO 54 - Tipos de remuneração dos(as)sócios(as)que trabalham nos empreendimentos

DESTINOS DAS SOBRAS	TOTAL
Remuneração por produto ou produtividade	819
Remuneração fixa	231
Não está conseguindo remunerar	138
Remuneração por horas trabalhadas	130
Não há remuneração (autoconsumo ou voluntário)	111
Outro tipo. Qual?	90

QUESTÃO 55 - Se está conseguindo remunerar os sócios que trabalham nos empreendimentos, qual a remuneração média mensal

FAIXAS	EMPREENDIMENTOS	%	TOTAL DAS MÉDIAS	MÉDIA
Até 1/2 salário mínimo	290	13,91%	R\$ 26.675,94	R\$ 91,99
1/2 a 1 salário mínimo	343	16,45%	R\$ 98.885,48	R\$ 288,30
1 a 2 salários mínimos	262	12,57%	R\$ 142.330,68	R\$ 543,25
2 a 5 salários mínimos	112	5,37%	R\$ 121.206,34	R\$ 1.082,20
Maiores que 5 salários mínimos	20	0,96%	R\$ 64.243,04	R\$ 3.212,15
TOTAL	1.027	49,26%	R\$ 453.341,48	R\$ 217,43

O valor de referência para a classificação é de R\$ 380,00 que corresponde ao Salário Mínimo de 2007

QUESTÃO 63 - Os empreendimentos participam de alguma rede ou fórum de articulação

RESPOSTAS	TOTAL
Sim	1.114
Não	971
Total	2.085

QUESTÃO 64 - Se a resposta for SIM, especifique de que tipo de rede ou fórum de articulação os empreendimentos participam

TIPOS DE REDE/FÓRUM DE ARTICULAÇÃO	TOTAL
Fórum ou Rede de Economia Solidária	451
Redes de produção/comercialização. Qual?	290
Centrais de comercialização. Qual?	143
Complexos cooperativos. Qual?	140
Movimentos social ou sindical. Qual?	108
Federações de cooperativas. Qual?	103
Ongs, Igrejas, Pastorais, Fundações etc. Quais?	70
Outro. Qual?	62
Outras articulações ou redes. Qual?	59
Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas	58

Fonte: SIES. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. **RELATÓRIOS SIES 2005/2007: Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais. Situação dos empreendimentos no estado RS.**

Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>> Acesso em: 23 ago. 2009.